As Institutas

ou
Tratado da Religião Cristã

vol. 3

Edição clássica (latim)

João Calvino

Í N D I C E

EM FUNÇÃO DOS CAPÍTULOS E SUAS SEÇÕES

CAPÍTULO I

AS COISAS QUE FORAM DITAS ACERCA DE CRISTO NOS SÃO PROVEITOSAS EM VIRTUDE DA OPERAÇÃO SECRETA DO ESPIRITO

CAPÍTULO II

DA FÉ – DEFINIÇÃO E EXPOSIÇÃO DE SUAS PROPRIEDADES

CAPÍTULO III

SOMOS REGENERADOS MEDIANTE A FÉ. ONDE SE TRATA TAMBÉM DO ARREPENDIMENTO

CAPÍTULO IV

QUÃO DISTANTE DA PUREZA DO EVANGELHO ESTÁ TUDO QUANTO OS SOFISTAS ENSINAM EM SUAS ESCOLAS A RESPEITO DO ARREPENDIMENTO. ONDE SE TRATA DE CONFISSÃO E SATISFAÇÃO

CAPÍTULO V

DOS SUPLEMENTOS QUE ADICIONA M ÀS SATISFAÇÕES, A SABER, AS INDULGÊNCIAS E O PURGATÓRIO

CAPÍTULO VI

DA VIDA DO HOMEM CRISTÃO. ARGUMENTOS DA ESCRITURA QUE NOS EXORTAM A ELA

CAPÍTULO VII

A SUMA DA VIDA CRISTÃ, ONDE SE TRATA DA RENÚNCIA PESSOAL

CAPÍTULO VIII

QUANTO A TOMAR A CRUZ, QUE É PARTE DE NOSSA NEGAÇÃO PESSOAL

CAPÍTULO IX

QUANTO À MEDITAÇÃO DA VIDA FUTURA

CAPÍTULO X

COMO SE DEVE FAZER USO DA PRESENTE VIDA E DE SEUS RECURSOS

CAPÍTULO XI

DA JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ, E, PRIMEIRAMENTE, DA PRÓPRIA DEFINIÇÃO DO TERMO E DA MATÉRIA

CAPÍTULO XII

PARA QUE DEVERAS AQUILATEMOS A JUSTIFICAÇÃO GRACIOSA FAZ-SE NECESSÁRIO ELEVAR A MENTE ATÉ O TRIBUNAL DE DEUS

CAPÍTULO XIII

É PRECISO OBSERVAR DUAS COISAS NA JUSTIFICAÇÃO GRACIOSA: QUE SALVAGUARDA INTEGRALMENTE A GLÓRIA DE DEUS E ASSEGURA A PLENA PAZ DE CONSCIÊNCIA

CAPÍTULO XIV

QUAL O INÍCIO DA JUSTIFICAÇÃO E QUAIS SEUS AVANÇOS CONTÍNUOS

CAPÍTULO XV

AQUELES QUE SE VANGLORIAM NOS MÉRITOS DAS OBRAS SUBVERTEM TANTO O LOUVOR A DEUS EM CONFERIR A JUSTIÇA QUANTO A CERTEZA DA SALVAÇÃO

CAPÍTULO XVI

REFUTAÇÃO DAS FALSAS ACUSAÇÕES COM QUE OS PAPISTAS TENTAM GRAVAR DE ÓDIO A ESTA DOUTRINA DA JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ SOMENTE

CAPÍTULO XVII

A CONSONÂNCIA DAS PROMESSAS DA LEI E DO EVANGELHO

CAPÍTULO XVIII

DO GALARDÃO PROMETIDO DEDUZ-SE IMPROPRIAMENTE A JUSTIÇA DAS OBRAS

CAPÍTULO XIX

DA LIBERDADE CRISTA

CAPÍTULO XX

DA ORAÇÃO, QUE É O PRINCIPAL EXERCÍCIO DA FÉ E MEDIANTE A QUAL RECEBEMOS DIARIAMENTE OS BENEFÍCIOS DE DEUS

CAPITULO XXI

DA ETERNA ELEIÇÃO, PELA QUAL DEUS A UNS PREDESTINOU PARA A SALVAÇÃO, A OUTROS PARA A PERDIÇÃO

CAPÍTULO XXII

CONFIRMAÇÃO DESTA DOUTRINA DA ELEIÇÃO E PREDESTINAÇÃO AUFERIDA DOS TESTEMUNHOS DA ESCRITURA

CAPÍTULO XXIII

REFUTAÇÃO DAS CALÚNIAS COM AS QUAIS ESTA DOUTRINA TEM SIDO SEMPRE INIQUAMENTE IMPUGNADA

CAPÍTULO XXIV

A ELEIÇÃO É CONFIRMADA PELA VOCAÇÃO DIVINA, MAS OS RÉPROBOS ENGENDRAM PARA SI A JUSTA PERDIÇÃO À QUAL FORAM DESTINADOS

CAPÍTULO XXV

DA RESSURREIÇÃO FINAL

L I V R O   T E R C E I R O

O CONHECIMENTO DE DEUS O SANTIFICADOR NO ESPÍRITO SANTO; A MANEIRA DE SER RECEBIDA A GRAÇA DE CRISTO, E QUE FRUTOS DAÍ NOS PROVENHAM, E QUE EFEITOS SE SIGAM

CAPÍTULO I

AS COISAS QUE FORAM DITAS ACERCA DE CRISTO NOS SÃO PROVEITOSAS EM VIRTUDE DA OPERAÇÃO SECRETA DO ESPIRITO

1. A união com Cristo e a apropriação das bênçãos que ele nos conquistou operam-se através do Espírito Santo

Impõe-se-*nos* ver agora como nos advêm as benesses que o Pai conferiu ao Filho Unigênito, não para *seu* uso particular, mas para que enriquecesse a pobres e indigentes. E, primeiramente, deve ter-se *em conta* que, por quanto tempo Cristo estiver fora de nós e dele estivermos separados, tudo quanto *ele* sofreu e fez para a salvação do gênero humano nos é improfícuo e de nenhuma relevância. Portanto, para que compartilhe conosco *aquilo* que recebeu do Pai, ele precisa tornar-se nosso e habitar em nós. Por isso, *ele* é não somente chamado "nossa cabeça" [Ef 4.15], mas ainda "o primogênito entre muitos irmãos" [Rm 8.29]. Nós também, de nossa parte, somos declarados "estar enxertados nele" [Rm 11.17] e "dele estarmos vestidos" [Gl 3.27], porquanto, como eu já disse, tudo quanto possui nada é para nós até que com ele nos tornemos um.

Mas, ainda que seja verdadeiro que conseguimos isto através da fé, entretanto, quando vemos que nem todos indiscriminadamente abraçam a comunhão de Cristo que é oferecida mediante o evangelho, ensina-nos a própria razão a subir mais alto e a inquirir da secreta operação do Espírito, mercê da qual fruímos de Cristo e de todas as suas benesses.

Discorri anteriormente acerca da eterna divindade e essência do Espírito. Contentemo-nos agora com este tópico especial: que Cristo veio na água e no sangue, e é assim que dele testifique o Espírito [1Jo 5.6, 7], para que a salvação conferida através deste não se reduza a nada. Pois, da mesma forma que são citadas três testemunhas no céu: o Pai, a Palavra e o Espírito, assim também três são citadas na terra: a água, o sangue e o Espírito [1Jo 5.7, 8]. Nem debalde se repete o testemunho do Espírito, pois que o sentimos ter sido gravado como um selo em nosso coração. Donde ocorre que ele sela a oblação e o sacrifício de Cristo. Por essa razão diz também Pedro que "os fiéis foram eleitos na santificação do Espírito para a obediência e a aspersão do sangue de Cristo" [1Pe 1.2]. Com essas palavras ele adverte que, para que não seja sem efeito a efusão de seu sacro sangue, pelo secreto derramamento do Espirito com ele são purgadas nossas almas. Razão pela qual também

Paulo, em discorrendo acerca de nossa purificação e justificação, diz que nos tornamos possuidores de ambas "em o nome de Jesus Cristo e do Espírito de Deus" [1Co 6.11].

A isto se reduz a síntese desta matéria: o Espírito Santo é o elo pelo qual Cristo nos vincula efetivamente a si. Ao que são pertinentes também as coisas que temos ensinado a respeito de sua unção no livro precedente.

2. Cristo, o receptáculo do Espírito Santo, de quem recebemos os dons

Mas, para que se patenteie com maior segurança o que é singularmente digno de ser conhecido, impõe-se-*nos* sustentar que Cristo veio dotado do Espírito Santo de um modo especial, a saber, para que nos segregasse do mundo e nos congregasse à esperança da herança eterna. Daí ser ele chamado "o Espírito de santificação" [Rm 1.4; 2Ts 2.13; 1Pe 1.2], porquanto não apenas nos vivifica e nutre mediante o poder geral que se percebe tanto no gênero humano quanto nos demais seres animados, mas é também a raiz e semente da vida celestial em nós. E é por isso que os profetas enaltecem o reino de Cristo acima de tudo com este encômio: que haveria então de trazer consigo mais exuberante afluência do Espírito. Notável é, acima das outras, a passagem de Joel [2.28]: "Naquele dia derramarei de meu Espírito sobre toda carne." Pois, se bem que o Profeta parece restringir os dons do Espirito à função profética, entretanto, sob esta figura, subentende que, mercê da iluminação de seu Espírito, Deus haverá de fazer para si discípulos àqueles que foram antes carentes e destituídos da celeste doutrina.

Mas, porque Deus, o Pai, nos dota do Espírito Santo por mediação de seu Filho, e contudo nele depositou toda a plenitude, para que lhe fosse ministro e despenseiro da liberalidade, ele se chama ora "o Espírito do Pai", ora "o Espírito do Filho". "Vós", diz Paulo em Rm 8.9, "não estais na carne, mas no Espírito, se de fato o Espírito de Deus habita em vós, pois que, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele." Daí, na verdade, outorgar a esperança de plena renovação, porquanto "este que ressuscitou a Cristo dentre os mortos, vivificará nossos corpos mortais pela ação do Espírito que habita em nós" [Rm 8.11]. Ora, nada de absurdo é atribuir-se ao Pai o louvor de seus dons, dos quais é o Autor, e todavia atribuírem-se esses mesmos dotes a Cristo, em quem foram entesourados os dons do Espírito que há de prodigalizar aos seus; por isso, convida a si todos os que têm sede para que bebam [Jo 7.37]. E Paulo ensina que o Espírito é distribuído a cada um, "segundo a medida da mercê de Cristo" [Ef 4.7].

E impõe-se-nos também saber que é *ele* chamado "o Espírito de Cristo" não apenas na extensão em que a Eterna Palavra de Deus é associada com o Pai no

mesmo Espírito, mas ainda segundo a função de Mediador, porquanto, a não ser que provido deste poder do Espírito, em vão teria Cristo vindo até nós. Neste sentido, *Cristo* é chamado "o Segundo Adão" que do céu foi dado "como Espírito vivificante" [1Co 15.45], onde Paulo contrasta com a vida animal, que é comum também aos réprobos, a vida especial que o Filho de Deus instila aos seus, para que sejam um só com ele. De modo semelhante, onde roga "a graça de Cristo e o amor de Deus" [2Co 13.13] aos fiéis, aduz, ao mesmo tempo, "a comunhão do Espírito, sem a qual nem o paterno favor de Deus, nem a beneficência de Cristo provará quem quer que seja, como, aliás, diz ele em outro lugar: "O amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito que nos foi dado" [Rm 5.5].

3. Títulos com que se designa o Espírito Santo na Bíblia

E aqui convirá notar com que títulos a Escritura adorna o Espírito, onde se trata do inicio e de todo o curso de implantação de nossa salvação. Ele é, em primeiro lugar, chamado ***o Espírito de Adoção***, porque nos é testemunha da benevolência gratuita de Deus, com que o Pai nos tem abraçado no dileto Unigênito, para que nos fosse por Pai, e nos anima à confiança de orar, até mesmo dita as palavras, para que clamemos sem temor: "Abba, Pai" [Rm 8.15; Gl 4.6].

Pela mesma razão, é chamado ***Penhor e Selo de Nossa Herança*** [2Co 1.22; Ef 1.13, 14], porque a nós, peregrinos no mundo e semelhantes a mortos, assim do céu *nos* vivifica, para que estejamos certos de que sob a fiel custódia de Deus em segurança nos está a salvação. Donde também lermos que *vida* é por causa da justiça [Rm 8.10]. Uma vez que, porém, por sua secreta aspersão nos fecunda para que despontem os renovos da Justiça, é freqüentemente chamado ***água***, como em Isaías: "Vinde às águas, todos os que estais sedentos" [Is 55.1]. Igualmente: "Derramarei meu Espírito sobre o que está sedento e correntes de água sobre a terra seca" [Is 44.3]. Palavras com as quais concorda a afirmação de Cristo que mencionei pouco antes: "Se alguém tem sede, venha a mim" [Jo 7.37]. Contudo, por vezes é assim designado em virtude do poder de purificar e de limpar, como Ezequiel, quando o Senhor promete águas limpas com as quais lave a seu povo de sua sordidez [Ez 38.25].

Visto, porém, ele restaurar e nutrir o vigor da vida aos banhados pelo eflúvio de sua graça, daí o nome de ***óleo*** e de ***unção*** [1Jo 2.20, 27]. Por outro lado, visto que persistentemente coze e queima as depravações de nossa concupiscência, nos incendeia o coração do amor de Deus e do zelo da piedade, também deste efeito com razão se chama *fogo* [Lc 3.16]. Finalmente, *ele* nos é descrito como que a ***fonte*** [Jo 4.14] donde nos emanam todas as riquezas celestes; ou a ***mão de Deus*** [At 11.21] pela qual exerce sua soberania; porquanto, pela inspiração de seu poder, assim nos instila a vida divina, para que não mais sejamos guiados por nós mesmos, porém

regidos por sua ação e impulso; de maneira que, se em nós há algum bem, seja o mesmo fruto de sua graça; sem ele, porém, nossas capacidades serão trevas de entendimento e perversidade de coração.

Isto, na verdade, já foi claramente exposto: até que nossas mentes tenham sido polarizadas no Espírito, pode-se dizer que Cristo jaz ocioso, por isso que o miramos friamente fora de nós, até mesmo longe de nós. Sabemos, porém, que *Cristo* é de nenhum proveito para outros, senão somente para *aqueles* dos quais é *ele* "a cabeça" [Ef.4.15] e o "primogênito entre irmãos" [Rm 8.29], aos que, afinal, "dele se vestiram" [Gl 3.27]. Somente esta união faz com que, até onde nos *concerne*, não tenha ele vindo inutilmente com o nome de ***Salvador***. A isso confirma esse sagrado matrimônio pelo qual somos feitos carne de sua carne e ossos de seus ossos, de fato, um com ele. Mas Cristo conosco se une somente pelo Espírito. Pela graça e poder do mesmo Espírito somos feitos membros seus [Ef 5.30], para que nos mantenha sob sua direção e, de nossa parte, o possuamos.

4. A fé é a principal obra do Espírito Santo em nossa salvação

Entretanto, visto ser a fé a principal obra sua, a ela se referem em grande parte as asserções que, a cada passo, ocorrem *nas Escrituras* para expressar-lhe o poder e a operação, porquanto somente através dela *ele* nos conduz à luz do evangelho, como João Batista ensina: aos crentes em Cristo foi dado o privilégio de serem filhos de Deus, os quais não nasceram da carne nem do sangue, mas de Deus [Jo 1.12, 13], onde, opondo Deus à carne e ao sangue, afirma ser um dom sobrenatural que, mediante a fé, recebam a Cristo, os quais, de outra sorte, permaneceriam entregues à sua incredulidade. Ao que é semelhante esta resposta de Cristo: "Não foi carne e sangue que to revelou, mas meu Pai que está nos céus" [Mt 16.17], coisas nas quais agora toco de modo conciso, porque delas já tratei extensamente em outra lugar.

Semelhante é também esta declaração de Paulo: tiverem sido os efésios "selados com o Espírito Santo da promessa" [Ef 1.13]. Ora, *Paulo* está a mostrar que o Espírito Santo é o eterno ensinador, pela operação de quem à mente nos penetra a promessa da salvação, *promessa* que, de outra sorte, apenas feriria o ar ou nossos ouvidos. De igual forma, onde diz que os tessalonicenses foram "eleitos por Deus na santificação do Espírito e na fé da verdade" [2Ts 2.13], contexto em que adverte, em termos breves, que a própria fé não procede de outra parte senão do Espírito. Isto João explica mais claramente: "Nós sabemos que ele permanece em nós mediante o Espírito que nos deu" [1Jo 3.24]. Igualmente: "Disto sabemos que permanecemos nele, e ele em nós, porque nos deu de seu Espírito" [1Jo 4.13]. E assim, para que fossem capazes da sabedoria celestial, Cristo prometeu a seus discípulos "o Espírito da verdade que o mundo não pode receber" [Jo 14.17]. E lhe atribui como

ofício próprio isto: trazer à lembrança o que ele próprio ensinara com a boca, uma vez que se ofereceria luz aos cegos, a não ser que aquele Espírito de entendimento lhes abrisse os olhos da mente. De sorte que se pode, corretamente, chamá-lo a ***chave*** com que se nos abrem os tesouros do reino celestial e sua iluminação a agudeza da visão de nossa mente. Por isso tanto encarece Paulo "o ministério do Espírito" [2Co 3.6], porque clamariam sem proveito os ensinadores, a não ser que o próprio Cristo, o Mestre interior, por seu Espírito a si atraísse os que *lhe* foram dados pelo Pai [Jo 6.44].

Portanto, como na pessoa de Cristo dissemos achar-se perfeita salvação, assim, para que nos tornemos dela participantes, "batiza-nos *ele* no Espírito Santo e no fogo" [Lc 3.16], iluminando-nos à fé *viva* de seu evangelho, e assim nos regenera para que sejamos "novas criaturas" [2Co 5.17], e, purificados das impurezas profanas, a Deus nos consagra por templos santos [1Co 3.16, 17; 6.19; 2Co 6.16; Ef 2.21].

CAPÍTULO II

DA FÉ – DEFINIÇÃO E EXPOSIÇÃO DE SUAS PROPRIEDADES

1. Importância e natureza da fé polarizada em Cristo

Com efeito, estas coisas todas serão fáceis de ser entendidas onde for proposta uma definição mais clara da fé, para que os leitores aprendam sua força e sua natureza. É conveniente, porém, recordar as coisas que foram previamente expostas, a saber, em primeiro lugar, como Deus, através da lei, nos prescreve o que se tenha de fazer e, se em alguma parte lhe tenhamos falhado, sobre nós paira aquela terrível sentença de morte eterna que ela pronuncia. Em segundo lugar, porque é não somente árduo, mas também acima de nossas forças, e além de toda nossa capacidade, cumprir a Lei como ele o exige, se miramos apenas a nós mesmos e ponderamos que condição seja condigna de nossos merecimentos, nada de boa esperança é deixado; pelo contrário, rejeitados por Deus, jazemos sob a perdição eterna. Em terceiro lugar, foi isto explicado, que um só é o meio de libertação que nos possa livrar de tão mísera calamidade: onde aparece Cristo o Redentor, através de cuja mão o Pai Celestial, compadecido de nós por sua imensa bondade e clemência, nos quis socorrer, se deveras não só abraçamos a esta misericórdia com firme fé, mas também nela descansamos com esperança constante.

Mas, isto nos convém agora examinar: de que natureza deva ser esta fé, mercê da qual entram na posse do Reino Celestial todos quantos foram por Deus adotados por filhos. Claramente se compreende que não é suficiente em um assunto de tanta importância uma opinião ou convicção qualquer. E de tanto maior cuidado e zelo se nos deve perscrutar e investigar a verdadeira natureza da fé, quanto mais pernicioso é hoje neste aspecto o engano de muitos. Com efeito, a maioria dos homens, ao ouvir falar de fé, nada mais profundo concebe que certo assentimento comum à história do evangelho. De fato, quando nas escolas discutem a respeito da fé, afirmando simplesmente que Deus lhe é o objeto, mercê de efêmera especulação, como dissemos em outro lugar, transviam as míseras almas em vez de as dirigirem ao seu destino. Ora, visto que "Deus habita a luz inacessível" [1Tm 6.16], faz-se necessário que Cristo se apresente como intermediário. Donde também se diz "a luz do mundo" [Jo 8.12] e, em outro lugar, "o caminho, a verdade e a vida, porque ninguém vem ao Pai", que é "a fonte da vida" [Sl 36.9], "senão por ele" [Jo 14.6], porquanto só ele conhece o Pai, então, depois dele, os fiéis a quem o quis revelar [Lc 10.22].

Conforme esta maneira de ver, Paulo declara nada considerar digno de conhecer-se mais do que Cristo [1Co 2.2] e, no capítulo vigésimo de Atos, afirma haver pregado “a fé em Cristo” [At 20.21]. E, em outro lugar, introduz a Cristo assim a falar: Enviar-te-ei entre os gentios, para que recebam remissão de pecados e sorte entre os santos, mediante a “fé que está em mim” [At 26.17, 18]. E Paulo atesta que em sua pessoa nos é visível a glória de Deus, ou, o que equivale ao mesmo, que “a iluminação do conhecimento da glória de Deus resplandece em sua face” [2Co 4.6].

Verdadeiro é, de fato, que a fé atenta para o Deus único. Tem-se, porém, de aduzir também que ela “conhece a Jesus Cristo, a quem aquele enviou” [Jo 17.3], pois Deus mesmo jazeria oculto, ao longe, se o fulgor de Cristo não nos iluminasse. Para este fim, o Pai depositou com o Unigênito tudo quanto tinha, para que nele se revelasse, e assim, pela própria comunicação das benesses do Pai, expressasse Cristo a verdadeira imagem de sua glória. Se na verdade, como foi dito, impõe-se-nos ser tomados pelo Espírito para que sejamos impelidos a buscar a Cristo, assim, por nossa vez, devemos estar alertados de que o Pai Invisível não deve ser buscado em outro lugar senão nesta imagem.

Em relação a essa matéria, brilhantemente falou Agostinho que, discorrendo acerca do escopo da fé, ensina que se deve saber *para onde* e *por onde* se tenha de ir. Então, imediatamente após, conclui que o caminho mais guarnecido contra todos os erros é aquele mesmo que é Deus e homem – pois, como Deus, é *para onde* nos dirigimos; e, como homem, é *por onde* vamos; ambos, porém, só se acham em Cristo. Tampouco tem Paulo em mente, enquanto prega a fé para com Deus, confundir o que tantas vezes inculca a respeito da fé: que toda sua estabilidade se encontra em Cristo. Pedro, ademais, mui adequadamente a ambos correlaciona, dizendo que por meio dele cremos em Deus [1Pe 1.21].

2. Improcedência da fé implícita dos escolásticos

Portanto, é justo atribuir-se este mal, como inúmeros outros, aos escolásticos, pelo fato de tentarem ocultar a Cristo sob um véu. Ora, a não ser que lhe volvamos diretamente a visão, resultará que sempre divagaremos por muitos labirintos. Além disso, com sua caliginosa definição, enfraquecem e quase aniquilam toda a força da fé; engendraram a ficção da “fé implícita”, expressão com que, adornando a mais crassa ignorância com grande dano, enganam ao mísero populacho. Mais ainda, para falar mais verdadeira e mais abertamente as coisas como o são, esta ficção não apenas sepulta a verdadeira fé, mas até de todo a destrói.

Porventura crer seria nada entender, contanto que alguém submeta obedientemente seu entendimento à Igreja? A fé não se assenta na ignorância, mas no conhecimento, e certamente não apenas o conhecimento de Deus em si mesmo, como

também da divina vontade. Porque não conseguimos a salvação por estarmos dispostos a aceitar como verdade tudo quanto a igreja tenha prescrito, ou porque lhe relegamos a função de indagar e conhecer. Alcançamo-la, porém, quando reconhecemos que, feita a reconciliação através de Cristo [2Co 5.18, 19], Deus nos é o Pai propício e, na verdade, Cristo nos foi dado como justiça, santificação e vida. Afirmo que, por meio deste conhecimento, não pela submissão de nosso sentimento, é que obtemos ingresso no reino dos céus. Ora, quando o Apóstolo diz: "Com o coração se crê para a justiça e com a boca se faz confissão para a salvação" [Rm 10.10], não indica ser suficiente que alguém creia ***implicitamente*** o que não entenda, nem mesmo investigue; ao contrário, requer reconhecimento ***explícito*** da bondade divina, na qual se assenta nossa justiça.

3. Improcedência da tese romanista a requerer fé implícita na autoridade absoluta da igreja

Certamente não nego (de quanta ignorância somos cercados!) que muitas coisas nos são agora ***implícitas***, e ainda o terão de ser até que, deposta a massa da carne, nos tenhamos achegado mais perto à presença de Deus, coisas essas em que nada parece mais conveniente do que suspender nosso juízo, determinando de vez que é mais conveniente que nossa vontade permaneça unida à Igreja. Com este pretexto, porém, é o cúmulo do absurdo adornar com o nome de ***fé*** à ignorância temperada com humildade. Ora, a fé jaz no conhecimento de Deus e de Cristo [Jo 17.3], não na reverência à Igreja.

E vemos que sorte de labirinto têm engendrado com esta sua "implicitação", quando sem nenhum discernimento, enquanto é impingido sob o rótulo da Igreja, pelos ignorantes é sofregamente acatado como um oráculo, ou, o que quer que seja, por vezes até os mais espantosos erros. Esta inconsiderada docilidade, embora seja infalível precipício à ruína, é no entanto por eles escusada, dizendo que ela nada crê expressamente, senão com esta condição: se essa é a crença da Igreja! E assim imaginam que no erro tem-se a verdade, na cegueira a luz, na ignorância o reto conhecimento.

Não nos demoremos por mais tempo a refutar essas coisas; apenas exortamos o leitor a conferi-las com nossos ensinos, porque a própria clareza da verdade por si só sugere uma refutação suficientemente diligente. Ora, entre eles não se indaga se porventura esteja a fé "implícita" em muitos resquícios de ignorância; pelo contrário, definem crer corretamente aqueles que se entorpecem em seu desconhecimento; mais ainda, nele se comprazem, contanto que consintam com a autoridade e julgamento da Igreja no que tange a coisas ignoradas. Como se, na verdade, a Escritura não ensinasse por toda parte que o conhecimento está associado à fé!

4. A correta acepção de fé implícita: imperfeita, incompleta, incipiente ou germinal

Realmente admitimos que, enquanto peregrinamos no mundo, a fé é ***implícita***, não só porque muitas coisas ainda nos estão ocultas, mas também porque, circundados de muitas nuvens de erros, não compreendemos tudo. Ora, a cada um, por muito perfeito que seja, deve pertencer a suprema sabedoria de prosseguir avante e, em serena disposição de aprender, esforçar-se por ir cada vez mais longe. E assim Paulo exorta os fiéis a que, se em alguma coisa venham a dissentir de outros, aguardem uma revelação [Fp 3.15]. E a experiência ensina expressamente que, até que sejamos desembaraçados da carne, não conseguimos entender o quanto desejaríamos; e ao lermos diariamente as Escrituras, deparamo-nos com muitas passagens obscuras que nos convencem de ignorância. E, mediante este freio, Deus nos retém em comedimento, assinalando a cada um "a medida da fé" [Rm 12.3], de sorte que até o mestre mais douto esteja preparado para aprender.

É possível notarem-se numerosos exemplos desta fé implícita nos discípulos de Cristo antes que eles recebessem plena iluminação. Vemos com quão grande dificuldade provam os próprios rudimentos, quando eles têm dúvida até mesmo em coisas mínimas, como pendentes da boca do Mestre, contudo não avançam muito. Com efeito, ainda quando, pelo aviso das mulheres, correm em direção ao sepulcro de Cristo, a ressurreição do Mestre lhes parece como que um sonho [Lc 24.11]. Uma vez que Cristo lhes havia anteriormente dado testemunho da fé, não é justo dizer que foram inteiramente destituídos dela. Ao contrário, a não ser que tivessem sido persuadidos de que Cristo haveria de ressuscitar, todo zelo teria neles sucumbido.

Na realidade, tampouco foi superstição que levou as mulheres a ungirem, de seus perfumes, o cadáver de um homem morto, de cuja vida nenhuma esperança havia de ressurreição. Mas, embora tivessem fé nas palavras deste a quem sabiam ser verdadeiro, entretanto, a rudeza que até esse ponto lhes ocupava as mentes envolveu-lhes a fé em escuridão, de tal sorte que estiveram quase aturdidos. Do quê também se diz então terem eles finalmente crido quando, pelo próprio fato da ressurreição, foi por eles verificada a veracidade das palavras de Cristo, não porque tivessem começado a crer, mas porque a semente da fé que lhes estivera oculta como que morta no coração, agora emergiu com renovado vigor. Portanto, uma vez que haviam reverentemente abraçado a Cristo como seu Mestre único, a fé foi verdadeira neles, porém ***implícita***. Então, por ele ensinados, persuadiram-se de que ele era o Autor da salvação deles. Finalmente, creram ter ele vindo do céu, para que pela graça do Pai ali houvesse de congregar os discípulos. Na verdade, tampouco se há de buscar prova mais concreta do que isto: que em todos a fé está sempre mesclada com incredulidade.

5. Pode-se dizer que fé implícita é a predisposição de crer, o que se pode chamar de fé potencial ou preparatória

Pode-se também chamar de fé implícita a que, entretanto, não é propriamente outra coisa senão a preparação para a fé. Os evangelistas mencionam que muitíssimos haviam crido, os quais, arrebatados apenas pela admiração ante os milagres, não haviam progredido além do fato de que Cristo era o Messias que fora prometido, posto que não tinham de fato sido imbuídos sequer de um tênue ensino do evangelho. Tal consideração, que os dispôs a de boa vontade sujeitar-se a Cristo, é enaltecida com o título de ***fé***, da qual, no entanto, ela não foi senão o começo. Assim, aquele dignitário da corte que creu na promessa de Cristo quanto à cura do filho [Jo 4.50], retornando ao lar, segundo testemunha o evangelista, creu de novo, certamente porque, de início, teve por mero vaticínio o que ouvira da boca de Cristo; depois submeteu-se à sua autoridade para receber dele o ensino. Contudo, é preciso reconhecer-se que a tal ponto foi ele dócil e preparado para aprender, que inclusive o verbo ***crer*** denota, na primeira passagem, uma fé particular; na segunda passagem ele se estende mais, até pôr este homem no número dos discípulos que se haviam arrolado com Cristo.

João nos propõe um exemplo bem semelhante a este nos samaritanos que creram na palavra da mulher, de tal sorte que correram fervorosamente para Cristo, os quais, entretanto, após ouvi-lo, assim falaram: “Já não cremos por tua palavra; pelo contrário, o ouvimos e sabemos que ele é o Salvador do mundo” [Jo 4.42].

Destes exemplos, se evidencia que mesmo aqueles que ainda não foram imbuídos dos primeiros elementos, contudo, quando se inclinam a obedecer, são chamados de ***fiéis***, não propriamente destituídos de qualquer dúvida, mas até onde Deus, em razão de sua benevolência, digna de tão grande honra esse sentimento piedoso. Mas esta disposição de deixar-se ensinar, juntamente com o desejo de progredir no conhecimento de Cristo e do evangelho, longe está da crassa ignorância em que estão entorpecidos aqueles que se contentam com uma ***fé implícita*** como imaginada pelos papistas. Ora, se Paulo condena severamente aqueles que, “aprendendo sempre, nunca chegam ao conhecimento da verdade” [2Tm 3.7], de quão mais grave ignorância são merecedores aqueles que, deliberadamente, afetam nada saber!

6. A verdadeira fé é embasada na Palavra de Deus escrita, polarizada no pleno conhecimento de sua vontade

Este, portanto, é o verdadeiro conhecimento de Cristo: se o recebemos como é oferecido pelo Pai, isto é, vestido de seu evangelho, porquanto, como ele foi destinado por alvo de nossa fé, assim também, em relação a ele, não avançamos pela via reta, a não ser que o evangelho vá adiante. E aí de fato se nos abrem os tesouros da

graça, os quais, uma vez fechados, de bem pouco benefício nos seria Cristo. Assim, Paulo une a fé à doutrina como sua companheira inseparável, mediante estas palavras: “Mas vós não aprendestes assim a Cristo, se é que o tendes ouvido, e nele fostes ensinados, como é a verdade em Cristo” [Ef 4.20, 21].

Entretanto, não restrinjo a fé ao evangelho a ponto de negar que o que Moisés e os Profetas ensinaram fosse então suficiente para edificá-la devidamente. Mas, visto que no evangelho foi exibida mais plenamente na manifestação de Cristo, com razão ela é chamada por Paulo “a doutrina da fé” [1Tm 4.6]. Razão pela qual também diz em outro lugar que, pela vinda da fé, a lei foi abolida [Rm 10.4], entendendo por esta expressão o novo e insólito modo de ensinar pelo qual, desde que apareceu como nosso Mestre, Cristo nos fez ainda mais luminosa a misericórdia de Deus e testificou mais solidamente de nossa salvação.

Contudo, será um método mais fácil e mais apropriado, se descermos gradativamente do gênero à espécie. Primeiramente, devemos estar lembrados de que há uma relação permanente da fé com a Palavra; ela não pode separar-se desta, da mesma forma como os raios do próprio sol não podem separar-se dele, do qual se originam. Por isso, Deus proclama em Isaías [55.3]: “Ouvi-me e vossa alma viverá.” E João mostra esta mesma fonte da fé nestas palavras: “Estas coisas foram escritas para que creiais” [Jo 20.31]. Também o Profeta, desejando exortar o povo à fé: “Hoje”, diz *ele*, “se derdes ouvido a sua voz” [Sl 95.7]. E ***ouvir*** é, a cada passo, tomado na Escritura como significando ***crer***. Enfim, por esta marca, não é em vão que Deus distingue, em Isaías [54.13], os filhos da Igreja dos estranhos: que a todos eles ensinará, para que sejam dele ensinados; porque, se o benefício fosse indiscriminado, por que dirigiria a Palavra a uns poucos? A isto corresponde o fato de que, a cada passo, os evangelistas põem como sinônimos os termos ***fiéis*** e ***discípulos***; e especialmente Lucas, em Atos dos Apóstolos, com freqüência maior, também estende este designativo ***discípulo*** até mesmo a uma mulher [At 9.36].

Pelo quê, se a fé se desvia sequer um mínimo desta meta que deve colimar, já não retém sua natureza, mas é incerta credulidade e vago devaneio da mente. A mesma Palavra é a base em que a fé se apóia e se sustém. Se daí declina, desmorona-se. Tire-se, pois, a Palavra e já nenhuma fé restará. Não estamos aqui discutindo se porventura é necessário o ministério do homem para semear a Palavra de Deus, da qual é concebida a fé, questão esta que trataremos em outro lugar. Estamos, porém, dizendo que a própria Palavra, sem importar de que maneira nos é conferida, é como que um espelho no qual a fé possa contemplar a Deus. Portanto, quer Deus aplique nisto os homens como instrumentos, quer opere por seu exclusivo poder, contudo àqueles a quem quer atrair a si, ele se representa sempre por meio de sua Palavra. Do quê também Paulo define a fé como a obediência que se presta ao evangelho [Rm 1.5]; e, em outro lugar [Fp 2.17], louva entre os filipenses a submis-

são à fé. Pois na compreensão da fé não se trata unicamente que reconheçamos que Deus existe, mas também que, na verdade e primordialmente, entendamos qual é sua vontade para conosco. Ora, não nos interessa tanto saber ***quem*** seja ele em si, mas, antes, ***o que*** ele quer ser para nós.

Temos, pois, agora o fato de que a fé é o conhecimento da vontade divina para conosco, auferido de sua Palavra. Mas o fundamento disto é a persuasão da verdade de Deus. Enquanto o entendimento jaz vacilante a respeito desta verdade, a Palavra terá bem pouca, para não dizer nenhuma, autoridade. Tampouco basta crer que Deus é veraz, o qual nem pode enganar, nem mentir, se não aceitamos como indubitável que tudo quanto procede dele é a sacrossanta e inviolável verdade.

7. A fé repousa na promessa da graça, da misericórdia e da verdade de Deus em Cristo

Uma vez que, porém, nem o coração humano se eleva à fé em função de toda e qualquer palavra de Deus, impõe-se indagar ainda o que a fé propriamente visualiza na Palavra. Palavra de Deus foi a que disse a Adão: “Certamente morrerás” [Gn 2.17]. Palavra de Deus foi a que disse a Caim: “A voz do sangue de teu irmão clama da terra a mim” [Gn 4.10]. Mas essas palavras de si mesmas nada podem senão abalar a fé, uma vez que estão mui longe de ser capazes de firmá-la. Entrementes, não negamos que seja função da fé subscrever à verdade de Deus, sempre que ela fale, o que quer que ela fale e de qualquer modo que ela fale. Mas apenas indagamos: que é que a fé encontra na Palavra do Senhor em que se possa reclinar e descansar? Onde nossa consciência só divisa indignação e vingança, como não tremerá e não se apavorará? Mas, a um Deus de quem está atemorizada, como não fugiria dele? No entanto, a fé deve buscar a Deus, não fugir dele.

Salta, pois, à vista que ainda não nos está facultada plena definição de fé, porquanto não se deve ter por fé o meramente conhecer a vontade de Deus, qualquer que venha a ser. Que sucederá se, em lugar de sua vontade, cujo anúncio é por vezes triste e a proclamação atemorizante, lhe submetermos à benevolência ou à misericórdia? Certamente que assim teremos chegado bem mais perto da natureza da fé. Pois então somos atraídos a buscar a Deus, depois de dizermos que a salvação nos foi posta nele, precisamente o que se nos confirma onde Deus declara que ela lhe é do interesse e do empenho. Por isso, faz-se necessária a promessa da graça que nos testifique que o Pai é propício, quando nem podemos aproximar-nos dele de outra maneira, e só assim o coração do homem nela pode repousar.

Por esta razão, nos Salmos, a cada passo, se associam estas duas, a misericórdia e a verdade, como se ligadas entre si [Sl 89.14, 24; 92.2; 98.3; 100.5; 108.4; 115.1], porque não nos ajudaria nada saber que Deus é verdadeiro, a não ser que, clemen-

temente, a si nos atraísse; nem teríamos meios de abraçar-lhe a misericórdia, a não ser que ele no-la oferecesse através de sua Palavra: "Declarei tua verdade e tua salvação; não ocultei tua bondade e tua verdade. Guardem-me tua bondade e tua verdade" [Sl 40.10, 11]. Em outro lugar: "Tua misericórdia chega aos céus; tua verdade até as nuvens" [Sl 36.5]. Também: "Todos os caminhos do Senhor são clemência e verdade aos que guardam sua aliança" [Sl 25.10]. Igualmente: "Multiplicada foi sobre nós a misericórdia, e a verdade do Senhor permanece para sempre" [Sl 117.2]. Ainda: "Cantarei a teu nome em razão de tua misericórdia e de tua verdade" [Sl 138.2].

Deixo de focalizar o que no mesmo sentido se lê nos profetas: que Deus é clemente e fiel em suas promessas. Pois declararíamos temerariamente que Deus nos é propicio, a não ser que ele próprio de si o ateste e se nos antecipe por seu convite, para que sua vontade não nos seja duvidosa nem obscura. Mas, já se viu que Cristo é o único penhor do amor de Deus, sem o qual, por toda parte, se lhe põem à mostra os sinais do ódio e da ira. Ora, visto que o conhecimento da bondade de Deus nos serve bem pouco, a não ser que nela nos faça descansar, excluído deve ser o conhecimento misturado de dúvida, o qual não esteja firmemente em acordo consigo próprio; pelo contrário, se põe em conflito consigo próprio. Com efeito, mui longe está a mente do homem, visto ser cega e entenebrecida, de penetrar e se elevar até o ponto de perceber a vontade de Deus! E também o coração, uma vez que flutua em perpétua hesitação, longe está de permanecer seguro nesta convicção! Daí importa, de outro lado, não só que a mente nos seja iluminada, mas também que nos seja firmado o coração, para que a Palavra de Deus obtenha pleno crédito entre nós.

Portanto, podemos obter uma definição perfeita de fé, se dissermos que ela é o firme e seguro conhecimento da divina benevolência para conosco, fundado sobre a veracidade da promessa graciosa feita em Cristo, não só é revelado à nossa mente, mas é também selado em nosso coração mediante o Espírito Santo.

8. IMPROCEDÊNCIA DA DISTINÇÃO ESCOLÁSTICA ENTRE FÉ "FORMADA" E FÉ "INFORME"

Antes, porém, de avançar mais longe serão necessárias certas ponderações preliminares para a solução de dificuldades que de outra forma poderiam apresentar obstáculo aos leitores. Em primeiro lugar, impõe-se refutar a fútil distinção de ***fé formada*** e ***fé informe***, tão comum nas escolas. Pois imaginam que aqueles que não se deixam tocar de nenhum temor de Deus, de nenhum senso de piedade, nem por isso deixam de crer em tudo quanto se faz necessário conhecer para a salvação. Como se, na verdade, o Espírito Santo, ao iluminar-nos o coração para a fé, não nos fosse testemunha de nossa adoção! Entretanto, a despeito da autoridade de toda a Escritura, eles mui orgulhosamente dão o nome de fé a essa crença vazia do temor

de Deus. Não há por que discutir mais sobre sua definição de fé; basta simplesmente defini-la justamente como nos é apresentada na Palavra de Deus. Do quê se evidenciará claramente quão néscia e insipidamente vociferam ao tratar da fé. Já fiz referência a uma parte; quanto ao restante, dele farei uma exposição em seu devido lugar.

Agora digo apenas que nada mais absurdo se pode imaginar que esta invenção deles! Querem que a fé seja o simples assentimento do intelecto em função do qual qualquer um que despreze a Deus terá de aceitar o que é extraído da Escritura. Mas, em primeiro lugar é preciso ver se de seus próprios recursos cada um consegue para si a fé, ou se, através dela, seja o Espírito Santo testemunha de sua adoção. E assim de forma pueril se põem a dizer tolices quando indagam se porventura é a mesma a fé que informa uma qualidade superveniente, ou se, na verdade, é ela diferente e mesmo nova. Do quê transparece como certo que, ao vociferarem dessa maneira, jamais estão cogitando do dom singular do Espírito, porque o próprio começo do crer já em si contém a reconciliação, porquanto nela o homem se achega a Deus.

Ora, se ponderassem esse postulado de Paulo: “Com o coração se crê para justiça” [Rm 10.10], deixariam de imaginar essa vã qualidade superveniente. Se esta única razão nos assistisse, ainda assim deveria bastar para pôr fim ao litígio, uma vez que, como já em parte abordei, e de novo o haverei de reiterar mais extensivamente, o assentimento propriamente dito é mais do coração que do cérebro, e mais da sensibilidade que do intelecto. Razão por que esse assentimento é chamado “a obediência da fé” [Rm 1.5], a que o Senhor nenhuma outra obediência prefere, e com justiça, quando nada lhe é mais precioso que sua verdade, a qual João Batista é testemunha de que é selada pelos que crêem, como se nela afixasse sua própria assinatura [Jo 3.33]. Visto que a matéria mui longe está de duvidosa, declaramos numa palavra que falam tolamente quando dizem que a fé é “formada” mercê da adição de afeto pio ao assentimento do intelecto, quando mesmo o assentimento consta de afeto pio; ao menos é como se mostra nas Escrituras.

Mas, oferece-se ainda outro argumento, muito mais claro. Ora, visto que a fé abraça a Cristo como ele nos é oferecido pelo Pai, e Aquele de fato é oferecido não apenas como justiça, remissão dos pecados e paz, mas também como santificação e fonte de água viva, sem dúvida alguém jamais o poderá conhecer devidamente se não apreende ao mesmo tempo a santificação do Espírito. Ou, se alguém deseja dizer isso mais explicitamente: A fé consiste no conhecimento de Cristo. E Cristo não pode ser conhecido senão em conjunção com a santificação de seu Espirito. Segue-se, conseqüentemente, que de modo nenhum a fé deve separar-se do afeto piedoso.

9. 1 Coríntios 13.2 não corrobora a distinção entre fé "formada" e fé "informe"

Os que costumam impor o que Paulo diz, a saber: "Se alguém tem toda a fé a ponto de remover montanhas, entretanto não tem amor, esse tal nada é" [1Co 13.2], citação com que "deformam" a fé, concebida como destituída do amor, não atentam para o que seja a fé para o Apóstolo nesta passagem. Ora, depois de haver discorrido, no capitulo precedente, acerca dos vários dons do Espírito, entre os quais incluíra as variedades de línguas, os poderes miraculosos, a profecia [1Co 12.4-10], e exortara os coríntios "a buscar dentre eles os melhores", isto é, os que resultassem em mais fruto e proveito a todo o corpo da Igreja, acrescenta haver-lhes de mostrar "um caminho ainda mais excelente" [1Co 12.31]. Todos os dons desta espécie, por mais excelentes que sejam em si, devem, todavia, ser estimados por nada, a não ser que sirvam ao amor. Ora, eles foram dados para a edificação da Igreja, e a não ser que a ela sejam aplicados, perdem seu benefício.

Para provar isto, Paulo usa de distributividade, reenumerando esses mesmos dons aos quais referira um pouco antes, mas agora sob outros designativos. Assim é que usa os termos ***poderes*** e ***fé*** na mesma acepção, isto é, para designar a faculdade de operar milagres. Portanto, como este assim chamado ***poder*** ou ***fé*** é um dom particular de Deus, do qual um ímpio qualquer pode não só valer-se, mas até abusar, como o dom de línguas, como a profecia, como outros carismas, não é de admirar se do amor seja separado!

Todo o erro destes, porém, está nisto: posto que o vocábulo ***fé*** é πολύσημον [*pŏlysēmŏn – de muitas conotações*], por não observar-se a diversidade de significado, contendem exatamente como se, por toda parte na Escritura, a acepção lhe fosse sempre a mesma. A passagem de Tiago [2.21] que citam em apoio do mesmo erro será discutida em outro lugar. Ainda que, por interesse didático, enquanto queremos pôr à mostra qual seja o conhecimento de Deus nos ímpios, de fato admitimos serem muitas as formas da fé, entretanto reconhecemos e proclamamos, como a Escritura ensina, que a fé dos piedosos é uma e única.

Certamente que muitíssimos crêem que Deus existe e julgam que são verídicas a história do evangelho e as demais partes da Escritura, quase como costuma ser o juízo acerca daquelas coisas que ou se narram como feitas no passado, ou, presentes, nós mesmos as temos testemunhado. Há também aqueles que vão além, porque não só têm a Palavra de Deus por oráculo certíssimo, nem negligenciam totalmente seus preceitos, mas até de certa forma se deixam afetar pelas ameaças e promessas. A tais, na verdade, atribui-se o testemunho da fé, mediante κατάχρησιν [*Katáchrēsin – uso impróprio*], uma vez que não resistem à Palavra de Deus em manifesta impiedade, nem a rejeitam nem a desprezam; pelo contrário, antes lhe exibem certa aparência de obediência.

10. A fé "informe", como se patenteia nos incrédulos, não é fé verdadeira

Esta sombra ou imagem de fé, porém, visto ser de nenhuma relevância, por isso é indigna do título de fé. Quão longe está de sua sólida verdade, ainda que se haverá de ver mais amplamente logo adiante, contudo nada impede que, de passagem, se mencione agora.

Lemos que Simão Mago creu, o qual, entretanto, pouco depois revela sua incredulidade [At 8.13, 18, 19]. Não entendemos o testemunho que nos dá de sua fé, como alguns, no sentido de simplesmente ter fingido crer na palavra com uma fé que não teria no coração. Antes, pelo contrário, julgamos que, conquistado pela majestade do evangelho, manifestou certa medida de fé e assim reconheceu a Cristo como sendo o autor da vida e da salvação, de sorte que, de bom alvitre, lhe deu crédito. Da mesma forma, lemos no Evangelho de Lucas que creram, por certo tempo, aqueles em quem a semente da Palavra é sufocada antes de frutificar [Lc 8.13]; ou, inclusive seca logo e morre, antes mesmo de lançar quaisquer raízes [Lc 8.6, 7]. De tais não duvidamos que, tocados de certo gosto pela Palavra, dela se apropriam avidamente e dela começam a sentir o divino poder, de sorte que apresentam falaz simulação de fé não apenas aos olhos dos homens, mas até mesmo à sua própria mente. Pois se persuadem de que a reverência que deferem à Palavra de Deus é realmente piedade, porquanto não consideram haver impiedade, a não ser o manifesto e confesso desrespeito ou desprezo dela.

De qualquer natureza, porém, que seja esse assentimento, de modo nenhum penetra até o coração, de sorte que aí resida fixo; e ainda que por vezes pareça haver lançado raízes, entretanto essas não são vivas. Tantos recessos de fatuidade tem, de tantos antros de falsidade se enche o coração humano, de tão enganosa hipocrisia é recoberto, que freqüentemente engana a si próprio. Compreendam, pois, os que se gloriam de tais aparências e simulacros de fé que, neste aspecto, em nada lucram aos diabos. Aqueles de quem primeiro falamos lhes são de fato muito inferiores, os quais, apalermados, ouvem e compreendem coisas por cujo conhecimento os diabos estremecem [Tg 2.19]; os outros nisto lhes são pares: qualquer que seja a natureza do sentimento de que são tocados, termina, afinal, em terror e consternação.

11. A fé é operante, ainda que não eficaz nem absoluta, até mesmo nos réprobos

Sei que a alguns parece duro de aceitar quando se atribui fé aos réprobos, visto que Paulo a declara ser fruto da eleição; essa dificuldade, no entanto, se soluciona facilmente, porquanto, ainda que os réprobos não sejam iluminados à fé, nem sintam verdadeiramente a eficácia do evangelho, a não ser aqueles que foram preorde-

nados para a salvação, contudo a experiência mostra que os réprobos são às vezes afetados por sentimento quase semelhante ao dos eleitos, de sorte que, em seu próprio julgamento, de fato não diferem em coisa alguma dos eleitos.

Daí, nada há de absurdo que pelo Apóstolo lhes seja atribuído o deguste dos dons celestiais [Hb 8.4-6], e uma fé temporária por Cristo [Lc 8.13]. Não que percebam solidamente o poder da graça espiritual e a segura luz da fé, mas porque o Senhor, para que os torne ainda mais convictos e inescusáveis, se lhes insinua na mente, até onde possam degustar a bondade sem o Espírito de adoção. Se, pois, alguém objeta que aos fiéis não se deixa coisa alguma com que estejam seguros e nutram a certeza de sua adoção, respondo que, embora seja grande a semelhança e afinidade entre os eleitos de Deus e os que são dotados por algum tempo de fé transitória, contudo somente nos eleitos viceja aquela confiança que Paulo celebra, de modo que clamem em alta voz: *Abba*, *Pai* [Rm 8.15; Gl 4.6]. Portanto, assim como somente aos eleitos Deus regenera para sempre com uma semente incorruptível [1Pe 1.23], de sorte que jamais pereça a semente de vida implantada em seu coração, assim também neles sela solidamente a graça de sua adoção, para que ela seja estável e confirmada. Entretanto, isto de modo algum impede que essa operação inferior do Espírito tenha seu curso até mesmo nos réprobos. Não obstante isto, os fiéis são ensinados a examinar-se a si próprios cuidadosa e humildemente, para que a confiança da carne não se insinue sorrateira em lugar da certeza da fé.

Acrescenta-se ainda que os réprobos nunca percebem um senso da graça senão confuso, de sorte que apreendem antes uma sombra em vez da substância; é por isso que o Espírito, propriamente falando, sela a remissão dos pecados somente nos eleitos, de modo que a apliquem para seu proveito mediante fé especial. Não obstante, com razão se diz que os réprobos crêem que Deus lhes é propício, porquanto aceitam o dom da reconciliação, ainda que confusamente, e não de forma bem distinta. Não que sejam participantes com os filhos de Deus da mesma fé ou regeneração, mas porque, sob a capa da hipocrisia, com eles parecem ter um princípio comum de fé. Tampouco nego que Deus lhes ilumine a mente até o ponto de reconhecerem sua graça, mas, do testemunho especial que outorga a seus eleitos, de tal modo distingue esse sentimento, que não chegam a desfrutar de sólido efeito e fruição. Pois não se lhes mostra por isso propício, de tal modo que, verdadeiramente arrebatados da morte, os toma em sua guarda, mas apenas lhes manifesta presente misericórdia. Não obstante, somente aos eleitos digna da raiz viva da fé, para que perseverem até o fim [Mt 24.13].

Dilui-se assim essa objeção: se Deus exibe realmente sua graça nos réprobos, isto está estabelecido para sempre, porque nada impede que Deus ilumine a alguns com o senso de sua presente graça, senso que mais tarde se desvanece.

12. Só nos eleitos é a fé real e eficaz; nos réprobos, ela é apenas aparente e ineficaz

Além disso, ainda que a fé seja o conhecimento da divina benevolência para conosco e a segura convicção de sua verdade, contudo não é de admirar que nos chamados justos, temporariamente, se desvaneça o senso do amor divino, o qual, embora seja afim à fé, entretanto difere muito dela. Declaro que a vontade de Deus é imutável e sua verdade é sempre consistente com a mesma. Contudo nego que os réprobos avancem até o ponto de penetrar essa secreta revelação que a Escritura reivindica só para os eleitos. Nego, porém, que eles ou apreendam a vontade de Deus, como é imutável, ou com real constância lhe abracem a verdade; por isso é que se detêm em um sentimento evanescente, como uma árvore, plantada não bastante funda para produzir raízes vivas, seca-se no decurso do tempo, ainda que por alguns anos simule não só flores e folhas, mas até mesmo frutos.

Enfim, assim como pela queda do primeiro homem pôde-se apagar de sua mente e de sua alma a imagem de Deus, assim também não é de admirar se a alguns réprobos Deus ilumine com os raios de sua graça, os quais, mais tarde, permite que se extingam. Tampouco coisa alguma impede que Deus a uns tinja levemente de conhecimento de seu evangelho, a outros infunda profundamente. Isto, contudo, deve-se manter: por mais exígua e débil que a fé seja nos eleitos, entretanto, uma vez que o Espírito de Deus lhes é o seguro penhor e selo de sua adoção [Ef 1.14], jamais se pode apagar de seus corações o que ele neles gravou. Quanto à iluminação dos réprobos, finalmente se dissipa e perece, sem que possamos dizer por isso que o Espírito engana a alguém, pelo fato de que não vivifica a semente que jaz em seu coração, de sorte que permaneça sempre incorruptível como nos eleitos.

Portanto, vou mais longe: uma vez que do ensino da Escritura e da experiência diária se faça patente que os réprobos são, por vezes, tocados pelo senso da graça divina, necessariamente se lhes desperta no coração certo desejo de amor mútuo. Assim, por certo tempo vicejou em Saul um afeto piedoso para que amasse a Deus, de quem, reconhecendo ser tratado paternalmente, era tomado de algum dulçor de sua bondade. Mas, uma vez que nos réprobos não se arraiga profundamente a convicção do paterno amor de Deus, não o amam plenamente como filhos; pelo contrário, são conduzidos por certa disposição mercenária. Ora, só a Cristo foi dado esse Espírito de amor, com esta condição: que o instile em seus membros; na verdade esta afirmação de Paulo não se estende para além dos eleitos: "Porquanto o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado" [Rm 5.5]; isto é, esse amor que gera aquela confiança de invocação que abordei acima [Gl 4.6].

Assim vemos, por outro lado, que Deus se ira paradoxalmente com seus filhos a quem não deixa de amar; não que em si os deteste, mas porque os quer aturdir com

o senso de sua ira, para que lhes humilhe a soberba da carne, sacuda-lhes o torpor e os provoque ao arrependimento. E assim concebem-no ao mesmo tempo não só irado contra eles, ou contra seus pecados, mas também propício para com eles; pois eles não fingidamente suplicam que lhes seja desviada sua ira, enquanto nele se refugiam com serena confiança. Com estas considerações, de fato fica evidente que alguns não estão a simular fé, os quais, no entanto, carecem da verdadeira fé. Ao contrário, enquanto são levados de súbito impulso de zelo, enganam-se a si próprios com uma opinião falsa. Nem há dúvida de que deles se assenhoreie a displicência, de sorte que não examinam devidamente o próprio coração, como seria de esperar. É provável que tais tenham sido aqueles em quem, conforme o testifica João, "Nem mesmo Jesus confiava neles, porque conhecia a todos; e não necessitava de que alguém testificasse do homem, porque ele bem sabia o que havia no homem" [Jo 2.24, 25].

Pois, se muitos não decaíssem da fé comum (chamo-a *comum* pela grande semelhança e afinidade da fé temporária com a fé viva e permanente), Cristo não teria dito aos discípulos: "Se permanecerdes em minha palavra, verdadeiramente sois meus discípulos, e conhecereis a verdade, e a verdade vos fará livres" [Jo 8.31, 32]. Pois estava dirigindo a palavra àqueles que haviam abraçado seu ensino e os exorta ao progresso da fé, para que não viessem, por seu torpor, a extinguir a luz que lhes fora dada. Por isso Paulo reivindica a fé real exclusivamente para os eleitos [Tt 1.1], significando que muitos fenecem, porque não têm exibido a raiz viva. Assim também fala Cristo em Mateus [15.13]: "Toda árvore que meu Pai não plantou será desarraigada."

Em outros, sua zombaria é ainda mais crassa, os quais não se acanham de querer enganar a Deus e aos homens. Contra essa espécie de homens, que profanam impiamente a fé com falaz pretexto, Tiago investe resoluto [Tg 2.14-26]. Tampouco Paulo requereria dos filhos de Deus "uma fé não fingida" [1Tm 1.5], a não ser pelo fato de que muitos arrogam para si ousadamente o que não têm, e com vã aparência enganam ou a outros, ou por vezes a si próprios. E assim ele compara a boa consciência a uma arca em que se guarda a fé, porquanto muitos, ao desviar-se daquela, tornaram-se náufragos no tocante a esta [1Tm 1.19].

13. Várias e distintas acepções do termo fé nas Escrituras

Além disso, importa ter-se em conta o significado ambíguo do termo, pois freqüentemente *fé* equivale à *sã doutrina da piedade*, como nesta passagem que citamos há pouco e na mesma Epístola onde Paulo quer que os diáconos mantenham "o mistério da fé em uma consciência pura" [1Tm 3.9]. De igual modo, onde denuncia a apostasia de alguns [1Tm 4.1]. Mas, por outro lado, diz que Timóteo havia sido "alimentado com as palavras da fé" [1Tm 4.6]. Também, onde diz que "os clamores

fúteis e profanos, e às oposições da falsamente chamada ciência", são a causa por que muitos se desviem da fé [1Tm 6.20, 21], aos quais em outro lugar chama réprobos quanto à fé [2Tm 3.8]. Assim, de novo, onde preceitua a Tito: "Admoesta-os a que sejam sãos na fé" [Tt 1.13], querendo significar com este termo ***sanidade*** simplesmente a pureza da doutrina que facilmente se corrompe e degenera pela volubilidade dos homens. Isto é, "Em quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência" [Cl 2.3], a quem se possui pela fé, com razão este termo *fé* se estende à suma de toda a doutrina celestial da qual ela não pode separar-se.

Em contraposição, por vezes o termo ***fé*** se restringe a algum objeto particular como quando diz Mateus [9.2] que Cristo viu fé naqueles que fizeram descer o paralítico por entre as telhas, e ele próprio exclama que não achara tão grande fé em Israel, como a demonstrada pelo centurião [Mt 8.10]. Com efeito, é provável que estivera ele inteiramente voltado para a cura do filho, cujo cuidado ocupara toda sua mente, mas, porque se contenta só com a resposta de Cristo, não exige sua presença corporal; por causa desta circunstância sua fé é tão sublimemente louvada.

E, pouco antes, ensinamos que Paulo toma o termo ***fé*** para designar o dom de milagres [1Co 13.2], dom que possuem até os que nem foram regenerados pelo Espírito de Deus, nem seriamente o cultuam. Em outro lugar, também usa o termo ***fé*** como designando a ***doutrina*** pela qual somos instruídos na fé. Ora, quando escreve que a fé haverá de cessar [1Co 13.10], não há dúvida de que isso se refere ao ministério da Igreja, que é hoje valioso à nossa fraqueza.

Nestas formas de expressão certamente evidencia-se uma analogia. Quando, porém, impropriamente se transfere o termo ***fé*** a uma falsa profissão ou a um título fictício, ele não deve parecer mais duro e estranho a κατάχρησις [*katáchrēsis – uso inapropriado*] do que onde a expressão se aplica ao temor de Deus como designativo de um culto vicioso e pervertido, como quando freqüentemente se diz na História Sagrada que os povos estrangeiros que tinham sido trasladados a Samaria e lugares vizinhos tinham temido os deuses fictícios e o Deus de Israel [2Rs 17.24-41], o que vale tanto quanto misturar o céu à terra.

Mas, agora indagamos em que consiste a fé que distingue os incrédulos dos filhos de Deus, pela qual invocamos a Deus por Pai, pela qual passamos da morte para a vida e pela qual Cristo, nossa eterna salvação e nossa vida, habita em nós. A esse respeito, parece-me que expus breve e claramente sua natureza e propriedade.

14. A FÉ É CONHECIMENTO, E ESTE DE CUNHO TRANSCENDENTE, NÃO SENSÓRIO, PERCEPTIVO OU ESPECULATIVO

Examinemos de novo, agora, cada parte desta definição de fé, as quais, perscrutadas diligentemente, nada deixará de duvidoso, segundo penso. Quando à fé cha-

mamos ***conhecimento***, não queremos dizer ***compreensão*** que costuma ser das coisas que caem sob a percepção sensória humana. Pois a fé está tão acima da percepção sensória, que se torna indispensável que o entendimento humano se eleve sobre si mesmo para chegar a ela. Contudo, nem mesmo quando a ela chega, compreende o que percebe. Mas, enquanto persuadida do que não apreende, pela própria certeza da persuasão mais entende que se percebesse algo humano por sua própria capacidade. Daí, admiravelmente a descreve Paulo, que a chama "compreender, com todos os santos, qual seja o comprimento, a largura, a profundidade e a altura, e conhecer o amor de Cristo que ultrapassa todo conhecimento" [Ef 3.18, 19]. Pois quis significar que é de todos os modos infinito o que nossa mente abraça pela fé, e que esse gênero de conhecimento é muito mais elevado que todo saber humano.

Contudo, porque a seus santos fez o Senhor manifesto o segredo de sua vontade, o qual estivera oculto por séculos e gerações [Cl 1.26], com razão mui procedente é a fé freqüentemente chamada, nas Escrituras, ***pleno conhecimento*** [Ef 1.17; 4.13; Cl 1.9; 3.10; 1Tm 2.4; Tt 1.1; Fm 6], por João, entretanto, apenas ***conhecimento*** quando testemunha que os fiéis bem sabem ser filhos de Deus [1Jo 3.2]. E de fato o sabem com certeza, porém firmados mais pela persuasão da verdade divina do que instruídos por demonstração racional. Isto indicam também as palavras de Paulo: "Enquanto habitamos neste corpo, peregrinamos longe do Senhor, porquanto andamos por fé, não por visão" [2Co 5.6, 7], palavras com as quais mostra que aquelas coisas que assimilamos pela fé estão, no entanto, distantes de nós e nos escapam à visão. Do quê afirmamos que o conhecimento da fé consiste mais em ***certificação*** do que em ***apreensão***.

15. A FÉ É CONHECIMENTO CERTO E SEGURO, COMO SE ACHA FUNDAMENTADO EM DEUS E SUA PALAVRA

Acrescentamos que a fé é um conhecimento certo e seguro, cuja qualificação expressa a mais firme constância de sua persuasão. Pois, como a fé não se contenta com opinião dúbia e mutável, assim tampouco com uma noção obscura e confusa; pelo contrário, requer certeza plena e fixa, como costuma ser em se tratando de coisas experimentadas e comprovadas. Ora, a incredulidade tão profunda e arraigadamente se nos apega ao coração e a tal ponto lhe somos propensos, que sem árduo embate cada um não se persuade daquilo que todos confessam com a boca: que Deus é fiel. Especialmente quando se confronta uma situação real, a insegurança de todos põe a descoberto a falha que jazia oculta.

Por isso, não sem motivo o Espírito Santo enaltece com tão nobres títulos a autoridade da Palavra de Deus, a fim de fornecer remédio a esta enfermidade e para que demos total crédito a Deus em suas promessas. "As palavras do Senhor são palavras puras", diz Davi, "prata fundida em excelente cadinho, purificada sete ve-

zes” [Sl 12.6]. De igual modo: “A palavra do Senhor é refinada, escudo é a todos os que nele confiam” [Sl 18.30]. Salomão, porém, confirma o mesmo com quase os mesmos termos: “Toda palavra de Deus é refinada” [Pv 30.5]. Mas, visto que nesta demonstração se consome o Salmo 119, seria supérfluo nesta matéria recitar mais textos da Escritura. Sem dúvida, sempre que Deus, em tais termos, nos recomenda sua Palavra, indiretamente está a censurar-nos a incredulidade, porquanto ele não visa a outro propósito, senão que nos erradique do coração dúvidas tão disparatadas.

Muitíssimos há também que de tal modo concebem a misericórdia de Deus, que daí recebem um mínimo de consolação, pois são, ao mesmo tempo, constringidos por mísera ansiedade, enquanto duvidam que ele lhes será misericordioso, porque encerram dentro de limites demasiadamente estreitos aquela própria clemência da qual parecem estar mui persuadidos. Com efeito, assim ponderam consigo que certamente ela é grande e copiosa, derramada sobre muitos, a todos acessível e preparada; contudo, que é incerto se porventura também a si ela haja de chegar, ou, antes, se porventura eles haverão de chegar a ela. Com este pensamento, é como se parasse em meio do caminho; não de *pensamento* pela metade. Conseqüentemente, longe de levar tranqüilidade e segurança ao espírito, o perturba ainda mais com dúvidas e incerteza.

Bem outro é o sentimento de πληροφορίας [*plērŏphŏrías – plena certeza*] que nas Escrituras sempre se atribui à fé; isto é, que elimina a dúvida acerca da bondade de Deus a nós claramente manifesta. Mas, isto não pode acontecer sem que sintamos verdadeiramente seu dulçor e o experimentemos em nós mesmos. Por isso é que o Apóstolo deriva da fé a ***confiança***, e desta, por outro lado, a ***ousadia***. Pois assim fala ele: “Mediante Cristo temos nós ousadia e acesso em confiança, que é por meio da fé nele” [Ef 3.12]; palavras com as quais mostra absolutamente que não há fé correta a não ser quando ousamos apresentar-nos perante Deus com ânimo sereno. Esta ousadia não nasce senão da sólida confiança na benevolência e salvação divinas. Tão verdadeiro é isso que, com bastante freqüência, se usa o termo ***fé*** em lugar de ***confiança***.

16. A fé é sólida confiança nas promessas divinas e firme apropriação da salvação que Deus nos propicia

Aqui se revolve o principal gonzo da fé, a saber, que não julguemos que as promessas de misericórdia que o Senhor nos oferece são verdadeiras somente fora de nós; ao contrário, que antes as façamos nossas, abraçando-as interiormente. Desta admissão, afinal, nasce aquela confiança que, em outro lugar [Rm 5.1], o mesmo Paulo chama ***paz***, salvo se alguém preferir deduzir a paz da mesma confiança. Ora esta paz consiste numa segurança que acalma e tranqüiliza a consciência diante do tribunal de Deus, segurança sem a qual, necessariamente, se sentiria sacudida e

quase dilacerada por tumultuada perturbação, caso permita esquecer-se de Deus e de si mesma, adormecendo por um momento. E, de fato, apenas por um momento, porque não desfruta por longo tempo desse mísero esquecimento, sem que seja lancinada pela lembrança do juízo divino que a cada passo se apresenta aos olhos da alma.

Em suma, não há nenhum outro verdadeiramente fiel senão aquele que, persuadido por sólida convicção de que Deus é seu Pai propício e benévolo, por sua benignidade lhe promete todas as coisas; e aquele que, confiando nas promessas da divina benevolência para consigo, antecipa infalível expectativa de salvação. Como o Apóstolo assinala nestas palavras: "Se tão-somente conservarmos confiança até o fim, e a glória da esperança" [Hb 3.6]. Porque, ao expressar-se assim, declara que ninguém espera no Senhor como deve senão aquele que se gloria confiadamente de que é herdeiro do reino celeste.

Afirmo que ninguém é fiel senão aquele que, arrimado na certeza de sua salvação, zomba confiadamente do Diabo e da morte, como somos ensinados dessa magnífica exclamação sentenciosa de Paulo: "Estou persuadido de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem as coisas presentes, nem as futuras nos poderão separar do amor de Deus, com que nos abraça em Cristo Jesus" [Rm 8.38, 39]. Assim, o mesmo Apóstolo não julga que os olhos de nossa mente possam ser bem iluminados de outro modo, a não ser que divisemos claramente qual seja a esperança da herança eterna para a qual fomos chamados [Ef 1.18]. E esta é a doutrina que ensina a cada passo: que somente compreendemos realmente a bondade de Deus quando estamos plenamente seguros dela.

17. A certeza que a fé nos confere de forma alguma exclui a tentação de dúvida e inquietude, ora mais, ora menos sentida

Com efeito, dirá alguém: enfaticamente outra é a experiência dos fiéis que, ao reconhecerem a graça de Deus para consigo, não só são tentados por inquietude, que freqüentemente os acossa, mas até amiúde tremem de gravíssimos temores, tão grande é a veemência das tentações desenfreadas para abalar-lhes a mente; o que não parece coadunar-se muito com essa certeza de fé! Conseqüentemente, impõe-se-nos resolver esta questão, se queremos que a doutrina supradiscutida se mantenha firme.

Nós, de fato, enquanto ensinamos que a fé deve ser certa e segura, não imaginamos alguma certeza que jamais possa ser tangida por alguma dúvida, nem uma segurança que não possa ser atingida por alguma inquietude; senão que, antes, dizemos que os fiéis têm perpétuo conflito com sua própria desconfiança. Tão longe está de que coloquemos sua consciência em algum plácido repouso, o qual não seja ab-

solutamente importunado por nenhuma perturbação! Todavia, por outro lado, de qualquer maneira que sejam afligidos, negamos que decaiam e se apartem daquela segura confiança que conceberam da misericórdia de Deus.

Nenhum exemplo de fé é mais insigne ou mais memorável do que aquele que a Escritura propõe em Davi, especialmente se visualizarmos todo o curso de sua vida. Contudo, ele mesmo com freqüência se queixa de estar mui longe de desfrutar perenemente da paz de espírito. Bastará citar alguns de seus numerosos testemunhos. Enquanto censura os conturbados sentimentos de sua alma, que outra coisa censura senão sua própria incredulidade? “Por que te agitas”, diz ele, “ó minha alma, e por que te perturbas dentro de mim? Espera em Deus” [Sl 42.5, 11; 43.5]. Certamente que aquela consternação era evidente sinal de desconfiança, como se julgasse abandonado por Deus. Confissão ainda mais ampla se lê em outro lugar: “Eu disse em minha precipitação: lançado fui da vista de teus olhos” [Sl 31.22]. Em outro lugar também contende consigo mesmo em ansiosa e angustiada perplexidade; na verdade, formula uma indagação acerca da própria natureza de Deus: “Porventura esqueceu-se Deus de ser misericordioso? Porventura rejeitará ele para sempre?” [Sl 77.7, 9]. Mais duro é o que segue: “E eu disse: Isto constitui minha enfermidade; mas eu me lembrei dos anos da destra do Altíssimo” [Sl 77.10]. Ora, como que desesperado, a si mesmo se condena à morte; e não apenas se confessa sacudido de dúvida, mas, como se estivesse sucumbido no conflito, até mesmo imagina que nada mais lhe resta, porque pressupõe que Deus o havia abandonado, e lhe voltara a mão para destruí-lo, a qual outrora lhe era para auxílio. Por isso, não sem causa, ele exorta sua alma a que retorne a sua quietude [Sl 116.7], porque havia experimentado o que era ser arrojado por entre ondas turbulentas.

E no entanto, o que é admirável, por entre esses abalos a fé sustenta os corações dos piedosos; e na verdade alcança o viço da palmeira [Sl 92.12], de sorte a enfrentar a todos e quaisquer incômodos e se eleva para o alto; assim como Davi, quando poderia parecer esmagado, ainda que incriminando a si mesmo, não desistiu de buscar a Deus. Aquele que, deveras, lutando com a fraqueza pessoal, em suas ansiedades porfia para com a fé, em larga medida já é vencedor. O que é lícito concluir desta citação e similares: “Espera no Senhor. Sê forte; ele te fortalecerá o coração. Espera no Senhor” [Sl 27.14]. Davi a si mesmo se acusa de desânimo e, repetindo o mesmo duas vezes, se confessa seguidamente sujeito a muitos sobressaltos. Entrementes, não apenas se desagrada a si próprio nessas falhas, mas aspira e se esforça em corrigi-las.

Por exemplo, caso se compare com o rei Acaz, logo se verá perfeitamente a diferença entre ambos. Isaías é enviado a levar remédio à ansiedade do rei ímpio e hipócrita. Ele lhe fala com estas palavras: “Estejas em guarda e aquieta-te; não te atemorizes” etc. [Is 7.4]. Que faz ele ao ouvir isto? Como fora dito antes, que o

coração lhe foi abalado como as árvores da floresta são sacudidas pelo vento [Is 7.2], embora ouvisse a promessa, não cessou de apavorar-se. Portanto, esta é a mercê e castigo próprios da infidelidade: estremecer de tal forma, que aquele que não abre para si a porta, pela fé, na tentação se afasta de Deus; em contraposição, porém, os fiéis, a quem vultoso volume de tentações encurva e quase esmaga, delas se alteiam constantemente, ainda que não sem embaraço e dificuldade. E já que são cônscios da própria fraqueza de espírito, oram com o Profeta: "Não retires totalmente de minha boca a palavra da verdade" [Sl 119.43]. Com essas palavras somos ensinados que eles amiúde emudecem, como se sua fé fosse prostrada, os quais, no entanto, não decaem nem viram as costas; ao contrário, prosseguem sua luta, e orando espicaçam sua letargia, para que, ao menos, por sua própria complacência não se entreguem à preguiça.

18. O perene conflito do coração crente, dividido entre o poder do Espírito e a tentação da carne, decorrência da imperfeição da fé

Para que se compreenda isto, faz-se necessário retornar àquela distinção de carne e espírito de que fizemos menção em outro lugar, a qual se patenteia mui lucidamente neste ponto. Ora, o coração piedoso sente em si tal distinção, uma vez que, em parte, é inundado de dulçor ante o reconhecimento da bondade divina; em parte é sufocado pelo amargor ante o senso de sua calamidade; em parte, reclina-se na promessa do evangelho; em parte, se inflama pelo testemunho de sua iniqüidade; em parte, exulta com a expectação da vida; em parte, se apavora com a morte. Variação esta que decorre da imperfeição da fé, uma vez que no curso da presente vida nunca as coisas vão tão bem conosco que, curados de todo ataque de desconfiança, somos plenamente plenificados e possuídos de fé. Daqui esses conflitos: quando a desconfiança que se apega aos remanescentes da carne se insurge para atacar a fé que foi interiormente concebida.

Se, pois, a certeza é misturada de dúvida na mente piedosa, porventura não volveremos sempre ao questionamento de que a fé não é um conhecimento certo e líquido da vontade divina para conosco, antes, um conhecimento obscuro e confuso? De modo algum, por certo. Pois, nem se formos puxados em direções diversas por variados pensamentos, somos por isso diretamente alijados da fé; nem se de todos os lados formos premidos pela inquietação da desconfiança, por isso mergulhamos no abismo; nem se formos violentamente sacudidos, somos por isso derrubados de nosso pedestal. Com efeito, deste conflito o fim será sempre que a fé vence, afinal, essas dificuldades, pelas quais assim assediada, parece periclitar.

19. A FÉ, POR MAIS INCIPIENTE E RUDIMENTAR QUE SEJA, CRESCE EM CONTÍNUO VIGOR E CERTEZA

Eis a síntese. Quando inicialmente é instilada em nossa mente, mesmo que seja apenas uma gota mínima de fé, começamos então a contemplar a face de Deus, plácida, serena e propícia para conosco. É verdade que isto à distância; contudo, com visão de tal modo segura, saibamos que de maneira alguma estamos sofrendo de alucinação. Além disso, quanto mais avançamos – uma vez que nos importa avançar continuamente –, atendendo a um progresso de antemão estabelecido, mais nos vamos aproximando da visão dele; e já um tanto mais segura, e até pela própria continuidade, mais familiar ele se nos torna.

E assim vemos que a mente iluminada pelo conhecimento de Deus, de início se mantém envolta em muita ignorância, a qual vai pouco a pouco se dissipando. Contudo, ao ignorar certos pontos, ou ao visualizar mais obscuramente aquilo que contempla, não é impedida de fruir de cristalino conhecimento da divina vontade para consigo, o qual na fé ocupa o primeiro e mais importante lugar. Pois, como alguém encerrado em um cárcere recebe os raios do sol apenas obliquamente, os quais brilham como que pela metade através de uma janela bem estreita, está de fato privado da livre contemplação do sol, todavia, com os olhos mira fulgor não ambíguo e desfruta de seu benefício, assim, presos pelos grilhões do corpo terreno, por mais que estejamos por toda parte rodeados de muita escuridão, no entanto somos iluminados por uma firme certeza, quanto nos é suficiente, pela luz de Deus a luzir para exibir sua misericórdia, ainda que apenas um breve momento.

20. A BIPOLARIDADE DA EXPERIÊNCIA DE FÉ NA PERSPECTIVA DO ENSINO DE PAULO

A um e outro desses dois aspectos, o Apóstolo ensina magistralmente, em diversos lugares, pois quando diz que "conhecemos em parte e em parte profetizamos", e que "vemos como por um espelho em enigma" [1Co 13.9, 12], põe em relevo quão reduzida porção dessa sabedoria realmente divina nos é dada na presente vida. Ora, ainda que essas palavras não indiquem simplesmente que, por quanto tempo gememos sob o fardo da carne, a fé é imperfeita, mas ainda que de nossa imperfeição resulte que se nos faz necessário exercitar-nos a aprender continuamente, contudo o Apóstolo indica que em nossa parca medida e limitações não se pode compreender o que é imensurável. E Paulo proclama isso em toda Igreja: mas a cada um de nós sua própria ignorância constitui obstáculo e impedimento, para que não se chegue tão perto quanto seria de se desejar.

Com efeito, ele mesmo prova em outro lugar quão grande é a certeza que nos propicia, mesmo uma gotícula, quando afirma que, por meio do evangelho, de face

descoberta e sem o estorvo de nenhum véu, com tão grande eficácia contemplamos a glória de Deus para que sejamos transformados à sua própria imagem [2Co 3.18].

Em tais envoltórios de ignorância é inevitável que ao mesmo tempo nos vejamos muitíssimo enredilhados por dúvida e vacilação, uma vez que nosso coração, por um como que natural instinto, propende de modo especial à incredulidade. Aqui sucedem tentações que, não só infinitas em número, mas variadas em natureza, de quando em quando nos assaltam com grande ímpeto. Acima de tudo, a própria consciência, oprimida pela gigantesca massa dos pecados, ora deplora e geme em seu íntimo, ora se acusa, ora murmura em silêncio, ora irrompe em franco tumulto.

Portanto, quer as coisas adversas manifestem a ira de Deus, quer em si mesma ache a consciência argumento e matéria, daí a incredulidade saca armas e apetrechos para destroçar a fé, a qual por fim se destina perpetuamente a este propósito: que, julgando ser-nos Deus adverso e indiferente, não esperemos dele bem algum, nem o temamos como a um inimigo capital.

21. Firmada na divina palavra, a fé jamais cede terreno à incredulidade nem se deixa abater-se por ela

Para conter a tais investidas, a fé se arma e se guarnece da Palavra do Senhor. E quando tentação dessa natureza a assalta, a saber, que Deus nos é inimigo, uma vez que se nos mostra hostil, a fé replica em contrário: enquanto nos aflige, Deus é também misericordioso; já que seu castigo provém antes do amor que da ira. Quando desta cogitação é ela acutilada, a saber, que Deus é vingador das iniqüidades, ela usa como escudo o perdão preparado para todos os delitos, sempre que o pecador se volve para a clemência do Senhor.

De sorte que a mente piedosa, por mais que se veja, de modo extraordinário, inquieta e atormentada, no entanto emerge, afinal, sobre todas as dificuldades; nem de modo algum consente que lhe seja tirada a confiança na misericórdia divina. Ao contrário, todas que a afligem e a atormentam se convertem numa mais sólida garantia desta mesma confiança. Por prova deste fato é que os santos, quando a seus olhos parecem ser extremamente acossados pela vingança divina, no entanto junto a ele depõem suas recriminações; e quando parece que de modo algum serão ouvidos, não menos o invocam. Ora, a que fim serviria lamuriar-se perante aquele de quem nenhuma consolação esperariam? Na verdade, jamais lhes passaria pela mente invocá-lo, a não ser que cressem que ele já lhes preparou algum socorro. Assim, os discípulos em quem Cristo repreendeu a exigüidade da fé, queixavam-se de que estavam a perecer, contudo imploravam-lhe o auxílio [Mt 8.25]. Aliás, tampouco, enquanto os verbera por causa da fé tão ínfima, os exclui do quadro dos seus, nem os inclui no número dos incrédulos; antes, os incita a desvencilhar-se da falha.

Portanto, voltamos a afirmar o que já dissemos um pouco antes: jamais se pode arrancar a raiz da fé do coração piedoso; antes, cravada em seu mais íntimo recesso, aí adere, por mais que pareça inclinar-se sacudida para cá ou para lá: sua luz a tal ponto jamais se extingue ou se deixa sufocar, que não se deixa esconder nem mesmo debaixo de cinza; e, com este exemplo, se evidencia que a Palavra, que é uma semente incorruptível, produz fruto semelhante a si mesma, cujo gérmen nunca fenece nem de todo perece. E isto é tão certo, que os santos jamais encontram maior motivo e ocasião de desespero do que quando sentem, ao julgar pelos acontecimentos, que a mão de Deus se ergue para destruí-los. Contudo, Jó afirma que a esperança lhe haveria de ser estendida, e que se viesse a ser por ele morto, não haveria de deixar, por isso, de esperar nele [Jó 13.15].

Assim é, de fato: a incredulidade não reina nos recessos do coração dos piedosos, mas os assedia de fora; nem os fere mortalmente com seus dardos, mas apenas os molesta, ou, melhor, os golpeia de modo que o ferimento seja curável. Pois a fé, segundo Paulo ensina, nos é por escudo [Ef 6.16]: como anteparo aos dardos, de tal modo lhes sustém o impacto que os desvia totalmente ou, ao menos, os aplaca, para que não nos penetrem às partes vitais. Portanto, quando a fé é assim acometida, é precisamente como se um soldado, de outro modo firme, se visse forçado por violento golpe de lança a mover o pé e ceder um pouco; quando, porém, a própria fé é ferida, é precisamente como se o escudo recebesse do embate alguma quebradura, contudo de modo que não seja traspassado. Ora, a mente piedosa, que sempre se ergue até este ponto, dirá com Davi: “Se eu tiver de andar no meio da sombra da morte, não temerei males, porque tu estás comigo” [Sl 23.4]. Andar na escuridão da morte é sem dúvida apavorante, e seja o que for que aconteça aos fiéis, sem importar o que tenham de firmeza, não sentirão horror extremo. Mas, como se impõe em seu espírito o pensamento de que têm a Deus presente, e que ele cuida de sua salvação, o temor é, ao mesmo tempo, vencido pela confiança.

Quantos, porém, como Agostinho[1] – e não importa quais sejam os engenhos de guerra –, que contra nós nos assalta o Diabo, uma vez que não se assenhoreia do coração, onde a fé reside, é lançado fora. E assim, se há de julgar-se pelo resultado, os fiéis não só escapam ilesos de todo conflito, de sorte que, renovado o alento, pouco depois se vêem de novo preparados para descer à arena, mas também se cumpre o que João diz em sua primeira Epístola canônica: “Esta é a vitória que vence o mundo: nossa fé” [1Jo 5.4]. Ora, não apenas em uma só batalha, ou em umas poucas, ou contra alguma investida, afirma ele haver nossa fé de ser vencedora, mas é vitoriosa sobre o mundo todo, ainda que seja mil vezes atacada.

1. *Tratados Sobre João*, LII, 9.

22. A certeza da fé não é afetada pelo devido temor de Deus

Não obstante, há outra espécie de "temor e tremor" [Fp 2.12], a qual está mui longe de empobrecer a certeza da fé, a qual, ao contrário, é estabelecida com maior firmeza. Na verdade, isto se dá enquanto os fiéis, ou pensam que seus exemplos são conferidos à guisa de avisos da divina vingança contra os ímpios, solicitamente se munem de prudência para que não lhes aconteça que provoquem contra si a ira de Deus mediante as mesmas ofensas, ou, quando examinam em seu íntimo sua própria miséria, aprendem a depender inteiramente do Senhor, sem o qual percebem que são mais instáveis e efêmeros que qualquer vento.

Ora, o Apóstolo, ao falar das punições com as quais o Senhor castigara outrora ao povo de Israel, incute terror aos Coríntios para que não se enredilhem em males semelhantes [1Co 10.4-11]. Com isso, não pretende abalar sua confiança; ao contrário, apenas lhes sacode o torpor da carne, mediante o qual a fé costuma ser mais quebrantada que fortalecida. Tampouco, quando pela queda dos judeus se mune de razão para exortar que "aquele que está de pé, olhe que não caia" [1Co 10.12], nos prescreve que vacilemos, como se estivéssemos pouco certos de nossa firmeza, mas apenas desfaz a arrogância e o temerário excesso de confiança de nossa própria força, para que, sendo os judeus rejeitados, os gentios, recebidos em seu lugar, não exultem desmesuradamente [Rm 11.20, 21]. Ainda que aí fale não só aos fiéis, mas, em sua consideração ele inclui também os hipócritas, os quais se gloriavam apenas na aparência exterior. Pois não adverte a homens individualmente; mas, estabelecida comparação entre judeus e gentios, depois que mostrara que aqueles tinham sofrido as justas punições de sua incredulidade e ingratidão, a saber, que haviam sido rejeitados, também a estes exorta a que não percam, enchendo-se de orgulho e exaltando-se a si mesmos, a graça da adoção que há pouco lhes fora transferida. Mas, da mesma forma que naquela rejeição dos judeus alguns sobravam dentre eles, os quais de modo algum apostataram do pacto de adoção, assim podiam alguns erguer-se dentre os gentios, os quais, sem genuína fé, apenas se inflariam de estulta confiança carnal; e assim, para sua ruína, abusariam da benignidade de Deus.

Com efeito, ainda que se admita que se aplique aos eleitos e fiéis esta referência, não haverá nisso inconveniente algum. Ora, uma coisa é reprimir a temeridade que dos resquícios da carne amiúde se insinua aos santos sorrateiramente, para que não se esbaldem em vã confiança; outra é afligir de temor a consciência, de sorte que não descanse em plena segurança na misericórdia de Deus.

23. O temor não suprime a fé nem impede a certeza

Além disso, onde ensina que "desenvolvamos nossa salvação com temor e tremor" [Fp 2.12], não está exigindo outra coisa senão que nos acostumemos a atentar

para o poder do Senhor, com sincera depreciação de nós mesmos. Com efeito, nada nos desperta tanto a depositar no Senhor a confiança e certeza de espírito quanto a falta de confiança em nós mesmos e a ansiedade oriunda da consciência de nossa situação calamitosa. Deve-se tomar neste sentido o que lemos no Profeta: “Na multidão de tua bondade, adentrarei teu templo, adorarei em temor” [Sl 5.7]; onde, com muito tino, une a ousadia da fé, que se arrima na misericórdia de Deus com o reverente temor, que necessariamente se apodera de nós cada vez que, comparecendo ante a presença da divina Majestade, percebemos por seu esplendor quão grande é nossa indignidade. Salomão também, com razão, quando pronuncia ser bem-aventurado o homem que mantém o próprio coração em temor constante, visto que, por seu endurecimento, é ele precipitado no mal [Pv 28.14]. Mas ele se refere a um certo gênero de temor que nos faz mais cuidadosos e prudentes, sem nos afligir até a desesperação; isto é, quando nosso ânimo em si mesmo confuso se reconforta em Deus; em si mesmo abatido, se ergue; de si mesmo desconfiado, se apoia na esperança que tem depositado nele. Portanto, nada impede que os fiéis tenham temor e ao mesmo tempo desfrutem do consolo da plena segurança, posto que às vezes ponderam sua vaidade, e outras elevam sua mente a Deus.

Como, dirá alguém, é possível que tenham morada no mesmo ânimo o pavor e a fé? Exatamente como, em contrapartida, assim procedem o torpor e a ansiedade. Ora, ainda quando os ímpios busquem para si a impassividade, de modo que nenhum temor de Deus os inquiete, todavia, o juízo de Deus os acossa, para que não alcancem o que desejam. Dessa forma, nada impede que Deus exercite os seus à humildade, de sorte que, ao militar valentemente, a si se contenham sob o freio do comedimento. E de fato transparece do contexto haver sido esse o desígnio do Apóstolo, onde assinala como causa do temor e tremor o beneplácito de Deus, mercê do qual confere aos seus não só o benquerer, mas também incansavelmente o executar [Fp 2.12, 13]. Convém tomar neste sentido o vaticínio do Profeta: “Os filhos de Israel tremerão diante de Deus e de sua bondade” [Os 3.5]; porquanto a piedade não só gera a reverência por Deus, mas ainda imbui o próprio dulçor e suavidade da graça ao homem em si mesmo abatido, ao mesmo tempo de temor e admiração, de sorte que dependa de Deus e se sujeite humildemente a seu poder.

24. A FÉ NÃO VACILA ENTRE A ESPERANÇA E O MEDO, ATUADA ORA POR AQUELA, ORA POR ESTE

Ao afirmar isso, não é meu propósito aprovar a perniciosa filosofia ou fantasia que sustentam hoje alguns semipapistas. Ora, visto que não lhes é possível defender essa grosseira dúvida que tem sido ensinada nas escolas, ocultam-se em outra invencionice, de sorte a tornar a confiança mesclada com a incredulidade. Admitem que, enquanto temos nossos olhos postos em Cristo, encontramos nele motivo sufi-

ciente para esperar; porque, não obstante, sendo nós sempre indignos de todas essas benesses que em Cristo se nos oferecem, querem que flutuemos e vacilemos à vista de nossa indignidade. Em suma, de tal modo colocam a consciência entre a esperança e o medo, que este oscila para cá e para lá, mediante intermitências e vacilações. Aliás, a esperança e o medo de tal modo relacionam-se entre si que, em despontando aquela, este é reprimido; em ressurgindo este, aquela de novo tomba por terra. E assim Satanás, quando já vê que agora nada valem aquelas abertas maquinações com que costumara anteriormente enfraquecer a certeza da fé, tenta miná-la através de artifícios indiretos.

De que natureza, porém, será essa confiança que, freqüentemente, cederá ao desespero? Se contemplas a Cristo, dizem eles, infalível te é a salvação; se te volves a ti mesmo, infalível é a condenação. Logo, necessário se faz que alternadamente reine em teu espírito a desconfiança e a boa esperança. Como se, de fato, devêssemos pensar de Cristo como estando distante e não antes a habitar em nós! Ora, uma vez que dele aguardamos a salvação, não porque nos pareça distante, mas porque a nós, enxertados em seu corpo, não só nos faz participantes de todos os seus benefícios, mas também de si próprio. Conseqüentemente, assim lhes reverto este argumento: Se a ti mesmo contemplas, certa é a condenação; mas, uma vez que Cristo de tal modo te comunicou todos os seus benefícios, que todas as suas coisas são tuas, que te faz membro de seu corpo e, melhor, um com ele, sua justiça cobre teus pecados, sua salvação abole tua condenação. Ele próprio, com sua dignidade, se interpõe para que tua indignidade não se exiba à vista de Deus.

E isso é tão certo que de modo algum devemos apartar Cristo de nós, nem nós dele, mas manter solidamente esta comunhão pela qual intimamente nos uniu a si. Desta forma nos ensina o Apóstolo: "O corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o Espírito de Cristo, que habita em vós, é vida por causa da justiça" [Rm 8.10]. Segundo a trivialidade desses semipapistas, o Apóstolo deveria dizer: "Cristo, na verdade, tem vida em si, mas vós, visto que sois pecadores, permaneceis sujeitos à morte e à condenação." Mas realmente ele fala de maneira bem outra, pois ensina que esta condenação que em nós mesmos merecemos foi tragada pela salvação de Cristo; e, para confirmar isto, usa daquela razão que referi: que Cristo não está fora de nós, mas habita em nós; não só se nos apega por um laço indiviso de associação, mas, mediante certa comunhão maravilhosa, dia a dia, mais e mais se une em um só corpo conosco, até que se faça conosco inteiramente um.

Entretanto, tampouco renego o que disse pouco antes, ou, seja, que amiúde ocorrem certas interrupções da fé segundo sua fraqueza, quando ela oscila para cá ou para lá por entre violentos ataques. Assim, no denso nevoeiro das tentações, a luz lhe é sufocada. Entretanto, não importa o que aconteça, ela nunca deixa de inclinar-se sempre para Deus.

25. A bipolaridade da fé na palavra de Bernardo de Clareval

Nem de outra maneira discorre Bernardo quando, na quinta homília quanto à ***Dedicação do Templo***, trata expressamente desta matéria: “Refletindo, digo-o, de quando em quando, pela benevolência de Deus, acerca de minha alma, parece-me que nela descubro como que, por assim dizer, dois aspectos contrários. Se a contemplo segundo é ela em si e de si, nada mais verdadeiro posso dizer dela, senão que se reduz a nada. Por que se faria necessário agora enumerar-lhe as misérias, uma a uma, quão saturada está de pecados, mergulhada em trevas, enredilhada em engodos, fervilhante de concupiscências, sujeita a paixões, repleta de ilusões, propensa sempre ao mal, inclinada a todo vício, por fim plena de ignomínia e confusão? Se de fato até mesmo todos nossos próprios atos de justiça, examinados à luz da verdade, são achados como se fossem trapos imundos [Is 64.6], então o que nos haverão de reputar nossos atos de injustiça? Se a luz que há em nós são trevas, quão grandes serão as próprias trevas! [Mt 6.23]. Que diremos, pois? Sem dúvida, o homem se tornou semelhante à fatuidade [Sl 144.4]; ele foi reduzido a nada; o homem é nada. Ora, como pode ser absolutamente nada aquele a quem Deus engrandece? Como pode ser nada aquele em favor de quem o coração divino inclinou? Cobremos alento, irmãos. Mesmo que nada somos em nosso coração, talvez algo de nós pode jazer escondido no coração de Deus, ó Pai das misericórdias, ó Pai dos miseráveis, quando para nós inclinas teu coração? Ora, teu coração está onde está teu tesouro [Mt 6.21]. Como, porém, somos teu tesouro, se nada somos? Todas as pessoas são assim diante de ti como se nada fossem; ele as considera como menos que nada [Is 40.17]. De fato, ***diante*** de ti, não ***dentro*** de ti; assim no juízo de tua verdade, não, porém, assim na inclinação da tua piedade. De fato, chamas as coisas que não são como se fossem [Rm 4.17]; portanto, ***não são***, porque chamas as coisas que não são, e todavia ***são***, porque as chamas. Ora, quanto a si, ainda que não sejam, em ti, contudo, são, de par com essa palavra de Paulo: ‘Não de obras de justiça, mas por aquele que chama’” [Rm 9.11].

Depois de haver falado *Bernardo* nestes termos, mostra ser admirável a relação que existe entre estas duas considerações: “Indubitavelmente, as coisas que são conexas entre si, não se destroem mutuamente.” Além disso, na conclusão declara mais ostensivamente, nestas palavras: “Agora, se em uma e outra destas considerações diligentemente examinarmos o que somos, com efeito em uma quão nada somos, na outra quão magnificados somos, creio que nossa glória se mostra moderada, mas talvez é até mais incrementada, por certo mais solidificada, visto que nos gloriemos não em nós, mas no Senhor [2Co 10.17]. Realmente, assim pensamos: se Deus decretou salvar-nos, seremos de pronto libertados: já nesse fato se pode cobrar alento. Mas, ascendendo a um posto de observação mais elevado, busquemos a cidade de Deus, busquemos-lhe o templo; busquemos-lhe a morada; busquemos-lhe

a esposa. Não esqueci um pelo outro; digo-o, porém, com temor e reverência: 'Nós o somos, afirmo, mas no coração de Deus; nós o somos, mas por dignificação dele, não por dignidade nossa.'"

26. A fé redunda em temer a Deus como o Senhor e honrá-lo como Pai

Além disso, o temor do Senhor, cujo testemunho a cada passo se atribui aos santos nas Escrituras, e o qual, em algumas ocasiões, se designa de "o começo da sabedoria" [Sl 111.10; Pv 1.7]; em outras, a própria sabedoria [Jó 28.28]; ainda que seja um e único, todavia emana de duplo afeto. Pois Deus tem em si a dignidade de ***Pai*** e de ***Senhor***. E assim, quem o queira cultuar devidamente, diligenciará por mostrar-se não só ser-lhe ***filho obediente***, mas também ***servo obsequioso***. A obediência que se rende como seu Pai, o Senhor, mediante o Profeta, denomina ***honra***; o serviço que se exibe como seu Senhor, denomina ***temor***. "O filho", diz ele, "honra ao pai e o servo honra a seu senhor. Se eu sou Pai, onde está minha honra? Se eu sou Senhor, onde está meu temor?" [Ml 1.6]. Mas, por mais que os distingas, vês como, ao mesmo tempo, um elemento se funde no outro. Portanto, o temor do Senhor deve ser a reverência amalgamada dessa honra e desse temor.

Nem é de admirar se o mesmo ânimo agasalha a ambos esses sentimentos, pois aquele que pondera consigo que gênero de Pai Deus nos é tem suficiente razão, ainda que não existisse nenhum inferno para sentir maior horror de ofendê-lo do que de sofrer qualquer morte. Mas, por outro lado, segundo a desregrada inclinação de nossa carne para o vicioso impulso de pecar, para que a coibamos de todos os modos, nos é imposto igualmente lançar mão deste pensamento: que ao Senhor, sob cujo poder vivemos, é abominação toda iniqüidade, de cuja vingança não evadirão aqueles que, vivendo desprendidamente, porventura tenham provocado contra si sua ira.

27. O temor de Deus que no crente é filial, no incrédulo é servil

Mas o que João afirma, que "no amor não há temor, mas o perfeito amor lança fora o temor, porquanto o temor tem a ver com punição" [1Jo 4.18], em nada destrói estas postulações. Pois ele está falando do terror da incredulidade, do qual este temor dos fiéis difere muitíssimo. Ora, tampouco os ímpios temem a Deus só porque se arreceiem de incorrer-lhe no desagrado; o que ousariam, se deveras o pudessem impunemente; mas porque sabem estar ele armado do poder de represália, são sacudidos de pavor ao ouvir falar de sua ira. E também assim temem sua ira, porque a julgam sobrepairar-lhes ameaçadora, pelo que esperam a cada momento lhes haja de cair na cabeça.

Os fiéis, porém, como foi dito, não só temem a ofensa mais do que o castigo, nem são perturbados pelo medo de punição, como se lhes pendesse o castigo, mas também se tornam mais cautos para que não incorram nele. Assim o Apóstolo, quando fala aos fiéis: “Não vos enganeis”, diz ele, “porque por esse meio advém a ira de Deus sobre os filhos da desobediência” [Ef 5.6], não ameaça que sobre eles ela haverá de descer, mas os adverte a que pensem na ira do Senhor preparada para os ímpios, por causa dessas impiedades que enumerara, para que não queiram experimentá-la também eles mesmos.

Todavia, raramente acontece que os réprobos se despertem e se sintam movidos pelas simples ameaças, senão que, já tardos e embotados por seu endurecimento, sempre que do céu Deus troveja com palavras, acirram ainda mais sua contumácia. Mas, tocados por sua mão, queiram ou não, são compelidos a temer. A este temor chamam geralmente ***servil*** e o contrastam ao temor natural e espontâneo que convém aos filhos. Introduzem outros, sutilmente, uma espécie intermédia desse temor, visto que essa disposição servil e compulsória por vezes domina os ânimos de tal modo que se aproximam deliberadamente ao temor de Deus.

28. A fé contempla, não a prosperidade terrena, mas a salvação e a vida eterna

Ora, na benevolência divina, à qual dizemos que a fé contempla, entendemos que se obtém a posse da salvação e da vida eterna. Ora, se não pode faltar-nos bem algum quando Deus nos acolhe sob sua proteção, é suficiente segurança de nossa salvação que ele nos testifique o amor que nos tem. “Mostre ele sua face”, diz o Profeta, “e seremos salvos” [Sl 80.3, 7, 19]. Do quê as Escrituras formulam esta síntese de nossa salvação: que, uma vez abolidas todas as inimizades, ele nos recebeu em sua graça [Ef 2.14, 15]. Com isto dão evidentemente a entender que, uma vez que Deus esteja reconciliado conosco, não resta o menor perigo de que todas as coisas não nos sucedam bem. Portanto, a fé, apreendendo o amor de Deus, tem as promessas da vida presente e da *vida* futura [1Tm 4.8], bem como a firme certeza de todas as coisas boas, a qual, porém, pode ser depreendida da Palavra.

Ora, por certo a fé não promete longevidade, nem honra, nem riquezas nesta presente vida, uma vez que nada destas coisas quis o Senhor nos fosse destinado; pelo contrário, vivemos contentes com esta certeza: por mais que nos faltem muitas coisas que dizem respeito ao sustento desta vida, Deus, no entanto, jamais nos haverá de faltar. Mas, sua primordial certeza reside na expectação da vida futura que, pela Palavra de Deus, foi posta além de toda dúvida. Entretanto, quaisquer que sejam na terra as misérias e calamidades que esperem aqueles a quem Deus já abraçou com seu amor, não podem impedir que sua benevolência lhes seja a plena felicidade. Daí, quando queríamos exprimir a suma da bem-aventurança, mencionamos

a graça de Deus, de cuja fonte nos emanam todas as espécies de bênçãos. E isto, a cada passo, se pode observar nas Escrituras: que somos encaminhados ao amor do Senhor que, vezes sem conta, trata não só da salvação eterna, mas até de qualquer outro bem nosso. Razão por que Davi canta: a bondade divina, quando é sentida no coração piedoso, é mais doce e mais desejável do que a própria vida [Sl 63.3].

Enfim, se tivéssemos tudo, segundo nosso desejo, mas vivêssemos incertos quanto ao amor ou ao ódio de Deus, nossa felicidade seria maldita, e por isso desditosa. Mas se Deus nos mostra seu rosto de Pai, até as próprias misérias nos serão para felicidade, pois se converterão em auxílio para a salvação.

Assim é que Paulo, enfeixando todas as coisas adversas, entretanto se gloria de que não somos por elas separado do amor de Cristo [Rm 8.34-39], e em suas preces sempre parte da graça de Deus, da qual emana toda prosperidade. De maneira semelhante, Davi contrapõe o favor de Deus a todos os temores que nos conturbam. “Se porventura eu andar em meio à sombra da morte, não temerei males, porque tu estás comigo” [Sl 23.4]. E sentimos sempre vacilar-nos o espírito, a não ser que, contentes com a graça de Deus, nela busquemos sua paz, profundamente arraigados no que lemos no Salmo: “Feliz é o povo cujo Deus é o Senhor, e a nação a quem ele elegeu por sua herança” [Sl 33.12].

29. A fé se fundamenta na divina promessa da graça

Constituímos por fundamento da fé a promessa graciosa, porque nela se apoia, com propriedade, a fé. Ora, ainda que a fé em tudo declare ser Deus verdadeiro, quer ordene, quer proíba, quer prometa, quer ameace, e até obedientemente receba suas injunções, observe as determinações, atente para as ameaças, contudo começa propriamente da promessa: nela subsiste, nela termina. Pois a fé busca em Deus a vida, vida esta que não se acha em mandamentos, nem em formulários de penas, mas na promessa de misericórdia; e esta graciosa, porquanto uma promessa condicional, pela qual somos remetidos a nossas obras, não promete mais vida do que a que podemos encontrar em nós mesmos.

Portanto, se não queremos que a fé trema e vacile, importa que a apoiemos na promessa de salvação que do Senhor se oferece livre e liberalmente; e mais em consideração de nossa miséria do que de nossa dignidade. Pelo que o Apóstolo aplica ao evangelho este testemunho: que ele é a palavra da fé [Rm 10.8], título do qual priva tanto aos preceitos quanto às promessas da lei, já que nada há que possa fundamentar a fé, senão aquela generosa embaixada mercê da qual Deus reconcilia consigo o mundo [2Co 5.18-20]. Daqui, também a freqüente correlação, no mesmo Apóstolo, de fé e evangelho, quando ensina que lhe fora confiado o ministério do evangelho “para a obediência da fé” [Rm 1.5], porque “ele é o poder de Deus para

salvação de todo aquele que crê” [Rm 1.16], que “nele se revela a justiça de Deus de fé a fé” [Rm 1.17]. Nem é de admirar. Já que de fato e na verdade o evangelho é o “ministério da reconciliação” [2Co 5.18], nenhum outro testemunho suficientemente firme da divina benevolência se mostra para conosco, cujo conhecimento a fé busca para si.

Portanto, quando dizemos que a fé há de arrimar-se à promessa de graça, não estamos negando que os fiéis abracem e sustenham em toda linha a Palavra de Deus, mas apontamos para a promessa de misericórdia como o alvo próprio da fé. Da mesma forma que devem os fiéis, de fato, reconhecer a Deus como Juiz e Vingador das impiedades, contudo, lhe contemplam também apropriadamente a clemência, posto que lhes é apresentado como misericordioso, tardo em irar-se e inclinado à benevolência para com todos, a derramar sua misericórdia sobre todas as suas obras [Sl 145.8, 9].

30. Improcedência da tese de que a fé não deve ser definida tão-somente da promessa da graça, mas também das ameaças de castigo

Na verdade, nem mesmo dou atenção aos ladridos de Pighi, nem de cães da mesma laia, quando investem contra esta restrição da fé à promessa da graça, como se, fragmentando a fé, apanhe só uma porção dela. De fato, admito, como já disse, que o objeto geral da fé, como dizem eles, é a verdade de Deus, quer esteja a ameaçar, quer esteja a inculcar a esperança da graça. Daí o Apóstolo atribuir isto à fé, a saber, que Noé temeu a destruição do mundo quando esta ainda não se divisava [Hb 11.7].

Se o temor do castigo iminente foi obra da fé, as ameaças não devem ser excluídas da definição. Certamente, isto é verdadeiro. Mas os caluniadores, sem razão, nos desacreditam, como se negássemos que a fé tem a ver com todos os elementos da Palavra de Deus. Ora, queremos destacar apenas estes dois pontos: primeiro, que ela nunca se firma até que haja chegado à promessa da graça; em segundo lugar, que não somos de outro modo por ela reconciliados a Deus, senão porque nos une a Cristo. Ambos esses pontos são dignos de nota.

Buscamos uma fé que distinga dos réprobos os filhos de Deus; e dos incrédulos, os fiéis. Se alguém crê que Deus não só prescreve com justiça o que quer preceituar, mas deveras também ameaça, só por isso se chamará crente? Nada menos que isso. Portanto, a posição da fé não será firme, a não ser que se sustenha na misericórdia de Deus.

Ora, a que propósito discorremos acerca da fé? Porventura não é para que possuamos o caminho da salvação? Como, porém, é fé salvífica, senão até onde nos insere no corpo de Cristo? Logo, nada há de absurdo, se em sua definição de tal

modo lhe acentuamos o efeito principal e, à guisa de diferenciação, lhe anexemos ao gênero essa distinção que separa os fiéis dos incrédulos. Enfim, nesta doutrina os malévolos nada têm que lançar em rosto, sem que envolvam Paulo conosco na mesma censura, o qual, apropriadamente, chama ao evangelho "a palavra da fé" [Rm 10.8].

31. A fé se calca na Palavra da Escritura e nela se contém

Na verdade, daqui uma vez mais enfeixamos o que foi antes exposto: que a fé não tem menos necessidade da Palavra que o fruto da raiz viva da árvore, porquanto, atesta-o Davi, nenhum outro pode esperar em Deus senão aquele que conhece seu nome [Sl 9.10]. Esse conhecimento, porém, não provém da imaginação de cada um, mas até onde o próprio Deus é testemunha de sua bondade. Isto confirma-o, em outro lugar, o mesmo Profeta: "Tua salvação em conformidade com tua palavra" [Sl 119.41]. Igualmente: "Em tua palavra tenho esperado; salva-me [Sl 119.146, 147]. Onde se deve notar, primeiro, a relação da fé com a Palavra; a seguir, a conseqüência resultante da fé.

Contudo, não estamos com isso excluindo o poder de Deus, em cuja contemplação a fé há de apoiar-se, se queremos conferir a Deus sua honra. Paulo parece falar acerca de Abraão de forma fria ou vulgar: que ele creu que Deus, que lhe prometera uma descendência abençoada, era poderoso para cumprir esta promessa [Rm 4.21]. De igual modo, em outro lugar, em referência a si próprio: "Sei em quem tenho crido, e estou certo de que é poderoso para guardar meu depósito para aquele dia" [2Tm 1.12]. Com efeito, se cada um pondera consigo que muitas vezes dúvidas se insinuam sem cessar em nossa mente, quanto ao poder de Deus, reconhecerá suficientemente que aqueles que o magnificam, como é ele digno, têm feito não reduzido progresso na fé. Todos confessaremos que Deus pode tudo quanto quer; quando, porém, cada mínima tentação nos consterna de medo e nos faz atônitos de horror, disso se manifesta que não diminuímos o poder de Deus ao qual preferimos às ameaças de Satanás contra suas promessas.

Esta é a razão por que Isaías, quando quer imprimir no coração do povo a certeza da salvação, tão magnificamente discorre acerca do imenso poder de Deus. Com freqüência parece que, onde ele começou a considerar acerca da esperança de perdão e de reconciliação, muda para outro assunto e vagueia por longos e supérfluos rodeios, celebrando quão maravilhosamente Deus governa o mecanismo do céu e da terra, juntamente com toda a ordem da natureza. Contudo, nada aqui há que não sirva à presente circunstância; porquanto, a não ser que o poder de Deus, pelo qual tudo pode, se nos anteponha aos olhos, dificilmente nossos ouvidos receberão a Palavra, ou não a estimarão com o justo valor.

Acrescenta que aqui se lhe assinala o poder eficaz, visto que a piedade, como foi

visto em outro lugar, acomoda sempre o poder de Deus ao uso e à necessidade, e põe diante de si especialmente as obras de Deus mediante as quais ele se atestou ser o Pai. Daqui essa menção da redenção tão freqüente nas Escrituras de que os israelitas podiam aprender que Deus, que uma vez por todas lhes fora o autor da salvação, teria de ser seu eterno guardião. Também, com seu exemplo, Davi nos lembra que os benefícios que Deus conferiu a cada um em particular valem para a confirmação de sua fé para o futuro. Com efeito, quando parece haver-nos abandonado, convém que estendamos mais longe nossos pensamentos, para que seus antigos benefícios nos levantem o ânimo, como lemos em outro Salmo: “Lembrei-me dos dias antigos, meditei em todas as suas obras” etc. [Sl 143.5]. Igualmente: “Recordar-me-ei das obras do Senhor, e de suas maravilhas desde o princípio” [Sl 77.11]. Mas, uma vez que, à parte da Palavra, evanescente é tudo quanto concebemos do poder de Deus e de suas obras, afirmamos, não improcedentemente, que nenhuma fé existe até que Deus a faça resplandecer com o testemunho de sua graça.

Aqui, entretanto, é possível que se suscite uma pergunta: que se deve sentir a respeito de Sara e de Rebeca, as quais, segundo parece, movidas do zelo da fé, foram além dos limites da Palavra? Sara, como ardesse pelo desejo de receber a prole prometida, entregou sua serva ao marido [Gn 16.2]. Que ela tenha pecado de muitas maneiras, não há como negar-se. Contudo, estou agora abordando esta falha: que, arrebatada pelo seu zelo, não se conteve dentro dos limites da Palavra de Deus. No entanto, é certo que esse desejo procedeu de sua fé. Rebeca, notificada por divino oráculo acerca da eleição de seu filho Jacó, procura-lhe a bênção mediante depravado ardil, engana a seu marido, testemunha e ministro da graça de Deus, obriga seu filho a mentir, corrompe por variadas fraudes e imposturas a verdade de Deus; em suma, ao expor a promessa ao ridículo, quanto está em si, a aniquila. Contudo, este procedimento não foi vazio de fé, por mais que seja vicioso e digno de censura, visto que lhe foi necessário sobrepujar muitos óbices, para que tão incisivamente buscasse o que, sem esperança do beneficio terreno, era abundante de ingentes dificuldades e perigos. Assim também não privaremos inteiramente de fé ao santo patriarca Isaque que, avisado pelo mesmo oráculo quanto à honra transferida ao filho mais moço, entretanto, não deixa de ser propenso para com seu primogênito Esaú.

Na verdade, estes exemplos ensinam que, freqüentemente, o erro se mescla com a fé; contudo, de tal maneira que ela, onde é verdadeira, mantenha sempre a preeminência. Pois, assim como o erro particular de Rebeca não tornou nulo o efeito da bênção, assim nem impediu que a fé em sua alma imperasse generalizadamente e fosse o princípio e causa desse proceder. Nisto, entretanto, Rebeca deixou à mostra quão escorregadia é a inclinação da mente humana tão logo se permite um mínimo *sequer*. Mas, ainda que deficiência e fraqueza obscureçam a fé, contudo não *a* extin-

guem. Enquanto isso, nos previnem de quão solicitamente *nos* convenha depender da boca de Deus, e ao mesmo tempo confirmam *o* que já ensinamos: que a fé se dissipa, a não ser que seja sustentada pela Palavra, assim como em seus sinuosos devaneios teriam se desvanescido as cogitações de Sara, de Isaque e de Rebeca, não fora que na obediência da Palavra elas fossem retidas pelo freio secreto de Deus.

32. A fé se polariza nas promessas de Deus e é expressão de seu amor, cujo cumprimento se acha em Cristo

Por outro lado, não é sem causa que encerramos em Cristo todas as promessas, quando o Apóstolo inclui no conhecimento dele não só a todo o evangelho, como também ensina, em outro lugar, que tantas quantas são as promessas de Deus, nele estão o sim e o amém [2Co 1.20], isto é, ratificadas. A razão é muito clara. Pois se Deus promete algo, nisso atesta sua benevolência, já que nenhuma promessa sua há que não seja um testemunho de *seu* amor.

Nem vem ao caso o fato de que, enquanto os ímpios se cumulam de ingentes e repetidos benefícios da divina liberalidade, de tanto mais severo juízo se revestem. Ora, uma vez que nem mesmo pensam, nem reconhecem que estas *coisas* lhes provêm da mão do Senhor, ou, se porventura *o* reconheçam, entretanto de modo algum em seu íntimo ponderam sua bondade; daí não podem ser ensinados acerca de sua misericórdia mais do que *o podem* os animais brutos, os quais, na medida de sua condição, recebem o mesmo fruto da *divina* liberalidade, contudo, não têm consciência dela.

Em nada mais impede *à posição aqui sustentada o fato de* que, em geralmente rejeitando as promessas destinadas a si, com esse ensejo acarretam a si maior vingança. Ora, ainda que a eficácia das promessas, afinal, então se faz patente, quando em nós encontraram fé, entretanto, pela nossa irresponsabilidade ou ingratidão nunca se extinguem sua força e prosperidade. Portanto, quando, em virtude de suas promessas, o Senhor convida o homem não apenas a colher os frutos de sua benignidade, mas também a meditar *neles,* ao mesmo tempo está a proclamar seu amor para com ele.

Por isso é indispensável volver-se a este ponto: que toda e qualquer promessa é um atestado do amor divino para conosco. De fato, está fora de controvérsia que ninguém é amado por Deus à parte de Cristo: é ele o Filho Amado, em quem o amor do Pai habita e repousa; e então dele se difunde a nós, assim como Paulo ensina que temos alcançado graça no Amado [Ef 1.6]. É necessário, pois, que por seu intermédio e intercessão chegue a nós sua graça.[2] Por isso, em outro lugar [Ef 2.14], o

2. Primeira edição: "Portanto, impõe-se a nós se derive e alcance [esse amor], em sendo[-nos Ele] Próprio o mediador."

Apóstolo o chama nossa paz; em outro [Rm 8.3], apresenta-o como o liame pelo qual Deus é ligado a nós em afeição paterna. Segue-se que devemos volver para ele nossos olhos sempre que nos for oferecida alguma promessa; nem Paulo ensina absurdamente que nele são confirmadas e cumpridas todas as promessas que se acham em Deus [Rm 15.8].

Certos exemplos *nos* são contrapostos. Ora, é difícil de acreditar que, por exemplo, Naamã, o sírio, viesse a ser doutrinado a respeito do Mediador, quando indagava do Profeta quanto ao modo de cultuar corretamente a Deus. Entretanto, sua piedade é louvada [2Rs 5.1-14; Lc 4.27]. Cornélio, homem gentio e romano, mal pôde apreender *o* que nem a todos os judeus era conhecido, e na verdade o conheceu de maneira obscura. Todavia, suas esmolas e preces foram agradáveis a Deus [At 10.31]. E os sacrifícios de Naamã *foram* aprovados, conforme a resposta do Profeta [2Rs 5.17-19], *o* que nenhum *dos dois* pôde conseguir senão pela fé. Semelhante *é* o caso do eunuco a quem Filipe foi conduzido, o qual, a não ser que *fosse* assistido de certa fé, não teria assumido o labor e as despesas de uma jornada longa e difícil a fim de adorar [At 8.27-29]. Vemos, contudo, como, interrogado por Filipe, *ele* põe à mostra seu desconhecimento quanto ao Mediador [At 8.31].

E certamente admito que, em certa medida, não só no que respeita à pessoa de Cristo, mas também no que tange a seu poder e a seu ofício imposto pelo Pai, a fé lhes fora *apenas* ***implícita***. Entrementes, certo é que foram imbuídos de princípios que *lhes* dariam certo gosto de Cristo, ainda que tênue. Nem deve isto parecer novo, visto que nem o eunuco se teria apressado de uma região longínqua a Jerusalém em busca de um Deus desconhecido; e Cornélio, tendo uma vez abraçado a religião judaica, não passou tanto tempo sem que apreendesse os rudimentos da doutrina verdadeira. Quanto concerne a Naamã, teria sido sobremodo absurdo, quando Eliseu o instruiu acerca de coisas diminutas, haver silenciado quanto ao ponto principal.

Portanto, ainda que o conhecimento que tiveram de Cristo fosse obscuro entre eles, contudo, é inadmissível que não tivessem nenhum, já que se exercitavam nos sacrifícios da lei, os quais se diferenciavam dos falsos sacrifícios dos pagãos por seu propósito, isto é, por Jesus Cristo.[3]

33. A fé se firma na palavra da Escritura através da iluminação da mente e do alento do coração efetuados pelo Espírito Santo

Com efeito, esta comprovação franca e objetiva da Palavra devia, por certo, bastar sobejamente para produzir a fé, não fosse o fato de nossa cegueira e obstinação *o*

---

3. Primeira edição: "Portanto, ainda que obscuro fosse entre eles o conhecimento de Cristo, não é admissível, entretanto, nenhum houvesse havido, porquanto se exercitavam nos sacrifícios da Lei, que, de [seu] próprio fim, isto é, de Cristo, se impôs fossem distinguidos dos falsos sacrifícios das Gentes."

impedir. Na verdade, tanto é a propensão de nossa mente para a fatuidade, *que não* pode *ela* jamais aproximar-se da verdade de Deus, tal é sua obtusidade, sempre se faz cega à sua luz. Conseqüentemente, de nenhum efeito é a Palavra sem a iluminação do Espírito Santo. Donde também se faz claro que a fé é muito superior ao entendimento humano.

E não basta que o entendimento seja iluminado pelo Espírito de Deus; é preciso também que o coração seja corroborado e confirmado por seu poder.[4] Nisto extraviam-se totalmente os escolásticos, os quais na consideração da fé miram somente o assentimento puro e simples, *resultante* do conhecimento, preterindo a confiança e a certeza do coração. Portanto, de uma e outra maneira singular, a fé é um dom de Deus, não só que *nela* é expurgada a mente do homem para degustar a verdade de Deus, mas também que nela o coração é firmado. Ora, tampouco é o Espírito meramente o iniciador da fé, mas *ele* a faz crescer passo a passo, até que ela nos conduza inteiramente ao reino celeste. "Guarda o precioso depósito", diz Paulo, "mediante o Espírito Santo, que habita em nós" [2Tm 1.14].

Como, no entanto, Paulo ensina que o Espírito é dado pelo ouvir da fé [Gl 3.2], isto pode ser explicado sem nenhuma dificuldade. Se houvesse apenas um dom do Espírito, Paulo teria chamado *a fé*, absurdamente, o Espírito, *efeito da fé*, o qual é seu autor e causa. Como, porém, *ele* menciona os *muitos* dons *do Espírito* com os quais Deus adorna sua Igreja, e em virtude de incrementos da fé *a* conduz à perfeição, não é de admirar se os atribua à fé, a qual nos prepara para recebê-los. Em verdade, isto é tido como extremamente paradoxal, *a saber*, quando se diz que ninguém, a não ser a quem *ele* tenha sido dado, pode crer em Cristo. Mas isso em parte se deve porque não atentam para a sabedoria celestial, quão recôndita e sublime é ela, ou porque a obtusidade humana é extremamente profunda para perceber os mistérios de Deus; em parte porque não têm em mira aquela sólida e estável constância de coração, isto é, a parte principal da fé.

34. Só somos levados a Cristo e seu reino, em genuína e verdadeira fé, em virtude do Espírito do Senhor

Com efeito, se, como Paulo proclama, ninguém é testemunha da vontade humana, "senão o espírito do homem que nele está", *então* que homem teria conhecimento da vontade divina [1Co 2.11]? E se a verdade de Deus se nos revela dúbia até nessas coisas que contemplamos com a presente visão, como firme e estável haveria *ela* de ser, quando o Senhor promete que nem o olho vê, nem a mente concebe essas coisas? Mas, a tal ponto a perspicácia humana é aqui frustrada e se revela deficien-

4. Primeira edição: "Nem haverá sido bastante que a mente haja sido iluminada pelo Espírito de Deus, a não ser que também se robore e sustenha o coração com o Seu poder."

te, que o primeiro passo de avanço na escola do Senhor é abrir mão dela. Porque, como um lençol distendido, somos por ela impedidos de alcançar os mistérios de Deus, os quais não se revelam senão aos pequeninos [Mt 11.25; Lc 10.21]. "Pois, nem carne e sangue os revelam" [Mt 16.17], "nem o homem natural compreende essas coisas que são do Espírito", senão que, antes, a doutrina de Deus são para eles como estultícia, "visto que ela tem de ser discernida espiritualmente" [1Co 2.14].

Portanto, necessária é a assistência do Espírito Santo; ou, antes, aqui somente seu poder é que vigora. "Pois, quem compreendeu a mente do Senhor? ou quem foi seu conselheiro?" [Rm 11.34]; "mas o Espírito perscruta a todas *as coisas*, até mesmo as *coisas* profundas de Deus" [1Co 2.10]; *Espírito* esse pelo qual resulta que "temos a mente de Cristo" [1Co 2.16]. "Ninguém pode vir a mim", diz *ele*, "a menos que o Pai, que me enviou, o traga" [Jo 6.44]. Logo, todo *aquele* que ouviu do Pai, e *dele* aprendeu, vem *a Cristo* [Jo 6.45]. Não que alguém tenha visto o Pai, senão aquele que foi enviado por Deus [Jo 1.18; 5.37].

Portanto, como de modo algum podemos aproximar-nos de Cristo, salvo *se formos* trazidos pelo Espírito de Deus, assim, quando somos trazidos, somos elevados, em mente e coração, acima de nosso próprio entendimento. Pois, por ele iluminada, a alma adquire como que nova agudeza *de visão*, mercê da qual contempla os mistérios celestes, de cujo esplendor era antes ofuscada em si própria. E de fato o intelecto do homem, antes disso inteiramente fátuo e insípido em saboreá-las, de tal modo irradiado da luz do Santo Espírito, então na verdade começa, afinal, a provar o sabor daquelas *coisas* que dizem respeito ao reino de Deus. Por esse motivo, estando Cristo a explicar claramente os mistérios de seu reino aos dois discípulos [Lc 24.27], contudo, nada obtém até que "lhes abre o entendimento para que compreendam as Escrituras" [Lc 24.45]. Assim, depois que os apóstolos são instruídos por sua divina boca, não obstante é necessário enviar-lhes o Espírito da verdade para que lhes instile nas mentes a mesma doutrina de que se apropriaram pelos ouvidos [Jo 16.13]. Realmente, a Palavra de Deus é como o sol a refulgir em todos a quem é pregada; contudo, entre os cegos ela não obtém nenhum fruto. Nós, porém, neste aspecto, somos todos cegos por natureza. Conseqüentemente, não pode *ela* penetrar *nossa* mente, a não ser que esse Mestre interior, o Espírito, *lhe* faculte entrada mediante sua iluminação.

35. A fé é obra de Deus, dom e manifestação de seu poder

Em outro lugar, quando tivemos de tratar da corrupção da natureza, mostramos mais plenamente que os homens não são idôneos a crer. E assim não fatigarei os leitores, repetindo as mesmas *coisas*. É suficiente que, por meio de Paulo, a própria fé com a qual somos dotados pelo Espírito seja chamada "espírito de fé" [2Co 4.13], a qual, porém, não temos por natureza. Por isso, ele ora para que nos tessalonicen-

ses "cumpra Deus em poder todo seu beneplácito e a obra da fé" [2Ts 1.11], onde à fé chama obra *de Deus*; e em vez de caracterizá-la com um adjetivo, dizendo ser ela *beneplácito*, nega ser *a fé produto* do próprio sentimento do homem; não contente com isso, acrescenta que *ela* é expressão do poder divino. *Na Epístola* aos Coríntios, onde diz que a fé não depende da sabedoria dos homens, pelo contrário é fundamentada no poder do Espírito [1Co 2.4, 5], na verdade ele está falando de milagres externos; mas, porque os réprobos se fazem cegos em sua contemplação deles, compreende também *ser ela* aquele ***selo*** interior, de que faz menção em outro lugar [Ef 1.13; 4.30]. E, para que em tão preclaro dom Deus ilumine ainda mais sua liberalidade, não concede dele a todos indiscriminadamente, mas por privilégio regular *o* concede *àqueles* a quem *o* queira.

Já citamos previamente comprovações deste ponto, dos quais, fiel intérprete, exclama Agostinho:[5] "Para ensinar que até o próprio crer é um dom, não um mérito, diz o Salvador: 'Ninguém vem a mim, a não ser que meu Pai o tenha trazido' [Jo 6.44], e '*aquele* a quem foi dado por meu Pai' [Jo 6.65]. É estranho que dois ouvem *a Palavra*: um a despreza, outro a abraça. O que a menospreza, que o impute a si mesmo; o que a abraça, que não se vanglorie nisso."[6] Em outro lugar: "Por que é dado a um, não a outro? Não me acanho em dizer: Este é o profundo mistério da cruz! Da profundeza dos juízos de Deus, que não podemos perscrutar, procede tudo quanto podemos. O que posso, vejo; donde posso, não vejo, exceto que, até onde vejo, *isso* provém de Deus. Mas, por que esse e não aquele? É muito para mim. É um abismo: a profundeza da cruz! Posso exclamar em admiração, não *posso* demonstrá-lo com argumento."

A síntese *desta matéria* se reduz a isto: Quando, pelo poder de seu Espírito, Cristo nos ilumina a fé, ao mesmo tempo *nos* enxerta em seu corpo, para que nos façamos participantes de todas as *suas* benesses.

36. A fé é não só a iluminação da mente operada pelo Espírito, mas também o selo do Espírito no coração

Portanto, o que o entendimento recebeu, há de plantar-se no coração. Porque, o fato de a Palavra de Deus girar na cabeça não significa que ela seja apreendida pela fé;[7] ao contrário, só acontece quando deita raízes no íntimo do coração, de sorte que seja um baluarte invencível para suster e repelir a todos os engenhos das tentações. Pois, se é verdadeiro que a real compreensão da mente é sua iluminação, em tal

5. *Sermão CXXXI*.

6. Primeira edição: "É estranho que dois ouvem [a Palavra]: um despreza, outro [a ela] se alteia. [Aquele] que despreza a si [próprio o] impute; [aquele] que se alteia, a si não [o] arrogue."

7. Primeira edição: "Resta, a seguir que ao próprio coração se transfunda [o] que a mente hauriu, pois que, nem se no topo do cérebro voluteia a Palavra de Deus foi [ela] apreendida pela fé."

confirmação do coração seu poder transparece muito mais evidente, isto é, em que não só maior é a desconfiança do coração que a cegueira da mente, mas também mais difícil é o ânimo prover-se de certeza do que a mente imbuir-se de conhecimento. Conseqüentemente, o Espírito faz as vezes de um selo para marcar em nosso coração estas mesmas promessas cuja certeza antes nos imprimiu à mente e *ele* toma o lugar de um penhor para confirmá-las e estabelecê-las. "Depois que crestes", diz o Apóstolo, "fostes selados com o Santo Espírito da promessa, o qual é o penhor de nossa herança" [Ef 1.13]. Vês como *nesta passagem Paulo* ensina que os corações dos fiéis são gravados pelo Espírito, como se por um selo, e que o chama *Espírito da promessa*, porque ele nos faz o evangelho indubitável? De igual modo, *na Segunda Epístola* aos Coríntios: "Quem nos ungiu *é* Deus", diz *ele*, "que não só nos selou, mas também deu o penhor do Espírito em nossos corações" [2Co 1.21, 22]. E, em outro lugar, quando fala da confiança e ousadia de *nossa* esperança, faz do penhor do Espírito seu fundamento [2Co 5.5].

37. A FÉ, SUSTENTADA PELO SENHOR, É VITORIOSA ANTE AS DÚVIDAS E TENTAÇÕES QUE NOS ASSALTAM

Aliás, não estou esquecido do que disse antes e cuja lembrança a experiência renova constantemente, isto é, que a fé é assaltada por variadas dúvidas, de sorte que raramente as mentes dos piedosos estão sossegadas, pelo menos não desfrutam sempre de condição tranqüila. Mas, sempre que se vêem sacudidas por tantas máquinas *de guerra*, ou se soerguem do próprio sorvedouro das tentações, ou permanecem *firmes* em sua posição. Com efeito, só esta segurança nutre e protege a fé, quando prescrevemos o que se diz no Salmo: "O Senhor é nossa proteção, *nosso* auxílio na tribulação. Por isso, não temeremos, ainda que a terra estremeça e no coração do mar os montes se precipitem" [Sl 46.2, 3]. Também em outro lugar celebra-se este suavíssimo repouso: "Deitei-me a dormir e peguei no sono, e tornei a acordar-me, porque o Senhor me susteve" [Sl 3.5]. Não que Davi, de equânime disposição, sempre se deixou dominar por jovial alacridade. Mas, até onde, na medida da fé, degustava *ele* a graça de Deus, gloria-se de desprezar intrepidamente tudo quanto *lhe* podia inquietar a paz da mente. Por isso, a Escritura, quando quer exortar-nos à fé, nos ordena que nos aquietemos. *Assim*, em Isaías [30.15]: "Na esperança e *no* silêncio estará vossa força"; no Salmo [37.7]: "Cala-te diante do Senhor e nele espera"; ao que corresponde esta declaração do Apóstolo *na Epístola* aos Hebreus [10.36]: "Porque necessitais de paciência" etc.

38. IMPROCEDÊNCIA DO DOGMA ESCOLÁSTICO DE QUE A CERTEZA DA FÉ É UMA CONJETURA MORAL

Daqui se pode ajuizar quão pernicioso seja esse dogma escolástico de que não podemos estatuir de outro modo quanto à graça de Deus para conosco do que por uma conjetura moral, segundo cada um não se reputa indigno dela. Certamente, se houvéssemos de julgar por nossas obras que afeto Deus nos tem, confesso que não o podemos compreender nem pela menor conjetura do mundo.[8] Como, porém, deve a fé responder à simples e graciosa promessa, não se deixa nenhuma possibilidade de dúvidas. Ora, pergunto, de que confiança seremos armados, se raciocinarmos que Deus nos é propício com esta condição: desde que a pureza de nossa vida assim o mereça? Entretanto, uma vez que, para tratar destas *coisas* destinamos seu *devido* lugar, por ora não iremos mais longe, sobretudo vendo que nada pode haver mais contrário à fé do que a conjetura ou qualquer outro sentimento que tenha algo parecido com a dúvida ou incerteza.[9]

E para isso torcem mui abusivamente o testemunho de Eclesiastes, que amiúde têm nos lábios: “Ninguém sabe se, porventura, seja digno de ódio ou de amor” [Ec. 9.1]. Ora, deixando de parte que esta passagem foi incorretamente traduzida na versão corrente, contudo, não pode ser desconhecido até mesmo às próprias crianças o que Salomão tem em mente com palavras desta natureza, isto é, se alguém queira julgar do presente estado das coisas, a quais *delas* Deus acossa em ódio, a quais *delas* abraça em amor, em vão labora ele e se atormenta com nenhum proveito, uma vez que “tudo sobrevem igualmente ao justo e ao ímpio, ao que oferece sacrifícios e ao que não *os* oferece” [Ec 9.2]. Do quê se segue que Deus não atesta perpetuamente seu amor *para com aqueles* a quem tudo faz suceder prosperamente, nem manifesta sempre seu ódio para com aqueles a quem aflige.

E *Salomão* faz isso para comprovar a fatuidade do engenho humano, quando em coisas sumamente necessárias de se conhecer ele se vê dominado de tão grande obtusidade. Como havia escrito pouco antes [Ec 3.19], não se pode discernir em que a alma do homem difira da alma do animal, visto que parece morrer da mesma forma. Se alguém daí queira inferir que a convicção que temos acerca da imortalidade das almas se apoia em mera conjetura, porventura com razão não será tido por insano? Portanto, porventura são dotados de são juízo esses que, porque não se pode alcançar nenhuma *conclusão* da percepção sensória das coisas presentes, concluem que nenhuma certeza existe da graça de Deus?

8. Primeira edição: “Com efeito, se das obras se haja de estimar em que moldes seja para conosco disposto o Senhor, confesso que isto não possamos, na verdade, conseguir com tênue conjectura.”

9. Primeira edição: “mormente à fé que ou conjectura, ou algo qualquer afim à dúvida.”

39. A certeza e convicção da fé não é presunção fortuita, mas testemunho e unção do Espírito

Além disso, alegam ser de presunção temerária arrogar para si conhecimento indubitável da vontade divina. Certamente que isto *eu* lhes concederia de bom grado, se assumíssemos tanto que na pequenez de nosso entendimento houvéssemos de pretender encerrar o desígnio incompreensível de Deus. Quando, porém, simplesmente dizemos com Paulo que "não recebemos o espírito deste mundo, mas o Espírito que procede de Deus", em virtude de cujo ensino passamos a conhecer *as coisas* que nos foram dadas por Deus" [1Co 2.12], que podem eles objetar em contrário sem injuriar obstinadamente o Espírito de Deus? Porque, se é um horrendo sacrilégio acusar de falsidade, ou de incerteza, ou de ambigüidade a revelação, cujo autor é Deus, que pecado cometemos nós?

Com efeito, também alegam que não há falta de grande temeridade atrevermos gloriar-nos de tal modo do Espírito de Cristo. Quem poderia crer ser tão grande o embotamento dos que querem ser os mestres do orbe, e que tropeçam tão vergonhosamente nos *próprios* elementos rudimentares da religião? Certamente que isso me resultaria incrível, não fosse o que atestam os escritos que a eles subsistem. Paulo pronuncia que os filhos de Deus são exclusivamente os que se deixam guiar por seu Espírito [Rm 8.14]; estes, *porém*, querem que os filhos de Deus sejam os que se deixam guiar por *seu* próprio espírito, no entanto são vazios do *Espírito* divino. Aquele ensina que Deus é por nós chamado ***Pai***, designativo que é ditado pelo Espírito, que é o único que pode dar testemunho a nosso espírito de que somos filhos de Deus [Rm 8.16]; estes, ainda que não se retraiam da invocação de Deus, contudo eliminam o Espírito, cuja direção deveriam apropriadamente invocar. Aquele nega que sejam servos de Cristo quantos não se deixam guiar pelo Espírito de Cristo [Rm 8.9]; estes inventam um cristianismo que não necessita do Espírito de Cristo. Aquele não admite nenhuma esperança de bem-aventurada ressurreição, a não ser que sintamos que o Espírito habita em nós [Rm 8.11]; estes inventam uma esperança vazia de tal senso.

Não obstante, talvez haverão de responder que não negam a necessidade de sermos revestidos do Espírito, contudo, que é *próprio* da modéstia e da humildade não *o* proclamarmos. Portanto, que quer *Paulo* dizer, quando ordena aos coríntios que se examinem se porventura estão na fé; que se provem se porventura têm a Cristo; e que é réprobo todo aquele que não o reconheça como nele habitando [2Co 13.5]? "Mas", diz João, "sabemos que ele permanece em nós pelo Espírito que nos deu" [1Jo 3.24; cf. 4.13]. E que outra *coisa fazemos senão* pormos em dúvida as promessas de Cristo, enquanto queremos ser tidos *por* servos de Deus sem seu Espírito, que proclamou haver de derramar sobre todos os seus [Is 44.3; Jl 2.28]? Que dizer, senão que fazemos agravo ao Espírito Santo, quando separamos dele a fé, a qual é obra exclusiva dele?

Uma vez que estes são os rudimentos primários da piedade, de misérrima cegueira é que os cristãos se deixem taxar de arrogância quando ousam gloriar-se da presença do Espírito Santo, de gloriar-se do fato de que à parte dele o próprio Cristianismo não subsiste. Mas, de fato, com seu exemplo, declaram quão verazmente Cristo falou que seu Espírito é desconhecido do mundo e que é conhecido somente daqueles em quem *ele* habita [Jo 14.17].

40. A FÉ IMPLÍCITA É A CERTEZA DA PERSEVERANÇA FINAL DOS SANTOS

E para que não tentem demolir a firmeza da fé apenas de uma só posição estabelecida, atacam-na de outra parte, isto é, embora, segundo o presente estado de *nossa* justiça, seja possível ajuizar da graça de Deus, no entanto permanece em suspenso o conhecimento da perseverança final. Admirável segurança, de fato, nos é deixada se, no presente momento, só pudéssemos julgar à base de conjetura moral de que estamos na graça, porém não soubéssemos como estaremos amanhã! O Apóstolo afirma algo muito diferente: "Estou profundamente persuadido", diz *ele*, "de que nem os anjos, nem as potestades, nem os principados, nem a morte, nem a vida, nem as coisas presentes, nem as futuras nos separarão do amor com que o Senhor nos abraça em Cristo" [Rm 8.38, 39].

Tentam safar-se com uma solução frívola, tagarelando que o Apóstolo teve isso por meio de revelação especial. No entanto, estão demasiadamente premidos para que possam escapar. Porque na verdade ele está tratando ali das bênçãos que provêm da fé a todos os fiéis em comum, não *das* que *pessoalmente* experimenta em particular. Com efeito, *insistem que* o mesmo *Paulo*, em outro lugar, nos atemoriza com a menção de nossa fraqueza e inconstância: "Quem está de pé", diz *ele*, "veja que não caia" [1Co 10.12]. *Isto* é verdadeiro, todavia aqui não se trata de um temor que nos deixa consternados, mas para que aprendamos a humilhar-nos sob a poderosa mão de Deus, como Pedro *o* sentencia [1Pe 5.6]. Além disso, quão temerário é limitar a certeza da fé a *determinado* ponto do tempo, quando é qualidade própria dela superar a presente vida e chegar à imortalidade![10]

Portanto, quando os fiéis levam isto em favor da graça de Deus, que, iluminados por seu Espírito, mediante a fé, desfrutam da contemplação da vida celestial, tão longe está desse gênero de arrogância gloriar-se que, se alguém se envergonha de confessá-lo, nisto mais revela extrema ingratidão, suprimindo impiamente a bondade de Deus, do que comprove modéstia ou submissão.

10. Primeira edição: "Ademais, quão prepósteros é limitar a [determinado] ponto do tempo a certeza da fé, próprio da qual é, transpostos os espaços desta vida, distender-se à imortalidade futura!"

41. O CONCEITO DE FÉ À LUZ DE HEBREUS 11.1, A QUAL SE MANIFESTA NO AMOR A DEUS

Portanto, como o vejo, a natureza da fé não pode ser explicada mais claramente do que pela substância da promessa, na qual, à guisa de um firme fundamento, se apóia de tal maneira que, se for suprimida, irá completamente ao chão; ou, melhor, se reduzirá a nada.[11] Por isso tomamos daí nossa definição, a qual, entretanto, de modo algum é alheia àquela definição, ou, melhor, descrição do Apóstolo, a qual ele anexa a seu arrazoado, onde ensina que "*a fé* é a subsistência das coisas que se devem esperar, a evidência das *coisas* que não se vêem" [Hb 11.1]. Ora, por ὑπόστασιν [*hypŏstasin – subsistência*], vocábulo que emprega *nessa passagem*, ele entende como se fosse um sustentáculo ao qual a mente piedosa se arrime e *sobre o qual* descanse. Como se estivesse dizendo que a própria fé é como que uma posse certa e segura dessas coisas que nos foram prometidas por Deus. A não ser que alguém prefira tomar ὑπόστασιν no sentido de ***confiança***, *o* que não *me* desagrada, se bem que abraço aquilo que é mais aceito.

Por outro lado, para que fizesse saber que até o dia supremo, quando "serão abertos os livros" [Dn 7.10; Ap 20.12], há *coisas* mais sublimes do que *as* que podem ser percebidas por nossa sensibilidade, ou divisadas por nossos olhos, ou tocadas por nossas mãos, e não de outro modo são elas, no ínterim, por nós possuídas, a não ser que transcendamos todo o alcance de nossa mente e elevemos nossa capacidade acima de todas *as coisas* que estão no mundo; enfim, nos elevemos além de nós próprios. Acrescentou que esta certeza de possuir é de coisas que jazem na esperança, e por isso elas não são vistas. Certamente que, como *o* escreve Paulo [Rm 8.24], *evidência* não é esperança, nem são objeto de nossa esperança as *coisas* que vemos. Quando, pois, *a* chama ***indicação***, ou ***prova***, ou, como *a* traduziu freqüentemente Agostinho, ***convicção*** de coisas não presentes (ora, em grego, *o termo* é ἔλεγχος [*ĕlĕnchŏs*]), fala exatamente como se dissesse que a ***evidência*** de coisas que não aparecem, a ***visão*** dessas *coisas* que não se vêem, a ***clarificação*** de *coisas* obscuras, a ***presença*** de *coisas* ausentes, a ***manifestação*** de *coisas* ocultas. Ora, os mistérios de Deus, cuja espécie são *as coisas* que dizem respeito a nossa salvação, não se podem discernir em si *mesmas* e, como se diz, em sua *própria* natureza; com efeito, só o podemos contemplar em sua Palavra, cuja verdade a tal ponto nos deve ter sido inculcada, que temos de considerar como realizado e cumprido tudo quanto ele nos disse.[12]

Aliás, como o ânimo se alçará para provar o gosto da divina bondade, sem que profundamente se inflame, ao mesmo tempo, a corresponder o amor de Deus? Pois,

---

11. Primeira edição: "Porquanto não de outra parte melhor ou mais perspicuamente parecia poder-se enunciar a natureza da fé que da essência da promessa, na qual assim se apóia como [seu] fundamento próprio, de sorte que, em [sendo] ela removida, desande inteiramente ou, antes, se desvaneça ..."

12. Primeira edição: "que se haja de ter por feito e cumprido tudo quanto [Ele] fala."

de fato, essa afluência de dulçor que Deus tem reservado aos que o temem não pode ser conhecida, se ao mesmo tempo não nos tocar profundamente *o coração*. Mas, a quem uma vez tocou, o arrebata e o separa inteiramente para si. Daí, não é de admirar se ao coração perverso e tortuoso jamais domine esse afeto pelo qual, transportados ao próprio céu, somos admitidos aos mais recônditos tesouros de Deus e aos mais sagrados recessos de seu reino, os quais não podem ser profanados pelo ingresso de um coração impuro.

Ora, *o* que os escolásticos ensinam: que o amor precede à fé e à esperança, é mero delírio, porquanto somente a fé é que gera em nós primeiramente o amor. Quanto mais acuradamente *fala* Bernardo:[13] "O testemunho da consciência", diz *ele*, "que Paulo chama a glória dos piedosos [2Co 1.12], creio consistir em três *coisas*! Ora, é necessário antes de tudo crer que não se pode ter remissão de pecados senão pela misericórdia de Deus; então, que nada, absolutamente, se pode ter de boa obra, a não ser que também isto *ele* próprio conceda; finalmente, que *não* se pode merecer a vida eterna por nenhuma obra, salvo se também graciosamente ela seja concedida."[14]

Pouco depois *Bernardo* acrescenta que essas *coisas* não são suficientes, contudo, são um como que princípio da fé, visto que, ao crer que os pecados não podem ser perdoados senão por Deus, ao mesmo tempo é preciso sustentar que *eles* nos foram perdoados, até que também sejamos persuadidos pelo testemunho do Espírito Santo de que a salvação nos foi assegurada. Pelo fato de Deus *perdoar* os pecados, de *ele* mesmo ***propiciar*** os méritos, e de ele mesmo ***distribuir*** os galardões, não podemos ficar estacionários nesse princípio.

Estas e outras *questões*, porém, terão de ser tratadas em seus *devidos* lugares. Baste-nos no momento sabermos o que é a fé.[15]

42. A ESPERANÇA É INDISSOLUVELMENTE ASSOCIADA À FÉ; AQUELA RESULTA NECESSARIAMENTE DESTA

Ora, onde quer que exista esta fé viva, necessariamente irá acompanhada da esperança na vida eterna; ou, melhor dizendo, ela a engendra e produz. E se não temos esta esperança, por mui eloqüente e elegantemente que falemos da fé, é indubitável que não existe em nós nenhum indício dela.[16] Ora, se a fé, como se ouviu, é a segura convicção acerca da verdade de Deus, porque não pode mentir-nos, nem nos enganar, nem ser vã, quantos conceberam esta certeza de fato esperam, ao mes-

13. Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, livro III, dist. 25; Boaventura, *Comentários às Sentenças*, III, dist. 36, art. I ....

14. *Sermão I, na Festa da Anunciação*.

15. Primeira edição: "Bastante haja de ser agora ter apenas quê seja a própria fé."

16. Primeira edição: "Agora, deveras, onde quer que viva haja de ser esta fé, não poderá acontecer que

mo tempo, que Deus haverá de cumprir suas promessas, as quais, em sua convicção, não podem outra coisa ser senão verdadeiras, de sorte que, em suma, a esperança não pode ser outra *coisa*, senão a expectativa dessas coisas que a fé tem crido ser verdadeiramente prometidas por Deus. Desse modo, a fé ***crê*** *que* Deus *é* veraz; a esperança ***espera*** que, no tempo oportuno, *ele* exiba sua verdade. A fé ***crê*** que *Deus* é nosso Pai; a esperança ***espera*** que isso nos seja sempre demonstrado. A fé ***crê*** que a vida eterna nos foi dada; a esperança ***espera*** que um dia *ela* haja de ser revelada. A fé é o fundamento sobre que a esperança repousa; a esperança nutre e sustém a fé. Como, pois, ninguém pode esperar de Deus absolutamente nada, a não ser quem antes creu nas promessas, assim, por outro lado, importa que a fragilidade de nossa fé seja mantida e sustentada, esperando pacientemente, a fim de que não desfaleça.[17]

Razão por que Paulo, com muito acerto, coloca nossa salvação na esperança [Rm 8.24]. Porque, enquanto em silêncio espera o Senhor, ela contém a fé, para que não se arroje com demasiada impetuosidade; firma-a, para que não vacile nas promessas de Deus, nem comece a duvidar de sua verdade; reanima-a, para que não sucumba à fadiga; assiste-a até essa meta final, para que não falhe no meio da corrida, ou até mesmo no ponto de partida; enfim, ao renová-la e restaurá-la constantemente, faz com que mantenha sua perseverança, dia a dia, mais robustecida.

E de quantas razões são realmente necessários os subsídios da esperança para que a fé tenha estabilidade, melhor se patenteará se ponderarmos de quantas formas de tentações são acometidos e sacudidos *aqueles* que têm abraçado a Palavra de Deus. Primeiramente, ao delongar suas promessas, freqüentemente, o Senhor nos mantém de ânimo suspenso por mais tempo do que gostaríamos. Este é o ofício da esperança: executar *o* que o Profeta ordena: se as promessas se delongarem, contudo, esperemos [Hc 2.3]. De vez em quando *o Senhor* não só nos deixa enlanguescer, mas até nos ostenta franca indignação. Aqui muito mais necessário é que a esperança socorra nossa fé, para que, segundo o dito de outro Profeta, possamos afirmar: "esperarei o Senhor, que esconde sua face da casa de Jacó" [Is 8.17].

Além disso, levantam-se os que desdenham, como diz Pedro, e perguntam: "Onde está a promessa de sua vinda, porquanto desde que os pais adormeceram, tudo continua desde o início da criação?" [2Pe 3.4]. Com efeito, essas mesmas coisas nos sussurram a carne e o mundo. Aqui, importa que a fé, sustentada na paciência da esperança, seja conservada fixa na contemplação da eternidade, para que considere que "mil anos são como um só dia" [Sl 90.4; 2Pe 3.8].

---

consigo não tenha [ela como] companheira inseparável a esperança da eterna salvação, ou, antes, de si [não a] gere e traga à baila, removida a qual, por mais eloqüente e elegantemente que discorramos acerca da fé, convencidos somos de [fé] nenhuma termos."

17. Primeira edição: "Como, pois, ninguém pode de Deus esperar o que quer que seja, a não ser quem Lhe haja antes crido nas promessas, assim, por outro lado, importa se nos sustenha e assista a fraqueza da fé, mercê de paciente esperança e expectação, para que não desfaleça como se exaurida."

43. NÃO RARO, A FÉ E A ESPERANÇA SÃO EXIBIDAS NA ESCRITURA COMO RECÍPROCAS OU SINÔNIMAS

Em virtude desta conjunção e afinidade, a Escritura não raro funde os termos ***fé*** e ***esperança***, ora usando um, ora o outro. Pois, quando Pedro ensina que, "pelo poder de Deus somos guardados pela fé até a revelação da salvação" [1Pe 1.5], *ele* atribui à fé *o* que mais se adequava à esperança. Não sem razão, porque já ensinamos que a esperança não é outra *coisa* senão o alimento e força da fé. Algumas vezes *esses termos* são unidos lado a lado como nesta mesma Epístola: "De modo que vossa fé e esperança estejam em Deus" [1Pe 1.21]. Paulo, porém, *na Epístola* aos Filipenses [1.20], deriva da esperança a expectativa, visto que, em esperando pacientemente, suspendemos nossos desejos até que se manifeste a oportunidade de Deus. Tudo o que se pode entender melhor do décimo capitulo *da Epístola* aos Hebreus, eu já citei. Paulo, em outro lugar [Gl 5.5], ainda que fale com certa inadequação, contudo entende isto mesmo, nestas palavras: "Nós, pelo Espírito da fé, aguardamos a esperança da justiça." Isto é, abraçando o testemunho do evangelho acerca do amor graciosamente concedido, esperamos até que Deus manifeste abertamente o que agora está oculto sob a esperança.

Agora já não é tão difícil ver quão insipidamente se aferra Pedro Lombardo a um duplo fundamento da esperança: a graça de Deus e o mérito das obras. Outro escopo não pode haver para esta senão a fé. Mas, já provamos que a fé, por sua vez, não tem outro alvo senão a misericórdia de Deus, e que nela unicamente há de pôr seus olhos.[18] Vale a pena, porém, auscultar quão vívida razão apresenta *Lombardo*. "Se alguma coisa", diz *ele*, "ousas esperar sem méritos, a isso não deves chamar esperança, mas presunção."

Quem, amigo leitor, merecidamente não execre a tais criaturas bestiais que ousam acusar de temeridade e presunção, se alguém confia que Deus é veraz? Ora, querendo o Senhor que esperemos de sua bondade todas essas coisas, há quem diga ser presunção descansar nela?[19] Tal mestre é digno de tais discípulos como os encontrados nas aloucadas escolas dos rábulas! Nós, porém, quando vemos que pelos oráculos de Deus se ordena aos pecadores que nutram a esperança de salvação, mais de bom grado presumamos de sua verdade que, estribados tão-só em sua misericórdia, posta de parte a confiança nas obras, ousemos esperar com firmeza. Não enganará o mesmo que disse: "Faça-se conforme vossa fé" [Mt 9.29].

18. Primeira edição: "Mas, à fé já expusemos mui claramente haver um único escopo: a misericórdia de Deus, à qual, por assim dizer, deva [ela] mirar com ambos os olhos."

19. Primeira edição: "Ora, quando queira o Senhor que nada [senão] de Sua bondade se não espere, dizem ser presunção nela reclinar e descansar!"

CAPÍTULO III

SOMOS REGENERADOS MEDIANTE A FÉ.
ONDE SE TRATA TAMBÉM DO ARREPENDIMENTO

1. O arrependimento é corolário imprescindível da fé

Se bem que, em certa medida, já ensinamos como a fé possui a Cristo, e através dela desfrutamos de suas benesses, isso, no entanto, seria ainda obscuro, a não ser que se adicione uma explicação dos efeitos que sentimos dela. Não sem fundamento, a suma do evangelho fixa-se no arrependimento e no perdão dos pecadas [Lc 24.47; At 5.31]. Logo, omitidos esses dois tópicos, será fria e mutilada, e até quase inútil, toda e qualquer discussão da fé. Ora, uma vez que Cristo nos confere ambas *essas coisas*, isto é, novidade de vida e reconciliação graciosa, e a ambas alcançamos pela fé, discute-se a razão e método de ensinar, ambas as quais começo a dissertar neste ponto.

O próximo passo, porém, nos será da fé ao arrependimento, porque, conhecido adequadamente esse ponto, melhor se evidenciará como somente pela fé e puro perdão o homem é justificado; contudo, a graciosa imputação de justiça não é separada, por assim dizer, da real santidade de vida. Entretanto, deve estar fora de controvérsia que o arrependimento não apenas segue de contínuo a fé, mas inclusive nasce dela. Ora, uma vez que pela pregação do evangelho é oferecido perdão e remissão para que o pecador, liberado da tirania de Satanás, do jugo do pecado e da mísera servidão dos vícios, seja transportado ao reino de Deus, por certo que ninguém pode abraçar a graça do evangelho a não ser que se afaste dos erros da vida e tome a via reta, e aplique todo seu esforço à prática do arrependimento. Mas, os que pensam que o arrependimento precede à fé e não é produzida por ela, como o fruto de sua árvore, estes jamais souberam no que consiste sua propriedade e natureza, e, ao pensar assim, se apoiam num fundamento sem consistência.[20]

2. O arrependimento é fruto direto e necessário da fé

Cristo e João *Batista*, dizem *eles*, em suas pregações, primeiro exortam o povo ao arrependimento, em seguida acrescentam que o reino dos céus está próximo [Mt

20. Primeira edição: “Mas, [àqueles] a quem o arrependimento parece antes preceder à fé que dela emanar ou ser produzido, como da árvore o fruto, nunca lhe foi conhecido o poder e a isto sentir são movidos por argumento demasiado fraco.”

3.2; 4.17]. Os apóstolos recebem a incumbência de pregar a mesma coisa, ordem *que* Paulo também seguiu, segundo a menção que Lucas faz [At 20.21]. E todavia, enquanto se prendem supersticiosamente no encadeamento das sílabas, não atentam para o sentido pelo qual se ligam entre si essas palavras. Ora, enquanto Cristo, o Senhor, e João *Batista*, pregam desta maneira: "Arrependei-vos, pois, porque o reino dos céus está próximo" [Mt 3.2], porventura não derivam da própria graça e da promessa de salvação a causa do arrependimento? Logo, suas palavras valem exatamente como se estivessem afirmando: "Visto que o reino dos céus está próximo, por isso arrependei-vos." Ora, Mateus, quando narrou que João pregara nesses termos, *ele* estava ensinando que nele se cumpriu o vaticínio de Isaías, em relação à voz que clama no deserto: "Preparai o caminho do Senhor, fazei retas as veredas de nosso Deus" [Mt 3.3; Is 40.3]. Mas, no Profeta, ordena-se que essa voz comece pela consolação e alegre nova" [Is 40.1, 2].

Contudo, quando atribuímos à fé a origem do arrependimento, não sonhamos algum espaço de tempo no qual se lhe dê à luz; ao contrário, queremos pôr à mostra que o homem não pode aplicar-se seriamente ao arrependimento, a não ser que reconheça ser de Deus. Mas, ninguém é verdadeiramente persuadido de que é de Deus, salvo *aquele* que haja antes reconhecido sua graça. Estas *coisas*, porém, serão mais lucidamente discutidas no próprio andamento *da exposição*. Talvez os tenha enganado *o fato de* que muitos são quebrantados de sobressaltos de consciência ou afeiçoados à obediência antes que sejam imbuídos do conhecimento da graça; com efeito, antes mesmo que tenham sentido o gosto. E é este o *chamado* ***temor inicial*** que alguns contam entre as virtudes, já que o vêem como muito parecido com verdadeira e justa obediência. Aqui, porém, não se trata de quão variadamente Cristo nos atraia a si, ou *nos* prepare para o cultivo da piedade: estou apenas afirmando que não se pode achar retidão alguma onde não reina esse Espírito que *Cristo* recebeu para que o comunicasse a seus membros. *Digo*, em seguida, de conformidade com essa *afirmação* do Salmo [130.4]: "Em ti há propiciação, para que sejas temido", *que* ninguém jamais reverenciará a Deus, senão *aquele* que confiar que ele lhe é propício; ninguém se cingirá de boa vontade para a observância da lei, senão *aquele* que estiver persuadido de que suas expressões de obediência lhe são aprazíveis. Esta deferência *de Deus*, em relevar-nos o demérito e tolerar os vícios, é sinal de seu paterno favor. Esta exortação de Oséias também mostra Isto: "Vinde, retornemos ao Senhor, porque ele nos apanhou e nos sarará; nos feriu e nos curará" [Os 6.1], pois a esperança de perdão é adicionada como um acicate, para que os homens não adormeçam em seus pecados.

Mas, carece de toda evidência de razão o desvario daqueles que, para começar do arrependimento, prescrevem a seus neófitos certos dias durante os quais se exercitem em penitência; passados, afinal, os quais, os admitem à comunhão da graça do

evangelho. Falo da maior parte dos anabatistas, especialmente daqueles que exultam sobremaneira em ser tidos *como* ***os espirituais***, e de seus confrades, os jesuítas, e gentalha afim. Tais frutos, evidentemente, são produzidos por esse espírito de torvelinho que limita a uns poucos dias a ***penitência*** que ao homem cristão deve prorrogar-se por toda a vida.

3. AS DUAS FACES DO ARREPENDIMENTO: CONTRIÇÃO E VIVIFICAÇÃO

Certos homens doutos, porém, até muito antes destes tempos, como, em relação ao arrependimento, quisessem falar singela e sinceramente conforme a norma da Escritura, disseram constar *ele* de duas partes: ***mortificação*** e ***vivificação***. Interpretam a mortificação *como* a aflição da alma e o pavor concebido pelo reconhecimento do pecado e do senso do juízo de Deus. Pois, quando alguém é levado ao verdadeiro conhecimento do pecado, então começa realmente a odiar e a execrar o pecado, então de coração sente aversão por si mesmo, confessa-se miserável e perdido e deseja ser outro. Além disso, quando se sente tocado por algum senso do juízo de Deus (ora, um decorre diretamente do outro), então realmente se prostra abatido e consternado, treme humilhado e acabrunhado, perde o ânimo, desespera-se. Esta *é* a primeira parte do arrependimento, a qual geralmente designaram de ***contrição***.

Interpretam a vivificação *como sendo* a consolação que nasce da fé, a saber, quando o homem, prostrado pela consciência do pecado e abatido pelo temor de Deus, a seguir mira a bondade de Deus. *Sua* misericórdia, graça e salvação, que é através de *Cristo*, o faz reerguer-se, reanimar-se, recobrar alento, e sente como que passado da morte para a vida.

E, sem dúvida, esses *dois* termos, se apenas imaginam ser a interpretação correta, exprimem muito bem o espírito do arrependimento. Entretanto, se tomam ***vivificação*** por ***jubilação***, a qual a alma recebe depois de aliviada da inquietação e do medo, não estou de acordo, quando significa antes o esforço de viver santa e piamente, que nasce do novo nascimento, como se estivesse dizendo que o homem morre para si a fim de começar a viver para Deus.

4. ARREPENDIMENTO SEGUNDO A LEI, E ARREPENDIMENTO SEGUNDO O EVANGELHO

Outros, vendo *que* este vocábulo *é* empregado na Escritura com variada acepção, determinaram duas formas de arrependimento, às quais, para que *as* distinguissem com algum traço, a uma chamaram *arrependimento* ***legal***, pelo qual o pecador, ferido pelo cautério do pecado e triturado pelo terror da ira de Deus, sente-se como que enredado nesta inquietação, nem dela consegue desvencilhar; à outra chamaram *arrependimento* ***evangélico***, pelo qual o pecador, na verdade, gravemente aflito

em si, entretanto se ergue mais alto e recebe a Cristo *como* o remédio de sua ferida, o consolo de *seu* terror, o porto *de refúgio* de *sua* miséria.

Do arrependimento legal invocam por exemplos Caim, Saul, Judas, cujo arrependimento, embora no-lo relate a Escritura, dá *ela* a saber que, reconhecida a gravidade de seu pecado, se deixaram dominar-se de pavor da ira de Deus, mas, a Deus cogitando apenas *como* Vingador e Juiz, neste sentimento realmente falharam. Portanto, o arrependimento destes outra *coisa* não foi senão como que uma antecâmara do inferno, na qual, havendo já entrado nesta vida, começaram a sofrer os castigos perante a ira da majestade de Deus.

Vemos o arrependimento evangélico em todos *os* que, em si espicaçados pelo aguilhão do pecado, porém soerguidos e refeitos pela confiança na misericórdia de Deus, voltaram-se para o Senhor. Profundamente aterrado ficou Ezequias ao receber o anúncio de *sua* morte; mas, a chorar, orou [2Rs 20.2; Is 38.2], e tendo firmemente visualizado a bondade de Deus recobrou a confiança. Conturbados foram os ninivitas pela horrível ameaça de destruição; mas, vestidos de saco e cinza, oraram, esperando que o Senhor pudesse demover-se e ser desviado do furor de sua ira [Jn 3.5, 9]. Davi confessou que havia pecado sobremaneira, recenseando o povo, porém acrescentou: “Remove, Senhor, a iniqüidade de teu servo” [2Sm 24.10]. Repreendendo-o Natã, ele reconheceu o crime de adultério e se prostrou diante do Senhor; mas, ao mesmo tempo, esperou seu perdão [2Sm 12.13, 16]. Tal foi o arrependimento dos que sentiram a compunção de seu coração ante a pregação de Pedro, contudo, confiados na bondade de Deus, acrescentaram: “Que faremos, irmãos?” [At 2.37]. Tal *foi* também *o arrependimento* do próprio Pedro, que chorou real e amargamente, entretanto não cessou de esperar [Mt 26.75; Lc 22.62].

5. O arrependimento pode ser definido como a volta para Deus, em fé, à qual é indissoluvelmente associado, porém inconfundivelmente distinto

Se bem que estas *coisas* todas são verdadeiras, contudo o termo ***arrependimento***, em si, até onde posso alcançar das Escrituras, deve ser tomado em acepção diferente. Visto que querem confundir a fé com arrependimento, se põem em conflito com o que Paulo diz em Atos [20.21]: “Testificando a judeus e gentios o arrependimento para com Deus e a fé em Jesus Cristo”, onde enumera arrependimento e fé como duas *coisas* diversas. E então? Porventura pode o verdadeiro arrependimento subsistir à parte da fé? Absolutamente, não. Mas, embora não possam ser separados, devem, no entanto, ser distinguidos *entre si*. Da mesma forma que a fé não subsiste sem a esperança, e todavia fé e esperança são *coisas* diferentes, assim o arrependimento e a fé, embora sejam entre si ligados por um vínculo perpétuo, no entanto demandam que permaneçam unidos, e não confundidos.

Certamente não ignoro que sob o termo ***arrependimento*** se compreende toda a conversão a Deus, da qual a fé é parte não mínima; contudo, claramente se verá em que sentido se afirma isto, quando se explica sua força e natureza. O termo ***arrependimento*** foi, para os hebreus, derivado da *palavra que significa expressamente* ***conversão*** ou ***retorno***; para os gregos, *ele veio do vocábulo* que quer dizer ***mudança da mente e de desígnio***. À etimologia de um e outro *desses dois termos* não se enquadra mal o próprio fato, cuja síntese é que, emigrando de nós mesmos, nos voltemos para Deus; e, deposta a mente antiga, nos revistamos de uma nova. Isto posto, pelo menos em meu modo de julgar, não se poderá assim definir mal o *arrependimento*: *é a verdadeira conversão de nossa vida a Deus, procedente de um sincero e real terror de Deus, que consiste da mortificação de nossa carne e do velho homem e da vivificação do Espírito.*

Nesse sentido devem ser tomadas todas as alocuções com que ou os profetas outrora ou os apóstolos, mais tarde, exortavam os homens de seu tempo ao arrependimento. Pois, estavam pleiteando apenas que, confundidos por seus pecados e traspassados pelo medo do juízo divino, se prostrassem e se humilhassem diante desse contra quem haviam se revoltado e, em verdadeiro arrependimento, a seu reto caminho se volvessem. Por isso usaram esses *termos* indiscriminadamente, com o mesmo sentido: ***converter-se*** ou ***volver-se para o Senhor, arrepender-se e fazer penitência***. Quando até mesmo a História Sagrada diz que ***arrepender-se é ir após Deus***, a saber, quando os homens, que não tinham a Deus em mínima conta, se esbaldavam em seus deleites, *agora* começam a obedecer-lhe à Palavra e se põem à disposição de seu Chefe para avançar aonde quer que ele os houver de chamar. E João *Batista* e Paulo usaram da expressão produzir frutos dignos de arrependimento [Lc 3.8; At 26.20; Rm 6.4] em lugar de levar uma vida que demonstre e comprove, em todas as ações, arrependimento desta natureza.

6. O arrependimento, volta para Deus, tem mudança implícita real de alma e coração

Contudo, antes de prosseguirmos avante, será vantajoso expor mais claramente a definição proposta por nós, na qual se devem considerar especialmente três pontos. Primeiro, quando *o* chamamos a ***volta da vida para Deus***, requeremos uma transformação não apenas nas obras exteriores, mas inclusive na própria alma, a qual, quando é despojada de sua velha natureza, então, afinal, em si produz os frutos de obras que correspondam à sua renovação. Enquanto o Profeta quer expressar isto, ordena àqueles a quem chama ao arrependimento que façam para si um coração novo [Ez 18.31]. Donde, a fim de mostrar como os israelitas deviam voltar sinceramente para o Senhor, tocados de arrependimento, mais amiúde ensina Moisés que deviam fazer isso “de todo o coração e de toda a alma” [Dt 6.5; 10.12; 30.2,

6, 10], expressão que vemos constantemente repetida pelos profetas; e ao chamá-lo "circuncisão do coração" [Dt 10.16; 30.6], mexe com os afetos interiores.

Entretanto, não há nenhuma passagem na qual melhor se perceba qual é a real propriedade do arrependimento do que no quarto capítulo de Jeremias: "Se voltares, ó Israel", diz o Senhor, "volta para mim. Preparai para vós o campo de lavoura, e não semeeis entre espinhos. Circuncidai-vos ao Senhor, e tirai os prepúcios de vosso coração" [Jr 4.1, 3, 4]. Pode-se ver como ele declara que, para viver honestamente, é necessário desarraigar a impiedade do íntimo do coração. E para tocá-los mais vividamente, os adverte que é Deus com quem hão de tratar, com o qual de nada serve andar com tergiversações, pois ele aborrece no homem a duplicidade do coração.[21] [Tg 1.7, 8]. Por esta causa, ri-se Isaías [58.6] dos baldados esforços dos hipócritas, que se empenhavam, de fato excessivamente, em desenvolver o arrependimento exterior *expresso* em cerimônias; mas, enquanto isso, não se preocupavam em desatar os feixes de iniqüidade com os quais mantinham atados os pobres; onde mostra, ademais, de forma admirável, em que se situa propriamente o arrependimento não fingido.

7. O ARREPENDIMENTO SUSCITADO POR SINCERO E REAL TEMOR DE DEUS, ANTEVISTO O JUSTO, PORÉM INCOERCÍVEL, JUÍZO EM QUE LHE INCORRE O PECADOR

O segundo ponto era que ensinamos que ***o arrependimento procede do real temor de Deus***. Pois, antes que a mente do pecador se incline ao arrependimento, importa seja *ela* despertada pelo senso do juízo divino. Quando, porém, este senso se tenha fixada profundamente, de que Deus um dia haverá de subir ao *seu* tribunal a fim de exigir a razão de todas as palavras e feitos, não permitirá que o mísero ser humano descanse, nem que respire um instante, sem que o aguilhoe constantemente a meditar em outro modo de vida em que possa postar-se em segurança diante desse Juízo. Daí, enquanto exorta ao arrependimento, a Escritura faz freqüente menção do juízo, como em Jeremias [4.4]: "Para que não saia, porventura, minha ira como fogo, e não haja quem a extinga, em razão da maldade de vossas obras." E no sermão de Paulo aos atenienses [At 17.30, 31]: "E, com efeito, embora Deus tenha deixado passar até agora os tempos dessa ignorância, anuncia agora aos homens que por toda parte todos se arrependam, visto que ele fixou um dia em que haverá de julgar o mundo todo com eqüidade"; e em muitos outros lugares. Por vezes *a Escritura* declara que Deus é Juiz mediante castigos já infligidos, para que os pecadores

21. Primeira edição: "Vê como declare nada haverem [eles] de efetuar no buscar o zelo da justiça, a menos que, antes de tudo, haja sido eliminada do mais íntimo do coração a impiedade. E para que incisivamente os afete, adverte [-os] de que têm a ver com Deus, junto a Quem nada se aproveita em tergiversar, porque [Ele] abomina o coração dobre."

ponderem consigo mesmos que, a menos que se arrependam em tempo, *coisas* piores os ameaçam. Os capítulos 20 e 29 de Deuteronômio são ricos em exemplos.

Não obstante, uma vez que a conversão começa do horror e ódio ao pecado, por isso o Apóstolo faz a "tristeza que é segundo Deus" [2Co 7.10] a causa do arrependimento. Mas, *ele* chama tristeza segundo Deus quando temos não só horror ao castigo, mas também odiamos e execramos ao próprio pecado, ao compreendermos que ele desagrada a Deus. Nem é de admirar, porque, a não ser que sejamos severamente espicaçados, não nos seria possível corrigir a indolência da carne. De fato, ao seu embotamento e apatia não bastariam *simples* estugadas, a não ser que Deus penetre mais fundo, ostentando *suas* varas. Além disso, adiciona-se a contumácia que, para ser quebrada, se faz necessário que se use como que marretas. Portanto, a severidade de que Deus faz uso ao ameaçar-nos é provocada nele pela depravação de nossa natureza, porquanto ele em vão seduziria com brandura aos que estão a dormir. Deixo de mencionar as provas *disto*, as quais ocorrem reiteradamente *na Escritura*.

Ainda por outra razão o temor de Deus é o princípio do arrependimento, *a saber*, que embora a vida do homem seja repleta de todas as classes de virtudes, a não ser que *ela* se volva para o culto de Deus, poderá, sem dúvida, ser louvada pelo mundo, mas será pura abominação no céu, uma vez que a parte capital da justiça é render a Deus seu direito e honra, dos quais *ele* é impiamente fraudado quando não temos o propósito de nos sujeitar a seu governo.

8. Mortificação da carne e vivificação do Espírito, elementos integrantes do arrependimento

Em terceiro lugar, resta explicar o que significa dizermos que o arrependimento consta de duas partes, a saber: da mortificação da carne e da vivificação do Espírito. Isto, contudo, ainda que um pouco simples e vulgarmente de acordo com a capacidade e mentalidade do povo, o expõem com toda clareza os profetas, quando dizem: "Desiste do mal e faz o bem" [Sl 34.14; 37.27]; de igual modo: "Lavai-vos, sede limpos, removei de meus olhos o mal de vossas obras. Cessai de agir perversamente, aprendei a fazer o bem, buscai o juízo, vinde em socorro do oprimido" etc. [Is 1.16, 17]. Pois, quando mandam *o homem* retroceder da maldade, em seguida exigem a mortificação de toda a carne, a qual está saturada de maldade e de perversidade. Coisa mui difícil e árdua *é* despir-nos de *nós* mesmos e apartar-*nos* de nossa disposição natural. Ora, não se deve julgar que a carne já foi bem mortificada, a não ser que tenha sido abolido tudo quanto temos de nós *próprios*. Como, porém, todo afeto da carne é inimizade contra Deus [Rm 8.7], o primeiro passo para a obediência de sua lei é essa renúncia de nossa natureza.

Em seguida, *os profetas* assinalam a ***renovação*** *do Espírito* em termos dos frutos que daí se produzem, *a saber*: da justiça, do juízo e da misericórdia. Ora, na verdade, não terá sido bastante desincumbir-se corretamente de tais deveres, a não ser que a própria mente e o coração primeiro tenham se revestido do sentimento da justiça, do juízo e da misericórdia. Isto se dá quando o Espírito de Deus assim nos imbui a alma, embebida de sua santidade, não só de novos pensamentos, mas também de *novos* sentimentos, para que possa com razão ser tida *por* nova. E, na realidade, uma vez que por natureza estamos alienados de Deus, a menos que preceda a renúncia de nós *mesmos*, jamais nos inclinaremos àquilo que é reto. Por isso, com muita freqüência somos exortados a despir-nos do velho homem, a renunciar ao mundo e à carne, dando adeus a nossas concupiscências e sendo renovados no espírito de nosso entendimento [Ef 4.22, 23]. Com efeito, a própria palavra ***mortificação*** nos adverte de quão difícil é esquecer a natureza antiga, porque daqui inferimos que, não de outra maneira, somos conformados ao temor de Deus e aprendemos os rudimentos da piedade, mas também que, violentamente imolados pela espada do Espírito, somos reduzidos a nada. Como se Deus declarasse que, para que sejamos contados entre seus filhos, é necessário que *nossa* comum natureza seja destruída!

9. A mortificação da carne e a vivificação do Espírito resultam da participação da morte e da ressurreição de Cristo, a regeneração real ou arrependimento

Uma e outra, *isto é, a mortificação da carne e a vivificação do Espírito*, nos é comunicada em virtude da participação de Cristo. Ora, se de sua morte compartilhamos verdadeiramente, "nosso velho homem é crucificado por seu poder e morre o corpo do pecado" [Rm 6.6], para que não floresça por mais tempo a corrupção da primeira natureza. Se somos participantes de sua ressurreição, por ela somos despertados para a novidade de vida que corresponda à justiça de Deus. Portanto, interpreto o arrependimento com uma palavra: ***regeneração***, cujo objetivo não é outro senão que em nós seja restaurada a imagem de Deus, a qual fora empanada e quase apagada pela transgressão de Adão.

Assim *o* ensina o Apóstolo, quando diz: "Nós, porém, de face descoberta, refletindo *como em um espelho* a glória do Senhor, somos transformados à mesma imagem, de glória a glória, como pelo Espírito do Senhor" [2Co 3.18]. Igualmente: "Sede renovados no espírito de vosso entendimento e revesti-vos do novo homem que foi criado, segundo Deus, na justiça e santidade da verdade" [Ef 4.23, 24]. Também, em outro lugar: "Revestindo-vos do novo homem que se renova segundo o conhecimento e a imagem daquele que o criou" [Cl 3.10]. Portanto, mediante esta regeneração, somos pela mercê de Cristo restaurados à justiça de Deus, da qual havíamos decaído através de Adão, modo pelo qual ao Senhor agrada restaurar inte-

gralmente a todos quantos adota para a herança da vida. E esta restauração, na verdade, não se consuma em um momento, ou em um dia, ou em um ano; antes, através de avanços contínuos, ainda que amiúde de fato lentos, Deus destrói em seus eleitos as corrupções da carne, os limpa de *sua* imundície e a si os consagra por templos, renovando-lhes todos os sentimentos à verdadeira pureza, para que se exercitem no arrependimento toda sua vida e saibam que não há nenhum fim para esta luta senão na morte.

Quão maior é a improbidade de certo paroleiro e apóstata impuro, Estáfilo,[22] que vocifera dizendo que o estado da presente vida é por mim confundido com a glória celeste, enquanto de Paulo interpreto a imagem de Deus *como* sendo "verdadeira santidade e justiça" (Ef 4.24). Como se, realmente, ao definir-se alguma coisa não se deva buscar sua própria inteireza e perfeição. Ao afirmar que Deus restaura em nós sua imagem, não nego que o faça progressivamente; mas que, à medida que cada um avança, se aproxima mais da semelhança de Deus, e que tanto mais resplandece nele essa imagem de Deus[23] [2Co 4.16]. Para que os fiéis cheguem a este ponto, Deus lhes assinala o caminho do arrependimento pelo qual percorram pela vida inteira.

10. A regeneração livra da servidão do pecado, cujos resquícios, no entanto, sempre perturbarão a vida do crente

Portanto, assim são os filhos de Deus libertados da servidão do pecado mediante a regeneração: não que, como se já houvessem adquirido plena posse da liberdade, não sintam mais nenhuma perturbação de sua carne; antes, permanece neles perpétua razão para luta, período em que são postos em xeque, mas para que melhor apreendam por meio de sua fraqueza. E nesta matéria concordam entre si todos os escritores de juízo mais saudável: que subsiste no homem regenerado uma fogueira de mal, donde crepitam incessantemente desejos que o atraem a pecar e o excitam. Confessam, ademais, que os santos são a tal ponto mantidos enredados por essa enfermidade de concupiscência, que não podem impedir que freqüentemente sintam comichões e sejam incitados ou à licenciosidade, ou à avareza, ou à ambição, ou a outros vícios.

Tampouco se faz necessário fatigar-se muito em investigar o que os antigos aqui sentiram, quando para isto basta o testemunho de Agostinho[24] que coligiu, fielmente e com grande diligência, as opiniões de todos. Portanto, que os leitores tomem dele, caso queiram ter algo de certo quanto ao sentimento da antigüidade. Entretanto,

22. Estáfilo, teólogo de Konisberg, que voltou ao catolicismo em 1553.
23. Primeira edição: "[Com isto afirmar,] nem se nega, entretanto, lugar de aperfeiçoamento. Até onde, porém, da semelhança de Deus mais se aproxima alguém, digo nele fulgir a imagem de Deus."
24. *Contra duas Cartas dos Pelagianos,* IV, x, 27; IV, xi, 31.

entre ele e nós pode parecer interpor-se esta discrepância: que realmente ele, enquanto concede que os fiéis, por quanto tempo habitam no corpo mortal, são de tal modo mantidos atados pelas concupiscências, que não podem deixar de ceder a seu impulso, todavia não ousa chamar ***pecado*** a esta enfermidade; contente, porém, com o termo ***fraqueza***, para designá-la ensina que se pode então tornar pecado, finalmente, quando além da concepção ou apreensão da mente segue o ato ou o assentimento, isto é, quando a vontade segue o primeiro impulso do apetite.[25] Nós, ao contrário, temos por pecado essa mesma *disposição em função* da qual o homem é tangido simplesmente por algum desejo contra a lei de Deus; mais ainda, afirmamos ser pecado a própria depravação que nos gera desejos dessa natureza.

Ensinamos, pois, que até que se despojem do corpo mortal sempre há pecado nos santos, visto que reside em sua carne essa inclinação para a concupiscência que se digladia com a retidão. Contudo, Agostinho[26] nem sempre se abstém do termo ***pecado*** *nesta acepção*, como quando diz: "Com esta palavra ***pecado***, Paulo se reporta *à fonte* da qual nascem todos os pecados, isto é, à concupiscência carnal. Este *pecado*, no que diz respeito aos santos, perde *seu* reino na terra *e* perece no céu." Confessando com essas palavras que até onde os fiéis são susceptíveis às concupiscências da carne, eles são culpáveis de pecado.

11. O pecado já não reina no crente, entretanto continua nele a habitar

Quanto ao que se diz, que Deus purifica sua Igreja de todo pecado [Ef 5.26, 27], que esta graça de liberação do pecado ele promete através do batismo e a cumpre em seus eleitos, atribuímos isso mais à ***culpa*** do que à própria ***substância*** do pecado. De fato, Deus executa isso regenerando aos seus, de modo que neles é desfeito o reinado do pecado, pois *lhes* subministra o poder do Espírito pelo qual se tornam superiores e vencedores na luta. Mas *o pecado* deixa apenas de ***reinar***, contudo, não de ***habitar*** *neles*. Conseqüentemente, assim dizemos ter sido crucificado o velho homem [Rm 6.6], que foi abolida nos filhos de Deus a lei do pecado [Rm 8.2]; no entanto, que ainda *neles* ficam resquícios; não para que os dominem, mas para que os humilhem pela consciência de sua fraqueza. E confessamos que esses *resquícios*, na verdade, não *nos* são imputados, como se não existissem; mas sustentamos, ao mesmo tempo, que isso se dá pela misericórdia de Deus, de sorte que os santos, que de outra forma seriam merecidamente pecadores e culpados perante Deus, são liberados dessa condição culposa.

25. Primeira edição: "quando ou ato ou assentimento segue à concepção ou apreensão, isto é, quando a vontade cede à apetição primeira."

26. *Sermão CLV*, 1.

Aliás, não nos será difícil comprovar esta opinião, quando sobre esta matéria subsistem claros testemunhos da Escritura. Ora, haveremos de querer algo mais explícito do que *o* que Paulo proclama *na Epístola* aos Romanos [cap. 7]? Em primeiro lugar, aí ele fala na expressão do homem regenerado [Rm 7.6], como já demonstramos em outro lugar, quanto Agostinho o estabelece com firmes razões. Deixo de considerar o uso que faz dos termos ***mal*** e ***pecado***. Ainda que zombem *quanto a* esses termos, *os* que querem contraditar-nos, no entanto, quem nega que a oposição à lei de Deus é um mal; quem nega que o impedimento da justiça é um pecado; quem, enfim, não admite que subsiste culpa onde há miséria espiritual? Com efeito, em relação a esta enfermidade *de nossa natureza*, todas estas *coisas* são proclamadas por Paulo.

Em segundo lugar, temos da lei segura demonstração, mercê da qual toda esta questão pode ser resolvida sumariamente. Pois se nos ordena amar a Deus de todo o coração, de toda a alma, de todas as forças [Dt 6.5; Mt 22.37]. Uma vez que assim importa que todas as partes da alma se ocupem do amor de Deus, é indubitável que não satisfazem a este preceito aqueles que são capazes de acolher no coração a mais leve inclinação, ou admitir no ânimo simplesmente qualquer pensamento que o afaste do amor de Deus para a fatuidade. E então? Deixar-se afetar de súbitas emoções, apreender com a sensibilidade, conceber na mente – essas não são, porventura, capacidades da alma? Portanto, quando essas *capacidades* a si escancaram o acesso aos pensamentos vãos e depravados, porventura não se mostram que são igualmente vazias do amor de Deus? Portanto, todo o que não admita que todos os apetites da carne são pecado, e que esta enfermidade da cobiça que em nós existe, e que é o incentivo do pecado, é o manancial e a fonte do pecado, é necessário que negue que a transgressão da lei é também pecado.[27]

12. O sentido real da corrupção total e geral de nossa natureza

Se a alguém parece absurdo que assim sejam condenados, em *sua* generalidade, todos os desejos pelos quais é o homem afetado por natureza, quando foram *nele* implantados por Deus, o autor da *própria* natureza *humana*, respondemos que de modo algum estamos condenando aquelas disposições que Deus assim imprimiu no espírito do homem desde a criação original, visto que daí não podem ser erradicadas, senão com a própria humanidade; ao contrário, *condenamos* apenas os impulsos insolentes e desenfreados que se põem em conflito com a ordenança de Deus.

Agora, porém, quando, em razão da depravação da natureza, todas as faculdades estão a tal ponto viciadas e corrompidas que em todas as ações sobressai a

27. Primeira edição: “Razão pela qual [aquele] que não confessa serem pecados os desejos todos da carne, que, na verdade, essa enfermidade de concupiscer, a que chamam *acendalha*, é a fonte do pecado, esse negará, necessariamente, ser pecado a transgressão da Lei.”

perpétua ἀταξία [*ataxíā – desordem*] e imoderação, porquanto não se podem separar as disposições dessa sorte de incontinência, por isso contendemos que *elas* são viciosas. Ou, caso se prefira ter a síntese *da matéria* em menos palavras, ensinamos que são maus todos os desejos *naturais* dos homens e *os* pronunciamos culposos de pecado, não pelo fato de serem naturais, mas porque são desregrados. Contudo, são desregrados porque de uma natureza corrompida e poluída nada pode proceder de puro nem sincero. Aliás, Agostinho não afasta tanto deste ensino quanto se mostra na aparência. Quando quer evitar as calúnias dos pelagianos, às vezes se guarda de chamar pecado à concupiscência; mas quando escreve que, enquanto a lei do pecado permanecer nos santos, só a culpa é deles removida, dá a entender suficientemente que, quanto ao sentido, está de acordo conosco.[28]

13. Afirmações de Agostinho quanto à subsistência do estado pecaminoso nos regenerados, ainda que a culpa seja removida

Traremos à consideração ainda algumas afirmações *de Agostinho*, das quais melhor se evidencie o que de fato ele sentiu *sobre esta matéria*. No segundo livro *do tratado* ***Contra Juliano***:[29] "Esta lei do pecado tanto foi remitida pela regeneração espiritual, quanto permanece na carne mortal. Isto é, remitida, porquanto foi removida a culpa no sacramento pelo qual os fiéis são regenerados; permanece, porém, porque produz os desejos contra os quais os fiéis também lutam." Igualmente: "E assim a lei do pecado, que estava nos membros até de um grande Apóstolo, é remitida no batismo, não encerrada."[30] Também: "Ambrósio chamou ***iniqüidade*** à lei do pecado, do qual, a despeito de *ele* permanecer, no batismo foi removida a culpa, visto ser iníquo que a carne cobice contra o Espírito."[31] Ainda: "O pecado morreu *no que respeita* a esta culpa em que nos retinha, e até que seja curado pela perfeição da sepultura, ainda que morto, está a rebelar-se."[32]

No quinto livro, agora até mais explicitamente: "Assim como a cegueira de coração é não somente ***pecado***, pela qual não se crê em Deus, mas também ***pena do pecado***, pela qual o coração soberbo é punido de castigo condigno, e ainda ***causa do pecado***, quando algo se comete pelo erro do coração cego, assim também a concupiscência da carne, contra a qual cobiça o espirito bom, é não somente ***pecado***, visto que lhe é inerente a desobediência para com o domínio da mente, mas também ***pena***

28. *Da Pena e da Remissão dos Pecados*, II, xxxIII, 53. Primeira edição: "Enquanto mais do que [é] justo, arreceia-se [ele] da odiosidade de que se esforçavam os Pelagianos por gravá-lo, abstém-se, algumas vezes, do termo *pecado*, entretanto, quando escreve que "permanecendo nos santos a lei do pecado, apenas a culpa é removida", mostra suficientemente que não discrepa tanto de nosso sentir."

29. Livro II, capítulo iii, 5.

30. *Ibid.*, capítulo iv, 8.

31. *Ibid.*, capítulo v, 12.

32. *Ibid.*, capítulo ix, 32.

do pecado, visto que foi dada em pagamento aos merecimentos do desobediente, mas ainda ***causa do pecado*** do que anui em defecção ou do que nasce em contágio."[33] Aqui *Agostinho* chama ***pecado*** *a esta condição*, sem ambigüidade, visto que, prostrado já o erro e firmada a verdade, menos receia as calúnias.

De igual modo, também ***No Tratado Sobre João***, Homília XLI, onde fala, sem contenção, do sentimento de sua alma: "Se na carne serves à lei do pecado, faz *o* que diz o próprio Apóstolo: 'Não reine o pecado em vosso corpo mortal, para lhe obedecerdes aos desejos' [Rm 6.12]. Não diz: ***Não esteja***, mas, ***não reine***. Por quanto tempo vives, o pecado necessariamente está em teus membros; ao menos tire-se seu reino; não se faça *o* que *ele* ordena."[34] *Aqueles* que defendem que a concupiscência não é pecado, costumam contestar essa *afirmação* de Tiago: "A concupiscência, depois de haver concebido, dá à luz o pecado" [Tg 1.15]. Com efeito, isso se refuta sem nenhuma dificuldade, porque, a não ser que compreendamos que ele está falando só das obras más ou dos *chamados* pecados atuais, por certo que se reputará por pecado a intenção má. Mas, como Tiago chama às más obras "filhas da concupiscência" e lhes atribui o título de pecado, não se segue daí que a concupiscência não é algo mau e condenável diante de Deus.[35]

14. Os excessos dos anabatistas e a improcedente concepção da ação do Espírito por eles sustentada, a perfeição que proclamam longe está da santificação nas Escrituras

Certos anabatistas, nesta época, imaginam não sei que frenética imoderação em lugar da regeneração espiritual, ou, seja, que os filhos de Deus, restaurados ao estado de inocência, já não devem preocupar-se em refrear-se a libidinosidade da carne; *antes*, importa seguir-se ao Espírito como o Guia, sob cuja ação nunca se transvia ao erro. Seria incrível que a mente do homem cedesse a tal desvario, não fosse o fato de que vociferam aberta e ostensivamente acerca deste seu dogma. Na verdade, isso de fato é monstruoso, porém é justo que sofram tais castigos de *sua* sacrílega ousadia os que induziram a mente a converter em mentira a verdade de Deus. Porventura se cancelará assim toda escolha de indigno e honesto, de justo e injusto, de bom e mau, de virtude e vício? Tal diferença, dizem *eles*, procede da maldição do velho Adão, da qual fomos eximidos através de Cristo. Portanto, entre fornicação e castidade, sinceridade e dolo, verdade e mentira, eqüidade e rapina, já não haverá nenhuma diferença. "Deixa de lado", dizem *eles*, "o fútil temor; o Espírito não ordenará nada de mau, desde que, segura e intrepidamente, te confies à ação dele."

33. Livro II, capítulo iii, 8.
34. *Tratados sobre São João*, XLI, 12.
35. Primeira edição: "Disto, porém, que aos atos vergonhosos e às ações viciosas [Tiago] chama prole da concupiscência e a esses mesmos [fatos] atribui o nome de pecado, não se segue, [nem] de longe, que alimentar concupiscência não seja cousa má e condenável diante de Deus."

Quem não se sentirá estupefato diante dessas monstruosidades? No entanto é a filosofia popular entre aqueles que, cegados pela loucura das concupiscências, se despojam do senso comum. Mas, indago *eu*, que Cristo *eles* nos forjam e que Espírito arrotam? Ora, nós reconhecemos a um só Cristo *e* a um só Espírito, *o Espírito* dele, a quem os profetas recomendaram *e* o evangelho proclama ser revelado, do qual nada desse gênero aí ouvimos. Esse Espírito não é o patrono do homicídio, da fornicação, da embriaguez, da soberba, da contenção, da avareza, da fraude; pelo contrário, é o autor do amor, da pudicícia, da sobriedade, da humildade, da paz, da moderação, da verdade. Não é *um Espírito* frenético e que inconsideradamente se precipite ao que é certo e ao que é errado; ao contrário, pleno de sabedoria e entendimento, em virtude do quê distingue corretamente entre o justo e o injusto. Não instiga à licenciosidade dissoluta e desenfreada; pelo contrário, conforme discrimina o lícito do ilícito, ensina a conservar comedimento e moderação.

Contudo, por que laboramos por mais tempo em refutar essa loucura bestial? Aos cristãos, o Espírito do Senhor não é uma louca fantasia que *eles* próprios ou engendraram em um sonho ou o receberam inventado por outros; pelo contrário, buscam dele, religiosamente, o conhecimento das Escrituras, onde estes dois *pontos* se ensinam a respeito dele: *primeiro*, que ele nos foi dado para santificação, a fim de que, expurgados de imundícies e manchas, *nos* conduza à obediência da justiça divina, obediência que não pode existir, salvo se forem domadas e subjugadas as concupiscências, às quais estes querem soltar as rédeas; segundo, nos deixando purificar por sua santificação que de muitas falhas e de muita fraqueza, sejamos bloqueadas por quanto tempo estivermos encerrados na massa de nosso corpo.

Daí se segue que, distanciados da perfeição por longo intervalo, temos sempre de necessariamente progredir; e, enredilhados em imperfeições, com elas lutar dia após dia. Do quê também se segue que, alijada a indolência e despreocupação, importa vigiar de ânimo atento, para que, desprevenidos, não nos deixemos rodear pelas insídias de nossa carne. A não ser que estejamos confiantes em fazer maiores progressos que o Apóstolo, que era ainda atormentado por um anjo de Satanás [2Co 12.7], “desde que o poder se aperfeiçoasse na fraqueza” [2Co 12.9], e que em sua *própria* carne exibia, não disfarçadamente, essa separação de carne e espírito [Rm 8.2].

15. As chamadas causas, efeitos ou frutos do arrependimento à luz de 2 Coríntios 7.11

O Apóstolo, porém, na descrição do arrependimento [2Co 7.11], enumera sete causas ou efeitos ou partes; isso *ele o* faz com mui excelente razão. Ora, são *elas*: ***diligência*** ou ***solicitude***, ***exame***, ***indignação***, ***temor***, ***anelo***, ***zelo***, ***vindicação***. Não deve parecer absurdo que não ouse estatuir se porventura se devam considerar causas ou efeitos, porque pode insistir-se numa e noutra *coisa*. Podem, ainda, chamar-

se ***disposições*** associadas com o arrependimento. Mas, uma vez omitidas essas questões, pode-se entender o que Paulo quis *significar*, estaremos contentes com uma exposição singela *desta matéria*.

Portanto, diz *ele* que nossa ***solicitude*** provém "da tristeza que é segundo Deus" [2Co 7.10]. Ora, quem é tangido de profundo senso de insatisfação *pessoal* em razão de haver pecado contra seu Deus, ao mesmo tempo é estimulado à diligência e atenção, para que possa desvencilhar-se completamente dos laços do Diabo, e melhor se cuide contra suas ciladas, para que, depois, não arrede da direção do Santo Espírito, para que não seja calcado de *falaciosa* segurança.

A próxima é a ***escusa***, que nesta passagem não significa ***defesa*** pela qual o pecador, para esquivar-se ao juízo de Deus, ou nega haver transgredido, ou atenua a culpa, mas ***purgação***, que foi polarizada mais na súplica *de perdão* do que na confiança de *sua* causa. Tal como os filhos não réprobos, enquanto reconhecem e confessam suas faltas, todavia, recorrem à suplica *por perdão*, e para alcançá-lo protesta de todos os modos possíveis dizendo que não honrou ao pai com a reverência que devia; em suma, se escusa, não para declarar-se justo e inocente, mas apenas para conseguir o perdão.[36]

Segue-se a ***indignação***, pela qual o pecador vocifera interiormente consigo mesmo, irando-se e questionando consigo mesmo, enquanto reconhece sua perversidade e sua ingratidão para com Deus. Pelo termo ***temor*** *Paulo* entende aquela inquietude que se nos incute à mente sempre que refletimos não apenas o que realmente merecemos, mas também quão horrível é a severidade da ira divina contra os pecadores. Pois então somos necessariamente sacudidos de extraordinária inquietação, que tanto nos adestra à humildade quanto nos torna mais cautos para o futuro. Ora, se a ***solicitude*** de que havia falado antes nasce do ***temor***, vemos de que vínculo estes *dois elementos* se ligam entre si.

Parece-me que ele usou ***anelo*** para *exprimir* a diligência no *desempenho do* dever e a prontidão de obedecer a que nos deve desafiar sobremaneira o reconhecimento de nossos delitos. A isso pertence também o ***zelo***, que anexa imediatamente, pois *o* entende *como* o ardor de que somos inflamados quando estes aguilhões nos são aplicados: "O que *eu* fiz?" "Onde me teria precipitado, se não buscasse para mim abrigo na misericórdia de Deus?"

A última é a ***vindicação***: pois, quanto mais severos somos para conosco *mesmos* e de mais aguda crítica procedemos ao exame de nossos pecados, tanto mais devemos esperar que Deus seja mais propício e misericordioso. E de fato *isso* não pode

36. Primeira edição: "Tal como os filhos não réprobos, enquanto reconhecem e confessam suas faltas, recorrem, todavia à súplica [de perdão] e, para que este tenha lugar, atestam de quantos modos podem que, de forma alguma, hão rejeitado esse respeito que devem aos pais; enfim, assim se excusam, não para que se provem ser justos e inocentes, mas apenas para que obtenham perdão."

acontecer senão quando a alma, abalada pelo horror do juízo divino, assume o papel do vingador, requerendo para si o castigo. Na verdade, os piedosos sabem por experiência o que é a vergonha, a confusão, a dor e o descontentamento consigo mesmos,[37] e os demais sentimentos que nascem do sério reconhecimento dos pecados.

Entretanto, nos lembraremos de que tudo isso deve ter uma medida, para que não nos devore a tristeza, pois nada é mais doloroso às consciências atemorizadas do que a queda no desespero. E também Satanás, com este estratagema, a todos quantos vê prostrados pelo medo de Deus, mais e mais *os* submerge nesse profundo sorvedouro de tristeza, para que *daí* jamais emerjam. Realmente não pode ser excessivo o temor que acaba em humildade, nem se aparte da esperança de perdão. Entretanto, há sempre que acautelar-se, conforme o preceito do Apóstolo [Hb 12.3], para que, enquanto se atormenta à própria insatisfação, oprimido de temor desmesurado o pecador não desfaleça, pois deste modo Deus se vê retraído, o qual nos chama a si através do arrependimento.

Acerca desta matéria, é também útil a advertência de Bernardo: "Necessária *é* a tristeza pelos pecados, se não for absoluta. Exorto-vos a retrocederdes, de quando em quando, do pesar e da ansiosa recordação de vossos caminhos e a *vos* passardes à planície da serena rememoração dos benefícios de Deus. Misturemos mel com absinto para que o salutar amargor possa dar saúde, quando houver de ser bebido temperado com a doçura misturada. Enquanto pensais humildemente em vós, pensai também na bondade do Senhor."[38]

16. INTERIORIDADE E EXTERIORIDADE DO ARREPENDIMENTO EM SEUS FRUTOS

Agora pode-se também compreender de que natureza são os frutos do arrependimento, a saber, deveres de piedade para com Deus e *deveres* de caridade para com os homens; além disso, santidade e pureza na vida toda. Enfim, com quanto maior diligência conforma alguém sua vida à norma da lei de Deus, tanto mais seguros sinais exibe de seu arrependimento. E assim o Espírito, enquanto nos exorta ao arrependimento, freqüentemente nos chama ora aos preceitos da lei, individualmente, ora aos deveres da segunda tábua, visto que, em outras passagens, após haver condenado a impureza na própria fonte do coração, então desceu aos testemunhos externos que assinalam sincero arrependimento. Dentro em pouco, na descrição da vida cristã, porei diante dos olhos dos leitores uma imagem viva desta matéria.

Não coligirei testemunhos dos profetas, com os quais, em parte, escarnecem das parvoíces daqueles que porfiam por propiciar a Deus mediante cerimônias, e mos-

37. Primeira edição: "Sentem, na verdade, os piedosos que de castigos sejam a vergonha, a confusão, a lamúria a dissatisfação de si [mesmo]..."

38. *Sermões sobre o Cântico dos Cânticos*, XI, 32.
Primeira edição: "E se de vós sentis em humildade, senti também do Senhor em bondade."

tram serem *elas* puras ridicularias; em parte, ademais, ensinam que a integridade exterior da vida não é o ponto capital do arrependimento, porquanto Deus olha para o coração. Todo aquele que porventura for medianamente versado na Escritura, por si *só* compreenderá, sem a advertência de outrem, que onde se tem de tratar com Deus nada se realiza salvo se começamos do sentimento interior do coração. E a passagem de Joel [2.13] valerá não pouco para se compreenderem outras: "Rasgai vossos corações e não vossas vestes." Um e outro *desses pontos* foi também sucintamente expresso nestas palavras de Tiago [4.8]: "Limpai as mãos, purificai o coração, ó pecadores de espírito doble", onde, no primeiro membro, de fato se refere ao acessório; entretanto, na segunda parte, se mostra sua fonte e princípio, isto é, que têm de abster-se das impurezas ocultas, para que se erija a Deus um altar no próprio coração.

Além disso, há também algumas práticas externas, das quais fazemos uso, em particular, como remédios, seja para humilhar-nos, seja para domar-nos a carne; todavia, em público, para testificação de *nosso* arrependimento. Mas *estas práticas* emanam dessa ***vindicação*** de que fala Paulo em 2 Coríntios 7.11, pois que essas *coisas* são próprias da alma aflita: ficar em desalinho, em lamúria, em lágrimas, fugir à pompa e a toda e qualquer ostentação, abdicar de todos os deleites. Além disso, aquele que sente quão grande mal é a rebelião da carne busca todos os remédios mercê dos quais venha a coibi-la. Finalmente, *aquele* que pondera bem quão grave é haver violado a justiça de Deus, não pode descansar até que, em sua humildade, haja dado glória a Deus.

Práticas dessa natureza os escritores antigos freqüentemente *as* mencionam, quando falam dos frutos do arrependimento. Mas, embora nem de longe depositem nelas a essência do arrependimento, entretanto os leitores me perdoarão se *eu* disser *o* que sinto: a mim *me* parece *que eles* de fato insistem nestas práticas mais do que *é* justo. E se alguém ponderar *esta matéria* com sabedoria, haverá de concordar comigo, como espero, em que esses têm excedido duplamente a medida. Ora, como enfatizassem tão insistentemente, e recomendassem com imoderados encômios essa disciplina corporal, de fato conseguiam que o populacho a abraçasse com diligência maior, contudo de certo modo obscureciam *o* que deve ser de muito maior relevância. Então, ao aplicarem os castigos, foram um tanto mais rígidos do que a mansidão eclesiástica o admite, como se haverá de tratar em outro lugar.

17. Até onde é relevante a chamada penitência externa, especialmente o pranto e o jejum

Mas como alguns, ao ouvirem que em muitos lugares da Escritura, em geral, e particularmente em Joel [2.12], se faz menção do arrependimento com lágrimas, jejuns, vestidos de cilício e com cinzas sobre a cabeça, daí julgam que as lágrimas e

os jejuns são os elementos primordiais do arrependimento. É preciso desfazer-lhes o erro. O que aí se diz da conversão do coração inteiro ao Senhor e do ato de rasgar não as vestimentas, mas o coração, é próprio do arrependimento. O pranto e o jejum, porém, não são impostos como seus efeitos perpétuos ou necessários; pelo contrário, têm *sua aplicação em* circunstâncias especiais. Porquanto *o profeta* havia vaticinado que desastre gravíssimo estava a ameaçar os judeus, aconselha-os a evitarem a ira de Deus, não apenas se arrependendo, mas exibindo mostras de *seu* pesar. Ora, assim como, para conciliar a misericórdia do juiz, o réu costuma inclinar-se *diante dele* suplicantemente, de barba comprida, cabelo desgrenhado, roupa de luto, assim também convinha fazer aqueles, quando fossem conduzidos *como* réus diante do tribunal de Deus, com o fim de desviar-lhe a severidade, mercê de miserável aparência.

Mas, se bem que cinza e saco talvez se adequassem mais àqueles tempos, no entanto é evidente que entre nós mui oportuno haverá de ser o uso do pranto e do jejum, sempre que o Senhor parecer ameaçar-nos com algum flagelo ou calamidade. Pois quando faz aparecer um perigo, Deus assim se anuncia preparado e, por assim dizer, armado para o exercício da vingança. Portanto, bem *faz* o Profeta que exorta os seus ao pranto e ao jejum, isto é, à tristeza dos culposos, a respeito de cujos delitos pouco antes dissera que a sentença é passada. De igual forma, nem os pastores das igrejas haverão de fazer mal hoje, se ao verem a ruína pendente sobre os pescoços dos seus, bradarem a que se apressem ao jejum e ao pranto, desde que, como *ponto* principal, sempre insistam com eles com maior e mais intenso cuidado e ação a que, na verdade, rasguem seus corações, não as vestes [Jl 2.13].

É fora de dúvida que o jejum nem sempre está ligado ao arrependimento, mas que se destina especialmente a tempos calamitosos. Donde também é por Cristo associado com o luto [Mt 9.15], quando os apóstolos são libertados da necessidade, até que, privados de sua presença, fossem acabrunhados de tristeza. Estou falando do jejum solene, porque a vida dos piedosos deve ser temperada de frugalidade e sobriedade, de tal sorte ininterruptamente manifesta.

Não obstante, uma vez que toda essa matéria haverá de ser de novo exposta onde se tratará da disciplina da Igreja, agora a abordo um tanto mais superficialmente.

18. A chamada penitência exterior é, afinal, confissão de culpa e pecado antes que expressão real do arrependimento

No entanto, ainda inserirei isto: quando o termo ***arrependimento*** é transferido para esta expressão externa, *ele* é impropriamente destituído daquele sentido genuíno que fixei. Pois não é tanto uma reversão para Deus quanto uma confissão de culpa, com deprecação do castigo e da culpabilidade. Assim, "arrepender-se em cin-

za e cilício" [Mt 11.21; Lc 10.13], outra *coisa* não é senão testificar de *nossa* insatisfação *pessoal*, quando Deus se ira contra nós em vista de ofensas graves. E esta é, na verdade, uma expressão pública de confissão, mercê da qual, condenando-nos *a nós mesmos* diante dos anjos e do mundo, antecipamos o juízo de Deus. Pois, condenando o descaso daqueles que são indulgentes em relação a seus pecados, Paulo diz: "Se julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados" por Deus [1Co 11.31].

Mas nem sempre é necessário fazer os homens abertamente cônscios e testemunhas de nosso arrependimento; confessar, porém, a Deus em particular é parte do verdadeiro arrependimento, *parte esta* que não pode ser omitida. Ora, não há nada menos congruente que Deus perdoar pecados nos quais *nós* mesmos nos lisonjeamos e *que*, para que *ele* não *os* traga à luz, *os* disfarçamos pela dissimulação. Nem é apropriado apenas confessar os pecados que cometemos cada dia; na verdade, as quedas mais graves devem arrastar-nos mais longe e trazer-nos à lembrança *coisas* que parecem sepultadas há muito, *o* que Davi nos prescreve por seu *próprio* exemplo. Pois, tangido pela vergonha da transgressão recente, a si mesmo se examina até o ventre da mãe e reconhece que já então fora corrompido e infectado pela mácula da carne [Sl 51.3-5]. Ele não faz isso para atenuar sua culpa, como fazem muitos que se ocultam na turba, e a outros envolvendo consigo, procuram alcançar impunidade. Davi age de uma forma bem diferente, o qual agrava francamente *sua* culpa, visto que, corrompido desde a própria infância, não cessará de cumular *feitos* maus sobre *feitos* maus. Também em outro lugar [Sl 25.7] empreende *ele* tal exame de sua vida passada, que implora a misericórdia de Deus sobre os pecados de sua mocidade. E então, por fim, de fato provaremos haver-nos sacudido a letargia, se a gemer sob o fardo e a deplorar nossos *feitos* maus rogarmos alívio da parte de Deus.

Além do mais, é preciso notar-se que o arrependimento, ao qual somos constantemente instados a entregar-nos, difere desse que, por assim dizer, levanta da morte *aqueles* que ou caíram mais vergonhosamente, ou, com desenfreado desbragamento, se arremeteram a pecar, ou alijando *de si* o julgo de Deus como que por uma espécie de defecção. Ora, a Escritura freqüentemente, exortando ao arrependimento, expressa como que uma passagem e ressurreição da morte para a vida, e ao indicar que o povo se arrependera, significa que ele voltou as costas à idolatria e a outras perversões crassas. Razão por que Paulo preceitua o luto aos pecadores que não se arrependeram "de sua libertinagem, fornicação e impudicícia" [2Co 12.21].

Esta distinção tem de ser diligentemente observada, para que, onde ouvimos que poucos são chamados ao arrependimento, não se nos insinue sorrateiramente uma presumida segurança, como se a mortificação da carne não mais nos dissesse respeito, cuja preocupação não permitem remitir os depravados desejos que sempre nos incitem e os vícios que em nosso íntimo pululam a todo tempo. Portanto, o ***arrependimento especial***, que se exige de apenas certos *pecadores*, a quem, arran-

cados ao temor de Deus, o Diabo enredilhou em laços fatais, não anula o *arrependimento* ordinário, a que a corrupção da natureza nos compele a dar atenção por todo o curso da vida.

19. De elo indissolúvel vinculam entre si o arrependimento e o perdão de pecados

Com efeito, se é verdadeiro *o* que é mui evidente, que toda a soma do evangelho se contém nestes dois tópicos: ***arrependimento*** e ***perdão dos pecados***, porventura não vemos que o Senhor por isso graciosamente justifica os seus, para que, ao mesmo tempo, os restaure à verdadeira justiça, mediante a santificação de seu Espírito?

João, o mensageiro enviado adiante da face de Cristo para preparar-lhe os caminhos [Mt 11.10], pregava: "Arrependei-vos, pois, porque está próximo o reino dos céus" [Mt 3.2]. Ao convidá-los ao arrependimento, os advertia a que se reconhecessem pecadores e todas as suas *obras* fossem condenadas diante do Senhor, para que, de todos os *seus* anseios, buscassem a mortificação de sua carne e a nova regeneração no Espírito. Em anunciando o reino de Deus, *João* conclamava à fé, porque por *esse* reino de Deus, que ensinava estar próximo, significava o perdão dos pecados, a salvação, a vida e tudo quanto alcançamos absolutamente em Cristo. Em razão do quê se lê nos outros evangelistas: "João veio pregando o batismo do arrependimento para o perdão dos pecados" [Mc 1.4; Lc 3.3]. Porque, que outra *coisa* é *isso* senão que, oprimidos e extenuados pelo fardo dos pecados, se voltassem para o Senhor e concebessem a esperança de remissão e salvação?

Também Cristo assim iniciou suas pregações: "O reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho" [Mc 1.15]. *Nessas palavras*, primeiro declara que os tesouros da misericórdia de Deus estão abertos em si; em seguida, exige o arrependimento; então, finalmente, a confiança nas promessas de Deus. E assim, quando quis condensar sumariamente toda a soma do evangelho, disse que lhe importava sofrer e ressurgir dos mortos, ser pregado em seu nome arrependimento e remissão dos pecados [Lc 24.26, 46, 47].

Isso mesmo também pregaram os apóstolos após sua ressurreição: "que foi reerguido por Deus para dar arrependimento a Israel e remissão dos pecados" [At 5.30, 31]. Prega-se o ***arrependimento*** em nome de Cristo, quando, através do ensino do evangelho, os homens ouvem que todos os seus pensamentos, seus sentimentos, seus esforços são corruptos e viciosos, em vista do quê se faz necessário que nasçam de novo, se querem entrar no reino de Deus. Prega-se a ***remissão dos pecados*** quando os homens são ensinados que Cristo se fez para eles redenção, justiça, salvação e vida [1Co 1.30], em cujo nome são tidos, graciosamente, por justos e inocentes à vista de Deus. Já que uma e outra *dessas duas* graças é apreendida pela fé, como foi demonstrado em outro lugar, visto que a bondade de Deus é o próprio

objeto da fé, pela qual são remitidos os pecados, fez-se necessário distingui-la diligentemente do arrependimento.

20. O ARREPENDIMENTO É O PRÉ-REQUISITO DO PERDÃO DOS PECADOS

Com efeito, como o ódio ao pecado, que é o intróito do arrependimento, primeiro nos abre o acesso ao conhecimento de Cristo, que a ninguém mais se revela senão a míseros e aflitos pecadores, que gemem, mourejam, estão sobrecarregados, sofrem fome, padecem sede, consomem-se de dor e de miséria [Is 61.1-3; Mt 11.5, 28; Lc 4.18], assim nos importa que nos diligenciemos em relação ao próprio arrependimento, nele nos arrimando por toda a vida, perseguindo-o até o *fim* derradeiro, se queremos permanecer firmes em Cristo. Ora, *Cristo* veio para chamar os pecadores, sim, mas ao arrependimento [Mt 9.13]. Foi enviado a abençoar aos indignos, sim, mas a fim de que cada um se converta de sua iniqüidade [At 5.36]. A Escritura está repleta de expressões desse tipo.

Portanto, onde Deus oferece remissão dos pecados, quase sempre costuma estipular arrependimento de nossa parte, indicando que sua misericórdia deve ser para os homens causa de arrependimento. “Fazei”, diz *ele*, “juízo e justiça, porque a salvação se aproxima” [Is 56.1]. Igualmente: “Virá a Sião um redentor e àqueles que em Jacó se arrependem de *seus* pecados” [Is 59.20]. Ainda: “Buscai o Senhor enquanto se pode achar: invocai-o enquanto está perto. Deixe o ímpio seu caminho e a iniqüidade de seus pensamentos, e se volte para o Senhor, e o Senhor se compadecerá dele” [Is 55.6, 7]. Ainda: “Voltai-vos e arrependei-vos, para que vossos pecados sejam apagados” [At 3.19]. Entretanto, deve-se observar que Deus não impõe esta condição de tal forma como se nosso arrependimento fosse o fundamento da obtenção do perdão; senão que, antes, o Senhor decidiu ter compaixão dos homens para este fim: que se arrependam – indicando a que rumo se devam inclinar-se, caso queiram obter a graça.

Portanto, enquanto habitamos no cárcere de nosso corpo, temos de lutar continuamente com as imperfeições de nossa natureza corrupta; na verdade, com nossa alma natural. Platão[39] diz algumas vezes que a vida do filósofo é a meditação da morte. Com verdade maior, podemos dizer que a vida do cristão é um contínuo esforço e exercício para a mortificação da carne, até que, morta inteiramente, o Espirito de Deus obtenha em nós o reino. Portanto, julgo que aquele que aprendeu a ficar profundamente insatisfeito consigo mesmo aprendeu muito de proveito, não para permanecer estacionado neste lamaçal, sem dar um passo além; antes, pelo contrário, de modo que se apresse para Deus e *por ele* suspire; para que, enxertado na morte e na vida de Cristo, se aplique ao perpétuo arrependimento, como, na ver-

39. *Fedon,* 64; *Apologia,* 29.

dade, não o podem fazer menos *os* que possuem genuíno ódio do pecado, porque ninguém jamais odeia o pecado, a não ser que antes se sinta dominado pelo amor da justiça. Esta interpretação, como de todas era a mais simples, assim me pareceu coadunar-se excelentemente com a verdade da Escritura.

21. O arrependimento é dom da graça divina, que faculta o perdão a todo pecado, exceto o pecado contra o Espírito Santo

Com efeito, à luz da exposição precedente, julgo ser o arrependimento um singular e mui claro dom de Deus, o que não exige uma nova elaboração e uma longa consideração. E assim a Igreja louva a benevolência de Deus e se maravilha de que *ele* tenha dado aos gentios o arrependimento para a salvação" [At 11.18]; e Paulo, ordenando a Timóteo que fosse paciente e brando para com os incrédulos, diz: "Instruindo com mansidão os que resistem, se porventura Deus lhes dará arrependimento para conhecerem a verdade, para que se livrem dos laços do Diabo" [2Tm 2.25, 26]. Deus, na verdade, afirma que quer a conversão de todos, e dirige *suas* exortações a todos em comum. A eficácia disso, no entanto, depende do Espírito de regeneração. Porque, mais fácil seria criar-nos *como* homens do que revestir-nos de nossa natureza mais excelente com *nossos* próprios recursos. E assim, não sem causa, em todo o curso da regeneração somos chamados "feitura de Deus, criados para as boas obras, as quais ele preparou para que andemos nelas" [Ef 2.10].

A todos quantos Deus quer arrebatar da perdição, a esses *os* vivifica mediante o Espírito da regeneração; não que o arrependimento seja propriamente a causa da salvação, mas porque já se viu que ele é inseparável da fé e da misericórdia de Deus, quando Isaías atesta que "vem a Sião um redentor e àqueles que em Jacó se têm voltado da iniqüidade" [Is 59.20]. Com efeito, isto se estabelece com solidez: onde quer que floresça o temor de Deus, o Espírito tem operado para a salvação do homem.

E assim os fiéis em Isaías, enquanto se queixam e deploram que foram abandonados por Deus, põem isto como um sinal de *sua* rejeição: que seu coração foi divinamente endurecido [Is 63.17]. Querendo excluir também os apóstatas da esperança de salvação, o Apóstolo apresenta a razão: é impossível que estes sejam renovados para o arrependimento [Hb 6.4-6], porquanto, ao renovar *aqueles* a quem não quer que pereçam, Deus mostra, na verdade, o sinal de *seu* paterno favor e, por assim dizer, a si os atrai com os raios de *seu* sereno e propício semblante. Por outro lado, ao endurecer os réprobos, cuja impiedade é irreversível, seu rosto dardeja contra eles raios de indignação.[40] O Apóstolo denuncia aos apóstatas deliberados esta espécie de represália, os quais, enquanto se afastam da fé *genuína* do evange-

40. Primeira edição: "Por outro lado, em obduração dardeja raios contra os réprobos, dos quais irremissível é a impiedade."

lho, têm a Deus em escárnio, desprezam obstinadamente sua graça, profanam e calcam aos pés o sangue de Cristo [Hb 10.29]; com efeito, quanto neles está, crucificam-no de novo [Hb 6.6]. Ora, *aí ele* não suprime, como querem certos *indivíduos* erroneamente rigorosos, a esperança de perdão a todos os pecados voluntários. Contudo, ensina que a apostasia é indigna de toda escusa, de sorte que não é de admirar que Deus puna com rigor inexorável a tão sacrílego desprezo de seu Ser. Pois, nessa mesma Epístola, o Apóstolo ensina que "é impossível que aqueles que uma vez foram iluminados, já provaram o dom celeste, já foram participantes do Espírito Santo, tenham degustado a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro, se decaem *dessa bem-aventurada condição*, sejam outra vez renovados para o arrependimento; estando, *assim*, crucificando de novo o Filho de Deus e expondo-o à ignomínia" [Hb 6.4-6]. De igual modo, em outro lugar: "Se", diz *ele*, "depois de recebido o conhecimento da verdade pecamos, deliberadamente, *já* não resta mais sacrifício pelos pecados; ao contrário, uma certa expectação horrenda de juízo" etc. [Hb 10.26, 27].

Essas são também passagens, em virtude de errônea interpretação, que os novacianos outrora extraíam matéria para suas aloucadas postulações, ofendidos pelo rigor das quais certos bons varões vieram a crer *ser* esta uma Epístola espúria, a qual, no entanto, em todo aspecto respira realmente o espírito apostólico. Mas, uma vez que não estamos a contender senão com aqueles que a abraçam *como genuína*, é fácil de demostrar quão longe estão essas expressões de favorecer seu erro. Primeiramente, é necessário que o Apóstolo esteja em harmonia com seu Mestre, o qual afirma que haverá de perdoar todo pecado e blasfêmia, exceto o pecado contra o Espírito Santo, o qual não se perdoa nem neste mundo, nem no vindouro [Mt 12.31, 32; Mc 3.28, 29; Lc 12.10]. É evidente que o Apóstolo se ateve a esta exceção, se não queremos convertê-lo em inimigo da graça de Cristo.[41] Do quê se conclui que *não se pode* negar perdão a nenhum pecado individual, senão a um, o qual, oriundo de fúria desesperada, não se pode atribuir à fraqueza, e mostra claramente que o homem está possuído do Diabo.

22. A natureza real do pecado que não tem perdão

Entretanto, para que se deslinde isto, é preciso inquirir o que constitui tão horrenda abominação desta natureza para a qual não haverá nenhuma remissão. Como Agostinho *a* define em algum lugar: a renitência obstinada até à morte, com a desesperança de perdão, não se enquadra suficientemente com as próprias palavras de Cristo: "Não haverá de ser perdoado neste mundo" [Mt 12.32]. Ora, ou isto se diz em vão, ou *o pecado imperdoável* pode ser cometido nesta vida. Mas, se *essa* definição de Agostinho é verdadeira, então ele não é cometido a não ser que persista até

41. Primeira edição: "Com esta exceção, afirmo[-o], certo é haver-se contentado o Apóstolo, salvo se queremos fazê-lo inimigo da graça de Cristo."

à morte. Outros dizem que peca contra o Espírito Santo *aquele* que inveja a graça conferida a um irmão. Não vejo de onde *isso* foi tomado. Apresentemos, porém, a definição verdadeira, a qual, no momento em que for comprovada com firmes testemunhos, por si só suplantará facilmente a todas as demais. Portanto, digo que pecam contra o Espírito Santo os que de tal maneira são tocados por ele que não podem pretender ignorância, e contudo resistem com deliberada malícia simplesmente por resistir.[42] Pois Cristo, a fim de explicar *o* que havia dito, acrescenta logo em seguida: "Quem disser uma palavra contra o Filho do Homem, isso lhe será perdoado; quem, no entanto, houver blasfemado contra o Espírito *Santo*, isso não lhe será perdoado." E Mateus [12.31] põe em lugar de "blasfêmia contra o Espírito" *a expressão* "o Espírito de blasfêmia".

Como pode alguém lançar um ultraje ao Filho e, ao mesmo tempo, não se volte contra o Espírito? De fato, *podem fazê-lo aqueles* que, insipientes, atacam a verdade de Deus *a si* desconhecida, *aqueles* que, por ignorância, maldizem a Cristo, possuídos, entrementes, deste espírito, que não queiram extinguir a verdade de Deus, lhes *fosse ela* revelada, ou ferir, com uma só palavra, *esse* a quem soubessem ser o Cristo do Senhor. Esses pecam contra o Pai e *contra* o Filho. Assim, muitos são hoje *os* que execram impiamente o ensino do evangelho, o qual, se soubessem ser do evangelho, estariam preparados para reverenciá-lo de todo o coração.

Aqueles, porém, cuja consciência está convicta de que *o* que repudiam e impugnam é a Palavra de Deus, contudo, não cessam de impugná-la, lemos que esses blasfemam contra o Espírito, uma vez que estão a lutar contra a iluminação *que é obra do Espírito Santo*. Tais eram alguns dentre os judeus que, embora não pudessem resistir ao Espírito que falava através de Estêvão [At 6.10], no entanto porfiavam em resistir. Não há dúvida de que muitos dentre eles estavam fazendo isso arrebatados pelo zelo da lei; mas, é evidente, havia outros que se enfureciam contra o próprio Deus por maligna impiedade, isto é, contra um ensino que não desconheciam provir de Deus. Tais *eram* também os próprios fariseus, contra os quais o Senhor investe, os quais, com o fim de desacreditar o poder do Espírito Santo, *o* infamavam com o nome de "Belzebu" [Mt 9.34; 12.24]. Este, pois, é o espírito de blasfêmia, quando a ousadia do homem se atira deliberadamente ao ultraje do nome divino. A isto acena Paulo, quando ensina haver alcançado misericórdia porque havia cometido *tais transgressões* em ignorância e por incredulidade [1Tm 1.13], em virtude da qual doutra sorte teria sido indigno da graça do Senhor. Se a ignorância unida com a incredulidade fez que *ele* obtivesse perdão, segue-se daqui que não há lugar para perdão onde à incredulidade se acrescenta o conhecimento.

---

42. Primeira edição: "pecam contra o Espírito Santo [aqueles] que à verdade divina, de cujo fulgor são a tal ponto deslumbrados que não possam alegar ignorância, contudo, de deliberada maldade, [lhe] resistem, apenas para isso: para que [lhe] resistam."

23. A REJEIÇÃO DELIBERADA DA VERDADE DO EVANGELHO É APOSTASIA REAL NÃO SUSCETÍVEL À RENOVAÇÃO DO ARREPENDIMENTO QUE REDIME

Na verdade, o Apóstolo está falando não de uma ou outra queda individual, mas da defecção universal mercê da qual os réprobos abdicam da salvação. Se prestares bem atenção, o compreenderás. Daí, não é de admirar-se que sintam a Deus implacável os que João afirma, em sua *primeira Epístola* canônica, não fazerem parte *do número* dos eleitos dos quais se privaram [1Jo 2.19]. Ora, na verdade *ele* está dirigindo *esse* arrazoado contra aqueles que imaginavam poder reverter à religião cristã, uma vez que haviam decaído dela, aos quais, lembrando desta falsa e perniciosa opinião, diz *o* que é mui verdadeiro: que não têm retorno à comunhão de Cristo aqueles que, cientes e deliberadamente, a tenham rejeitado. Rejeitam-na, porém, não *aqueles* que simplesmente transgridem a Palavra do Senhor em virtude do dissoluto desregramento da vida, mas *aqueles* que publicamente lhe repudiam todo o ensino.

Portanto, o paralogismo está nos termos ***decair*** e ***pecar***, uma vez que os novacianos *assim* interpretam ***decair***: se alguém, ensinado pela lei do Senhor que não se deve furtar, nem fornicar, não se abstenha de furto ou fornicação. Mas, ao contrário, afirmo que *aqui* se subentende tácita antítese, na qual devem ser trazidas de novo à baila todas *as coisas* contrárias àquelas que já foram ditas previamente; de sorte que aqui não se exprime alguma falta particular, mas o total afastamento de Deus e, por assim dizer, a apostasia do homem todo. Portanto, quando menciona aqueles que decaíram depois que foram uma vez iluminados; provaram o gosto do dom celestial; fizeram-se participantes do Espírito Santo; provaram também a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro [Hb 6.4, 5], deve-se entender *aqueles* que, de deliberada impiedade, sufocaram a luz do Espírito; rejeitaram o sabor do dom celestial; alienaram-se da santificação do Espírito; calcaram aos pés a Palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro.

E, para que mais expressasse essa definida determinação de impiedade, acrescentou depois, expressamente, em outro lugar [Hb 10.26], o advérbio ***deliberadamente***. Ora, quando *nessa passagem* diz que nenhum sacrifício é deixado àqueles que porventura pecam deliberadamente depois de haver recebido o conhecimento da verdade, não está negando que Cristo seja o perpétuo sacrifício para expiar as iniqüidades dos santos, o que quase toda a Epístola proclama eloqüentemente quando se põe a explicar o sacerdócio de Cristo, porém, diz que não resta nenhum outro quando se rejeita a este. Negada, porém, expressamente a verdade do evangelho, também está rejeitado *esse sacrifício*.

24. AS EXPRESSÕES DE DESESPERO DOS ÍMPIOS LONGE ESTÃO DE ARREPENDIMENTO GENUÍNO E REAL

O fato de parecer a alguns excessivamente duro e estranho à clemência de Deus

privar inteiramente da remissão a alguém que recorra a implorar a misericórdia do Senhor, isso se explica facilmente. Ora, *o autor da Epístola aos Hebreus* não está dizendo que o perdão *lhes* é negado, caso se voltem para o Senhor, mas apenas nega que possam chegar ao arrependimento, visto que, na realidade, em virtude de sua ingratidão, pelo justo juízo de Deus foram feridos de eterna cegueira. Nem *a isso* se contrapõe *o fato de* que o mesmo *autor* em seguida aplica a este propósito o exemplo de Esaú, que em vão tentara, com lágrimas e clamor, recuperar a primogenitura perdida [Hb 12.16, 17]. Esta ameaça do Profeta é do mesmo teor: "Quando clamarem, não darei ouvidos" [Jr 11.11; Zc 7.13]. Pois, com tais expressões não se designa verdadeira conversão nem *genuína* invocação de Deus, mas aquela ansiedade dos ímpios, compelidos pela qual são obrigados, em casos extremos, a levar em conta o que antes negligenciavam tranqüilamente, *a saber*, que neles não há bem algum, senão que todo bem está no favor divino, com o qual nos assiste. Mas não imploram esse *favor* senão quando percebem que o mesmo lhes foi subtraído. E assim outra *coisa* não tem o Profeta em mente pelo *termo* ***clamor*** [Zc 7.13], e o Apóstolo pelo *termo* ***lágrimas*** [Hb 12.17], senão aquele horrível tormento que de desespero abrasa e tortura os ímpios. Vale a pena observar isto diligentemente, pois de outra sorte Deus se poria em conflito consigo mesmo, o qual, através do Profeta, proclama que haverá de ser propício tão logo o pecador tenha voltado para ele [Ez 18.21, 22].

E, como eu já disse, o fato é que a mente do homem só se muda para melhor quando a graça divina a precede. Também, quanto à invocação do Senhor, sua promessa jamais enganará. Mas, chama-se impropriamente ***conversão*** e ***oração*** esse cego tormento pelo qual os réprobos são alijados quando sentem a compulsão de buscar a Deus para si, a fim de acharem remédio para suas misérias, e contudo, fogem de sua aproximação.

25. A CONTEMPLAÇÃO DIVINA PARA COM OS ÍMPIOS NÃO LHES GRANJEIA REAL ARREPENDIMENTO

Indaga-se, contudo, quando o Apóstolo nega que Deus realmente se torna propício mediante um arrependimento fingido, como Acabe alcançou perdão e se desviou do castigo anunciado [1Rs 21.28, 29], o qual, no entanto, do teor de vida restante, é evidente que foi consternado somente ante o pavor repentino. Vestiu-se, com efeito, de saco, aspergiu-se de cinza, prostrou-se em terra [1Rs 21.27] e, conforme o testemunho a seu respeito, humilhou-se diante de Deus. Mas, pouco lhe valeu rasgar as vestes, quando seu coração permaneceu obstinado e escravo da maldade. Não obstante, vemos que Deus se moveu à misericórdia.[43]

43. Primeira edição: "Vemos, entretanto, como Deus seja defletido à clemência."

A isso respondo que Deus perdoa os hipócritas por algum tempo, mas de uma forma que sua cólera não se aparte deles; e isso não tanto por causa deles, mas para dar exemplo a todos em geral.[44] Ora, o fato de o castigo sobre Acabe ter sido mitigado, que utilidade daí conseguiu *ele*, senão que, enquanto viveu sobre a terra, não o sentisse? Portanto, a maldição de Deus, ainda que recôndita, teve sede fixa em sua casa, mas *ele* próprio enfrentou a perdição eterna. O mesmo é o caso de Esaú, pois, ainda que sofresse repulsa, todavia lhe foi concedida uma bênção temporal em resposta às suas lágrimas [Gn 27.38-40]. Mas, visto que a herança espiritual, segundo o vaticínio de Deus, só podia residir em um dos irmãos, ao ser rejeitado Esaú e eleito Jacó, tal repulsa fechou a porta à misericórdia divina. Contudo, como a um homem brutal, restou esta consolação: que se fartasse da gordura da terra e do orvalho do céu[45] [Gn 27.28].

E isto, como acabo de dizer, veio a ser exemplo para outros, para que aprendamos a aplicar mais alegremente *nossos* ânimos e nossos esforços ao sincero arrependimento, porquanto bem pouco é de duvidar-se que Deus, cuja clemência se estende até aos indignos, enquanto exibem algo de insatisfação pessoal, estará pronto a perdoar aos verdadeira e sinceramente convertidos. Por esse mesmo exemplo somos também ensinados quão horrível juízo espera a todos os contumazes, para quem, de fronte deslavada, não menos que de coração obstinado, desprezar e considerar como nada as ameaças de Deus não passa de divertimento.

Nesta disposição, com freqüência *ele* estendeu a mão aos filhos de Israel para aliviar-lhes as calamidades, embora seus clamores fossem fingidos e seu espírito cheio de duplicidade, como ele próprio se queixa no Salmo [78.36, 37, 57], que eles, facilmente, haviam revertido a disposição *anterior*. E assim quis *Deus*, mediante condescendência tão benévola, conduzi-los a séria conversão ou torná-los inescusáveis; contudo, ao subtrair-lhes os castigos por um tempo, Deus não impõe a si uma lei perpétua. Antes, pelo contrário, de quando em quando mais severamente se levanta contra os hipócritas e dobra suas penas, para que daí se evidencie até que ponto o fingimento deles lhe desagrada. Como, porém, já disse, *Deus* manifesta certos exemplos de sua predisposição em conceder perdão, para que os fiéis se animem a emendar sua vida e condenar mais gravemente o orgulho e a soberba dos que dão coices contra o aguilhão.[46]

---

44. Primeira edição: "Respondo de quando em quando aos hipócritas assim poupar-se por um tempo que, no entanto, sempre lhes sobrepaire a ira de Deus, e isto acontecer não tanto por causa deles quanto para o exemplo em comum."

45. Nesta passagem, como em seu comentário ao Gênesis (27.38, 39), Calvino segue a versão LXX e a Vulgata. As versões modernas traduzem ao contrário, que Isaque privou a Esaú da fertilidade da terra e do orvalho do céu. Não obstante, Hebreus 11.20 afirma que Esaú recebeu também uma bênção.

46. Primeira edição: "dos quais sejam os piedosos animados a correção da vida e mais gravemente Se condene o orgulho daqueles que recalcitram impudentemente contra o aguilhão."

CAPÍTULO IV

QUÃO DISTANTE DA PUREZA DO EVANGELHO ESTÁ TUDO QUANTO OS SOFISTAS ENSINAM EM SUAS ESCOLAS A RESPEITO DO ARREPENDIMENTO. ONDE SE TRATA DE CONFISSÃO E SATISFAÇÃO

1. A concepção escolástica de penitência ou arrependimento e suas três facetas: contrição, confissão e satisfação

Chego agora à consideração daquelas *coisas* que os sofistas escolásticos têm ensinado a respeito do arrependimento, as quais passarei em revista com a máxima brevidade, porquanto minha intenção não é comentar tudo, para que este livro, que estou a esforçar-me por apresentar como um manual de instrução, não se dilate desmesuradamente. Por outro lado, eles escreveram sobre tema de maneira tão confusa, que não será fácil a saída, uma vez que nos tenhamos embrenhado no labirinto de suas disputas.[47]

Primeiramente, em dando-*lhe* a definição, mostram claramente que jamais entenderam a natureza do arrependimento. Ora, apanham certos ditos de livros dos antigos que longe estão de exprimir o sentido do arrependimento. Afirmam que ***arrepender-se*** equivale a chorar os pecados já cometidos e depois não cometer *pecados* pelos quais já chorou.[48] E também, que é prantear os malfeitos passados e não cometer outra vez *malfeitos* a serem ainda pranteados.[49] Igualmente, que é certa punição dolorosa, a qual castiga em si o que deplora haver cometido.[50] Ainda, que é a dor de coração e a amargura de alma em razão de *atos* maus que cada um tenha cometido ou com os quais tenha consentido.[51]

Concedamos, pois, que estas *coisas foram* ditas com propriedade pelos antigos – o que ao contencioso não seria difícil negar; entretanto, elas não foram ditas neste sentido, *a saber*, para descreverem o arrependimento, mas apenas para que exortassem aos seus, a fim de que não caíssem de novo nos mesmos delitos dos quais haviam sido poupados. Porque, se a intenção fosse converter em definições todas as afirmações desse molde, também outras, com não menor direito, se deveriam men-

47. Primeira edição: “E matéria de outra sorte não sobremodo emaranhada hão eles envolvido em tantos volumes que não haverá de ser fácil a saída, se te hajas imergido [sequer] um pouco em seus atascadeiros.”

48. Gregório Magno, *Homílias sobre o Evangelho*, livro II, hom. 14, 15; em Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, livro IV, dist. 14, sec. 1.

49. Pseudo-Ambrósio, *Sermão XXV*.

50. Pseudo-Agostinho, *Da Verdadeira e da Falsa Penitência*, capítulo VIII, 22.

51. Pseudo-Ambrósio, *Sermão XXV*, 1.

cionar. Dessa natureza é este argumento de Crisóstomo: "O arrependimento é um remédio que extingue o pecado, uma dádiva dada do céu, uma virtude admirável, uma graça que supera a força das leis."[52]

Acresce que a doutrina que depois ensinam é um tanto pior que estas definições. Ora, estão a tal ponto teimosamente apegado aos exercícios exteriores, que de seus desmesurados volumes nada mais se colige que ser o arrependimento uma disciplina e austeridade que serve em parte para domar a carne e em parte para castigar e punir os vícios. Quanto à renovação interior da mente, que traz consigo a verdadeira correção de vida, *fazem* estranho silêncio. Na verdade, neles há muito palavreado acerca de ***contrição*** e ***atrição***. Atormentam as almas de muitos escrúpulos e inoculam uma imensidade de inquietação e ansiedade; mas onde parecem haver ferido fundamente os corações, sanam todo amargor com leve aspersão de cerimônias.

O arrependimento, definido de forma tão sutil, o dividem em ***contrição de coração***, ***confissão de boca*** e ***satisfação de obra***,[53] em nada com maior logicidade do que o têm definido, se bem que parecem haver gasto toda a existência em formular silogismos. Mas, se alguém arrazoasse da definição *que propõem* (gênero de argumentar que prevalece entre os dialéticos) alguém poderia chorar os pecados previamente cometidos e não cometer *pecados* a serem chorados; poderia prantear malfeitos passados e não cometer malfeitos a serem pranteados; poderia punir o que deploraria haver cometido etc. Visto que não os confessa com a boca, como defenderão *essa* sua divisão? Ora, se o verdadeiramente contrito não faz confissão, pode haver arrependimento sem confissão. Porque, se respondem que esta divisão se refere ao arrependimento até onde é *ele* sacramento, ou se entende de toda a plenitude do arrependimento, a qual não abrangem em suas definições, não há por que seja *eu* acusado. Que eles próprios o imputem a si por não o definirem mais pura e mais claramente. Eu, com efeito, em decorrência de minha obtusidade, quando se disputa acerca de alguma coisa, tudo atribui à própria definição, a qual é o gonzo e fundamento de toda a discussão.

Mas, deixemos que tomem esta licença como mestres e doutores, e consideremos agora em ordem as próprias partes desta divisão. Passo negligentemente em silêncio como sendo frívolas as *coisas* que apregoam, com cenho carregado, como mistérios *solenes*, porém não o faço por desconhecimento. Pois não me seria mui laborioso perscrutar todas e quaisquer *coisas* que pensam ser por eles debatidas com argúcia e sutileza; eu, porém, teria escrúpulos em cansar sem proveito aos leitores com tais frivolidades. Certamente que das questões que movem e agitam e com as quais miseravelmente se emaranham, é fácil de se conhecer que os tais estão a vociferar acerca de coisas *deles* desconhecidas.

---

52. *Homílias sobre a Penitência*, VII, 1.
53. Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, IV, dist. 16.

Questão dessa natureza é esta: se porventura agrade a Deus o arrependimento de um pecado, quando a obstinação perdura em outros. Igualmente: se os castigos divinamente infligidos valem para satisfação. Também: se porventura é possível renovar freqüentemente *o arrependimento* por pecados mortais, quando desavergonhada e impiamente definem que se faz penitência diariamente só por pecados veniais. De igual modo, muito se atormentam, em crasso erro, com o dito de Jerônimo de que o arrependimento é “uma segunda tábua *de salvação* após o naufrágio”, no que demonstram que jamais se despertaram de *seu* pesado torpor, para que viessem a sentir sequer de longe a milésima parte de suas faltas.

2. A angustiante falácia da contrição engendrada pelos escolastas

Eu, porém, gostaria *que* os leitores atentassem para *o fato de* que não há aqui uma rixa acerca “da sombra de um asno”; pelo contrário, trata-se da mais séria de todas as causas, isto é, da remissão dos pecados. Ora, enquanto requerem três *coisas* para o arrependimento: ***a compunção do Coração***, ***a Confissão da boca*** e ***a satisfação da obra***, estão, ao mesmo tempo, ensinando que *elas* são necessárias para se obter a remissão dos pecados. Entretanto, se algo nos importa saber em toda a religião, certamente que isto importa sumamente, a saber, entender e sustentar honestamente por que razão, com que lei, sob que condição, mediante que facilidade ou dificuldade, se obtém a remissão dos pecados.

Salvo se esse conhecimento se mostra claro e seguro, a consciência não pode ter absolutamente nenhum descanso, nenhuma paz com Deus, nenhuma confiança ou segurança; ao contrário, treme continuamente, vacila, inquieta-se, tortura-se, atormenta-se, apavora-se, odeia e foge da vista de Deus. Ora, se a remissão dos pecados depende dessas condições às quais eles a atrelam, nada nos é mais desventurado e mais digno de lástima.

Eles fazem da contrição o primeiro passo para obter-se o perdão e a exigem como se deve, isto é, justa e plena. Mas, ao mesmo tempo, não fixam quando possa alguém estar seguro de que nessa contrição tenha se desincumbido até a justa medida. Na verdade confesso que se deve instar cuidadosa e veementemente a que, chorando cada um amargamente seus pecados, mais se lhes aguce à insatisfação pessoal e ao ódio, pois esta não é uma tristeza da qual se deva arrepender, a qual gera o arrependimento para a salvação [2Co 7.10]. Quando, porém, se exige pungência de tristeza que corresponda à grandeza de culpa e que na balança tenha de contrapesar à confiança de perdão, aqui na verdade, de maneiras extraordinárias, são atormentadas e atribuladas as míseras consciências, quando vêem ser-lhes imposta a devida contrição dos pecados, nem alcançam a medida da dívida de sorte que possam ajuizar consigo que já pagaram o que deviam. Caso digam que é preciso fazer o que está ao alcance, somos trazidos sempre de volta ao mesmo *ponto*, pois quando ousará

alguém garantir a si que já usou todos os recursos no lamento de *seus* pecados? Portanto, quando, depois de terem por longo tempo as consciências lutado consigo e em prolongados embates terem se empenhado, afinal não acham porto em que descansem, para que, ao menos em certa medida, se acalmem, arranquem de si pesar e espremam lágrimas com que alcancem sua contrição.

3. O perdão não procede da contrição humana, mas da misericórdia divina

Pois se dizem que os estou acusando falsamente, então que se adiantem e exibam alguém, um só *indivíduo que seja*, que, através de doutrina de contrição desta natureza, não fosse levado ao desespero, ou não interpusesse ao juízo de Deus a aparência de compunção em vez da compunção verdadeira. Também já dissemos em certo lugar que a remissão de pecados nunca lhes sobrevem sem o arrependimento, porquanto ninguém, senão os aflitos e feridos pela consciência de *seus* pecados, pode implorar sinceramente a misericórdia de Deus. Contudo, ao mesmo tempo acrescentamos que o arrependimento não é a causa da remissão dos pecados.

Portanto, já eliminamos esses tormentos das almas, *a saber*, que *a remissão de pecados* deve ser devidamente consumada. Já ensinamos que o pecador não deve olhar para sua *própria* compunção, nem para suas *próprias* lágrimas, mas que fixe ambos os olhos tão-somente na misericórdia do Senhor. Tão-somente lembramos que são convocados por Cristo “os cansados e sobrecarregados” [Mt 11.28], quando foi “enviado a proclamar o evangelho aos pobres, a curar os quebrantados de coração, a pregar remissão aos cativos e a libertar os encarcerados, a consolar os que pranteiam” [Is 61.1, 2; Lc 4.18]. Pelo que, não só os fariseus seriam excluídos, os quais, fartos de sua *própria* justiça, não se dão conta de sua indigência, mas também os desprezadores que, despreocupados com a ira de Deus, não buscam remédio para seu mal. Porque esses não se afadigam, nem estão sobrecarregados, nem *são* quebrantados de coração, nem encarcerados, nem cativos. De fato, há muita diferença que ensines que a remissão dos pecados é merecida por justa e plena contrição *na qual o pecador jamais pode engendrar*, *ou* que o instruas a ter fome e sentir sede da misericórdia de Deus, para que, mediante o reconhecimento de sua miséria, sua inquietação de espírito, *sua* lassitude, *seu* cativeiro, lhe mostres onde se deve buscar refrigério, descanso, liberdade, enfim, o ensines a dar glória a Deus em sua humildade.

4. A base precária da confissão auricular, a improcedência do argumento calcado na apresentação aos sacerdotes dos leprosos curados

Quanto à ***confissão***, sempre foi ingente a luta entre os canonistas e os teólogos

escolásticos; estes a contenderem que a confissão é ordenada por preceito divino, aqueles a protestarem que *ela* se preceitua apenas de ordenanças eclesiásticas. Com efeito, neste embate se fez manifesto o notório descaramento desses teólogos, que corromperam e torceram à força tantas quantas passagens da Escritura que citavam em *abono de* sua causa. E quando viram que de fato nem assim se podia obter o que postulavam, os que queriam parecer mais argutos que os demais resvalaram neste subterfúgio: que a confissão, no tocante à ***substância***, é provinda do direito divino, mas a ***forma*** ela a recebeu depois do direito positivo. Com efeito, é assim que os que os são mais ineptos entre os formalistas atribuem a ***citação*** ao direito divino, porquanto foi dito: "Adão, onde estás?" [Gn 3.9]; de igual modo a ***exceção***, visto que Adão respondeu, de modo a fazer exceção: "A esposa que me deste etc." [Gn 3.12]; contudo, sustentam que a forma foi dada pelo direito civil a um e a outro *desses dois elementos forenses*.

Vejamos, porém, com que argumentos provam *eles* que esta confissão, formada ou informada, é uma ordenança de Deus. O Senhor, dizem *eles*, enviou os leprosos aos sacerdotes [Mt 8.4; Mc 1.44; Lc 5.14; 17.14]. E daí? Porventura os enviou a *fazer* confissão? Quem já ouviu que os sacerdotes levitas foram incumbidos a ouvir confissões? Por isso recorrem a alegorias. Foi sancionado na lei mosaica que os sacerdotes distinguissem entre lepra e lepra [Lv 14.1-32]. O pecado é a lepra espiritual. Portanto, era ofício dos sacerdotes pronunciar-se a respeito. Antes que *eu* responda, pergunto, de passagem, se esta referência os faz juízes da lepra espiritual, por que arrogam para si o conhecimento da lepra natural e carnal? Evidentemente, isso não equivale a zombar das Escrituras? A lei atribui aos sacerdotes levitas o reconhecimento da lepra; então o usurpemos para nós; o pecado é a lepra espiritual; então sejamos também juízes do pecado!

Agora respondo que, transferido o sacerdócio, ocorre necessariamente transferência da lei [Hb 7.12]. Todas as funções sacerdotais foram transferidas para Cristo; nele se cumpriram e se consumaram. Portanto, para ele só se transferiu todo o direito e honra do sacerdócio. Se gostam tanto de andar à caça de alegorias, *então* ponham diante de si a Cristo por sacerdote único e que o tribunal lhe cumulem da livre jurisdição de todas as coisas. Isso admitiremos facilmente. Além do mais, *essa* alegoria é improcedente, a qual põe entre as cerimônias uma lei puramente civil.

Então, por que Cristo envia os leprosos aos sacerdotes? Para que os sacerdotes não o acusassem falsamente de violar a lei, visto que ordenava se apresentasse perante o sacerdote a *pessoa* curada de lepra e fosse purificada mediante um sacrifício oferecido, ordena que os leprosos purificados fizessem as *coisas* que eram da lei. "Ide", diz *ele*, "mostrai-vos aos sacerdotes" [Lc 17.14] e "oferecei a oferenda que Moisés preceituou na lei, para que lhes seja para testemunho" [Mt 8.4]. E de fato este milagre lhes seria para testemunho: teriam que pronunciá-los leprosos, agora

os pronunciam curados. Porventura não são obrigados, queiram ou não, a tornar-se testemunhas dos milagres de Cristo? Cristo lhes permite verificar seu milagre. Não o podem negar. Entretanto, porque relutam ainda *a reconhecê-lo*, este fato lhes é para testemunho. Assim, em outro lugar: "Será pregado este evangelho em todo o mundo como um testemunho a todos os povos" [Mt 24.14]. Igualmente: "Sereis conduzidos à presença de reis e governadores para testemunho perante eles" [Mt 10.18], isto é, para que fossem mais fortemente convencidos no julgamento de Deus.

Ora, se preferem concordar com Crisóstomo, também ele ensina que Cristo fez isso por causa dos judeus, para que não fosse tido *por* transgressor da lei. Se bem que em coisa tão clara é de causar vergonha que se busque o apoio de algum homem, onde Cristo declara deixar todo o direito legal aos sacerdotes, como a inimigos confessos do evangelho, que estavam sempre predispostos a vociferar-*lhe em contrário*, a não ser que lhes fosse fechada a boca. Portanto, se os sacerdotes papistas desejam manter tal possessão e herança, que se declarem abertamente companheiros daqueles que têm necessidade de que se lhes feche a boca para que não venham a blasfemar contra Cristo, porque o que ele deixa aos sacerdotes da lei de modo algum pertence aos verdadeiros ministros de Cristo.[54]

5. Nem a ressurreição de Lázaro serve de base à noção romanista da confissão

Derivam um segundo argumento da mesma fonte, isto é, da alegoria, como se as alegorias valessem muito para confirmar algum dogma! Mas ainda que se admita que valham, terei que mostrar que essas mesmas *alegorias* são por mim mais plausivelmente apresentadas do que *o* podem *ser* por eles. Portanto dizem que o Senhor determinou aos discípulos que soltassem as faixas *que envolviam* a Lázaro ressuscitado, e *o* deixassem ir [Jo 11.44]. Antes de mais nada, afirmam isso equivocadamente, pois em parte alguma *das Escrituras* se lê que o Senhor dissesse isso aos discípulos, e é muito mais plausível que o tenha dito aos judeus circunstantes, para que, além de qualquer suspeita de fraude, o milagre se lhes fizesse mais evidente e seu poder fulgisse ainda mais, visto que, sem qualquer toque, por sua só voz ele ressuscitaria os mortos. De fato é assim que *eu* o interpreto: para que aos judeus fosse alijada toda suspeita desfavorável, quis o Senhor que eles revolvessem a pedra *que fechava o sepulcro*, sentissem o odor fétido, contemplassem os seguros sinais da morte, o vissem erguendo-se só pelo poder de *sua* palavra, fossem os primeiros a tocá-lo vivo. E esta é a opinião de Crisóstomo.[55]

---

54. Primeira edição: "Em razão disso, para que os sacrificadores papais retenham esta posse, tomem abertamente o partido daqueles a quem é necessário sejam compelidos pela força a que não maldigam a Cristo. Ora, isto nada tem a ver com os Seus verdadeiros ministros."

55. Pseudo-Crisóstomo, *Contra os Judeus, os Pagãos e os Hereges*.

Concedamos, porém, que isso foi dito aos discípulos; afinal, o que haverão de obter? Haver o Senhor dado aos apóstolos o poder de ***desligar***? Quanto mais apropriada e mais habilmente se poderia dizer que estas *coisas* são tratadas alegoricamente, isto é, que Deus quis com isso ensinar aos fiéis que soltassem os que ele ressuscita, ou, seja, que não tragam à memória os pecados que ele já esqueceu e que não condenem como pecadores aqueles a quem ele já absolveu e justificou; que não censurem os pecados que ele já apagou; que não sejam severos no castigo, uma vez que ele é misericordioso e pronto a perdoar! Certamente, nada deve inclinar-nos mais ao perdão do que o exemplo do Juiz que ameaça que haverá de ser implacável para com os excessivamente severos e desumanos. Que agora, pois, vão e mascateiem suas alegorias.

6. Nem João Batista, nem Tiago endossam a confissão romanista

Agora se lançam a um embate mais direto, enquanto lutam, segundo a si parecem, com declarações expressas *da Escritura*: *aqueles* que vinham ao batismo de João confessavam seus pecados [Mt 3.6], e Tiago [15.16] quer que confessemos os pecados uns aos outros. Não é de admirar se os que desejavam ser batizados por João confessassem seus pecados. Ora, *eu* disse anteriormente que João havia “pregado o batismo do arrependimento” [Mc 1.4], *isto é*, havia batizado com água para arrependimento. Logo, a quem teria ele batizado senão *aqueles* que confessassem ser pecadores? O batismo é o símbolo da remissão de pecados, e quem deveria ser admitido a este símbolo senão pecadores e os que se reconhecessem como tais? Confessavam, portanto, seus pecados para que fossem batizados.

Não é sem razão que Tiago preceitua que nos confessemos uns aos outros. Com efeito, se atentassem para o que imediatamente se segue, compreenderiam que também isso lhes traria pouco respaldo. “Confessai”, diz *ele*, “vossos pecados uns aos outros e orai uns pelos outros” [Tg 5.16]. E assim juntam a confissão mútua e a oração recíproca. Se a confissão fosse somente aos sacerdotes, então somente por eles se deve orar. Mais ainda: se seguiria das palavras de Tiago que ninguém mais deveria confessar senão os sacerdotes. Ora, de fato, enquanto quer que nos confessemos mutuamente, *ele* fala somente aos que podem ouvir a confissão dos outros. Αλλήλοις [*Allélois*], diz *ele*: ***mutuamente***, ***alternativamente***, ***cada um por sua vez***, ou, se preferem, ***reciprocamente***. Não podem, porém, confessar-se reciprocamente, senão *os* que são idôneos para ouvir confissões. Uma vez que somente aos sacerdotes dignam desta prerrogativa, também somente a eles relegamos nós o ofício de confessar-se.

Portanto, que sejam alijadas tolices desse gênero e acolhamos o próprio sentido do Apóstolo, que é simples e manifesto, a saber, que, de parte a parte, deponhamos nossas fraquezas um no seio do outro, a fim de recebermos entre nós mútuo conse-

lho, mútua compaixão, mútua consolação. Então, visto que somos mutuamente cônscios das fraquezas fraternas, oremos por elas ao Senhor. Por que, pois, citam Tiago contra nós, que insistentemente insistimos na confissão da misericórdia de Deus? Mas, ninguém pode confessar a misericórdia de Deus, a não ser que antes tenha confessado sua *própria* miséria. Antes, pelo contrário, pronunciamos ser anátema todo aquele que não se confessar pecador diante de Deus, diante de seus anjos, diante da Igreja, enfim, diante de todos os homens. "Pois o Senhor encerrou tudo debaixo do pecado" [Gl 3.22], "para que toda carne feche a boca e se humilhe diante de Deus, mas que somente ele seja justificado e exaltado" [Rm 3.4, 9, 19].

7. A confissão auricular não era generalizada, nem obrigatória até o tempo de Inocêncio III, papa do século XIII

Espanta-me, porém, com que cara ousam contender, *dizendo* que a confissão acerca da qual estão falando é de ordenação divina, cujo uso, na verdade, confessamos ser muito antigo, o qual, contudo, podemos facilmente convencer que, no passado remoto, era livre. Com efeito, nenhuma lei ou ordenança lhe foi estatuída a respeito antes dos tempos de Inocêncio III, inclusive seus anais o registram. Indubitavelmente, se possuíssem uma lei mais antiga, a teriam citado de preferência ao decreto do concílio lateranense, pondo-se em ridículo até mesmo ante as crianças.[56] Em outras coisas, não hesitam em forjar decretos fictícios que atribuem aos mais antigos concílios, para que, pela própria veneração da antigüidade, ofusquem os olhos dos simplórios. Nesta matéria não lhes veio à mente recorrer a tal expediente. Por isso, como se vê claramente por seu testemunho,[57] ainda não se passaram trezentos anos desde que *foi* lançado por Inocêncio III o laço e imposta a necessidade de confessar-se.

E para que silencie acerca do *decurso de* tempo, basta a barbárie dos termos para desacreditar *essa* lei. Ora, que os bons padres ordenam a todo *indivíduo*, de um e outro sexo, confessar uma vez todos os anos, todos os pecados, ao *seu* próprio sacerdote, daí se segue que ninguém que não seja homem e mulher estaria obrigado a se confessar; e, portanto, que o mandamento de confessar-se obriga somente os que são hermafroditas. Então, fatuidade mais crassa se pôs à mostra em *seus* discípulos, enquanto se revelam incapazes de explicar o que significa "*seu* próprio sacerdote".[58]

---

56. Primeira edição: "Por certo que, se uma lei mais antiga houvessem eles tido, a teriam agarrado sofregamente antes que, contestes com o decreto do Concílio Laterano, se houvessem feito ridículos até às próprias crianças."

57. Primeira edição: "Dessarte, atestam[-no eles] próprios..."

58. Boaventura, *Comentário às Sentenças*, IV, 17; Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, III, suplem. qu. 8; art. 4, 5.

Seja o que for que vociferem todos os mercenários arengueiros do papa, sustentamos não ser Cristo o autor dessa lei que obriga os homens a enumerar *seus* pecados; de fato, passaram mais de mil duzentos anos desde a ressurreição de Cristo antes que qualquer lei desse gênero fosse promulgada. E, assim, esta tirania foi finalmente introduzida quando, extinta a piedade e a doutrina, os simulacros de pastores já haviam assumido para si toda e qualquer sorte de desregramento, sem distinção.

Ademais, subsistem luminosos testemunhos, tanto nas histórias quanto em outros escritores antigos, que ensinam ter sido esta uma disciplina política, instituída pelos bispos, não uma lei imposta por Cristo ou os apóstolos. Trarei à consideração apenas um dentre muitos *testemunhos*, que será não obscuro comprovante desta matéria. Sozômeno menciona que esta ordenança dos bispos foi diligentemente observada nas igrejas ocidentais, mas especialmente em Roma. Com isso ele mostra que esta não foi uma prática geral de todas as igrejas. Entretanto, ele diz que um dentre os presbíteros era especialmente designado para presidir esta função. Com isto *ele* impugna sobejamente *o* que esses enganosamente sustentam acerca das chaves dadas indiscriminadamente a toda a ordem sacerdotal para esta prática. Na verdade, porém, *a confissão auricular* não era função comum de todos os sacerdotes, mas deveres individuais de um que havia sido para isso escolhido por *seu* bispo. Esse, a quem ainda em cada igreja catedral chamam de ***penitenciário***, é o que toma conhecimento dos crimes mais graves e a censura dos quais é tomada para exemplo. Em seguida acrescenta que esse fora também o costume em Constantinopla, até que certa matrona, simulando confessar-se, foi apanhada encobrindo com essa simulação a relação amorosa que mantinha com um diácono. Diante desse delito, Nectário, bispo dessa igreja, homem eminente, não apenas pela santidade, como também pela erudição, aboliu o rito da confissão.

Aqui, que esses asnos ergam as orelhas. Se a confissão auricular era uma lei de Deus, como teria Nectário ousado suprimi-la e desarraigá-la? Acusarão a Nectário de heresia e de cisma, santo homem de Deus, aprovado por todos os sufrágios dos antigos? Com a mesma sentença, porém, condenarão a igreja constantinapolitana, na qual, afirma Sozômeno, o costume de confessar-se fora negligenciado não apenas por um tempo, ao contrário, havia caído em desuso até *onde* sua lembrança se estendia. Na verdade, acusem como culpada de defecção não *só a igreja* constantinopolitana, mas a todas as igrejas orientais, as quais, se estão afirmando a verdade, negligenciaram uma lei inviolável e ordenada a todos os cristãos.

8. Não menos contrárias à confissão auricular são as injunções de Crisóstomo, eminente patriarca de Constantinopla

Mas esta abolição *da confissão auricular* é atestada claramente em muitas refe-

rências por Crisóstomo, também *ele* próprio patriarca da igreja constantinopolitana, de sorte que é de admirar que esses tais ousem murmurar em contrário. “Confessa teus pecados”, diz *ele*, “para que os apagues. Se te sentes embaraçado em dizer a outrem os pecados que cometeste, di-los diariamente em tua alma. Não digo que confesses a teu conservo, o qual pode exprobrar-te; confessa a Deus, para que os cure. Confessa teus pecados sobre o *teu* leito, para que aí diariamente tua consciência reconheça seus males.”[59] Igualmente: “Agora, porém, não é necessário confessar-se *estando* presentes testemunhas. Que faças o exame das faltas em teu pensamento. Seja esse julgamento sem testemunha. Somente Deus te assista a confessar-te.”[60] De igual forma: “Não te conduzo ao palco de teus conservos, não *te* obrigo a descobrir teus pecados aos homens. Leva tua consciência diante de Deus e desvenda-*a perante ele*. Mostra tuas chagas ao Senhor, o mais excelente médico, e dele busca remédio; mostra-as Àquele que nada te lance em rosto; ao contrário, cura com toda humanidade.”[61] Ainda: “Por certo que não haverás de dizer ao homem, para que não te invective, pois nem se deve confessar a um conservo, que o pode trazer a público; ao contrário, mostra *tuas* chagas ao Senhor, que provê de ti cuidado, e que é humano, e médico.” A seguir, introduz Deus a falar assim: “Não te obrigo a apresentar-te no meio do palco e a reunires muitas testemunhas. Diz a mim só, em particular, teu pecado, para que *eu* cure a ferida.”[62]

Diremos, porventura, que Crisóstomo, quando escreve estas e *coisas* similares, haja chegado a esse *ponto* de temeridade que libere as consciências dos homens destes grilhões, com os quais são constringidas pela lei divina? De modo algum. Simplesmente não se atreve a exigir como coisa necessária o que não vê que esteja ordenado na Palavra de Deus.[63]

9. A confissão ensinada nas Escrituras é confissão a Deus, não a sacerdotes

Com efeito, para que toda a matéria se faça mais evidente e mais desembaraçada, *em* primeiro *lugar*, mencionaremos fielmente que tipo de confissão nos foi ensinado na Palavra de Deus; em seguida, também faremos menção de suas invenções, certamente não todas (pois quem exauriria esse mar imenso?), mas apenas essas que abarcam a suma de sua confissão secreta. Aqui envergonha relembrar quão freqüentemente o tradutor antigo verteu o termo ***confessar*** em lugar de ***louvar***, *o* que *até*

59. Pseudo-Crisóstomo, *Sermão da Penitência e da Confissão.*
60. *Ibid.*, *Homílias sobre os Salmos*, Salmo 50, hom. II, 5.
61. Crisóstomo, *Homílias sobre a Incompreensibilidade da Natureza de Deus*, hom. V. 7.
62. *Ibid.*, *Homílias sobre Lázaro*, IV, 4.
63. Primeira edição: “Mas, não ousa exigir como necessário [o] que compreende de forma alguma haver sido prescrito pela Palavra de Deus.”

aos ignorantes mais parvos foi dado a conhecer, exceto que vem a propósito pôr-se à mostra sua ousadia em transferirem para seu edito tirânico *o* que fora escrito sobre os louvores de Deus.

Para provar que a confissão tem o condão de alegrar as mentes, forçam essa *expressão* do Salmo [42.4]: "na voz de exaltação e de confissão." Ora, se tal metamorfose *semântica* for tida como procedente, então podemos engendrar o que bem quisermos. Quando, porém, a tal ponto tenham eles perdido o pejo, lembrem-se os leitores piedosos de que pela justa represália de Deus foram entregues a uma mentalidade réproba, para que sua ousadia viesse a ser ainda mais detestável.

Pois, se nos apraz aquiescer ao simples ensino da Escritura, não haverá perigo de que alguém nos ludibrie com mentiras desse gênero. Pois ali se prescreve uma forma de confissão, a saber, uma vez que o Senhor é *Aquele* que perdoa, esquece, apaga os pecados, que a ele confessemos nossos pecados no propósito de obter seu perdão. Ele é o médico: então, apresentemos-lhe nossas feridas. Ele foi ultrajado e vilipendiado: dele, pois, roguemos paz. Ele é o que esquadrinha os corações e *está* consciente de todos os pensamentos: apressemo-nos a derramar nosso coração diante dele. Ele é, enfim, *Aquele* que chama a si os pecadores: não nos demoremos a achegar-nos a ele. "Meu pecado", diz Davi, "te fiz conhecido, e minha injustiça não *a* escondi *de ti*. *Eu* disse: Contra mim confessarei minha injustiça ao Senhor e tu remitiste a iniqüidade de meu coração" [Sl 32.5]. Tal é outra confissão do próprio Davi: "Compadece-te de mim, ó Deus, segundo tua grande misericórdia" [Sl 51.1]. Tal *é* também *a confissão* de Daniel: "Temos pecado, Senhor, temos agido perversamente, temos praticado impiedades e temos sido rebeldes, desviando-nos de teus preceitos" [Dn 9.5].

E outras que ocorrem por toda parte nas Escrituras, cuja enumeração quase encheria um volume. "Se confessarmos nossos pecados", diz João, "fiel é o Senhor para que nos perdoe nossos pecados" [1Jo 1.9]. Confessamo-nos a quem? Evidentemente a *ele* próprio, isto é, se de coração aflito e abatido, diante dele nos prostrarmos, se nos acusarmos e nos condenarmos sinceramente perante ele, roguemos para que sejamos absolvidos por sua bondade e misericórdia.

10. A confissão pública dos pecados

Quem, no coração e diante de Deus, tiver abraçado esta confissão, terá também, sem dúvida, língua preparada para a confissão, quantas vezes se fizer necessário proclamar a misericórdia de Deus entre os homens, não apenas para que sussurre o segredo do coração a uma só pessoa, e uma vez, e ao ouvido, mas com freqüência, abertamente, para que o orbe inteiro a ouça, e assim rememore francamente tanto sua *própria* ignomínia, quanto a magnificência e a dignidade de Deus.

Nesta disposição, como fosse Davi repreendido por Natã, pungido pelo aguilhão da consciência, confessa *seu* pecado não só diante de Deus, mas também diante dos homens: "Pequei", diz *ele*, "contra o Senhor" [2Sm 12.13], isto é, "agora não há escusa, *já* não busco evasivas de que todos me hajam de julgar um pecador, e *o* que *eu* quis que ficasse oculto ao Senhor, até aos próprios homens se faça manifesto." Portanto, a essa confissão secreta que se faz a Deus segue a confissão voluntária em relação aos homens, sempre que isso importa ou à glória divina ou à nossa humilhação. Por esta razão estabeleceu o Senhor outrora entre o povo de Israel que, recitando primeiramente as palavras ao sacerdote, o povo confessasse abertamente, no santuário, suas iniqüidades [Lc 16.21]. Pois, na verdade, *ele* antevia que essa ajuda lhes era necessária, para que cada um fosse melhor levado a uma justa estimativa pessoal. E é justo que, mediante a confissão de nossa miséria, façamos refulgir entre nós e diante de todo o mundo a bondade e a misericórdia de nosso Deus.

11. A CONFISSÃO GERAL DOS PECADOS

Esta modalidade de confissão, contudo, convém que seja não só regular na Igreja, mas ainda que seja usada de modo especial, então extraordinariamente, quando houver acontecido que o povo venha a tornar-se culpado por alguma transgressão *em* comum. Exemplo desta segunda modalidade *de confissão* temo-lo naquela solene confissão *pública* que todo o povo apresenta sob os auspícios e direção de Esdras e Neemias [Ne 1.7; 9.1, 2]. Ora, uma vez que a punição da defecção comum de todos fora aquele longo exílio, a destruição da cidade e do templo, o desmantelamento da religião, não podiam reconhecer o benefício da libertação, como era justo, a não ser que antes se confessassem culpados.

Nem vem ao caso se numa congregação às vezes uns poucos são inocentes, pois uma vez que são membros de um corpo debilitado e achacado, não devem gabar-se de saúde. Com efeito, não pode acontecer que, contraído algum contágio, também não sustenham *eles* próprios algo de culpa. Portanto, por quantas vezes somos afligidos ou de pestilência, ou de guerra, ou de esterilidade, ou de outra calamidade qualquer, se é de nosso dever refugiar-nos no luto, no jejum e outros sinais de culposidade, muito menos se deve negligenciar a própria confissão *geral*, da qual dependem todos *esses* outros *elementos*.

Aquela *confissão* ordinária, além de ser recomendada pela boca do Senhor, pesada sua utilidade, ninguém *de* são *juízo* ousa desaprová-la. Ora, uma vez que em toda reunião religiosa nos postremos diante de Deus e dos anjos, que outro nos será o ponto de partida do proceder senão o reconhecimento de nossa indignidade? Mas, dirás que esse *reconhecimento* ocorre em toda e qualquer oração, pois sempre que oramos por perdão, estamos a confessar nossos pecados. Admito-o. Mas, se examinares com cuidado quão grande é ou nosso *senso de* segurança, ou *nossa* letargia, ou

nosso acomodamento, haverás de conceder-me que é uma ordenança salutar, se o povo cristão é exercitado à humilhação mediante algum rito solene de confissão. Ora, ainda que a cerimônia que o Senhor prescreveu aos israelitas resultava da função pedagógica da lei, no entanto, a coisa em si de algum modo nos diz respeito também a nós. E, com efeito, vemos ser este costume observado com proveito nas igrejas bem reguladas, de sorte que em cada dia do Senhor o ministro repita, em seu *próprio* nome e no do povo, uma forma de confissão, mediante a qual a todos acusa de culpados de iniqüidade, e do Senhor suplique o perdão. Enfim, com esta chave se abre uma porta para orar, tanto aos indivíduos, em particular, quanto a todos, publicamente.

12. A confissão pessoal em função de mútuo aconselhamento e edificação

Ademais, a Escritura sanciona duas modalidades de confissão particular: uma que se faz em função de nosso *próprio* interesse, à qual se reporta esta *passagem* de Tiago [5.16], de que "confessemos os pecados uns aos outros", pois entende que, revelando nossas fraquezas uns aos outros, nos ajudamos com mútuo conselho e consolação; a outra, que se deve fazer em favor do próximo a fim de aplacá-lo e reconciliá-lo conosco, caso tenha sido ofendido em alguma coisa por nossa falta.

E, com efeito, na primeira modalidade, embora Tiago não a indique nominalmente a ninguém, em cujo seio nos descarreguemos, permite livre escolha, de sorte que nos confessemos àquele que do seio da Igreja tenha se mostrado especialmente idôneo, contudo, visto que os pastores são idôneos para julgar muitíssimo acima dos demais, deverão também ser de preferência escolhidos por nós. Entretanto, digo que são por isso aptos acima dos demais, porque, mediante a própria vocação do ministério, *eles* nos são apontados pelo Senhor, por cuja boca sejamos ensinados a sujeitar e corrigir os pecados, e então recebamos consolação da confiança de perdão. Pois, da mesma forma que o dever da admoestação e correção mútuas foi, na verdade, confiado a todos os cristãos, contudo aos ministros foi *ele* imposto de maneira especial, assim também, quando devemos todos consolar-nos e firmar-nos mutuamente na confiança da misericórdia divina, contudo vemos que os próprios ministros foram constituídos suas testemunhas e fiadores, para que tornem as consciências asseguradas da remissão dos pecados, visto que eles mesmos dizem perdoar pecados e desligar almas [Mt 16.19; 18.18; Jo 20.23]. Quando ouves que tal ofício lhes é atribuído, creias que isso é para teu proveito.

Portanto, que cada um dos fiéis lembre se pessoalmente é a tal ponto atribulado e afligido pelo senso de *seus* pecados, que não possa desvencilhar-se deles a não ser com ajuda estranha, então este é seu dever: não negligenciar o remédio que lhe é oferecido pelo Senhor, isto é, que para aliviar-se use da confissão particular perante

seu pastor, e para alcançar consolações para si implore em particular a ajuda daquele cujo ofício é consolar, não só pública, mas também particularmente, o povo de Deus mediante o ensino do evangelho.

Contudo, deve-se usar sempre desta moderação: que as consciências não sejam atreladas com um jugo absoluto onde Deus absolutamente nada prescreve. Daqui se segue que confissão dessa natureza precisa ser livre, de sorte que não seja exigida de todos, mas seja recomendada apenas àqueles que entenderem necessitar dela. Ademais, que estes mesmos que, em função de sua necessidade, dela fazem uso, não sejam obrigados por algum preceito, ou induzidos por artifício, a enumerar todos os pecados; ao contrário, que o façam até onde julgarem ser de seu interesse, de sorte que *daí* extraiam o sólido fruto da consolação. Esta liberdade deve não só ser dada às igrejas, mas também protegida e vindicada vigorosamente pelos pastores fiéis, caso queiram não só que a tirania esteja ausente de seu ministério, mas também do povo a superstição.

13. A confissão pessoal feita àqueles a quem tenhamos ofendido ou contra quem tenhamos pecado

Da outra *modalidade de confissão particular*, porém, Cristo fala em Mateus [5.23, 24]: "Se trouxeres tua oferta ao altar e aí te lembrares que teu irmão tem algo contra ti, deixa ali tua oferta e volta, e vai primeiro reconciliar-te com teu irmão, e então, voltando, apresenta tua oferta." Pois assim se impõe restaurar o amor que *porventura* foi quebrantado por nossa falta: reconhecendo a falta que cometemos e implorando para ela o perdão.

Sob esta modalidade se compreende a confissão daqueles que pecaram ofendendo a Igreja inteira. Ora, se Cristo considera ser de tanta *gravidade* a ofensa particular de um homem, que barre dos *ritos* sacros a todos quantos *porventura* tenham cometido alguma falta contra irmãos, até que tenham retornado ao favor em virtude da justa satisfação, quanto maior é a razão para que *aquele* que ofendeu a Igreja com algum mau exemplo a reconcilie consigo mediante o reconhecimento da culpa? Por isso, como aquele coríntio se mostrasse obediente à correção, ele foi readmitido *de volta* à comunhão *da Igreja* [2Co 2.6, 7].

Além do mais, esta foi a forma de se confessar na Igreja antiga, como também Cipriano[64] *o* relembra: "Fazem penitência", diz *ele*, "pelo tempo justo, então vêm à confissão e, mediante a imposição de mãos do bispo e do clero, recebem o direito de comunhão." A Escritura desconhece absolutamente outra maneira ou forma de se confessar, nem nos é necessário acorrentar de novos grilhões as consciências as quais Cristo proíbe mui severamente sejam reconduzidas à servidão.

64. *Cartas XVI,* 2.

Entrementes, que as ovelhas recorram ao pastor sempre que quiserem participar da Santa Ceia, de modo algum reclamo, senão que gostaria sumamente que se observe isto por toda parte. Pois daí não só podem extrair singular proveito *os* que têm a consciência carregada, mas também *os* que precisam ser admoestados para que assim propiciem ensejo às admoestações, desde que estejam sempre ausentes a tirania e a superstição.

14. NATUREZA E APLICAÇÃO DO PODER DAS CHAVES

Nessas três modalidades de confissão tem lugar o ***poder das chaves***, *ou, seja*, quando a igreja inteira implora perdão em solene reconhecimento de suas faltas; ou quando uma pessoa que, por alguma transgressão notória, haja causado escândalo geral atesta seu arrependimento; ou quando aquele que, em razão de perturbação da consciência, necessita da assistência do ministro, lhe descobre sua fraqueza.

Quanto à reparação das ofensas e a reconciliação com o próximo, a questão é distinta. Porque, ainda que também com isso se pretenda tranqüilizar as consciências, contudo o fim principal é suprimir os ódios e para que os ânimos se unam em paz e amizade[65] [Ef 4.3]. Entretanto, *não* se deve, absolutamente, desprezar aquele beneficio que citei, para que confessemos nossos pecados com maior disposição. Pois quando toda a igreja como que se posta diante do tribunal de Deus, confessa-se culpada *e seu* único refúgio se encontra na misericórdia de Deus, não vulgar ou leve consolo é ter ali presente o embaixador de Cristo, munido do mandato de reconciliação, por meio de quem ouça pronunciar-se sua absolvição [2Co 5.20]. Aqui se recomenda com razão a utilidade das chaves, quando esta embaixada é desempenhada corretamente, na ordem e com a reverência que convém. De igual modo, quando, recebido o perdão, é restituído à unidade fraterna aquele que, de certa maneira, se alienara da Igreja, quão grande beneficio é que se compreende estar perdoado por aqueles a quem Cristo disse: “A todos quantos perdoardes os pecados na terra, terão sido perdoados no céu!” [Mt 18.18; Jo 20.23].

Nem de menor eficácia ou proveito é a absolvição particular, quando é buscada por aqueles que têm necessidade de um remédio especial para a remoção de sua fraqueza. Ora, não raro sucede que *aquele* que ouve as promessas gerais, as quais se destinam a toda a congregação dos fiéis, permanece, não obstante, em certa dúvida e tem o espírito intranqüilo até então, como se ainda não fosse impetrada a remissão *de seus pecados*. Se o mesmo revelou a seu pastor a ferida secreta de *sua* alma e tenha *dele* ouvido, dirigida diretamente a si, esta mensagem do evangelho: “Perdoa-

65. Primeira edição: “Diferente, porém, é o meio de reparar uma ofensa, porquanto, embora também então se consulte à paz da consciência, o fim principal, entretanto, é que, removido o ódio, entre si se unam os corações no vínculo da paz.”

dos são teus pecados; tem confiança" [Mt 9.2], à segurança firmará o ânimo e se libertará dessa ansiedade de que antes ardia.

Mas, em se tratando das chaves, devemos guardar-nos sempre de não sonharmos com algum poder separado da pregação do evangelho. Em outro lugar, onde se tratará do governo da Igreja, se haverá de explicar outra vez mais plenamente esta matéria, e ali veremos que foi ligado à Palavra tudo quanto de direito conferiu Cristo à sua Igreja para ligar ou desligar. Todavia, isso é superlativamente verdadeiro no ministério das chaves, cuja toda força foi posta nisto: que a graça do evangelho é pública e particularmente selada nas almas dos fiéis através daqueles a quem o Senhor ordenou, o que não pode ocorrer senão unicamente pela pregação *da Palavra*.

15. SÍNTESE DA DOUTRINA ROMANISTA DA CONFISSÃO AURICULAR E DO PODER DAS CHAVES

O que *prescrevem* os teólogos romanistas? Determinam que todos, "de ambos os sexos", imediatamente após chegarem aos anos de discernimento, confessem todos os seus pecados a *seu* próprio sacerdote, no mínimo uma vez ao ano; nem se perdoa o pecado, a não ser que tenha sido firmemente concebida a intenção de confessar-se, intenção que, oferecida ocasião, se não for levada plenamente a efeito por eles, já não lhes resta nenhum acesso ao paraíso. *Além disso, afirmam* que o sacerdote, na verdade, tem o poder das chaves, mercê das quais desliga e liga o pecador, visto não ser sem efeito a palavra de Cristo *em Mt 18.18*: "Tudo quanto houverdes ligado" etc.

Todavia, em relação a este poder lutam entre si encarniçadamente. Uns dizem que em essência há uma única chave, a saber: o ***poder de ligar e desligar***, que para o bom uso de fato se requer conhecimento *apropriado dos pecados*, mas *esse conhecimento* lhes é apenas à guisa de acessório, não *lhe* está ligado essencialmente. Outros, porque viam que esse *era* desbragamento demasiadamente desenfreado, enumeraram duas chaves: ***discernimento*** e ***poder***. Outros, em contrapartida, como vissem com tal moderação coibir-se a improbidade dos sacerdotes, forjaram outras chaves: a ***autoridade de discernir***, que usassem em fixar *as penitências* e o ***poder***, que exercessem na execução de sua sentença, a acrescentar o ***conhecimento*** *das faltas* como conselheiro.

Não ousam, porém, interpretar este ligar e desligar simplesmente *no sentido de* remitir e apagar pecados, uma vez que ouvem o Senhor a proclamar no Profeta: "Eu sou, e não há outro senão eu; sou eu, sou eu *aquele* que apaga tuas iniqüidades, ó Israel" [Is 43.11, 25]. Dizem, porém, ser *função* do sacerdote pronunciar os que tenham sido ligados ou desligados e declarar de quem os pecados tenham sido remitidos ou retidos, porém declará-lo ou mediante confissão, quando absolve e retém

pecados, ou através de sentença, quando excomunga e recebe à comunhão dos sacramentos.

Finalmente, quando compreendem que ainda não se desvencilharam deste obstáculo, *ou, seja*, que sempre é possível que sejam contestados de serem freqüentemente ligados e desligados por sacerdotes indignos, os quais, depois, não ligam ou desligam no céu, o qual é seu último refúgio, respondem que a outorga das chaves deve ser tomada com certa limitação: que Cristo prometeu que a sentença do sacerdote que for proferida com justiça perante seu tribunal haveria de ser aprovada, segundo o quê postulavam os merecimentos do ligado ou desligado. *Sustentavam*, ademais, que essas chaves foram dadas por Cristo a todos os sacerdotes, as quais lhes são conferidas pelos bispos em *sua* elevação *ao sacerdócio*, mas que *seu* livre uso só está na posse daqueles que desempenham funções eclesiásticas, junto aos excomungados e os suspensos *do ofício sacerdotal* permanecem de fato as próprias chaves, ainda que enferrujadas e atreladas. E *os* que dizem essas *coisas* podem, com justiça, parecer modestos e sóbrios acima de outros que, em nova bigorna, forjaram novas chaves, com as quais ensinam estar aferrolhado o tesouro da Igreja, *chaves* que discutiremos depois, em seu *devido* lugar.

16. A impossibilidade de enumeração total dos pecados cometidos

A cada um *desses pontos* responderei em poucas *palavras*. Silencio, porém, no momento, com que direito, ou com que falta de direito, amarram *eles* com suas leis as almas dos fiéis, uma vez que isso será considerado em seu *devido lugar*. No entanto, o fato de imporem uma lei quanto à enumeração de todos os pecados, que negam ser o pecado perdoado, salvo sob uma condição: se tenha sido concebida firmemente a intenção de confessar-se; que vociferam não haver nenhum acesso ao paraíso, caso seja negligenciado o ofício de confessar-se, na verdade isso de modo algum se deve admitir.

É necessário enumerar todos os pecados? Davi, porém, segundo penso, que meditara consigo, cuidadosamente, a confissão de *seus* pecados, no entanto exclamava: “Quem discernirá seus erros? Purifica-me, Senhor, de meus *erros* ocultos” [Sl 19.12]. E, em outro lugar: “Minhas iniqüidades passaram sobre minha cabeça; como carga pesada são demais para minhas forças” [Sl 38.4]. Certamente *ele* compreendia quão grande era o abismo de nossos pecados, quão numerosas as faces de *nossos* delitos, quantas cabeças esta hidra ostentava e quão longa cauda arrastava. Portanto, Davi não se entregava a compendiar uma relação deles, mas do profundo de *suas* misérias clamava ao Senhor: “Estou quebrantado, estou aniquilado e sufocado; cercaram-me as portas dos infernos, me acho imerso em fundo poço, a perder as forças e a morrer, que tua mão me tire daí.” Ora, quem cogitará um cômputo de seus pecados, quando vê que Davi não pode fazer a contagem dos seus?

17. O INOMINÁVEL TORMENTO DA EXIGÊNCIA DE ENUMERAR, EM CONFISSÃO, TODOS OS PECADOS COMETIDOS

Neste patíbulo têm sido mais que cruelmente torturadas as almas daqueles que eram afetados por algum senso de Deus. De começo, eram convocados à contagem, dissecavam os pecados em galhos, em ramos, em ramúsculos, em folhas, segundo as fórmulas destes; então, pesavam qualidades, quantidades, circunstâncias, e assim a coisa avançava um pouquinho. Quando, porém, haviam prosseguido mais longe, "o céu por todos os lados e por todos os lados o oceano", nenhum porto *à vista*, nenhum ancoradouro, quanto mais de travessia tinham feito, sempre maior massa se *lhes* deparava aos olhos; aliás, era como se alteassem elevadas moles, nem aparecia qualquer esperança de livrar-se delas, sequer ao menos após longos rodeios. Estavam, assim, encravados entre a vítima e a pedra, afinal nem outra saída se achava senão o desespero.

Então, esses cruéis carniceiros, para que aliviassem as feridas que haviam infligido, aplicaram certos lenitivos, isto é, que cada um fizesse o que em si estivesse. Mas, outra vez, novas angústias pungiam estridentes. Na verdade, novas torturas escorchavam as míseras almas: "Não despendi tempo suficiente"; "Não me esforcei com o justo empenho"; "Por negligência, deixei de fazer muitas *coisas*"; e, "A despreocupação que tem provindo de *meu* descaso não é desculpável!" Eram ainda sugeridos outros remédios que aliviavam dores desta natureza: "Arrepende-te de tua negligência; desde que *ela* não seja desmesurada, ser-te-á perdoada."

Mas, todas essas *coisas* não podem cobrir a chaga, nem são lenitivos do mal como são venenos rebuçados de mel, para que com seu amargor não repugnem ao primeiro gosto; pelo contrário, penetram nas *partes* mais recônditas antes que sejam sentidas. Portanto, essa terrível voz está sempre a instar e a ressoar aos ouvidos: "Confessa todos os teus pecados"; não se pode vencer esse horror, senão mediante segura consolação.

Neste ponto, que os leitores reflitam quão possível é fazer a conta dos atos de todo um ano e coligir o que porventura se pecou cada dia, quando a experiência convence a cada um de que a memória se confunde *até mesmo* quando à noite se têm de passar em revista as transgressões de apenas um *só* dia, tão grande multidão e variedade se *lhes* enfileira! Ora, não estou falando a respeito dos hipócritas crassos e estúpidos que, levados em conta três ou quatro *pecados* mais graves, se julgam desobrigados *do dever confessional*, mas acerca dos verdadeiros adoradores de Deus que, depois que se vêem arrasados pelo exame realizado, também adicionam essa *afirmação* de João: "Se nosso coração nos acusa, Deus é maior do que nosso coração" [1Jo 3.20]. E assim tremem de pavor à vista desse Juiz, cujo conhecimento supera muitíssimo nosso senso.

18. Os efeitos danosos, desde a aflição até a hipocrisia, que resultam da exigência de se enumerar, na confissão todo pecado cometido; aliás, é uma clara impossibilidade

Que, porém, boa parte do orbe se acalentou em tais blandícias, com as quais estava misturado veneno tão mortífero, isso não foi feito porque *ela* cresse satisfazer *assim* a Deus, ou também a si *mesma* satisfizesse inteiramente; ao contrário, para que, como que uma âncora bem fixada no meio do mar, repousasse por um pouco da navegação, ou como se um viajor, esfalfado e a cair de cansaço, se deitasse a descansar no caminho. Não me darei a muito trabalho em provar que isso é verdade. Cada um pode ser testemunha de si mesmo. Direi, em suma, que lei era essa.[66]

Em primeiro lugar, *ela* é absolutamente inexeqüível, e por isso não pode senão perder, condenar, confundir, precipitar na ruína e no desespero. Em segundo lugar, aos pecadores alijados do verdadeiro senso de seus pecados, torna-os hipócritas e ignorantes de Deus e de si próprios. Com efeito, enquanto se ocupam inteiramente da enumeração dos pecados *cometidos*, olvidam, nesse meio tempo, esse latente abismo de depravações, suas iniqüidades ocultas e a sordidez interior, mediante cujo conhecimento deveriam visualizar acima de tudo sua *própria* miséria. Mas, a mais acertada norma de confissão era reconhecer e confessar o imensurável abismo de nosso mal, o qual até mesmo transcende nossa compreensão. Conforme esta norma, vemos formulada a confissão do publicano: "Senhor, sê propício a mim, um pecador" [Lc 18.13]. Como se estivesse a dizer: "Quão grande, quão grande *pecador* sou; sou inteiramente pecador; não posso em *minha* mente ou com *minha* língua, avaliar a própria magnitude de meus pecados! Suplico-te que o abismo de tua misericórdia faça desaparecer o abismo de meus pecados."[67]

E então? perguntará alguém. Não é preciso confessar cada transgressão?[68] Portanto, nenhuma confissão *é* aceita por Deus, a não ser que seja concluída com estas duas palavras: "Sou pecador!" Mas, de fato se deve fazer esforço antes para que, até onde possível, derramemos todo o coração diante do Senhor, não só que confessemos em uma palavra ser pecadores, mas ainda que verdadeira e sinceramente nos reconheçamos como tais; admitimos plenamente quão grande é e quão variegada a mácula de *nossos* pecados; não apenas que *somos* imundos, mas também de que natureza, quão vultosa e em quão numerosos aspectos é nossa imundície; não simplesmente devedores, mas ainda estigmatizados com mui elevadas dívidas e obrigados por quantos títulos *a saldar*; não apenas feridos, mas ainda chagados de quão numerosos e letais golpes. Entretanto, quando, neste reconhecimento, o pecador tenha-se

66. Primeira edição: "Em fazer fé a esta matéria, não diligencio, pois [disto] pode em si mesmo cada um ser a si testemunha. Direi em síntese de que natureza haja sido essa lei."

67. Primeira edição: "A este abismo do [meu] pecado trague[-o] o abismo de Tua misericórdia."

68. Primeira edição: "Quê?, dirás. Portanto, não se tem de confessar cada transgressão."

derramado por inteiro diante de Deus, pondera séria e sinceramente em restarem ainda mais *pecados* e mais profundos serem os recessos de sua maldade do que se possa interiormente perscrutar, e até exclame com Davi: “Seus erros, quem *os* conhece? Expurga-me, Senhor, de meus *erros* ocultos” [Sl 19.12].

Agora, porém, que afirmam que os pecados não são perdoados, a não ser que seja concebida firmemente a intenção de se confessar, e que a porta do paraíso está fechada àquele que *porventura* tenha negligenciado a oportunidade a si oferecida de se confessar, isso está longe de lhes concedermos. Pois a remissão dos pecados não é outra agora senão a que sempre foi. Todos quantos dizem ter obtido a remissão dos pecados da parte de Cristo não dizem ter confessado ao ouvido de algum sacerdote. Na verdade, nem mesmo podiam confessar-se, quando nem havia sacerdotes confessores, nem mesmo a própria confissão. E esta confissão foi inaudita por muitos séculos a seguir, durante os quais os pecados estavam sendo perdoados, sem esta condição.

Mas, para que não estejamos por mais tempo a debater como que acerca de coisa dúbia, *esta* palavra de Deus, “que permanece sempiterna” [1Pe 1.23], é clara: “Sempre que um pecador tenha se lamentado *de seus pecados*, de todas as suas iniqüidades não me recordarei” [Ez 18.21-23]. Quem ousa acrescentar algo a esta palavra, não ***liga*** pecados, mas a misericórdia do Senhor. Porque o que alegam, de não poder emitir sentença sem conhecimento de causa, e que por isso um sacerdote não deve absolver a ninguém antes de ouvir seu mal, tem fácil solução:[69] a si arrogam isso temerariamente *os* que de si próprios se constituem juízes. E surpreende que para si fabriquem com tanta segurança princípios que ninguém de sã mentalidade admitirá.

Jactam-se de que lhes foi outorgado o ofício ***de ligar e desligar***, como se fosse uma certa jurisdição adjunta ao processo *confessional*. No entanto, que esse direito foi desconhecido aos apóstolos, proclama-o todo o ensino destes. Na verdade, nem mesmo pertence ao sacerdote saber com certeza se porventura o pecador está ***desligado***, mas Àquele de quem se pede a absolvição, uma vez que *o* que ouve em *confissão* jamais pode saber se porventura é exata e completa a enumeração *feita dos pecados*. E assim nenhuma absolvição haveria, senão restrita às palavras daquele que está para ser julgado.

Acresce que toda a sistemática do ***desligar*** se calca na fé e no arrependimento, duas coisas que escapam ao conhecimento do homem quando se deve passar-lhe sentença a respeito de outrem. Segue-se, portanto, que a certeza de ***ligar*** e ***desligar*** não é lançada ao arbítrio de juiz terreno, porquanto o ministro da palavra, quando

69. Primeira edição: “Agora, que contendem se não podem passar juízo, salvo se conhecida a causa, a solução está à mão.”

exerce corretamente suas funções, não pode absolver senão condicionalmente, pois isto é dito em consideração ao pecador: “Aqueles a quem tiverdes perdoado os pecados” [Jo 20.23], para que não duvidem que o perdão que do preceito e da palavra de Deus se promete haverá de ser ratificado nos céus.

19. OS EFEITOS DELETÉRIOS E OS MALES RESULTANTES DA CONFISSÃO AURICULAR

Portanto, não é de admirar se condenarmos e desejarmos que seja banida de *nosso* meio esta confissão auricular, coisa assaz pestilenta e em tantos aspectos nociva à Igreja. Pois se fosse propriamente coisa indiferente, tudo bem; uma vez que, no entanto, é de nenhum proveito e destituído fruto, ao contrário, tem dado causa a tanta impiedade, sacrilégios, erros, quem não é de parecer que seja abolida inteiramente? É verdade que enumeram alguns usos que apregoam como extremamente frutíferos, porém esses ou *são* falsos ou absolutamente de nenhum valor. A um *desses usos* revestem, particularmente, de singular prerrogativa, *a saber*, ser grave castigo o pejo daquele que se confessa, mercê do qual não só o pecador se faz mais precavido para o futuro, mas também antecipa a vingança de Deus, punindo-se a si mesmo. Como se não fosse suficientemente grande vergonha humilharmos a um homem, enquanto *o* convocamos a esse supremo tribunal celeste, ou, seja, ao escrutínio *direto* de Deus. De fato, teríamos avançado muito se deixássemos de pecar pela vergonha de um homem e não nos enrubescêssemos de ter a Deus *por* testemunha de nossa má consciência!

Se bem que isso também é absolutamente falso, porque por toda parte se pode ver que nada causa maior confiança ou volúpia de pecar do que, feita confissão ao sacerdote, os homens pensem poder “enxugar a boca e dizer: Não *o* fiz” [Pv 30.20]. Não só se fazem mais ousados a pecar durante todo o ano, *até se confessarem*, mas, despreocupados de confissão para o restante tempo do ano, *após se terem confessado*, nunca suspiram a Deus, jamais caem em si; ao contrário, amontoam pecados sobre pecados, até que, segundo supõem, a todos vomitam de uma só vez. Quando, porém, *os* tenham vomitado, a si parecem desonerados de seu fardo, e de ter transferido de Deus o julgamento que deferiram ao sacerdote, e ter induzido esquecimento a Deus, quando tomaram o sacerdote por confidente.

Quem, de fato, vê com alegria tornar-se iminente o dia de confissão? Quem avança de ânimo jubiloso a confessar-se e não se aproxima *da confissão* antes de mau grado e se assemelha ao que reluta, como que, retorcendo o pescoço, se deixa arrastar à prisão, a não ser, talvez, os próprios sacerdotes, que voluptuosamente se deleitam nas narrações mútuas de seus deslizes, como se *fossem* anedotas jocosas? Não borrarei muitas folhas de papel fazendo referências às monstruosas abominações que na confissão auricular prolifera. Digo apenas isto: se aquele santo varão

não agiu irrefletidamente, o qual, à vista de um só rumor de fornicação, baniu a confissão de sua igreja, ou, antes, da memória dos seus, somos hoje muito mais solícitos a fazer outro tanto pelos infindos estupros, adultérios, incestos, lenocínios.

20. Improcedente e irracional o recurso ao poder das chaves que os defensores da confissão auricular invocam

Que aqui alegam o poder das chaves e nele os paladinos da confissão fincam bem, como dizem, a proa e a popa de seu reino, *é* possível perceber de quanto valor se reveste. Portanto, insistem *eles*, as chaves foram dadas sem causa? Portanto, ponderam que foi dito sem causa: "Tudo quanto houverdes desligado sobre a terra terá sido também nos céus!" [Mt 18.18]. Portanto, tornamos sem efeito a palavra de Cristo? A tudo isso respondo que houve uma razão muito importante para que as chaves fossem entregues, segundo brevemente já manifestei, e mais adiante exporei amplamente ao tratar da excomunhão.[70] Mas, que sucederá se com um *golpe de* espada *eu* aparasse a asa a todas as *coisas* desta natureza por eles postuladas, isto é: que os sacerdotes não são vigários, nem sucessores dos apóstolos? Mas isto também terá de ser tratado em outro lugar.[71] Portanto, quanto à fortaleza que pretendem levantar, se enganam, construindo com isso uma máquina que destruirá todas as suas fortalezas.[72] Ora, Cristo não conferiu aos apóstolos o poder de ligar e desligar antes de havê-los revestidos com o Espírito Santo [Jo 20.22, 23]. Nego, portanto, competir o poder das chaves a qualquer um que não tenha antes recebido o Espírito Santo. Nego que possa alguém fazer uso das chaves, a não ser que o Espírito Santo vá à *sua* frente e *o* ensine, e dite o que haverá de fazer. Vociferam dizendo que possuem o Espírito Santo, porém *o* negam na prática, a menos que, talvez, imaginem que o Espirito Santo seja coisa banal e irrelevante, de sorte que, na realidade, *apenas o* imaginam. Porém não se pode dar crédito às suas palavras.

E, com esta arma, de fato são totalmente abatidos, visto que de qualquer porta que se jactem de ter a chave, devem ser sempre argüidos se porventura têm o Espírito Santo, que é das chaves o árbitro e moderador. Se respondem que *o* têm, impõe-se de novo interpelá-los se porventura o Espírito Santo pode errar. Isto não ousarão dizer explicitamente, embora em seu ensino indiretamente *o* insinuem. Portanto, inevitavelmente se infere que nenhum sacerdote tem o poder das chaves, os quais amiúde, sem discriminação, desligam as *coisas* que o Senhor quisera que fossem ligadas, e ligam *as* que ordenara fossem desligadas.

70. Primeira edição: "Respondo que ponderável foi a causa porque teriam sido dadas as chaves, como não só [o] expus há pouco, mas ainda de novo [o] ensinarei mais pormenorizadamente onde se haverá de tratar da excomunhão."

71. *Institutas*, IV, v, 1-4; IV, vi.

72. Primeira edição: "Agora, de onde se querem especialmente fortificar, levantam um aríete pelo qual se lhes hajam de derruir todos os aparatos [engendrados]."

21. A CLARA IMPOSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO INFALÍVEL DO PODER DE LIGAR E DESLIGAR POR PARTE DOS SACERDOTES ROMANISTAS

Uma vez que se vêem incriminados por provas as mais claras de que desligam e ligam indiscriminadamente a dignos e indignos, atribuem-se esse poder sem *o necessário* conhecimento. E ainda que não ousam negar que para *seu* bom uso requer-se *o devido* conhecimento, entretanto, registram que o poder como tal foi outorgado a maus administradores *seus*. Com efeito, este é o poder: "Tudo quanto houveres ligado ou houveres desligado na terra, terá sido ligado ou desligado nos céus" [Mt 16.19]. *Isto posto*, ou tem-se de ter a promessa de Cristo por falsa, ou os que foram dotados desse poder ligam e desligam eficazmente! Nem há porque tergiversar dizendo que a afirmação de Cristo se limita à conformidade com os méritos daquele que está sendo ligado ou está sendo desligado. E também confessamos que não podem ser ligados, nem ser desligados, senão os que são dignos de ser ligados ou desligados.

Mas os mensageiros do evangelho e a Igreja têm a Palavra, com a qual podem medir essa dignidade. Nesta Palavra, todos os mensageiros do evangelho podem prometer remissão dos pecados, em Cristo, mediante a fé; podem proclamar condenação a todos e sobre todos *os* que não abraçam Cristo. Nesta Palavra, a Igreja sentencia que os fornicários, os adúlteros, os ladrões, os homicidas, os avarentos, os iníquos" [1Co 6.9, 10], não têm parte no reino de Deus, e a esses liga com os mais sólidos laços. Com a mesma Palavra desliga *aqueles* a quem, estando arrependidos, conforta.

Que poder, porém, será este: ignorar o que se deva ligar ou desligar, todavia não poder ligar ou desligar, a não ser que *o* saibas? E daí, por que dizem que absolvem em virtude da autoridade que lhes é dada, quando tal absolvição é incerta? Até que ponto este imaginário poder nos vale, se seu uso é nulo? Já provei que seu uso é nulo, ou que é tão incerto que deve ser reputado por nulo.[73] Quando, pois, *eles próprios* confessam que boa porção dos sacerdotes não usa corretamente as chaves, com efeito, que *esse* poder é ineficaz à parte de *seu* uso legítimo, quem me assegurará que aquele por quem estou sendo absolvido é um bom administrador das chaves? Se entretanto é mau administrador, que outra *coisa* tem senão esta frívola dispensação *de absolver*? "Não sei o que em ti exista de ligar-se ou desligar-se, já que careço do justo uso das chaves; se, porém, *o* mereces, *eu* te absolvo." Mas, o mesmo tanto poderia *fazer*, *já* não digo um leigo (visto que de bons ouvidos não suportariam isto), mas até um turco ou o Diabo. Pois isso é *o mesmo que* dizer: "Não tenho na Palavra de Deus a norma segura da absolvição, mas me foi dada autoridade de absolver-te, se assim condizem teus méritos."

---

73. Primeira edição: "Mas, já [o] estimo ou ser nenhum, ou ser tão incerto, que seja de haver-se por nenhum."

Vemos, pois, qual foi sua intenção quando definiram que as chaves são a autoridade de discernir e o poder de executar, que o conhecimento intervém *como* conselheiro, para indicar-nos como se deve fazer uso desta autoridade e deste poder.[74] Isto é, quiseram reinar arbitrariamente, desenfreadamente, sem Deus e sua Palavra.

22. A precariedade da absolvição sacerdotal em contraste com a declaração de perdão proferida pelo ministro da Palavra

Se alguém objetar *dizendo* que os legítimos ministros de Cristo não ficarão menos aturdidos no desempenho de seu ofício, porque a absolvição, que depende da fé, será sempre duvidosa; e, portanto, que os pecadores não conseguirão nenhum ou mui pequeno consolo de ser absolvidos por aquele que, não sendo juiz competente de sua fé, não tem certeza nem está seguro de que sejam absolvidos, a resposta é fácil.[75]

Ora, dizem eles que não são perdoados pelo sacerdote, mas dos pecados de que ele é conhecedor. Desse modo, segundo eles, a remissão depende do juízo do sacerdote, o qual, a menos que discirna prudentemente quais são dignos de perdão, toda a ação é vã e inútil. Enfim, o poder de que estão falando é uma jurisdição anexa a um exame, ao qual se constringem o perdão e a absolvição. Neste aspecto, não sobra nada de sólido; pelo contrário, profundo é o abismo, pois onde não é integral a confissão, mutilada também é a esperança de perdão. Além disso, o próprio sacerdote tem, necessariamente, de manter-se pendente, enquanto ignora se o pecador enumera em boa fé seus maus feitos. Finalmente, de tal natureza é a ignorância e insipiência dos sacerdotes que, ao exercer tal ofício, a maioria em nada é mais apta que um sapateiro a cultivar os campos. E quase todos os demais por si sós com razão devem ser tidos por suspeitos.

Portanto, daqui a perplexidade e incerteza quanto à absolvição papal, porquanto querem que ela seja embasada na pessoa do sacerdote; e não só isso, mas também em *seu* conhecimento, daí julgar ele somente a respeito de coisas *que lhe são* relatadas, perguntadas e averiguadas. Ora, se alguém indagar desses bons doutores se porventura o pecador está reconciliado com Deus, perdoados *apenas* alguns pecados, não vejo o que haverão de responder, a não ser que se vejam compelidos a confessar ser infrutífero, por quanto tempo não se eximam de culpa os outros *pecados*, tudo quanto o sacerdote pronuncia acerca de pecados perdoados, dos quais tenha ouvido a recitação. Da parte do confessante, daqui se evidencia quão perni-

74. Primeira edição: "que o conhecimento acede [como] conselheiro e, à maneira do conselheiro, é para bom uso."

75. Primeira edição: "ademais, nenhum ou frio consolo haver [isto] de ser aos pecadores, por isso que o próprio ministro, que da fé lhes não é idôneo juiz, não lhes está certo da absolvição, ao alcance da mão [nos] está a resposta."

ciosa ansiedade é sua consciência agrilhoada, a saber: enquanto se reclina, conforme dizem, na discrição do sacerdote, nada pode declarar da Palavra de Deus.

De todos esses absurdos, a doutrina que ensinamos é livre e imune. Ora, a absolvição é condicional; *depende* de que o pecador confie que Deus lhe é propício, de que busque *ele* sinceramente expiação no sacrifício de Cristo, *de que* descanse na graça *que* lhe *é* oferecida. E assim, não pode errar *aquele* que, em função do ofício de arauto, proclama *o* que lhe foi ditado da Palavra de Deus. Pode, de fato, o pecador abraçar absolvição certa e líquida quando se lhe propõe essa simples condição de abraçar a graça de Cristo, segundo essa regra geral do próprio Mestre, a qual foi impiamente desprezada no papismo: “Seja feito de conformidade com tua fé” [Mt 9.29].

23. INCONGRUÊNCIAS DA DOUTRINA ROMANISTA DA CONFISSÃO AURICULAR

Quão insipidamente misturam *o* que a Escritura ensina a respeito do poder das chaves, prometo fazer menção em outra parte; e o lugar mais oportuno será quando tratar do governo da Igreja. Entretanto, lembrem-se os leitores de que à confissão auricular e secreta são torcidas inversamente *coisas* que foram ditas por Cristo, em parte a respeito da pregação do evangelho, em parte acerca da excomunhão [Mt 16.19; 18.18, 19; Jo 20.23]. Por isso, enquanto objetam que foi dado aos apóstolos o direito de desligar, o qual os sacerdotes exercem em perdoar os pecados que lhes são declarados, é manifesto que assumiram um princípio falso e frívolo, visto que a absolvição que serve à fé outra *coisa* não é senão uma declaração de perdão tomada da graciosa promessa do evangelho. A outra *modalidade de absolvição*, porém, que depende da disciplina da Igreja, *em* nada respeita a pecados secretos, mas, antes, a um exemplo, para que se remova a ofensa pública *feita* à Igreja.

O fato, porém, de compendiarem daqui e dali testemunhos com os quais provem não ser suficiente confessar os pecados ou só a Deus, ou a leigos, senão que os declare ao sacerdote que deles é conhecedor, tal diligência é repugnante e uma completa vergonha. Ora, se algumas vezes os pais antigos persuadiram os pecadores a se descarregarem perante seu pastor, não se pode tomar isso como que tratando-se de recitação *de pecados* que não estava em uso então. Além disso, quão pervertidos foram Lombardo e seus iguais, visto que parecem expressar deliberadamente o propósito de divulgar certos livros espúrios com o pretexto de enganar os simplórios!

Na verdade reconhecem, com acerto, uma vez que a absolvição sempre acompanha ao arrependimento, que nenhum vínculo *de condenação* propriamente permanece quando alguém foi tocado de arrependimento, embora ainda não haja se confessado, e por isso, nesse caso, o sacerdote não ***perdoa*** propriamente os pecados, mas ***pronuncia*** e ***declara*** que *eles* foram perdoados. Se bem que no termo ***declarar*** infundem furtivamente um erro crasso, impondo a cerimônia no lugar da instrução.

Quanto ao que acrescentam, que aquele que já alcançou o perdão de Deus é absolvido na presença da Igreja, é agir irrefletidamente querer estender a cada um em particular o que foi ordenado somente para a disciplina comum da Igreja, a fim de reparar os escândalos notórios.[76]

Pouco depois, entretanto, pervertem e corrompem a moderação, acrescentando um outro modo de remitir *os pecados*, isto é, em virtude da injunção de ***pena e satisfação***, em que arrogam a seus sacerdotes o direito de dividir ao meio *o* que por toda parte Deus nos prometeu como um todo indiviso. Como, pois, *Deus* exige simplesmente arrependimento e fé, esta partição ou separação é absolutamente sacrílega. Ora, *isso* equivale exatamente como se o sacerdote, assumindo a função do tribuno, exercesse o poder de veto junto a Deus, nem quisesse permitir que Deus, de sua pura liberalidade, a *seu* favor recebesse os pobres pecadores, sem que antes tenham comparecido ante o tribunal deles e ali sejam castigados.[77]

24. Breve súmula dos pontos capitais em que se mostra ser descabida a confissão auricular

A suma toda se reduz a isto: caso queiram fazer a Deus o autor dessa confissão fictícia, então que se refute a frivolidade, da mesma forma em que *os* denunciei como embusteiros nas poucas passagens que citam. Aliás, uma vez que se torna manifesto que *esta* lei *confessional* foi imposta pelos homens, afirmo que ela é não só tirânica, mas ainda é promulgada com uma afronta a Deus. Envolvendo as consciências com sua Palavra, ele quer que *elas* sejam liberadas do arbítrio dos homens. Quando agora, para obter-se perdão, é prescrita a necessidade desta matéria que Deus quis que fosse livre, declaro ser um sacrilégio de modo algum tolerável, porquanto nada *é* mais próprio de Deus que perdoar pecados, no que se apoia toda nossa salvação.

Já mostrei, ademais, que esta tirania fora afinal introduzida quando o mundo se viu oprimido de vergonhosa barbárie. Já ensinei, além disso, ser *essa* uma lei pestífera, a qual precipita as míseras almas no desespero, onde quer que vigore o temor de Deus, ou, onde há despreocupação, afagando-as de vãs carícias, mais *as* embota. Enfim, já expus que todos quantos introduzem abrandamentos com outro *fim* outro propósito não têm senão envolver, obscurecer e corromper a doutrina pura e, pior ainda, de furtivas cores camuflam a impiedade.

76. Primeira edição: "Que, porém, aduzem estar absolvido à face da Igreja [aquele] que já obtivera perante [Ele] o perdão de Deus, [com isto sustentar,] arrastam intempestivamente ao uso particular de cada um [o] que já havemos dito haver sido destinado à disciplina comum, quando se haja de remover a ofensa de culpa mais grave e notória."

77. Primeira edição: "a não ser [aquele] que se já estendido prostrado diante do assento tribunício e haja sido aí castigado."

25. A DOUTRINA ROMANISTA DA SATISFAÇÃO CONTRADIZ O ENSINO BÍBLICO DA REMISSÃO GRACIOSA DOS PECADOS

No arrependimento, *eles* conferem à ***satisfação*** o terceiro lugar, acerca da qual tudo quanto vociferam pode ser posto por terra com apenas uma palavra. Afirmam que não basta ao penitente abster-se dos maus feitos passados e mudar os costumes para melhor, a menos que faça satisfação a Deus acerca daquelas *transgressões* que foram cometidas. Muitos, porém, são os recursos com os quais redimimos os pecados, a saber: as lágrimas, os jejuns, as oblações, as obras de caridade. Com esses *meios* o Senhor deve ser propiciado; com esses *meios* as dívidas para com a justiça de Deus têm de ser saldadas; com esses *meios* as transgressões devem ser compensadas; com esses *meios* há de adquirir-se o perdão; pois, embora tenha *ele* remitido a culpa em virtude da liberalidade de *sua* misericórdia, todavia, pela disciplina de *sua* justiça, *ele* retém a pena. É esta pena que há de ser redimida por meio de ***satisfações***. A esta síntese, contudo, se reduzem todos *os pontos em que insistem*, a saber: que na verdade, pela clemência de Deus, impetramos o perdão de *nossas* faltas, mas interpondo-se o mérito das obras, com as quais se compense a culpa dos pecados, para que se faça integralmente a devida satisfação à justiça de Deus.

Contra tais mistificações evoco a remissão gratuita dos pecados, não havendo nada mais claro do que se prega na Escritura [Is 52.3; Rm 3.24, 25; 5.8; Cl 2.13, 14: 2Tm 1.9; Tt 3.5]. Em primeiro lugar, que é o perdão senão mercê de pura liberalidade? Ora, não se diz que perdoa uma dívida o credor que, mediante recibo, atesta o *recebimento de* dinheiro que lhe foi contado, mas *aquele* que, sem nenhum pagamento, de sua benevolência, espontaneamente apaga o nome *do devedor*. Em segundo lugar, por que *na Escritura* se acrescenta *o termo* **graciosamente**, senão para alijar toda idéia de satisfação? Com que confiança, portanto, soerguem *eles* ainda suas satisfações, as quais são postas abaixo por um tão poderoso raio?

E então? Quando, através de Isaías [43.25], o Senhor proclama: "Eu sou, eu sou aquele que, por amor de mim *mesmo*, apago tuas iniqüidades e de teus pecados não me lembrarei", não está, porventura, enunciando abertamente que unicamente por sua bondade busca ele a causa e o fundamento da remissão? Além disso, quando toda a Escritura dá testemunho de Cristo de que por meio de seu nome se haverá de receber a remissão dos pecados [At 10.43], porventura não exclui a todos os demais nomes? Portanto, como ensinam *eles* que *essa remissão só* se recebe mediante o nome das satisfações? Aliás, nem mesmo podem negar que atribuem isto às satisfações; ainda que elas se interponham como *simples* subsídios. Ora, o fato de a Escritura dizer: *pelo nome de Cristo*, deixa claro que nós nada contribuímos, nada alegamos nosso; ao contrário, *nos* apoiamos não só na prerrogativa de Cristo, como Paulo, afirmando que "em Cristo estava Deus reconcilia consigo o mundo, não imputando aos homens *suas* transgressões por atenção a ele" [2Co 5.19], logo a seguir

acrescenta ***o modo e a razão***: “àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós” [2Co 5.21].

26. A satisfação única e suficiente pelos pecados é o sacrifício de Cristo por nós e em nosso lugar

Mas eles aqui, conforme sua perversidade, replicam que a remissão dos pecados e a reconciliação não têm lugar mais que uma vez, ao sermos recebidos pelo batismo na graça e no favor de Deus;[78] que depois do batismo temos de reerguer-nos mediante satisfações; e que o sangue de Cristo de nada aproveita, senão até onde é *ele* administrado em virtude das chaves da Igreja. Não estou falando de coisa duvidosa, uma vez que em escritos muitíssimo claros já puseram à mostra seu desbragamento, não apenas um ou outro, mas todos os escolastas. Ora, o próprio mestre deles, depois de confessar que no madeiro Cristo pagou a pena de *nossos* pecados, conforme o ensino de Pedro [1Pe 2.24], corrige essa afirmação, acrescentando em seguida a ressalva de que no batismo todas as penas temporais dos pecados são relaxadas; mas, depois do batismo, *elas* são minoradas pelo beneficio da penitência, de sorte que, dessa forma, operam associadas, ao mesmo tempo, a cruz de Cristo e nossa penitência.[79]

João, porém, *fala* de uma maneira muito diferente: “Se alguém pecar”, diz *ele*, “temos um Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, e ele é a propiciação por nossos pecados” [1Jo 2.1, 2]. E: “Filhinhos, estou vos escrevendo porque em seu nome vossos pecados são perdoados” [1Jo 2.12]. Na verdade, ele está falando aos fiéis, aos quais, enquanto apresenta Cristo como propiciação dos pecados, mostra que não existe outra satisfação mediante a qual se possa propiciar ou aplacar o Deus ofendido. Ele não diz: “Deus foi, de uma vez por todas, reconciliado convosco através de Cristo; agora buscai para vós mesmos outros meios.” Ao contrário, *ele* o faz *nosso* perpétuo Advogado, o qual, por sua intercessão, sempre nos restaura à graça do Pai, *nossa* propiciação perpétua, mercê da qual nossos pecados são expiados.

Ora, o que outro João afirmou é perpetuamente verdadeiro: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo” [Jo 1.29]. Ele é quem os tira, insisto, não outro; isto é, uma vez que só ele é o Cordeiro de Deus, também só *ele é* a oferta pelos pecados, só *ele é* a expiação, só *ele é* a satisfação. Com efeito, já que ao Pai compete propriamente o direito e o poder de perdoar *pecados*, onde se distingue do Filho, como já se viu, aqui Cristo se põe em outra posição, porque, a si transferindo a pena a nós devida, cancelou nossa culpa diante do juízo de Deus. Donde se segue

78. Primeira edição: “De que desvairamento, porém, são [eles]: dizem que não só a remissão dos pecados, mas também a reconciliação, se processam uma vez, quando à graça de Deus somos recebidos, através de Cristo, no batismo.”

79. Pedro Lombardo, *Sentenças* III, 4. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, III, supl. xiv, 5.

que haveremos de ser participantes da remissão consumada por Cristo, não de outra forma, a não ser que resida nele essa honra que para si arrebatam *os* que tentam aplacar a Deus por meio de suas compensações *pessoais*.

27. A doutrina romanista da satisfação priva a Cristo de sua honra e glória e a consciência de certeza e paz

E aqui se faz necessário ponderar duas *coisas*: que a honra de Cristo e as consciências sejam preservadas íntegras e isentas; seguras do perdão do pecado, tenham paz junto a Deus. Diz Isaías que o Pai colocou sobre o Filho nossas iniqüidades, de todos *nós*, para que por suas chagas sejamos curados [Is 53.5, 6]. Isto, repetindo-o em outras palavras, diz Pedro: Cristo levou no madeiro, em seu corpo, nossos pecados inteiramente [1Pe 2.24]. Paulo escreve que o pecado foi condenado em sua carne quando *ele* foi feito pecado por nós [Rm 8.3; Gl 3.13]; isto é, que a força e maldição do pecado foram totalmente aniquiladas em sua carne, quando *ele* foi oferecido como vítima sacrificial, na qual fosse lançada toda a massa de nossos pecados, com sua maldição e execração, com o horrendo julgamento de Deus e a condenação de morte. Aqui, de maneira nenhuma se ouvem banalidades como esta: que após a purificação inicial, ninguém será participante da virtude da morte de Cristo, caso não faça, com sua penitência, satisfação por seus pecados; ao contrário, sempre que pecarmos somos chamados à única satisfação de Cristo.[80]

Agora, pois, põe diante de ti suas pestilentas canções fúnebres, *ou, seja*, que a graça de Deus só opera na primeira remissão dos pecados; caso caiamos depois disso, nossas obras cooperam para impetrar um segundo perdão. Se porventura essas *coisas* têm lugar, *aquelas* que acima foram atribuídas a Cristo permanecerão intatas? Quão desmesuradamente diferem estas *posturas*: que nossas iniqüidades foram postas em Cristo para que sejam nele expiadas, e que elas mesmas se expiam através de nossas obras; que Cristo é a propiciação por nossos pecados, e que Deus tem de ser propiciado por meio de obras *humanas*!

Se, porém, trata-se de tranqüilizar a consciência, que tranqüilização será essa, se *o pecador* ouve que os pecados são perdoados por meio de satisfações? Afinal de contas, quando se poderá fazer-lhe evidente a medida *necessária* de satisfação? Portanto, *ele* estará sempre em dúvida se porventura Deus lhe foi propício; estará sempre intranqüilo; estará sempre a tremer apavorado. Ora, *aqueles* que preferem as satisfaçõezinhas insignificantes, avaliam o juízo de Deus com excessivo desprezo, e pouco ponderam quão grande é a gravidade do pecado, como o diremos em

80. Primeira edição: "que após a purificação inicial não de outro modo cada um de nós sinta a eficácia da paixão de Cristo que na medida da satisfação penitencial; pelo contrário, quantas vezes hajamos caído, somos reconvocados à satisfação única de Cristo."

outro lugar.[81] E ainda que lhes concedamos que certos pecados podem ser redimidos com uma satisfação justa, que farão, contudo, ao ver-se gravados com tantos pecados, para cuja satisfação nem mesmo cem vidas, todas elas *empenhadas* nisto, podem ser suficientes?

Acresce que todas *aquelas* passagens em que se afirma a remissão de pecados não dizem respeito a catecúmenos, mas a filhos de Deus regenerados, e que haviam sido nutridos por longo tempo no seio da Igreja. Essa embaixada que Paulo exalta com tanto destaque: “Rogo-vos, em nome de Cristo, que vos reconcilieis com Deus” [2Co 5.20], é dirigida não aos de fora, mas àqueles que desde muito haviam sido regenerados. Com efeito, prescindindo de satisfações, ela os despacha à cruz de Cristo. Assim, quando *Paulo* escreve aos Colossenses que Cristo, pelo sangue da cruz, “pacificou *as coisas* que estão no céu ou na terra” [Cl 1.20], não restringe isso ao momento em que somos recebidos na Igreja, mas *o* estende a todo o curso *da vida*. Isto se evidencia prontamente *à luz* do contexto, onde *o Apóstolo* diz que os fiéis têm a redenção pelo sangue de Cristo, a saber, a remissão dos pecados. Contudo, é supérfluo coletar mais passagens que a cada passo ocorrem.

28. A distinção romanista dos pecados como veniais e mortais é improcedente, bem como a satisfação que engendram para eles

Neste ponto, recolhem-se *eles* ao abrigo de distinção inepta, *a saber*, que certos pecados são ***veniais***, outros são ***mortais***; que pelos mortais se deve pesada satisfação, e que os veniais se purgam com remédios mais brandos, *ou, seja*, com o Pai Nosso, com a aspersão de água benta; com a absolvição da Missa. E assim brincam com Deus e dizem parvoíces! Todavia, embora tenham constantemente na boca pecado venial e *pecado* mortal, ainda não puderam distinguir um do outro, exceto que fazem da impiedade e impureza do coração um pecado venial.

Nós, porém, declaramos *o* que a Escritura, a regra do justo e do injusto, ensina, que “o salário do pecado é a morte” [Rm 6.23] e “digna de morte *é* a alma que tenha pecado” [Ez 18.20]; além disso, *sustentamos* que os pecados dos fiéis são veniais; não porque não mereçam a morte, mas porque pela misericórdia de Deus “nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” [Rm 8.1]; porque não *lhes* são imputados; porque *lhes* são apagados pelo perdão.

Sei quão iniquamente caluniam esta nossa doutrina, pois dizem que *ela* é o paradoxo dos estóicos acerca da igualdade dos pecados. Mas de sua própria boca serão refutados, sem dificuldade. Pois indago se porventura entre esses próprios pecados que confessam *serem* mortais não reconhecem *ser* um menor que o outro? Portanto, prontamente não se segue que todos sejam iguais pelo fato de serem mor-

81. *Institutas*, III, xii, 1, 5.

tais. Uma vez que a Escritura afirma categoricamente que "o salário do pecado é a morte" [Rm 6.23], que a obediência da lei é o caminho da vida [Lv 18.5; Ez 18.9; 20.11, 13; Lc 10.28; Rm 10.5; Gl 3.12], que a transgressão *é* a morte [Ez 18.4, 20], a este veredicto não podem evadir. Logo, que satisfação consumada acharão em meio a tão grande acervo de pecados? Se a satisfação de um pecado pode realizar-se em um dia, que farão, visto que, enquanto estão ocupados nessa satisfação, se envolvem em mais *pecados*, porquanto cada um *de nós, inclusive* o mais justo, não passa um dia em que não caia algumas vezes. Com efeito, enquanto se cingirão para as satisfações destes, numerosos, ou, antes, inumeráveis *outros pecados* acumularão.

O que pensam, então, ou o que esperam? Como ousam ainda cogitar de fazer satisfação?

29. É improcedente a distinção romanista entre pena e culpa, já que o perdão dos pecados, que exime da culpa, envolve a remissão da pena

Na verdade, tentam desembaraçar-se; todavia, como se diz, "a água os alcança". Inventam para si a distinção de ***pena*** e ***culpa***; admitem que a culpa é remitida pela misericórdia de Deus; mas, remitida a culpa, resta a pena, que a justiça de Deus exige que seja paga integralmente. Portanto, as satisfações contemplam propriamente à remissão da pena. Que insensata leviandade *é* esta, ó bom Deus! Reconhecem que a remissão da culpa se divisa agora gratuita, a qual, *no entanto*, ensinam repetidamente ser merecida através de preces e lágrimas, e toda espécie de outras preparações. Além do mais, tudo quanto aprendemos na Escritura acerca da remissão dos pecados se põe em conflito diametralmente com esta distinção.[82]

Embora eu julgue que já deixei isso sobejamente confirmado,[83] contudo, acrescentarei alguns outros testemunhos, em virtude dos quais estas serpentes coleantes sejam a tal ponto enroscadas, que, depois disso, não possam sequer enrolar a ponta da cauda. Este é o novo testamento que Deus firmou conosco em Cristo: "Jamais se lembrará de nossas iniqüidades" [Jr 31.31, 34]. O que *Jeremias* quis significar com estas *palavras* o aprendemos de outro Profeta, onde o Senhor diz: "Mas, desviando-se o justo de sua justiça, não me lembrarei de todas as suas justiças" [Ez 18.24]; se o ímpio se apartar de sua impiedade, não me lembrarei de todas as suas iniqüidades" [Ez 18.21, 22]. Ao dizer que Deus não se lembrará das justiças, indubitavelmente tem em mente que ele haverá de ter-lhes nenhuma consideração para recompensá-las. Portanto, não lembrar-se também dos pecados, significa não levá-los em consi-

82. Primeira edição: "Além do mais, porém, conflita diametralmente com esta distinção tudo quanto na Escritura se nos ensina acerca da remissão dos pecados."

83. Primeira edição: "Se bem que isto julgo já de mim mais do que sobejamente confirmado..."

deração para punição. Isto mesmo se diz em outra parte, em expressões como estas: "lançaste para trás de tuas costas" [Is 38.17]; "apaguei tuas transgressões como a névoa" [Is 44.22]; "lançarás todos os seus pecados nas profundezas do mar" [Mq 7.19]; "não imputa" e "é coberto" [Sl 32.1, 2]. Com tais formas de expressão, o Espírito Santo tencionava explicar seu sentimento não obscuramente, caso nossos ouvidos lhes fossem dóceis. Com efeito, se Deus pune os pecados, *então* os imputa; se toma vingança, *então* se relembra deles; se os chama a juízo, *então* não os encobre; se os pesa, *então* não os lançou atrás das costas; se os perscruta, *então* não os ignorou como se fossem uma névoa; se os ventila, *então* não os lançou no fundo do mar.

Agostinho[84] interpreta, em termos claros, desta forma: "Se Deus cobriu os pecados, não quis atentar para *eles*; se não quis atentar para *eles*, não os quis levar em conta; se não os quis levar em conta, não os quis punir, não quis tomar conhecimento deles, preferiu perdoá-los. Portanto, por que razão disse *ele* que os pecados *foram* encobertos? Para que não fossem vistos. Que significa 'Deus vê os pecados', senão que os pune?" Ouçamos, contudo, também de outra passagem do Profeta por que leis o Senhor perdoa os pecados: "ainda que vossos pecados", diz *ele*, "sejam como a escarlata, eles se tornarão brancos como a neve; ainda que sejam vermelhos como o carmesim, se tornarão como a alva lã" [Is 1.18]. Em Jeremias, porém, assim se lê: "Naqueles dias e naquele tempo, diz o Senhor, buscar-se-á a maldade de Jacó, e não será achada; e os pecados de Judá, e não se acharão; porque perdoarei os remanescentes que eu deixar" [Jr 50.20].

Queres apossar-te, de maneira sumária, do sentido destas palavras? Pondera, por outro lado, o que significam estas expressões: "Minha transgressão está selada num saco" [Jó 14.17]; "a iniqüidade de Efraim está atada, seu pecado está armazenado" [Os 13.12]; "O pecado de Judá está escrito com um ponteiro de ferro, com ponta de diamante" [Jr 17.1]. Ora, se *essas referências* significam que a punição haverá de ser exercida, *o* que está fora de dúvida, também não se deve duvidar de que, com expressões contrárias, o Senhor afirma que *ele* perdoa a todo reclamo de punição. Aqui os leitores receberão de mim advertência a que não dêem ouvidos às minhas glosas, mas simplesmente deixem lugar à Palavra de Deus.

30. O sacrifício vicário de Cristo por nós cancela tanto a culpa quanto a pena que incidem sobre nós

Indago *eu*, que nos teria Cristo conferido, se ainda fosse exigida a pena pelos pecados? Assim, pois, quando dizemos que ele levou no madeiro, inteiramente, em seu corpo todos os nossos pecados [1Pe 2.24]. Não temos em mente outra *coisa* senão que ele pagou a pena e o castigo que eram devidos por nossos pecados. Isto

84. *Sobre os Salmos*, Salmo 31.

mesmo declarou de forma mais significativa Isaías, quando diz: "O castigo, ou correção, de nossa paz foi posta sobre ele" [Is 53.5]. Que é, porém, *esta* correção de nossa paz, senão a pena devida pelos pecados, e que teria de ser por nós paga integralmente antes que pudéssemos ser reconciliados com Deus, a não ser que houvesse ele feito nossas vezes? Portanto, vês claramente que Cristo sofreu as penas dos pecados, para que delas eximisse aos seus. Tantas vezes Paulo faz menção da redenção por ele, *Cristo*, consumada, e costuma chamá-la ἀπολύτρωσιν [*apŏlytrōsin*] [Rm 3.24; 1Co 1.30; Ef 1.7; Cl 1.14]; exprimindo por esse *termo* não meramente a ***redenção***, como se entende comumente, mas inclusive o próprio ***preço*** e ***satisfação*** da redenção. Por cuja razão *ele* escreve ainda que o próprio Cristo deu a si próprio *em* ἀντίλυτρον [*antílytrŏn – resgate*] por nós [1Tm 2.6]. "Que é propiciação perante o Senhor", diz Agostinho,[85] "senão sacrifício? E que sacrifício é esse, senão o que na morte de Cristo foi oferecido em nosso favor?"

Mas, sobretudo, temos um fortíssimo argumento no que se ordena na lei mosaica, no que se prescreve quanto à culpa dos pecados serem expiadas. Pois, tampouco aí estabelece o Senhor esta ou aquela maneira de satisfação, mas ele requer toda a compensação na *forma de* sacrifícios, onde, entretanto, enumera, por outro lado, de forma bem minuciosa e na mais precisa ordem, todos os ritos de expiação. Que quer dizer, pois, que não ordene ao pecador que procure satisfazer com boas obras os pecados que cometeu, e que somente exija a expiação por meio dos sacrifícios, senão que desta maneira quer testificar que só há um gênero de satisfação para apaziguar sua justiça?[86] Ora, os sacrifícios que os israelitas então imolavam não eram considerados obras dos homens; ao contrário, eram estimados por sua veracidade, isto é, em função do sacrifício único de Cristo.

Que espécie de compensação, porém, o Senhor recebe de nós, eloqüentemente *o* expressou Oséias em poucas palavras: "Tira a iniqüidade", diz *ele* – eis a remissão dos pecados! "E ofereceremos como novilhos os sacrifícios de nossos lábios" – eis a satisfação! De fato sei que escorregam ainda mais sutilmente, enquanto fazem distinção entre pena eterna e *penas* temporais. Quando, porém, ensinam que pena temporal é qualquer punição que Deus inflige tanto em relação ao corpo quanto à alma, excetuada apenas a morte eterna, esta limitação pouco lhes serve de respaldo. Ora, *essas* passagens que acabamos de citar significam explicitamente isto: que somos recebidos por Deus à graça sob esta condição: que, perdoando-nos a culpa, *nos* perdoa toda e qualquer pena que havíamos merecido. E quantas vezes Davi ou os demais profetas rogam o perdão dos pecados, ao mesmo tempo suplicam que a pena seja cancelada. De fato, o que os impele é o senso do juízo divino.

---

85. *Sobre os Salmos*, Salmo 129.

86. Primeira edição: "Como acontece, porém, que de absolutamente nenhumas obras ordene expiar as transgressões cometidas, mas os sós sacrifícios [lhes] requeira para a expiação, a não ser porque quer assim atestar que um único gênero há de satisfação mediante que se Lhe aplaca o juízo?"

Por outro lado, quando prometem misericórdia da parte do Senhor, quase sempre pregam expressamente acerca das penas e sua remissão. Com efeito, quando em Ezequiel [36.22, 32] o Senhor declara que haverá de pôr fim ao exílio babilônico, e isso por amor de si próprio, não por causa dos judeus, ele mostra suficientemente que um e outro é gracioso, *a saber: o perdão da culpa e o cancelamento da pena*. Finalmente, se somos liberados da culpa através de Cristo, necessariamente devem cessar as penas que daí provêm.

31. O ARGUMENTO, FALSAMENTE EMBASADO EM PASSAGENS DA ESCRITURA, DE QUE A PENA PERSISTE A DESPEITO DO PERDÃO DA CULPA, É DESMANTELADO PELA NOÇÃO DO JUÍZO DIVINO COMO PENAL OU CORRETIVO: AQUELE, PUNITIVO, ESTE, DISCIPLINAR

Entretanto, uma vez que eles próprios também se armam de testemunhos da Escritura, vejamos de que natureza são os argumentos que eles apresentam. Davi, dizem *eles*, repreendido pelo Profeta Natã por adultério e homicídio, recebe o perdão de *seu* pecado, e todavia é depois punido pela morte do filho que suscitara do adultério [2Sm 12.13, 14]. Tais penas que se deveriam infligir mesmo após a remissão da culpa, somos ensinados a resgatá-las com satisfações. Ora, Daniel [4.27] exortava Nabucodonosor a que remisse os pecados por meio de esmolas. E Salomão escreve que "pela eqüidade e piedade as iniqüidades são perdoadas" [Pv 16.6]. Também, em outro lugar, que multidão de pecados é coberta pelo amor [Pv 10.12], afirmação que também Pedro reitera [1Pe 4.8]. O mesmo diz o Senhor, em Lucas [7.47], a respeito da mulher pecadora: seus muitos pecados são perdoados, porque *ela* muito amara. Quão perversa e contrariamente *eles* sempre estimam os feitos de Deus!

Mas, se considerassem, como deviam, que há duas classes de juízos de Deus, teriam se percebido perfeitamente na correção de Davi outra coisa bem diferente que a vingança e o castigo do pecado.[87] Uma vez que, porém, a todos nós interessa não pouco entender a que propósitos servem os castigos de Deus, pelos quais *ele* nos pune os pecados, e quanto diferem dos exemplos com os quais persegue aos ímpios e réprobos com *sua* indignação, julgo que não haverá de ter sido sem causa condensá-los *aqui* de forma sumária. Por interesse didático, a um juízo chamemos *juízo* ***de punição***; *ao* outro, *juízo* ***de correção***. Com efeito, no juízo de punição se deve entender que Deus está, assim, ***punindo a seus inimigos***, dando vazão à sua ***ira*** contra eles, lançando-os em confusão, ao espalhá-los, a nada *os* reduz. Portanto,

87. Primeira edição: "Mas, se houvessem [eles] observado, [o] que de forma alguma deveria ser deixado fora de consideração, que há duas modalidades de juízo divino, forma de penalidade muito outra do que [aquela] que se deve julgar tender à punição vidictiva teriam [eles] visto nesta repreensão de Davi."

que a vingança de Deus nos seja isto: quando sua punição é associada à indignação. No juízo de correção, *Deus* não se exaspera a tal ponto que se encolerize, nem cede à vingança a ponto de arruinar ou fulminar até à destruição. Portanto, *ele* não é suplício ou vingança propriamente, mas, ao contrário, correção e advertência.

Um é *o ato* de um juiz, o outro *é o ato* de um pai. Ora, o juiz, quando pune a um criminoso, tem em mira o próprio delito e lhe aplica a pena em função do próprio crime. O pai, quando corrige mais severamente ao filho, não faz isso para se vingar ou *o* punir; ao contrário, para *o* ensinar e *o* fazer mais previdente no futuro. Crisóstomo, em certo lugar, faz uso de uma comparação um pouco diferente, a qual, no entanto, vem a dar no mesmo. "O filho é chicoteado", diz *ele*, "e chicoteado é também o criado. Este, porém, como servo, é punido porque cometeu uma transgressão; aquele, contudo, é castigado como livre e filho que carece de disciplina. A este a surra se converte em prova e correção; àquele, em açoites e punições."

32. O JUÍZO PUNITIVO EXTERNA A IRA E MALDIÇÃO DE DEUS, O JUÍZO CORRETIVO É TESTEMUNHO DE SEU AMOR E CONSTITUI UMA BÊNÇÃO

Para que expressemos toda a matéria de forma concisa e clara, entre duas distinções estabeleça-se primeiramente esta: onde quer que a pena é para represália, aí se patenteia a maldição e ira de Deus que *ele* sempre coíbe *de atingir* aos fiéis. O castigo, ao contrário, não é apenas uma bênção de Deus, mas tem dele também o testemunho do amor, como *o* ensina a Escritura [Jó 5.17; Pv 3.11, 12; Hb 12.5, 6].

Esta distinção se nota suficientemente a cada passo na Palavra de Deus. Pois, tudo quanto de aflições os ímpios enfrentam na presente vida, nos pinta como que um átrio dos infernos, de onde já de longe divisam sua eterna condenação. E tão longe está de que daí se emendem, ou percebam algum proveito, que com tais preliminares antes se apressem *rumo* à crudelíssima Gehena que afinal os espera. Mas, ao castigá-los, o Senhor castiga a seus servos; contudo, não os entrega à morte [Sl 118.18], pelo que, verberados por sua vara, confessam que isso lhes foi bom para a verdadeira instrução [Sl 119.71]. Como, porém, lemos por toda parte *na Escritura* que a tais castigos os santos têm suportado de ânimo sereno, assim sempre rogaram veementemente que não fossem sujeitados às chibatadas do primeiro tipo *de punição*. "Castiga-me, Senhor", diz Jeremias [10.24, 25], "mas em juízo, não em tua ira, para que porventura não me reduzas a nada. Derrama teu furor sobre os povos que te não conhecem e sobre os reinos que não invocaram teu nome." E Davi: "Senhor, não me acuses em teu furor, nem me repreendas em tua ira" [Sl 6.1; 38.1].

A isso não se contrapõe *o fato de* que com bastante freqüência lemos que o Senhor se ira com seus santos, quando lhes castiga os pecados. Como em Isaías [12.1]: "Confessar-te-ei, Senhor, porquanto te iraste comigo; teu furor se reverteu e

me consolaste." De igual modo, Habacuque [3.2]: "Quando ficares irado, lembra-te da misericórdia." Também Miquéias [7.9]: "Sofrerei a ira de Deus, porque pequei contra ele." Nessas passagens, *ele* adverte que não só nada aproveita aos que com justiça são punidos vociferar suas queixas, mas também que se provê aos fiéis alívio da dor quando atentam para o desígnio de *Deus envolvido nessa expressão de sua ira*. Ora, pela mesma razão se diz que *ele* profana sua herança [Is 47.6], a qual, entretanto, como sabemos, *ele* jamais haverá de profanar. Isto, porém, não se refere *propriamente* ao intento ou disposição de Deus em punir, mas ao veemente senso de dor de que são acometidos *os* que suportam ainda qualquer porção de sua severidade.

Com efeito, a seus fiéis *o Senhor* punge não apenas de moderado rigor, mas às vezes *os* fere a tal ponto que é como não estivessem tão longe da miséria dos infernos. Assim, na verdade, os atesta *como* merecedores de sua ira, e portanto é próprio que fiquem descontentes em seus maus feitos, sendo tangidos de maior preocupação com aplacar a Deus e solicitamente se apressem a buscar o perdão. Mas, entrementes mesmo nisso *ele* oferece mais luminoso testemunho de *sua* clemência do que de sua ira. Ora, subsiste o pacto estabelecido conosco em nosso verdadeiro Salomão, *Cristo* [2Sm 7.12, 13], cuja validade jamais haverá de tornar-se nula, *o* afirmou Aquele que não pode enganar. "Se seus filhos", diz *ele*, "abandonarem minha lei, e não andarem em meus juízos, se profanarem meus estatutos e meus mandamentos não guardarem, com vara visitarei suas iniqüidades e com vergastadas, seus pecados; minha misericórdia, porém, dele não retirarei" [Sl 89.30-33]. Para que nos fizesse mais seguros desta misericórdia, *ele* diz que a *vara* com que investirá contra a posteridade de Salomão haverá de ser *vara* de homens, e as *vergastadas* serão as dos filhos dos homens [2Sm 7.14].

Enquanto com essas expressões quer dizer moderação e brandura, ao mesmo tempo inculca que não podem ser senão confundidos com horror extremo e letal *os* que sentem ser-lhes adversa a mão de Deus. Quanta consideração tenha desta brandura em castigar a seu Israel, *Deus* mostra no Profeta: "No fogo te refinei", diz *ele*. "não, porém, como à prata" [Is 48.10], visto que terias sido totalmente consumido. Ainda que ensine que os castigos lhe servem de meio de purificação, contudo, acrescenta que *ele* de tal forma os regula que não é por eles triturado mais do que o justo. E isso é absolutamente necessário, pois quanto mais cada um reverencia a Deus, e se devota a cultivar a piedade, tanto mais dócil e suportável é sua ira. Os réprobos, porém, embora gemam sob os açoites, no entanto, uma vez que não ponderam sua causa, senão que, antes, viram as costas tanto a seus *próprios* pecados, quanto ao juízo de Deus, dessa negligência contraem endurecimento, ou porque vociferam e recalcitram, e até mesmo sublevam-se contra seu Juiz, esse ímpeto furioso os embrutece de insânia e furor. Os fiéis, entretanto, advertidos pelos azorragues de Deus, passam prontamente a considerar *seus* pecados e, chocados de medo e horror, supli-

cantes se refugiam na deprecação. Se Deus não mitigasse essas dores com que se cruciam as míseras almas, cem vezes haveriam *elas* de sucumbir até mesmo à vista de leves sinais de sua ira.

33. O juízo vingador serve à punição; o juízo corretivo ministra à edificação

Vem a seguir esta outra distinção: que, enquanto os réprobos são feridos pelas vergastadas de Deus, já estão começando, de certo modo, a pagar as penas conforme seu juízo, e embora não haja de ficar impunes por não haver dado ouvidos a tais manifestações da ira divina, entretanto, não são punidos para que se emendem, mas tão-só para que em seu grande mal experimentem a Deus *por* Juiz e Vingador. Mas os filhos são fustigados por suas varas não para que paguem a Deus a pena de *suas* transgressões; pelo contrário, para que daí avancem *rumo* ao arrependimento. Conseqüentemente, compreendemos que contemplam estas *penalidades* no futuro e não no tempo passado.

Prefiro exprimir isto nas palavras de Crisóstomo antes que em minhas próprias. "O Senhor", diz *ele*, nos castiga por nossas faltas, não para obtermos alguma recompensa de nossos pecados, mas para nos corrigir no porvir."[88] Assim também Agostinho: "O que sofres, e pelo que gemes, te é medicina, não pena; castigo, não condenação. Não recuses o açoite, se não queres ser deposto da herança" etc.[89] E: "toda esta miséria do gênero humano em que o mundo geme, sabereis, irmãos, que é um sofrimento medicinal, não uma sentença penal" etc.[90] Aprouve-me citar essas declarações para que não pareça a alguém ser nova ou menos usada a expressão que empreguei. E a isto se voltam as queixas saturadas de indignação com que, freqüentemente, Deus argumenta acerca da ingratidão do povo, visto que têm, obstinadamente, desprezado todos os castigos. Em Isaías [1.5, 6]: "Por que *eu* vos haveria de ferir por mais tempo? Desde a planta do pé até o alto da cabeça não há coisa sã."

Mas, como os profetas estão cheios de sentenças semelhantes, bastará demonstrar em termos breves que Deus não castiga sua Igreja com outra finalidade senão para que se emende ao ver-se humilhada.[91] Portanto, quando Saul foi despojado do

---

88. Pseudo-Crisóstomo, *Sobre a Penitência e a Confissão,* ed. Erasmo, 1530, V, pág. 514.

Primeira edição: "'Por isso', diz ele, 'a pena impõe-nos [Deus]: não infligindo punições acerca dos pecados [passados], mas, ao contrário, corrigindo-nos para com as [cousas] futuras'."

89. *Sobre os Salmos*, Salmo 103.

Primeira edição: "[O] que sofres, de onde te queixas, é-te remédio, não pena; castigo, não condenação. Não alijas [de ti] o azorrague, se não queres ser alijado da herança."

90. *Ibid*., Salmo 139.

91. Primeira edição: "Mas, porque em asserções tais abundam os Profetas, suficiente haverá sido ter indicado sucintamente que Deus pune Sua Igreja com não outro propósito senão para que, submissa, se arrependa."

reino, *Deus* estava punindo para represália [1Sm 15.23]; quando privou Davi do filho pequenino [2Sm 12.18], estava castigando para correção. Neste sentido deve tomar-se *o* que Paulo diz: “Quando somos julgados pelo Senhor, somos castigados para que não sejamos condenados juntamente com este mundo” [1Co 11.32]. Isto é, enquanto nós, os filhos de Deus, somos afligidos pela mão do Pai celeste, esta não é uma punição pela qual somos lançados em confusão, mas apenas um castigo pelo qual somos edificados. Nesta matéria, é evidente que Agostinho está conosco, uma vez que ensina que as penas com que os homens são igualmente castigados por Deus devem ser consideradas diversamente, porque aos santos, após a remissão dos pecados, são *elas meros* embates e exercícios; aos réprobos, sem *essa* remissão, *são* punições da iniqüidade. Onde indica os castigos infligidos a Davi e a outros *vultos* piedosos, também diz visavam a isto: para que sua piedade fosse exercitada e provada mediante humildade dessa natureza.

Quanto ao que diz Isaías [40.2], que a iniqüidade do povo judeu era perdoada porque havia recebido plena castigo da mão do Senhor, insiste que o perdão das transgressões depende do pagamento da pena. No entanto, é exatamente como se estivesse dizendo: “Eu vos castiguei de tal maneira que vosso coração se encontra totalmente oprimido pela angústia e tristeza; já é hora, pois, de que, ao receberdes a mensagem de minha plena misericórdia, vosso coração se inunde de alegria, ao me terdes por Pai.” Ora, Deus aí se reveste do caráter de um pai que se arrepende até mesmo da justa severidade quando foi compelido a castigar mais duramente ao filho.

34. Aos crentes o Senhor castiga os pecados, porém lhes é propício em amor, não devendo isso ser para seu acabrunhamento, mas para encorajamento

Com estas reflexões importa que o fiel seja sustentado na agrura das aflições. “É tempo de o juízo começar pela casa do Senhor” [1Pe 4.17], na qual seu nome era invocado [Jr 25.29]. O que os filhos de Deus haveriam de fazer, se cressem que sua vingança era a severidade que sentiam? Ora, *aquele* que, tocado pela mão de Deus, a este concebe como um juiz punitivo, não pode imaginá-lo senão irado e para consigo adverso; de fato, não pode senão detestar o próprio azorrague de Deus como *real* maldição e perdição. Enfim, jamais poderá persuadir-se de que é amado por Deus *aquele* que sentir que toda sua inclinação é puni-lo.

Mas, afinal, alcança proveito sob os açoites de Deus aquele que o considera como irado contra suas faltas, contudo é para com ele propício e benévolo. Ora, de outra sorte aconteceria necessariamente o que o Profeta se queixa de haver experimentado: “Sobre mim passaram tuas iras, ó Deus; teus terrores me oprimiram” [Sl

88.16]. De igual modo, o que escreve Moisés: "Pois temos desfalecido em tua ira e em tua indignação temos sido conturbados. Puseste nossas iniqüidades diante de teus olhos, nossos *pecados* ocultos, à luz de teu rosto. Pois que todos os nossos dias são dissipados em tua ira; nossos anos foram consumidos como uma palavra que sai da boca" [Sl 90.7-9].

Em contrário, porém, assim canta Davi acerca dos castigos paternais, quando ensina que eles mais ajudaram os fiéis do que oprimiram: "Feliz o homem a quem castigas, ó Senhor, e em tua lei é ele instruído, para que lhe propicies descanso dos dias maus, enquanto se cava um fosso para o pecador" [Sl 94.12, 13]. Dura prova é, certamente, quando Deus, poupando os incrédulos, e não atentando para seus crimes, se mostra mais rígido para com os seus. E, por isso, *como* causa de consolo acrescenta a admoestação da lei, mercê da qual aprendam a exercitar sua salvação enquanto são chamados de volta ao caminho; os ímpios, porém, são lançados de ponta cabeça em seus erros, cujo fim é o fosso *da perdição*. Não importa se a pena é eterna ou temporal. Ora, as guerras, a fome, as pestes, as doenças são tanto maldições de Deus quanto o próprio juízo da morte eterna, enquanto são infligidas com este propósito: que sejam instrumentos da ira e da vingança do Senhor contra os réprobos.

35. O castigo infligido a Davi e a outros, na Escritura, é clara evidência desse favor divino, e não expressão de sua justiça punitiva ou forma de satisfação pelo pecado

Todos podem agora compreender, se não me engano, a que propósito teve esse castigo do Senhor para com Davi, isto é, para que fosse uma prova de que o homicídio e o adultério desagradam gravemente a Deus, contra os quais havia declarado ser tão grande ofensa em seu dileto e fiel servo, que *daí* fosse o próprio Davi ensinado, para que depois disso não mais ousasse praticar tal crime. Não, porém, que fosse uma penalidade pela qual pagasse a Deus uma certa compensação *por sua falta*. Assim também se deve julgar acerca do outro castigo, com que o Senhor aflige ao povo com violenta praga [2Sm 24.15] por causa da desobediência de Davi, no qual caíra quando ordenou o censo do próprio povo. Ora, na verdade, *Deus* perdoou graciosamente a Davi a gravidade da culpa de *seu* pecado, mas, porque era pertinente, não apenas como exemplo público de todos os séculos, como também para a humilhação de Davi; é por isso que tal crime não podia ficar impune, castigando-o mui severamente com seu azorrague.

Convém ter diante dos olhos também este propósito na maldição universal do gênero humano [Gn 3.16-19]. Pois, uma vez que depois de obtida a graça, no entanto sofremos ainda todas as misérias que foram infligidas a nosso pai como pena do

pecado, sentimos que, com tais medidas disciplinares, somos advertidos de quão seriamente desagrada a Deus a transgressão de sua lei, para que, abatidos e humilhados pela consciência de nossa miserável sorte, aspiremos mais ardentemente à verdadeira bem-aventurança.

Mui estulto, de fato, haverá de ser quem julgue que as calamidades da presente vida nos foram impostas como punição de pecado. Isto, parece-me, foi o que Crisóstomo quis *dizer* quando assim escreveu: "Se Deus nos castiga por esta causa: para chamar ao arrependimento aos que perseveram em *seus* maus feitos, havendo-nos já arrependido, a penalidade seria supérflua."[92] Por isso, conforme reconhece ser mais adequado à natural disposição de cada um, assim trata a este com severidade maior, àquele com indulgência mais benigna. E dessa forma, quando quer ensinar que não é imoderado em impor punições, exprobra ao povo duro e obstinado, porque, castigado, entretanto não cessa de pecar [Jr 5.3]. Nesse sentido, queixa-se *ele* de que Efraim é como um bolo assado de uma banda, e cru de outra banda [Os 7.8], obviamente porque os açoites *de Deus* não penetravam as almas; daí, cozidas as falhas, o próprio povo se fizesse apto para o perdão. Com efeito, *Aquele* que assim fala mostra que, tão logo alguém tenha se arrependido, o mesmo haverá *ele* de ser prontamente aplacado, e que em decorrência de nossa obstinação para consigo, se exprime o rigor que exerce castigando as transgressões, *rigor* ao encontro do qual ocorreria a espontânea correção. No entanto, uma vez que de todos é esta a dureza e desconhecimento que em geral é preciso castigar, aprouve ao sapientíssimo Pai a todos, sem exceção, exercitar por toda a vida com comum flagelação.

Entretanto, é estranho por que assim os olhos se volvem somente para exemplo de Davi e não sejam movidos fundamente de tantos exemplos nos quais *lhes* era facultado contemplar a graciosa remissão dos pecados. Lê-se que o publicano desceu do templo justificado [Lc 18.14]. Não há nenhuma menção de pena. Pedro obteve perdão de *sua* falta. Diz Ambrósio: "Lemos de suas lágrimas [Lc 22.62], nada lemos de satisfação." E o paralítico ouve: "Levanta-te; teus pecados estão perdoados" [Mt 9.2]. Nenhuma pena *lhe* é imposta. Todas as absolvições que se registram na Escritura são descritas *como* gratuitas. Desta abundância de exemplos devia buscar-se a regra, e não do único exemplo *de Davi*, que contém não sei quê *de* singular.

36. As boas obras não são meios de redenção de pecados, mas frutos de justiça do coração regenerado

Daniel, com sua exortação, pela qual persuadia a Nabucodonosor que redimisse com justiça seus pecados e suas iniqüidades em função da comiseração para com os pobres [Dn 4.27], não quis dizer que a justiça e a misericórdia são a propiciação de

92. *Consolações a Stagiro*, III, 14.

Deus e a redenção das penas, pois jamais se considerou outro ἀπολύτρωσις [*apŏlútrŏsis – resgate*] além do sangue de Cristo. Ao contrário, ao referir-se a esse *redimir*, ele indica mais os homens do que a Deus, como se dissesse: "Tens exercido, ó rei, dominação injusta e violenta; tens oprimido os humildes; tens espoliado os pobres; tens tratado dura e iniquamente a teu povo. Em lugar dos impostos injustos, em lugar da violência e da opressão, demonstra agora misericórdia e justiça."

De igual modo, Salomão diz que o amor cobre multidão de pecados [Pv 10.12], não, *é claro*, diante de Deus, mas entre os próprios homens. Ora, assim reza o verso completo: "O ódio excita contendas, o amor, porém, cobre todas as iniqüidades." Neste verso, segundo seu costume, mediante uma antítese, *Salomão* contrasta os males que nascem dos ódios com os frutos do amor, com este sentido: *aqueles* que se odeiam entre si, se mordem uns aos outros, se recriminam, se exprobram, se injuriam, a tudo convertem em falta; *aqueles*, porém, que de fato se amam, mutuamente descartam entre si muitas *coisas*, transigem em muitas *coisas*, perdoam uns aos outros muitas *coisas*, não que um aprove as falhas do outro, porém *as* tolera e *as* sana, admoestando, em vez de *as* inflamar, invectivando-*as*. E não há dúvida de que esta passagem *é* citada por Pedro [1Pe 4.8] nesta mesma acepção, a não ser que o queiramos acusar falsamente de alterar a Escritura e de sutilmente a distorcer. Além disso, onde ensina *Salomão* que "o pecado é expiado pela misericórdia e pela benignidade" [Pv 16.6], não entende que *o mesmo* seja por elas compensado perante a face do Senhor, de sorte que, apaziguado com tal satisfação, Deus perdoe a pena que de outra sorte teria aplicado. Ao contrário, conforme o costume familiar da Escritura, que todos aqueles que abandonarem sua má vida e se converter a ele mediante a santidade e boas obras, acharão Deus propício para com eles, como se estivesse dizendo que a ira do Senhor cessa e seu juízo se torna inerte, quando nós mesmos ficamos inertes quanto às nossas transgressões.[93] Na realidade, não está *ele* a descrever a ***causa do perdão***, mas, antes, ***o modo da verdadeira conversão***. Exatamente como os profetas denunciam com freqüência que em vão, em lugar de arrependimento, os hipócritas impingem a Deus com falsos ritos, porque a ele nada mais deleita que a integridade com os deveres do amor.

Assim também o autor da Epístola aos Hebreus, recomendando a beneficência e a humanidade, lembra que sacrifícios dessa natureza agradam a Deus [Hb 13.16]. E nosso Senhor, quando riculariza os fariseus porque se preocupavam unicamente com limpar os pratos e menosprezar a limpeza do coração, e lhes ordena que dêem esmola, para que todo o resta esteja limpo, o exterior e o interior [Mt 23.25; Lc 11.39-41], com isso não os exorta a fazer satisfação por seus pecados; apenas lhes

93. Primeira edição: "Ao contrário, conforme o costume familiar da Escritura, faz saber que havê-[lO]-ão de achar a si próprio [os] que, dito adeus aos vícios e desregramento passados, a Ele se voltam em piedade e verdade, como se estivesse a dizer que cessa a ira do Senhor e se Lhe queda inerte o juízo, quando de nossas transgressões inertes nos quedamos [nós]."

ensina qual é a limpeza que agrada a Deus.[94] Desta expressão, ***limpeza do coração***, já se tratou em outro lugar.[95]

37. Nem a passagem acerca da pecadora perdoada, em Lucas 7.36-50, lhes abona a tese da satisfação mediante boas obras

Quanto respeita à passagem de Lucas [7.36-50], ninguém que tenha lido, com sadio juízo, a parábola aí proposta pelo Senhor, engendrará dela controvérsia conosco. O fariseu pensava consigo mesmo que *essa* mulher não era conhecida pelo Senhor, a quem ele acolhera com tão grande complacência. Pois sentia que ele não a teria acolhido, se soubesse que espécie de pecadora *ela* era. E disto concluía que não podia ser Profeta quem pudesse estar enganado dessa maneira. O Senhor, para demonstrar que já não era pecadora *aquela* cujos pecados já haviam sido perdoados, propôs a parábola: certo agiota tinha dois devedores: um devia cinqüenta *moedas*, o outro quinhentas; a ambos foi perdoada a dívida; qual *dos dois* tem maior reconhecimento? Responde o fariseu: "Naturalmente que aquele a quem mais foi perdoado." Acrescenta o Senhor: "Por isso te digo que os pecados desta mulher foram perdoados, porque ela muito amou." Destas palavras, como vês, *Cristo* não faz do amor a ***causa***, mas a ***evidência*** da remissão dos pecados. Ora, *estas palavras* foram tomadas do símile desse devedor a quem haviam sido perdoadas quinhentas *moedas*, a quem não disse que foi por isso que foram perdoadas, só porque muito amara; mas, ao contrário, justamente porque foram perdoadas é que amava muito. E dessa forma aqui se impõe aplicar esta comparação: pensas que esta mulher é uma pecadora; com efeito, deverias saber que ela já não o é, visto que seus pecados já foram quitados. Seu amor, porém, movido pelo qual rende graças por *seu* beneficio, deveria gerar em ti a certeza da remissão de *seus* pecados. *Este* é, na verdade, um argumento a ***posteriori***, isto é, por meio do qual algo é demonstrado pelas evidências que o acompanham. De que maneira, porém, ela obteve a remissão dos pecados, atesta o Senhor claramente: "Tua fé", afirma *ele*, "te salvou" [Lc 7.50]. Portanto, pela fé asseguramos o perdão, em amando rendemos graças e testificamos da beneficência do Senhor.

38. Os doutores da Igreja, como Agostinho e Crisóstomo o evidenciam, em confronto com a doutrina romanista da satisfação

Pouco me impressionam**,** porém, *as opiniões* que ocorrem, aqui e ali, nos escritos dos antigos a respeito da satisfação. Certamente que vejo que alguns deles (direi

94. Primeira edição: "Nem, por certo, enquanto, ridicularizando os fariseus de que, afeitos apenas a purificar pratos, negligenciaram a limpeza do coração, lhes ordena que, para que todas [as cousas] sejam limpas, dêem esmolas ..., está Cristo a exortá[-los] a fazerem satisfação; ao contrário, está somente a ensinar que espécie de limpeza seja aprovada por Deus."

95. Cf. Calvino, *Harmonia dos Evangelhos, Comentário sobre Lucas 7.39*.

francamente quase todos cujos escritos subsistem) ou se equivocaram nesta parte, ou falaram de uma forma mui imprecisa e imprópria. Entretanto, não concederei que eles próprios fossem a tal ponto broncos e ignaros que tenham escrito essas *coisas* no sentido em que são lidos por esses novos adeptos da satisfação.

Crisóstomo assim escreve, em algum lugar: "Onde se suplica misericórdia, cessa a indagação; onde se pede misericórdia, o juízo não ruge enfurecido; onde se busca misericórdia, não há lugar para a penalidade; onde a misericórdia se faz presente, todo questionamento desaparece; onde *há* misericórdia, deu-se a resposta."[96] Essas palavras, por mais distorcidas que sejam, contudo, jamais poderão ser conciliadas com os dogmas escolásticos. Mas, no livro ***De Dogmatibus Ecclesiasticis*** [Os Dogmas Eclesiásticos], que é atribuído a Agostinho, assim se lê: "A satisfação do arrependimento é eliminar as causas dos pecados, não permitindo a entrada de suas sugestões." Com isso se faz patente que, mesmo naqueles séculos, a doutrina da satisfação, que se diria a compensação pelas transgressões cometidas, foi universalmente escarnecida, uma vez que toda satisfação ele atribui à precaução de abster-se dos pecados para o futuro.

Deixo de citar *o* que ensina o próprio Crisóstomo: que ele nada requer de nós além de que confessemos diante dele, com lágrimas, nossos delitos, quando expressões deste gênero recorrem com freqüência em seus escritos e *nos* de outros. É verdade que Agostinho, em algum lugar, chama às obras de misericórdia "remédios para obter-se a remissão dos pecados";[97] mas, para que alguém não tropece nesta palavrinha, *ele* próprio vem-lhe de encontro em outro lugar: "A carne de Cristo", diz *ele*, "é o verdadeiro e único sacrifício pelos pecados, não só por aqueles que são todos expurgados no batismo, como também *por aqueles* que se insinuam depois disso em razão de *nossa* fraqueza, em relação aos quais clama dia após dia toda a Igreja: 'Perdoa nossas dividas' [Mt 6.12]. E são perdoados mercê desse sacrifício único."[98]

39. O ensino patrístico deturpado pelos escolastas em sua esdrúxula doutrina da satisfação

Mas, na absoluta maioria das vezes, *os patrísticos* designaram de satisfação não uma compensação que se pagaria a Deus, mas uma declaração pública mercê da qual *os* que haviam sido punidos com excomunhão, quando quisessem ser readmitidos à comunhão, davam à Igreja claro testemunho de seu arrependimento. Pois, a esses penitentes eram impostos certos jejuns e outras *práticas* mediante as quais

96. Pseudo-Crisóstomo, *Sobre o Salmo 40*, homília II.
97. *Enquiridião*, XIX, 72.
98. *Contra duas Cartas dos Pelagianos*, livro III, vi, 6.

provassem estar verdadeira e cordialmente enojados de *sua* vida pregressa, ou, antes, apagassem a lembrança dos *feitos* anteriores, e com isso se diziam satisfazer não a Deus, mas à Igreja. Isto, com estas mesmas palavras, foi expresso por Agostinho no ***Enchiridion ad Laurentium***[99] [Manual a Lourenço]. Desse rito antigo originaram-se as confissões e satisfações que estão hoje em uso. Na verdade, foram invenções viperinas [Mt 3.7; 12, 34], das quais resultou que sequer sobrou uma sombra daquela melhor forma.

Sei que os antigos às vezes falam de uma forma um tanto imprecisa; tampouco nego, como disse há pouco, que talvez tenham se equivocado, mas aqueles *escritos* que foram enegrecidos com umas poucas manchas, sujam-se inteiramente quando são tratados pelas mãos não lavadas destes. E se pela autoridade dos antigos se nos impõe batalhar, quê antigos, ó bom Deus, nos propõem *eles*? Boa parte dessas *considerações* das quais Lombardo, seu corifeu, teceu suas colchas de retalhos foi coligida dos insípidos desvarios de certos monges, os quais são veiculados sob o nome de Ambrósio, de Jerônimo, de Agostinho e de Crisóstomo,[100] como na presente consideração quase tudo ele o toma do livro de ***Poenitentia*** [Do Arrependimento], de Agostinho, que, ineptamente acolchoado por algum rapsodista igualmente de bons e maus autores, na verdade leva o nome de Agostinho, mas a qual ninguém, ao menos medianamente instruído, se digne reconhecer como dele.[101]

Que os leitores me perdoem se não investigo mais sutilmente as opiniões desses, pois não quero tornar-me molesto.[102] Certamente que a mim nem *seria* muito laborioso, e seria até louvável, trazer ao ridículo público, com o máximo opróbrio *deles, as fantasias* que até aqui promulgaram por mistérios. Mas, visto que meu propósito é ensinar proficuamente, deixo de considerá-las.

---

99. *Contra duas Cartas dos Pelagianos*, XVII, 65.

100. Cf. Otto Baltzer, *Die Sentenzen des Petrus Lombardus, ihre Quelle und ihre dogmengeschichliche Bedeutung*, 1902, p. 3.

101. Esta opinião de Calvino está confirmada pela unanimidade dos historiadores modernos. A obra sobre A Verdadeira e a Falsa Penitência, que Pedro Lombardo cita como sendo de Agostinho, certamente não é dele.

102. Primeira edição: "Que, porém, para com as inépcias desses [Escolastas] não perquiro tão minuciosamente perdoem os leitores, a quem desejo aliviar do enfado."

CAPÍTULO V

DOS SUPLEMENTOS QUE ADICIONA M ÀS SATISFAÇÕES, A SABER, AS INDULGÊNCIAS E O PURGATÓRIO

1. As indulgências prescritas como meios apropriados de satisfação e os males deploráveis que daí resultam

Desta doutrina da satisfação jorram, com efeito, as indulgências. Ora, *o* que falta a nossa capacidade para efetuar satisfação, pilheriam que é suprido por meio destas. E a tal *grau* de insânia se precipitam que definem que *as indulgências* são a administração dos méritos de Cristo e dos mártires, que o papa distribui por *meio de* suas bulas! Mas, ainda que sejam mais dignos de manicômio do que de argumentos, de sorte que não é de grande relevância dedicar-me a refutar erros tão frívolos, os quais, percutidos de muitos aríetes, começam por si mesmos a tornar-se obsoletos e a olhar ao acaso, e como uma breve refutação dos mesmos será útil para os ignorantes, quero intercalá-la aqui.

E deveras, visto que as indulgências persistiram intocadas por tanto tempo, e em tão desenfreado e furioso desbragamento retiveram impunidade tão direta, isso pode servir de verdadeiro comprovante de quão profunda noite de erros os homens estiveram imersos por alguns séculos. *Os pobres cristãos* viam que, abertamente e sem dissimulação, eram tidos em ridículo pelo papa e seus forjadores de bulas; *viam* que era rendoso o comércio realizado acerca da salvação de suas almas; *viam* ser taxado, em umas pouquíssimas moedas, o preço da salvação e em público nada era oferecido gratuitamente; com este pretexto, *viam* que eram espoliados das oblações torpemente gastas com as meretrizes, com agentes de lenocínio, em farras; *viam* que os tocadores de trombetas das indulgências eram os supremos desprezadores delas; *viam*, dia a dia, este monstro propagar-se e esbaldar-se em maior licenciosidade, sem que algum fim lhe ocorresse; *viam* ser trazido sempre novo chumbo, ser levadas novas moedas. Entretanto, acatavam as indulgências com a máxima veneração, adoravam-nas, e *os* que entre outros discerniam mais agudamente, contudo, julgavam-nas como fraudes pias com que pudessem ser enganados com algum proveito. Por fim, o mundo começou a perceber e considerar melhor as coisas; as indulgências vão se esfriando, até que, finalmente, desapareçam e se reduzam a nada.[103]

---

103. Primeira edição: "Afinal, quando o orbe se permitiu fazer um tanto mais esclarecido, esfriaram-se as indulgências e, aos poucos, chegam mesmo a congelar-se, até que de todo se evanesçam."

2. AS INDULGÊNCIAS, ALÉM DE GROSSEIRA MISTIFICAÇÃO, É BLASFEMO VILIPÊNDIO DA REDENÇÃO OPERADA NO SACRIFÍCIO DE CRISTO, COMO A ESCRITURA O COMPROVA

Aliás, porquanto muitos que vêem a sordidez, as imposturas, os roubos, as rapinagens com que *nos* têm aviltado até aqui e nos têm ludibriado os traficantes de indulgências, não visualizam a próprio fonte da impiedade, vale a pena indicar não só qual a expressão factual das indulgências, mas ainda o que essencialmente são *elas*, *mesmo* expurgadas de toda mancha. Chamam *Tesouro da Igreja* aos méritos de Cristo e dos santos apóstolos e mártires. Imaginam que este depósito e custódia especiais, como referi, são conferidos ao bispo de Roma, em quem está a administração de tão grandes benefícios, de sorte que não só possa *ele* próprio distribuí-los pessoalmente, como também delegar a outros a jurisdição de sua distribuição. Daqui *são conferidas* pelo papa quer as indulgências plenárias, quer *as indulgências* de certos anos, pelos cardeais *as indulgências* de cem dias, pelos bispos *as* de quarenta!

Entretanto, para caracterizá-las bem, elas não passam de uma profanação do sangue de Cristo e engano de Satanás, para afastar o povo cristão da graça de Deus, da vida que está em Cristo, e separá-*lo* do verdadeiro caminho da salvação. Pois, como podia o sangue de Cristo ser mais vilmente profanado do que enquanto se nega que *ele* basta para a remissão dos pecados, para a reconciliação, para a satisfação, a não ser que a carência, como de outra parte se supra e se suplemente de *coisa* ressequida e exausta?

"A este", diz Pedro [At 10.43], "dão testemunho a lei e todos os profetas de que através dele seja recebida a remissão dos pecados"; as indulgências conferem a remissão dos pecados através de Pedro, de Paulo e dos mártires. "O sangue de Cristo nos limpa do pecado", diz João [1Jo 1.7]; as indulgências fazem o sangue dos mártires a ablução dos pecados. "Cristo", diz Paulo [2Co 5.21], "que não conhecia pecado, se fez pecado [isto é, satisfação do pecado] por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus"; as indulgências põem a satisfação dos pecados no sangue dos mártires. Paulo proclama, e aos coríntios testifica, que somente Cristo foi crucificado e morreu por eles; as indulgências declaram que Paulo e outros morreram por nós. Em outro lugar, *ele* diz que Cristo comprou a Igreja por seu sangue [At 20.28]; as indulgências determinam outro preço de aquisição no sangue dos mártires. "Com uma única oferenda Cristo aperfeiçoou para sempre os santificados", diz o Apóstolo [Hb 10.14]; as indulgências reiteram que a santificação, que de outra sorte não seria bastante, é consumada pelos mártires. João [Ap 7.14] diz que "todos os santos lavaram as vestes no sangue do Cordeiro"; as indulgências ensinam que *eles* lavam as vestes no sangue dos santos.

3. Declarações expressas do Papa Leão I e de Agostinho contra as indulgências e os méritos dos santos, e considerações de Calvino quanto ao caráter sacrílego e blasfemo dessas prescrições, que ultrajam a suficiência da expiação de Cristo

Leão, bispo de Roma, escreveu mui claramente, em sua Epístola aos *Bispos* Palestinos, *escreveu* contra esses sacrilégios: "Embora", diz *ele*, "preciosa tenha sido à vista de Deus a morte de muitos santos, entretanto o assassínio de nenhum inocente constituiu a propiciação do mundo. Os justos receberam coroas, não as deram; e da fortaleza dos fiéis nasceram exemplos de paciência, não dádivas de justiça; suas mortes, com efeito, foram individuais; com sua morte não paga alguém a dívida de outrem, uma vez que existiu um só Cristo, o Senhor, em quem *foram* todos crucificados, todos mortos, sepultados, ressuscitados."[104] Esta opinião, como era digna de ser rememorada, ele a repetiu também em outro lugar.[105] Certamente nada se possa desejar mais claro para desbancar este ímpio dogma *das indulgências*.

Além do mais, não com menos procedência *se expressa* Agostinho no mesmo parecer: "Ainda que", diz *ele*, "morrêssemos irmãos pelos irmãos, no entanto não se derramou o sangue de nenhum mártir para remissão dos pecados, *o* que Cristo fez por nós; e isto não o fez para que o imitássemos, mas para que lhe demos graças."[106] Igualmente, em outro lugar: "Assim como somente o Filho de Deus se fez Filho do Homem para que consigo nos fizesse filhos de Deus, assim também por nós somente *ele* sofreu castigo sem maus merecimentos, a fim de que, através dele, sem bons merecimentos, conseguíssemos graça que não nos era devida."[107]

Com efeito, se bem que toda sua doutrina ficou suturada de horrendos sacrilégios e blasfêmias, esta, deveras, é uma blasfêmia monstruosa acima das demais. Reconheçam *eles* se estas porventura não são afirmações suas: que os mártires, por sua morte, deram mais a Deus e *mais* mereceram do que lhes seria necessário, e tão grande superabundância de méritos lhes sobrou, que transbordou para outros. Portanto, para que tão grande bem não seja supérfluo, misturam seu sangue ao sangue de Cristo e de um e outro é formado o tesouro da Igreja para remissão e satisfação dos pecados. E assim, *a seu ver*, deve-se tomar *o* que Paulo diz: "Supro em meu corpo o que falta dos sofrimentos de Cristo em prol de seu corpo, que é a Igreja" [Cl 1.24].

Que é isso senão deixar a Cristo o *mero* nome, transformá-lo em outro santareco vulgar que mal se possa distinguir na multidão *de tantos santos*? Um só, tão-somen-

---

104. *Epístola CXXIV*.
105. *Epístola CLXV*, sermão 55.
106. *Tratados sobre São João*, LXXXIV, 2.
107. *Contra duas Cartas dos Pelagianos*, livro IV, capítulo iv.

te ele, devia ser pregado; tão-somente ele devia ser proposto, tão-somente ele devia ser referido; tão-somente ele devia ser contemplado, quando se trata de obter remissão de pecados, expiação, santificação. Mas, ouçamos seus argumentos.[108] *Assim arrazoam*: para que não fosse derramado sem proveito o sangue dos mártires, ele é conferido ao bem comum da Igreja. Porventura isso é mesmo assim? Com efeito, nenhum proveito seria glorificar a Deus pela morte, subscrever-lhe à verdade com seu *próprio* sangue, dar testemunho pelo desprezo da presente vida de que buscavam uma vida melhor, em virtude de sua constância confirmar a fé da Igreja, porém quebrantar a pertinácia dos inimigos? Mas, sem dúvida, eles não reconhecem benefício algum, se somente Cristo é o propiciador, se somente *ele* morreu por causa de nossos pecados, se somente *ele* foi oferecido em sacrifício por nossa redenção.

Entretanto, *eles* insistem que Pedro e Paulo teriam obtido a coroa da vitória, se tivessem morrido em seus leitos. Contudo, uma vez que lutaram até o sangue, deixar isso improdutivo e infrutífero não se coadunaria com a justiça de Deus. Aliás, é como se Deus não soubesse *como* aumentar sua glória em seus servos, conforme a medida de seus dons! Mas, proveito muitíssimo vultoso é recebido pela Igreja em geral, quando por seus triunfos é inflamada em seu zelo de lutar.

4. A afirmação paulina em Colossenses 1.24, quanto a suprir o Apóstolo os sofrimentos de Cristo, não se refere à redenção, à satisfação ou à expiação, o que, confirma Agostinho, é prerrogativa exclusiva de Cristo

Aliás, quão pervertidamente torcem *eles* a passagem de Paulo [Cl 1.24] na qual *ele* diz que está suprindo em seu corpo o que faltava dos sofrimentos de Cristo! Ora, o Apóstolo não atribui essa carência, ou essa suplementação, à obra de redenção, de satisfação, de expiação, mas a essas aflições com que importa sejam exercitados os membros de Cristo, isto é, todos os fiéis, por quanto tempo viverem nesta carne. Portanto, *ele* está dizendo que, dos sofrimentos de Cristo, resta isto: que, tendo uma vez sofrido em sua pessoa, diariamente sofre em seus membros. Desta honra nos digna Cristo: que considere suas as aflições nossas, e que as assume! Mas o fato de Paulo referir, ***pela Igreja***, com isso não quer significar para a redenção, para a reconciliação, para a satisfação da Igreja, mas para *sua* edificação e aperfeiçoamento. Assim, como diz em outro lugar [2Tm 2.10], ele suporta todas *as coisas* por amor dos eleitos, "para que alcancem a salvação que está em Cristo Jesus". E aos coríntios escrevia que "para seu conforto e salvação" ele suportava tantas tribulações quantas tivesse de sofrer [2Co 1.6]. E imediatamente ele mesmo se explica, no mesmo lugar, quando adiciona que *fora* constituído ministro da Igreja, não para redenção, mas

108. Primeira edição: "Ouçamos-lhes, porém, aos entimemas."

"segundo a dispensação que lhe fora confiada, para pregar o evangelho de Cristo" [Cl 1.25].

Portanto, se porventura exigirem também outro intérprete, que ouçam a Agostinho: "Os sofrimentos de Cristo", diz *ele*, "só *estão* em Cristo como na cabeça; *estão* em Cristo e na Igreja como no corpo todo. Donde Paulo, *como* um membro, diz: 'Supro em meu corpo *o* que falta aos sofrimentos de Cristo.' Portanto, sejas quem for que a isto ouves, se estás entre os membros de Cristo, tudo quanto sofres da parte dos que não são membros de Cristo, tudo isso faltava aos sofrimentos de Cristo."[109] A que fim se propõem, na verdade, os sofrimentos dos apóstolos, suportados em favor da igreja, ele o expõe em outro lugar: "Cristo é a porta para que eu entre a vós, porque sois ovelhas de Cristo, compradas com seu sangue. Reconhecei vosso preço, que não é pago por mim, mas é pregado por meu intermédio." Em seguida acrescenta: "Como *ele* próprio entregou sua vida, assim também nós devemos dar a vida pelos irmãos, para edificar a paz, para confirmar a fé."[110] Essas *coisas falou* Agostinho.

Quanto, porém, respeita a toda a plenitude da justiça, da salvação e da vida, longe esteja que julgue ele faltar algo aos sofrimentos de Cristo, ou quisesse acrescentar alguma *coisa*, Paulo que, tão luminosa e brilhantemente, prega que através de Cristo foi derramada a exuberância da graça com liberalidade tão grande, que excedeu em muito a toda a força do pecado [Rm 5.15-20]. Tão-somente por esta *graça* todos os santos foram salvos, não por mérito de *sua* vida ou de sua morte, como Pedro *o* atesta eloqüentemente [At 15.11]. De sorte que se levantará com total contumácia contra Deus e seu Cristo quem puser a dignidade de qualquer santo em outra parte que não seja tão-somente na misericórdia de Deus. Mas, por que deter-me tanto tempo nisto, como se fosse coisa duvidosa, quando só o fato de descobrir tais monstros já é vitória?[111]

5. AS INDULGÊNCIAS CONTRADIZEM A GRAÇA, POIS SÃO CONVERTIDAS EM COMPENSAÇÕES ERRONEAMENTE CONCEBIDAS POR MERITÓRIAS DIANTE DE DEUS

Com efeito – para que deixemos de parte abominações tais –, quem ensinou ao Papa a encerrar em chumbo e pergaminho a graça de Jesus Cristo, a qual o Senhor quis que fosse administrada pela palavra do evangelho? Obviamente, ou o evangelho de Deus deve ser tido por falso, ou falsas *serão* as indulgências. Ora, ser-nos Cristo oferecido no evangelho com toda a afluência dos bens celestiais, com todos os seus merecimentos, com toda a sua justiça, sabedoria, graça, sem nenhuma exce-

109. *Sobre os Salmos*, Salmo 62.

110. *Sobre São João*, tratado 42, 2.

111. Primeira edição: "Mas, porque me demoro aqui por mais tempo, como se em cousa ainda obscura, quando trazer à tona tais monstruosidades seja pô[-las] fora de ação?"

ção, Paulo é testemunha quando diz que a palavra da reconciliação foi depositada com os ministros, para que desempenhem esta forma de embaixada, como se Cristo estivesse por meio deles a exortar: "Rogamos que vos reconcilieis com Deus. Aquele que não conhecia pecado, *Deus o* fez pecado por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus" [2Co 5.18-21]. E que valha a κοινωνία [*koinonía – comunhão*] de Cristo, que, sendo testemunha o mesmo Apóstolo, no evangelho nos foi oferecido para ser por nós usufruída, os fiéis o sabem muito bem. Em contraposição, as indulgências se confinam ao chumbo, ao pergaminho, até mesmo a um lugar, uma certa porçãozinha da graça, tirada da despensa do papa – e a dissociam brutalmente da Palavra de Deus!

Entretanto, se alguém indagar da origem, este abuso parece ter procedido daqui: como no passado se impunham aos penitentes satisfações muito mais severas do que podiam cumprir, os que se sentiam sobremaneira sobrecarregados com penitência que lhes era imposta, pediam algum alívio da Igreja, e o que lhes era perdoado se chamava ***indulgência***.[112] Quando, porém, transferiam as satisfações *da Igreja* para Deus e diziam que elas eram compensações mercê das quais os homens são redimidos do juízo de Deus, ao mesmo tempo também a isso alçaram as indulgências: que fossem remédios expiatórios que nos liberam das penas merecidas.

Essas blasfêmias, porém, às quais temos referido, com tão grande despudor *as* têm plasmado, que nenhum pretexto podem ter.

6. Dadas suas sérias conseqüências e a natureza blasfema de que se reveste, forçoso se faz refutar a doutrina do purgatório

Ora, tampouco nos molestem quanto ao seu ***purgatório***, porquanto com este machado *ele já* foi abatido, despedaçado e totalmente desarraigado de *seus* fundamentos. De fato, também não concordo com alguns que são de parecer que se deve transigir nesta parte e deixar de fazer menção do purgatório, do qual, conforme dizem, nascem disputas azedas das quais não se extrai um mínimo de edificação. Por certo que também *eu* próprio seria de parecer que tais ninharias devam ser descartadas, não acarretassem *elas* sérias *conseqüências*. Mas, uma vez que o purgatório está edificado sobre muitas blasfêmias, e diariamente seja embasado de novas *blasfêmias*, e uma vez que suscita muitas e graves ofensas, de fato não há como fazer dele vistas grossas. É possível que por algum tempo se pudesse silenciá-lo, dizendo-se que foi forjado à margem da Palavra de Deus, por um curioso atrevimento e uma vã temeridade, por haver-se crido em virtude de não sei que revelações

112. Primeira edição: "porque, como satisfações mais severas do que pudessem ser de todos suportadas se infligissem outrora aos penitentes, [aqueles] que sentiam ser gravados além do limite pela penitência imposta a si, pediam da parte da Igreja relaxação [da pena]. A remissão que a tais se concedia chamava-se *indulgência*."

inventadas por Satanás, e por ter sido nesciamente corrompidas certas passagens da Escritura para confirmá-lo.[113] Todavia, o Senhor não admite que a audácia humana se imiscua a tal ponto nos recônditos recessos de seus juízos e proibiu terminantemente que, negligenciada sua Palavra, a verdade fosse buscada da parte dos mortos [Dt 18.11], nem permite que sua Palavra seja tão irreverentemente contaminada. Concedamos, entretanto, que todas essas *aberrações* pudessem ser toleradas por algum tempo como coisas de não grande importância. Quando, porém, em outro elemento que *não seja* no sangue de Cristo se busca a expiação dos pecados, quando a outrem se transfere a satisfação, o silêncio se torna muitíssimo perigoso.

Portanto, precisamos gritar quanto pudermos e afirma que o purgatório é uma perniciosa invenção de Satanás, que destrói todo o valor da cruz de Cristo, e que infere uma gravíssima afronta à misericórdia de Deus, dissipa e destrói a fé.[114] Ora, que lhes é o purgatório senão uma satisfação que se paga pelos pecados, após a morte, pelas almas dos mortos, assim que, desfeita a idéia de satisfação, que ele seja imediatamente desarraigado de *suas* mais profundas raízes? Portanto, se da consideração precedente é mais do que notório que o sangue do Cristo é a única satisfação, expiação, purificação pelos pecados dos fiéis, que resta senão que o purgatório é simplesmente uma horrenda blasfêmia contra Cristo?

Deixo de considerar os sacrilégios mediante os quais é *ele* diariamente defendido, os tropeços que gera na religião e inúmeros outros *males* que vemos procederem de tal fonte de impiedade.

7. Improcedente o respaldo que se deriva de Mateus 12.32 à doutrina do purgatório, bem como de passagens paralelas e de Mateus 5.25, 26

Entretanto, impõe-se-nos arrebatar-lhes das mãos *essas* passagens que costumam enganosa e indevidamente coligir da Escritura *em abono da doutrina do purgatório*. “Quando”, dizem *eles*, “o Senhor assevera que o pecado contra o Espírito Santo jamais será perdoado, nem neste mundo e nem no futuro [Mt 12.32: Mc 3.28, 29; Lc 12.10], ao mesmo tempo com isso indica haver no mundo futuro remissão de certos pecados.” Com efeito, quem não perceberá que o Senhor aí está falando a respeito da culpa do pecado? Ora, se é assim, que a passagem tem a ver com o purgatório, já

---

113. Primeira edição: “Talvez se podia, por [algum] tempo, de certa maneira, dissimular isso: que fora [ele] excogitado mercê de imaginosa e ousada temeridade, à parte da Palavra de Deus, que a seu respeito se crera não sei por que de revelações engendradas por arte de Satanás, que a sua confirmação torcidas foram inscientemente algumas passagens da Escritura.”

114. Primeira edição: “[É,] portanto, de clamar-se com veemência não apenas da voz, mas ainda da garganta e dos flancos, que o purgatório é mortal invenção de Satanás, que esvazia a cruz de Cristo, que a misericórdia de Deus inflige aviltamento não de tolerar-se, que a fé nos quebranta e destrói.”

que, segundo seu modo de ver aí o purgatório, se expia a pena *dos pecados* cuja culpa não negam que foi perdoada na vida presente?

Contudo, para que não continuem ainda a vociferar contra nós, terão uma solução mais clara. Como quisesse o Senhor cortar toda esperança de perdão a tão execrável impiedade, não teve *por* bastante dizer que *essa blasfêmia* nunca haveria de ser perdoada. Pela contrário, para ampliá-la ainda mais, usou uma distinção mediante a qual abrangeu não só o juízo que nesta vida sente a consciência de cada um, mas também aquele *juízo* final que será publicamente pronunciado na ressurreição. Como se estivesse a dizer: "Guardai-vos de ser rebeldes contra Deus com uma malícia deliberada; porque qualquer que deliberadamente se esforça por extinguir a luz do Espírito Santo que lhe é oferecida, esse não alcançará o perdão, nem nesta vida, que ordinariamente se concede aos pecadores para que se convertam, nem no último dia, quando os anjos de Deus separarem os cordeiros dos cabritos e o reino dos céus for purificado de todos os escândalos.[115]

Em seguida trazem a lume aquela parábola de Mateus: "Entra em acordo com teu adversário, para que *ele* não te entregue, a qualquer tempo, ao juiz, o juiz ao oficial, o oficial à prisão, donde não sairás até que pagues totalmente o último quadrante" [Mt 5.25, 26]. Se nesta passagem o juiz representa Deus, o litigante o Diabo, o oficial um anjo, a prisão o purgatório, concordarei de bom grado. Mas, na verdade, se a ninguém escapa a evidência de que Cristo, para exortar aos seus, incisivamente, à justa concórdia, quis aí mostrar a quantos perigos e males se arrojam *os* que obstinadamente preferem tentar ao máximo o direito supremo, agindo por equanimidade e boa vontade, pergunto: onde se achará o purgatório *nesta passagem*?

8. TAMPOUCO FILIPENSES 2.10, APOCALIPSE 5.13 E 2 MACABEUS 12.43 RESPALDAM O PURGATÓRIO

Buscam prova *em abono do purgatório* na afirmação de Paulo onde afirma que diante de Cristo se dobrarão os joelhos dos *habitantes das regiões* celestes, terrenas e inferiores [Fp 2.10]. Ora, assumem como reconhecido que não se pode entender a expressão ***os habitantes das regiões inferiores*** como uma referência àqueles que foram destinados à condenação eterna. Resta, portanto, que sejam almas a padecer no purgatório. Não raciocinariam muito mal, se por *essa* genuflexão o Apóstolo estivesse designando o verdadeiro culto da piedade. Mas, uma vez que esteja simplesmente ensinando que o domínio foi deferido a Cristo mercê do qual devem ser subjugadas todas as criaturas, que impede de entendermos por *habitantes das regi-*

115. Primeira edição: "Guardai-vos da perversa rebelião não menos que de mui presente ruína, pois quem, deliberadamente, houver tentado extinguir a luz do Espírito Santo oferecida, perdão [não] alcançará nem nesta vida, que aos pecadores foi dada para conversão, nem no Último Dia, em que por intermédio dos anjos de Deus serão dos cabritos separados os cordeiros e de todos os escândalos purificados será o Reino Celeste."

ões inferiores os diabos, os quais, obviamente, haverão de comparecer ante o tribunal do Senhor a fim de, com temor e tremor, reconhecer a seu Juiz? Como o próprio Paulo interpreta *essa* mesma profecia, em outro lugar: "Todos", diz *ele*, "compareceremos perante o tribunal de Cristo, pois está escrito: Como eu vivo, diante de mim se dobrará todo joelho" [Rm 14.10, 11; Is 45.23].

Mas, *insistem eles*, não se pode interpretar dessa maneira *o* que se tem no Apocalipse: "Toda criatura que *está* no céu, e que *está* sobre a terra, e que *está* debaixo da terra, e que está no mar, e *as coisas* que neles estão, todas *elas* ouvi dizendo: "Ao que se assenta sobre a trono, e ao Cordeiro, o louvor, e a honra, e a glória, e o poder, pelos séculos das séculos" [Ap 5.13]. Isto, sem dúvida, admito facilmente. No entanto, a que espécie de criaturas pensam que aqui se referem? Ora, com certeza o mais certo é que sejam compreendidas não só *criaturas* carentes de razão, mas até mesmo as inanimadas. Com isso não se afirma outra *coisa* senão que as partes do mundo, uma a uma, desde o mais alto vértice dos céus até o centro da terra, a seu modo, declaram a glória do Criador [Sl 19.1].

O que trazem a lume da história dos Macabeus [2 Macabeus 12.43], não acho merecedor de resposta, para que *eu* não pareça incluir essa obra no rol dos livros sagrados. Agostinho, porém, *teimam eles*, o aceita como canônico. Em primeiro lugar, questiono, com quão segura certeza *o reveste*? "Os judeus não têm o escrito dos Macabeus", diz *ele*, "como a Lei, os Profetas e os Salmos, aos quais o Senhor dá testemunho como suas testemunhas, dizendo: 'Importava que se cumprissem todas *as coisas* que de mim foram escritas na Lei, nos Salmos e nos Profetas' [Lc 24.44]. Entretanto, ele foi recebido pela Igreja não largamente, se devia ser lido ou fosse ouvido sobriamente"[116] etc. Jerônimo, porém, ensina, sem hesitação, que sua autoridade é de nenhum valor para afirmar dogmas.[117] E daquele opúsculo antigo, ***De Expositione Symboli*** [Exposição do Credo], que se registra sob o nome de Cipriano, patenteia-se com toda clareza não ter *esse livro dos Macabeus* desfrutado de nenhum lugar na Igreja antiga.[118]

Ora, por que estou aqui a contender em vão? Como se o próprio autor não mostrasse suficientemente quanto de deferência se deva prestar-lhe, quando no final *do livro* roga perdão, caso tivesse dito alguma *coisa* menos apropriadamente [2 Macabeus 15.39]! Evidentemente, *aquele* que confessa que seus escritos necessitam de perdão, não reivindica que *os mesmos* sejam oráculos do Espírito Santo! Acresce que é louvada a piedade de Judas *Macabeus* não outra razão, senão porque foi firme na esperança acerca da ressurreição final, quando a Jerusalém enviou uma oferenda em favor dos mortos [2 Macabeus 12.43]. Ora, o escritor da história não converte a

---

116. *Contra os Dois Livros de Gaudêncio*, livro I, capítulo 39.
117. *Prefácio aos Livros de Samuel e dos Reis.*
118. *Comentário sobre o Símbolo dos Apóstolos*, capítulo 38.

preço de resgate *o* que ele fez; ao contrário, *considera-o feito* para que esses mortos por quem oferecia a oferenda fossem co-participantes da vida eterna juntamente com os demais fiéis que haviam tombado em favor da pátria e da religião. Por certo que esse ato careceu de superstição e de zelo equivocado; mas os que em nossos dias o convertem em sacrifício legal são duplamente loucos, pois sabemos que todos os usos de então cessaram com a vinda de Cristo.[119]

9. Tampouco 1 Coríntios 3.12-15 oferece fundamento à doutrina do purgatório

Com efeito, *eles* têm em Paulo uma falange invencível, a qual não se pode destroçar assim tão facilmente. "Se alguém", diz *ele*, "edifica sobre este fundamento ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha, qual seja a obra de cada um o dia do Senhor o manifestará, pois que se haverá de revelar pelo fogo, e o fogo provará qual é natureza da obra de cada um. Se a obra de alguém arder, *ele* sofrerá dano, mas *ele* mesmo será salvo, todavia como que através do fogo" [1Co 3.12, 13, 15]. Que será esse fogo, dizem *eles*, senão o purgatório, mediante o qual são expurgadas as impurezas dos pecados, para que entremos limpos no reino de Deus?

Mas, a maioria dos antigos entendeu ser outro o sentido, isto é, o fogo se refere à tribulação ou à cruz, pela qual o Senhor põe os seus à prova para que não se detenham as imundícies da carne, e isto é muito mais provável do que fabricar um purgatório. Todavia, não lhes concedo *pleno* assentimento, visto que me parece *haver* atingido muito mais certo e *muito* mais lúcido entendimento desta passagem. Entretanto, antes que o exponha, gostaria que me respondam se porventura pensam que fosse necessário aos apóstolos e a todos os santos ter que passar por esse fogo purgatorial. Sei que não *o* admitirão, pois haveria de ser extremamente destoante que tivessem de sofrer purgação aqueles cujos méritos sonham beneficiar, além de medida, a todos os membros da Igreja. Contudo, o Apóstolo não diz que a obra de alguns em particular será provada, mas a de todos.[120] Nem meu é este um argumento, mas de Agostinho, que dessa forma se contrapõe a essa interpretação. E, *o* que é mais absurdo, Paulo não diz que haverão de passar *pelo fogo* em razão de quaisquer obras, mas, ao contrário, se edificarem a Igreja com suma fidelidade, haverão de receber misericórdia quando sua obra for provada pelo fogo.

Em primeiro lugar, vemos que o Apóstolo fez uso de mera metáfora quando chamou de "madeira, feno e palha" às doutrinas cogitadas pela cabeça dos homens. É também evidente o sentido dessa metáfora, isto é, assim como a madeira tão logo

119. Primeira edição: "mais do que fátuos são [os] que até nós estendem um sacrifício da Lei, quando sabemos que pela vinda de Cristo cessam [as cerimônias] que estiveram então em uso."

120. Primeira edição: "o Apóstolo afirma isso, pois nem diz que haverá de ter sido provada a obra de uns certos, mas de todos."

haja sido exposta ao fogo é consumida e perece totalmente, assim também não poderão perdurar essas *doutrinas* quando acontecesse que fossem elas postas à prova. Além disso, ninguém desconhece que tal espécie de prova procede do Espírito de Deus. Portanto, para que levasse adiante o fio da metáfora e acomodasse suas partes em justa correlação entre si, a *essa* prova do Espírito Santo ele chamou de fogo. Pois, exatamente como o ouro e a prata, quanto mais perto se aproximam ao fogo, tanto mais segura prova oferecem de *sua* genuinidade e pureza, assim também a verdade do Senhor, quão mais cuidadosamente é provada em um teste espiritual, tanto maior confirmação assume de autoridade. Como o feno, a madeira, a palha, lançados ao fogo, são tragados por súbita destruição, assim as *coisas* inventadas pelos homens, não fundamentadas na Palavra do Senhor, não podem suportar o teste do Espírito Santo sem que de repente sucumbam e pereçam totalmente. Finalmente, se as doutrinas inventadas são comparadas à madeira, ao feno, à palha, porque, à semelhança da madeira, do feno, da palha, são queimadas pelo fogo e consumidas até à extinção, todavia não se destroem nem se dissipam, senão pelo Espírito do Senhor, segue-se que o Espírito é esse fogo pelo qual haverão de ser provadas, cujo teste Paulo designa de *o* ***Dia do Senhor***, segundo o uso comum da Escritura. ***Dia do Senhor*** é empregado sempre que, de algum modo, ele manifesta sua presença aos homens.[121] Pois, sua face sobretudo brilha quando sua verdade refulge.

Isto posto, já foi provado que para Paulo ***fogo***, *referido nesta passagem de 1 Coríntios*, outra *coisa* não é senão o teste do Espírita Santo. Como, porém, *os* que sofrem perda de *sua* obra se tornam salvos por esse fogo? Isso não será difícil de entender se considerarmos de que gênero de homens *o Apóstolo* está falando. Com efeito, *ele* está enfocando esses construtores da Igreja que, retido o legítimo fundamento, por sobre *ele* edificam com miscelânea de material, isto é, que não se desviando dos artigos primordiais e necessários da fé, em questões de menor relevância, nem tão perigosas, desvairam, misturando suas invenções à Palavra de Deus. Afirmo que importa que esses sofram perda da obra, sendo abolidas suas invenções, "mas *eles* próprios são salvos, contudo como que pelo fogo" [1Co 3.15], isto é, não que sua ignorância e desvairamento sejam aprovados diante de Deus, mas porque pela graça e pelo poder do Espírito Santo são purificados dessas coisas. Conseqüentemente, todos quantos conspurcaram a áurea pureza da divina Palavra com esse esterco de purgatório, devem, necessariamente, sofrer perda de *sua* obra.

121. Primeira edição: "Pois, Dia do Senhor, se diz ser vezes quantas, de algum modo, manifesta [Ele] Sua presença aos homens."

10. A TRADIÇÃO DA IGREJA PRIMITIVA NÃO CONSUBSTANCIA A TESE ROMANISTA DO PURGATÓRIO, A QUAL É CALCADA NO COSTUME COMUM E NA IGNORÂNCIA GENERALIZADA DA VERDADE DA ESCRITURA, POR ISSO SER TÃO PROPENSA A TANTOS ERROS A ORAÇÃO PELOS MORTOS

Mas, *insistirão eles*, *essa* foi uma observância antiquíssima da Igreja. Paulo resolve esta objeção, visto que neste veredicto compreende até mesmo sua *própria* época, onde denuncia que devem sofrer perda de sua obra todos *os* que sobre a estrutura da Igreja impuserem algo não consistente com o fundamento [1Co 3.11-15].

Quando, pois, os adversários me fazem objeção, dizendo que as orações pelos mortos estiveram em uso por mil e trezentos anos passados, por minha vez lhes pergunto, fizeram isso com que palavra de Deus, com que revelação, com que exemplo? Ora, aqui faltam não apenas testemunhos da Escritura, mas em todos os exemplos dos santos não se lê nada que comprove tal coisa. Acerca de luto e de oficio fúnebre têm-se aí muitas e por vezes longas narrativas; a respeito de *tais* orações não se verá sequer o mínimo traço de uma letra. Com efeito, de quanto maior importância é uma coisa, tanto mais deverá ser expressamente referida. E contudo os próprios antigos que faziam orações pelos mortos viam-se aqui destituídos não só de preceito de Deus, mas também de exemplo legitimo.

Por que, pois, se perguntará, se atreveram a fazer tal coisa?[122] A isto respondo que deram aí demonstração de que eram humanos, e por isso não se deve imitar *o* que *eles* têm feito. Ora, uma vez que os fiéis não devem encetar nenhuma tarefa, a não ser com consciência segura, como preceitua Paulo [Rm 14.23], sobretudo nessa matéria de oração pelos mortos requer-se essa certeza.

Contudo, é crível que *foram* impelidos a isso por alguma razão, isto é, buscavam consolação em virtude da qual aliviassem sua tristeza, e parecia desumano não externar diante de Deus algum testemunho de sua afeição pelos finados. Todos experimentam este afeto em obediência à propensão da natureza humana. Houve, ademais, um costume recebido à semelhança de um facho, que infundiria ardor ao ânimo de muitos. Sabemos que, entre todos os povos e em todos os tempos, foram prestadas honras fúnebres aos mortos e suas almas foram anualmente purgadas mediante ritos lustrais. Mas, visto que com essas imposturas Satanás iludiu aos estultos mortais, contudo, o pretexto de enganar *ele o* tomou de um princípio correto: que a morte não é o ***aniquilamento***, mas a ***passagem*** desta vida à outra. Não há dúvida de que essa mesma superstição, no entanto, convencerá os mesmos gentios perante o tribunal de Deus, porque negligenciariam o cuidado da vida futura em que professavam crer. Agora os cristãos, para que não fossem piores que os homens profanos, sentiram vergonha de não oferecer nenhum rito aos mortos, como se eles

122. Primeira edição: “Portanto, por que [o] ousaram?”

fossem inteiramente extintos. Daqui essa louca e néscia diligência: pensavam que os expunham a grande opróbrio caso fossem negligentes em dar atenção às cerimônias fúnebres, aos banquetes e oblações. O que, porém, havia defluído de pervertida emulação foi de tal modo aumentado por sucessivos novos aditamentos, que a principal santidade do papismo é proporcionar auxílio aos mortos *ora* em padecimentos. Mas a Escritura provê outra consolação, muito melhor e mais sólida, quando atesta serem "bem-aventurados os mortos que morrem no Senhor" [Ap 14.13]. E adiciona a razão: "porque desde já descansam de seus labores." Ao nosso *amor para com os finados,* porém, não devemos condescender a tanto que erijamos na Igreja um modo pervertido de orar.

Indubitavelmente, quem ao menos possuir mediano entendimento reconhece facilmente que tudo quanto se lê a respeito desta matéria nos antigos foi sancionado ao costume público e à ignorância do vulgo. Sou de parecer que até mesmo *esses* próprios *autores antigos* foram arrastados ao erro, visto que, de fato, a inconsiderada credulidade costuma privar as mentes dos homens de são juízo. Entretanto, o fato de que recomendam tão hesitantemente as orações pelos mortos, o demonstra a própria leitura de seus escritos.

Agostinho narra nos livros das ***Confissões*** que Mônica, sua mãe, rogara insistentemente que se fizesse memória sua ao serem celebrados os mistérios junto ao altar. Realmente, um pedido de senhora idosa que o filho não aferiu segundo a norma da Escritura; pela contrário, em razão do afeto da natureza, quis que fosse aprovado a outros.[123] Mas, o livro ***De Cura Pro Mortuis Agenda*** [O Cuidado a Exercer-se pelos Mortos], composto por ele, contém tantas dúvidas, que por sua frieza deva com razão extinguir o calor do zelo estulto. Se alguém almeja ser patrono dos mortos, *esse tratado,* com suas verossimilitudes na verdade frígidas, haverá de tornar seguros *aqueles* que antes estavam ansiosos *quanto a orar pelos mortos*. Ora, este é seu único suporte: uma vez que se tornou generalizado o costume de se oferecerem orações pelos mortos, não se deve desprezar essa prática.

Mas, ainda que *eu* conceda que aos antigos escritores da Igreja pareceu piedoso interceder pelos mortos, deve-se afirmar sempre a regra que não pode levar a engano: que não é próprio introduzir em nossas preces qualquer elemento que provenha de nós mesmos; pelo contrário, nossas rogativas têm de ser sujeitas à Palavra de Deus, porquanto está dentro de seu arbítrio prescrever tudo quanto a ele se deve pedir. Ora, uma vez que toda a lei e o evangelho não sugerem, sequer em uma única sílaba, a liberdade de orar pelos mortos, é uma profanação da invocação de Deus tentar mais do que *ele* nos preceitua. Entretanto, para que nossos adversários não se gloriem, como se tivessem a Igreja antiga *como* comparsa de seu erro, afirmo que há grande diferença *em suas postulações*. Esses *antigos* celebravam a memória dos

123. *Confissões*, livro X, capítulo ix.

mortos, para que não parecessem haver desistido de toda preocupação a respeito deles; mas, ao mesmo tempo, confessavam nutrir dúvidas quanto à sua condição *de mortos*. Acerca do purgatório, na verdade, tanto nada afirmavam que *o* teriam como causa incerta.[124] Estes *nossos atuais adversários* postulam que deve ter, sem questionamento, por dogma de fé *o* que sonharam a respeito do purgatório. Aqueles, sobriamente e apenas para que se desincumbissem disso, recomendavam seus mortos a Deus na comunhão da Sagrada Ceia; estes, incessantemente tomam o cuidado dos mortos, e mediante importuna pregação fazem com que seja *este* preferido a todos os deveres da caridade.

Ademais, não nos seria difícil trazer à consideração alguns testemunhos dos antigos que visivelmente subvertem todas essas orações pelos mortos, que eram então usadas, como é este de Agostinho, quando ensina que era por todos aguardada a ressurreição da carne e a glória eterna, mas o descanso que se segue após a morte cada um *o* receberá então, se é digno, quando morre. E assim, atesta *ele* que todos os piedosos, não menos que os profetas, os apóstolos e os mártires, usufruem de abençoado descanso imediatamente após a morte.[125] Se essa é sua condição, o que, pergunto, lhes haverão de conferir nossas preces?

Deixo de considerar essas superstições mais crassas com que *eles* têm fascinado as mentes dos simplórios, *superstições essas* que, no entanto, são inumeráveis, e em sua maior parte a tal ponto monstruosas que de nenhum colorido respeitável se podem adornar. Omito aqui, também, esse torpíssimo comércio que, em tão grande embotamento do mundo, tem exercido em sua volúpia. Ora, *se me referisse a todos esses desvirtuamentos*, não haveria nenhum fim, e *mesmo* sem trazê-los à consideração, os leitores piedosos terão aqui o suficiente para firmarem suas consciências.

---

124. Agostinho, *Inquirição*, capítulo XVIII.
125. *Sobre São João*, tratado 49, 10.

CAPÍTULO VI

DA VIDA DO HOMEM CRISTÃO. ARGUMENTOS DA ESCRITURA QUE NOS EXORTAM A ELA

1. A DESPEITO DA IMPORTÂNCIA DA MATÉRIA E DA PROLIXIDADE DOS ESCRITOS ANTIGOS, A EXPOSIÇÃO DELA SERÁ SUMÁRIA E SUCINTA

Já dissemos[126] que o escopo da regeneração é que na vida dos fiéis se faça patente harmonia e conformidade entre a justiça de Deus e sua obediência, e dessa forma confirmem a adoção mercê da qual foram recebidos por filhos [Gl 3.24; 2Pe 1.10]. Mas, ainda que sua lei contenha em si essa novidade *de vida* pela qual a imagem de Deus é em nós restaurada, contudo, porque nossa lerdeza carece de muitos e constantes acicates, de quantos sustentáculos, será proveitoso coligir de vários lugares da Escritura uma norma para se regular a vida, para que não desviem em seu zelo *aqueles* em cujo coração há arrependimento.

Com efeito, na tentativa de regulamentar a vida do homem cristão, não ignoro que estou entrando em um assunto vário e complexo, e que por sua magnitude se pode encher um longo volume, caso queira abordá-lo em todas as suas minúcias. Ora, vemos a quão grande prolixidade se estendem as exortações dos antigos escritos em relação a uma só virtude. Não propriamente por excessiva loquacidade, porquanto, se o propósito é exalçar qualquer virtude em um discurso, o estilo é conduzido a essa extensão naturalmente pela abundância de matéria, de sorte que é como se não se discorresse apropriadamente, a não ser que se diga muita *coisa*.

Eu, porém, não tenho a intenção de estender a tanto a instrução de vida que professo estar agora para ensinar, de modo que não apenas exponha especificamente cada virtude, mas ainda me distenda a *longas* exortações. Que se busquem estas *coisas* dos escritos de outros, mas especialmente das homilias dos antigos. A mim será mais do que suficiente, se tiver de mostrar o método pelo qual o varão piedoso seja levado ao reto escopo de dirigir a vida e tiver sucintamente determinado uma como que regra universal, de conformidade com a qual possa orientar não impropriamente seus deveres. É provável que as reclamações terão um dia sua oportunidade, ou deixarei a outros as partes para as quais não tenho aptidão especial; amor por natureza a brevidade, e talvez se quisesse falar mais extensamente não obtivesse êxito, pois se fosse mui aprazível uma forma de ensinar mais prolixa, contudo, di-

126. *Institutas*, III, iii, 9.

ficilmente me agradaria tentá-la. O plano da presente obra, porém, exige que condensemos uma doutrina singela, com quanta brevidade for possível.

Mas, assim como têm os filósofos limites precisos do reto e honroso, donde deduzem os deveres particulares e todo o coro de virtudes, de modo que nem nisso a Escritura carece de sua ordem, senão que sustenha a mais formosa disposição e muito mais certa que todas as filosóficas. Só há diferença nisto, que aqueles, como eram homens ambiciosos, visaram diligentemente a uma requintada perspicuidade de exposição, mercê da qual ostentassem a sutileza de *seu* intelecto; o Espírito de Deus, porém, visto que ensinava sem afetação, não observou, tão exata nem continuamente, um plano metódico, o qual, no entanto, como *o* aplica em algum lugar, nos demonstra que não devemos negligenciá-lo.

2. O PLANO BÍBLICO DA VIDA CRISTÃ CONSTA DE DOIS PONTOS: O AMOR À JUSTIÇA OU SANTIDADE NO VIVER E A NORMA QUE NO-LO REGULE

Com efeito, sobretudo em dois pontos, se assenta esta instrução da Escritura de que estamos falando. O primeiro é que o amor da justiça, ao qual por natureza, de outra sorte, de modo nenhum somos propensos, o outro nos é instilado e implantado na alma, para que nos seja prescrita uma norma que não nos deixe sair da trilha na pista da justiça.

A Escritura, porém, tem muitas e ótimas expressões de exaltação da justiça, das quais muitas já assinalamos anteriormente, em diversos lugares, agora abordaremos algumas aqui, de forma sucinta. Com que melhor fundamento começa *a Escritura* que quando nos admoesta ser necessário que nos santifiquemos, porquanto "nosso Deus é santo" [Lv 19.2; 1Pe 1.15, 16]? Com efeito, quando estávamos espalhados à semelhança de ovelhas desgarradas e dispersadas pelos labirintos do mundo, ele nos tornou a congregar, para que a si *nos* agregasse. Quando ouvirmos menção de nossa união com Deus, lembremo-nos de que a santidade deve ser seu vínculo, não porque pelo mérito da santidade nos acheguemos à sua comunhão (quando antes é necessário que *ele* primeiro nos tome para que, banhados de sua santidade, sigamos para onde *nos* chamar), mas porque diz respeito especialmente à sua glória, não ter ele consórcio com a iniqüidade e a imundície. Por isso, *a Escritura* também ensina ser este o fim de nossa vocação, ao qual *nos* convém sempre mirar, caso queiramos responder ao Deus que nos chama. Pois, a que propósito se nos impunha ser arrancados da corrupção e poluição do mundo em que estávamos chafurdados, se nos permitimos revolver-nos nelas toda a vida? Ademais, ao mesmo tempo *a Escritura* também nos adverte que, para que sejamos contados entre o povo do Senhor, importa habitarmos a santa cidade de Jerusalém [Sl 122.2-9; Is 35.10], a qual, como ele a consagrou pessoalmente a si, é, portanto, contrário ao direito de ser *ela* profanada pela impureza dos que *a* habitam. Donde são estas palavras: deve haver um lugar no

tabernáculo de Deus para aqueles que andam sem mácula e se esforçam em prol da justiça [Sl 15.1, 2; 24.3, 4] etc. Porquanto de modo algum fica bem que, à semelhança de um estábulo, seja saturado de imundícies o santuário em que *ele* habita.

3. A ESCRITURA DEMONSTRA SOBEJAMENTE QUE A VIDA CRISTÃ DEVE SER MODELADA EM CRISTO, PADRÃO ÚNICO PELO QUAL AJUSTAR-SE

E para que melhor nos desperte, *a Escritura* mostra que Deus, *o* Pai, como nos reconciliou consigo em seu Cristo [2Co 5.18], assim também nele nos é gravada a imagem [Hb 1.3] à qual quer que sejamos conformados. Assim, pois, os que crêem que somente os filósofos têm tratado como se deve a doutrina moral, que me mostrem um ensino a respeito dos costumes, melhor que o proposto pela Escritura. Os filósofos quando pretendem com todo seu poder de persuasão exortar os homens à virtude, não dizem senão que vivamos de acordo com a natureza.[127] A Escritura, porém, tira *sua* exortação da fonte verdadeira, quando não só preceitua que nossa vida seja atribuída a Deus, *seu* Autor, a quem está cingida, mas, depois que ensinou que nos degeneramos da verdadeira origem e condição de nossa criação, também acrescenta que Cristo, por meio de quem retornamos ao favor com Deus, nos foi proposto por modelo, cuja forma exprimamos em nossa vida.

O que se requer de mais eficaz do que apenas isto? Com efeito, o que quererias além disto só? Ora, se somos adotados pelo Senhor como filhos com a condição de que nossa vida retrate a Cristo, fundamento de nossa adoção, salvo se nos entregarmos e devotarmos à justiça, além de demonstrar uma enorme deslealdade para com nosso Criador, renegamos também nosso Salvador.[128] Além disso, *a Escritura* toma matéria de exortação de todos os benefícios de Deus que nos rememora e de cada elemento de nossa salvação: visto que Deus nos é exibido *por* Pai, seríamos acusados de extrema ingratidão, a não ser que, de nossa parte, sejamos exibidos *como* seus filhos [Ml 1.6; Ef 5.1; 1Jo 3.1]; visto que Cristo nos purificou pela lavagem de seu sangue e *nos* comunicou esta purificação mediante o batismo, não é consentâneo que nos poluamos de novas imundícies [1Co 6.15; Ef 5.26; Hb 10.10; 1Pe 1.15-19]; visto que nos enxertou em seu corpo, é indispensável que, a nós que somos membros seus, *nos* guardemos diligentemente para que não nos respinguemos de qualquer mancha ou nódoa [Jo 15.3-8; Ef 5.27]; visto que ele mesmo, que é a nossa Cabeça, subiu ao céu, importa que, renunciado o afeto da terra, aspiremos

---

127. Primeira edição: "Eia, descubram-me entre os filósofos uma dispensação mais excelente [aqueles] que entre eles sós julgam exposta adequada e sistematicamente a filosofia moral. Aqueles, enquanto querem exortar egregiamente à virtude, outra cousa não postulam senão que vivamos de conformidade com a natureza."

128. Primeira edição: "não só na mais depravada perfídia nos detraímos de nosso Criador, mas também ao próprio Salvador [nosso] abjuramos."

ao céu de todo nosso coração [Cl 3.1-4]; visto que o Espírito Santo nos dedicou a Deus *por* templos, deve-se empregar toda diligência para que a glória de Deus resplandeça por nosso intermédio e guardar-nos de não ser profanados com a impureza do pecado [1Co 3.16; 6.19; 2Co 6.16]; visto que não só nossa alma como também *nosso* corpo foram destinados à celeste incorrupção e à coroa imarcescível, é indispensável que lutem exaustivamente para que se conservem puros e incorruptíveis para o dia do Senhor [Fp 1.10; 1Ts 5.23; 1Pe 5.4].

Afirmo que estes são os mais auspiciosos fundamentos para regular-se bem a vida. É impossível achar-se semelhantes entre os filósofos, que, na exaltação da virtude, nunca vão além da dignidade natural do homem.[129]

4. A vida cristão não se reduz a mera profissão de lábios; ao contrário, implica em experiência íntima e viver piedoso, não especulativa, mas existencial

E este é o lugar apropriado para dirigir-me aos que não têm Cristo além de um título exterior, e com isso já pretendem ser tidos como ***cristãos***.[130] Afinal, com que despropósito se gloriam de seu sagrado nome quando, na realidade, nada há de intercâmbio com Cristo, a não ser com aqueles que da palavra do evangelho atingiram o reto conhecimento dele! Com efeito, o Apóstolo nega que aprenderam corretamente a Cristo todos aqueles que não foram ensinados que, alijado o homem velho, que se corrompe segundo os desejos do erro, têm de vestir-se de Cristo [Ef 4.22-24]. Portanto, por mais eloqüente e fluentemente palrem acerca do evangelho, são acusados de falsamente, e até com agravo, arrogar-se o conhecimento de Cristo. Ora, esta não é uma doutrina de língua, mas de vida; não é apreendida apenas pelo intelecto e pela memória, como as restantes disciplinas, mas, afinal, é recebida então quando possui toda a alma e acha assento e guarida no afeto íntimo do coração. Logo, ou deixem de jactar-se afrontosamente contra Deus, daquilo que não são, ou se mostrem discípulos não indignos de Cristo, *seu* Mestre.

Temos dado o primeiro lugar à doutrina, na qual se contém nossa religião, uma vez que nossa salvação tem nela o ponto de partida. Mas, é necessário que ela nos seja penetrada no coração e *nos* seja traduzida no modo de viver, e nos transforme a tal condição que não nos seja infrutífera. Se com razão os filósofos se inflamam contra aqueles que, em professando uma arte que deva ser-lhes a mestra da vida, a convertem em loquacidade sofística, e os alijam ignominiosamente de sua grei, com quanto mais razão teremos de detestar esses sofistas fúteis que se contentam em

129. Primeira edição: "similares aos quais de modo nenhum hajas de depreender entre os filósofos, que, na exaltação da virtude, nunca se alçam acima da dignidade natural do homem."

130. Primeira edição: "E aqui é o lugar de trazer às falas aqueles que, nada tendo de Cristo senão o nome e a marca, querem, no entanto, ser chamados *cristãos*."

tagarelar o evangelho com os lábios, *evangelho* cuja eficácia deveria penetrar nos mais profundos afetos do coração, arraigar-se na alma e afetar o homem por inteiro, cem vezes mais do que as frias exortações dos filósofos.

5. A vida cristã não implica em perfeição, inatingível na presente condição humana, porém reclama esforço, diligente e contínuo, de buscá-la, dia após dia, sem desfalecimento

Não exijo que o viver do homem cristão nada exale senão o evangelho absoluto, o qual, no entanto, não se deve exatamente só almejar, mas também necessário se faz intentar. Contudo, não exijo perfeição evangélica em moldes tão estritos que não se possa reconhecer como cristão *aquele* que não a haja ainda atingido plenamente. Se esse fosse o caso, seriam todos excluídos da Igreja, uma vez que ninguém se acha que não esteja tão afastado dela por mais que haja adiantado, e contudo não há razão para que sejam rejeitados.[131]

Então, o que *fazer*? Esteja fixado diante dos olhos este alvo, rumo ao qual se dirijam todas nossas ações e rumo a ele lutemos e nos esforcemos até chegarmos.[132] Pois não é licito tentar partilhar com Deus dessas coisas que estão prescritas em sua Palavra, acatando parte delas, e de teu arbítrio desconsiderando outra parte. Ora, por toda parte *ele* recomenda, em primeiro lugar, a integridade como a parte capital de sua adoração [Gn 17.1; Sl 41.12], termo que significa a sincera candidez de espírito que destituída de dolo e fingimento, à qual se contrapõe o coração dobre, como se estivesse dizendo que o principio do bem viver é espiritual, quando o afeto interior do espírito se devota a Deus, sem fingimento, para cultivar-se a santidade e a justiça. Mas, uma vez que não sobeja a ninguém tanta força, neste cárcere terreno do corpo, que se possa avançar com a justa celeridade da corrida, ao contrário tão grande fraqueza oprime a grande maioria que, vacilando e claudicando, até mesmo rastejando no solo à frente se movem com dificuldade, avancemos, cada um segundo a medida de sua reduzida capacidade, e prossigamos a jornada iniciada. Ninguém vagueará tão desafortunadamente que não avance cada dia ao menos um pouco de caminho.

Portanto, não cessemos de progredir no caminho do Senhor, avançando incessantemente, não nos desesperando ante a insignificância de êxito *alcançado*. Ora, por mais que o êxito não corresponda ao desejo, contudo, o labor não foi perdido

131. Primeira edição: "uma vez que ninguém se acha que [lhe] não esteja afastado por até aqui longa distância [e] muitos, na verdade, hão até aqui avançado [somente] um pouco, os quais, entretanto, seriam refugados injustamente."

132. Primeira edição: "Seja[-nos] fixado diante dos olhos esse alvo, ao qual, só, se nos dirija o esforço; seja firmada essa meta, para com a qual não só nos esforcemos, mas até pelejemos."

quando o dia de hoje supera o de ontem, contanto que, com sincera candidez, olhemos firmemente para nosso alvo e aspiremos alcançar nossa meta, não *nos* lisonjeando com adulação, nem condescendendo a nossas más disposições; ao contrário, em esforço contínuo proponhamo-nos a ser cada dia melhores até que alcancemos a perfeita bondade que devemos buscar toda nossa vida. Essa perfeição a granjearemos quando, despojados da debilidade de nossa carne, sejamos plenamente admitidos na companhia de Deus.[133]

133. Primeira edição: "ao contrário, em contínuo esforço a isto afazendo-nos: que melhores do que nós próprios [estamos sendo] acabemos por tornar-nos, até que se haja de haver chegado à bondade mesma, que, de fato, buscamos e seguimos por todo o decurso da vida [e] haveremos finalmente de alcançar quando, despojados da fraqueza da carne, houvermos de ser recebidos a Seu pleno consórcio."

CAPÍTULO VII

A SUMA DA VIDA CRISTÃ, ONDE SE TRATA DA RENÚNCIA PESSOAL

1. PERTENCEMOS A DEUS, NÃO A NÓS, PARA QUEM TEMOS DE VIVER E MORRER, EM CRISTO E PELO ESPÍRITO

Se bem que a lei do Senhor tem mui excelente e de forma mui conveniente formulado sistema de regular-se *a vida cristã*, contudo, pareceu bem ao Mestre celestial conformar os seus à própria regra que prescrevera na lei, buscando formulação ainda mais precisa. Aliás, desta formulação o princípio é este: que é dever dos fiéis "apresentar seus corpos a Deus *por* sacrifício vivo, santo e a ele aceitável", e este é o fundamento do culto legítimo [Rm 12.1]. Daí se segue a exortação de "não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação de vossa mente, para que experimenteis qual seja a vontade de Deus" [Rm 12.2].

Ora, é um ponto transcendental saber que estamos consagrados e dedicados a Deus, para que não cogitemos nada além disso, nem falemos ou meditemos, ou façamos a não ser para sua glória, pois o sagrado não se aplica a usos profanos sem grave ofensa a ele. Ora, se não nos pertencemos, mas ao Senhor, faz-se patente que se deva evitar não apenas o erro, mas ainda a que fim devemos dirigir todas as ações de nossa vida; portanto, não nos pertencemos em nossos planos e ações, nossa razão não deve estar no comando, e muito menos *nossa* vontade; portanto, não nos pertencemos e nem nos proponhamos a buscar o que nos convenha segundo a carne; portanto, não nos pertencemos, e até onde seja exeqüível esqueçamos a nós mesmos e a tudo *que é* nosso.

Pelo contrário, somos de Deus; logo, vivamos e morramos para ele [Rm 14.8]. Somos de Deus; logo, que sua sabedoria e vontade presidam a todas as nossas ações. Somos de Deus; logo, que todas as expressões de nossa vida se polarizem para ele como a um só fim legítimo. O quanto de proveito tem experimentado aquele que, ensinado que não é dono de si mesmo, anulou sua própria razão, soberania e mandato, para que Deus de tudo se aproprie! Ora, como a peste mais eficaz é fazer com que os homens se percam, quando se conformam a suas próprias inclinações, assim o único porto de salvação é nada saber, nem por si mesmo querer, senão tão-somente seguir ao Senhor, indo *ele* à frente [Rm 14.8].

Portanto, este é o primeiro passo: que o homem se desprenda de si mesmo, para que aplique ao serviço do Senhor toda a força de seu entendimento. Chamo ***serviço***

não apenas ao que permanece na obediência da Palavra, mas ainda àquele pelo qual a mente do homem, esvaziada do próprio senso da carne, se volta todo ao arbítrio do Espírito de Deus. Esta transformação, que Paulo chama de ***renovação da mente*** [Rm 12.2; Ef 4.23], embora seja o acesso primordial à vida, todos os filósofos a ignoraram. Pois eles só consideram a razão como moderatriz ao homem, julgam que só a esta se deve ouvir, afinal unicamente a esta única consentem e entregam o governo da forma de proceder. A filosofia cristã, porém, ordena que ela deve ceder lugar, sujeitar-se e ser submissa ao Espírito Santo, de sorte que o homem em si já não viva, mas que deixe Cristo viver e reinar em sua vida [Gl 2.20].

2. Já que não nos pertencemos, e sim a Deus, então que nos renunciemos e busquemos fazer sua vontade e promover sua glória

Daqui se deduz também este outro *princípio*: que não busquemos as *coisas* que são nossas, mas *as* que são não só da vontade do Senhor, como também contribuem para promover sua glória. De grande progresso *é* também esta *marca*: que de nós *mesmos* quase esquecidos, na verdade relegada a segundo plano nossa consideração pessoal, diligenciemos por fielmente devotar nosso zelo a Deus e a seus mandamentos. Pois quando a Escritura nos manda renunciar nossa consideração pessoal, não só nos exime do ânimo e cupidez de possuir, a afetação do poder, o favor dos homens, mas também erradica de nós a ambição e todo anseio de glória humana, e outras pestes mais secretas.

E assim certamente convém que o homem cristão esteja disposto e preparado, que reflita sobre o que tem a ver com Deus em toda a vida. Por esta razão, como todas *suas coisas* ele as tomará a seu arbítrio e decisão, assim também religiosamente se atribuirá toda intenção da mente. Ora, *aquele* que aprendeu a olhar para Deus em tudo o que tiver de ser feito, que se aparte ao mesmo tempo de toda cogitação vã. Esta é aquela negação de pessoal que, desde a início do discipulado, com tão grande diligência Cristo inculca a seus discípulos [Mt 16.24; Mc 8.34; Lc 9.23], *negação* que, onde uma vez haja prevalecido no ânimo, *não* deixa lugar algum, primeiramente ao orgulho, também ao enfatuamento, ou à ostentação, então tampouco à avareza, ou à devassidão, ou à luxúria, ou ao efeminismo, ou a outros males que são gerados do amor egoístico.

Em contrapartida, onde quer que não reine essa negação pessoal, aí prevalecem cinicamente os mais torpes vícios, ou, se há alguma aparência de virtude, é *ela* viciada de depravado desejo de glória. Mostra, pois, se *o* podes, um homem que, a menos que haja renunciado a si próprio segundo o mandamento do Senhor, queira exercer entre os homens a bondade graciosamente. Ora, todos quantos não foram possuídos desse sentimento, seguiram a virtude no mínimo por causa do louvor. Mas *aqueles* dentre os filósofos que jamais polemizaram principalmente se deve

buscar a virtude por amor de si próprio, com tão grande arrogância se inflaram, que seja patente que buscaram a virtude não por outro *motivo*, senão para que pudessem ensoberbecer-se.

Contudo, visto que Deus não se apraz com esses amantes da aura popular, nem com esses peitos enfunados, que sentencia que tais receberam sua recompensa do mundo [Mt 8.2, 5, 16], sendo que meretrizes e publicanos se acham mais próximos do reino dos céus que eles [Mt 21.31].

Todavia, ainda não expusemos com absoluta lucidez de quantos e quão grandes obstáculos o homem é impedido, mediante o zelo do *que é* reto, por quanto tempo recuse negar-se a si próprio. Pois com verdade foi dito outrora: "Um mundo de vícios se esgueira na alma do homem." Não acharás nenhum outro remédio, senão que te negues e descartes toda a consideração pessoal, volvas toda a mente a buscar aquelas *coisas* que o Senhor requer de ti, *a saber*, que as busques simplesmente porque lhe são agradáveis.

3. A FORMULAÇÃO PAULINA DA VIDA CRISTÃ BEM DELINEADA EM TITO 2.11-14

Em outro lugar [Tt 2.11-14], se bem que de forma sucinta, *ele* expõe mais distintamente, uma a uma, as partes da vida bem regrada: "Resplandeceu a graça de Deus, trazendo salvação a todos os homens, instruindo-nos a que, abandonada a impiedade e as concupiscências mundanas, vivamos no presente mundo sóbria, justa e piamente, aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória de nosso grande Deus e Salvador, Jesus Cristo, que se deu por nós, para nos redimir de toda a iniqüidade e purificasse para si um povo especial, zeloso de boas obras."

Ora, depois que, para animar-nos, *o Apóstolo* antepôs a graça de Deus a fim de aplanar-nos o caminho para adorarmos verdadeiramente a Deus, remove os dois obstáculos que sobretudo *nos* travam os passos, a saber, a ***impiedade***, a que somos desmedidamente inclinados por natureza, então ***os desejos mundanos***, que se estendem ainda mais. E por ***impiedade***, de fato, não apenas tem em mente as ***superstições***, mas entende também ***tudo quanto se põe em conflito*** com o sério temor de Deus. Os desejos do mundo, porém, equivalem a tanto quanto às ***paixões*** da carne [Gl 5.16; Ef 2.3; 2Pe 2.18:1Jo 2.16]. E assim, em relação a ambas as tábuas da lei, ordena que nos descartemos de nossa natureza e refuguemos a tudo quanto se relaciona com a razão e a vontade.

Agora, a três membros – sobriedade, justiça e piedade – *ele* reduz todas as ações da vida, das quais a ***sobriedade*** não denota dubiamente tanto a castidade e a temperança, quanto o puro e frugal uso dos bens temporais, e a resignação em suportar a pobreza; a ***justiça***, porém, abrange todos os deveres de eqüidade, e assim se renda a cada um *o* que é seu [Rm 13.7]; segue a ***piedade***, ou, seja, desvencilhados das cor-

rupções do mundo, com Deus *nos* une em verdadeira santidade. Estas *três partes*, quando são ligadas entre si por vínculo indissolúvel perfazem a real perfeição. Mas, uma vez que nada é mais difícil, *ainda* após dizer-se adeus à razão da carne e subjugados, ainda mais, renunciados *seus* desejos, que dedicar-nos a Deus e aos irmãos e por entre a sordidez da terra anelar uma vida angelical, para que o ânimo nos desvencilhe de todos os laços, Paulo nos estimula à esperança da bem-aventurada imortalidade, advertindo-nos que estamos a pelejar não em vão, visto que, como Cristo apareceu uma vez como Redentor, assim, em sua vinda final, manifestará o fruto da salvação por ele operada. E deste modo *ele* dissipa todos os engodos que nos enredilham para não aspirarmos, como convém, à glória celestial; ainda mais, *ele* ensina que devemos peregrinar no mundo de tal maneira que não nossa herança celestial não pereça ou se desvaneça.

4. A natural presunção, arrogância, despeito e insolência com que encaramos ao próximo, e a humildade que, ao negarmos a nós mesmos, deve, sobretudo, caracterizar-nos o trato

Nestas palavras, pois, percebemos que a negação pessoal na verdade mira, em parte, aos homens; e de fato, em parte e principalmente, a Deus. Portanto, quando a Escritura nos ordena tratar assim os homens, que os prefiramos em honra a nós *mesmos* [Fp 2.3], que ao buscar seus interesses nos apliquemos sinceramente por inteiro [Rm 12.10], *ela* nos dá esses mandamentos dos quais nosso ânimo está muito longe de ser capaz, a não ser se antes for esvaziado do senso natural. Ora, com que cegueira todos nos arrojamos ao amor egoístico, a cada um parecendo ter justo motivo de orgulhar-se de si *próprio,* porém, em comparação a si, a todos os demais desprezar. Se Deus nos propiciou algum dom inestimável, firmados nisso de repente elevamos nosso ânimo, não só nos intumescemos, mas inclusive quase nos explodimos de orgulho. Os vícios, nos quais nos saturamos, não só *os* ocultamos cuidadosamente aos outros, mas ainda nos lisonjeando, imaginando-os como algo leve e insignificante, às vezes até mesmo *os* afagamos como sendo virtudes. Os mesmos dotes que admiramos em nós, se aparecem nos outros, ou até mesmo se mostram superiores, para que não sejamos compelidos a ceder-lhos, em nossa mesquinhez *os* depreciamos e menosprezamos. Se por outro lado há *neles* defeitos, não contentes em frisá-los com severa e acre animosidade, odiosamente os exageramos.

Daqui nasce essa insolência, em virtude da qual cada um de nós, como se estivesse isento da condição comum e da lei à qual todos estamos sujeitos, quer ser tido como superior aos demais, e sem excetuar a ninguém, menospreza a todos e de ninguém faz caso, como se todos lhe fossem interiores.[134] Os pobres cedem ante os

134. Primeira edição: “Daqui essa insolência, assim que (como se isento da sorte comum, queira cada um

ricos, os plebeus ante os nobres, os servos ante os senhores, os indoutos ante os letrados, porém ninguém há que não nutra interiormente algum conceito de *sua* excelência pessoal. Desse modo, a si adulando, no peito, um a um, *os homens* engendram um como que reino, pois, em a si arrogando o que bem lhes apraz, movem censura acerca do caráter e dos costumes dos outros; porém, se houver necessidade de se chegar a discussão *aberta*, aí o veneno se destila. Ora, de fato muitos manifestam alguma gentileza sempre que todas *as coisas* fruem agradáveis e aprazíveis; em contrapartida, porém, quão poucos são *os* que preservarão o mesmo teor de moderação quando são apoquentados e irritados?

Nem há outro remédio senão que do íntimo de *nossas* entranhas seja erradicada esta peste extremamente nociva τῆς φιλονεικίας καὶ φιλαυτίας [*tês philoneikías kai philautías – do gosto de emulação e amor de si próprio*], como é *ela* também erradicada pelo ensino da Escritura. Ora, somos assim por *ela* instruídos que os dotes que Deus nos tem prodigalizado lembremo-nos que não são bens nossos, mas, ao contrário, graciosas dádivas de Deus, das quais, se alguém se ensoberbecer, está a exibir sua ingratidão. "Quem te torna mais eminente", indaga Paulo [1Co 4.7], "visto que recebeste todas *as coisas*; por que te glorias, como se não te fossem dadas?"

Isto posto, mercê de constante reconhecimento de nossas deficiências, recorramo-nos à humildade. Assim, nada em nós restará que seja motivo de soberba; aliás, haverá muita razão para prostração. Por outro lado, de tal modo se nos determina que reverenciemos e consideremos todos e quantos dons de Deus que contemplamos nos outros, que também honremos aqueles em quem residem. Ora, de grande improbidade haveria de ser privá-los de honra para a qual o Senhor lhes destinou. Somos, porém, ensinados a ser indulgentes para com seus defeitos, certamente não para que, lisonjeando, *os* encorajemos, mas para que não vilipendiemos por causa deles àqueles a quem importa encorajar pela benevolência e pela honra. Desse modo acontecerá que, não importa com quem dentre os mortais tenhamos de tratar, não só procedamos moderada e modestamente, mas até afável e afetuosamente, visto que nunca chegarás à verdadeira lhaneza por outra via senão tendo o coração imbuído não apenas de teu demérito, mas também de consideração pelo próximo.

5. A DIRETRIZ BÍBLICA DA VIDA VERDADEIRAMENTE CRISTÃ É A RENÚNCIA PESSOAL E A DEDICAÇÃO AO BEM DO PRÓXIMO

Quanta dificuldade encerra o cumprimento da obrigação de buscar-se o benefício do próximo! A não ser que abdiques à consideração pessoal e te despojes de ti

de nós pairar acima dos demais) a ninguém dentre os mortais, na verdade, não despreze decidida e arrogantemente ou, por certo, [o] desdenhe como inferior."

mesmo, nada aqui realizarás. Pois, como exibirás as obras que Paulo ensina na área da caridade a não ser que renuncies a ti mesmo, para que te dediques totalmente aos outros? "A caridade", diz *o Apóstolo*, "é paciente, benigna, não insolente, não desdenhosa, não inveja, não se ensoberbece, não busca *o* que é seu, não se irrita" etc. [1Co 13.4, 5]. Caso se requeira somente isto – que não busquemos *o* que é nosso –, ainda assim não seria pouco o esforço que teríamos que fazer, pois de tal modo nossa natureza nos inclina ao amor egoístico, que não consente tão facilmente que nos despreocupemos conosco mesmos para atender diligentemente aos interesses alheios; mais ainda, que com firme propósito abramos mão de nosso direito para que outros desfrutem dele.

A Escritura, porém, para nos conduzir pela mão a isto, nos adverte que tudo quanto obtemos da mercê do Senhor nos é confiado com esta condição: que se destine ao bem comum da Igreja, e por isso o uso legítimo de todas as graças consiste em compartilhar liberal e generosamente com os outros. Nenhuma regra mais certa, nenhuma exortação mais sólida para mantê-la, se podia cogitar do que onde somos ensinados que todos os dotes de que somos possuidores são dádivas de Deus, creditadas à nossa confiança com esta condição: que sejam administradas em benefício do próximo [1Pe 4.10].

A Escritura, no entanto, vai ainda mais longe, quando as compara às funções com que os membros do corpo humano foram dotados [1Co 12.12-27]. Nenhum membro tem sua função visando a si *próprio*, nem *a* aplica para uso privado; pelo contrário, libera-a aos membros associados, não para extrair daí qualquer vantagem, senão *a* que procede do proveito comum de todo o corpo. E assim o homem piedoso tudo quanto possa fazer, então que o faça em benefício dos irmãos, para si particularmente não pensando em si mesmo, senão buscando o que produz a comum edificação da Igreja. Que esta, pois, nos seja a regra para a benevolência e beneficência: tudo quanto Deus nos dispensou com que possamos assistir ao próximo, somos disso mordomos, *mordomos* que estão obrigados a prestar conta de *sua* mordomia. Essa, afinal, é sobretudo a mordomia correta: *a* que se amolda à norma do amor. Daí resultará que não só juntaremos ao cuidado de nossa própria utilidade a diligência em fazer o bem ao próximo, mas que também subordinaremos nosso proveito ao dos demais.[135]

E para que não nos escapasse que essa é a lei da correta administração de todos os dons que auferimos de Deus, até mesmo nas mínimas dádivas de sua benignidade *ele* a aplicou nos tempos antigos. Pois ordenou que lhe fossem oferecidas as primícias das colheitas, mercê das quais o povo testificava que não lhe era próprio tomar *para si* qualquer fruto dentre os bens que não lhe foram previamente consagrados

135. Primeira edição: "Assim acontecerá que não só o zelo pelo alheio proveito sempre com a preocupação de [nosso] próprio benefício conjugaremos, mas até esta àquele subordinaremos."

[Ex 22.29; 23.19]. Ora, se as dádivas de Deus afinal nos são assim santificadas, depois que de nossa mão as dedicamos a *seu* próprio autor, é evidente ser celerado abuso *o uso* de não efetuar dedicação desta natureza. Contudo, em vão porfiarias por enriqueceres ao Senhor fazendo-o participante de tuas coisas. Logo, como tua benignidade não pode chegar até ele, ela deve ser exercida, como diz o Profeta. "para com seus santos que estão na terra" [Sl 16.3], e por isso as esmolas são comparadas a oblações sagradas, de sorte que correspondam agora a essas *ordenanças* da lei [2Co 9.5, 12; Hb 13.16].

6. O amor ao próximo sem barreiras nem limites, já que em cada criatura humana se espelha a majestosa imagem do Senhor

Com efeito, para que não desanimemos em fazer o bem [Gl 6.9], *o* que de outra forma necessariamente haveria de acontecer imediatamente, convém adicionar esse outro *ponto* que o Apóstolo menciona: que a caridade é paciente, não se irrita [1Co 13.4, 5]. O Senhor preceitua que se deve fazer o bem a todos em geral, os quais em grande parte são muitíssimo indignos, se forem estimados em *seu* próprio mérito. Mas aqui a Escritura nos apresenta uma excelente razão, quando ensina que não se deve atentar para o que os homens mereçam em si próprios, pelo contrário, deve-se levar em conta a imagem de Deus em todos, à qual devemos toda honra e amor. Entretanto, essa mesma *imagem* deve ser mais diligentemente observada nos domésticos da fé [Gl 6.10], até onde foi *ela* renovada e restaurada pelo Espirito de Cristo.

Portanto, não podes negar aos homens que agora se acham diante de ti carecendo de tua ajuda, não tens motivo algum para que te furtes a assisti-los. Talvez digas que não passa de um estranho: o Senhor, no entanto, imprimiu-lhe um traço que para ti deve ser o de um membro da família, em razão do qual veda que desprezes tua *própria* carne [Is 58.7]; talvez digas ser ele desprezível e sem valor: o Senhor, no entanto, mostra que ele é *um* a quem dignou da honra de sua imagem; talvez digas que não estás em dívida ou obrigação *para com ele*: Deus, no entanto, como que o subestabelece em seu lugar, em relação a quem haverás de reconhecer tantos e tão grandes benefícios, com os quais ele o mantém sob obrigação para com ele; talvez digas que *ele* é indigno de que por sua causa faças sequer o mínimo esforço; digna, no entanto, é a imagem de Deus, pela qual ele te é recomendado para que te ofereças, a ti mesmo e a tudo o que tens.

Ora, ainda quando não só não mereça nada de bom, mas até mesmo te haja provocado com injustiças e malefícios, na verdade esta não é um motivo justo por que o deixes de abraçar com amor e de cumulá-lo com os benefícios de tua estima [Mt 6.14; 18.35; Lc 17.3, 4]. Talvez digas: "No que me diz respeito, o que ele merece é muito diferente." Mas, o que o Senhor realmente merece, quando ordena

que sejas perdoado de tudo quanto o ofendeste, e que tudo lhe seja imputado? Com efeito, por esta única via se chega a isto: que é absolutamente contrário à natureza humana, não só difícil, *a saber*, amarmos aqueles que nutrem ódio por nós, recompensando-lhes os males com benefícios, revidando com bênçãos aos insultos. Que nos lembremos de que não se deve atentar para a maldade dos homens; ao contrário, deve-se ter em mira a imagem de Deus neles, a qual, cancelados e apagados seus delitos, nos alicia a amá-los e abraçá-los com sua beleza e dignidade.

7. O amor ao próximo não é um mero exercício exterior de ações benévolas, mas o sentimento íntimo e empático do coração

Portanto, esta mortificação, afinal, então terá lugar em nós se cumprirmos as injunções da caridade *cristã*. Entretanto, não as cumpre aquele que unicamente se desincumbe de todos os deveres da caridade, mesmo que a nenhum omita; ao contrário, *cumpre-as aquele* que o faz de sincero senso de amor. Ora, quanto respeita às obrigações exteriores, pode suceder que alguém de fato cumpra plenamente tudo o que deve; contudo, ao mesmo tempo esteja longe da verdadeira forma de cumpri-las. Pois é possível que vejas certas pessoas queiram parecer muito liberais, as quais, no entanto, nada prodigalizam que não vituperem, pela arrogância de semblante ou mesmo com insolência de palavras. E essa calamidade tem chegado a seu ponto máximo nesta época infeliz: que esmolas quase nenhuma, ao menos da maior parte dos homens, não se dão sem vilipêndio, depravação essa que, na verdade, nem entre os pagãos se deveria tolerar. Com efeito, de cristãos se requer algo ainda mais que a mera exibição de alegria no semblante para tornar suas benevolências agradáveis pela afabilidade das palavras. Primeiramente, é indispensável que assumam a pessoa daquele a quem vêem necessitar de sua assistência e se compadeçam de sua sorte, exatamente como se eles *mesmos* a sentissem e *a* experimentassem, de modo que, com um senso de misericórdia e humanidade, sejam levados a prestar-lhe ajuda, da mesma forma como gostariam que se fizesse a si próprios.

Aquele que, assim animado, decide prestar auxílio a seus irmãos, não só não contaminará suas beneficências de nenhuma arrogância ou exprobração, mas nem mesmo ao irmão a quem presta um beneficio desprezará como carente de meios, nem o terá por servil em obrigação para consigo. Na verdade, não mais do que apostrofarmos a um membro enfermo, em cujo restabelecimento labora o resta do corpo, ou o julgamos especialmente obrigado para com os demais membros, porque a si haja atraído mais de ajuda do que possa retribuir em pagamento. Ora, o mútuo compartilhar de funções entre os membros crê-se não ter nada de gracioso, pelo contrário, ser antes o desencargo daquilo que, devido pela lei da *própria* natureza, seria monstruoso recusar.

Por esta razão, acontecerá também que não se julgue desobrigado *aquele* que

tiver se desincumbido de uma *só* espécie de encargo, como geralmente costuma ocorrer quando um rico que, depois que contribuiu com algo de seu, a outros delegue outras incumbências que em nada lhe são pertinentes. Mas, cada um cogitará antes consigo mesmo que de tudo quanto é, de tudo quanto tem e quanto vale é devedor para com seu próximo; nem outro fim se deve fixar-lhe para que exerça a beneficência para com ele, senão quando *lhe* falecem os poderes, os quais, quão largamente se estendem, devem ter *seus* limites ajustados à regra da caridade.

8. Nossa negação pessoal em relação a Deus polariza-se em fazer sempre e em tudo sua vontade e buscar sua bênção

Voltemos de novo a tratar mais plenamente o aspecto principal da negação de nós *mesmos*, o qual, segundo dissemos, diz respeito a Deus. E de fato muitas *coisas* já foram ditas a respeito, o que seria supérfluo repetir. Será bastante considerar até onde nos promove serenidade de espirito e constância. De princípio, pois, em se buscando seja a comodidade, seja a tranqüilidade da presente vida, a Escritura nos convoca a isto: que, abdicando a nós e a todas as nossas coisas em sujeição ao arbítrio do Senhor, a ele tragamos, para serem domados e subjugados, os afetos de nosso coração. A cobiçar riquezas e honras, a ambicionar poder, a acumular tesouros, a ajuntar todas essas sandices que parecem conduzir-nos à magnificência e à pompa, furiosa nos é a concupiscência, infinito o desejo. Por outra lado, da pobreza, da falta de notoriedade, da condição humilde, assombroso é o pavor, assombrosa a ojeriza de que somos espicaçados por todos os modos ante a visão de tê-las que remover! Daqui é possível ver os que são de espírito inquieto, que tentam artifícios, como se esforçam e se afadigam tentando dirigir a vida por *seu* próprio conselho, seja para alcançarem *aquilo* que, movido pela ambição ou pela avareza, busca o afeto, ou, por outro lado, para que fujam à pobreza e à humildade *de condição*.

Logo, aos homens piedosos, para que não se enredilhem em tais laços, esta nota deve ser-lhes mantida. Antes de tudo, não *provém* de outra fonte que desejem, ou esperem, ou cogitem modo de prosperar senão pela bênção do Senhor, e por isso nela se lançam e reclinam segura e confiadamente. Ora, por muito que a carne pareça plenamente bastar a si própria, enquanto às honras e posses contende ou pela própria diligência, ou pelo *próprio* esforço se empenha a alcançar, ou é ajudada pelo favor dos homens, no entanto é certo que tudo isso nada é, nem haveremos de conseguir alguma *coisa*, seja por *nosso* talento, seja por *nosso* labor, a não ser até onde a um e outro *desses dois* o Senhor os fará prosperar. Mas, em contrapartida, somente sua bênção acha caminho, mesmo por entre todos os empecilhos, para que tudo nos conduza a um desfecho feliz e ditoso; além disso, que possamos na mais ampla escala, à parte dela, granjear para nós algo de glória e opulência, como vemos diariamente como os grandes ímpios acumulam para si tanto honras quanto posses,

quando, no entanto, na realidade não saboreiam *sequer* a mínima partícula de felicidade *aqueles* sobre quem a maldição de Deus impede, sem conseguirmos nada sem ela senão *o* que nos redunde ao mal. De fato, de modo algum se deve almejar *o* que faz os homens ainda mais miseráveis.

9. A vida cristã norteada só pelo empenho de desfrutar a bênção de Deus se pauta, confiante e resignadamente, por absoluta honestidade e retidão

Portanto, se cremos que toda base de sucesso próspero e desejável está posta unicamente na bênção de Deus, a qual, uma vez ausente, nos persiste toda espécie de miséria e calamidade, também resta que não porfiemos cobiçosamente por posses e honras, fiados ou em *nossa* própria agudeza de intelecto, ou em *nossa* diligência de ação, ou no favor dos homens, ou confiados na vã imaginação da sorte; pelo contrário, *que* volvamos sempre os olhos para o Senhor, a fim de que, por seus auspícios, sejamos conduzidos a qualquer destino que *porventura* ele *nos* haja providenciado. Desse modo acontecerá, em primeiro plano, que não nos arremetamos a açambarcar posses *e* a usurpar honras pelo uso de ímpio proceder, e por estratagemas e artes más, ou pela capacidade, em detrimento do próximo; ao contrário, persigamos apenas os valores que não nos apartem da inocência.

Ora, quem haveria de esperar o socorro da bênção divina por entre fraudes, rapinas e outras artes da iniqüidade? Pois, como essa *bênção* não segue senão *àquele* que pensa judiciosamente e age retamente, recuando de cogitação tortuosa e de ações depravadas todos quantos por quem é buscada. Além disso, um freio se nos imporá para que não ardamos *movidos* de desejo imoderado de enriquecer, nem anelemos ambiciosamente *quaisquer* honras. Ora, com que descaramento confia alguém que haverá de ser ajudado por Deus a conseguir aquilo que deseja contrariando sua Palavra? Pois longe esteja que, *o* que Deus amaldiçoa com sua boca, haja de fomentar com a ajuda de sua bênção!

Finalmente, se as coisas não sucederem conforme o desejo e a esperança, todavia seremos poupados da impaciência e da execração de nossa *própria* condição, seja qual for sua natureza, porque saberemos ser isso murmurar contra Deus, de cujo arbítrio são administradas as riquezas e a pobreza, o aviltamento e as honras.

Em suma, *aquele* que, neste *modo* que foi aqui referido, houver de reclinar-se na bênção de Deus, não haverá de, por meios escusos, ficar à espreita daquelas coisas que costumam ser avidamente buscadas pelos homens, *coisas* com as quais refletirá nada haver de lucrar; ou, se algo lhe advir prosperamente, não *o* atribuirá a si ou à sua ou diligência, ou iniciativa, nem *o* creditará à sorte, mas a Deus, *seu* autor. Além disso, se enquanto as coisas dos outros florescem, *ele* mesmo pouco progride, ou

seja até mesmo deixado para trás, no entanto suportará sua penúria com mais eqüidade e comedimento de espírito do que qualquer um profano haveria *de suportar* modesto sucesso que simplesmente não lhe corresponda ao desejo. Na verdade, ele tem uma consolação em que se possa acomodar mais tranqüilamente do que no sumo fastígio da opulência ou do poder, porque, como *o* conduz à sua salvação, assim considera que pelo Senhor lhe são ordenadas todas as coisas. Assim vemos como Davi foi condicionado, o qual, enquanto segue a Deus e nele confia para ser dirigido, se declara semelhante a uma criança desmamada *do seio materno* e a não deixar-se dominar por coisas demasiadamente altas ou maravilhosas para ele [Sl 131.1, 2].

10. NOSSA NEGAÇÃO PESSOAL IMPLICA EM ACEITAR EM TUDO A VONTADE DIVINA, PELO QUE SUPORTAREMOS COM RESIGNAÇÃO AS PRÓPRIAS ADVERSIDADES

Essa serenidade e resignação não se devem fazer patente às almas só neste ponto; o fato é que se faz necessário que se estenda também a todas as vicissitudes a que a presente vida está sujeita. Portanto, ninguém se nega devidamente, senão *aquele* que se rende totalmente ao Senhor e que permite que todos os aspectos da vida sejam governados por sua vontade. *Aquele* que de fato for assim disposto de ânimo, não importa o que lhe sobrevenha, não se considerará desafortunado, nem se queixará com animosidade diante de Deus acerca de sua sorte.

Com efeito, daí se fará evidente quão necessária é esta disposição de espírito, *a saber*, caso se leve em conta a quantos contratempos estamos sujeitos. Múltiplas enfermidades amiúde nos molestam; ora ruge furiosa a peste, ora somos cruelmente acometidos pelas calamidades da guerra; ora a geada, ora a saraiva, tragada a esperança de um ano, induz improdutividade que nos reduz à penúria; esposa, pais, filhos, parentes nos são arrebatados pela morte; nossa casa é consumida em um incêndio. São estas *coisas* por cuja ocorrência os homens maldizem a própria vida, abominam o dia do próprio nascimento, têm para execração o céu e a luz, imprope: ram contra Deus e, como são eloqüentes para blasfêmias, acusam-no de injustiça e crueldade.

Ao fiel, porém, importa até mesmo nestas *coisas* contemplar a clemência de Deus e *sua* indulgência verdadeiramente paternal. Portanto, ou se, subtraídos os familiares, veja sua morada reduzida à solidão, certamente nem assim cessará de bendizer ao Senhor, senão que, antes, se volverá a este pensamento: a graça do Senhor, entretanto, que habita minha casa, não a deixará desolada; ou se, crestadas as searas pela neve, ou consumidas pela geada, ou esmagadas pelo granizo, veja a fome pairar iminente, nem ainda então perderá o ânimo, nem nutrirá animosidade

em relação a Deus; pelo contrário, permanecerá firme nesta confiança: "Nós, contudo, estamos sob a proteção do Senhor e *somos* ovelhas apascentadas em suas pastagens" [Sl 79.13]; portanto, ele nos proverá o alimento mesmo na extrema improdutividade; ou, se vier a ser afligido de uma enfermidade, certamente nem assim será quebrantado pela severidade da dor, a tal ponto que se precipite à impaciência, e assim vocifere contra Deus; pelo contrário, atentando para a justiça e brandura na palmatória de Deus, se valerá da resignação. Enfim, não importa o que venha a acontecer, uma vez que sabe que foi ordenado pela mão do Senhor, o receberá de ânimo sereno e agradecido, para que não resista contumazmente à autoridade daquele a cujo poder a si e a tudo o que é seu submeteu de uma vez por todas. Acima de tudo, longe esteja do coração do homem cristão aquela estulta e misérrima consolação dos pagãos que, para que o ânimo firmassem contra as coisas adversas, as imputavam à sorte, contra a qual julgavam ser estulto indignar-se, porque seria *ela* ἄσκοπος (*áskapos – sem visão*; *que não enxerga*) e caprichosa, a qual, de olhos cegos, feriria a um tempo aos culpados e aos inocentes ***indiferentemente***. Pois esta é, ao contrário, a regra da piedade: a mão de Deus é a árbitra e moderatriz de uma e outra sorte, boa ou má, e ela própria, na verdade, não se arroja com inconsiderado ímpeto, mas de mui ordenada justiça nos administra as *coisas* boas, assim como também as *coisas* más.

CAPÍTULO VIII

QUANTO A TOMAR A CRUZ, QUE É PARTE DE NOSSA NEGAÇÃO PESSOAL

1. A vida do cristão é uma dura caminhada, na qual, imitando a Cristo e sob sua glória, a cruz das provações e embates é carregada com paciência

Com efeito, importa à mente pia subir ainda mais alto, isto é, *ao ponto* a que Cristo chama seus discípulos, *a saber*, que cada um tome sua cruz [Mt 16.24; Mc 8.33; Lc 9.23]. Pois a quantos e quaisquer o Senhor adotou e dignou da participação do que é seu, devem esses preparar-se para uma vida dura, laboriosa, agitada e repleta de muitas e variadas espécies de males. Assim, para que aufira segura prova quanto aos seus, a vontade do Pai celestial é acossá-los a tal medida. Tendo principiado de Cristo, seu Primogênito, ele segue este método em relação a todos os seus filhos. Ora, ainda que fosse ele o Filho amado acima dos demais e em quem se comprazia a alma do Pai [Mt 3.17; 17.5], no entanto, vemos quão indulgente e brandamente não foi *ele* tratado, de modo que, verdadeiramente, se possa dizer que, por quanto tempo habitou a terra, não só foi assenhoreado por cruz perpétua, mas até mesmo toda sua vida outra coisa não foi senão uma espécie de cruz perpétua. O Apóstolo assinala a causa: que *lhe* foi necessário "aprender a obediência das coisas que sofreu" [Hb 5.8].

Portanto, por que nos eximiríamos dessa *mesma* condição a que foi necessário que Cristo nosso Cabeça, se submetesse, principalmente quando *ele* se lhe submeteu por nossa causa, para que em si mesmo nos exibisse o modelo da paciência? Por esta razão, o Apóstolo ensina que este fim foi destinado a todos os filhos de Deus, *a saber*, que se fizessem conformes a ele [Rm 8.29]. Donde também nos provém consolação insigne: nas coisas árduas e difíceis, que são consideradas adversas e más, compartilhamos dos sofrimentos de Cristo, de sorte que, como ele do labirinto de todos os males entrou na glória celeste, assim, por entre variadas tribulações, sejamos conduzidos à mesma *glória* [At 14.22], pois assim Paulo mesmo fala em outro lugar [Fp 3.10, 11]: que "enquanto aprendemos a comunhão de suas aflições, apreendemos, ao mesmo tempo, o poder de *sua* ressurreição"; e "enquanto nos fazemos conformes à sua morte, somos assim preparados para a participação de *sua* gloriosa ressurreição". Quanto isto *nos* pode valer para suavizar toda a agrura da cruz, por-

que quanto mais afligidos somos por coisas adversas, tanto mais seguramente nos é solidificada a associação com Cristo, mercê de cuja comunhão os próprios sofrimentos não só se nos fazem benditos, mas também trazem muita ajuda para nos promover a salvação!

2. A cruz das tribulações e nossos fracassos nos leva a reconhecer nossa fragilidade e a confiar somente na graça de Deus

Acresce que nosso Senhor não tinha nenhuma necessidade de tomar sobre si a cruz, a não ser para atestar e provar sua obediência ao Pai; a nós, porém, por muitas razões se faz indispensável passar a vida debaixo de uma cruz permanente. Acima de tudo, como somos sobremodo propensos, de natureza, salvo se nossa fraqueza nos tenha sido demonstrada ante nossos olhos, que tudo se atribui à nossa carne, facilmente estimamos nossa *própria* capacidade acima da justa medida; nem duvidamos que, não nos importa o que nos sobrevenha, ela não se quebranta e é insuperável contra todas as dificuldades. Daí somos transportados à confiança estulta e vã da carne, estribados na qual então nos inflamos insolentemente de orgulho em relação ao próprio Deus, como se *nossos* próprios recursos nos fossem suficientes sem sua graça.

O melhor meio de que ele pode servir-se para abater essa nossa arrogância e demonstrar-nos palpavelmente o quanto nos pertence a fragilidade e a debilidade.[136] Portanto, *Deus* nos aflige ou com ignomínia, ou com pobreza, ou com perda de parentes, ou com doença, ou com outras calamidades, às quais, no que nos diz respeito, longe de poder sustentar-nos, logo sucumbimos. Assim quebrantados, aprendemos a invocar-lhe o poder, o qual tão-somente nos faz manter-nos firmes sob o peso das aflições. Contudo, até mesmo as *pessoas* mais santas, por mais que reconheçam que se mantêm firmes pela graça de Deus, não por *suas* próprias forças, no entanto estão seguras de sua fortaleza e constância mais do que o justo, a não ser que, pela provação da cruz, *ele* os conduza a um conhecimento mais profundo de si *mesmos*. Também a Davi esta complacência se insinuou sorrateira: “Eu disse em minha tranqüilidade: não serei perpetuamente abalado; Senhor, em teu beneplácito infundiras estabilidade ao meu monte; escondeste tua face, fui fortemente conturbado [Sl 30.6, 7]. Ora, *Davi* está confessando que, na prosperidade, seus sentidos foram embotados de torpor, de sorte que, preterida a graça de Deus, da qual deveria depender, em si se arrimara, ao ponto de prometer a si estabilidade perene. Se isso aconteceu a um Profeta tão insigne, quem de nós não tema ao ponto de precaver-se?

136. Primeira edição: “Esta arrogância melhor não [a] pode [Ele] coibir que enquanto pela experiência nos prova com quão grande não apenas deficiência, mas até incapacidade, laboremos [nós].”

Portanto, aí está como os santos, advertidos de sua debilidade com tais experiências, tiram proveito na humildade para despojar-se da indevida confiança na carne e acolher-se à graça de Deus. Com efeito, quando aí tenham se acolhido, experimentam a presença do divino poder no qual encontram mais que suficiente proteção.

3. Levar a cruz nos faculta experiência direta da fidelidade de Deus e segura esperança para o futuro

E isto é *o* que Paulo ensina, *ou, seja*, que a paciência é gerada das tribulações; a experiência, da paciência [Rm 5.3, 4]. Ora, que Deus prometeu aos fiéis haver de estar com eles presente nas tribulações, sentem ser isso verdadeiro enquanto, sustentados por sua mão, suportam pacientemente, *o* que de modo algum poderiam por suas *próprias* forças. A paciência, portanto, confere aos santos a experiência de que Deus, a ajuda que prometeu, deveras a exibirá, quando se fizer oportuno. Daí também lhes confirma sua esperança, uma vez que haveria de ser de extrema ingratidão não esperar para o porvir experimentem, constantes e firmes, a verdade de Deus. Já vimos quantos benefícios, em uma contextura una, brotam da cruz. Pois, demolindo essa opinião que presumimos falsamente de *nossa* própria capacidade e pondo a descoberto nossa hipocrisia, na qual nos deliciamos, *a cruz nos* desmantela a perniciosa confiança da carne. Assim quebrantados, *nos* ensina a reclinar-nos somente em Deus, pelo que resulta que não nos prostramos nem sucumbimos. Mas à esperança segue-se a vitória, a saber, até onde o Senhor, executando *o* que prometera, estabelece sua verdade para o futuro.

Com efeito, ainda que as razões sejam somente essas, é evidente quão nos é necessária a experiência da cruz. Pois, não é de pouca importância que te limpes do cego amor por ti mesmo, para que te faças plenamente consciente de tua fraqueza; que sejas imbuído do senso de *tua* própria fraqueza, para que aprendas a não confiar em ti; que deixes de confiar em ti, para que transfiras a Deus *tua* confiança; com confiança de coração descansares em Deus, para que, sustentado por seu auxílio, perseveres invencível até o último *instante*; que te firmes em sua graça, para que compreendas que *ele* é verdadeiro em suas promessas; que descubras a certeza de suas promessas, para que daí a esperança te fortaleça.

4. Levar a cruz nos testa a paciente resignação e nos adestra para a confiante obediência

Ao afligir os seus, o Senhor tem também outro objetivo, a saber, testar-lhes a paciência e adestrá-los à obediência. Na verdade, não significa que possam renderlhe obediência, a não ser que ele *mesmo lhes* tenha outorgado, mas assim lhe agrada por evidências mui claras fazer comprovadas e iluminadas as graças que conferiu

aos santos, para que não permaneçam ociosas, interiormente escondidas. Portanto, ao tornar manifesto o poder e a constância de suportar *as adversidades* com que dotou a seus servos, diz-se que *ele* lhes prova a paciência. Daí as afirmações de que Deus pôs Abraão à prova e que sua piedade lhe foi patenteada deste fato: que não recusou imolar o próprio filho, e *filho* único [Gn 22.1, 12]. Razão por que Pedro ensina que a fé nos é testada através das tribulações, não menos que provado é o ouro pelo fogo em uma fornalha [1Pe 1.7].

Contudo, quem não diga ser conveniente que o mui excelente dom da paciência, que o fiel recebeu de seu Deus, seja posto para uso, para que se torne certo e evidente? Pois não será de outro modo que os homens jamais o estimarão quanto merece. E se Deus tem justa razão para dar motivo e ocasião de exercitar as virtudes de que dotou os seus, a fim de que não permaneçam encantoados e se percam sem qualquer proveito, vemos que não sem motivo lhes envia as aflições, sem as quais a paciência deles seria de nenhum valor.[137]

Afirmo que, pela cruz, são também adestrados a obedecer, por isso que são também ensinados a viver, não conforme o próprio desejo, mas *segundo* a vontade de Deus. Obviamente, se todas as coisas lhes fosse derivadas conforme o *próprio* alvitre, não saberiam o que significa seguir a Deus. Com efeito, isso lembra provir de Sêneca um provérbio antigo, quando alguém fosse exortado a suportar as adversidades, que lhe fosse dito: ***Segue a Deus***. Portanto, de fato *os antigos* então davam a entender, afinal, que um homem devia sujeitar-se verdadeiramente ao jugo de Deus quando ao seu azorrague oferecesse a mão e as costas. Pois se é absolutamente justo que em tudo nos provemos ser obedientes ao Pai celestial, certamente não há como refugar-se que nos acostumemos a render-lhe obediência de todos os modos.

5. Levar a cruz é remédio eficaz para conter o desenfreamento de nossa natureza pecaminosa

Contudo, nem assim percebemos quão necessária nos é esta obediência, se não ponderamos, ao mesmo tempo, quão grande é a incontinência de nossa carne que busca alijar *de sobre si* o jugo de Deus, tão logo, ainda que por breve duração, é *ela* tratada mais branda e indulgentemente. Pois a ele acontece exatamente o mesmo que a corcéis indóceis, os quais, se são deixados ociosos a engordar por alguns dias, em razão de *sua* crueldade não podem ser dobrados depois, nem reconhecem o cavaleiro a cujo governo antes obedeciam de qualquer maneira. E absolutamente constante é em nós aquilo contra o qual Deus se queixa de haver existido no povo de

137. Primeira edição: "Ora, se, para que se não eclipsem na obscuridade, mais até, jazam inúteis e depereçam, os dons que conferiu aos Seus fiéis, com justiça age o próprio Deus, enquanto provê ocasião para ativá-los, ótima razão têm as aflições dos santos, sem as quais nenhuma paciência lhes haveria de haver."

Israel, ou seja, cevados à saciedade e cobertos de gordura, recalcitremos contra Aquele que nos tem alimentado e nutrido [Dt 32.15].

Certamente que a benevolência de Deus devia aliciar-nos a ponderar e amar sua bondade. No entanto, uma vez que essa é nossa malignidade, que de sua indulgência somos antes perpetuamente corrompidos, mais que necessário é que sejamos contidos por alguma disciplina, para que não sejamos impelidos a tal petulância. Assim, para que não sejamos arrebatados pela altivez, pela desmedida abundância de *nossas* posses, para que, cumulados de honras, não cedamos à soberba, para que, inflados por outras benesses, ou da alma, ou do corpo, ou da sorte, não nos façamos insolentes, o próprio Senhor, quando acha ser conveniente, se apressa e subjuga e refreia a crueldade de nossa carne com o remédio da cruz, e isto de maneiras variadas à medida que seja salutar a cada um *de nós*. Ora, não padecemos gravidade, nem necessitamos de cura igualmente difícil. Daí ser necessário que uns sejam provados por um tipo de cruz, outros o sejam por outro. Quando, porém, a uns o Médico celeste trata mais suavemente, a outros *os* purgue com remédios mais fortes, enquanto quer prover todos de boa saúde, contudo, a ninguém deixa passar incólume e intangível, porque todos à uma sabe que estão doentes.

6. AS AGRURAS DA CRUZ SÃO DISCIPLINA COM QUE DEUS TRATA NOSSOS PECADOS PASSADOS E NOS CORRIGE À OBEDIÊNCIA GENUINAMENTE FILIAL

Acresce que o Pai clementíssimo tem, necessariamente, não apenas de antecipar-se a acudir-nos em nossa fraqueza, mas ainda de corrigir freqüentemente *nossos* delitos passados, para que nos contenha em legítima obediência para consigo. Portanto, sempre que somos afligidos, deve acudir-nos de pronto à mente a lembrança de *nossa* vida pregressa. Assim descobriremos que longe está de havermos praticado devidamente *o* que fosse digno de castigo dessa espécie. Contudo, tampouco a exortação à paciência deve ser fundamentada principalmente no reconhecimento do pecado. Ora, a Escritura provê consideração muito melhor quando diz que "somos castigados pelo Senhor mediante coisas adversas, para que não sejamos condenados com este mundo [1Co 11.32].

Portanto, também na própria agrura das tribulações impõe-se reconhecer a clemência e benignidade de nosso Pai para conosco, uma vez que então *ele* de fato não deixa de promover-nos a salvação. Porquanto aflige não para levar à ruína ou fazer perecer; antes, para livrar da condenação do mundo. Esta consideração nos conduzirá ao que a Escritura ensina em outro lugar: "Filho meu, não desprezes a correção do Senhor, nem te enfades quando fores por ele repreendido, visto que Deus castiga *aquele* a quem ama e, como um pai ao filho, o abraça" [Pv 3.11, 12]. Quando reconhecemos ser isso a vara do Pai, porventura não é nosso dever mostrar-nos como filhos obedientes e dóceis, em vez de, em contumácia, imitarmos a homens deses-

perados, que se endureceram em *seus* malefícios? De si afastados, Deus nos lança à ruína, salvo se, mediante correção, nos atraia a si, de sorte que corretamente diga que somos bastardos, não filhos, se vivemos sem disciplina [Hb 12.8]. Portanto, sumamente pervertidos estamos se, enquanto proclama sua benevolência para conosco e o cuidado que tem acerca de nossa salvação, não o podemos suportar.

A Escritura ensina que a diferença entre incrédulos e fiéis é esta: aqueles, como escravos de inveterada e requintada maldade, com os castigos só se tornam piores e mais obstinados; estes, como filhos dotados da condição de livres, progridem no *caminho do* arrependimento. Faz-se necessário agora escolher em qual das duas classes preferes estar. Como, porém, já se falou desta matéria em outro lugar, contente em havê-la abordado aqui *apenas* sumariamente, porei fim *a esta consideração*.

7. Sofremos perseguição e dano por causa da justiça, o que nos deve ser motivo de grande conforto, nem devemos desanimar-nos ante os muitos reveses da vida

Todavia, esta é uma consolação singular: quando sofremos perseguição por causa da justiça [Mt 5.10]. Pois afinal deve ocorrer-nos que Deus nos digna de mui grande honra, nos distinguindo assim com a insígnia especial de sua milícia. Reitero que sofrem perseguição por causa da justiça não apenas *aqueles* que lutam na defesa do evangelho, mas também *aqueles* que *se empenham* no patrocínio da justiça, seja qual for *ele*. Portanto, seja em afirmar a verdade de Deus contra as mentiras de Satanás, seja em assumir a defesa dos bons e inocentes contra as injustiças dos réprobos, necessariamente se incorrerá no desagrado e ódio do mundo, de onde nos ameaça perigo à vida, ou aos bens, ou à honra. Nem por isso a esse ponto nos seja oneroso ou molesto devotar-nos a Deus, nem nos consideremos miseráveis nessas coisas em que, com sua *própria* boca, ele nos declarou bem-aventurados [Mt 5.10]. É verdade que a pobreza é um infortúnio, se é estimada em si mesma; de igual modo, o exílio, o desprezo, a prisão, a ignomínia; afinal, a própria morte é o extremo de todas as calamidades. Mas quando as bafeja o favor de nosso Deus, nada há nessas *coisas* que não se converta em grande bem e em nossa felicidade.

Portanto, contentemo-nos antes com o testemunho de Cristo do que com a falsa apreciação da carne. Acontecerá, pois, que a exemplo dos Apóstolos nos regozijemos "sempre que nos haja *ele* de reputar dignos de sofrermos afronta por causa de seu nome" [At 5.41]. E então? Se sendo inocentes e com uma boa consciência somos, pela perversidade dos ímpios, despojados de *nossos* recursos, por certo que entre os homens estamos reduzidos à penúria, mas na verdade junto a Deus, nos céus, as riquezas nos são assim acrescidas; se com violência somos escorraçados por nossos familiares, com isso somos recebidos mais intimamente na família de

Deus; se somos maltratados e desprezados, com isso fincamos mais firmes raízes em Cristo; se somos estigmatizados com opróbrios e ignomínias, com isso estamos num lugar mais amplo no reino de Deus; se somos barbaramente massacrados, assim nos é facultado ingresso na vida bem-aventurada. Envergonhemo-nos, pois, em não estimar o que o Senhor tem em elevada conta, como se fosse inferior aos vãos deleites da presente vida, que num instante se evolam como a fumaça.[138]

8. A vida é repleta de adversidades e tribulações, as quais suportamos firmados na divina consolação, inclusive glorificando o Senhor através delas

Portanto, quando a Escritura *nos* consola profusamente com estas e injunções semelhantes, sejam as ignomínias, sejam as calamidades que suportamos na defesa da justiça, somos excessivamente ingratos, salvo se da mão do Senhor as recebemos de bom grado e com júbilo, principalmente quando esta espécie de cruz é própria especialmente própria dos fiéis, através da qual Cristo quer ser glorificado em nós, como também Pedro *o* ensina [1Pe 4.12-14]. Uma vez que para as naturezas honradas é mais amargo sofrer vilipêndio do que cem mortes, Paulo adverte especificamente que nos aguardam não só perseguições, mas ainda ultrajes, porquanto "esperamos no Deus vivo" [1Tm 4.10]. Assim, em outro lugar [2Co 6.8], ele nos manda andar em conformidade com seu exemplo: "por má e boa fama."

Com efeito, não se requer de nós essa alacridade que remova todo senso de amargura e dor; de outra sorte, não haveria na cruz nenhuma paciência dos santos a não ser que fossem não só atormentados pela dor, mas fossem ainda ralados por inquietude. Se na pobreza não houvesse nenhuma agrura, nenhum tormento nas enfermidades, nenhuma pungência na ignomínia, nenhum horror na morte, de que fortaleza ou moderação haveria de ser o tratá-las com indiferença? Quando, porém, cada uma dessas *desolações* por sua própria natureza atribule o ânimo de todos nós com o amargor que nos é ingênito, nisto se exibe a fortaleza do homem fiel: se for provado pelo senso de amargor deste gênero, por mais arduamente que padeça, resistindo, no entanto, valentemente, acaba vencedor; nisto se revela sua paciência: se for ferinamente espicaçado, contudo, se refreie pelo temor de Deus, para que não se precipite a algum ato imoderado próprio da jovialidade; se ferido de tristeza e pesar, descanse na consolação espiritual de Deus.

138. Primeira edição: "Envergonhemo-nos de ter em menor apreço que as umbráteis e voláteis fascinações da vida presente [cousas] a que o Senhor há conferido tão grande preço."

9. LEVAR A CRUZ, NO QUE RESPEITA ÀS TRISTEZAS E PESARES, NÃO A FRIA IMPASSIBILIDADE DOS ESTÓICOS, MAS A AGUDA SENSIBILIDADE À QUAL SÃO NATURAIS A DOR E A LÁGRIMA

Este embate que, enquanto se esforçam à paciência e à moderação, os fiéis mantêm contra o senso natural da dor, Paulo *o* descreveu magnificamente nestas palavras: "Somos em todas *as coisas* atribulados, porém não nos prostramos angustiados; somos afligidos, porém não nos desesperamos; sofremos perseguição, porém não somos nela abandonados; somos prostrados, porém não sucumbimos" [2Co 4.8, 9].

Vês que levar pacientemente a cruz não significa tornar-se absolutamente insensível e ser privado de toda sensação de dor, da maneira como outrora os Estóicos estultamente descreveram o ***homem magnânimo***: *aquele* que, despida a humanidade, seria afetado pelas coisas adversas da mesma forma que pelas prósperas; pelas tristes exatamente como pelas alegres; com efeito, *aquele* que, à semelhança de uma pedra, de coisa alguma seria afetado. E que proveito fruíram *eles* dessa sublimada sabedoria? Na verdade, pintaram um simulacro de paciência que jamais foi achado entre os homens, e tampouco pode existir. Antes, pelo contrário, enquanto querem ter uma paciência demasiado exata e precisa, baniram o poder da vida humana.

Ora, há também entre cristãos uns novos estóicos, para quem é vicioso não apenas gemer e chorar, mas até mesmo contristar-se e estar apreensivo. E na verdade, esses paradoxos procedem na maioria das vezes de homens ociosos que, exercitando-se mais em especular do que em agir, nada senão paradoxos desse gênero podem engendrar-nos. Nós, porém, nada *temos* com essa férrea filosofia que nosso Mestre e Senhor condenou não apenas com palavra, mas também com seu exemplo. Ora, ele lamentou e chorou tanto por seus próprios infortúnios quanto pelos de outros. Nem de outra forma ensinou a seus discípulos: "O mundo", diz *ele*, "se alegrará; vós, porém, pranteareis e lamentareis" [Jo 16.20]. E, para que alguém não convertesse isso em defeito, de propósito declarado pronunciou "bem-aventurados os que choram" [Mt 5.4]. Tampouco isso é de admirar! Ora, se todas as lágrimas são condenadas, que juízo faremos acerca do próprio Senhor, de cujo corpo gotejaram lágrimas de sangue? [Lc 22.44]. Se todo e qualquer temor é qualificado de incredulidade, em que conta teremos esse horror de que lemos ter *ele* sido consternado não superficialmente? [Mt 26.27; Mc 14.33]. Se toda tristeza desagrada, como agradará *o fato de* que ele confessa "minha alma está triste até à morte?" [Mt 26.38].

10. O SENTIMENTO NATURAL DE TRISTEZA E PROSTRAÇÃO SE PÕE EM CONFLITO COM O CULTIVO DA RESIGNAÇÃO OU PACIÊNCIA QUE A CRUZ REQUER DE NÓS, PORÉM ESTA É FIRMADA PELO SENSO DA VONTADE DIVINA

Eu quis dizer essas *coisas* por esta razão: para arrebatar do desespero as almas pias, para que não venham a renunciar inteiramente ao zelo da paciência por essa causa; para que não se despojem do senso natural da dor. Isso necessariamente sobrevém àqueles que fazem da paciência insensibilidade, do homem forte e constante um tronco de árvore. Pois a Escritura defere aos santos o louvor da resignação, quando são de tal modo afligidos pela aspereza dos males que não se quebrantam nem por terra se prostram, e assim são pungidos pela amargura e ao mesmo tempo são inundados de deleite espiritual; são de tal modo premidos pela ansiedade que recobram o alento, animados pela consolação de Deus.

Enquanto isso, no coração se lhes ostenta essa relutância: que o senso natural refoge *às coisas* que sente ser-lhe adversas e *delas* se arreceia, mas o afeto da piedade, mesmo por entre essas dificuldades, avança rumo à obediência da vontade divina. O Senhor expressou essa relutância quando assim falava a Pedro: "Quando eras mais jovem, te cingias e andavas para onde bem te aprazia; quando, porém, houveres envelhecido, outro te cingirá e te conduzirá para onde não hajas de querer" [Jo 21.18]. Certamente não é verossímil que Pedro, quando fosse necessário glorificar a Deus com sua morte, a isso fosse arrastado contra a vontade, pouco louvor lhe haveria de ter o martírio. Na verdade, por mais que obedecesse à divina ordenança com a máxima alegria de coração, no entanto, visto que não despira o senso próprio da natureza humana, se encontrava dividido em duas vontades.[139] Ora, enquanto em seu íntimo ponderava aquela morte cruenta que haveria de enfrentar, atenuado de seu horror, de bom grado teria se esquivado dela; por outro lado, enquanto *lhe* acorria ser a ela chamado pela vontade de Deus, vencido o temor e calcado aos pés, de bom grado, e até com alegria, se lhe submetia.

Portanto, se queremos ser discípulos de Cristo, faz-se necessário que busquemos isto diligentemente: que o ânimo nos seja imbuído da tão grande observância e obediência de Deus que possa domar a todas as disposições contrárias e subjugá-las à sua ordenação. E assim acontecerá que, não importa que espécie de cruz com que sejamos atribulados, reteremos paciência constante nas mais extremas angústias do espírito. Pois as próprias coisas adversas terão sua agrura com que nos mordisquem. Assim, afligidos pela enfermidade, não só gemeremos, mas também nos inquietaremos, e assim a saúde anelaremos ardentemente; acossados pela pobreza, espicaçados seremos pelos aguilhões da preocupação e da tristeza; seremos feridos pela dor da ignomínia, do desprezo, da injúria; nos funerais dos nossos verteremos as lágri-

139. Primeira edição: "era atuado de duplo querer."

mas devidas à *nossa* natureza. Mas esta será sempre a conclusão: Na verdade, o Senhor quis que nos conformemos à sua vontade. Antes, pelo contrário, por entre as próprias ferroadas da dor, por entre os gemidos e as lágrimas, necessário se faz que intervenha esta consideração que incline o ânimo a suportar alegremente essas próprias *coisas* em função das quais é assim afetado.

11. A PROFUNDA E NECESSÁRIA DIFERENÇA ENTRE A NOÇÃO CRISTÃ E O CONCEITO FILOSÓFICO DESSA PACIÊNCIA OU RESIGNAÇÃO ANTE AS ADVERSIDADES DA VIDA

Mas, como já determinamos que a causa principal para suportar e levar a cruz é a consideração da vontade divina, é preciso expor a diferença entre a paciência cristã e a paciência filosófica.[140] Indubitavelmente, pouquíssimos dentre os filósofos se elevaram a essa *eminência* da razão que entendessem sermos nós provados pela mão de Deus através das aflições e reconhecessem que se *nos* impõe obedecer a Deus nesse aspecto. Mas, ainda esses mesmos a outra razão não recorrem a não ser que ***seja necessário***. Que isso significa, senão que se deve ceder a Deus, visto que porfiarás em vão tentando lutar contra *ele*? Ora, se a Deus obedecemos apenas por ser uma questão de necessidade, se é possível evadi-la, cessaremos de obedecer-lhe. Todavia, outra *coisa* bem diferente manda a Escritura considerar na vontade de Deus, isto é, primeiramente, *sua* justiça e eqüidade; então, *seu* cuidado de nossa salvação.

Portanto, as exortações cristãs à paciência são desta natureza: seja a pobreza, seja o exílio, seja a prisão, seja o vilipêndio, seja a doença, seja a perda de entes queridos, ou seja qualquer outra *coisa* semelhante que porventura nos faça sofrer, é preciso pensar que nada dessas *adversidades* acontece senão pelo arbítrio e providência de Deus; aliás, que ele nada faz que não seja por determinação justíssima. E então? Porventura nossas transgressões, inumeráveis e quotidianas, não mereceriam ser castigadas mais rigorosamente e com varas mais pesadas que *aquelas* que nos são aplicadas por sua clemência? Porventura, não é muito justo que nossa carne seja domada e como que acostumada ao jugo, para que não se prorrompa desenfreadamente, segundo sua disposição natural? Porventura a justiça e verdade de Deus não são dignas de que por sua causa padeçamos? Ora, se a eqüidade de Deus se mostra indubitável nas aflições, não podemos murmurar contra *ela*, nem lutar contra *ela*, sem iniqüidade! Já não ouvimos aquela insípida cantilena: "É preciso ceder, porque provém de necessidade", mas o vívido e pleno preceito de eficiência: "É

140. Primeira edição: "uma vez que da consideração da vontade divina tomamos a razão precípua de suportar-se a cruz, impõe-se definir, em umas poucas [palavras], quê faça a diferença entre a paciência filosófica e a [paciência] cristã."

preciso obedecer, porque não é lícito resistir; impõe-se sofrer pacientemente, porquanto a impaciência é contumácia contra a justiça de Deus."

Ora, visto que na verdade nos é aprazível, afinal, aquilo que reconhecemos ser para nossa salvação e para o bem, também neste aspecto o Pai boníssimo nos consola, enquanto declara que no próprio fato de que nos aflige com uma cruz, contempla a nossa salvação. Ora, se transparece que as tribulações nos são salutares, por que não as suportamos com espírito agradecido e sereno? Visto que, ao suportá-las pacientemente, não sucumbimos à necessidade; pelo contrário, aquiescemos ao nosso bem. Afirmo que estas reflexões fazem com que, sob o senso natural de pungência, enquanto na cruz se nos retrai o coração, muito mais se dilata na alegria espiritual. Donde também se deduz ação de graças, as quais não podem ser apresentadas sem alegria, porque, se o louvor do Senhor e a ação de graças só podem fluir de um coração alegre e feliz, e nada no mundo pode ser-lhes obstáculo, daqui se faz claro quão necessário é temperar o amargor da cruz com o deleite espiritual.

CAPÍTULO IX

QUANTO À MEDITAÇÃO DA VIDA FUTURA

1. Ante o fascínio que a presente vida nos exerce, Deus nos conclama constantemente à vida futura

Com qualquer gênero de tribulação, porém, de que sejamos premidos, é preciso levar sempre em conta este fim: que nos acostumemos ao menosprezo da presente vida e daí sejamos despertados à meditação da *vida* futura. Pois, uma vez que Deus sabe muito bem quão desmedidamente somos por natureza inclinados a um amor animalizado por este mundo, *ele* aplica razão apropriadíssima para nos retrair e sacudir nosso torpor, a fim de que não nos apeguemos demasiado tenazmente a esse amor.

Certamente que nenhum de nós há que não aspire à celeste imortalidade; nenhum que não a aspire e não se esforce *por ela* por todo o decurso da vida. Pois nos envergonhamos de não superar em nada aos animais irracionais cuja condição em nada seria inferior à nossa, a não ser que nos restasse a esperança da eternidade após a morte. Com efeito, se examinares os planos, os esforços, os feitos de cada um, outra coisa aí não verás senão terra.

Daí, porém, *nossa* obtusidade: que nossa mente, deslumbrada pelo fútil fulgor das riquezas, do poder, das honras, se entorpece ao ponto de nada ver mais distante. Também o coração, ocupado pela avareza, ambição, concupiscência, se sobrecarrega de modo a não elevar-se mais alto. Enfim, toda a alma, enredilhada nas seduções da carne, busca sua felicidade na terra.

Para que o Senhor se apresse ao encontro desse mal, mediante provas contínuas de suas misérias, *ele* ensina aos seus acerca da futilidade da presente vida. Portanto, para que não se prometam profunda e segura paz nesta *vida*, *ele* permite que sejam freqüentemente inquietados e molestados ou por guerras, ou por tumultos, ou por assaltos, ou por outros malefícios. Para que não anelem com demasiada avidez às riquezas aleatórias e instáveis, ou se arrimem naquelas que possuem, ora pelo exílio, ora pela infertilidade do solo, ora pelo fogo, ora por outros modos, os reduzem à pobreza, ou pelo menos *os* mantém em condição modesta. Para que não se deliciem demasiados afagos nos deleites conjugais, ou faz com que sejam atribulados pela perversidade das esposas, ou os humilha com uma prole má, ou os aflige com a perda desses membros da família. Pois se é mais indulgente com eles, em todas essas *coisas*, contudo, para que não se entumeçam de vanglória, nem borbulhem de

confiança *pessoal*, lhes põe diante dos olhos, através de enfermidades e perigos, quão instáveis são e aleatórios todos e quaisquer bens que estão expostos à mortalidade.

Portanto, afinal, fluímos adequadamente proveito da disciplina da cruz quando aprendemos que esta vida, quando é estimada em si mesma, é inquieta, turbulenta, de inúmeras maneiras miserável, em nenhum aspecto absolutamente feliz; que todas *as coisas* que são contadas por bênçãos são incertas, inconstantes, fúteis e viciadas de muitos e mesclados males; e disso, ao mesmo tempo, concluímos que aqui nada se deve buscar ou esperar senão luta; que nossos olhos devem estar voltados para o céu, quando pensamos acerca da coroa *que nos está reservada*. Assim, pois, importa que nunca nosso ânimo se eleve seriamente à aspiração e à meditação da vida futura, a não ser que esteja antes imbuído de menosprezo da presente *vida*.

2. O ENCANTO E APEGO COM QUE NOS PRENDEMOS À VIDA PRESENTE NOS OFUSCAM A VISÃO DA VIDA FUTURA

Com efeito, entre estes dois *extremos* não há meio *termo*: ou não fazemos caso, absolutamente, dos bens do mundo, ou por força estaremos ligados a eles por um amor desordenado.[141] Conseqüentemente, se alguma preocupação existe em nós pela eternidade, importa que, diligentemente, façamos isto: nos desvencilhemos desses grilhões maléficos. Ademais, uma vez que a presente vida tem muitos afagos com que nos engodam com adulação, muita expressão de amenidade, graça, doçura com que ela prazenteiramente nos afaga, é grandemente de nosso interesse que sejamos dissuadidos de quando em quando, para que não sejamos fascinados por tais seduções.

Agora pergunto: que aconteceria se aqui fruíssemos de perpétua afluência de benesses e felicidade, quando não podemos dos constantes acicates dos males ser suficientemente despertados a ponderar sua miséria? Que a vida humana se assemelha à fumaça [Sl 102.3] ou à sombra [Sl 102.11], é óbvio não apenas aos letrados, mas até mesmo o comum dos homens não tem nenhum provérbio mais repisado. E porque via ser coisa sobremodo útil de saber-se, o celebraram em muitos ditos insignes. Entretanto, quase nada há que mais negligentemente consideremos, ou menos lembremos. Pois empreendemos tudo como se quiséssemos estabelecer para nós a imortalidade na terra. Se algum funeral está a realizar-se, ou estamos andando por entre sepulcros, visto que aos olhos então se *nos* depara a imagem da morte, confesso que filosofamos eloqüentemente a respeito da transitoriedade desta vida. Ainda que nem a isso fazemos sempre, porque na maioria das vezes todas essas *coisas* em nada nos afetam. Quando, porém, *isso* acontece, é momentânea esta filosofia de que se desvanece tão logo viramos as costas e não deixa após si sequer o mínimo vestígio de recordação, enfim, ocorre não de outro modo que o aplauso teatral em algum

141. Primeira edição: “impõe-se que ou se nos envileça a terra, ou nos detenha [ela] agrilhoados de imoderado amor de si.”

espetáculo engraçado. Ora, esquecidos não apenas da morte, mas até mesmo de *nossa* própria mortalidade, como se a seu respeito jamais chegasse até nós nenhum rumor, somos reconduzidos à supina confiança de *nossa* imortalidade terrena. Entrementes, se alguém relembra o provérbio: "o homem é um animal [*ëphémëron – efêmero*]; *de um dia*", certamente o admitimos, porém sem dar-lhe nenhuma atenção, de sorte que, não obstante, em nossa mente permanece fixo o pensamento de perpetuidade.

Portanto, quem haverá de negar que a todos nós é de suma importância não apenas sermos admoestados com palavras, mas de quaisquer experiências pelas quais pode acontecer de sermos convencidos quanto à mísera condição da vida terrena, uma vez que, mesmo quando convencidos, dificilmente cessamos de abismar-nos de depravada e estulta admiração ante sua visão, como se em si contivesse a meta última do que é bom? Ora, se Deus tem necessariamente de instruir-nos, de nossa parte temos o dever de dar-lhe ouvidos enquanto *nos* chama e nos sacode o torpor, para que, desprezado o mundo, nos apliquemos, de todo o coração, à meditação sobre a vida futura.

3. A vida presente, embora não seja comparável à vida futura, está repleta de bênçãos, e é em si mesma uma bênção, pela qual importa que sejamos gratos a Deus

Mas de fato os fiéis se acostumam ao desprezo da presente vida, de modo que nem lhe gera ódio nem ingratidão para com Deus. Com efeito, esta vida, por mais que seja saturada de infinitas misérias, contudo, é merecidamente contada entre as bênçãos de Deus que não se deve desprezar. Porquanto, se nela nada reconhecemos da divina beneficência, já nos sentimos culpados não de pouca ingratidão em relação ao próprio Deus. De modo especial, porém, *ela* deve ser aos fiéis testemunho da divina benevolência, uma vez que toda ela se destina a promover-lhes a salvação. Pois antes que nos exiba abertamente a herança da glória eterna, *ele* deseja declarar-se nosso Pai mediante evidências menores: são estas as bênçãos que ele nos quer conferir diariamente.

Portanto, uma vez que esta vida nos serve para compreender a bondade Deus, porventura a desdenharemos como se não contivesse nenhuma migalha de bem? Portanto, é necessário que nos revistamos desse senso e disposição para que a contemos entre as dádivas da benignidade divina, as quais de modo nenhum devem ser rejeitadas. Ora, se faltassem testemunhos da Escritura, os quais são mui numerosos e mui claros, até mesmo a própria natureza nos exorta a que rendamos ação de graças ao Senhor, porque ele nos tem conduzido à sua luz; porque *seu* uso nos concede; porque prodigaliza todos os meios necessários para conservá-la. E essa razão se torna muito maior se refletirmos que nesta *vida* Deus nos está, de certo modo, preparando para a glória do reino celeste. Pois assim ordenou o Senhor que *aqueles* que um dia serão coroados no céu, antes disso enfrentem os embates na

terra, para que não celebrem o triunfo, caso não sejam superadas as dificuldades da guerra e alcançada a vitória.

Ademais, há ainda outra *razão, a saber*: que, mercê de variados benefícios, começamos nesta *vida* a degustar a doçura da benignidade divina, para que nossa esperança e desejo se agucem a fim de buscar-lhe a plena revelação. Quando se estabelece isto: que é em virtude da clemência divina que vivemos a vida terrena, e que por isso lhe estamos obrigado, importa que sejamos assim lembrados e agradecidos, então a propósito desceremos a considerar-lhe a misérrima condição, para que de fato nos desvencilhemos de sua excessiva paixão, à qual, como foi dito, por natureza nos inclinamos espontaneamente.

4. A VIDA PRESENTE, À QUAL NOS CUMPRE ACOMODAR-NOS, LONGE ESTÁ DE COMPARAR-SE À VIDA FUTURA, BEM-AVENTURADA E ETERNA, A QUAL SE DEVE SEMPRE BUSCAR

Ora, todo amor desordenado da vida que experimentamos deve adicionar-se ao desejo de uma vida melhor. Admito que quem tem pensado que nosso sumo bem é não haver nascido, e portanto se deve morrer o quanto antes, tem tido um excelente parecer em conformidade com o senso humano.[142] Com efeito, destituídos da luz de Deus e da verdadeira religião, que podiam neste mundo que não fosse escuro e abominável? Não sem razão *procederam* aqueles que celebravam os dias de nascimento dos seus com tristeza e lágrimas, enquanto os funerais com regozijo solene. Faziam isso, porém, sem proveito, porque, privados da reta instrução da fé, não viam como possa redundar em bem aos piedosos *o* que de si não é ditoso, nem desejável. Por isso findavam seu juízo em desespero.

Que seja este, portanto, o escopo dos fiéis ao ajuizar *desta* vida mortal, a qual, enquanto entendem nada ser em si senão miséria, para mais animosos e mais expeditos se entreguem por inteiro à meditação dessa vida futura e eterna. Quando se chega a esta comparação, então de fato aquela pode não apenas ser tranqüilamente negligenciada, mas diante desta pode ser totalmente desprezada e desdenhada. Ora, se o céu é nossa pátria, que outra *coisa é* a terra senão um lugar de exílio? Se a migração deste mundo é a entrada na vida, que outra *coisa é* o mundo senão um sepulcro? Permanecer nele, que outra *coisa é* senão estar mergulhado na morte? Se ser libertado do corpo é ser lançado à perfeita liberdade, que outra *coisa* é o corpo senão um cárcere? Se fruir da presença de Deus é a suprema síntese da felicidade, porventura não é miserando carecer dela? Com efeito, até que nos tenhamos evadido do mundo, peregrinamos longe do Senhor [2Co 5.6].

142. Primeira edição: "Tudo, porém, quanto se lhe detrai ao pervertido amor, deve aduzir-se ao desejo de uma vida melhor. Confesso que hão sentido, na verdade, com muito acerto aqueles a quem pareceu o melhor o não ser nascido, em seguida, o morrer o mais cedo possível."

Portanto, se a vida celestial for comparada à terrena, não *há* dúvida de que seja incontestavelmente não apenas desprezível, mas até mesmo digna de ser calcada aos pés. Por certo que nunca deve ser tida em ódio, senão até onde ela nos mantêm sujeitos ao pecado; aliás, esse ódio nem deve voltar-se propriamente contra ela. Seja como for, convêm, entretanto, de tal modo devemos deixar-nos afetar por ela, seja de enfado, seja de insatisfação, que, desejando-lhe o fim, também estejamos predispostos a permanecer nela ao arbítrio de Deus, em termos tais que de fato nosso enfado esteja longe de toda murmuração e impaciência. Ora, a vida terrenal é semelhante a um posto *de guarnição militar* em que o Senhor nos colocou, para que o conservemos por todo tempo até que ele *nos* chame de volta.

Na verdade, Paulo deplora sua sorte por ser mantido ligado pelos laços do corpo por mais tempo do que seu desejo, e suspira com ardente anseio de redenção [Rm 7.24]; contudo, a fim de obedecer ao imperativo de Deus, confessava-se estar pronto para uma e outra *coisa* [Fp 1.23, 24], visto que reconhece que isto se devia a Deus: que glorifique seu nome, seja pela morte, seja *pela* vida [Rm 14.8], mas a ele cabe decidir o que melhor lhe convenha à glória. Conseqüentemente, se nos é necessário viver e morrer para o Senhor, deixemos a seu arbítrio o limite de *nossa* morte e de nossa vida, de modo, porém, que não só nos abrasemos em seu anseio, mas também sejamos constantes em sua meditação. Todavia, ante a imortalidade futura, desprezemos esta *vida* e, em vista da servidão do pecado, escolhamos a ela renunciar, sempre que ao Senhor agradar mais.

5. NÃO HÁ POR QUE TEMER A MORTE; AO CONTRÁRIO, ANTE A GLÓRIA DA VIDA FUTURA, ELA DEVE SER ACOLHIDA COM VÍVIDA EXPECTATIVA, EM VISTA DA REDENÇÃO QUE NOS AGUARDA

Isto, contudo, se assemelha a monstruosidade, *a saber*, que há muitos que se jactam de ser cristãos, em lugar desse anseio da morte, são possuídos de tão grande pavor que lhe estremeçam a qualquer menção, como se de coisa absolutamente funesta e infeliz. Por certo que não é de admirar, se o sentimento natural em nós se encha de horror à mera menção de nossa dissolução. Mas de modo algum se deve suportar isto: que não haja em um coração cristão luz de piedade que sobrepuje de maior consolação e suprima esse temor, seja qual for sua natureza. Ora, se refletirmos que este tabernáculo instável, achacado, corruptível, efêmero, macilento, flácido, de nosso corpo é por isto dissolvido: para que seja dentro em pouco renovado a uma glória firme, perfeita, incorruptível, celeste, afinal a fé porventura não compelirá ardentemente a buscar *aquilo* de que natureza se arreceia? Se refletirmos que pela morte somos arrebatados do exílio para habitarmos a pátria, e pátria celestial, porventura não derivaremos daí nada de consolação?

No entanto, se ponderará que nada há que não almeje continuar a existir. Estou

de pleno acordo, e por isso contendo que nos é necessário atentar para a imortalidade futura, onde se depare condição estabilizada que na terra jamais se evidencia. Ora, Paulo ensina, com muito acerto, que os fiéis avançam jubilosamente para a morte, não porque queiram ser ***desvestidos***, mas porque desejam ser ***supervestidos*** [2Co 5.2, 3]. Os animais brutos, as próprias criaturas insensíveis, e até as madeiras e as pedras têm como que um certo sentimento de sua futilidade e corrupção, e estão esperando o dia da ressurreição para ver-se livres de sua futilidade juntamente com os filhos de Deus[143] [Rm 8.19-21]. Nós, *porém*, somos não só dotados da luz do entendimento, mas até e acima do entendimento iluminados pelo Espírito de Deus, quando se trata de nossa essência, não elevaremos a mente para além dessa podridão da terra?

No entanto, não meu tratar aqui de uma perversidade tão grande.[144] No início já declarei que eu aqui eu desejaria empreender bem pouco, como em outros lugares fiz de maneira mais pormenorizada. Aconselharia as mentes mais tímidas que lessem a opúsculo ***De Mortalitate*** [Da Mortalidade] de Cipriano, a não ser que fossem dignos de que se relegassem aos filósofos, para que, observado o desprezo da morte que eles exibem, comecem a envergonhar-se. Contudo, tenhamos isto estabelecido: ninguém terá progredido bem na escola de Cristo senão *aquele* que aguarde com regozijo o dia da morte e da ressurreição final. Ora, Paulo descreve com esta marca não só todos os fiéis [2Tm 4.8; Tt 2.13], mas é também um procedimento habitual da Escritura lembrar-nos desse *elemento* sempre que pretende mencionar prova de sólida exultação. "Exultai", diz o Senhor, "e erguei vossas cabeças, pois vossa redenção se aproxima" [Lc 21.28]. Porventura é razoável, indago eu, que *aquilo* que ele quis que valesse tanto para excitar em nós a exultação e a alegria, nada produza senão tristeza e consternação? Se assim é, por que ainda nos gloriamos nele como *nosso* Mestre? Demos, pois, guarida a uma mente mais saudável, e ainda que o cego e bronco desejo da carne *lhe* oponha resistência, não hesitemos em esperar a vinda do Senhor não só com anseio, mas também com gemidos e suspiros, como sendo de todas a causa mais faustosa. Pois ele nos virá *como* Redentor, para que, arrebatados deste imenso abismo de tantos males e misérias, *nos* introduz naquela bem-aventurada herança da vida e de sua glória.

143. Primeira edição: "Porventura, a si cônscios de sua presente vacuidade, para com o dia final da ressurreição não estarão voltados, na verdade, os animais brutos, e mesmo as próprias criaturas inanimadas, até as árvores e as pedras, para que, com os filhos de Deus, se liberem d[essa] vacuidade?"

144. Primeira edição: "Não é, porém, [mister] desta consideração ou d[este] lugar o investir contra esta perversão tão grande."

6. A consolação que desfrutamos da expectativa da vida futura, de bendita felicidade para os que são de Cristo e de desventurada miséria para os ímpios

É certo que todos os fiéis, enquanto vivem neste mundo, devem ser como ovelhas destinadas ao matadouro[145] [Rm 8.36], para que se conformem a Cristo, seu Cabeça. Portanto, seriam os mais dignos de lástima, a não ser que, tendo a mente elevada para o céu, transcendam a tudo quanto está no mundo e se transportem para além da presente expressão da coisas [1Co 15.19]. Em contraposição, quando uma vez tiverem alçado a cabeça acima de todas as coisas terrenas, ainda que vejam as riquezas e honras dos ímpios a florescerem, se *os* percebem fruindo de profunda paz, se *os contemplam* orgulhando-se do esplendor e luxo de todas as *suas* coisas, se *as observam* refestelando-se em todos os deleites, se além disso são molestados por sua impiedade, se sofrem afrontas de *sua* arrogância, se por *sua* avareza são defraudados, se de qualquer outra paixão sua são acossados, também por entre tais males haverão de suster-se sem dificuldade. Pois, estará diante de seus olhos aquele dia em que o Senhor haverá de recolher seus fiéis à tranqüilidade de seu reino, "lhes enxugará dos olhos toda lágrima" [Is 25.8; Ap 7.17], os vestirá com uma veste de glória e júbilo, os alimentará com a inenarrável doçura de suas delícias, os tomará à comunhão de sua sublimidade, e por fim os dignará da participação de sua bem-aventurança.

Aqueles ímpios, porém, que na terra floresceram, ele os haverá de lançar a extrema ignomínia, converterá seus deleites em tribulações, o riso e a alegria em choro e ranger de dentes, haverá de perturbar sua paz com terrível tormento de consciência, haverá de punir sua torpeza com fogo inextinguível [Is 66.24; Mt 25.41; Mc 9.43-48; Ap 21.8]; além disso, os haverá de fazer baixar a cabeça aos piedosos de cuja paciência tiverem abusado. "Pois", Paulo o atesta, "esta é a justiça: dar alívio aos míseros e injustamente afligidos, porém infligir aflição aos réprobos que afligem os piedosos, quando do céu se revelar o Senhor Jesus" [2Ts 1.6, 7].

Esta, deveras, é nossa única consolação, a qual, se nos for subtraída, necessariamente sucederá que ou nosso ânimo em desalento se abaterão, ou, para ruína nossa, se engodará com as vãs consolações do mundo. Pois inclusive o Profeta confessa que seus pés vacilaram enquanto se demorava demais a considerar a presente prosperidade dos ímpios [Sl 73.2, 3], nem podia de outra maneira firmar, senão quando, tendo adentrado o santuário de Deus, volveu os olhos para o fim último dos pios e dos maus [Sl 73.17].

Para concluir com uma palavra, então por fim a cruz triunfa no coração dos fiéis sobre o Diabo, a carne, o pecado e os ímpios, caso volvam seus olhos para o poder da ressurreição.

---

145. Primeira edição: "Assim é obviamente: a nação toda dos fiéis por quanto tempo habitam a terra impõe-se[-lhes] ser 'como ovelhas destinadas ao matadouro'."

CAPÍTULO X

COMO SE DEVE FAZER USO DA PRESENTE VIDA E DE SEUS RECURSOS

1. As benesses desta vida, quando polarizada com a venturosa vida futura, devem ser usadas sem parcimônia extremada, nem pródiga incontenção

Mercê de tais noções básicas, a Escritura ao mesmo tempo nos ensina devidamente qual é o uso correto dos bens terrenos, coisa mui longe de desprezar-se no regular *nossa* maneira de viver. Ora, se é preciso viver, também é preciso usar os recursos necessários à vida, tampouco podemos também furtar-nos àquelas *coisas* que parecem servir mais ao prazer que à necessidade. Portanto, é preciso observar *justa* medida, de sorte que, seja para necessidade, seja para deleite, *que os* usemos com uma consciência pura. Essa *medida* é prescrita pelo Senhor em sua Palavra, quando ensina que a presente vida é para os seus uma como que peregrinação, pela qual estão marchando para o reino celestial [Lv 25.23; 1Cr 29.15; Sl 39.12; 119.19; Hb 11.8-10, 13-16; 13.14]. Se pela terra apenas transitamos de passagem, sem dúvida enquanto aqui devemos fazer uso desses bens, os quais nos ajudam, em vez de nos embaraçar a passagem.[146] Por isso, não é sem razão que Paulo persuade dizendo que se deve usar deste mundo de modo que é como se *dele* não usássemos, e que se devem adquirir as posses com a mesma *disposição de* ânimo com que são vendidas [1Co 7.30, 31]. Contudo, visto que ser esta situação escorregadia e se inclina ao erro para com um e outro *desses dois* extremos, esforcemo-nos por firmar bem o máximo possível e com toda segurança.

Ora, alguns dos homens tidos por bons e santos, como vissem que a imoderação e a suntuosidade haviam se alastrado ininterruptamente em desenfreado desregramento, a menos que fossem contidas mais drasticamente, porém desejavam corrigir tão pernicioso mal, a única fórmula que lhes ocorreu *foi esta*: permitiram que o homem usasse das coisas materiais até onde a necessidade se impusesse. Sem dúvida um parecer piedoso esse, porém foram rígidos demais, pois aguilhoaram as consciências com laços mais apertados do que *aqueles* de que seriam estreitados pela Palavra do Senhor, *o* que é muito perigoso. Com efeito, afirmam que agimos confor-

146. Primeira edição: “Se pela terra apenas se tem de transitar de passagem, dúvida não há de que até esse ponto se lhe devam usar dos bens.”

me a ***necessidade*** quando nos abstemos de todas aquelas coisas sem as quais podemos viver.[147] Desse modo, segundo eles, mal se permitiria acrescentar algo mais que simples pão e água! De outros, a austeridade *é ainda* maior, à qual se menciona Crates, o tebano, que lançou ao mar suas posses porque pensava que, a não ser que *elas* perecessem, ele cria que elas o fariam perdido.

Entretanto, muitos hoje, enquanto buscam pretexto para que justifiquem a imoderação da carne no uso das coisas externas, enquanto isso buscam aplanar o caminho ao que comete excessos, assumem como reconhecido *o* que de modo algum lhes concedo, *a saber*, que esta liberdade não deve ser restringida por nenhuma moderação, ao contrário, deve deixar à consciência de cada um que faça ele uso de tudo o que lhe é permitido. Sem dúvida, reconheço que as consciências aqui não devem, nem podem ser obrigadas por fórmulas de leis fixas e precisas; contudo, uma vez que a Escritura ensina regras gerais sobre *seu* uso legítimo, por certo que *ele* nos deve ser limitado de acordo com elas.

2. PRINCÍPIO CORRETO NO USO DAS COISAS É SERVIR-SE DELAS CONFORME O FIM E NA MEDIDA A QUE SE DESTINAM, SEGUNDO A NECESSIDADE QUE SE TENHA E O DELEITE QUE PROPORCIONAM

Seja-nos este o principio: não exagerar o uso dos dons de Deus quando se tem por meta que os mesmos foram criados e destinados a nós pelo próprio Criador, visto que *os* criou para nosso beneficio, não para *nosso* detrimento. Por isso, ninguém manterá caminho mais reto do que *aquele* que diligentemente visualizar esse propósito.

Ora, se ponderarmos a que fim *Deus* criou os alimentos, verificaremos que *ele* quis levar em conta não só a necessidade, mas também o deleite e gáudio; assim, na indumentária, além da necessidade, foi seu propósito *fomentar* o decoro e a dignidade; nas ervas, árvores e frutas, além dos variados usos, *proporciona* a beleza da aparência e a suavidade do perfume. Ora, a não ser que isso fosse verdadeiro, o Profeta não contaria entre as beneficências de Deus "o vinho que alegra o coração do homem", "o óleo lhe faz resplandecer o rosto" [Sl 104.15]; nem estariam as Escrituras, a fim de enaltecer-lhe a benignidade, relembrando a cada passo que ele deu aos homens todas *as coisas* desse gênero.

E as próprias qualidades naturais das coisas demonstram suficientemente a que propósito e em que extensão é lícito desfrutarmos delas. Porventura o Senhor terá dado às flores tão grande formosura que surgem espontaneamente aos alhos, tão grande suavidade do olor que *naturalmente* se infiltrasse ao olfato, e será ilícito que *aqueles* sejam afetados pela beleza, ou este pelo encanto do aroma? Ora, porventura

147. Primeira edição: "Com efeito, necessidade lhes é abster-se de tudo [o] de que possas carecer."

Deus não terá assim distinguido as cores, que a umas fizesse mais aprazíveis que as outras? Ou porventura Deus não terá atribuído ao ouro e à prata, ao marfim e ao mármore um fascínio mercê do qual se tornassem preciosos acima de outros, quer metais, quer pedras? Em suma, porventura Deus não nos terá feito muitas coisas dignas de apreço à parte de seu uso necessário?

3. O uso apropriado das benesses desta vida consiste em que glorifiquem a Deus e lhe sejam real ação de graças

Portanto, fora com essa desumana filosofia que, enquanto das coisas criadas nenhum uso concede senão o necessário, não só nos priva malignamente do lícito fruto da divina beneficência, mas também não se pode aplicar, a menos que, ao homem despojado de toda sensibilidade, *o* haja reduzido a um tronco *de árvore*. Contudo, por outro lado, é necessário resistir não menos diligentemente à concupiscência da carne, a qual, salvo se for coibida, corre sem freio, e tem, como *já* disse, seus sufragadores que, sob pretexto de liberdade concedida, nada *há que* não lhe permitem. Primeiramente, impõe-se-lhe um freio, se é estatuído que, já que todas as coisas foram criadas para nós, então que reconheçamos seu Autor e com ação de graças lhe magnifiquemos a complacência para conosco.

Onde *ficam* as ações de graças, se com iguarias ou com vinho a tal ponto de empanturres que ou te embotes ou sejas deixado inapto para os deveres da piedade e de tua vocação? Onde *fica* o reconhecimento de Deus, se *tua* carne, fervendo a vil paixão por excessiva abundância, infecta a mente com sua impureza, de tal sorte que não possas discernir o que de reto ou digno existe? Onde *fica*, na indumentária, a gratidão a Deus, se de seu suntuoso adereço admiramos não só a nós *próprios*, mas até mesmo desprezamos aos outros, se de *sua* elegância e beleza nos dispomos à impudicícia? Onde *fica* o reconhecimento de Deus, se as mentes são presas pelo esplendor dessas *coisas*? Ora, muitos entregam a tal ponto seus sentidos que a mente se prostra sufocada; muitos se comprazem em tal medida no mármore, no ouro, nas pinturas, que se tornam marmorizados, convertem-se, por assim dizer, em metais, se fazem semelhantes às figuras pintadas. Outros se deixam embotar pelo aroma da cozinha ou a fragrância de *seus* odores, de modo que não têm olfato para nada mais que seja espiritual. Isso mesmo se vê também nas demais *coisas*. Portanto, é evidente que esta consideração refreia até certo ponto a excessiva liberdade e o abuso dos dons de Deus, confirmando a regra de Paulo de não dar ocasião aos desejos da carne [Rm 13.14], os quais, se concede indulgência, se inflamam sem medida ou contenção.[148]

148. Primeira edição: “Em razão do que já evidente aqui se faz ser em larga escala coibida a liberdade de abusar [dos dons divinos] e confirmar-se essa regra de Paulo: que não exerçamos cuidado da carne para [satisfazer]-lhe as concupiscências ... às quais se demasiado se concede, refervem sem medida ou contenção.”

4. PRIMEIRA REGRA DO VIVER CONDIGNO: FAZER USO DE TUDO COM DESPRENDIMENTO, SEM AFETAÇÃO, NEM OSTENTAÇÃO, NA PERSPECTIVA DA VIDA CELESTIAL

Mas, nenhum caminho é mais seguro e mais expedito do que *aquele* que nos resulta do menosprezo da presente vida e da meditação da imortalidade celeste. Ora, daqui seguem-se duas regras: *primeira*, que *os* que usam deste mundo sejam dispostos exatamente como se *dele* não usassem; *os* que contraem matrimônio, como se *o* não contraíssem; *os* que compram, como se não comprassem, como preceitua Paulo [1Co 7.29-31]. Segunda, que saibam suportar a penúria não menos serena e pacientemente, quando se desfruta de abundância moderada. *Aquele* que prescreve que deves usar deste mundo como se *dele* não usasses, aniquila não apenas a intemperança da gula na comida e na bebida, a moderada indulgência na mesa, na moradia, na indumentária, a ambição, a soberba, a arrogância, o enfado, como também todo cuidado e predisposição que te afaste ou impeça do pensamento da vida celeste e do zelo de nutrir a alma.

De fato, da parte de Catão isto foi dito outrora com verdade: a preocupação da moda é grande; a despreocupação da virtude é maior. E, para usar do provérbio antigo: "Aqueles que estão muito ocupados no cuidado do corpo, quase sempre são negligentes da alma." Portanto, ainda que em coisas exteriores a liberdade dos fiéis não deva obrigar-se a uma fórmula fixa, contudo, certamente *ela* está sujeita a esta lei: que sejam complacentes consigo mesmos o mínimo possível; em contrapartida, que instam consigo com perene disposição de alma a amputar toda ostentação de excessiva e supérflua abundância, quanto mais a coibir a desmedida suntuosidade, e que se guardem diligentemente para que não façam dos meios de ajuda para si fatores de entrave.

5. SEGUNDA E TERCEIRA REGRAS DO VIVER CONDIGNO: SUPORTAR COM RESIGNAÇÃO AS PRIVAÇÕES DA POBREZA, SEM CEDER A ARROGANTE ALTIVEZ EM VINDA A ABUNDÂNCIA, E TER EM CONTA QUE TUDO O QUE TEMOS SÃO BENESSES DE DEUS CONFIADAS A NOSSA MORDOMIA

Uma segunda regra será que, *aqueles* a quem os recursos são limitados e escassos, saibam carecer *deles* pacientemente, para que não sejam atormentados por moderada cobiça. *Aqueles* que mantém essa moderação têm progredido não modestamente na escola do Senhor. Pelo contrário, o que neste ponto nada tenha aproveitado, dificilmente poderá provar que é discípulo de Cristo.[149] Ora, além *do fato* de

149. Primeira edição: "como também mal pode ter [o] de que se prove ser discípulo de Cristo [aquele] que neste aspecto não haja progredido ao menos até algum ponto."

que muitos outros vícios acompanham o desejo das coisas terrenas, *aquele* que suporta a penúria impacientemente, na abundância também quase sempre manifesta a enfermidade contrária. Quero dizer que *aquele* que se envergonhar de indumentária modesta, se vangloriará da luxuosa; *aquele* que não se contentar com uma ceia frugal, se afligirá ante o desejo de um *repasto* mais lauto; além disso, abusará desenfreadamente dessas suntuosidades, caso venha a apropriar-se delas; *aquele* que suportar relutantemente e de ânimo inconformado uma condição pobre e humilde, caso se cubra de honras, de modo nenhum deixará de ceder à arrogância. Portanto, todos *aqueles* em quem o zelo da piedade não é fingido devem lutar por isto: que aprendam, pelo exemplo do Apóstolo, a desfrutar de fartura, a passar fome, a ter abundância e a sofrer penúria [Fp 4.12].

Além disso, a Escritura tem também uma terceira regra pela qual regula o uso das coisas terrenas, acerca da qual dissemos algo quando tratávamos dos preceitos da caridade. Pois declara-se que todas elas nos foram assim outorgadas pela benignidade de Deus e destinadas ao nosso proveito, para que sejam como que depósitos dos quais um dia se haja de prestar conta. Portanto, assim importa administrá-las para que aos ouvidos nos soe constantemente esta ordem: "Dá conta de tua mordomia" [Lc 16.2]. Ao mesmo tempo, deve ocorrer-nos ***por quem*** é exigida essa prestação de contas. Deveras é por Aquele que, como tanto recomendou a abstinência, a sobriedade, a frugalidade, a moderação, também execra o luxo, a soberba, a ostentação, a vaidade; a quem não é aprovada outra gestão de bens senão aquela que esteja associada com a caridade; que já de sua boca condenou todos e quaisquer deleites que detraem o coração do homem da castidade e da pureza ou embotam sua mente de caligem.

6. QUARTA REGRA DO VIVER CONDIGNO: EM TODOS OS ATOS LEVAR EM CONTA A VOCAÇÃO OU ORDENAÇÃO DIVINA PELA QUAL SE DEVE PAUTAR

Finalmente, é preciso levar em conta isto: que o Senhor ordena a cada um de nós, em todas as ações da vida, que atentemos para sua vocação. Pois *ele* sabe com quão grande inquietude se inflama o engenho humano, de quão inconstante volubilidade cada um é levado para cá e para lá, quão ávida é sua ambição em abraçar diversas coisas a um só tempo. Portanto, para que através de nossa estultícia e temeridade, de cima abaixo, não se misturem todas *as coisas*, *Deus* ordenou a cada um seus deveres em gêneros distintos de vida. E para que alguém não ultrapassasse temerariamente seus limites, chamou ***vocações*** a essas modalidades de viver. Daí, para que não sejam levados em volta às cegas por todo curso da vida, a cada um foi atribuída pelo Senhor, como se fosse um posto de serviço, sua forma de viver.

Essa distinção, porém, é de tal forma necessária, que todas as nossas obras são estimadas diante de Deus através dela; de fato, com freqüência, de um modo bem

diferente que segundo o juízo da razão humana e filosófica. Nenhum feito é tido *por* mais nobre, até mesmo entre os filósofos, que *tentar* livrar a pátria da tirania. Todavia, é condenado abertamente pela voz do Árbitro celeste o *cidadão* privado que tenha deitado mão em um tirano [1Sm 24.7-11; 26.9]. Não quero, contudo, deter-me em citar exemplos. É bastante sabermos que a vocação do Senhor é em tudo o princípio e fundamento do agir correto, à qual quem não se reportar, jamais se aterá ao caminho reto em suas atividades. Talvez poderá *ele* às vezes engendrar algo louvável na aparência; entretanto, o que quer que isso seja à vista dos homens, será rejeitado diante do trono de Deus. Ademais, nenhuma harmonia haverá entre as próprias partes *adversas* da vida.

Conseqüentemente, a vida te será então ordenada o melhor possível, quando te dirigires a este escopo, porquanto alguém nem mesmo tentará, impelido pela própria temeridade, mais do que sua vocação permitir, uma vez que saberá não ser lícito exceder seus limites. Quem haverá de ser obscuro *de condição*, de cultivar *sua* vida individual não pesarosamente, de modo que não deserte a posição em que for divinamente colocado. Por outro lado, este não será um fraco alívio dos cuidados, labores, inquietações e outros fardos, enquanto cada um reconhecer que em todas estas *coisas* Deus é seu guia. De melhor grado o magistrado desempenhará suas funções, um chefe de família se restringirá ao dever, cada um em seu gênero de vida suportará e tragará as desvantagens, as preocupações, os aborrecimentos, as angústias, quando forem persuadidos de que a cada um seu fardo foi imposto por Deus. Daqui também brotará insigne consolação, *ou, seja*, desde que obedeças à tua vocação, nenhuma obra haverá de ser tão ignóbil e vil que diante de Deus não resplandeça e seja tida por valiosíssima.

CAPÍTULO XI

DA JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ, E, PRIMEIRAMENTE, DA PRÓPRIA DEFINIÇÃO DO TERMO E DA MATÉRIA

1. Necessidade e importância de uma exposição completa da doutrina da Justificação

Parece-me haver já exposto acima com bastante prudência como aos homens resta o único recurso de recuperar-se da maldição da lei pela fé na salvação.[150] *Também*, por outro lado, o que é a fé, que benefícios *ela* confere ao homem de Deus e quais frutos nele produz. Mas esta é a suma *do que foi dito*: que Cristo, que nos foi dado pela benignidade de Deus, nos é apreendido e possuído pela fé, mercê de cuja participação recebemos acima de tudo dupla raça, a saber, *primeiro* que, reconciliados com Deus por sua inculpabilidade, já temos nos céus em vez de um Juiz, um Pai propício; então que, santificados por seu Espírito, exercitamos inocência e pureza de vida,; e da regeneração, com efeito, que é a segunda graça *dessas duas*, já foi dito o que me parecia ser suficiente.

O tema da justificação foi por isso abordado mais ligeiramente, porque era mais relevante ao caso primeiro compreender não somente quanto a fé, pela qual unicamente, mercê da misericórdia de Deus, obtemos a justiça graciosa, não é improdutiva de boas obras, mas também de que natureza são as boas obras dos santos, acerca das quais versa parte desta questão. Portanto, agora importa discutir esta *doutrina* exaustivamente; e eis por que se impõe discuti-la, para que nos lembremos de que *este* é o ponto principal sobre o qual a religião se sustém, razão por que devemos devotar-*lhe* maior atenção e cuidado. Ora, como não tens nenhum fundamento sobre o qual a salvação te seja firmada, salvo se antes de tudo apreendas em que posição estejas diante de Deus e de que natureza seu juízo é em relação a ti, assim também não *tens fundamento* sobre o qual possas erigir a piedade para com Deus. Mas sobre a necessidade de se conhecer isso transparecerá melhor do próprio conhecimento.

---

150. Primeira edição: "Eu me parece haver já exposto acima, bastante cuidadosamente, como aos homens malditos pela na fé [lhes] reste o recurso único de recuperar-se a salvação."

2. NATUREZA E SENTIDO DA JUSTIFICAÇÃO

Contudo, para que não tropecemos no próprio limiar, *o* que aconteceria se entrássemos em uma discussão acerca de coisa desconhecida, expliquemos primeiramente que significam estas expressões: ***o homem é justificado diante de Deus*** e ***a justificação é pela fé ou pelas obras***.

Lemos que ***justificado diante de Deus*** é *aquele* que, ao juízo de Deus, não só é considerado justo, mas que também foi aceito em razão de sua justiça, porque, como a iniqüidade é abominável à vista de Deus, assim o pecador não pode achar graça a seus olhos, na qualidade de pecador e por quanto tempo for tido como tal. Conseqüentemente, onde quer que haja pecado, aí também se manifesta a ira e vingança de Deus. Portanto, justificado é *aquele* que não é tido na conta de pecador, mas de justo, e por esse titulo se posta firme diante do tribunal de Deus, onde todos os pecadores se prostram abatidos. Da mesma forma, se um inocente acusado for levado perante o tribunal de um juiz imparcial, depois de ser julgado segundo sua inocência, se diz que foi ***justificado*** diante do juiz; assim é justificado diante de Deus *aquele* que, excluído do número dos pecadores, tem a Deus por testemunha e arauto de sua justiça.

Portanto, por isso se dirá ser ***justificado pelas obras*** *aquele* em cuja vida se haverá de achar essa pureza e santidade que mereça o testemunho de justiça ante o trono de Deus, ou *aquele* que, em razão da integridade de suas obras, possa responder e satisfazer-lhe ao juízo. Em contraposição, será ***justificado pela fé*** aquele que, excluído da justiça das obras, apreende pela fé a justiça de Cristo, revestido da qual aparece perante Deus não como pecador, mas, pelo contrário, como justo. Portanto, interpretamos a justificação simplesmente *como* a ***aceitação mercê da qual, recebidos à sua graça, Deus nos tem por justos***. E dizemos que ela consiste na remissão dos pecados e na imputação da justiça de Cristo.

3. A ACEPÇÃO BÁSICA DA JUSTIFICAÇÃO À LUZ DE ALGUMAS PASSAGENS RELEVANTES DA ESCRITURA

Em confirmação desta matéria subsistem muitos e claros testemunhos da Escritura. De começo, não se pode negar que este é o sentido próprio e mais usado da palavra. Uma vez que, porém, seria demasiado prolixo coligir todas as referências e compará-las entre si, é suficiente que se chame a atenção dos leitores, porque por si mesmos, *o* observarão facilmente. Trarei à consideração apenas umas poucas, onde se trata expressamente esta justificação de que estamos falando.

Primeiramente, quando Lucas narra que, depois de ouvir a Cristo, o povo ***justificou a Deus*** [Lc 7.29], e quando Cristo declara que “a sabedoria é justificada por seus filhos” [Lc 7.35], *Lucas* ali não quer dizer que *o povo* ***confere justiça***, a qual

permanece sempre indivisa em Deus, uma vez que todo o mundo lhe tente arrebatar, nem tampouco aqui ***pretende fazer a doutrina da salvação justa***, a qual possui isso inerentemente. Pelo contrário, ambas as afirmações têm o mesmo sentido: de fato tributar a Deus e a sua doutrina o louvor que merecem. Por outro lado, quando Cristo exprobra aos fariseus por se justificarem *a si* próprios [Lc 16.15], não quer dizer que adquirem justiça agindo retamente, mas por estarem ambiciosamente cobiçando uma fama de justiça da qual são destituídos.

Os versados no idioma hebraico entendem melhor este sentido, *ou, seja*, que são também chamados ***ímpios*** não só *os* que em si são apenas cônscios de *seu* delito, como também *os* que sofrem o juízo da condenação. Ora, tampouco Batseba, enquanto diz que ela e Salomão serão ímpios [1Rs 1.21], reconhecendo o delito *cometido*; ao contrário, está se queixando de que ela e o filho virão a ser expostos ao opróbrio, *ou, seja*, que virão a ser contados entre os réprobos e condenados. Do contexto, contudo, evidencia-se prontamente que esta palavra, ainda quando se lê em latim, não pode ser tomada de outra forma que em sentido relativo; não, porém, que denote alguma qualidade.

Uma vez que de fato é pertinente à presente matéria que Paulo diga que a Escritura previra que pela fé Deus haveria de justificar os gentios [Gl 3.8], que outra *coisa* deverias entender *senão* que é pela fé que Deus imputa a justiça? Igualmente, quando diz que Deus justifica o ímpio que, pela fé, é de Cristo [Rm 3.26], qual pode ser o sentido, senão que pelo benefício da fé os liberta da condenação que sua impiedade merecia? Mais expressamente ainda, na conclusão *desse capítulo*, quando assim exclama: "Quem acusará os eleitos de Deus? É Deus quem *os* justifica. Quem *os* condenará? É Cristo quem morreu, mais ainda, quem ressuscitou, e agora intercede por nós" [Rm 8.33, 34]. Pois é exatamente como se estivesse a dizer: Quem acusará *aqueles* a quem Deus absolve? Quem condenará *aqueles* a quem Cristo defende com sua proteção?

Portanto, ***justificar*** outra *coisa* não é senão absolver de culpa aquele que era considerado culpado, como se sua inocência fosse provada. E assim, quando Deus nos justifica pela intercessão de Cristo, ele nos absolve não pela prova de justiça pessoal, mas pela imputação de justiça, de sorte que somos tidos por justos em Cristo, *nós* que inerentemente não *o* somos. Assim, no capitulo 13 dos Atos, no sermão de Paulo: "Por este se vos anuncia a remissão dos pecados, e todo *aquele* que nele crê está justificado de todas essas *coisas* das quais não pudestes ser justificados na lei de Moisés" [At 13.38, 39]. Vês que esta ***justificação*** se opõe à ***remissão*** dos pecados como que à guisa de interpretação: vês que se toma obviamente como uma ***absolvição***; vês que ***ela é abstraída às obras da lei***; vês que ela provém da pura ***benevolência de Cristo***; vês que é apreendida pela ***fé***; vês, finalmente, que se interpõe uma ***satisfação*** onde *ele* diz que somos justificados de *nossos* pecados através de Cristo.

Assim, quando se diz que o publicano desceu do templo justificado [Lc 18.14], não podemos dizer que conseguiu a justiça mercê de algum mérito de obras pessoais. Portanto, diz-se apenas isto: depois de haver obtido o perdão dos pecados, *ele* foi tido por justo diante de Deus. Logo, foi justo não por imposição de obras, mas mercê da graciosa absolvição de Deus. Por isso, basta ao propósito o que Ambrósio expressou-se, *a saber*, ele chama nossa legítima justificação de confissão dos pecados.

4. A JUSTIFICAÇÃO PODE SER SINTETIZADA NESTES QUATRO CONCEITOS: ACEITAÇÃO POR PARTE DE DEUS, IMPUTAÇÃO DA JUSTIÇA DE CRISTO, PERDÃO DOS PECADOS E RECONCILIAÇÃO COM DEUS

E, para que evitemos contenda acerca de uma palavra, se atentarmos para a coisa em si, como nos é descrita, nenhuma dúvida estará. Ora, Paulo designa, incontestavelmente, a justificação com o termo ***aceitação***, quando diz em Efésios [1.5, 6]: "Fomos destinados à adoção por intermédio de Cristo, segundo o beneplácito de Deus, para o louvor de sua gloriosa graça, mercê da qual nos teve *por* aceitos ou amados." Pois isso significa o mesmo que costuma dizer em outro lugar [Rm 3.24]: Deus nos justificou graciosamente. Além disso, no quarto capitulo *da Epístola* aos Romanos, primeiro a chama ***imputação da justiça***, e não hesita em incluí-la na ***remissão dos pecados***. Diz *Paulo*: "Davi diz que bem-aventurado é o homem a quem Deus toma *por* aceito ou imputa justiça sem obras, assim como foi escrito: Bem-aventurados *aqueles* de quem foram remitidas as iniqüidades" [Rm 4.6, 7; Sl 32.1]. Obviamente, que ele aí não está discutindo acerca de parte da justificação, mas de toda ela. Ademais, aprova a definição dada por Davi, quando declara que bem-aventurados são *aqueles* a quem se confere gracioso perdão dos pecados. Donde se faz evidente que esta justiça de que está falando simplesmente se contrapõe à culpa.

Mas, em relação a esta matéria, a melhor passagem de todas é aquela onde ele ensina que esta é a suma da embaixada evangélica: que ***sejamos reconciliados com Deus***, porquanto ele nos quer receber em graça, através de Cristo, sem nos imputar os pecados [2Co 5.18-20]. Ponderem os leitores cuidadosamente o contexto em sua inteireza, porque, acrescentando explicativamente pouco depois que "Cristo, que era sem pecado, foi feito pecado por nós" [2Co 5.21], como se estivesse a indicar o meio de reconciliação, indubitavelmente *o Apóstolo* não entende outra *coisa* pelo termo ***reconciliar*** que ***justificar***. Nem tampouco procederia *o* que ensina em outra lugar, *ou, seja*, que "pela obediência de Cristo somos constituídos justos" [Rm 5.19], se não fôssemos nele, e fora de nós, contados *por* justos diante de Deus.

5. FALÁCIAS DA DOUTRINA DA JUSTIÇA ESSENCIAL FORMULADA POR OSIANDRO

Contudo, visto que Osiandro introduziu não sei que monstro de uma ***justiça***

essencial, mediante o qual, embora não quisesse abolir a ***justiça graciosa***, todavia a envolveu deste nevoeiro, que priva as mentes pias, assim entenebrecidas do sério senso da graça de Cristo, impõe-me refutar esse desvario antes de passar a outras *considerações*.

Em primeiro lugar, esta especulação é de pura e gratuita curiosidade. De fato, *ele* amontoa muitos testemunhos da Escritura com os quais tenta provar que Cristo é um conosco, e nós, de nossa parte, *um* com ele, o que dispensa qualquer prova. Entretanto, visto que *ele* não observa o vínculo desta unidade, é evidente que a si próprio se emaranha. A nós, porém, que sustentamos que somos unidos com Cristo pelo secreto poder de seu Espírito, nos é fácil desvencilhar de todas as suas laçadas. Esse homem, como desejasse muito transferir para os homens a essência de Deus, acabou concebendo algo parecido com *o erro* dos maniqueus. Daqui, outra ficção sua, *a saber*, que Adão fora formado à imagem de Deus porque já antes da queda Cristo fora destinado a ser o protótipo da natureza humana. No entanto, uma vez que estou buscando ser breve, me limitarei à matéria em pauta.

Diz *ele* que somos um com Cristo. Estamos de pleno acordo. Negamos, entretanto, que a essência de Cristo se misture com a nossa. Então, dizemos que erroneamente se aplica a essas suas imposturas este princípio: que Cristo é nossa justiça porque *ele* é o Deus eterno, a fonte da justiça e a própria justiça de Deus. Que os leitores me perdoem se agora toco levemente *os pontos* que reservo para tratá-los mais amplamente em outro lugar, de acordo com a ordem da exposição.[151] Mas, ainda que se escuse de que com a expressão ***justiça essencial*** outra *coisa* não intenta senão que vá ao encontro desta proposição – que somos reputados justos em atenção a Cristo –, no entanto exprime claramente que, não contente com essa justiça que nos foi adquirida pela obediência e pelo sacrifício da morte de Cristo, imagina que somos substancialmente justos em Deus, seja por *sua* essência, seja por *sua* qualidade infusa.

Ora, esta é a razão por que contende tão veementemente que não somente Cristo habita em nós, mas também o Pai e o Espírito, *o* que, embora eu confesse ser verdadeiro, entretanto afirmo que ele torce isso perversamente. Pois ele deveria ter ponderado cuidadosamente o modo dessa habitação, isto é, que o Pai e o Espírito estão em Cristo; e assim como “nele habita a plenitude da divindade” [Cl 2.9], igualmente possuímos nele Deus em sua inteireza. Daí, tudo quanto disse do Pai e do Espírito, separadamente *de Cristo*, outra coisa não pretende senão separar de Cristo as pessoas simples.[152]

151. Primeira edição: “Perdoar-me-ão os leitores, se agora toco apenas de leve [pontos] que a ordem de consideração postula sejam deferidos para outro lugar.”

152. Primeira edição: “Logo, tudo quanto do Pai e do Espírito profere separadamente [de Cristo], a outro [resultado] não tende senão que de Cristo detraia os símplices.”

Então, introduz uma associação de substâncias mediante a qual, transferindo-se para nós, Deus faz de nós parte de sua pessoa. Ora, pelo fato de pelo poder do Espírito Santo sermos unidos com Cristo e de ser ele nossa cabeça e nós seus membros, por pouco ele nos mistura com sua essência.[153] Mas, sobretudo, ao manter que a justiça que possuímos é a do Pai e do Espírito, segundo sua divindade, descobre mais claramente seu pensamento, a saber, que não somos justificados exclusivamente pela graça do Mediador, e que a justiça não nos é oferecida simples e plenamente em sua Pessoa, mas que somos feitos participantes da justiça divina quando Deus se faz essencialmente uma só coisa conosco.

6. A concepção de Osiandro da justiça essencial o leva a confundir justificação e regeneração e santificação

Se *Osiandro* apenas dissesse que Cristo, ao justificar-nos, se faz nosso em conjunção essencial, não apenas que enquanto é homem é nosso Cabeça, mas também que em nós ele difunde a essência da natureza divina, com menor dano se alimentaria de suas fantasias; talvez nem mesmo houvesse suscitado tão grande contenção por causa desse desvario. Como, porém, o princípio do qual parte é semelhante à siba, a qual, mediante a ingestão de sangue negro e túrbido, oculta *suas* muitas caudas, a menos que queiramos, cônscia e deliberadamente, permitir que se nos arrebate essa justiça, somente a qual nos dá a confiança de gloriar-nos acerca de *nossa* salvação, forçoso se faz resistir bravamente *essa fantasia*.

Ora, em toda esta discussão, o substantivo ***justiça*** e o verbo ***justificar*** se estendem em duas direções, de modo que ***ser justificado*** é não apenas ser reconciliado com Deus, em virtude de seu gracioso perdão, mas ainda ser feito justo, de modo que a justiça é não a imputação graciosa, mas a santidade e a integridade que inspira a essência de Deus que em nós reside. Então nega veementemente que até onde Cristo, ao expiar os pecados *como* sacerdote, aplacou o Pai em relação a nós, *ele* é nossa justiça; ao contrário, isso ocorre porque ele é o Deus eterno e a vida.

Para provar esse primeiro *ponto* – que Deus justifica não tanto em perdoar, mas em regenerar –, [Osiandro] pergunta se porventura *aqueles* a quem justifica Deus os deixa como eram por natureza, nada mudando de *seus* vícios. A resposta é extremamente fácil, ou, seja, como Cristo não pode ser dividido em partes, assim também são inseparáveis estas duas que nele percebemos simultânea e conjuntamente: a ***justiça*** e a ***santificação***. Portanto, a todos quantos Deus recebe à *sua* graça, ele os dota ao mesmo tempo do Espírito de adoção [Rm 8.15], pelo poder por meio do qual

153. Primeira edição: "Ora, acontecer que pelo poder do Espírito Santo nos unamos com Cristo e nos seja [Ele] a cabeça e nós membros Seus, [Osiandro] há quase por nada, a não ser que Sua essência se nos misture."

os refaz à sua imagem. Com efeito, se a claridade do sol não pode ser separada de seu calor, porventura com isso diremos que a terra é aquecida por sua luz, mas que é iluminada por seu calor? À presente matéria, nada mais apropriado há que esta comparação: mediante seu calor, o sol dá vigor à terra e *a* torna fecunda; com seus raios, *a* clareia e ilumina. Aqui está uma conjunção recíproca e indivisível. Todavia, a própria razão veda que se transfira para uma o que é específico da outra. Nesta confusão de dupla graça que Osiandro *nos* impinge, o absurdo é semelhante, porque, de fato, *aqueles* a quem graciosamente Deus os renova por justos para cultivarem a justiça, *ele* mistura essa dádiva da regeneração com esta aceitação graciosa e contende que são uma e a mesma *coisa*. A Escritura, porém, unindo a ambas, contudo as enumera distintamente, para que a múltipla graça de Deus nos seja melhor patenteada. Ora, não é vã a afirmação de Paulo de que Cristo nos foi dado para justiça e santificação [1Co 1.30]. E todas as vezes que, ao exortar-nos à santidade e pureza de vida, nos dá como razão a salvação que nos foi adquirida, o amor de Deus e a bondade de Cristo, claramente nos demonstra que uma coisa é ser justificados, e outra é ser feitos novas criaturas.[154]

Quando, porém, se põe a citar a Escritura, ele deturpa todas as passagens. Quando Paulo diz que "a fé é imputada para justiça, não *àquele* que realiza obras, mas *ao* que crê naquele que justifica o ímpio" [Rm 4.4, 5], *Osiandro* interpreta ***justificar*** como significando ***fazer justo***. Com *essa* mesma temeridade *ele* deturpa todo esse quarto capítulo *da Epístola* aos Romanos. Nem mesmo hesita em mergulhar na mesma tintura *o* que citei pouco atrás: "Quem acusará os eleitos de Deus? É Deus quem *os* justifica" [Rm 8.33], onde, evidentemente, trata-se simplesmente de culpa e absolvição, e que o sentido do Apóstolo se inclina para a antítese *aí contida*. Daí, tanto naquele *seu* arrazoado quanto em citar evidências da Escritura, *Osiandro* se revela excessivamente infundado.

Ele, igualmente, em nada discorre mais corretamente acerca do termo ***justiça***, isto é, que a fé foi imputada a Abraão para justiça; e depois, havendo abraçado a Cristo, que é a justiça de Deus e o próprio Deus, ele foi enaltecido com sublimes virtudes. Donde se evidencia que, de duas *postulações* corretas, ele fez uma viciosamente deturpada, pois não pertence a todo o curso da vocação *de Abraão* a justiça da qual aí se faz menção, senão que, antes, o Espírito testifica que, embora fosse insigne a excelência das virtudes de Abraão, e perseverando por longo tempo lhe foi acrescido tão grande louvor, entretanto não de outra forma agradou a Deus, senão porque recebeu com fé a graça oferecida na promessa. Donde se segue que, como Paulo muito a propósito contende *nessa passagem*, não há na justificação lugar algum para as obras.

154. Primeira edição: "E vezes quantas da salvação para nós adquirida, do paterno amor de Deus, da graça de Cristo, arrazoa [ele] que havemos sido chamados à santidade e à pureza, está abertamente a indicar que ser justificados é algo diferente de ser feitos novas criaturas."

7. A FUNÇÃO DA FÉ NA JUSTIFICAÇÃO

O que *Osiandro* objeta, *dizendo* que o poder de justificar não reside na propriamente dita, mas até onde Cristo é recebido, de bom grado o admito. Ora, se a fé por si *mesma* justificasse, ou, como dizem, por virtude intrínseca, já que *ela* é sempre débil e imperfeita, isso *ela* não efetuaria senão em parte. Desse modo, a justiça seria deficiente, a qual nos conferiria só reduzida porção de salvação. Com efeito, não conseguimos imaginar tal coisa; pelo contrário, propriamente falando, dizemos que só Deus justifica; então transferimos isso mesmo a Cristo, visto que *ele* nos foi dado por justiça. A fé, realmente, a comparamos como a um vaso, porque, salvo se, ao buscar a graça de Cristo, nos achegamos *a ele* vazios, com a boca da alma aberta, jamais seremos capazes dele. Donde se conclui que não subtraímos a Cristo o poder de justificar enquanto ensinamos que é mediante a fé que ele é recebido antes de recebermos sua justiça.

Entretanto, nesse meio tempo, não estou admitindo as figuras tortuosas desse sofista, quando diz que "a fé é Cristo", como se na verdade um pote de barro fosse um tesouro, porque há ouro guardado nele. Ora, nem é diverso o arrazoado de que a fé, embora inerentemente não tenha nenhuma dignidade, ou nenhum valor, nos justifica ao nos prover Cristo, assim como um pote cheio de dinheiro torna rico o homem que o encontre. Portanto, afirmo que a fé é misturada insipientemente com Cristo, a qual é apenas o instrumento de apropriar-se a justiça, visto que ele é a causa material e, a um só tempo, o Autor e Ministro de tão grande beneficio. Já resolvemos também este problema de como se deva entender a palavra ***fé***, onde se trata da justificação.

8. IMPROCEDÊNCIA DA TESE DE OSIANDRO DE QUE CRISTO SE FEZ NOSSA JUSTIÇA EM FUNÇÃO UNICAMENTE DE SUA NATUREZA DIVINA, NÃO DA HUMANA

Em referência ao *modo de* recebimento de Cristo, *Osiandro* vai ainda mais longe, a saber, que a Palavra interior é recebida pela ministério da Palavra exterior, mediante o qual somos transportados do sacerdócio de Cristo e da pessoa do Mediador à sua eterna divindade. Quanto a nós, certamente não dividimos a Cristo; ao contrário, confessamos que Aquele mesmo que nos reconcilia com o Pai em sua carne, e *nos* dotou de justiça, é a eterna Palavra de Deus, *e reiteramos* que ele não podia haver cumprido de outra forma as funções de Mediador, e assim adquirir-nos a justiça, a não ser que ele fosse o Deus eterno. Mas temos aqui o parecer de Osiandro: uma vez que Cristo é Deus e homem, ele se fez nossa justiça em relação à natureza divina, não à humana. Entretanto, se isso é próprio da divindade, então não será peculiar a Cristo; pelo contrário, sendo comum com o Pai e o Espírito, a justiça de um não é diferente da *justiça* dos outros dois. Além disso, não seria correto dizer

que o que existiu naturalmente, desde toda a eternidade, foi feito. Mas ainda que concordemos que Deus foi feito nossa justiça, como harmonizar isso com o que diz Paulo: que Deus fez a Cristo nossa justiça (1Co 1.30)?[155] Seguramente que isto é peculiar à pessoa do Mediador, a qual, ainda que em si contenha a natureza divina, aqui, contudo, é assinalada de título próprio, mercê do qual *Cristo* é reconhecido distintamente do Pai e do Espírito.

Nesciamente, de fato canta triunfo *Osiandro* em uma palavra de Jeremias, onde promete que o Senhor haverá de ser nossa justiça [Jr 23.6; 33.16; 51.10]. Com efeito, daí *ele* nada mais poderá deduzir senão que Cristo, que é nossa justiça, é Deus manifesto na carne [1Tm 3.16]. Em outro lugar, indicamos do sermão de Paulo que "Deus adquiriu para si a Igreja com seu sangue" [At 20.28]. Se alguém inferir daí que o sangue pelo qual foram expiados os pecados é divino e *parte* da *própria* natureza divina, quem haverá de tolerar erro tão grosseiro?

Entretanto, Osiandro pensa que conseguiu tudo pelo uso dessa sutileza tão pueril, e se incha, exulta e enche muitas páginas de seus termos empolados, quando, no entanto, a solução é simples e expedita, *a saber*, que de fato o Senhor, quando viesse a tornar-se descendência de Davi, haveria de ser a justiça dos piedosos; sentido no qual o ensina Isaías: "Pelo conhecimento de si meu servo, o justo, justificará a muitos" [Is 53.11]. Notemos que quem está falando é o Pai, o qual atribui ao Filho o papel de justificar, que adiciona a causa: ***para que seja justo***; que o modo ou meio, como dizem, o situa no ensino mercê do qual Cristo é conhecido. Ora, mais pertinente é tomar o termo *daath* [hebraico דַּעַת – *conhecer* ou *conhecimento*] em acepção passiva.

Isto posto, concluo *primeiramente* que Cristo se fez nossa justiça quando "se revestiu da forma de servo" [Fp 2.7]; segundo, que *ele* nos justifica no fato de que se mostrou obediente ao Pai [Fp 2.8]; e daí ele nos faz isso não em função da natureza divina, mas em razão da dispensação a si atribuída. Pois ainda que só Deus seja a fonte da justiça, não somos justos de outra forma senão por sua participação; no entanto, visto que fomos alienados de sua justiça por um infeliz dissídio, nos é necessário descer a este remédio inferior: que Cristo nos justifica pelo poder de sua morte e ressurreição.

9. A JUSTIFICAÇÃO É OBRA DO MEDIADOR OU, SEJA, DO LOGOS ENCARNADO; PORTANTO, DA PRÓPRIA NATUREZA HUMANA DE CRISTO

Se *Osiandro* objetar *dizendo* que esta obra, por sua excelsitude, transcende a

155. Primeira edição: "Ademais, não seria congruente dizer-se "que se nos fez" [o] que existiu de natureza desde a eternidade. Mas, ainda que isto concedamos, que Deus Se nos há feito justiça, como [com isto] se harmonizará o que foi interposto [por Paulo]: que por Deus [Cristo] nos foi feito [justiça]?"

natureza humana, e por isso não pode senão ser atribuída à natureza divina, admito a primeira *parte*; nesta segunda, afirmo que ele age de forma insipiente. Ora, ainda que Cristo com seu sangue não podia purificar nossas almas, nem com seu sacrifício aplacar ao Pai, tampouco livrar-nos da culpa, e por fim nem desempenhar o ofício de sacerdote, a não ser que fosse verdadeiro Deus, porquanto a capacidade da carne era insuficiente para tão pesada carga, no entanto é certo que *ele* levou a bom termo tudo isso em conformidade com a natureza humana. Pois, se Paulo for indagado de como fomos justificados, então responde: ***pela obediência de Cristo*** [Rm 5.19]. Mas, porventura *ele* obedeceu de outra forma além daquela assumida como servo? [Fp 2.7]. Donde concluímos que a justiça nos foi exibida em sua carne. De igual modo, com outras palavras, as quais muito me admiro como Osiandro não se envergonha de citá-las tão freqüentemente, *Paulo* declara que a fonte da justiça não está em outro lugar senão na carne de Cristo: "Aquele que não conhecia pecado, *ele* o fez pecado por nós, para que nele fôssemos justiça de Deus" [2Co 5.21].

Osiandro exalta à boca cheia a justiça de Deus, e canta seu triunfo, como se houvesse conquistado a vitória de que a justiça de Deus nos é essencial, quando *coisa* muito diferente expressam as palavras, *a saber*, que somos justos pela expiação feita através de Cristo. Sabe-se muito bem que aqueles que conhecem *apenas* os rudimentos, que deve-se tomar ***justiça de Deus*** como aquela que é aprovada por Deus, *não como aquela que é sua própria essência*, assim como em João [12.43] a ***glória de Deus*** se contrasta com a ***glória dos homens***. Sei que amiúde se chama ***justiça de Deus*** *àquela* da qual Deus é o próprio autor e da qual nos dota; mas os leitores sensatos notam, *mesmo* ficando eu calado, que nesta passagem outra coisa não se entende senão que nos mantemos diante do tribunal de Deus apoiados no sacrifício expiatório da morte de Cristo.

Nem tanta importância há na palavra, desde que Osiandro concorde conosco quanto ao fato de que somos justificados em Cristo até onde *ele* se fez vítima expiatória em nosso favor, *o* que não se coaduna à sua natureza divina. Razão por que também, quando Cristo quer selar a justiça e salvação que nos proveu, propõe em sua própria carne um penhor seguro. Ele diz ser de fato "o pão da vida" [Jo 6.48]; mas, explicando a maneira de ser pão, acrescenta que sua carne é verdadeiramente comida, e *seu* sangue é verdadeiramente bebida [Jo 6.55], um método de ensinar que se percebe nos sacramentos, os quais, embora dirijam nossa fé ao Cristo inteiro, não a meio *Cristo*, contudo, ensinam, ao mesmo tempo, que em sua carne reside a matéria da justiça e da salvação, não que por si mesmo justifique e vivifique *como* mero homem, mas porque aprouve a Deus revelar no Mediador *o* que em si era oculto e incompreensível. Do quê costumo dizer que Cristo nos é como que uma fonte aberta, da qual tiramos *o* que, de outra sorte, jazeria sem fruto naquele manancial escondido e profundo que nos brota da pessoa do Mediador.

Desta forma e *neste* sentido, não nego que Cristo nos justifica, enquanto é Deus e homem, que esta obra *de justificação* é *tarefa* comum também do Pai e do Espírito Santo; finalmente, que a justiça da qual Cristo nos faz participantes com ele é a justiça eterna do Deus eterno – contanto que *Osiandro* concorde com as razões sólidas e claras razões que citei.

10. A apropriação da justiça de Cristo se processa através da união mística ou espiritual com Cristo, não através de união essencial, como Osiandro insiste

Além disso, para que *Osiandro* não engane aos inexperientes com seus sofismas, afirmo que estamos privados dessa tão incomparável *justiça de Cristo* até que ele se faça nosso. Portanto, essa conjunção da Cabeça e dos membros, *essa* morada de Cristo em nosso coração, enfim, *essa* união mística *de Cristo conosco* é por nós estatuída como da mais alta importância, de modo que, feito nosso, Cristo nos faça participantes dos dons de que foi dotado. Daí, para que sua justiça nos seja imputada, não o visualizamos ao longe, fora de nós; mas, porque dele nos vestimos e em seu corpo fomos enxertados, enfim, *ele* foi dignado fazer-nos um consigo, por isso nos gloriamos de ter com ele participação em sua justiça. E assim fica refutada a afirmação caluniosa de Osiandro de que a fé nos é contada por justiça. Como se esbulhássemos a Cristo de seu direito quando dizemos que, mediante a fé, nos achegamos a ele vazios, de modo que damos lugar à sua graça para que ele nos encha de justiça. Osiandro, porém, rejeitando esta conjunção espiritual, insiste na crassa mistura de Cristo com os fiéis, e por isso maldosamente chama de zwinglianos a todos quantos não subscrevem ao seu fanático erro acerca da justiça essencial, visto que não concordam que Cristo é substancialmente comido na Ceia.

Na verdade, a mim representa suma glória ouvir esta invectiva da parte de um homem presunçoso e entregue a suas sutilezas, se bem que *ele* acosse não somente a mim, mas também a escritores sobejamente conhecidos no mundo, a quem ele deveria reverenciar com modéstia. Pessoalmente, nada me importa, visto que não estou legislando em causa própria. Por isso, ainda mais sinceramente me entrego esta causa, já que estou livre de todo sentimento indigno. Portanto, o fato de tão irracionalmente insistir na justiça essencial, e na habitação essencial de Cristo em nós, isso se deve, primeiramente, que Deus infiltra em nós uma crassa mistura, assim como na Ceia ele imagina uma mastigação física; em segundo lugar, que sopra em nós sua justiça, mediante a qual somos realmente justos com ele, uma vez que, em sua opinião, esta justiça tanto é o próprio Deus quanto a bondade, a santidade e a integridade de Deus.

Não gastarei muito de esforço em refutar os testemunhos *da Escritura* que *Osian-*

dro adiciona, os quais *ele* torce incorretamente, da vida celeste à situação presente. "Através de Cristo", diz Pedro, "nos foram dadas promessas preciosas e mui grandes, para tornar-nos participantes da natureza divina" [2Pe 1.4]. Como se já agora fôssemos quais o evangelho promete que seremos na última vinda de Cristo! Com efeito, João nos relembra que então haveremos de ver a Deus tal como *ele* é, porquanto seremos semelhantes a ele [1Jo 3.2].

Apenas quis dar aos leitores uma leve amostra, se me for dada permissão de descontinuar *a consideração* destas disputas, não que refutá-las seja algo difícil, mas porque não desejo ser enfadonho num trabalho supérfluo.

11. A doutrina da justiça essencial sustentada por Osiandro não só obscurece a distinção de justificação santificação, mas também frustra a própria natureza da salvação

Entretanto, maior veneno está latente no segundo item, onde *ele* ensina que somos justos em conjunção com Deus. Julgo haver já provado suficientemente que, embora esta doutrina não fosse tão nociva, contudo, visto que *ela* é frígida e débil, e se dissipa em sua *própria* fatuidade, com razão deve ser insípida aos leitores judiciosos e pios. É uma impiedade intolerável querer destruir a confiança de nossa salvação sob o pretexto da dupla justiça, a qual esse demente quis forjar e querer-nos fazer caminhar pelas nuvens para separar-nos da tranqüilidade de nossa consciência, que se apoia na morte de Jesus Cristo, impedindo-nos de invocar a Deus com ânimo tranqüilo e confiante.[156]

Ri-se Osiandro daqueles que ensinam que ***ser justificado*** *é* um termo forense, pois *insiste* que nos é necessário ser justos. Também nada mais o abomina do que sermos justificados por imputação gratuita. Mas, se Deus não nos justifica *nos* absolvendo e perdoando, o que quer dizer esta afirmação de Paulo: "Deus estava em Crista reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens *seus* pecados", pois "Aquele que não havia cometido pecado, ele o fez pecado por nós, para que nele fôssemos justiça de Deus"? [2Co 5.19, 21]. Antes de tudo, obtenho disso que considerados justos são *aqueles* que são reconciliados com Deus, e em seguida se insere o modo *dessa reconciliação*: que Deus justifica perdoando, assim como em outro lugar se contrasta justificação com acusação, antítese que demonstra claramente que *essa* locução – ***ser justificado*** – foi tomada do uso forense. Certamente que, qualquer pessoa que é medianamente versada na língua hebraica verá que tal expressão é tomada daí e qual é seu verdadeiro alcance.[157]

---

156. Primeira edição: "Mas, esta é impiedade de modo algum tolerável: com o pretexto de uma dupla justiça destruir a confiança da salvação e arrebatar-nos acima das nuvens, para que, havendo [nós] abraçado pela fé a graça da expiação, não invoquemos a Deus de alma tranqüila."

157. Primeira edição: "Nem, na verdade, quem quer que na língua hebraica seja medianamente versado,

Agora, porém, que Osiandro me responda: quando Paulo diz que justiça sem obras é descrita por Davi nestas palavras: "Bem-aventurados *aqueles* cujas iniqüidades foram perdoadas" [Rm 4.7; Sl 32.1], porventura esta definição é plena, ou só pela metade? Certamente que *Paulo* não evoca o Profeta *por* testemunha, como se estivesse ensinando que o perdão dos pecados é parte da justiça ou concorre para justificar o homem; pelo contrário, encerra toda a justiça na remissão gratuita, pronunciando ser bem-aventurado o homem cujos pecados foram cobertos, a quem Deus perdoou as iniqüidades e a quem não imputa as transgressões, e disso depende toda sua felicidade, pois que essa pessoa não é inerentemente justa, mas o é por imputação.

Osiandro objeta dizendo que tal coisa seria insultuosa a Deus e contrária à sua natureza, pois que justifica os que de fato permanecem ímpios. Com efeito, é preciso ter em mente o que eu já disse: que a graça de justificar não se separa da regeneração, visto que são coisas distintas. No entanto, uma vez que, mediante a experiência, é mais do que suficientemente notório que nos justos sempre perduram remanescentes do pecado, *eles* são, necessariamente, justificados de maneira muito diferente da que são regenerados para a novidade de vida. Pois Deus assim inicia este segundo *processo* em seus eleitos, e nele progride paulatinamente, e por vezes lentamente, por todo o decurso da vida, de modo que estão sempre sujeitos à sentença de morte diante de seu tribunal. Ele os justifica, porém, não parcialmente, mas de modo tal que, como que vestidos da pureza de Cristo, possam apresentar-se livremente nos céus. Porque uma parte de justiça não apaziguaria a consciência, enquanto não estivéssemos seguros de que agradamos a Deus, por isso somos justos diante dele sem restrição.[158] Donde se segue que a doutrina da justificação é transtornada e abatida até os alicerces, quando se infunde dúvida às almas, abalada é a confiança da salvação, a livre e animosa invocação *de Deus* sofre empecilho, ainda pior, não se estabelece firmemente a paz e tranqüilidade com alegria espiritual. E esta é a razão por que Paulo argumenta das *coisas* contrárias, para demonstrar que a herança não provém da lei [Gl 3.18], já que, se dependesse das obras, ela seria destituída de valor, visto que nem o mais santo acharia nela razão para se gloriar.

Esta distinção entre justificar e regenerar, a qual Osiandro, confundindo a ambos, chama de ***dupla justiça***, é eloqüentemente expressa por Paulo, pois, falando de sua real justiça, ou da integridade de que fora dotado, à qual Osiandro impõe o título de ***justiça essencial***, exclama amargamente: "Miserável *sou* eu! Quem me livrará do corpo desta morte?" [Rm 7.24]. Refugiando-se, porém, na justiça que se fun-

---

desde que o mesmo seja de sóbria celebração, ignora daí haver-se originado esta frase, então, a que tenda e quê signifique."

158. Primeira edição: "Ora, nem daria paz às consciências alguma porção de justiça até que haja ficado estabelecido que agradamos a Deus, por isso que somos, sem restrição, justos diante dele."

damenta unicamente na misericórdia de Deus, gloria-se ufanosamente, na vida, na morte, nos ultrajes, na penúria, na espada e em todas as coisas adversas: “Quem formulará acusação contra os eleitos de Deus, a quem *ele* próprio justifica? Pois estou seguramente persuadido de que nada nos separará de seu amor em Cristo” [Rm 8.33, 38, 39]. Proclama claramente possuir a justiça que é plenamente suficiente é para a salvação diante de Deus; de tal maneira que aquela mísera servidão, por cuja causa pouco antes deplorava sua sorte, por ser dela cônscio, em nada suprime a confiança de gloriar-se, nem lhe serve de empecilho para conseguir seu intento. Esta diversidade é suficientemente conhecida e particularmente familiar a todos os santos, que gemem sob o fardo de *suas* iniqüidades, e contudo com vitoriosa confiança sobrepujam a todos os temores.

Quanto ao que Osiandro objeta, de que isso não é próprio da natureza de Deus, se volta contra ele; porquanto, embora ele vista os santos com a ***dupla justiça***, como que de uma roupa forrada de peles, contudo, se vê obrigado a confessar que ninguém agrada a Deus sem a remissão dos pecados. Se isso é verdade, que *ele* conceda ao menos que são contados *por* justos, segundo, como dizem, o quinhão assegurado da imputação, *aqueles* que não o são de fato. Contudo, até onde parcelará o pecador esta aceitação graciosa, que é posta em lugar da justiça? Porventura por libra ou por onça? Certamente penderá incerta e vacilante, para esta e para aquela parte, porquanto não *lhe* será possível tomar para si quanto de justiça será necessário para confiança inabalável. Ainda bem que não é o árbitro desta causa *esse* que gostaria de prescrever lei a Deus!

Mas isto permanecerá firme: “Para que sejas justificado em tuas palavras, e venças quando fores julgado” [Sl 51.4]. De quão grande arrogância, porém, é condenar ao Juiz Supremo quando *ele* absolve graciosamente, como se não vigorasse esta *sua* resposta: “Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia!” [Ex 33.19]. E, no entanto, a intercessão de Moisés que Deus conteve com essa afirmação não visava a que não perdoaria a ninguém, mas, ao contrário, que, abolida a condenação, absolve a todos igualmente, ainda que fossem passíveis de culpa. E por isso podemos nós com certeza dizer que, sepultados os pecados, os perdidos estão justificados diante de Deus, porque, como *ele* abomina o pecado, não pode amar senão *aqueles* a quem justifica. Mas, eis um maravilhoso modo de justificar: que, cobertos com a justiça de Cristo, não tremam ante o juízo de que são merecedores, e enquanto com razão a si mesmos se condenam, sejam tidos por justos fora de si mesmos.

12. Consideração final em refutação à tese de Osiandro: a justificação é obra do Mediador, não só de sua natureza divina

Contudo, os leitores devem estar prevenidos para que prestem cuidadosamente atenção ao mistério do qual *Osiandro* se jacta de não querer ocultar deles. Ora,

depois que, por longo tempo e prolixamente, ele contende que conseguimos favor diante de Deus não só pela imputação da justiça de Cristo, porquanto lhe seria impossível ter por justos *os* que não o são (estou usando suas *próprias* palavras), afinal conclui que Cristo nos foi dado para justiça, não com respeito à natureza humana, mas à divina; e visto que esta *justiça* não pode ser encontrada senão na pessoa do Mediador, contudo *ela* é justiça não do homem, mas de Deus.

Agora ele já não está fiando seu cordel com as duas justiças; contudo, obviamente alija da natureza humana de Cristo o ofício de justificar. Vale, porém, a pena tomar conhecimento da argumentação que ele apresenta. Ele sustenta que nesta mesma passagem [1Co 1.30] lemos que Cristo foi constituído por ***sabedoria***, o que não compete senão à Palavra eterna. Logo, *a seu ver*, Cristo é *nossa* justiça não como homem. Replico que o Filho Unigênito de Deus na verdade foi *sempre* sua eterna sabedoria, mas em Paulo esse título lhe é atribuído de modo diverso, visto que "nele estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento" [Cl 2.3]. Portanto, *o* que *ele* tinha junto ao Pai, no-lo manifestou; e assim *aquilo* que Paulo diz não se refere à essência do Filho de Deus, mas ao nosso modo de ser e se aplica apropriadamente à natureza humana de Cristo; porquanto, visto que antes de revestir-se da carne, a luz brilhava nas trevas [Jo 1.5]; contudo era uma luz opaca até que o próprio Cristo se apresentou em natureza de homem, ***o Sol da Justiça*** [Ml 4.2], o qual, por isso, se chama a ***Luz do Mundo*** [Jo 8.12]. Ele ainda objeta estultamente dizendo que o poder de justificar paira muito acima da capacidade, tanto dos anjos quanto dos homens, visto que isso depende não da dignidade de qualquer criatura, mas da ordenança de Deus. Se aos anjos agrada fazer satisfação a Deus, nada conseguirão, pois não foram para isso destinados, mas isso foi peculiar ao homem Cristo, o qual "foi sujeito à lei para que nos redimisse da maldição da lei" [Gl 3.13].

Aos que negam que Cristo é nossa justiça segundo a natureza divina, Osiandro também os acusa injustamente; afirma que deixam a Cristo apenas uma parte, e, o que é pior, os acusa de fazerem dois deuses, porquanto, embora confessem que Deus habita em nós, proclamam, no entanto, que não é pela justiça de Deus que somos justos. Ora, nem se chamarmos Cristo o autor da vida, visto que sofreu a morte "para que destruísse aquele que tinha o império da morte" [Hb 2.14], ainda assim estamos defraudando desta honra Aquele que é todo indiviso, como Deus manifesto na carne; pelo contrário, estamos apenas distinguindo como a justiça de Deus nos chega, para que a fruamos; no que Osiandro cai em erro por demais crasso. Com efeito, não negamos que o que nos é dado manifestamente em Cristo promana da graça e virtude secretas de Deus; tampouco contendemos que a justiça que Cristo nos confere não seja a justiça de Deus, a qual de fato procede dele. Mas, isto sustentamos firmemente: que nossa justiça e vida estão na morte e ressurreição de Cristo.

Deixo de considerar esse amontoado de passagens, que é de causar vergonha, com que, sem discriminação e até mesmo sem senso comum, ele onerou os leitores *no afã de provar* que sempre que *na Escritura* se faz menção de justiça, ela deve ser entendida como ***justiça essencial***; como, por exemplo, quando Davi implora a justiça de Deus para lhe fornecer ajuda, embora faça isso cem vezes, Osiandro não hesita em corromper tão grande número de passagens.

Também o que ele objeta nada tem de sólido, *a saber*, que a justiça é própria e corretamente definida *como aquela* em virtude da qual somos movidos a agir retamente, mas de fato "Deus opera em nós não apenas o querer, como também o realizar" [Fp 2.13]. Ora, não negamos que por meio de seu Espírito Deus nos reforme à santidade e retidão de vida, mas é preciso ver, primeiro, se porventura ele faz isso pessoal e imediatamente, ou de fato através da mão de seu Filho, em quem depôs toda a plenitude do Espírito Santo, para que, por sua magnificência, houvesse de suprir a indigência de *seus* membros. Além disso, ainda que a justiça nos advenha da fonte secreta da divindade, no entanto não se segue que Cristo, que se santificou na carne por nossa causa [Jo 17.19], seja nossa justiça em conformidade com a natureza divina.

Não menos frívolo é o que acrescenta, *ou, seja*, que o próprio Cristo foi justo em virtude da justiça divina; porquanto, a não ser que a vontade do Pai o houvesse impulsionado, certamente ele não teria desempenhado as funções a si atribuídas. Ora, visto que foi dito em outro lugar que todos os méritos do próprio Cristo promanam do mero beneplácito de Deus, entretanto isso nada *acrescenta* ao aspecto com que Osiandro fascina seus *próprios* olhos e os dos simplórios. Porque, quem será tão insensato que conclua com ele que, visto que Deus é a fonte e o princípio de nossa justiça, por isso somos essencialmente justos, e que a essência da justiça de Deus habita em nós?[159]

Isaías [59.17] diz que, ao redimir a Igreja, "Deus se vestiu de sua justiça como de uma couraça." Porventura, isso se deu para que se despojasse a Cristo das armas que lhe havia dado, de modo que não viesse a ser o perfeito Redentor? Com efeito, o Profeta não quis dizer outra *coisa*, *senão* que, para redimir-nos, Deus nada tomara de empréstimo fora de si mesmo, nem foi ajudado por qualquer auxílio. Paulo ratificou isso sucintamente, em outras palavras: que *Deus* nos deu a salvação para a manifestação de sua justiça [Rm 3.25]. Isso, porém, de modo algum derruba o que ensina em outro lugar, *a saber*, que "somos justos pela obediência de um homem" [Rm 5.19]. Enfim, todo aquele que envolve uma dupla justiça, de sorte que as míseras almas não descansem na pura e única misericórdia de Deus, está coroando a Cristo com escárnio de espinhos entrelaçados.

159. Primeira edição: "Pois, quem permita concluir que, uma vez que Deus é a fonte e o princípio de nossa justiça, somos nós justos em essência e em nós habita a essência da justiça de Deus?"

13. A JUSTIFICAÇÃO É TÃO-SOMENTE PELA FÉ, SEM A INCLUSÃO DE QUALQUER OBRA HUMANA

Visto que, porém, boa parte dos homens imagina uma justiça amalgamada pela fé e pelas obras, também já demonstramos previamente que a justiça da fé e *a justiça* das obras diferem entre si; que, em subsistindo uma, necessariamente se derrua a outra. O Apóstolo diz que "reputara tudo como escória, para ganhar a Cristo e nele ser achado, não tendo sua *própria* justiça, a qual procede da lei, mas *aquela* que provém da fé em Jesus Cristo, a justiça que provém de Deus mediante a fé" [Fp 3.8, 9]. Vês que aqui há não só uma comparação de contrários, como também se indica ser necessário que aquele que queira obter a justiça de Cristo deve dar de mão à justiça própria. Por isso, ensina em outro lugar [Rm 10.3] que esta foi a causa da ruína dos judeus: que "desejando estabelecer sua *própria* justiça, não se sujeitaram à justiça de Deus". Se ao estabelecer a justiça própria, alijamos a justiça de Deus, para que consigamos esta, então necessariamente aquela é inteiramente abolida.

Ele também mostra isso mesmo quando declara que nossa jactância é excluída não pela lei, mas pela fé [Rm 3.27]. Donde se segue que por quanto tempo permanecer a mínima parcela de justiça *proveniente* das obras, em nós permanece alguma razão de nos gloriarmos. Ora, se a fé exclui toda jactância, a justiça *proveniente* das obras de modo algum pode associar-se à justiça *proveniente* da fé. Nesse sentido, *Paulo* fala tão claramente no quarto capitulo *da Epístola* aos Romanos, que não deixa algum a sofismas ou tergiversações. "Se Abraão", diz *ele*, "foi justificado pelas obras, tem de que se gloriar"; *porém* acrescenta: "Contudo, ele não tem de que se gloriar diante de Deus" [Rm 4.2]. Portanto, segue-se que *Abraão* não foi justificado pelas obras.

A seguir, Paulo propõe outro argumento com base nos contrários. Quando se dá às obras alguma recompensa, isso se faz ***por dívida***, não ***por graça*** [Rm 4.4]. Mas a justiça é atribuída à fé em conformidade com a graça. Portanto, isso não se dá em função dos méritos de obras. Que se evapore, pois, o sonho daqueles que imaginam uma justiça mesclada de fé e abras.

14. NEM MESMO AS PRÓPRIAS OBRAS DOS REGENERADOS, FEITAS PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO, SERVEM PARA A JUSTIFICAÇÃO

Os sofistas imaginam possuir uma evasiva sutil, os quais, da perversão da Escritura e de sofismas fúteis, constroem para si passatempos e diversões, pois interpretam *essas* obras *como sendo aquelas* que, à parte da graça de Cristo, apenas os homens ainda não regenerados fazem segundo a letra e pelo impulso de *seu* livre-arbítrio. Negam, porém, que isso se refira às obras espirituais. E assim, segundo eles, o homem é justificado tanto pela fé quanto pelas obras, só que não são obras

propriamente suas; ao contrário, são graças de Cristo e frutos da regeneração. Pois *sustentam* que Paulo falou assim não por outra razão, mas para convencer aos judeus, fiados em suas *próprias* forças de que estultamente reivindicavam justiça para si, quando somente o Espírito de Cristo no-la confere, não o esforço da própria ação de *nossa* natureza.

Com efeito, não observam que na antítese de justiça da lei e *justiça* do evangelho, que Paulo adiciona em outro lugar [Gl 3.11, 12], estão excluídas todas e quaisquer obras, qualquer que seja o título com que sejam adornadas. Ora, *ele* ensina que esta é a justiça da lei: que *aquele* que cumprir o que a lei ordena obtenha a salvação; *esta*, porém, é a justiça da fé: se cremos que Cristo morreu e ressuscitou [Rm 10.5, 9]. Além disso, mais adiante veremos, em seu lugar, que *estes* benefícios de Cristo – a santificação e a justiça – são diferentes. Donde se segue que, onde de fato se atribui à fé o poder de justificar não entram em questão *nem mesmo* as obras espirituais. Mais ainda, quanto Paulo diz que Abraão não teve de que se gloriar diante de Deus, visto que ele não é justo segundo as obras, não limita isto a uma aparência ou brilho de virtude, nem à pretensão que Abraão porventura nutrisse de seu livre-arbítrio;[160] pelo contrário, ainda que a vida do Patriarca fosse espiritual e quase angélica, entretanto seus méritos *provenientes* das obras não são suficientes para lhe granjear a justiça perante Deus.

15. A CONCEPÇÃO ERRÔNEA DOS ESCOLASTAS EM RELAÇÃO À FUNÇÃO DA GRAÇA E DAS OBRAS NA JUSTIFICAÇÃO

Um pouco mais estúpidos foram os escolastas que misturaram suas poções. Todavia, estes embriagam os simples e incautos com uma doutrina não menos pervertida, encobrindo com uma máscara de ***Espírito*** e de ***graça*** a misericórdia de Deus, somente a qual pode tranqüilizar as almas atemorizadas. De fato, confessamos com Paulo que os cumpridores da lei é que são justificados perante Deus. Mas, uma vez que todos nos distanciamos muito da observância da lei, por isso daqui concluímos que as obras em nada nos ajudam no que deveriam mais valer para justiça, já que somos privados delas.

No que tange ao comum dos papistas ou escolastas, aqui se enganam duplamente, não só porque à fé chamam a certeza de consciência em esperar de Deus recompensa por *seus* méritos, mas também porque interpretam a ***graça de Deus*** não *como* a imputação de justiça graciosa, mas, ao contrário, *como* a assistência do Espírito na busca da santidade. Lêem no Apóstolo: "Porque é necessário que aquele que se

160. Primeira edição: "Nem, na verdade, Paulo, onde nega, [o] que citei pouco atrás, ter Abraão por quê se glorie de Deus, visto que não é justo por obras, deve isto restringir-se à expressão literal e externa das virtudes ou à ação do livre-arbítrio."

aproxima de Deus creia que ele existe, e que é galardoador dos que o buscam" [Hb 11.6]. Não atentam, contudo, para o modo como se deve buscá-lo.

Com efeito, de seus *próprios* escritos se põe à mostra que se equivocam inteiramente em relação ao termo ***graça***.

Ora, Lombardo concebe a justificação como nos sendo dada de dois modos, através de Cristo. "Primeiro", diz *ele*, "a morte de Cristo nos justifica, enquanto mediante ela nos é despertado no coração amor pelo qual somos tornados justos; segundo, porque mediante o mesmo *amor* foi aniquilado o pecado pelo qual o Diabo nos retinha cativos, para que já não tenha como nos condenar."[161] Vês como *ele* considera a graça de Deus na justificação principalmente *como a estender-se* até onde somos conduzidos às boas obras pela graça do Espírito Santo. Obviamente, *Lombardo* quis seguir a opinião de Agostinho; contudo, a segue de longe, e inclusive se desvia muito da reta imitação, visto que não só obscurece, se algo foi por ele dito lucidamente, mas até chega a corromper *o* que nele não era tão deturpado. As escolas sempre se desviaram para pior, até que, finalmente, em ruína completa, se precipitaram rumo a certo pelagianismo. Na verdade, nem mesmo a opinião de Agostinho, ou pelo menos *sua* maneira de falar, deve ser em tudo recebida. Ora, visto que despoja seriamente ao homem de todo louvor de justiça e o transfere todo à graça de Deus, entretanto, atribui a graça à santificação, mercê da qual somos, mediante o Espírito, regenerados para novidade de vida.

16. A justificação vista no enfoque da Escritura

A Escritura, porém, quando fala da justiça *proveniente* da fé, nos conduz a algo muito diferente, isto é, que voltados da contemplação de nossas obras olhemos somente para a misericórdia de Deus e a perfeição de Cristo. Com efeito, *a Escritura* ensina esta ordem da justificação: primeiramente, que Deus se digna abraçar o homem pecador por *sua* mera e graciosa bondade, não considerando nele nada por quê seja movido à misericórdia, exceto *sua* miséria, a quem, na verdade, vê inteiramente desnudo e vazio de boas obras, buscando ele em si mesmo a causa pela qual lhe deva ser benévolo; então, ele se deixa tocar pelo senso de sua bondade para com o próprio pecador, para que, não confiando nas próprias obras, lance à sua misericórdia toda a soma de sua salvação. Este é o sentimento de fé através do qual o pecador vem à posse de sua salvação, enquanto do ensino do evangelho se reconhece reconciliado com Deus, ou, seja, interpondo-se a justiça de Cristo e alcançada a remissão dos pecados, seja ele justificado; e ainda que seja regenerado pelo Espírito de Deus, não obstante não põe sua confiança nas obras que faz, senão que está plenamente seguro de que sua perpétua justiça consiste unicamente na justiça de Cristo.

161. *Livro das Sentenças*, III, dist. 19.

Quando, uma a uma, forem ponderadas estas *coisas*, então haverão de propiciar nítida explicação de nosso modo de ver; ainda que será melhor expô-las em outra ordem da que temos proposto. Contudo, isso pouco importa desde que sejam a tal ponto consistentes entre si que tenhamos toda a matéria exposta corretamente e seguramente confirmada.

17. A justificação à luz de Romanos 10.1-10

Convêm aqui rememorar a relação que anteriormente estabelecemos entre a fé e o evangelho, porquanto esta é a causa pela qual se diz que a fé justifica, isto é, que recebe e abraça a justiça oferecida no evangelho. Ora, se esta é a justiça oferecida mediante o evangelho, então está excluída toda consideração das obras. Paulo mostra isso mui claramente, não apenas em outras *ocasiões*, com freqüência, mas especialmente em duas passagens. Pois *na Epístola* aos Romanos, traçando comparação entre lei e evangelho, diz *ele*: "A justiça que procede da lei fala assim: O homem que houver feito estas *coisas* por elas viverá; mas, a justiça que procede da fé anuncia a salvação: Se creres em teu coração e com a boca confessares o Senhor Jesus, e que o Pai o ressuscitou dentre os mortos, *serás salvo*" [Rm 10.5, 6, 9]. Vês como ele traça esta distinção de lei e evangelho: que aquela atribui à obras a justiça; este a oferece gratuitamente, sem o subsídio das obras. Esta é uma passagem muito importante, a qual pode tirar-nos de muitas dificuldades, caso entendamos que esta justiça que nos é dada por meio do evangelho foi desvinculada das condições da lei. Esta é a razão por que, com tão grande expressão de antagonismo, não uma única vez, ele contrapõe a promessa à lei: se da lei procede a herança, já não procede da promessa" [Gl 3.18]; o que neste sentido lemos nesse mesmo capítulo.

Verdade é que também a própria lei tem suas promessas. Por isso, salvo se queiramos confessar que a comparação é inepta, nas promessas do evangelho deve haver algo distinto e diferente. De que natureza, porém, será isso, senão que *estas* são graciosas e são sustentadas unicamente na misericórdia de Deus, enquanto as promessas da lei dependem da condição das obras? E não há por que argüir que Paulo quis simplesmente reprovar a justiça que os homens presumem apresentar diante de Deus, adquirida por suas forças naturais e seu livre-arbítrio; quando, sem exceção, Paulo ensina que a lei, quando imposta, é de nenhum proveito[162] [Rm 8.3], porque não há ninguém, não só entre o vulgo, mas até mesmo entre os mais perfeitos, que *a* possa cumprir. O amor é sem dúvida o ponto capital da lei. Quando o Espírito de Deus nos plasma a esse *amor*, por que ele não pode ser a causa de nossa justiça, senão porque até nos santos é *ele* imperfeito, e por isso não pode merecer nenhum galardão?

162. Primeira edição: "Nem aqui regougue quem quer que seja que [apenas] se repudia a justiça que, de [seus] próprios recursos e livre vontade, querem os homens impor a Deus, quando sem exceção ensina Paulo que a Lei, em impondo, é de nenhum proveito."

18. A justificação à luz de Gálatas 3.11, 12

A segunda passagem é *esta*: "É manifesto que pela lei ninguém é justificado perante Deus, pois que o justo viverá pela fé. A lei, contudo, não procede da fé. Mas o homem que praticar essas *coisas*, por elas viverá" [Gl 3.11, 12]. Se fosse de outra maneira, que valor teria o argumento, sem ter antes de tudo por indiscutível que as obras não devem ser tidas em conta, senão que devem ser descartadas?[163] A lei, diz *Paulo*, é diferente da fé. Por que razão? Porque para a justiça daquela se requerem as obras. Logo, segue-se que *elas* não são requeridas para a justiça desta. Dessa relação evidencia-se que *aqueles* que são justificados pela fé, são justificados sem o mérito das obras; aliás, à parte do merecimento das obras, porquanto a fé recebe essa justiça que o evangelho prodigaliza. O evangelho, porém, difere da lei nisto: que não vincula a justiça às obras; pelo contrário, a deposita exclusivamente na misericórdia de Deus.

Semelhante é o que *ele* discute *na Epístola* aos Romanos, *a saber*, que Abraão não teve motivo de gloriar-se, porque a fé lhe foi imputada para justiça [Rm 4.2, 3], e *como* confirmação disso, adiciona que então há lugar para a justiça da fé, onde não existe nenhuma obra que possa merecer recompensa. "Onde há obras", diz *ele*, "que se pague segundo a dívida; sua fé lhe é imputada como justiça" [Rm 4.4, 5], pois também aqui se aplica o sentido das palavras das quais faz uso ali. *Igualmente, o* que acrescenta pouco depois [Rm 4.16]: portanto, da fé obtemos a herança, segundo a graça. Daqui *ele* conclui que a herança é graciosa; porque é recebida pela fé. *Mas*, donde provém, senão porque toda a fé se apoia na misericórdia de Deus, sem o concurso das obras? E no mesmo sentido Paulo ensina em outro lugar, não dubiamente [Rm 3.21], que a justiça de Deus se manifestou à parte da lei, ainda que tenha o testemunho da lei e dos profetas; porque, ao excluir a lei, ele nega que somos assistidos pelas obras, nem que a adquirimos por nós mesmos, *senão que*, ao contrário, nos aproximamos vazios para que a recebamos.

19. A falta de lógica dos opositores da justificação somente pela fé, à parte de qualquer obra da lei

O leitor deve já perceber com que gênero de equanimidade e justiça cavilam hoje os sofistas contra nossa doutrina, quando dizemos que a homem é justificado tão-somente pela fé [Rm 3.28]. Não ousam negar que o homem é justificado pela fé, uma vez que essa afirmação é reiterada na Escritura com tanta freqüência. Mas, visto que em parte alguma o termo *somente* é expresso, não admitem que se faça tal afirmação. Porventura é assim mesmo? Mas, que replicarão a estas palavras de Pau-

163. Primeira edição: "Como de outra sorte procederia o argumento, não fora que se convenha em que à conta da fé não venham as obras; pelo contrário, [lhe] devam ser de todo excluídas?"

lo onde ele contende que, a não ser que essa justiça seja gratuita, não pode ser justiça da fé? [Rm 4.2-5]. Como *é possível que* com obras o *que é* gracioso se enquadre? Além disso, com que astúcias descartam *o* que *Paulo* diz em outro lugar [Rm 1.17]: que a justiça de Deus se manifesta no evangelho? Se a justiça se manifesta no evangelho, certamente que ela não é mutilada, nem pela metade; ao contrário, aí ela é plena e absoluta. Portanto, a lei não tem lugar nessa *justiça*, nem prevalecem com *seu* subterfúgio, não só falso, mas até nitidamente ridículo, no tocante à partícula de exclusividade – *somente*. Ora, porventura não a atribui exclusivamente à fé ao remover toda virtude das obras?[164] Pergunto: o que estas expressões significam: "Sua justiça se manifestou sem a lei" [Rm 3.21]; "O homem é justificado gratuitamente" [Rm 3.24]; e "sem as obras da lei"? [Rm 3.28].

Neste ponto, *eles* contam com engenhoso subterfúgio; ainda que eles mesmos não o tenham cogitado, pelo contrário, tomaram-no de Orígenes e de alguns dos antigos, no entanto é algo muito inepto, *a saber*: vociferam que as obras excluídas são as cerimoniais da lei, não as morais. Tão proficientes se tornam com suas assíduas disputas que, na verdade, nem observam os rudimentos primários da dialética! Porventura pensam que o Apóstolo está a delirar quando, como prova de sua doutrina adiciona estas passagens: "O homem que fizer estas *coisas* por elas viverá" [Gl 3.12]; e "Maldito *é* todo *aquele* que não cumprir todas *as coisas* que foram escritas no livro da lei" [Gl 3.10]? A não ser que estejam fora de si, não poderão dizer que se promete vida aos cultores de cerimônias, e que somente são malditos seus transgressores.[165] Se *estas passagens* devem ser entendidas em relação à lei moral, não há dúvida de que também as obras morais sejam excluídas do poder de justificar.

Ao mesmo *propósito* contemplam estes argumentos de que *Paulo* faz uso "uma vez que através da lei *advém* o conhecimento do pecado" [Rm 3.20], portanto não a justiça, porque "a lei opera a ira" [Rm 4.15]; logo, não a justiça, porque "a lei não pode tornar segura a consciência" [Gl 3.21]; por isso, não pode conferir a justiça, porque "a fé é imputada para justiça" [Rm 4.5]; portanto, a justiça não é galardão de obra, ao contrário, é concedida não *como* devida, porque "somos justificados pela fé, cortada é a jactância" [Rm 3.27, 28]; se uma lei fosse dada que pudesse vivificar, a justiça procederia, na verdade, da lei, mas Deus a todas *as coisas* encerrou debaixo do pecado, para que a promessa fosse dada aos que crêem [Gl 3.21, 22]. Repliquem agora, se podem, que estas *coisas* se reportam às cerimônias, não às questões de natureza moral. Com efeito, até mesmo as próprias crianças apupariam tão grande impudência! Portanto, quando se priva a lei da faculdade de justificar, isso deve ser visto como se referindo à lei em sua totalidade.

---

164. Primeira edição: "Ora, porventura, somente à fé não atribui tudo assaz completamente [aquele] que às obras [o] remove?"

165. Primeira edição: "A não ser que desvairem, não dirão que vida [é] prometida aos cultores de cerimônias, nem [é] maldição denunciada a seus sós transgressores."

20. As obras da lei se revestem de valor não inerente; ao contrário, pela apreciação divina; nem a justificação se apóia em nosso próprio amor

No entanto, se alguém se admire por que o Apóstolo, falando em ***obras da lei***, não contente em haver mencionado *apenas o termo* ***obras***, haja feito uso de tal suplemento, o motivo está bem claro. Porque, embora as obras sejam tão estimadas, esse valor elas o têm da aprovação de Deus mais do que da própria dignidade *delas*. Ora, quem perante Deus ouse jactar-se da justiça das obras, senão *daquela* que ele próprio haja aprovado? Quem *ouse* reivindicar recompensa como se lhes fosse devida, senão *aquela* que ele haja prometido? Portanto, da benevolência de Deus depende que as obras sejam dignas de ter o título de justiça, e que mereçam ser galardoadas. Realmente, todo o valor das obras se fundamenta em que o homem se esforce com elas em obedecer a Deus.

Por essa causa, para provar que Abraão não pudera ser justificado pelas obras, o Apóstolo alega, em outro lugar [Gl 3.17], que a lei foi promulgada, finalmente, quase quatrocentos e trinta anos após *haver* firmado o pacto *com ele*. Rir-se-iam os néscios de argumento desta natureza, visto que poderia ter havido obras justas antes da promulgação da lei. Mas, porque sabia que somente pelo testemunho e dignificação de Deus as obras se revestem de tanto valor, *o Apóstolo* tomou por pressuposto que antes da lei não tiveram *elas* o poder de justificar. Temos *aqui a razão* por que, ao querer privar as obras da *faculdade de* justificação, menciona expressamente as ***obras da lei***; pois, evidentemente, é somente em referência a elas que se pode mover controvérsia, visto que também, por vezes, excetue a todas e quaisquer obras, sem qualificação, como quando diz, no testemunho de Davi, que ao homem a quem Deus imputa justiça sem obra se atribui bem-aventurança [Sl 32.1, 2; Rm 4.6]. Não podem, pois, com todas as suas sutilezas, astuciar dizendo que não aceitamos a palavra ***exclusiva*** em toda sua amplitude.[166]

E também inutilmente lançam mão da frívola sutileza de que somos justificados ***somente pela fé que opera através do amor***, de sorte que a justiça tem por base o amor. Certamente confessamos, com Paulo, que nenhuma outra fé justifica senão aquela que opera em amor [Gl 5.6]; contudo, *sustentamos* que *a fé* não adquire o poder de justificar dessa eficiência da caridade. Com efeito, *a fé* não justifica por outra razão senão porque nos induz à participação da justiça de Cristo. Doutra sorte, cairia *por terra* tudo o que o Apóstolo insiste com tanto empenho: “Àquele que trabalha”, diz *ele*, “não se imputa a recompensa segundo a graça, mas segundo a dívida; àquele, porém, que não trabalha, mas crê naquele que justifica ao ímpio, a fé

---

166. Primeira edição: “Portanto, com cavilações nenhumas podem fazer que não tenhamos [por] universal a [justiça] exclusiva.”

lhe é imputada para justiça" [Rm 4.4, 5]. Porventura podia *ele* falar mais claramente do que dizer que da parte da fé não há nenhuma justiça, a não ser onde não há obra alguma a que se deve pagamento, e que a fé é imputada para justiça, e então, finalmente, quando a justiça é outorgada por graça não devida?

21. A justificação pela fé é uma reconciliação com Deus que, essencialmente, consiste no perdão dos pecados

Examinemos agora quão verdadeiro seja aquilo que foi dito na definição: que a justiça da fé é uma reconciliação com Deus que consta somente da remissão dos pecados. Faz-se necessário volver sempre a este axioma: a ira de Deus paira sobre todos por todo o tempo que continuam a ser pecadores. Isaías expressou isso admiravelmente, nestas palavras: "Não é curta a mão da Senhor, que não possa salvar, nem embotado seu ouvido, que não ouça, mas vossas iniqüidades fizeram separação entre vós e vosso Deus, e vossos pecados ocultaram de vós sua face, para que ele não vos ouça" [Is 59.1, 2].

Ouvimos que o pecado é uma divisão entre o homem e Deus, o rosto de Deus se voltando contra o pecador. Nem pode ser de outra forma, já que é incompatível com sua justiça manter ele qualquer relacionamento com o pecado. Donde ensina o Apóstolo que o homem é inimigo de Deus, até que, através de Cristo, seja *ele* restaurado à graça [Rm 5.8-10]. Portanto, *aquele* a quem o Senhor recebe à sua comunhão, a esse diz-se que *ele* justifica, porquanto não pode recebê-lo à graça, nem uni-lo a si, sem que torne justo o pecador. Acrescentamos que isso se faz mercê da remissão dos pecados. Ora, se pelas obras são julgados *aqueles* a quem o Senhor reconciliou consigo, eles serão ainda tidos realmente por pecadores, os quais, entretanto, precisam ser livres e limpos do pecado.

E assim faz-se óbvio que *aqueles* a quem Deus abraça se tornem justos não de outra maneira, mas porque são purificados quando *suas* manchas são removidas pela remissão dos pecados. De sorte que se pode chamar tal justiça, em uma palavra, remissão dos pecados.

22. Comprovação bíblica e juízos patrísticos de que a justificação consiste na reconciliação com Deus e no perdão dos pecados em mutualidade e equivalência

Um e outro destes *dois pontos* emanam esplendidamente destas palavras de Paulo que já referi: "Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens seus delitos, e nos confiou a palavra da reconciliação" [2Co 5.19]. Em seguida, ele adiciona a síntese de sua função de embaixador: "Àquele que não conhecia pecado, *Deus* o fez pecado por nós, para que nele fôssemos feitos

justiça de Deus” [2Co 5.21]. Aqui *o Apóstolo* enuncia indistintamente a justiça e a reconciliação, para que entendamos que um *elemento* se contém no outro, reciprocamente. Ensina, porém, o modo de conseguir-se esta justiça: enquanto as transgressões não nos forem imputadas. Desse modo, que doravante não estejas em dúvida *quanto a* como Deus nos há de justificar, quando ouves que ele nos reconcilia consigo, não nos imputando as transgressões.

Assim, *na Epistola* aos Romanos, com o testemunho de Davi, *Paulo* prova que a justiça é imputada ao homem sem as obras, porque ele pronuncia ser “bem-aventurado o homem cujas iniqüidades foram remitidas, cujos pecados foram cobertos, a quem o Senhor não imputou as transgressões” [Sl 32.1, 2; Rm 4.6-8]. Fora de toda dúvida, *ele* aí põe ***bem-aventurança*** por ***justiça***; *logo*, quando a declara consistir na remissão dos pecados, não há por que a definirmos de outra maneira. Igualmente, Zacarias, pai de João Batista, canta o conhecimento da salvação *como* posto na remissão dos pecados [Lc 1.77]. Seguindo essa regra, no sermão que pregou entre os antioquianos quanto à suma da salvação, é narrado por Lucas haver Paulo concluído nestes termos: “Através deste se vos anuncia remissão dos pecados e de todas aquelas *coisas* das quais não pudestes ser justificados na lei de Moisés, por ele é justificado todo *aquele* que crê” [At 13.38, 39].

De tal modo o Apóstolo liga a remissão dos pecados com a justiça, que mostra serem uma e a mesma coisa; donde, com razão, argumenta que a justiça nos é graciosa, a qual obtemos pela benevolência de Deus. Nem deve parecer uma afirmação inusitada, que os fiéis não são justos diante de Deus por *meio das* obras, mas por graciosa aceitação, quando ocorre tantas vezes não só na Escritura, mas ainda, de quando em quando, os antigos falam entre si. Pois assim *fala* Agostinho[167] em algum lugar: “A justiça dos santos, neste mundo, consta mais de remissão de pecados que de perfeição de virtudes”, ao que correspondem *estas* preclaras postulações de Bernardo: “Não pecar é a justiça de Deus; mas a justiça do homem *é* a benevolência de Deus.”[168] Antes, porém, *ele* afirma que Cristo nos é justiça em absolvição; e daí, justos são somente *aqueles* que alcançaram perdão de *sua* misericórdia.[169]

23. A JUSTIFICAÇÃO NOS É DEFERIDA UNICAMENTE DA JUSTIÇA DE CRISTO, COM QUEM NOS IDENTIFICAMOS

Daqui se conclui também isto: unicamente pela intercessão da justiça de Cristo é que logramos ser justificados diante de Deus. Isso equivale exatamente se fosse dito que o homem não é inerentemente justo; pelo contrário, visto que a justiça de

167. *A Cidade de Deus*, livro XIX, capítulo 27.
168. *Sobre Cantares de Salomão*, sermão 23.
169. *Ibid.*, sermão 22.

Cristo se comunica com ele por imputação, *o* que é digno de acurada consideração. Porque desse modo se desvanece aquela fútil fantasia, segundo a qual o homem é justificado pela fé enquanto por ela recebe o Espírito de Deus, com o qual é feito justo. Isto é tão contrário à doutrina exposta, que jamais poderá estar de acordo com ela.[170] Ora, sem sombra de dúvida, que quem deve buscar a justiça fora de si mesmo se encontra desnudo de sua própria justiça. O Apóstolo, porém, afirma isto mui claramente, quando escreve que "Àquele que não conhecia pecado foi feito vítima expiatória de pecado por nós, para que fôssemos nele feitos justiça de Deus" [2Co 5.21]. Vês que nossa justiça não está em nós, mas em Cristo; que entramos na posse desse direito somente porque somos participantes de Cristo, pois que com ele possuímos todas as suas riquezas.

Tampouco *a isso* se contrapõe *o* que ensina em outro lugar [Rm 8.3, 4], *a saber*, que o pecado foi condenado na carne de Cristo, para que a justiça da lei se cumprisse em nós, onde não menciona outro cumprimento senão aquele que conseguimos por imputação. Pois, mercê desse direito, Cristo, o Senhor, compartilha conosco sua justiça, de sorte que, no que concerne ao juízo de Deus, de certa maneira maravilhosa ele transmite seu poder. Que *ele* não sentiu outra *coisa*, faz-se profundamente claro *à luz* de outra afirmação *sua*, que fizera pouco antes [Rm 5.19]: "Como pela desobediência de um só fomos todos constituídos pecadores, assim também pela obediência de um só somos justificados." Que outra *coisa* é depositar nossa justiça na obediência de Cristo, senão declarar que somente nele somos tidos *por* justos, visto que a obediência de Cristo nos é creditada como se fosse nossa?

Por isso me parece que Ambrósio tomou admiravelmente como exemplo desta justificação a bênção de Jacó [Gn 27.1-29], isto é, assim como ele por si mesmo não merecia a primogenitura, e só a conseguiu disfarçando-se na aparência do irmão; e vestindo sua roupa, que exalava mui aprazível odor, se aproximou do pai para receber em proveito próprio a bênção de outro; igualmente é necessário que nos ocultemos sob a admirável pureza de Cristo, nosso irmão primogênito, para conseguir testemunho da justiça ante a consideração de nosso Pai celestial. São as palavras de Ambrósio: "Que Isaque sentiu o cheiro das vestes, talvez signifique isso: que não somos justificados pelas obras, mas pela fé, porquanto a fraqueza da carne constitui entrave às obras, mas a clareza da fé, que merece o perdão das transgressões, ofusca o erro dos feitos."[171] E de fato assim é, pois, para que compareçamos perante a face de Deus para a salvação nos é necessário que exalemos sua boa fragrância e nossas faltas sejam cobertas e sepultadas em sua perfeição.

170. Primeira edição: "Por certo que, destarte, se desvanece essa frioleira de que por isso é o homem justificado pela fé: porque ela infunde o Espírito de Deus mercê do Qual [o homem] é tornado justo, [o] que é demasiado contrário à doutrina supra exposta para que conciliar[-lhe] jamais se possa."

171. *Jacó e a Vida Feliz,* livro II, capítulo 2.

CAPÍTULO XII

PARA QUE DEVERAS AQUILATEMOS A JUSTIFICAÇÃO GRACIOSA FAZ-SE NECESSÁRIO ELEVAR A MENTE ATÉ O TRIBUNAL DE DEUS

1. Todos, sem exceção, nada podem esperar ante o tribunal de Deus senão indirimível e inexorável condenação, pois ninguém é inerentemente justo diante dele

Ainda que seja evidente *à luz* de luminosos testemunhos que todas essas *coisas* são mui verdadeiras, contudo, até que ponto necessárias não se fará totalmente patente antes que tenhamos posto diante dos olhos essas *coisas* que nos devem ser os fundamentos de toda *esta* discussão. Portanto, isto nos ocorre desde o início: que a questão foi movida não em relação à justiça de foro humano, mas do tribunal celeste, para que não meçamos conforme nossa tacanha medida a inteireza das obras que ela tem de satisfazer ao juízo divino.

Entretanto, causa estarrecimento com quão grande temeridade e ousadia geralmente isso é definido! Além disso, sabe-se bem que não há ninguém que com maior descaro se atreva a falar da justiça das obras do que quem publicamente não passa de perdido e está carregado de pecados de todos conhecidos, ou, melhor, por dentro estão cheios de vícios e maus intentos.[172] Isso acontece porque não cogitam da justiça de Deus, pela qual se fossem afetados sequer de um mínimo sentimento, nunca a teriam em tão grande desconsideração. De fato, na verdade *ela* é desmedidamente desvalorizada, se não é de tal forma reconhecida que nada dela seja aceito, se nada é íntegro e absolutamente isento de toda mancha, o que jamais se encontrará nem poderá ser encontrado em homem algum.[173]

Sem dúvida é fácil e cômodo a qualquer um arengar nos sombreados das escolas quanto ao valor das obras para justificar os homens. Quando, porém, se chega à presença de Deus, impõe-se que tais passatempos sejam alijados, pois é aí que a matéria é tratada seriamente, onde ela não pode ser tratada jocosamente como λογομαχία [*logomachia – guerra de palavras*]. É para isto que nossa mente deve

---

172. Primeira edição: "Ademais, é de ver como nenhuns mais petulantemente e, como se diz, de boca mais cheia, palram acerca da justiça das obras, que [aqueles] que ou alarmantemente padecem de palpáveis doenças, ou crepitam de vícios acoitados debaixo da pele."

173. Primeira edição: "De fato, é [ela], na verdade, desmedidamente desvalorizada, se não é desconhecida tal e tão perfeita que nada lhe seja aceito, senão o em todo aspecto íntegro e absoluto, e de nenhuma sordície inquinado, qual no homem achar nem jamais foi possível, nem possível será."

volver-se, caso queiramos com proveito indagar acerca da verdadeira justiça: como haveremos de responder ao Juiz celeste quando ele nos chamar a juízo.

Devemos descrever para nós mesmos esse Juiz, não como naturalmente *o* imaginam nossos intelectos; pelo contrário, como *ele* nos é representado na Escritura, a saber, ante cujo fulgor as próprias estrelas se tornam opacas, à cuja força os montes se derretem, ante cuja ira a terra é abalada, de cuja sabedoria os sábios são apanhados em sua astúcia, à vista de cuja pureza todas as coisas são maculadas, ante cuja justiça nem mesmo os anjos podem suportar, Aquele que não inocenta o culpado, cuja vingança, quando uma vez se inflama, penetra até os extremos do inferno. Então, quando esse Juiz se assenta para examinar os feitos dos homens, quem se postará seguro diante de seu trono? Diz o Profeta: "Quem habitará com o fogo devorador? Quem permanecerá com as chamas sempiternas? *Aquele* que anda na justiça e fala a verdade" etc. [Is 33.14, 15]. Que venha, pois, e se adiante, quem quer que seja. Mas de fato essa resposta faz com que ninguém dê um passo à frente. Ora, em contrário, uma voz terrível ressoa: "Se tu, ó Senhor, observares as iniqüidades, quem, Senhor, subsistirá?" [Sl 130.3]. Todos, na verdade, pereceriam imediatamente, como está escrito em outro lugar: "Seria, porventura, o homem mais puro que seu Criador? Eis que ele não confia em seus servos e aos anjos atribui loucura. Quanto menos àqueles que habitam em casas de lodo, cujo fundamento está no pó, e são esmagados como a traça! Desde a manhã até a tarde serão despedaçados" [Jó 4.17-20]. Igualmente: "Eis que ele não confia em seus santos, e nem os céus são puros a seus olhos. Quanto mais abominável e inútil é o homem, que beberá iniqüidade como *bebe* água?" [Jó 15.15, 16].

Certamente reconheço que no livro de Jó se faz menção de uma justiça que é mais excelsa que a observância da lei, e vale a pena manter esta distinção, porquanto, ainda que alguém satisfizesse à lei, por certo que nem assim suportaria o escrutínio dessa justiça que extrapola a todos os sentidos. Conseqüentemente, embora tenha o testemunho de uma boa consciência, no entanto, Jó se cala atônito, ao ver que não se pode aplacar a Deus nem com a santidade dos anjos, caso se proponha a examinar suas obras com rigor.[174] Portanto, deixo agora fora de consideração aquela justiça que já abordei, porquanto *ela* paira além da compreensão. Contudo, apenas digo que, se nossa vida fosse apreciada em conformidade com a norma da lei escrita, seríamos muito mais que broncos, se tantas maldições com as quais o Senhor quis estimular-nos não nos atormentam e enchem de horror. "Maldito todo *aquele* que não permanecer em todas *as coisas* que foram escritas neste livro" [Dt 27.26; Gl 3.10].

174. Primeira edição: "porque vê que, se à suprema balança lhes revoque as obras, de fato, nem de angélica santidade pode ser Deus tornado propício."

Enfim, toda essa discussão seria insípida ou diluída, a menos que, *como* réu, cada um se assente diante do celeste Juiz e, solícito por sua absolvição, espontaneamente se prostre e a nada se reduza.

2. AINDA QUE POSSAMOS VANGLORIAR-NOS DE JUSTIÇA E RETIDÃO DIANTE DOS HOMENS, E EM RELAÇÃO A ELES, ESSA NOSSA RETIDÃO NADA É DIANTE DE DEUS

Deveríamos elevar nossos olhos para este ponto, para que pudéssemos aprender a tremer em vez de futilmente exultar. Certamente é fácil, enquanto a comparação se atém aos homens, cada um crendo possuir algo que justifique desprezar os demais. Quando, porém, nos aproximamos de Deus, essa nossa confiança, mais depressa que uma palavra, desaba e se desvanece. O mesmo que sucede à nossa alma em relação a Deus, também sucede ao corpo em relação ao céu visível; pois enquanto o homem se entretece a olhar as coisas adjacentes, crê que sua vista é excelente e mui aguda; mas se a dirige para o sol, de tal maneira ficará deslumbrada e ofuscada pelo excesso de fulgor, que sente em sua visão não menos debilidade do que sentia força na contemplação das coisas cá de baixo.

Não nos iludamos, pois, com vã confiança: ainda que aos demais homens nos julguemos iguais ou superiores, isso nada *é* diante de Deus, a quem pertence o arbítrio e o conhecimento. De modo que, se a presunção não pode ser domada com tais advertências, teremos a mesma resposta dada aos fariseus: “Vós sois os que vos justificais a vós mesmos diante dos homens ... porque o que entre os homens é elevado, perante Deus é abominável” [Lc 16.15]. Vai agora e te glories soberbamente de tua justiça entre os homens, enquanto Deus no céu a abomine! Mas, o que dizem os servos de Deus verdadeiramente instruídos por seu Espírito?: “Não entres em juízo com teu servo, porque à tua vista não será justificado nenhum vivente” [Sl 143.2]. Ainda outro, embora em sentido um pouco diferente: “Como se justificaria o homem para com Deus? Se quiser contender com ele, nem a uma de mil coisas poderá responder” [Jó 9.2, 3].

Aqui já ouvimos com plena clareza qual é a justiça de Deus, a qual, de fato, não se satisfará com nenhuma obra humana, e que nos acusará de mil crimes, sem que possamos dar satisfação e lavar-nos de um só deles. Certamente que Paulo, esse instrumento escolhido de Deus, conceberá na mente tal justiça, quando professa que não tinha consciência de nada contra si, porém nem por isso era justificado [1Co 4.4].

3. Para Agostinho e Bernardo, a justificação está calcada somente nos méritos de Cristo

Exemplos como esses subsistem não só nas Sagradas Letras; ao contrário, todos os escritores mostram que o consenso era este. Assim, Agostinho: "De todos os piedosos", diz *ele*, "a gemerem sob este fardo da carne corruptível, e nesta fraqueza de vida, uma só é a esperança: que temos um Mediador, Jesus Cristo, o justo, e ele é a propiciação por nossos pecados" [1Tm 2.5, 6].[175] Que significa isto? Se esta é sua única esperança, onde fica a confiança nas obras? Ora, quando afirma ser ***única***, não deixa lugar a nenhuma outra.

Igualmente Bernardo: "Falando francamente, onde têm os fracos seguro e firme descanso e segurança, senão nas chagas do Salvador? Eu tanto mais seguro habito ali quanto mais poderoso é *ele* para salvar. O mundo geme, o corpo comprime, o Diabo arma ciladas; não caio, porque estou solidamente assentado na rocha firme. Cometi grave pecado. A consciência se turba, porém não haverá de perturbar-se, porque me lembrarei das chagas do Senhor."[176] Destas *considerações* conclui *ele* em outra ocasião: "Portanto, meu mérito é a compaixão do Senhor. Não sou, evidentemente, desprovido de mérito enquanto não lhe faltar compaixões; visto que, se muitas *são* as misericórdias do Senhor, logo me fartarei igualmente de méritos. Porventura cantarei minhas justiças? Ó Senhor, só me lembrarei de tua justiça, pois ela é também a minha, ou, seja, *ele* se fez minha justiça da parte de Deus. De igual modo, em outro lugar: "Este *é* todo o mérito do homem, se ele puser toda sua esperança naquele que torna salvo o homem todo."[177] Semelhantemente, retendo para si a paz, ele deixa a glória para Deus: "A ti", diz *ele*, "permaneça intata a glória; comigo bem estará, se eu tiver a paz. Renego inteiramente à glória, para que não venha perder também o *que me é* oferecido, caso seja eu usurpado do que não é meu."[178] Ainda mais francamente, em outro lugar: "Por que a Igreja está solícita acerca de méritos, à qual, em relação ao propósito de Deus, sobeja mais firme e mais segura razão de gloriar-se? Desse modo, não há razão para que perguntes de que méritos esperamos os benefícios, principalmente quando ouves o Profeta: 'Não *o* farei por vossa causa; ao contrário, por minha causa', diz o Senhor [Ez 36.22, 32]. Basta, pois, para merecer, saber que os méritos não bastam; mas como para merecer basta não presumir de méritos, também carecer de méritos basta para a condenação."[179]

175. *A Bonifácio*, livro III, capítulo 5.
176. *Sobre Cantares*, sermão 15.
177. *Sobre o Salmo "Qui habitat"*, sermão 15.
178. *Sobre Cantares*, sermão 13.
179. Primeira edição: "Para méritos bastante é saber que não sejam bastantes os méritos; como, porém, bastante é para mérito não presumir de méritos, assim, para juízo bastante é carecer de méritos."

O fato de usar *ele a palavra* ***méritos*** livremente em lugar de ***boas obras***, é preciso desculpá-lo em virtude do uso *da época*. Mas, afinal, seu intento foi assustar os hipócritas, os quais, em seu ímpeto de pecar, agem desavergonhadamente contra a graça de Deus, como logo a seguir se explica: "Feliz a Igreja à qual *não* faltam nem méritos sem presunção, nem presunção sem méritos. Ela tem de que presumir, não, porém, méritos. Ela tem méritos, mas para ***merecer***, não para ***presumir***. O próprio não presumir, por acaso não é merecer? Logo, tanto mais seguramente presume, quanto mais não presume, *aquela* para a qual há ampla razão de gloriar-se: as muitas misericórdias do Senhor."[180]

4. Aos olhos de Deus os pretensos méritos humanos nada representam para nossa justificação

Esta é a verdade. As consciências sensibilizadas sentem que este é o único refúgio de salvação em que podem respirar com segurança, quando se tem a ver com o juízo de Deus. Ora, se as estrelas, que à noite pareciam de intenso fulgor, perdem seu resplendor à vista do sol, o que pensamos haverá de acontecer, ainda à mais rara inocência do homem, quando for comparada à pureza de Deus? Pois esse escrutínio haverá de ser muito severo, o qual penetrará até às mais recônditas cogitações do coração, cada uma delas, no dizer de Paulo: "trará à luz as coisas ocultas das trevas, e manifestará os desígnios do coração" [1Co 4.5], o qual compelirá a consciência, esquiva e relutante, a confessar todas *as coisas* que até agora se desvaneceram de nossa memória. *Nosso* acusador, o Diabo, cônscio de todas as abominações, a perpetrar as quais nos impeliu, nos pressionará. Ali de nada aproveitarão os aparatos externos das boas obras, que agora tanto se estimam. Somente a sinceridade da vontade estará presente.[181]

Pelo que a hipocrisia, não apenas *aquela* mercê da qual o homem, a sentir-se culposo perante Deus, timbra por ostentar diante dos homens, como também *aquela* mercê da qual cada um a si *se* impõe diante de Deus, já que somos *tão* propensos a lisonjear-nos e a adular-nos, confusa tombará, por mais que agora se ensoberbeça com audácia mais do que ébria. *Aqueles* que a espetáculo desta natureza não dirigem a atenção de fato podem, para o momento, prazerosa e complacentemente engendrar justiça para si, mas *uma justiça* que, no juízo de Deus, lhes será bem depressa subtraída, não de outro modo que as grandes riquezas acumuladas em sonho se nos desvanecem quando despertados. Entretanto, a*queles* que, como se sob a vista de Deus, cogitarão seriamente da verdadeira norma da justiça, esses por certo descobrirão que todas as obras dos homens, se forem estimadas em sua dignidade, nada

180. *Sobre Cantares*, sermão 68.
181. Primeira edição: "Postular-se-a a só sinceridade da vontade."

mais são do que imundícies e sordidez, e *a* que comumente se tem *por* justiça, essa diante de Deus é pura iniqüidade; a que se considera integridade não passa de poluição; *a* que se julga glória outra coisa não é senão ignomínia.

5. FALÁCIA DA PRETENSA DIGNIDADE E JUSTIÇA HUMANA À LUZ DO JUÍZO DIVINO

Não sintamos embaraço em descer desta contemplação da perfeição divina, sem lisonjas ou cego impulso de amor *próprio*, para considerarmos a nós *mesmos*. Pois não é de admirar se neste aspecto somos tão profundamente cegos, quando nenhum de nós se guarda da pestilenta indulgência de nosso ego, o que a Escritura proclama ser por natureza inerente a todos nós. "Todo caminho do homem", diz Salomão, "é reto a seus olhos" [Pv 21.2]. De igual modo: "Todos os caminhos do homem parecem limpos a seus olhos" [Pv 16.2]. E então? Porventura é *o homem* absolvido por essa miragem? Certamente que não, como acrescenta *Salomão* no mesmo lugar: "O Senhor pesa os corações" [Pv 16.2], isto é, enquanto o homem se acaricia em razão da máscara exterior *de justiça* que enverga, nesse mesmo tempo, em sua balança, o Senhor pesa a impureza recôndita do coração. Portanto, quando de fato nenhum proveito se colha de tais lisonjas, não nos iludamos injustificadamente para nossa ruína.

Entretanto, para que nos examinemos adequadamente, é necessário que nossa consciência seja apresentada ao tribunal de Deus. Pois a luz é absolutamente necessária para os envoltórios de nossa depravação sejam postos a descoberto, os quais, de outra forma, se ocultam demasiado profundamente. Então, afinal, veremos claramente o que significam estas *palavras*: "Como, pois, seria justo o homem para com Deus, e como seria pura aquele que nasce de mulher? ... o homem, que é um verme" [Jó 25.4, 6]; "Quanto mais abominável e corrupto é o homem que bebe a iniqüidade como água" [Jó 15.16]; "quem do imundo tirará o puro? Ninguém" [Jó 14.4]. Então, experimentaremos também o mesmo que de si *mesmo* dizia Jó: "Se eu me justificar, minha boca me condenará; se for perfeito, então ela me declarará perverso" [Jó 9.20, 21]. Ora, não se limitou a uma só época, mas a todas, o que o Profeta de outrora se queixava acerca de Israel, *ou, seja*, que todos haviam se desgarrado como ovelhas, cada um declinando-se para seu *próprio* caminho [Is 53.6]. Porque com essas palavras Isaías abarca a todos a quem a graça da redenção haveria de alcançar. O rigor desse exame deve continuar até que haja domado e quebrantado todos os nossos brios,[182] e desse modo nos tenha preparado para receber a graça de Cristo. Engana-se, pois, *aquele* que se considera em condições de frui-la, a não ser que haja antes alijado toda altivez de espírito. Conhecida é esta *passagem*: "Deus confunde os soberbos, *porém* dá graça aos humildes" [Pv 3.34; Tg 4.6; 1Pe 5.5].

182. Primeira edição: "E até esse ponto deve proceder o rigor desse exame, que não haja de ter vergado a completa consternação ..."

6. PARA FAZER JÚS À JUSTIFICAÇÃO DIVINA IMPÕE-SE HUMILDADE REAL, ISTO É, O SENDO DE TOTAL DEMÉRITO DIANTE DE DEUS

Qual, porém, a maneira de humilhar-nos, senão que, totalmente despidos e carecentes, demos lugar à misericórdia de Deus? Pois não julgo haver humildade se pensamos que ainda nos resta algo. E até aqui têm ensinado perniciosa hipocrisia os que jungiram, a um só tempo, estas duas *coisas*: que devemos sentir-nos humildes acerca de nós *mesmos* diante de Deus e ter em alguma consideração nossa *própria* justiça. Ora, se confessamos diante de Deus o contrário do que sentimos, então lhe mentimos impiamente. Não podemos, porém, sentir como convém, sem que se esmigalhe totalmente tudo quanto em nós parece passível de glória.

Portanto, quando ouves o Profeta *dizendo* que a salvação foi preparada para o povo humilde *e* abatimento para os olhos dos soberbos [Sl 18.27], considera, em primeiro lugar, que não se dá acesso à salvação, a menos que seja posta de lado toda soberba e seja assumida plena humildade; em segundo lugar, que essa humildade não é certa modéstia, mercê da qual cedas ao Senhor um fio de cabelo de teu direito, assim como humildes são chamados diante dos homens os que não se conduzem altivamente, nem insultam aos outros, quando, todavia, se estribam em alguma consciência de *sua própria* excelência; pelo contrário, *ela é* a submissão não fingida de uma alma seriamente consternada pelo senso de sua miséria e carência, pois é assim que *ela* é descrita por toda parte na Palavra de Deus.

Quando o Senhor assim fala em Sofonias: "Removerei de ti o que exulta e deixarei no meio de teu povo um remanescente, o aflito e o pobre, e *estes* esperarão no Senhor" [Sf 3.11, 12], porventura *ele* não põe plenamente à mostra quem de fato são os humildes? Evidentemente, *aqueles* que jazem aflitos pelo reconhecimento de sua pobreza. Por outro lado, aos soberbos chama ***exultantes***, porque os homens felizes com a prosperidade costumam exultar. Aos humildes, porém, a quem resolve salvar, nada lhes resta senão esperarem no Senhor. Assim também em Isaías: "Mas, para quem olharei, senão para o pobrezinho, o contrito de espírito e que treme de minhas palavras?" [Is 66.2]. Igualmente: "O Excelso e Sublime, aquele que habita a eternidade, e Santo é seu nome, aquele que habita no *lugar* excelso e no santo *lugar*, e com o contrito e humilde de espírito, para vivificar o espírito dos humildes e o coração dos contritos" [Is 57.15]. Quando ouves com tanta freqüência a palavra ***contrição***, entendes ser uma ferida do coração que não permite que se levante o homem prostrado por terra. Importa que teu coração seja ferido com tal contrição, caso queiras, conforme a sentença de Deus, ser exaltado com os humildes. Se isso não acontece, para tua vergonha e desonra serás humilhado pela potente mão de Deus.

7. Cristo veio ao mundo chamar pecadores, não justos

E não contente com palavras, o excelentíssimo Mestre nos representou em uma parábola [Lc 18.9-14], como em um quadro, a imagem da legítima humildade. Pois apresenta um publicano que, posto de pé ao longe, nem ousando elevar os olhos para o céu, ora com muito pesar: "Senhor, sê propício a mim, um pecador" [Lc 18.13]. Não pensemos que esses são sinais de modéstia fingida, o qual nem ousa contemplar o céu, nem achegar-se mais perto, senão que, batendo no peito, se confessa pecador; pelo contrário, reconheçamos que são testemunhos de um sentimento interior. Em contraposição, apresenta um fariseu que rende graças a Deus por não fazer parte do comum dos homens, ou um ladrão, ou injusto, ou adúltero, porque jejuava duas vezes na semana e dava o dízimo de tudo quanto possuía [Lc 18.11, 12]. Em confissão franca, *ele* reconhece que a justiça que possui é um dom de Deus, porém, visto que está confiante de que é justo, afasta-se, ingrato e detestável, da face de Deus. O publicano é justificado mercê do reconhecimento de sua iniqüidade [Lc 18.14].

Daqui é possível ver quão grande diante do Senhor é a graça de nossa humilhação; tanta que, se nosso coração não se abre para receber sua misericórdia, não estará inteiramente vazio de todo senso de dignidade pessoal. Quando, *porém*, esse senso de valor pessoal está ocupado, ele fecha a entrada a essa graça. Ora, para que ninguém o pusesse em dúvida, Cristo foi enviado pelo Pai com este mandato: proclamar boas-novas aos pobres, curar os quebrantados de coração, proclamar libertação aos cativos, abertura *de prisão* aos encarcerados, consolar aos que pranteiam; em lugar de cinza lhes desse glória, em lugar de luto, óleo, em lugar de espírito de tristeza, manto de louvor [Is 61.1-3]. Segundo este mandato, somente aos que lamentam exaustivamente e se sentem sobrecarregados *ele* convida a participarem de sua beneficência [Mt 11.28]. E, em outro lugar: "Não vim chamar os justos, mas os pecadores" [Mt 9.13].

8. A arrogância e a complacência pessoal impedem que Cristo atenda o pecador em inteireza de fé e humilde dependência

Portanto, se queremos dar lugar ao chamamento de Cristo, que bem longe de nós esteja toda arrogância, *toda* complacência pessoal. Aquela nasce da estulta convicção de justiça pessoal, quando o homem pensa ter algo de cujo mérito possa recomendar-se junto a Deus; esta, contudo, pode existir sem qualquer convicção de obras. Pois muitos pecadores, inebriados da doçura de seus vícios, não cogitam do juízo de Deus *e* jazem adormecidos como presa de um torpor, não aspiram à misericórdia que lhes é oferecida.

Com efeito, tal torpor não deve ser menos sacudido do que a necessidade de

alijar-se toda e qualquer confiança de nós *mesmos*, para que, desimpedidos, nos apressemos rumo a Cristo, a fim de que, vazios e jejunos, possamos fartar-nos de suas *coisas* boas. Pois jamais confiaremos nele suficientemente, a menos que, suspeitando profundamente de nós *mesmos*; jamais alcançaremos suficientemente em nós o ânimo *para com ele*, a menos que antes nos sintamos abatidos em nós *mesmos*; jamais nos consolaremos suficientemente nele, a menos que em nós *mesmos* nos sintamos desolados. Portanto, sendo a confiança pessoal inteiramente alijada, de fato apoiados unicamente na certeza de sua bondade, estamos capacitados para apreender e obter a graça de Deus, quando, como diz Agostinho, esquecidos de nossos méritos, abraçamos os dons de Cristo,[183] visto que, se ele buscasse em nós méritos pessoais, não viríamos a seus dons. Com quem concordemente faz coro Bernardo, comparando os presunçosos a servos desleais, porque contra toda razão retêm para si o louvor da graça, quando a mesma nem mesmo passa por eles; como se uma parede se vangloriasse de ter sido a causa do raio do sol, que ela recebe através de uma janela.[184]

Para não nos determos aqui mais demoradamente, retenhamos esta regra, que embora seja breve, é geral e precisa: tem de estar preparado para participar dos frutos da misericórdia divina aquele que se esvaziou inteiramente de si próprio, não digo de justiça (que nenhuma existe), mas de vã e fútil semelhança de justiça, visto que cada um opõe tanto empecilho à beneficência de Deus, quanto mais se arrima em si mesmo.

183. *Sermão* 14.

184. Primeira edição: "... a servos desleais comparando os presunçosos, que a seus [próprios] méritos arrogam até [cousa] mínima, porquanto improbamente retêm o louvor da graça através de si a passar, exatamente como se uma parece diga dar origem a um raio [de luz] que recebe através de uma janela."

CAPÍTULO XIII

É PRECISO OBSERVAR DUAS COISAS NA JUSTIFICAÇÃO GRACIOSA: QUE SALVAGUARDA INTEGRALMENTE A GLÓRIA DE DEUS E ASSEGURA A PLENA PAZ DE CONSCIÊNCIA

1. É preciso assegurar que a glória de Deus, na justificação do pecador, em nada seja diminuída

E aqui de um modo geral, é preciso observar especialmente duas *coisas*, a saber: que se preserve intocada a glória do Senhor, e, por assim dizer, em perfeitas condições; *e que* de fato, diante de seu tribunal, nossas consciências desfrutem de plácida quietude e serena tranqüilidade.

Vemos quantas vezes e com quanta solicitude a Escritura nos exorta a que façamos confissão de louvor unicamente a Deus, quando se trata de justiça. E o mesmo Apóstolo atesta que Deus teve em vista este propósito, outorgando-nos justiça em Cristo, para demonstrar a sua *própria* [Rm 3.25]. Imediatamente a seguir, porém, *ele* adiciona de que natureza seria essa manifestação, a saber: "para que ele seja justo e justificador daqueles que têm fé em Jesus" [Rm 3.26]. Não se vê como a justiça de Deus nos é ilustrada suficientemente quando somente ele, e nenhum outro, é tido por justo, e que comunica o dom da justiça àqueles que não o merecem.[185] Por esta razão, *ele* quer que "se feche toda boca e todo o mundo seja culpado diante dele" [Rm 3.19], visto que, sempre que o homem fale em sua defesa, algo é subtraído à glória de Deus.

Assim, em Ezequiel, *Deus* ensina que seu nome é grandemente glorificado através do reconhecimento de nossa iniqüidade. "Lembrar-vos-eis", diz *ele*, "de *vossos* caminhos e de todos os *vossos* atos celerados com que vos haveis poluído, e vos aborrecereis a vós *mesmos*, a vossos *próprios* olhos, em todos os males que haveis cometido. E sabereis que eu *sou* o Senhor, quando vos houver de fazer benevolência, por amor de meu nome e não segundo vossos atos celerados assaz malignos [Ez 20.43, 44]. Se essas *coisas* estão contidas no verdadeiro conhecimento de Deus, *ou, seja*, que, esmagados pela consciência de *nossa* própria iniqüidade, reflitamos que ele usa de benevolência para conosco, indignos *que somos*, por que, para nosso grande mal, tentamos despojar o Senhor deste louvor de *sua* graciosa benignidade

185. Primeira edição: "Vê que a justiça de Deus não é suficientemente aclarada, a não ser se não apenas seja [Ele] Só julgado justo, mas ainda comunique a graça da justiça aos que [a] não merecem."

sequer uma mínima porção? De igual forma, Jeremias, quando proclama: "Não se glorie o sábio em sua sabedoria, nem o rico em sua riqueza, nem o forte em sua força, mas *aquele* que se gloria, glorie-se no Senhor" [Jr 9.23, 24], porventura não está ele a acenar que algo é subtraído da glória de Deus, se o homem se gloria em si mesmo? Seguramente, Paulo aplica essas palavras a este uso, quando ensina que todos os elementos de nossa salvação foram postos em Cristo, para que nos gloriemos somente no Senhor [1Co 1.30, 31]. Significa, pois, que quem imagina possuir sequer um mínimo de seu, insurge-se contra Deus e arrasta trevas sobre sua glória.

2. Gloriar-nos em nossa justiça é depreciar a glória de Deus na justificação do pecador

De fato é assim: nunca nos gloriamos verdadeiramente nele, a menos que tenhamos nos abdicado totalmente de nossa *própria* glória. Em contraposição a isto, precisa-se sustentar o princípio universal de que se gloriam contra Deus todos quantos se gloriam em si mesmos. Pois Paulo, afinal, julga que assim o mundo se torna sujeito a Deus quando é inteiramente removida aos homens qualquer razão de se gloriarem [Rm 3.19]. Portanto, quando Isaías anuncia que a justificação de Israel estaria em Deus, ao mesmo tempo acrescenta também o louvor [Is 45.25], como se estivesse dizendo que para este fim os eleitos foram justificados pelo Senhor: para que nele, não em outro, se gloriassem. Como, porém, convém que sejamos exaltados no Senhor, ele ensina isto no verso precedente: que juremos estarem no Senhor nossas justiças e nossas fortalezas [Is 45.24]. Observa ainda que não se exige uma mera confissão; pelo contrário, *uma confissão* confirmada com juramento, para que não se conclua que se possa cumprir por algum gênero de humildade fingida.[186] E que ninguém replique que não se gloria quando, deixando de lado toda a arrogância, reconhece sua própria justiça; porque não pode haver tal estimativa sem que gere autoconfiança, nem autoconfiança que não produza autoglorificação.

Lembremo-nos, portanto, de que em toda discussão sobre a justiça deve-se visar a este fim: que o louvor dessa *justiça* permaneça perfeito e inteiro para o Senhor; uma vez que, como *o* atesta o Apóstolo, *ele* derramou sua graça em nós para manifestação de sua justiça, de sorte que seja "ele justo e justificador daquele que tem fé em Jesus [Rm 3.26]. Daí dizer-se em outro lugar, quando ensinara que o Senhor nos conferira a salvação para que manifestasse a glória de seu nome [Ef 1.6], como que repetindo o mesmo, acrescenta depois: "Porque pela graça sois salvos por meio da fé; e isto não vem de vós, para que ninguém se glorie" [Ef 2.8, 9]. E Pedro, quando reitera que fomos chamados à esperança da salvação, "para que declaremos as exce-

186. Primeira edição: "Observa que se não exige uma confissão simples; pelo contrário, [uma confissão] confirmada com juramento, para que não penses que se haja de cumprir com não sei que fingida humildade."

lências daquele que nos chamou das trevas para sua admirável luz” [1Pe 2.9], ele quer que ressoem inconfundivelmente aos ouvidos dos fiéis unicamente os louvores de Deus, para que sufoquem em profundo silêncio toda a arrogância da carne.

A síntese é esta: o homem não pode reivindicar para si, sem sacrilégio, a mínima migalha de justiça, pois na mesma medida se tira e se subtrai da glória da justiça divina.

3. O QUE ASSEGURA A PLENA PAZ DE CONSCIÊNCIA É TÃO-SOMENTE A JUSTIFICAÇÃO COM BASE NOS MÉRITOS DE CRISTO, NÃO EM NÓS MESMOS

Ora, se indagarmos de que maneira nossa consciência possa tranqüilizar-se diante de Deus, outra resposta não acharemos senão que isso nos é assegurado pela graciosa justiça de Deus. Sempre nos vem *à mente* esta *interpelação* de Salomão: “Quem poderá dizer: Limpo fiz meu coração; purificado estou de meu pecado?” [Pv 20.9]. Certamente não há ninguém que não esteja submerso em infinita voragem de águas imundas. Portanto, que cada um desça à sua consciência, por muito perfeito *que seja*, e convoque seus feitos a prestar contas. Que resultado terá, afinal? Porventura descansará tranqüilamente, como se todas as coisas estivessem bem dispostas com Deus, e não se verá antes cercado de terríveis tormentos, quando, se for julgado à base de *suas* obras, haverá de sentir que em si reside causa de condenação? É inevitável que a consciência, se olha para Deus, ou sentirá tranqüila paz com seu juízo, ou se verá assediada dos horrores dos infernos. Portanto, ao discutir acerca da justiça, nada extraímos de proveito, a menos que tenhamos estabelecido essa em cuja solidez se pode suster nossa alma no juízo de Deus. Quando nossa alma tiver *aquela justa* mercê da qual não só compareça sem temor diante da face de Deus, mas também receba seu o juízo imperturbada; então poderemos pensar que já achamos uma justiça sem falsificação.

Portanto, não é sem motivo que o Apóstolo insiste com tanta veemência neste ponto, o que prefiro expressar com as palavras dele, *antes* que com as minhas. “Se a herança procede da lei”, diz *ele*, “então a fé está aniquilada e abolida a promessa” [Rm 4.14]. Antes do mais ele infere que a fé é aniquilada e anulada, caso a promessa de justiça tem em vista os méritos de nossas obras ou dependa da observância da lei. Pois ninguém jamais poderia descansar confiadamente nela, já que nunca acontecerá de alguém no mundo poder se assegurar de que satisfez à lei; e de fato jamais houve quem satisfizesse inteiramente através das obras. E para não buscar provas muito longe, cada um pode ser testemunha a si mesmo, se quiser contemplar atentamente.[187] E daqui se põe à mostra em quão profundos e tenebrosos recessos a hipo-

187. Primeira edição: “Pois, nela descansar confiantemente jamais poderia quem quer que seja, quando nunca haverá de acontecer que quem quer que seja a si se convença com certeza haver satisfeito à Lei, que,

crisia sepulta as mentes dos homens, enquanto se mimoseiam tão confiadamente que não hesitam em opor suas lisonjas ao juízo de Deus, como se quisessem, por assim dizer, impor-lhe que suspendesse sua ação legal. Mas os fiéis que a si mesmos sinceramente examinam, bem outra é a solicitude que os angustia e os crucia. Portanto, se deveria subir à mente de todos, primeiro a incerteza; depois, até mesmo a desesperança; enquanto cada um por si só consideraria de quão grande volume de dívida estaria ainda sobrecarregado, e quão longe distaria da condição que lhe foi imposta.

Eis aqui a fé já oprimida e aniquilada, porque ter fé não significa estar flutuante, permanecer mudando, ser levado de um lado para o outro, hesitar, manter-se suspenso, vacilar, finalmente ceder ao desespero; pelo contrário, o ânimo deve firmar-se de constante certeza e sólida confiança e ter onde apoiar e firmar o pé.

4. O SENSO DE UMA JUSTIFICAÇÃO CALCADA NOS MÉRITOS PESSOAIS INVALIDA A PROMESSA DIVINA

Paulo adiciona também outra *consideração*: a promessa seria sem valor e ineficaz. Ora, se seu cumprimento dependesse de nosso mérito, quando, afinal, haveríamos de merecer o beneplácito de Deus? Além disso, este segundo elemento deduz-se do primeiro, *a saber*, que na verdade a promessa não se cumprirá, a não ser naqueles em quem existir fé. Portanto, se a fé sofrer um colapso, da promessa não restará nenhum poder: "Por isso, a herança procede da fé, para que seja segundo a graça, a fim de que a promessa seja firme" [Rm 4.16]. Pois *ela* é sobejamente confirmada quando se apoia na só misericórdia de Deus, visto que a misericórdia e a verdade são perpetuamente unidas entre si por um vínculo, isto é, tudo quanto Deus promete misericordiosamente, também executa fielmente. Assim Davi, antes de pedir para si a salvação segundo a palavra de Deus, em sua misericórdia fixa primeiramente sua causa. "Venham sobre mim", diz *ele*, "tuas misericórdias, e tua salvação segundo tua palavra" [Sl 119.76, 77]. E com razão, porquanto não provém de outra parte que Deus seja induzido a prometer, senão de sua mera misericórdia. Conseqüentemente, aqui importa que se firme, e como que se radique profundamente, toda *nossa* esperança, *a saber*, não volver os olhos para nossas obras, no intento de se buscar nelas alguma ajuda.

Também Agostinho prescreve que se deva assim agir, para que não penses que aqui estamos afirmando algo novo. "Para sempre", diz *ele*, "reinará Cristo em seus servos. Pois Deus prometeu isto, Deus disse isto, se achas pouco, Deus jurou isto. Portanto, uma vez que a promessa é firme, não em conformidade com nossos méri-

---

na verdade, ninguém jamais satisfaz plenamente através das obras, cousa de que, para que testemunhos se não busquem ao longe, a si testemunha pode ser cada um que se queira contemplar com reto olho."

tos, mas em conformidade com sua misericórdia, ninguém deve proclamar com hesitação aquilo de que não pode duvidar."[188] Bernardo[189] também: "Quem poderá ser salvo, dizem os discípulos de Cristo. Ele, porém: Entre os homens, isso é impossível; entretanto, não para Deus [Mt 19.25, 26; Mc 10.27; Lc 18.26, 27]. Esta *é* toda nossa confiança; esta é a única consolação; esta é toda a razão de nossa esperança. Mas, certos da possibilidade, que dizemos de sua vontade? Quem sabe se de ódio ou de amor porventura seja digno? [Ec 9.1]. Quem conheceu os pensamentos do Senhor, ou quem foi seu conselheiro? [Is 40.13; Rm 11.34]. Aqui faz-se claramente necessário que a fé nos socorra; aqui se impõe que sejamos socorridos pela verdade para que, o que de nós jaz escondido no coração do Pai, seja revelado pelo Espirito; e seu Espírito, testificando, persuada nossos corações de que somos filhos de Deus. Persuada, porém, chamando e justificando graciosamente pela fé, que é como um meio entre a predestinação divina e a glória da vida eterna.[190]

Assim concluímos sucintamente: a Escritura mostra que as promessas de Deus não serão firmes, a menos que sejam agarradas com segura confiança da consciência; sempre que houver dúvida ou incerteza, elas se tornam sem valor. Por outro lado declara se descansamos em nossas obras, nada faremos senão titubear e oscilar. Portanto, ou a justiça necessariamente perecerá, ou as obras não podem ser postas em consideração, senão que somente a fé terá lugar, da qual a natureza é esta: aguçar os ouvidos e fechar os olhos, isto é, que ela esteja fixada somente na promessa, e que a dignidade ou mérito humano seja eliminado do pensamento. Assim se cumpre esse preclaro vaticínio de Zacarias, de que "quando a iniqüidade da terra for purgada, um homem convidará a seu amigo para debaixo de *sua* vide e para debaixo de sua figueira" [Zc 3.9, 10], querendo dizer o Profeta que não é de outra maneira que os fiéis usufruem de verdadeira paz senão depois de ser obtida a remissão dos pecados. Pois nos profetas deve-se observar esta analogia: quando tratam do reino de Cristo, *eles* propõem as bênçãos exteriores de Deus como figuras dos bens espirituais. Razão por que também Cristo é chamado o ***Rei da Paz*** [Is 9.6] e ***nossa paz*** [Ef 2.14], porque *ele* acalma todas as inquietações da consciência. Caso se indague o modo *de fazer-se isso*, necessariamente é preciso buscar sacrifício mediante o qual Deus foi aplacado, porque jamais deixará de tremer apavorado todo aquele que não declare ser Deus propiciado por essa expiação única pela qual Cristo susteve sua ira. Enfim, nossa paz não pode ser buscada em outra parte senão nos tormentos de Cristo, nosso Redentor.

---

188. *Conversações sobre os Salmos*; Salmo LXXXVIII, I, capítulo v.

189. *Sermão sobre a Dedicação da Igreja*, sermão V, 6 e ss.

190. Primeira edição: "[cousas] nas quais está, na verdade, uma como que dir-se-ía passagem intermédia da predestinação eterna é glória futura."

5. A JUSTIFICAÇÃO É UNICAMENTE PELA FÉ, SEM O CONCURSO DAS OBRAS, POR ISSO NOS ASSEGURA DO AMOR DE DEUS, NOS FACULTANDO PAZ DE CONSCIÊNCIA E CONFIANÇA NO CORAÇÃO

Mas, por que me sirvo de testemunho mais obscuro? Paulo por toda parte nega que às consciências seja deixada paz ou gozo tranqüilo, a não ser que tenham sido persuadidas de que somos justificados pela fé. Donde *procede*, porém, esta certeza, *Paulo o* declara ao mesmo tempo: de fato "quando o amor de Deus foi derramado em nosso coração através do Espírito Santo" [Rm 5.5], como se estivesse dizendo que nossas almas não podem tranqüilizar-se de outra maneira, a não ser que tenhamos sido firmemente persuadidos de que agradamos a Deus. Donde também exclama em outro lugar, em nome de todos os piedosos: "Quem nos separará do amor de Deus que está em Cristo?" [Rm 8.35, 39], pois que tremeremos apavorados ante cada mínima aura, até que tenhamos chegado a este porto; mas estaremos seguros *mesmo* no negror da morte, sempre que Deus haverá de mostrar-se *como o nosso* Pastor [Sl 23.1, 4].

Portanto, tantos quantos afirmam que somos justificados pela fé, porque, ao sermos regenerados, vivendo espiritualmente somos justos, jamais degustaram a doçura da graça para confiarem que Deus lhes será propício. Donde também se segue que eles nada sabem da maneira correta de orar mais que os turcos e quaisquer outras pessoas profanas. Pois Paulo o atesta não ser verdadeira fé senão aquela que proclama e reitera esse dulcíssimo nome de Pai; ainda mais, a não ser que nossa boca se abra e profira, em expontânea exclamação: ***Abba, Pai*** [Rm 8.15; Gl 4.6], o que exprime *ainda* mais claramente em outro lugar: em Cristo temos ousadia e acesso em confiança, mediante a fé nele [Ef 3.12]. Com efeito, isso não resulta do dom da regeneração, porquanto, uma vez que nesta carne é sempre imperfeito, daí em si contém infindas causas de nutrir dúvida. Por isso, faz-se necessário buscar este remédio: que os fiéis se persuadam de que não devem esperar por outra direito à herança do reino celeste, senão porque, enxertados no corpo de Cristo, são graciosamente reputados justos. Ora, no que diz respeito à justificação, a fé é algo meramente passivo, não trazendo coisa alguma nossa com o intuito de obter a graça de Deus; pelo contrário, recebemos de Cristo o que nos falta.

CAPÍTULO XIV

QUAL O INÍCIO DA JUSTIFICAÇÃO E QUAIS SEUS AVANÇOS CONTÍNUOS

1. O homem natural ou não-regenerado é completamente saturado de corrupção, juntamente com suas obras, à vista de Deus

Para que mais elucidada se faça a matéria, examinemos de que natureza seja a justiça do homem em todo o decurso da vida. Para isso, estabeleçamos uma quádrupla gradação. Ora, os homens, ou *não* são dotados de nenhum conhecimento de Deus e foram submersos na idolatria, ou são iniciados nos sacramentos, negando a Deus na impureza da vida por suas ações, a quem confessam com a boca, contudo, são de Cristo somente em nome; ou são hipócritas, cobrindo a impiedade do coração pelo uso de vãos disfarces, ou são regenerados pelo Espírito de Deus e se aplicam à verdadeira santidade.

Quanto à primeira *dessas classes*, quando têm de ser julgados em seus dotes naturais, do alto da cabeça até a planta dos pés não se achará neles uma centelha de bem, salvo, talvez, se quisermos acusar de falsidade a Escritura, quando recomenda a todos os filhos de Adão com estas qualificações: que "são de coração perverso e contumaz" [Jr 17.9]; que "toda imaginação de seu coração é má desde os primeiros anos" [Gn 8.21]; que "seus pensamentos são fúteis" [Sl 94.11]; que "não têm diante dos olhos o temor de Deus" [Sl 36.1]; que "nenhum deles tem entendimento nem busca a Deus" [Sl 14.2; 53.2]. Em suma, que são carne [Gn 6.3], termo pelo qual se compreendem todas essas obras que são enumeradas por Paulo: "fornicação, impureza, impudicícia, licenciosidade, culto de ídolos, feitiçarias, inimizades, contendas, rivalidades, iras, rixas, dissensões, facções, invejas, homicídios" – e tudo quanto de torpeza e abominação se pode imaginar [Gl 5.19-21]. Esta é, com efeito, a dignidade em cuja confiança podem ensoberbecer-se.

Ora, se alguns entre eles excelem por essa honradez de costumes que tenha alguma aparência de santidade entre os homens, entretanto, visto que sabemos que Deus não se detém no esplendor externo, necessário se faz penetrar até à própria fonte das obras, caso queiramos que elas valham algo para a justiça. Digo que se faz necessário olhar interiormente de que sentimento do coração procedem essas obras. Mas, ainda que aqui tenhamos vastíssimo campo de discussão, no entanto, visto que a matéria pode ser explicada em bem poucas palavras, serei o mais breve possível em sua ministração.

2. HÁ NOS INCRÉDULOS VIRTUDES E BOAS OBRAS, AS QUAIS, NO ENTANTO, SE DEVEM À DIVINA MUNIFICÊNCIA, FRUTOS DA GRAÇA COMUM

De princípio, não nego que as munificências de Deus sejam todos e quaisquer dotes excelentes que se revelam nos incrédulos. Não estou tão privado de senso comum que intente afirmar que não existe diferença alguma entre a justiça, a moderação e a eqüidade de Tito e Trajano, que foram ótimos imperadores romanos, e a raiva, a fúria e crueldade de Calígula, de Nero e de Domiciano, que reinaram como bestas furiosas; entre os obscenos desregramentos de Tibério e a continência de Vespasiano; nem – para não nos determos mais em cada uma das virtudes e dos vícios em particular – entre a observância das leis e o menosprezo das mesmas.[191] Ora, tão grande é a diferença do justo e do injusto, que se revela até mesmo na imagem morta. Pois, que restará de ordem no mundo, se confundirmos estas *coisas* entre si? Portanto, distinção desta natureza, entre atos dignos e *atos* indignos, insculpiu Deus não só na mente de cada um *de nós*, mas também *a* confirma, freqüentemente, pela administração de sua providência. Pois vemos que *ele* recompensa com muitas bênçãos da presente vida àqueles que cultivam a virtude entre os homens. Não que essa representação exterior de virtude esteja no coração sua verdadeira justiça, enquanto até mesmo a *justiça* exterior e simulada não merece carecer de recompensa temporal. Donde se segue *o* que já confessamos pouco antes, *a saber*, que essas virtudes são dádivas de Deus, ou, antes, aparências de virtudes, não importa sua natureza, uma vez que não existe coisa alguma digna de ser louvada que não proceda dele.

3. NÃO HÁ VIRTUDE REAL, NEM VERDADEIRAS BOAS OBRAS QUE NÃO SEJAM MOTIVADAS PELA FÉ, A SERVIÇO DE DEUS, DO CONTRÁRIO PROCEDEM DE INTENÇÕES IMPURAS

Com efeito, *o* que Agostinho escreve é, não obstante, verdadeiro, *ou, seja*, Todos os *que estão* alienados da religião do Deus único, por mais que sejam tidos *por* dignos de admiração em razão de *sua* reputação de virtude, não só *não são* dignos de qualquer recompensa, como também, são ainda mais dignos de castigo, porquanto com a depravação de seu coração contaminam as *coisas* boas e puras de Deus. Pois, ainda que sejam instrumentos para conservar a sociedade humana em justiça, em continência, em amizade, em temperança, em força, em prudência, entretanto, desempenham essas boas obras de Deus mui insatisfatoriamente, visto que são impe-

191. Primeira edição: "Nem, ademais, assim dissinto do comum sentir, que contenda nenhuma diferença haver entre a justiça, a moderação, a eqüidade de Tito e Trajano e a loucura, a imoderação, a crueldade de Calígula, ou de Nero, ou de Domiciano, entre os obscenos desregramentos de Tibério e a continência de Vespasiano neste aspecto, e, para que nos não demoremos, seja nas virtudes, seja nos vícios, um a um, entre a observância e o desprezo do direito e das leis."

didos de agir mal não por sincero zelo do bem, mas ou por mera ambição, ou por amor egoísta, ou por qualquer outro motivo oblíquo. Portanto, quando pela própria impureza de coração *estas boas obras* são corrompidas, que é sua fonte origem, não devem ser tidas por virtudes mais que os vícios que costumam enganar em razão de *sua* afinidade e semelhança de virtude. Enfim, sempre que sabemos que o único e perpétuo fim da justiça é que sirvamos a Deus, tudo quanto a outro *rumo* se desvia, então com toda razão perde o nome de ***reto***. Portanto, já que tais pessoas não visam ao propósito que a sabedoria de Deus estabelece, ainda que no desempenho o que fazem pareça bom, entretanto, pervertido o propósito, *isso* é pecado.[192] Conseqüentemente, *Agostinho* conclui que todos os Fabrícios, Cipiões e Catões, nesses seus feitos preclaros, nisto têm pecado; porque, ao estar privados da luz da fé, não dirigiram suas obras ao fim que deviam. Por isso se diz que não tinham verdadeira justiça, pois o dever de cada um é considerado não pelo que faz, mas com que propósito o faz.[193]

4. Na verdade, somente quando feitas na fé em Cristo e na comunhão com Cristo é que merecem o título de "boas obras"

Além disso, se é verdadeiro o que João diz que não há vida fora do Filho de Deus [1Jo 5.12], *os* que não têm parte em Cristo, os quais, sejam quem forem e o que quer que façam, ou porfiem por fazer, não obstante se encaminham à perdição e ao juízo da morte eterna, em todo o curso *da vida*. De conformidade com esta afirmação é que Agostinho disse isto: "Nossa religião distingue os justos dos injustos, não *pela lei* das obras, mas pela própria lei da fé, sem a qual *as coisas* que parecem boas obras se convertem em pecados.[194] Razão por que ele, em outro lugar, expressa a mesma coisa primorosamente, quando compara o esforço de tais homens a uma corrida que se desvia da rota e perde o rumo.[195] Porque quanto mais exaustivamente alguém corre fora da pista, tanto mais longe se afasta da meta, e por isso mais miserável se torna. Por isso, ele contende dizendo que é melhor manquejar na pista do que correr fora dela. Finalmente, uma vez que não existe qualquer santificação sem haver comunhão com Cristo, salta à vista que os tais são árvores más. Por isso podem produzir frutos vistosos e formosos à vista, até mesmo suaves ao paladar, porém de modo algum são bons.

---

192. Agostinho, *Contra Juliano*, livro IV, capítulo iii, 16 e ss., 21.

193. *Ibid*., livro IV, capítulo iii, 25, 26.

Primeira edição: "que, como carecessem da luz da fé, não os dirigiram a esse fim a que [os] deveram referir, neles não houve a verdadeira justiça, porquanto os deveres se pesam não pelos atos [em si], mas pelos fins [a que visem]."

194. *Contras Duas Cartas dos Pelagianos a Bonifácio*, livro II, capítulo v, 14.

195. *Conversações sobre os Salmos*; sobre o Salmo XXXI, capítulo ii, 4.

Daqui facilmente percebemos ser maldito, não apenas de qualquer valor para justiça, mas até mesmo de merecimento justo para condenação, tudo quanto o homem cogita, planeja, executa, antes que, pela fé, seja reconciliado com Deus. Mas, por acaso, estamos discutindo acerca de alguma coisa dúbia, quando já ficou provado, pelo testemunho do Apóstolo, que "é impossível que alguém, sem fé, agrade a Deus? [Hb 11.6].

5. As boas obras que são aprazíveis a Deus não emanam de nossa própria justiça, mas da graça divina que nos vivifica para novidade de vida

Tudo isso, porém, ficará muito mais evidente se de um lado considerarmos a graça de Deus, e do outro a condição natural do homem.[196] Pois a Escritura por toda parte proclama que Deus não acha nada no homem que o incite a ser benevolente para com ele; pelo contrário, ele vem ao seu encontro com sua graciosa benignidade. Ora, é possível que um morto volva à vida? Entretanto, quando Deus nos ilumina com conhecimento, diz-se que voltamos da morte [Jo 5.25] e nos tornamos novas criaturas [2Co 5.17]. Com efeito, mediante esta representação, especialmente no Apóstolo, vemos que a benignidade de Deus para conosco nos é freqüentemente recomendada. "Deus", diz *ele*, "que é rico em misericórdia, em decorrência do muito amor com que nos amou, ainda quando estávamos mortos em pecados, nos vivificou juntamente com ele em Cristo" etc. [Ef 2.4, 5]. Em outro lugar, enquanto trata da vocação geral dos gentios sob o tipo de Abraão, diz: "Deus", diz *ele*, "é quem vivifica os mortos e chama à existência as *coisas* que não são" [Rm 4.17].

Então pergunto: Se nada somos, que possibilidade temos *nós*? Por isso, na história de Jó, o Senhor reprime rigorosamente essa arrogância, nestas palavras: "Quem primeiro me deu, para que eu haja retribuir-lhe? Pois todas as coisas que estão debaixo do céu são minhas" [Jó 41.11]; afirmação que Paulo explica neste resumo: não imaginemos que podemos trazer algo ao Senhor, a não ser a mera ignomínia de *nossa* indigência e futilidade [Rm 11.35]. Por essa razão, na passagem supra-citada, para provar que só por sua graça, não pelas obras, podemos obter a esperança da salvação, ele declara que "somos criaturas suas, já que fomos regenerados em Cristo Jesus para as boas obras, que Deus de antemão preparou para que andemos nelas" [Ef 2.10]. Como se estivesse a dizer: Quem de nós se vangloriará de haver recorrido a Deus por meio de sua *própria* justiça, quando nossa primeira virtude e faculdade para agir procede da regeneração? Ora, segundo nossa própria natureza, é mais fácil tirarmos azeite de uma pedra, do que de nós uma boa obra. É de fato surpreendente

196. Primeira edição: "Mas, ainda mais difusamente luzirá a comprovação, se à condição natural do homem se oponha, frontalmente, a graça de Deus."

que o homem, condenado por tanta ignomínia, se atreva ainda a dizer que lhe resta algo bom.[197]

Portanto, confessemos com esse excelente instrumento de Deus que "fomos chamados pelo Senhor com um santo chamamento, não segundo nossas obras, mas segundo seu propósito e graça" [2Tm 1.9]; e que "de Deus, nosso Salvador, manifestou sua benignidade e amor para conosco, visto que nos salvou, não por obras de justiça que tenhamos feito, mas segundo sua misericórdia, para que, justificados por sua graça, nos tornássemos herdeiros da vida eterna" [Tt 3.4, 5, 7]. Com esta confissão, despojamos o homem de toda justiça *pessoal*, até a mais ínfima partícula; e assim, por sua misericórdia, ele nos regenerou para a esperança da vida eterna; uma vez que, se de fato a justiça das obras nos conferisse algo, para nos justificar, falsamente nos seria dito que somos justificados pela graça. Obviamente, quando ele aí afirma que a justificação é graciosa, o Apóstolo não se mostrou esquecidiço, o qual argumenta em outro lugar que a graça já não seria graça, se *porventura* as obras valessem alguma coisa [Rm 11.6]. E que outra *coisa* o Senhor quer dizer quando nega ter vindo chamar justos, e, sim, pecadores" [Mt 9.13]? Se somente os pecadores são admitidos, por que se busca acesso por meio de nossa justiça fictícia?

6. Tão-somente na misericórdia divina tem o homem justiça salvífica, nesse sentido nada podendo fazer por si mesmo, pois está morto em seus próprios delitos e pecados

Repetidamente me vem o mesmo pensamento, de que há o risco de estar eu sendo injusto para com a misericórdia de Deus, esforçando-me com tão grande ansiedade por defendê-la e mantê-la, como se porventura fosse duvidosa ou obscura. Mas como nossa malícia é tal que jamais dá a Deus o que lhe pertence, se não se vê forçada pela necessidade, me vejo obrigado a deter-me aqui algo mais do que quisera. Entretanto, visto que a Escritura é muitíssima evidente nesta matéria, combaterei com mais empenho com suas palavras do que com as minhas.

Isaías, quando descreveu a ruína universal do gênero humano, acrescenta auspiciosamente a ordem da restauração: "O Senhor viu, e pareceu mal a seus olhos o não haver justiça. E vendo que ninguém havia, admirou-se de que não houvesse um intercessor; por isso seu próprio braço, e sua própria justiça o susteve" [Is 59.15, 16]. Onde estão nossas justiças, se o que disse o Profeta é verdadeiro: não há ninguém que ao Senhor assista e a salvação seja restaurada? Assim outro Profeta, quando introduz o Senhor agindo para reconciliar os pecadores consigo mesmo: "Despo-

197. Primeira edição: "Ora, como fomos conformados de natureza, mais depressa de uma pedra óleo se espremerá que de nós uma boa obra. De admirar [é], na verdade, se o homem, condenado a tão grande ignomínia, algo ousa ainda fazer a si restante!"

sar-te-ei comigo para sempre", diz *ele*, " em justiça, em juízo, em graça e em misericórdia. E compadecer-me-ei dela que não obteve misericórdia" [Os 2.19-23]. Se tal pacto, que é a primeira união de Deus conosco, se apóia na misericórdia de Deus, não nos fica nenhum outro fundamento à nossa justiça.

Certamente gostaria de indagar desses que imaginam poder o homem ir ao encontro de Deus levando alguma justiça de obras pessoais, se porventura crêem que exista realmente alguma justiça senão *aquela* que agrade a Deus. Se só pensar isso é insano, o que vem de seus inimigos que seja agradável a Deus, quando abomina a todos eles, com todos os seus feitos? Digo que todos nós somos inimigos capitais e professos de nosso Deus, até que, justificados, sejamos recebidos à sua amizade, o que comprovado pela verdade [Rm 5.10; Cl 1.21, 22]. Se a justificação é o princípio do amor *mercê do qual Deus se nos faz propício*, que tipo de justiça de obras *humanas* a precederão? Portanto, para prevenir essa pestilenta arrogância, João diligentemente nos adverte dizendo que não o amamos primeiro [1Jo 4.10]. E isso mesmo o Senhor já havia ensinado outrora através de seu Profeta: "Eu voluntariamente os amarei", diz *ele*, "porque minha ira se apartou deles" [Os 14.4]. Certamente, se ele por sua benevolência não inclinar-se a nos amar, muito menos nossas obras o poderão.[198]

A massa ignara dos homens, porém, não pensa ser isso outra *coisa*, senão que ninguém há que previamente mereça que Cristo consumasse nossa redenção, mas, para que nos acheguemos à posse dessa redenção, *somos* assistidos por nossas obras. Mas, de fato, por mais que sejamos redimidos por Cristo, contudo, até que sejamos inseridos à sua comunhão pela vocação do Pai, não somos mais que trevas e herdeiros da morte, mas também inimigos de Deus. Paulo, pois, ensina que não somos purgados de nossas imundícies, e lavados pelo sangue de Cristo, a não ser quando essa purificação nos é efetuada pelo Espírito [1Co 6.11]. E Pedro, querendo dizer o mesmo, declara que a santificação do Espírito *nos* vale "para a obediência e a aspersão do sangue de Cristo" [1Pe 1.2]. Se somos aspergidos pelo sangue de Cristo, através do Espirito, não pensemos que antes dessa aspersão somos outra coisa senão o que é um pecador sem Cristo.[199]

Que este, pois, permaneça *como* o princípio de nossa salvação: que *ela* é uma espécie de ressurreição da morte para a vida; porque, quando por amor de Cristo se nos concedeu nele crer [Fp 1.29], então, e não antes, começamos a passar da morte para a vida.

198. Primeira edição: "Por certo que por obras não é instigado, se espontaneamente a nós se Lhe inclinou o amor."

199. Primeira edição: "Se pelo sangue de Cristo somos, através do Espírito aspergidos para purificação, não pensemos que, antes de regadura desta natureza, sejamos outros do que é um pecador sem Cristo."

7. A justiça salvífica, resultante da fé e insinuando um coração regenerado, é totalmente alheia aos hipócritas e aos cristãos nominais, cujas obras, corruptas e más, são sem valor à vista de Deus

Sob esta condição compreende-se também a classe de homens que foi referida como segunda e terceira na divisão proposta. Pois a impureza de consciência *a uns e outros desses dois tipos de homens* acusa que ainda não foram regenerados pelo Espírito de Deus. Mas, por outro lado, a ausência de regeneração neles, e neles se exibe a carência de fé. Do quê se demonstra que não *foram* ainda reconciliados com Deus; não *foram* ainda justificados a seus olhos, quando estes benefícios não se alcançam a não ser mediante a fé. Que poderão engendrar pecadores alienados de Deus, senão ações execráveis a seu juízo?

É verdade que os ímpios, e principalmente os hipócritas, se enchem desta vã confiança, *ou, seja*, por mais que reconheçam que todo seu coração transborda de obscenidade, contudo, se fazem algumas obras boas à vista, as estimam como sendo dignas de não serem rejeitadas por Deus. Daqui esse pernicioso erro de que, convencidos de mente celerada e nefanda, contudo, não podem ser compelidos a confessar que são vazios de justiça; pelo contrário, *mesmo* reconhecendo-se injustos, porquanto não *o* podem negar, ainda assim alegam possuir alguma justiça.

O Senhor refuta esta vã presunção de forma eminente através do Profeta. "Interroga", diz *ele*, "os sacerdotes, dizendo: Se um homem trouxer carne santificada na orla de sua vestimenta e encostá-la em pão ou outro alimento, porventura *ele* ficará santificado? Responderam, então, os sacerdotes: Não! E disse Ageu: Se um homem poluído na alma houver tocado alguma destas *coisas*, porventura não ficará *ela* contaminada? Responderam os sacerdotes: Ficará contaminada. Disse Ageu: Assim é este povo, e assim é esta nação diante de mim, diz o Senhor; e assim é toda a obra de suas mãos; e tudo o que ali oferecem é imundo" [Ag 2.11-14]. Tomara que esta sentença pudesse obter em nós plena fé, ou alojar-se devidamente em nossa memória. Pois não há ninguém, por mais corrompido que fosse ele em toda sua vida, que permita persuadir-se do que claramente aqui pronuncia o Senhor. Ainda o *indivíduo* mais ímpio, tão logo tenha se desincumbido de um ou outro dever da lei, não nutre nenhuma dúvida de que isso lhe será levado em conta como justiça; mas o Senhor proclama que daí não se adquire nenhuma santificação, a não ser que o coração antes seja purificado. E não contente com isso, assevera que todas as obras que procedem dos pecadores estão contaminadas com a impureza de seu coração.

Portanto, evite-se dar o nome de ***justiça*** às obras que são condenadas pela boca do Senhor *como obras* de poluição. E com que admirável similitude o demonstra ele! Pois se poderia objetar ser inviolavelmente santo *o* que o Senhor houvesse preceituado. Ele, porém, ao contrário, interpõe *dizendo* que não há de que admirar-

se, se *as coisas* que foram santificadas na lei do Senhor são contaminadas pela imundície dos réprobos, quando ao manipular o que é sacro, a mão imunda o profane.

8. Considerações adicionais de que as obras dos não-santificados pelo Espírito do Senhor não se revestem nenhum mérito justificatório; afinal só vale a fé para a justificação

Ele trata magistralmente da mesma coisa também em Isaías: "Não ofereçais", diz *ele*, "sacrifício vão; o incenso é para mim abominação; minha alma odeia vossas luas novas, e vossas solenidades se fizeram repugnantes; já estou cansado de as suportar. Quando estendeis vossas mãos, escondo de vós meus olhos; e ainda que multipliqueis vossas orações, não as ouvirei, porque vossas mãos estão cheias de sangue. Lavai-vos, sede limpos, removei o mal de vossas cogitações" [Is 1.13-16]. Significa que o Senhor sente tanta náusea pela observância de sua Lei? Na realidade, ele aqui não despreza a verdadeira e pura observância da lei, cujo princípio, ensina ele por toda parte, é o sincero temor de seu nome. Uma vez prescindido esse *temor*, tudo quanto lhe é oferecido não só será vaidade, mas também imundícia, hediondez e abominação.[200]

Que agora os hipócritas se vão e, retendo oculta no coração sua depravação, diligenciem por merecer a graça de Deus com suas boas obras! Com efeito, desse modo haverão de o irritar ainda mais. "O sacrifício dos ímpios é abominável ao Senhor, mas a oração dos retos é seu contentamento" [Pv 15.8]. Concluímos, pois, sem *qualquer* dúvida, o que deve ser por demais corriqueiro àqueles que são medianamente exercitado nas Escrituras, que mesmo as obras que são evidentes aos olhos dos homens que ainda não são verdadeiramente santificados, mui longe estão de constituir justiça diante do Senhor, o qual as considerará como pecado. E daí, com muita verdade falaram aqueles que ensinaram que a graça de Deus não se concilia à pessoa mediante obras; mas, ao contrário, as obras agradam a Deus quando a pessoa antes acha favor à vista dele.

E cumpre observar-se religiosamente esta ordem à qual a Escritura nos conduz pela mão. Moisés escreve que o Senhor atentou para Abel e para suas obras [Gn 4.4]. Vês como Moisés demonstra que Deus se fez propício aos homens antes de contemplar suas obras?[201] Por isso, para que as obras que procedem de nós sejam por Deus benignamente recebidas, impõe-se que sejam precedidas pela purificação do coração, uma vez que vigore sempre esta declaração de Jeremias, de que os olhos

200. Primeira edição: "Não verdade, porém, nada aqui despreza que seja da genuína observância da Lei, o princípio da qual por toda parte ensina ser o sincero temor de Seu nome. Detraído esse [temor], não só nugas são todas e quaisquer [cousas] que se Lhe oferecem, mas até fétidas e abominandas sordícies."

201. Primeira edição: "Vês que assinale [ser] o Senhor propício aos homens antes que às obras lhes atente?"

de Deus atentam para a verdade [Jr 5.3]. Com efeito, que somente a fé é o que purifica os corações dos homens, o Espírito Santo declarou pela boca de Pedro [At 15.9], donde se evidencia que o primeiro fundamento consiste na fé verdadeira e viva.

9. Nem mesmo os regenerados pelo Espírito de Deus ostentam obras que não sejam conspurcadas aos olhos dele

Examinemos agora que justiça possuem *os* que pusemos na quarta classe. Admitimos que, quando Deus nos reconcilia consigo por meio da justiça de Cristo, e nos havendo concedido a remissão gratuita de nossos pecados nos reputa por justos, juntamente com esta misericórdia está outro benefício, *a saber*, que o Espírito Santo habita em nós; em virtude do qual, a concupiscência de nossa carne é paulatinamente mortificada; e que somos santificados; isto é, somos consagrados ao Senhor para a verdadeira pureza de vida, com nosso coração conformado à obediência da lei, a fim de que esta seja nossa principal vontade: servir à sua vontade e promover, de todos os modos, unicamente sua glória.

Mas, de fato, ainda quando, pela direção do Espírito Santo, andamos nos caminhos do Senhor, contudo, para que, esquecidos de nós *mesmos*, não exaltemos o ânimo, permanecem resquícios de imperfeição que nos propiciam motivo para humildade. A Escritura afirma que "Não há justo, nem sequer um, não há quem faça o bem e não peque" [1Rs 8.46; Ec 7.20]. Portanto, que justiça mesmo os fiéis obterão por suas obras?

Em primeiro lugar, afirmo que a obra mais excelente que podem propor está, contudo, sempre manchada e corrompida de alguma impureza da carne, como se estivesse envolta por escória. Digo que, de toda sua vida, o santo servo de Deus escolha o que, em seu curso, julgar ter feito de mais sublime. Quando as minúcias, uma a uma, forem rememoradas, sem dúvida achará nelas algo que exala a podridão e hediondez da carne, uma vez que nossa disposição jamais será agir bem como se deve; ao contrário, muitas são as fraquezas que nos retardam a corrida. Ainda que não vejamos as manchas como sendo obscuras, as quais salpicaram as obras dos santos, no entanto são visualizadas como meras nódoas mui diminutas: porventura nada disso ofenderá os olhos de Deus, perante os quais nem as próprias estrelas na verdade são puras [Jó 25.5]? Não temos *sequer* uma obra que proceda dos *próprios* santos, as quais, se julgadas em si, não mereçam a justa recompensa do infortúnio.

10. Dada a severidade da lei e a pecaminosidade humana, é infrutífera a pretensão das boas obras para a justificação

Além disso, ainda que viesse a acontecer que possuíssemos algumas obras absolutamente puras e perfeitas, no entanto, um só pecado é suficiente para ofuscar e

extinguir toda lembrança de justiça anterior, segundo afirma o Profeta [Ez 18.24], com quem também Tiago concorda: "*Aquele* que transgride", diz *ele*, "sequer um *ponto*, faz-se culpado de todos" [Tg 2.10]. Ora, uma vez que esta vida mortal nunca é pura ou isenta de pecado, tudo quanto existe de justiça que for efetuado por nós, ficaria corrompido, sufocado e arruinado pelos pecados que amiúde surgem; e assim não seria tida em conta à vista de Deus, nem nos seria imputado para justiça.

Finalmente, quando se trata da justiça proveniente de obras *humanas*, deve-se ter em vista não a obra da lei, mas o mandamento. Por isso, caso se busque a justiça da lei, em vão exibimos uma ou outra obra; pelo contrário, é necessária a perpétua obediência à lei. Por isso, só uma vez – como muitos nesciamente pensam – Deus nos imputa para justiça essa remissão de pecados da qual temos falado, de tal maneira que, obtido o perdão da vida pretérita, a partir daí buscamos justiça na lei; porquanto, se fosse assim, estaria escarnecendo e zombando *de nós*, enganando-nos com uma falsa esperança. Ora, uma vez que por todo o tempo que nos achamos revestidos dessa carne não nos pode advir nenhuma perfeição, ao contrário, a lei anuncia morte e juízo a todos os que, em virtude das obras, não puderam exercer justiça integral, ela terá sempre o de que nos acusar e fazer-nos culpados, a menos que em contraposição intervenha a misericórdia de Deus, a qual, pela constante remissão dos pecados, nos absolva reiteradamente.

Isto posto, o que dissemos no início paira sempre evidente, a saber, se nos estimarmos por nossa dignidade, seja o que for que intentemos ou executemos, no entanto somos dignos de morte e perdição com todos os nossos esforços e boa vontade.

11. As próprias obras dos piedosos estão longe de ser meritórias para a justificação, a qual sempre e somente procede da fé

É preciso insistir firmemente nestes dois elementos: *primeiro*, que jamais existiu sequer uma obra de um homem piedoso que, se examinada pelo severo juízo de Deus, não houvesse de ser condenável; *segundo*, se isso viesse a acontecer – o que ao homem não é possível –, contudo, visto tal obra estar viciada e manchada pelos pecados do próprio autor, ela perderia o favor.

E este é a ponto capital de nossa disputa. Ora, quanto ao princípio de justificação, não existe contenda entre nós e os escolastas mais judiciosos, *isto é*, que o pecador, graciosamente liberado da condenação, alcança justiça, e isso pela remissão dos pecados; a não ser que eles, pelo termo ***justificação***, compreendem a renovação em virtude da qual somos restaurados pelo Espírito de Deus à obediência da lei. Aliás, assim descrevem a justiça do homem regenerado, que este, uma vez reconciliado com Deus pela fé em Cristo, é considerado justo diante de Deus por *suas*

boas obras e é aceito pelo mérito delas. O Senhor, porém, declara, em contrário, que a Abraão a fé foi imputada para justiça [Rm 4.3, 9, 13], não durante o tempo em que ainda servia aos ídolos, mas então, quando já por muitos anos se sobressaíra em santidade de vida. Portanto, por longo tempo Abraão havia adorado a Deus com um coração puro, e prestou a obediência à lei que pode ser prestada pelo homem mortal. Contudo, continua tendo *sua* justiça posta na fé. Do quê concluímos, segundo o arrazoado de Paulo, que essa justiça ***não resulta das obras***.

De igual modo, quando no Profeta se diz: "O justo viverá da fé" [Hc 2.4], não está a tratar acerca de ímpios e profanos, a quem o Senhor, em convertendo-os à fé, justifica; pelo contrário, a palavra se dirige a fiéis e lhes promete que sua vida fluirá da fé. Paulo também dissipa toda dificuldade quando, em confirmação desta idéia, toma este versículo de Davi: "Bem-aventurados aqueles cujas iniqüidades foram perdoadas" [Sl 32.1; Rm 4.7]. Contudo, é certo que Davi não está falando de ímpios, mas de fiéis, justamente como era ele pessoalmente, pois falava do senso de sua consciência. Portanto, importa-nos ter esta bem-aventurança não uma só vez, mas conservá-la durante toda a vida.

Finalmente, ele atesta que a embaixada referente à graciosa reconciliação com Deus é promulgada não para um ou outro dia; ao contrário, ela é perpétua na Igreja [2Co 5.18, 19]. Daí não ter os fiéis outra justiça até o fim da vida, senão *aquela* que aí se descreve. Pois Cristo permanece perpetuamente sendo o Mediador que nos reconciliará com o Pai, e perpétua é a eficácia de sua morte, a saber: lavagem, satisfação, expiação, enfim, perfeita obediência, mercê da qual todas as iniqüidades nos são cobertas. Tampouco diz Paulo aos efésios que tivemos na graça o início da salvação; mas, ao contrário, que pela graça fomos salvos, "não pelas obras, para que ninguém se glorie" [Ef 2.8, 9].

12. É IMPROCEDENTE A GRAÇA ACEITANTE ENSINADA PELOS ESCOLASTAS

Os subterfúgios que os escolastas aqui buscam para evadir-se, não os desemaranham. Dizem que as boas obras não são de tão grande *valia* em *sua* dignidade intrínseca que sejam suficientes para adquirir justiça, mas o que vale mesmo é da ***graça aceitante***.[202] Então, porque são obrigados a confessar que a justiça das obras neste mundo é sempre imperfeita, admitem que, enquanto vivemos, necessitamos de remissão dos pecados, mediante a qual a deficiência das obras é suprida, mas os delitos que se cometem são compensados por obras de supererrogação.[203]

202. Duns Scoto, *Comentário às Sentenças*, livro I, dist. 17, 3, 25, 26 etc.

203. Boaventura, *Comentário às Sentenças*, livro IV, dist. 20, par. 2, art. 1, 3; Tomás de Aquino, Suma Teológica, pte. III, supl. 25, art. 1.

Ora, aquela a que chamam ***graça aceitante***, respondo que outra não é senão sua graciosa bondade, em virtude da qual o Pai nos abraça em Cristo, quando nos reveste da inocência de Cristo, e no-la credita, para que por seu benefício nos tenha por santos, puros e inocentes. Pois se faz necessário que a justiça de Cristo, que, assim como é a única perfeita, também a única que pode suportar a presença de Deus, compareça em nosso favor e seja nossa representante como fiadora no juízo. Providos nós dessa *justiça*, obtemos pela fé constante remissão dos pecados. Veladas pela pureza desta fé, a sordidez e imundícia das imperfeições não nos são imputadas; pelo contrário, são ocultadas, como que sepultadas, para que não compareçam ao juízo de Deus, até que chegue a hora em que, morto em nós e de todo extinto o velho homem, a divina bondade nos receba à bem-aventurada paz com o novo Adão, enquanto esperamos o dia do Senhor, no qual, recebendo corpos incorruptíveis, sejamos transferidos à glória do reino celeste.

13. Improcedência das obras supererrogatórias à vista da impossibilidade de se oferecer satisfação pelos pecados, devido à gravidade destes e à severidade de Deus

Se estas *coisas* são verdadeiras, certamente que nenhuma obra nossa nos pode por de si mesma tornar-nos aceitos e agradáveis a Deus, e de fato nem elas mesmas lhe agradam, senão até onde um homem, coberto da justiça de Cristo, agrada a Deus e daí obtém a remissão de suas transgressões. Pois Deus não prometeu a recompensa da vida a certas obras; ao contrário, apenas declara que *aquele* que tiver feito essas *coisas* por elas viverá [Lv 18.5], lançando essa bem conhecida maldição contra todos aqueles que não persistirem em todas *as coisas* [Dt 27.26; Gl 3.10]. Com isso, fica suficientemente refutado o erro da justiça parcial, já que Deus não admite outra justiça além da perfeita observância da lei.[204]

Nem mais sólido é de fato o que costumam vociferar acerca de prover-se compensação suficiente mediante obras de supererrogação. Então? Porventura não voltam sempre a esse *ponto* do qual já foram excluídos, *isto é*, de que aquele que observa parcialmente a lei é justo pelas obras nessa extensão? Com extremo despudor assumem como reconhecido o que ninguém de são juízo lhes haverá de conceder. O Senhor testifica tantas vezes que não reconhece nenhuma justiça *proveniente* de obras, senão na perfeita observância de sua lei. Que improbidade, quando desta estamos privados, para que não nos vejamos despojados de toda glória, isto é, que a Deus cedemos inteiramente, vangloriar-nos como de bocadinhos de umas poucas obras e por outras satisfações tentarmos resgatar o que falta! As satisfações já foram

204. Primeira edição: "[asserções] pelas quais abundantemente se refuta a ficção da justiça parcial, onde não outra justiça se admite nos céus que a integral observância da Lei."

potentemente desmanteladas acima, de sorte que, na verdade, nem em sonho nos devem vir à mente. Apenas reitero que aqueles que falam de forma tão néscia, longe estão de refletir quão execrável coisa é o pecado diante de Deus. Ora, de fato deveriam compreender que toda a justiça dos homens, reunida em um montão, não pode valer como compensação de um só pecado. E assim vemos que por um delito o homem foi de tal modo afastado e rejeitado por Deus, que ao mesmo tempo perdeu toda a possibilidade de recuperar a salvação *para si*.

Portanto, eliminada foi a capacidade de satisfação, com a qual *os* que a si mesmos se linsonjeiam na verdade nunca satisfarão a Deus, a quem nada é aprazível e aceito como se provindo de seus inimigos. Inimigos, entretanto, são todos *aqueles* a quem *Deus* determinou imputar seus pecados. Portanto, é necessário que os pecados nos sejam cobertos e remitidos antes que o Senhor atente para qualquer obra nossa. Do que se segue que a remissão dos pecados é graciosa, a qual celeradamente blasfemam *os* que ingerem quaisquer satisfações. Nós, portanto, consoante o exemplo do Apóstolo, "esquecendo *as coisas* que para trás ficam, e prosseguindo rumo àquelas que diante de nós estão, corremos em nosso estádio, avançando rumo ao alvo da superna vocação" [Fp 3.13, 14].

14. Já que Deus requer perfeição total e normativa das obras, não há lugar para obras supererrogatórias, levando-se em conta que homem algum consegue essa perfeição

Jactar-se, pois, das obras de supererrogação, como pode estar de acordo com o que está preceituado [Lc 17.10], *a saber*, que depois que tivermos feito tudo quanto se nos preceitua, dizemos que somos "servos inúteis, porque só fizemos o que nos era ordenado"? ***Falar diante de Deus*** não é simular ou mentir; pelo contrário, é expor o que em teu íntimo tens como certo. Conseqüentemente, o Senhor nos ordena que julguemos sinceramente e ponderemos conosco que nenhum dever gracioso a ele desempenhamos; ao contrário, só lhe prestamos serviços devidos. E com razão, pois somos servos onerados de tantas obrigações, que mesmo se nos volvêssemos aos deveres da lei, não podemos desempenhar todos os pensamentos e todos os membros. E por isso lemos: "Quando houverdes feito todas as coisas que vos são impostas" [Lc 17.10], é como se estivesse a dizer exatamente que todas as obras de justiça do mundo estivessem em só homem. Então, nós, dentre os quais não há sequer um que não esteja muitíssimo longe de semelhante perfeição, como nos atreveríamos a gloriar-nos de haver acrescentado a justa medida?[205]

205. Primeira edição: "vale exatamente como se [estivesse a dizer] de um só hajam de ser mais do que todas as obras de justiça dos homens. Logo, nós dos quais ninguém não deixa de distar o mais longinguamente possível desta meta, como ousemos gloriar-nos de que havemos [até] acrescentado um excedente à justa medida?"

Nem há razão para que alguém objete dizendo que não há inconveniente algum em que aquele que não complete seu dever em algo faça mais do que está obrigado a fazer por necessidade. Porque é preciso manter de forma peremptória que nada nos pode vir à mente, ou que sirva ao culto de Deus, ou ao amor *ao próximo*, que não se compreenda sob a lei de Deus. Ora, se é parte da lei, então que não nos vangloriemos com espontânea liberalidade quando somos forçados pela necessidade.

15. Tampouco o que Paulo afirma em 1 Coríntios 11 é argumento válido em prol das obras de supererrogação

Muito fora de propósito, alegam para provar isto a exaltação pessoal de Paulo, quando se gloria de que entre os coríntios, espontaneamente, ele havia cedido seu direito, ainda que lhe era lícito usar dele como bem quisesse;[206] nem lhes devotara apenas o que devia por ofício, como também *lhes* prodigalizara obra graciosa, além do limite da obrigação. Entretanto, convinha volver a atenção para a razão ali assinalada, *ou, seja*, que isso ele devia fazer para que não viesse a ser pedra de tropeço para os fracos [1Co 9.12]. Porque os maus apóstolos que então perturbavam a Igreja se ufanavam de que não aceitavam coisa alguma em troca de seu trabalho e suas fadigas; e isso faziam para que sua perversa doutrina fosse mais estimada e assim suscitasse o ódio contra o evangelho; de tal maneira Paulo se viu obrigado, ou a pôr em perigo a doutrina de Cristo, ou a buscar um remédio para tais estratagemas.

Pois bem, se a um homem cristão é algo indiferente constituir-se ele em pedra de tropeço, quando tal coisa se pode evitar, admito que o Apóstolo fez algo de supererrogação ao Senhor; entretanto, se de direito isso mesmo se requeria do prudente despenseiro do evangelho, afirmo que ele fez o que devia. Finalmente, mesmo que tal causa não se põe à mostra, entretanto é sempre verdadeira esta *observação* de Crisóstomo: todas as nossas *coisas* têm a mesma condição que as posses de escravos, *ou, seja*, que tudo por direito pertence ao Senhor. Tampouco Cristo omite isso na parábola, pois pergunta que agradecimento teremos para com um servo, quando, assoberbado por todo um dia de labor variado, à noite ele tenha voltado a nós [Lc 17.7-9]. Com efeito, pode ocorrer que haja ele trabalhado muito mais do que haveríamos ousado exigir-lhe. Entretanto, nada fez que, de *sua* condição de serviçal não *o* devesse, porque ele é nosso, com toda sua capacidade.

Deixo de expor de que natureza são as supererrogações que esses querem impingir a Deus, pois são trivialidades que nem *ele* próprio jamais ordenou, nem aprova, nem jamais as aceitará, quando se tiver que prestar-lhe conta. Nesta acepção,

206. Primeira edição: "E para com esta matéria intempestivamente se alega aquela auto-exaltação de Paulo, de que, entre os coríntios, haja voluntariamente cedido seu direito, que, de outro modo, [lhe] era defenso usar, se [assim lhe] houvesse aprazido ..."

enfim, admitimos haver obras de supererrogação, *ou, seja*, aquelas acerca das quais foi dito pelo Profeta: “Quem requereu estas *coisas* de vossas mãos?” [Is 1.12]. Mas lembrem-se de que há também menção delas em outro lugar: “Por que gastais vosso dinheiro no que não é pão, e o produto de vosso labor naquilo que não satisfaz?” [Is 55.2]. Certamente que não é muito laborioso para esses rabinos ociosos discutir essas *coisas* à sombra, em cadeiras macias. Quando, porém, aquele Juiz Supremo estiver assentado no tribunal, inevitavelmente se desvanecerão todos os pareceres balofos desse gênero. Ora, o que deveríamos fazer é munir-nos da confiança de que podemos levar para responder por nós quando comparecermos perante seu tribunal; e não o que se pode discutir ou mentir nos recantos das escolas de teologia.[207]

16. Há duas pragas que é preciso eliminar da mente: a confiança na justiça procedente das obras e a vanglória que provocam

Nesta parte, devem-se, mais que qualquer coisa, alijar da mente duas pragas: que nada ponham de confiança na justiça *procedente* das obras, e que não se lhes atribuam nenhuma glória. As Escrituras, por toda parte, nos dissuadem de toda e qualquer confiança quando ensinam que todas as nossas justiças exalam mal cheiro à vista de Deus, salvo se derivarem perfume da inocência de Cristo; que nada podem senão exacerbar a vingança de Deus, a não ser que sejam mantidas na indulgência de sua misericórdia. De fato, dessa forma nada mais nos resta fazer, senão implorarmos a nosso juiz, com aquela confissão de Davi: Ninguém será justificado diante dele, caso exija conta de seus servos [Sl 143.2]. Onde, porém, Jó diz: “Se agi *como* um ímpio, ai de mim; mas, se *agi* justamente, nem assim levantarei a cabeça” [Jó 10.15], ainda que vise àquela suprema justiça de Deus, à qual nem mesmo os anjos satisfazem, entretanto isso ele mostra, ao mesmo tempo: quando, ante o juízo de Deus, nada se vê restar a todos os mortais senão que emudeçam. Pois não significa que prefere ceder a Deus por livre vontade em vez de expor-se ao risco de combater contra seu rigor, mas que não reconhece em si mesmo uma justiça capaz de cair por terra assim que compareça diante do juízo de Deus.[208]

Eliminada a confiança *egoísta*, necessariamente também se evapora toda jactância *pessoal*. Pois, quem confere o louvor da justiça às obras, por cuja confiança trema à vista de Deus? Portanto, é preciso que cheguemos ao lugar para onde nos chama Isaías, para que em Deus seja louvada e se glorie toda a semente de Israel [Is 45.25], porquanto mui verdadeiro é o que diz em outro lugar, que somos uma plan-

207. Primeira edição: “Isto, isto dever-se-ia indagar: que confiança de defesa apresentar em Seu tribunal, não quê podemos discursar nas escolas e recantos.”

208. Primeira edição: “Pois não apenas a isto concerne, que prefere ceder espontaneamente a lutar perigosamente com a severidade de Deus, mas significa não outra justiça haver ele sentido em si próprio que [aquela] que no primeiro instante houvesse de ruir da face de Deus.”

tação da glória de Deus [Is 61.3]. Portanto, a mente estará então devidamente purificada quando a confiança nas obras se reclinará em qualquer aspecto, nem em sua glória exultará. Mas o erro de colocar sempre nas obras a causa de sua salvação insufla os homens estultos ao alento desta confiança falsa e fútil.

17. TODAS AS CAUSAS DE NOSSA SALVAÇÃO ESTÃO POSTAS NA GRAÇA, NÃO NAS OBRAS

Se, porém, atentarmos para as quatro modalidades de causas que os filósofos preceituam *que se deve* considerar na efetuação das coisas, nenhuma delas acharemos que se ajuste às obras para que nossa salvação se consuma. Pois, a Escritura por toda parte proclama que a misericórdia do Pai celeste e seu gracioso amor para conosco são a ***causa eficiente*** para adquirir-nos a vida eterna; a ***causa material*** é por meio de Cristo com sua obediência, mediante a qual adquiriu justiça para nós; e qual diremos ser a ***causa formal***, ou também ***instrumental***, senão a fé? E João compreende estas três, a um tempo, em uma sentença, quando diz "Deus amou ao mundo de tal maneira que deu seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" [Jo 3.16].

Mas o Apóstolo testifica que **a *causa final*** é não só a manifestação da justiça divina, como também o louvor de *sua* bondade, onde também traz à lembrança, em termos eloqüentes, as outras três. Pois assim fala aos romanos: "Todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus; porém são justificados gratuitamente por sua graça" [Rm 3.23, 24]. Aqui tens a cabeça e a fonte primeira *da salvação*: que Deus nos abraçou com *sua* graciosa misericórdia. Segue-se: "pela redenção que há em Cristo Jesus" [Rm 3.24]: aqui tens como que a matéria pela qual a justiça nos é consumada; "pela fé em seu sangue" [Rm 3.25]: aqui se mostra a causa instrumental, mercê da qual a justiça de Cristo nos é aplicada. Por último, acrescenta o fim quando diz: "para demonstração de sua justiça, para que ele seja justo e justificador daquele que é da fé em Cristo" [Rm 3.26]. E para que, de passagem, também denote que esta *justiça* consiste em reconciliação, diz expressamente: ***Cristo nos foi dado para nossa reconciliação***.

Assim também ensina, no primeiro capitulo *da Epístola* aos Efésios, que, de *sua* mera misericórdia, somos recebidos por Deus à graça, e isso se faz pela intercessão de Cristo, que pela fé todas as *coisas* são apreendidas para este fim: para que a glória da divina bondade resplandeça em toda plenitude [Ef 1.3-14]. Quando vemos todas as partículas de nossa salvação pairando assim fora de nós, como confiaremos e nos gloriaremos em nossas obras?[209]

209. Primeira edição: "por que é que agora ou confiemos ou nos gloriemos nas obras?"

Nem mesmo os inimigos mais conjurados da graça divina podem nos mover controvérsia acerca da *causa* eficiente, nem acerca da *causa* final, a menos que queiram negar toda a Escritura. Nas *causas* material e formal infundem coloração enganosa, como se nossas obras mantivessem lugar partido ao meio com a fé e com a justiça de Cristo. Mas a Escritura protesta contra isso, a qual afirma simplesmente não só que Cristo nos é por justiça e vida, como ainda que este bem da justiça só se possui por meio da fé.

18. As boas obras que pratiquem são motivo de conforto e confiança para os crentes, fortalecendo-lhes a fé e testificando da operação do Espírito em seu viver

Que, porém, os santos amiúde se confirmam e se consolam pela rememoração de sua inocência e integridade, às vezes nem mesmo se abstêm de proclamá-la, isto se faz de duas maneiras: ou porque, comparando sua boa causa com a causa má dos ímpios, daí extraem segurança de vitória, não tanto pela recomendação de sua *própria* justiça quanto pela justa e merecida condenação dos adversários, ou porque, ainda mesmo sem comparação alheia, enquanto se reconhecem diante de Deus não apenas alguma consolação, mas também a pureza da própria consciência lhes traz confiança.

Quanto ao primeiro item, veremos depois. Tratemos agora, sucintamente, do segundo, com isso acordando-se o que dissemos acima, que no juízo de Deus *não* há como apoiar-se em nenhuma confiança nas obras, como gloriar-se em nenhuma consideração. Esta, com efeito, é a concordância: que os santos, quando se trata de fundamentar-se e estabelecer-se sua salvação, sem consideração de obras, eles fixam os olhos somente na bondade de Deus. Tampouco se voltam para ela, antes de tudo, apenas como ao princípio da bem-aventurança; ao contrário, *nela* descansam como se fosse em sua consumação. A consciência assim fundamentada, edificada, firmada, firmada é também pela consideração das obras, de fato até onde *elas* são testemunhos de Deus habitando e reinando em nós.

Portanto, quando essa confiança nas obras não se concretiza, a não ser que toda a confiança da alma seja antes lançada sobre a misericórdia de Deus, não deve *ela* parecer contrária àquela da qual depende. E daí, quando excluímos a justiça das obras, a isto apenas visamos: que a mente cristã não se volva para o mérito das obras como a um subsídio da salvação, mas se assente inteiramente na graciosa promessa da justiça. Não vedamos, porém, que *ela* sustenha firmemente esta fé mediante os sinais da divina benevolência para consigo. Ora, se quando na memória se recordam todos os dons que Deus nos conferiu, *eles* nos são de certo modo como que raios do semblante divino pelos quais somos iluminados para contemplar aquela suprema

luz da bondade, muito mais o é a graça das boas obras que mostra que nos foi dado o Espírito de adoção.

19. AS BOAS OBRAS, LONGE DE REVESTIR-SE DE MÉRITO PESSOAL, SÃO FRUTOS DA MUNIFICÊNCIA DIVINA, DOS QUAIS O HOMEM NÃO TEM COMO GLORIAR-SE

Portanto, quando os santos confirmam sua fé com sua inocência e tomam dela motivo para regozijar-se, não fazem outra coisa senão compreender pelos frutos de sua vocação que Deus os adotou por filhos.[210] Logo, é ensinado por Salomão que "Que a sólida segurança está no temor do Senhor" [Pv 14.26]; que, para que sejam ouvidos pelo Senhor, às vezes os santos se servem desta alegação: eles têm andado diante de sua face em integridade e singeleza [2Rs 20.3]; e todas estas coisas valem para empregá-las como fundamento sobre o qual edificar a consciência; e só então, e não antes, valem quando se tomam como indícios e efeitos da vocação divina.[211] Porque o temor de Deus nunca é tal que possa dar uma firme segurança; e os santos têm em si consciência de *possuírem* uma integridade que ainda está mesclada com muitos resquícios da carne.

Mas uma vez que dos frutos da regeneração comprovam que o Espírito Santo habita neles, quando em algo de tão grande importância o experimentam no papel de Pai, daí se firmam profundamente a esperar o auxílio de Deus em todas as *suas* necessidades. E na verdade, nem isto podem fazer, a não ser que hajam primeiro apreendido a bondade de Deus, selada com base em nenhuma outra certeza senão a da promessa. Pois, se começam a avaliá-la pelas boas obras, nada será mais incerto, nem mais sem firmeza, uma vez que, se as obras são julgadas em si mesmas, por sua imperfeição não menos proclamarão a ira de Deus do que por *sua* pureza, por mais incompleta atestam sua benevolência. Enfim, de tal modo enaltecem os benefícios que receberam das mãos de Deus que de forma alguma se apartam de seu gratuito favor, no qual Paulo atesta que temos toda a perfeição em largura, comprimento, profundidade e altura[212] [Ef 3.18]; como se dissesse que onde quer que ponhamos nossos sentidos e entendimento, por mais alto que se elevem, por mais longe e amplamente que se estendam, contudo, não devem afastar-se do amor de Cristo, senão que se satisfaçam por meditá-lo por inteiro, porquanto em si ele compreende

210. Primeira edição: "Quando, portanto, da inculpabilidade de consciência sua fé fortalecem os santos, e [daí] assumem razão de exultar, dos frutos da [sua] vocação outra cousa não entendem que haverem sido escolhidos pelo Senhor à condição de filhos."

211. Primeira edição: "estas [cousas] nenhum lugar têm em lançar o fundamento mercê do qual firmar-se a consciência, mas valem, então, afinal, se são tomadas *a posteriori* ..."

212. Primeira edição: "Enfim, assim proclamam [eles] os benefícios de Deus que, todavia, do gracioso favor de Deus, no qual Paulo atesta estarem sitos "o comprimento, a largura, a profundidade e a altura ..."

todas as dimensões. E por isso diz *o Apóstolo* que esse *amor* excele e excede a todo conhecimento, e que quando reconhecemos quão excelsamente Cristo nos amou, nos sentimos a transbordar até a plenitude de Deus [Ef 3.19]. Assim, como em outro lugar, enquanto se gloria de que os piedosos são vencedores em toda batalha, logo em seguida adiciona a razão: "por causa daquele que os amou" [Rm 8.37].

20. Agostinho testifica que as boas obras não são motivo para a autoglorificação ou confiança jactanciosa

Vemos agora que não há nos santos esta confiança nas obras que ou lhes atribua algo ao mérito, visto que as vêem não de outra maneira senão como dons de Deus, donde reconhecem sua bondade, não de outra maneira senão como sinais de *sua* vocação, a qual serve para recordar sua eleição, ou que tire algo de sua graciosa justiça que alcançamos em Cristo, já que depende dela, nem subsiste sem ela.

Isto mesmo expressa Agostinho, em poucas palavras, porém primorosamente, quando escreve: "Não digo ao Senhor: 'Não desprezes as obras de minhas mãos' [Sl 138.8]; 'Com minhas mãos busquei o Senhor e não fui ludibriado' [Sl 77.2]. Mas não enalteço as obras de minhas mãos não, pois temo que, quando *as* tiveres examinado, mais pecados encontres que méritos. Só digo isto, só rogo isto, só desejo isto: Não desprezes as obras de tuas mãos. Vê em mim tua obra, não a minha. Porque, se olhares para a minha, a condenas; se contemplares a tua, a coroas. Por isso, todas as obras boas que tenho procedem de ti."[213]

Aqui Agostinho apresenta duas razões por que não ousou ostentar suas obras diante de Deus: *primeiro*, porque, se tem algo de boas obras, aí de seu ele nada vê; segundo, porque isso é também ofuscado pela multidão de *seus* pecados. Do quê resulta que daí a consciência sente mais de temor e consternação do que de segurança. Por isso, *ele* não quer que Deus olhe de outra forma para suas *obras* feitas em retidão, mas para, reconhecendo nelas a graça de sua vocação, aperfeiçoe a obra que começou.

21. O sentido real das afirmações bíblicas nas quais parece que se atribui mérito às boas obras diante de Deus

Entretanto, quanto ao que mostra a Escritura, que as boas obras dos fiéis são causas pelas quais o Senhor os galardoe, isso se deve entender de maneira que em nada se prejudique o que já dissemos, ou, seja, que a ***causa eficiente*** de nossa salvação reside no amor de Deus, o Pai; a ***causa material***, na obediência do Filho; a ***causa instrumental***, na iluminação do Espírito, isto é, na fé; a ***causa final*** é a glória

213. *Conversações sobre os Salmos,* Salmo CXXXVII, 18.

da incomensurável benignidade de Deus. Nestas, nada impede a que o Senhor abrace as obras como sendo causas inferiores. Mas, donde *procede* isto? Com efeito, *aqueles* a quem, em sua misericórdia, *ele* destinou à herança da vida eterna, a esses, por sua administração ordinária, ele induz à posse por meio das boas obras. Ao que precede na ordem de *sua* administração, *ele* intitula causa do que se segue. Desta forma, ele às vezes deduz a vida eterna das obras, não que se deva referir-se a elas *como a coisa* admitida, mas porque justifica *aqueles* a quem escolheu para que, por fim, *os* glorifique [Rm 8.30]. A primeira graça, que é como uma escalada para a segunda, de certa maneira é chamada sua causa.[214] Sempre que, porém, se faz necessário assinalar a verdadeira causa, ordena recorre-se não às obras, mas que nos mantenhamos unicamente na consideração da misericórdia. Pois, que significa isto que ensina através do Apóstolo: "O salário do pecado é a morte; a graça do Senhor, a vida eterna" [Rm 6.23]? Por que ele não opõe a justiça ao pecado, como *opõe* a vida à morte? Por que então não estatui a justiça *como* causa da vida, como estatui o pecado como causa da morte? Ora, assim se formularia corretamente a antítese que, com esta variação, está um tanto rompida. Mas, o Apóstolo quis, mercê desta comparação, exprimir aquilo que era *matéria de fato*: aos merecimentos dos homens deve atribuir-se a morte; a vida está posta unicamente na misericórdia de Deus.

Enfim, com essas expressões denota-se seqüência mais do que causa, porque, cumulando graças a graças, Deus toma das primeiras causa para adicionar as segundas, para que não deixe algo passar sem enriquecer a seus servos. E a tal grau estende sua liberalidade que, não obstante, sempre quer que contemplemos a graciosa eleição, que é sua fonte e início. Pois, ainda que *ele* ame as dádivas que diariamente nos confere, visto que procedem dessa fonte, no entanto, nos incumbe de suster essa graciosa aceitação que é a única que nos pode sustentar a alma; e, além disso, de tal modo subordina os dons de seu Espírito à causa primeira, que então prodigaliza, que nada lhe prejudiquem.

214. Primeira edição: "... a graça primeira, que é um passo à que se segue, faz[-lhe], de certo modo, a causa."

CAPÍTULO XV

AQUELES QUE SE VANGLORIAM NOS MÉRITOS DAS OBRAS SUBVERTEM TANTO O LOUVOR A DEUS EM CONFERIR A JUSTIÇA QUANTO A CERTEZA DA SALVAÇÃO

1. Admitida a tese de que as obras não justificam, não se seguirá que merecem para nós favor diante de Deus?

Já desvencilhamos o que é primordial nesta matéria, *a saber*: se a justiça se estriba em obras, necessariamente toda ela haverá de desabar-se à vista de Deus, e que ela se mantém somente na misericórdia de Deus, somente na comunhão de Cristo e, por isso, somente na fé. Mas, observemos diligentemente que este é o ponto primordial da questão, para que não nos enredemos nessa ilusão comum não só da plebe, mas até mesmo dos doutos. Pois, tão logo se disputa acerca da justificação pela fé e pelas obras, sucede que saem em disparada em busca daquelas passagens que parecem atribuir algum mérito às obras diante de Deus, exatamente como se a justificação pelas obras já estivesse comprovada, caso fosse provado que *elas* são de algum valor junto a Deus!

Com efeito, já demonstramos claramente supra que a justiça proveniente de obras consiste somente na perfeita e absoluta observância da lei. Do quê se segue que o homem não é justificado pelas obras, a não ser *aquele* que, elevado à culminância da perfeição, *não* pode se argüir de sequer a mínima transgressão. Portanto, há outra questão distinta: Ainda que as obras sejam suficientes para justificar o homem, não obstante, não podem merecer para ele o favor e a graça diante de Deus?[215]

2. A inconveniência do vocábulo *mérito*, a despeito do uso que antigos autores eclesiásticos fizeram dele

Primeiramente é preciso dizer isto acerca da palavra ***mérito***: seja quem for que primeiro aplicou esse *termo* às obras humanas, confrontadas com o juízo de Deus,[216] o mesmo fez algo muito inconveniente para manter a sinceridade da fé. Por certo que me abstenho de bom grado de logomaquias, porém desejaria que entre os es-

215. Primeira edição: "Por mais que a justificar ao homem mui longe estejam de suficientes as obras, contudo, favor junto a Deus não mereçam elas, porventura?"

216. Trata-se de Tertuliano; cf. *Do Jejum*, III; *Da Ressurreição da Carne*, XV; *Apologética*, XVIII; *Da Penitência*, VI; *Exortação à Castidade*, I.

critores cristãos fosse sempre conservada esta sobriedade: que não usassem sem necessidade nem motivo termos não empregados na Escritura, que poderiam ser causa de grande escândalo e dariam bem pouco fruto.[217] Pois, pergunto, a que fim serviu introduzir-se a palavra ***mérito***, quando o valor das boas obras poderia ser explicado significantemente sem qualquer dano a outro termo?

Quanto, porém, o próprio *termo* contenha em si de tropeço está patente com grande detrimento de todo o mundo. Evidentemente, como é um *termo* assaz eivado de presunçosa arrogância, nada pode senão obscurecer a graça de Deus e imbuir os homens de depravado orgulho. Reconheço, sem sombra de dúvida, que *o* usaram, a cada passo, os antigos escritores da Igreja, e prouvera que não houvessem oferecido matéria de erro aos pósteros pelo mau uso de uma simples palavrinha, visto que *eles* próprios também testificam em algumas passagens que não queriam que a verdade fosse prejudicada!

Ora, assim fala Agostinho, em alguma parte: "Calem-se aqui os méritos humanos, os quais pereceram através de Adão, e reine a graça de Deus através de Jesus Cristo."[218] Igualmente: "Os santos nada atribuem a seus méritos; tudo atribuirão tão-só à tua misericórdia, ó Deus."[219] Ainda: "E quando o homem notar que tudo quanto tem de bom, não o tem por si mesmo, mas de seu Deus, *então* percebe que tudo isso que nele se louva é referente não a seus *próprios* méritos, mas à misericórdia de Deus."[220] Vês que, subtraída ao homem a capacidade de agir bem, rebaixa também a dignidade do mérito. Crisóstomo, porém diz: "Nossas obras, se alguma segue a graciosa vocação divina, são retribuição e dívida, mas as munificências de Deus *são* graça, e beneficência, e grandeza de liberalidade.[221]

Não obstante, deixado o termo de lado, joeiremos antes o fato. Com efeito, anteriormente citei de Bernardo a afirmação: "Como é bastante para o mérito não presumir de méritos, assim carecer de méritos é suficiente para juízo." Mas, adicionada imediatamente a interpretação, abranda bastante a aspereza da expressão, quando diz: "Portanto, daí cuides ter méritos; uma vez obtidos eles, os haverás de reconhecer *como* dados; esperes o fruto, a misericórdia de Deus, e a todo perigo evadiste de pobreza, de ingratidão, de presunção. Feliz a Igreja à qual não faltam méritos sem presunção, nem presunção sem méritos."[222] E pouco antes mostrara sobejamente de quão pio sentido estivesse a fazer uso *do termo*: "Ora", diz *ele*, "por que a Igreja vive tão solícita quanto a méritos, à qual mais firme e mais segura razão de gloriar-se está no propósito de Deus? Deus não pode negar-se a si mesmo; *ele* fará o que

217. Primeira edição: "à mente houvessem induzido não fazerem uso, quando nada [o] fizesse de mister, de termos estranhos às Escrituras, que muito provessem de tropeço, o mínimo de fruto."

218. *Da Predestinação dos Santos*, XV, 31.

219. *Conversações sobre os Salmos*, Salmo CXXXIV, 18.

220. *Ibid.*, Salmo LXXXIV, 9.

221. *Homilia sobre o Gênesis*, homilia XXXIV, 6.

222. *Sobre Cântico dos Cânticos*, sermão LXVIII, 6.

prometeu. Assim, não há por que inquiras por quais méritos esperaremos benefícios, especialmente quando ouves: 'Não por vossa causa, mas em atenção a mim' [Ez 36.22, 32]. Para o mérito é suficiente saber que os méritos não sejam suficientes."[223]

3. O pretenso mérito das obras não resulta delas, pois sempre são imperfeitas, mas somente da graça de Deus, que as fazem aceitáveis

O que todas as nossas obras mereçam, a Escritura o mostra quando nega que possam suportar a vista de Deus, porquanto estão saturadas de imundície. Além disso, o que a perfeita observância da lei há de merecer (se algum merecimento existe), já que *ela* preceitua que nos consideremos servos inúteis, quando tivermos feito tudo o que nos foi prescrito [Lc 17.10], visto que nada gracioso oferecemos ao Senhor, ao contrário, apenas nos desincumbimos de obrigações devidas pelas quais não há que oferecer-se agradecimento? Entretanto, as boas obras que nos foram conferidas, também o Senhor as chama nossas e não só atesta que lhe são aceitas, mas ainda que haverão de receber galardão. Cabe-nos, por nossa vez, deixar-nos animar por tão grande promessa, e cobrar alento, para que não nos cansemos de fazer o bem [Gl 6.9; 2Ts 3.13] e a tão grande benignidade de Deus recebamos com verdadeira gratidão. Não há dúvida de que tudo quanto há nas obras que merece louvor é graça de Deus, que nenhuma gota há que devamos atribuir propriamente a nós *mesmos*. Se deveras e seriamente reconhecemos isso, *então* se desvanece não apenas toda e qualquer confiança de mérito, mas ainda a *própria* noção.

Afirmo que não dividimos, como fazem os sofistas, o louvor das boas obras entre Deus e o homem; pelo contrário, o conservamos todo, inteiro e isento ao Senhor. Ao homem, apenas atribuímos isto: que com sua impureza polui e contamina essas mesmas *coisas* que eram boas. Pois nada procede do homem, por mais perfeito *que ele seja*, que não seja tisnado de certa mancha. Portanto, convoque o Senhor a juízo o que há de melhor nas obras humanas: por certo que nelas reconhecerá sua justiça; do homem, porém, a ignomínia e o opróbrio. Conseqüentemente, as boas obras agradam a Deus, nem são infrutíferas a seus autores; mais ainda: recebem os mais amplos benefícios de Deus à guisa de galardão, não porque assim mereçam, mas porque de si mesma a benignidade divina lhes atribui este valor.

Qual, pois, não é essa perversidade, a qual não contentes com essa liberalidade de Deus, que galardoa com recompensas não devidas a obras que nada merecem, ainda procuramos com sacrílega ambição passar adiante, querendo que o que é próprio da liberalidade divina e a ninguém mais compete, se pague aos méritos das obras?[224] Aqui invoco senso comum de cada um. Se esse que, por alheia liberalida-

223. Cf. Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, II, dist. 27, seção 5.

224. Primeira edição: "Que malignidade, porém, é esta, que não contentes com essa liberalidade de Deus

de, tem usufruído de um campo, reivindica para si também a título de propriedade, porventura não merece que por ingratidão desta natureza perca essa própria posse que mantinha? De igual modo, se um servo libertado pelo senhor, encoberta a humildade de condição de liberto, pretende passar por nascido livre, porventura não é digno de que seja reduzido novamente a total servidão? Pois esta é, afinal, a maneira legítima de usufruir de um benefício: se não reivindicamos para nós mais do que foi dado, nem defraudamos de seu louvor ao autor do bem, senão que, antes, assim nos esforçamos para que de certo modo o que nos foi transferido se veja residindo nele. Se tal procedimento se mostrou em relação aos homens, considere cada um consigo mesmo quanto mais devemos usar em se tratando de Deus.[225]

4. Refutação da evidência evocada de Eclesiástico 16.14 e Hebreus 13.16 quanto ao mérito das obras

Sei que os sofistas abusam de certas passagens das quais provem que a palavra ***mérito*** se acha nas Escrituras em relação a Deus. Citam do Eclesiástico [16.14] a afirmação: "A misericórdia fará lugar a cada um segundo o mérito de suas obras." Da Epístola aos Hebreus [13.16], porém, "Da beneficência e da filantropia não vos esqueçais, pois que com tais sacrifícios Deus se faz propício." Por ora abro mão de meu direito de rejeitar a autoridade do Eclesiástico. Contudo, nego que estejam citando fielmente o que o Eclesiástico escreveu, não importa quem tenha sido aquele escritor, pois assim tem o original grego: πάσῃ ἐλεημοσύνῃ ποιήσει τόπον ἕκαστος γὰρ κατὰ τὰ ἔργα αὐτοῦ εὑρήσει [*pāsē ĕlĕēmŏsynē poiēsei tŏpŏn hĕkastŏs gàr katà tà ĕrgă hautoû heurēsei*] – "A toda misericórdia fará lugar, pois, cada um achará segundo suas próprias obras." Que este seja o texto genuíno, que foi corrompido na versão latina, transparece tanto do simples conjunto destas palavras, quanto do contexto mais amplo da sentença precedente. Na Epístola aos Hebreus não há por que nos lancem armadilhas em um só verbetezinho, quando nas palavras gregas do Apóstolo outra coisa não se tem além de sacrifícios que agradam e são aceitos por Deus.

Só isto seria fartamente suficiente para conter e abater a insolência de nosso orgulho: que não atribuamos às obras qualquer dignidade além da fórmula da Escritura. Com efeito, o ensino da Escritura é que nossas boas obras estão sempre salpicadas de muitas manchas pelas quais, com razão, Deus se ofende e contra nós se indigna, tão longe está de que, ou que possam reconciliar-nos com ele, ou provocar

---

que galardoa com recompensas não devidas a obras nada tal a merecem, contendamos além com sacrílega ambição, de sorte que aos méritos das obras se pareça creditar [o] que é todo da divina munificência?"

225. Primeira edição: "Pois, esta é, afinal, a maneira legítima de fruir um benefício: se nem a nós mais arrogamos do que foi dado, nem ao autor do bem defraudamos de seu louvor, senão que, antes, assim nos havemos que nele se veja de certo modo residir [o] que a nós [nos] há [ele] transferido. Se para com os homens se haja de mostrar este comedimento, veja se pondere cada um que de [comedimento] se deva a Deus."

sua benevolência para conosco. Entretanto, porque as examina em função de sua indulgência, não de *seu* direito supremo, as aceita exatamente como se fossem as mais puras possíveis, e por isso, ainda que destituídas de mérito, as galardoa com infinitos benefícios, tanto da presente vida, quanto também da *vida* futura. Pois não aceito a distinção feita por varões de outra sorte doutos e pios de que as boas obras são merecedoras dessas graças que nos são conferidas nesta vida, que o único prêmio da fé é a salvação eterna, porquanto o Senhor quase sempre coloca no céu a recompensa dos labores e a coroa do combate.

Por outro lado, atribuir de tal modo ao mérito das obras *o fato de* que somos pelo Senhor cumulados de graças, umas sobre as outras, que *o mérito* da graça é removido, é contrário ao ensino da Escritura. Ora, visto que Cristo diz que ao que tem se lhe dará [Mt 25.29; Lc 8.18], e sobre muitas *coisas* o servo que se haja conduzido fielmente será constituído nas coisas pequenas [Mt 25.21], *ele* mostra, no entanto, ao mesmo tempo, em outro lugar, que as expressões de prosperidade dos fiéis são munificências de sua benignidade graciosa. "Ó vós", diz *ele*, "todos os que tendes sede, vinde às águas, e os que não tendes dinheiro, vinde, comprai, e comei; sim, vinde, comprai, sem dinheiro e sem preço, vinho e leite" [Is 55.1]. Portanto, tudo quanto agora se confere aos piedosos em ajuda à salvação, ainda mesmo a própria bem-aventurança, é mera beneficência de Deus. Contudo, tanto nesta, quanto naqueles, ele testifica que tem consideração pelas obras, porquanto, para atestar a magnitude de seu amor para conosco, digna de tal honra não apenas a nós mesmos, mas também aos dons que nos prodigalizou.

5. Em Cristo, e somente nele, está posta nossa salvação, que nele tem como único inciador, sustentador e consumador

Se em séculos anteriores estas *questões* houvessem sido tratadas e resolvidas na forma adequada, jamais teria surgido tanto de perturbações e dissensões. Paulo diz que na edificação da doutrina cristã deve ser retido o fundamento que *ele* próprio havia posto entre os coríntios, além do qual nenhum outro se pode pôr, isto é, Jesus Cristo [1Co 3.10, 11]. Que espécie de fundamento temos nós em Cristo? Porventura *um fundamento* que nos foi *apenas* o início da salvação, para que de nós se seguisse a complementação? Ele simplesmente abriu o caminho pelo qual houvéssemos pessoalmente de avançar por nossos próprios recursos? De modo algum, realmente. Como, porém, estabeleceu *Paulo* pouco antes, ele nos foi dado para justiça, quando *assim o* reconhecemos [1Co 1.30]. Portanto, ninguém está bem alicerçado em Cristo, senão *aquele* que em *si* próprio tem a justiça integral, uma vez que o Apóstolo não diz que *Cristo* foi enviado para nos ajudar a efetuar a justiça; mas, ao contrário, que *ele* próprio é nossa justiça [1Co 1.30]; aliás, que "nele fomos eleitos desde a eternidade, antes da formação do mundo", *não* por algum mérito nosso, "mas se-

gundo o propósito do beneplácito divino" [Ef 1.4, 5]; que, mediante sua morte, fomos redimidos da condenação da morte e isentados da perdição [Cl 1.14]; que nele fomos pelo Pai celeste adotados por filhos e herdeiros [Rm 8.17; Gl 4.5-7]; que fomos reconciliados com ele através de seu sangue [Rm 5.9, 10]; que fomos entregues à sua guarda, eximidos do perigo de perecer e nos perder [Jo 10.28]; que assim fomos enxertados nele [Rm 11.19], já que, de certo modo, somos participantes da vida eterna, ingressados no reino de Deus mediante a esperança.

Tampouco isto é o fim, porque, havendo experimentado essa sua participação, por mais que em nós sejamos ainda estultos, ele é nossa sabedoria diante de Deus; embora sejamos pecadores, ele é nossa justiça; embora sejamos imundos, ele é nossa pureza; embora sejamos fracos, inermes e expostos a Satanás, contudo, é nosso o poder que lhe foi dado no céu e na terra, pelo qual Satanás é por nós esmagado e despedaçados são os portais do inferno [Mt 28.18; Rm 16.20], enquanto levarmos ainda conosco em derredor o corpo da morte; ele, contudo, é nossa vida [2Co 4.10]. Em poucas palavras, visto que tudo o que é dele é nosso, e nele temos tudo, em nós nada temos. Afirmo que sobre este fundamento nos importa ser edificados, se queremos crescer como templos santos para o Senhor [Ef 2.21].

6. Improcedência do mérito das chamadas boas obras morais, advogado pelos escolastas, aliás uma posição semipelagiana, já que todo mérito reside em Cristo

Com efeito, já faz muito tempo que o mundo tem sido ensinado de modo bem diferente. Foram descobertas não sei que boas obras morais, mercê das quais os homens se tornam aprazíveis a Deus antes que sejam enxertados em Cristo. Como se de fato a Escritura esteja mentindo quando diz que todos quantos não possuem o Filho estão mortos! [1Jo 5.12]. Se estão mortos, como gerariam matéria devida? Como se isto nada valesse: que tudo quanto se faz fora da fé é pecado! [Rm 14.23]. Como se de uma árvore má possam ser produzidos bons frutos! [Mt 7.18; Lc 6.43].

Aliás, que estes pestilentíssimos sofistas deixaram a Cristo em que haja de manifestar seu poder? Dizem que Cristo mereceu para nós a primeira graça, isto é, a ***ocasião de merecer***; mas que em nossa mão está não desperdiçarmos a ocasião oferecida.[226] Oh, abjeta impudência de impiedade! Quem esperaria que os que professaram o nome de Cristo, assim desnudado de seu poder, não só ousariam calcá-lo aos pés? Este testemunho a cada passo fornece a Escritura: que todos quantos foram justificados nele crêem. Estes sofistas, porém, ensinam que dele não nos advém nenhum outro benefício, senão que a cada um se abre o caminho para que a si próprios se justificarem.

226. Primeira edição: "... de nosso mister ser agora não faltar[mos] à ocasião oferecida."

Prouvera que, de fato, pudessem provar o que tais afirmações significam: “Todos quantos têm o Filho de Deus têm a vida” [1Jo 5.12]; “Todo aquele que crê passou da morte para a vida” [1Jo 5.24]; “Que fomos justificados por sua graça, para que nos tornássemos herdeiros da vida eterna” [Tt 3.7]; que Cristo reside nos fiéis [1Jo 3.24], através de quem possam achegar-se a Deus; participam de sua vida, com ele se assentam nos *páramos* celestiais [Ef 2.6]; “foram transladados para o reino de Deus” [Cl 1.13] e alcançaram a salvação. E inumeráveis *referências* similares. Pois não querem dizer que através da fé em Cristo resulta apenas a capacidade ou de efetuar a justiça, ou de adquirir a salvação; pelo contrário, que uma e outra nos são dadas *por ele*.

Portanto, tão logo foste enxertado em Cristo através da fé, já te tornaste filho de Deus, herdeiro dos céus, participante da justiça, possuidor da vida e, para que melhor sejam argüidos de sua falsidade, não adquiriste a oportunidade de granjear méritos, senão que todos os méritos são de Cristo, pois eles deveras o comunicam a ti.

7. A INSISTÊNCIA NA JUSTIFICAÇÃO PELO MÉRITO DAS BOAS OBRAS POR PARTE DOS ESCOLASTAS, PRINCIPALMENTE DE PEDRO LOMBARDO, É REPELIDA POR AGOSTINHO E PELA ESCRITURA

E assim as escolas da Sorbonne, mães de todos os erros, nos subtraíram a justificação pela fé, que é a suma de toda piedade. Com efeito confessam, por palavra, que os homens são justificados pela ***fé formada***;[227] mas em seguida explicam dizendo que isso se deve a que as obras tomam da fé o valor e a virtude de justificar,[228] de sorte que parecem mencionar a fé quase que por desdém, pois sempre que ela é reiterada pela Escritura, não se podia passar em silêncio sem ingente constrangimento. Ademais, ainda não satisfeitos, surrupiam a Deus no louvor das boas obras para o transferirem ao homem. Pois vendo que as boas obras valem bem pouco para enaltecer o homem, e que propriamente não podem ser chamadas méritos se são tidas como fruto da graça de Deus, as deduzem da faculdade do livre-arbítrio, exatamente como tirar óleo de uma pedra. E de fato não negam que a causa principal esteja na graça. Entretanto, ainda contendem que nisso não se exclui o livre-arbítrio, mediante o qual seja todo mérito. Isto é ensinado não só pelos sofistas posteriores, mas também *Pedro* Lombardo, o Pitágoras deles, a quem, se comparas com estes, provavelmente dirás que são sóbrios.

---

227. Fé formada (*fides formata*) se opõe à fé informe (*fides informata*). É a distinção entre uma fé operante pela caridade (Gl 5.6) ou, para empregar a terminologia tomista, formada pela caridade e uma fé morta (Tg 2.26).

228. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, II, 113, art. 4; 114, art. 3, 4, 8. Primeira edição: “Confessam, com efeito, por palavra, que os homens são justificados pela fé formada, mas isto ao depois [o] qualificam, porquanto da fé têm as boas obras que valham para justiça...”

Realmente, foi de uma estarrecedora cegueira que este homem, quando tantas vezes tivesse nos lábios a Agostinho, não percebesse de quão grande solicitude aquele varão se acautelou para que o homem não derivasse das boas obras qualquer partícula de glória. Acima, quando se discutia acerca do livre-arbítrio, mencionamos alguns testemunhos seus nesta matéria, semelhantes aos quais amiúde se repetem em seus escritos, sempre que veda que jamais nos gloriemos de nossos méritos, porque também *eles* próprios são dádivas de Deus,[229] e quando escreve que todo e qualquer mérito nosso só nos é dado pela graça, não se alcança através de nossa suficiência, antes, tudo nos provém da graça etc.

Não é de estranhar que o supracitado Pedro Lombardo não tenha sido iluminado com a luz da Escritura, visto que não se exercitava muito nela.[230] Entretanto, não se pode desejar nada mais claro contra ele e seus discípulos do que esta palavra do Apóstolo, quando, depois de proibir aos cristãos toda vanglória, adiciona a razão por que não é lícito gloriar-se: "Porque somos feitura de Deus, criados em Cristo para as boas obras, as quais preparou de antemão para que andássemos nelas" [Ef 2.10]. Portanto, uma vez que de nós nada provenha de bom, senão na medida em que formos sendo regenerados, contudo toda nossa regeneração procede de Deus, sem exceção, não há por que nas boas obras reivindiquemos para nós sequer um mínimo.

Finalmente, enquanto reiteradamente inculcam as boas obras, contudo de tal maneira instruem as consciências que jamais ousam confiar que Deus lhes seja propício e favorável às suas boas obras. Nós, porém, por outro lado, *sem* nenhuma referência a mérito, contudo com nosso ensino levantamos o ânimo dos fiéis com singular consolação, enquanto lhes ensinamos que suas obras são agradáveis a Deus e eles mesmos indubitavelmente lhe são aceitos. Senão que também aqui exigimos que ninguém intente ou empreenda obra alguma sem fé, isto é, sem antes haver-se assegurado bem em seu coração de que compreende que a boa obra agradará a Deus.[231]

8. Somente na fé em Cristo e na comunhão com ele se provê ao crente sólido fundamento de ensino, exortação e consolação

Não permitamos, pois, de modo algum que sejamos afastados deste único fundamento sequer a largura de uma unha, lançado o qual a seguir os sábios arquitetos

229. *Conversações sobre os Salmos*, Salmo CXIV, 11.

230. Primeira edição: "Haver sido [Pedro Lombardo] cego à luz da Escritura, na qual não parece haver [ele] sido tão afortunadamente exercitado, [é] menos de causar admiração."

231. Primeira edição: "Senão que também aqui requeremos que quem quer que seja nenhuma obra tente ou empreenda sem a fé, isto é, a não ser que com segura confiança de ânimo antes determine que haverá [ela] de aprazer a Deus."

sobre *ele* edificam corretamente e em ordem. Ora, requerendo que se ministrem ensino e exortação, lembram que "para isto se manifestou o Filho de Deus: para destruir as obras do Diabo", a fim de que não pequem *os* que são de Deus [1Jo 3.8,9]; que o tempo passado foi suficiente para satisfazer aos desejos dos gentios [1Pe 4.3]; que os eleitos de Deus são vasos de misericórdia escolhidos para honra, e que devam ser purificados de toda imundície [2Tm 2.20, 21]. Tudo, porém, fica encerrado naquelas palavras em que se diz que Cristo quer discípulos que, negando-se a si mesmos e tomando sua cruz, o sigam [Mt 26.24; Mc 8.34; Lc 9.23]. *Aquele* que se renuncia corta fora a raiz de todos os males, de sorte que não mais busca *as coisas* que são suas. *Aquele* que toma sua cruz com toda paciência e mansidão está preparado. E o exemplo de Cristo abarca não só estes, mas também todos os demais deveres da piedade e da santidade. Ele se pôs diante do Pai obediente até à morte [Fp 2.8]; ele se envolveu totalmente em realizar as obras de Deus [Lc 2.49; Jo 4.34]; ele aspirou de todo o coração a glória do Pai [Jo 7.18]; ele deu sua vida por seus irmãos [Jo 10.15]; ele não só fez o bem a seus inimigos, mas inclusive orou por eles [Lc 23.34].

Ora, caso haja necessidade de consolação, *passagens como estas* trarão consolação maravilhosa: "somos afligidos, contudo não nos tornamos ansiosos; ficamos perplexos, contudo não nos tornamos desesperados; somos humilhados, contudo não somos confundidos; somos prostrados, contudo não sucumbimos, levando sempre por todo lado, em nosso corpo, a mortificação de Jesus Cristo, para que a vida de Jesus se manifeste em nós" [2Co 4.8-10]; "porque, se com ele já morremos, também com ele viveremos; se com ele sofremos, também com ele haveremos de reinar" [2Tm 2.11, 12]; "porque somos assim conformados a ele em seus sofrimentos até que cheguemos à semelhança de sua ressurreição" [Fp 3.10, 11]; "Porque os que dantes conheceu também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos" [Rm 8.29]; e, assim, "nem a morte, nem as coisas presentes, nem as futuras nos poderão separar do amor de Deus que está em Cristo" [Rm 8.28, 39]; senão que "todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo seu propósito" [Rm 8.29].

Eis que não justificamos o homem diante de Deus em virtude de suas obras, mas a todos os que são de Deus afirmamos que são regenerados e se tornam nova criatura [2Co 5.17], de sorte que passam do reino do pecado para o reino da justiça; e *dizemos* que com este testemunho tornam segura sua vocação [2Pe 1.10], e, como árvores, são julgados por *seus* frutos [Mt 7.20; 12.33; Lc 6.44].

CAPÍTULO XVI

REFUTAÇÃO DAS FALSAS ACUSAÇÕES COM QUE OS PAPISTAS TENTAM GRAVAR DE ÓDIO A ESTA DOUTRINA DA JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ SOMENTE

1. A DOUTRINA DA JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ, LONGE DE ABOLIR AS BOAS OBRAS, AS FAZ NÃO SÓ POSSÍVEIS, PORÉM NECESSÁRIAS, JÁ QUE JUSTIFICAÇÃO E SANTIFICAÇÃO NÃO DEVEM SER DISSOCIADAS

Com isso pode refutar-se, em uma palavra, a impudência de certos ímpios que nos caluniam dizendo que abolimos as boas obras e que afastamos os homens de seu zelo, quando dizemos que eles não são justificados pelas obras, nem através delas merecem a salvação; e, em segundo lugar, que aplainamos um caminho demasiado fácil para a justiça, quando ensinamos que ela repousa na remissão gratuita dos pecados, e com isso engodamos os homens, de sua própria disposição mais do que excessivamente inclinados *a fazê-lo*, e os induzimos a pecar. Reitero que tais afirmações caluniosas são refutadas sobejamente com apenas aquela consideração. Contudo, responderei a cada uma delas de forma breve.

Alegam que as boas obras são destruídas através da justificação pela fé. Abstenho-me de dizer quem são esses zelotes de boas obras que tanto nos difamam. Que lhes seja permitido insultar tão impunemente quão licenciosamente infectam a todo o mundo com a obscenidade de sua vida. Fingem ofender-se que as obras percam seu valor quando se exalta tanto a fé.[232] No entanto, e se com isso elas mais se exaltam e se fortalecem?[233] Pois não sonhamos com uma fé vazia de boas obras, nem com uma justificação que subsista sem elas. A diferença está apenas nisto: enquanto confessamos que a fé e as boas obras estão, necessariamente, associadas entre si, contudo colocamos a justificação na fé, não nas obras. Por que razão isso é feito, a explicação é imediata, se tão-só nos voltarmos para Cristo, a quem a fé se dirige e donde ela recebe toda *sua* força.

Portanto, por que somos justificados pela fé? Porque pela fé nos apropriamos da justiça de Cristo, mercê da qual unicamente somos reconciliados com Deus. Desta, contudo, não poderás apropriar-te sem que, ao mesmo tempo, te apropries também

---

232. Primeira edição: "Fingem doer-se de que, enquanto tão avultadamente se exalta a fé, são de sua dignidade degradadas as obras."

233. Primeira edição: "Quê, porém, se [, dessarte,] mais se exalçam [elas] e fortalecem?"

da santificação, visto que "ele nos foi dado para justiça, sabedoria, santificação e redenção" [1Co 1.30]. Logo, Cristo a ninguém justifica, a quem, ao mesmo tempo, não santifique. Ora, estas mercês são ligadas por vínculo perpétuo e indivisível, de modo que *aqueles* a quem ilumina com sua sabedoria, os redime; *aqueles* a quem redime, os justifica; *aqueles* a quem justifica, os santifica. Entretanto, uma vez que a questão é apenas acerca da justiça e da santificação, insistamos nelas. Ainda que entre elas façamos distinção, contudo Cristo contém ambas inseparavelmente nele.

Queres, pois, obter justiça em Cristo? Então é necessário que antes possuas a Cristo; porém não podes possuí-lo sem que te tornes participante de sua santificação, já que *ele* não pode ser dividido em parcelas [1Co 1.13]. Quando, pois, o Senhor nos concede usufruir dessas mercês somente por haver-se dado a si mesmo, a ambas ele ao mesmo tempo prodigaliza, uma jamais sem a outra. Portanto, faz-se evidente quão verdadeiro é que somos justificados não sem as obras, contudo nem por meio das obras, porque na participação de Cristo, na qual consiste toda nossa justiça, não se contém menos a santificação que a justiça.

2. A doutrina da justificação pela fé, sem o mérito das obras, não debilita, antes acrisola o verdadeiro zelo pelas obras

Também mui falso é isto: que os ânimos dos homens são debilitados da disposição de fazer o bem quando tolhemos sua valorização do mérito. Aqui, de passagem, os leitores devem ser avisados de que esses *ímpios* arrazoam insipidamente sobre a recompensa do mérito, como depois explicarei mais claramente, porque, na verdade, ignoram esse princípio de que Deus não é menos generoso quando atribui recompensa às obras que quando prodigaliza a capacidade de agir retamente. Contudo, prefiro prorrogar isso para seu devido lugar. Por ora, será bastante abordar quão fraca é sua objeção, o que se fará de duas maneiras.

Ora, em primeiro plano, ao dizerem que não há nenhum empenho de regrar bem a vida, salvo se à esperança for interposto o galardão, se extraviam de toda rota certa. Pois, se apenas está em jogo que os homens esperem recompensa quando servem a Deus e a ele alugam ou vendem suas obras, pouco proveito alcançam. *Deus* quer ser adorado espontaneamente; *ele* quer ser amado graciosamente. Afirmo que ele aprova aquele adorador que, cortada toda esperança de receber recompensa, ainda assim não deixa de adorá-lo.

Com efeito, se os homens devem ser incitados, certamente não há nenhum estímulo melhor do que mostrar-lhes e pôr-lhes diante o fim de nossa redenção e vocação. Assim o faz a Palavra do Senhor quando ensina ser ingratidão profundamente ímpia que o homem de sua parte não retribua o amor Àquele que "nos amou primeiro" [1Jo 4.19]; nossas consciências são purificadas das obras mortas pelo sangue de

Cristo, para podermos servir ao Deus vivo [Hb 9.14]; é indigno sacrilégio que, "uma vez purificados, nos contaminamos de novas impurezas, profanando esse sacro sangue" [Hb 10.29]; "fomos libertados da mão de nossos inimigos, para que o sirvamos sem temor, em santidade e justiça, diante dele todas os dias de nossa vida" [Lc 1.74, 75]; fomos emancipados do pecado, para que cultivemos a justiça com espírito livre [Rm 6.18]; "nosso velho homem foi crucificado" [Rm 6.6], para que "nos reergamos à novidade de vida" [Rm 6.4]. Igualmente: "Se com Cristo morremos", como convêm aos seus membros, "que se busque as coisas que são lá de cima"; "que se deve peregrinar no mundo de tal modo que aspiremos aos céus, onde está nosso tesouro" [Mt 6.20; Cl 3.1-3]; nisto "se manifestou a graça do Senhor, que, renunciada toda impiedade e os desejos mundanos, vivamos neste século sóbria, santa e piamente, aguardando a bem-aventurada esperança e a manifestação da glória do grande Deus e Salvador" [Tt 2.11-13]. Portanto, "Deus não nos destinou para a ira, mas para a aquisição da salvação, por nosso Senhor Jesus Cristo" [1Ts 5.9]; somos templos do Espírito Santo, aos quais não é licito profanar [1Co 3.16, 17; 2Co 6.16; Ef 2.21]; não somos trevas, e, sim, luz no Senhor, e nos manda que andemos como filhos da luz [Ef 5.8; 1Ts 5.5]; não fomos chamados à imundície, e, sim, à santidade [1Ts 4.7], pois que esta é a vontade de Deus: nossa santificação; de sorte que nos abstenhamos dos desejos ilícitos [1Ts 4.3]; nossa vocação é santa [2Tm 1.9], à qual não se responde senão pela pureza de vida; "fomos libertados do pecado para sermos feitos servos da justiça" [Rm 6.18].

Pode haver um argumento mais vivo e mais eficaz para incitar-nos à caridade do que o empregado por João ao dizer-nos que nos amemos uns aos outros como Deus nos amou" [1Jo 4.11]; de que "nisto está a diferença entre os filhos de Deus e os filhos do Diabo, os filhos das trevas e os filhos da luz, *a saber*, que permanecem no amor" [1Jo 2.10, 11; 3.10]? Igualmente, a razão que Paulo adiciona: Se estamos unidos a Cristo, somos membros de um só corpo, aos quais se imponha que se auxiliem reciprocamente nos deveres mútuos [1Co 6.15, 17; 12.12, 25]? Porventura podemos ser mais fortemente conclamados à santidade do que quando de novo ouvimos João dizer que "todos os que têm esta esperança a si mesmos se santificam", visto que seu Deus é santo [1Jo 3.3]? De igual modo, da boca de Paulo que, apoiados na promessa de adoção, "nos purifiquemos de toda imundície da carne e do espírito" [2Co 7.1]? Ou, ainda, quando ouvimos Cristo se propõe a si mesmo como exemplo, para que sigamos suas pegadas [Jo 13.15; 15.10; 1Pe 2.21]?

3. A Escritura proclama reiteradamente que a glorificação de Deus e o senso de sua misericórdia são motivação indefectível às boas obras

E estas *passagens da Escritura*, na verdade bem poucas, propus apenas como um preâmbulo. Ora, se a intenção fosse considerá-las uma a uma, haveria de compi-

lar um longo volume. Todos os Apóstolos estão saturados de exortações, admoestações e reprimendas mercê das quais o homem de Deus seja instruído a toda boa obra, e isto sem menção de mérito. Antes, pelo contrário, *suas* mais poderosas exortações derivam disto: que a salvação se granjeia por nenhum mérito nosso, senão unicamente pela misericórdia de Deus. Assim é que Paulo, quando numa epístola toda dissertou *dizendo* que nenhuma esperança de vida há para nós, a não ser na justiça de Cristo, ao chegar às exortações fundamenta toda sua doutrina sobre aquela mesma misericórdia de Deus que havia proclamado [Rm 12.1].

E, seguramente, esta única causa nos deveria ser suficiente: que Deus seja glorificado em nós [Mt 5.16]. Ora, se alguns não são tão veementemente afetados pela glória de Deus, no entanto a lembrança de seus benefícios é mui suficiente, *a saber*, que os incite a fazer o bem.[234] Mas esses fariseus, porque, ao enaltecerem os méritos, talvez forçadamente conseguem algumas servis e compelidas observâncias da lei, dizem falsamente que nada temos porque exortamos às boas obras, enquanto não trilhamos a mesma vereda. Como se, deveras, Deus se deleitasse muito com tais observâncias, quando precisamente declara que ama ao que dá com alegria e proíbe que se dê alguma coisa com tristeza ou por necessidade! [2Co 9.7].[235]

Tampouco digo isto porque rejeite isto, ou negligencie o gênero de exortação que a Escritura usa repetidamente, para que não omita qualquer maneira de por todos os lados nos animar *às boas obras*, pois *ela* relembra o galardão que Deus "dará a cada um segundo suas obras" [Mt 16.27; Rm 2.6; 1Co 3.8, 14; 2Co 5.10]. Nego, porém, ser essa a única razão e mesmo a principal entre muitas. Ademais, não admito que daí se tome o ponto de partida. Além disso, discordo que se faça algo para engendrar méritos, como esses proclamam, como veremos mais adiante. Finalmente, nem é relevante *a noção de mérito das boas obras*, a menos que se dê precedência a essa doutrina de que somos justificados unicamente pelo mérito de Cristo, que é apreendido pela fé, mas não por algum mérito de nossas obras, visto que ninguém pode estar apto para o exercício da santidade, senão *aqueles* que sejam antes embebidos desta doutrina.

O Profeta também expressa isto muito bem, quando assim dirige a Deus a palavra: "Em ti, Senhor, está a propiciação para que sejas reverenciado" [Sl 130.4], pois mostra que não existe nenhum culto de Deus, a menos que sua misericórdia seja reconhecida, sobre a qual somente ele está não só fundamentado, mas também firmemente estabelecido. Sobretudo digno é isto de ser notado, para que saibamos não só que o princípio de adorar-se corretamente a Deus é a confiança em sua misericórdia, mas ainda que o temor de Deus, que os papistas querem que seja meritório,

---

234. Crisóstomo, *Homilia sobre o Gênesis*, homilia XXVI, 5 e 6.

235. Primeira edição: "Como se, deveras, com tais observâncias muito Se deleita Deus, Que declara amor ao que dá com alegria e proíbe dar-se alguma [cousa] como que com tristeza ou por necessidade ..."

ainda que não possa ser arrolado sob o título de mérito, contudo, está fundamentado no perdão e remissão dos pecados.

4. A doutrina do perdão gratuito dos pecados, em virtude do sacrifício de Cristo, longe de incitar ao pecado, é fonte de boas obras

Aliás, calúnia mui frívola é a de que os homens são incitados a pecar, quando afirmamos que a remissão dos pecados é gratuita, quando declaramos que nela se funda toda nossa justiça. Pois afirmamos que essa remissão é de tão grande *preço*, que não se pode pagar por nenhum bem que seja nosso, e por isso nunca se poderia obter, a não ser que seja gratuita. Com efeito, ela de fato nos é gratuita, não que seja igualmente a Cristo, a quem na verdade custou tão supremamente seu sacratíssimo sangue, fora do qual nenhum preço foi bastante digno para que se pagasse ao juízo de Deus. Quando estas *coisas* são ensinadas aos homens, são advertidos de que por si mesmos não se põem em condições tais que esse sacratíssimo sangue é derramado tantas vezes quantas são as que pecam. Além disso, lhes mostramos que nossa imundície é tal que jamais é lavada, a menos que *o seja* na fonte desse sangue puríssimo.

Aqueles que porventura ouvem essas *coisas* não devem conceber maior horror do pecado do que se lhes dissesse que são purificados pela aspersão das boas obras? E se algo possuem de Deus, como se não apavorem de, uma vez purificados, novamente se revolvam no lodo, de sorte que, quanto neles está conturbam e infectam a pureza dessa fonte? "Lavei meus pés", diz a alma fiel, em Salomão, "como os sujaria de novo?" [Ct 5.3]. Agora se faz evidente qual *dos dois* não só desvalorize mais a remissão dos pecados, mas também mais prostitui a dignidade da justiça. Eles vociferam enganosamente *dizendo* que Deus é aplacado por suas frívolas satisfações, isto é, por *suas* escórias [Fp 3.8]; nós afirmamos que a culpa do pecado é grave demais para que seja expiada por tão leves ninharias; que a ofensa de Deus é grave demais para que seja remitida com essas satisfações sem valia, uma vez que esta é prerrogativa unicamente do sangue de Cristo. Eles dizem que a justiça, se porventura falhe, é restaurada e reparada por obras satisfatórias; nós cremos que *ela* é valiosa demais para que possa ser nivelada a qualquer compensação de obras; daí, para que seja recobrada, há de buscar-se refúgio unicamente na misericórdia de Deus.

As *coisas* restantes que são pertinentes à remissão dos pecados serão apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO XVII

A CONSONÂNCIA DAS PROMESSAS DA LEI E DO EVANGELHO

1. As promessas da lei não induzem à salvação através do mérito das obras, o qual somente à condenação poderia conduzir

Prossigamos agora também com outros argumentos mercê dos quais Satanás se empenha, através de seus satélites, ou em demolir ou enfraquecer a justificação pela fé. Julgo que já subtraímos a nossos caluniadores a possibilidade de acusar-nos de sermos inimigos das boas obras; porque negamos que as obras justifiquem, não para que não se faça nenhuma boa obra, nem tampouco para negar que as boas obras sejam boas, mas para que não nos fiemos nelas, nem nelas nos gloriemos, nem lhes atribuamos a salvação. Pois esta é nossa confiança, esta nossa glória, a única âncora de nossa salvação: que Cristo, o Filho de Deus, é nosso, e nós, por nossa vez, nele *somos* filhos de Deus e herdeiros do reino celeste, chamados à esperança da bem-aventurança eterna pela benignidade de Deus, não por nossa dignidade.

Mas, visto que, como foi dito, contra nós investem ainda com outras máquinas *de guerra*, então avancemos também a rebatê-los. Em primeiro lugar, volvem-se para as promessas legais que o Senhor promulgou visando aos cultores de sua lei, e perguntam se porventura queremos que elas sejam inteiramente sem préstimo ou eficazes. Uma vez que teria soado mal e seria ridículo dizer que são sem préstimo, assumem como reconhecido que *elas* são de alguma eficácia. Daqui arrazoam que não somos justificados pela fé somente. Pois assim fala o Senhor: "Será, pois, que, se ouvindo estes juízos, os guardardes e cumprirdes, o Senhor teu Deus te guardará a aliança e a misericórdia que jurou a teus pais; e amar-te-á, e abençoar-te-á, e te fará multiplicar" etc. [Dt 7.12, 13]. Igualmente: "Mas, se deveras melhorardes vossos caminhos e vossas obras; se deveras praticardes o juízo entre um homem e seu próximo; se não oprimirdes o estrangeiro, e o órfão, e a viúva, nem derramardes sangue inocente neste lugar, nem andardes após outros deuses, para vosso mal, eu vos farei habitar neste lugar" etc. [Jr 7.5-7]. Não desejo recitar inutilmente mil *passagens* do mesmo teor, porque, uma vez que nada diferem de sentido, serão explicadas pela solução destas. Em síntese, Moisés testifica que na lei se propõem a bênção e a maldição [Dt 11.26], a morte e a vida [Dt 30.15]. Portanto, assim concluem que, ou esta bênção se torna ociosa e infrutífera, ou a justificação não é somente pela fé.

Já mostramos acima como, se nos apegamos à lei, somos destituídos de toda bênção, somente maldição paira ameaçadora, a qual foi ordenada para todos os transgressores [Dt 27.26]. Ora, o Senhor não promete *coisa* alguma, senão aos perfeitos cultores de sua lei, os quais nenhum se acha. Permanece, pois, que toda a raça humana é indiciada mediante a lei *como* sujeita à maldição e à ira de Deus, das quais, para que se livrem, necessário se faz escapar ao poder da lei, e como que de sua servidão guindar-se à liberdade, na verdade não àquela *liberdade* carnal que nos afasta da observância da lei, nos incita à conspurcação de todas as coisas, permite que nossa concupiscência se exceda como se as barreiras fossem rompidas ou as rédeas, soltas; ao contrário, *aquela liberdade* espiritual que conforta e soergue a consciência perturbada e consternada, mostrando-a livre da maldição e da condenação com que a lei a premia, amarrada e constrita. Esta liberação e, por assim dizer, alforria da sujeição à lei conseguimos quando, mediante a fé, apreendemos a misericórdia de Deus em Cristo, pela qual somos feitos seguros e convictos da remissão dos pecados, de cujo senso a lei nos pungia e remordia.

2. As promessas divinas não encontram nas obras cumprimento meritório, mas tão-somente na graça manifesta no evangelho

Por esta razão, também as promessas que nos eram oferecidas na lei teriam sido todas ineficazes e sem préstimo, não as socorresse a bondade de Deus através do evangelho. Ora, a condição de cumprirmos integralmente a lei, da qual elas dependem e em função da qual devem realizar-se exclusivamente, nunca se preencherá. Assim, pois, o Senhor nos ajuda, não nos deixando parte da justiça nas obras, parte suprindo ele por sua indulgência, mas em que aponta para Cristo unicamente como cumprimento da justiça. Pois o Apóstolo, tendo dito anteriormente que ele e os demais judeus, “sabendo que, pelas obras da lei ninguém é justificado, creram em Jesus Cristo”, adiciona a razão: “não para que fossem ajudados à suma da justiça pela fé em Cristo, mas para que fossem por ela justificados, não pelas obras da lei” [Gl 2.16]. Se os fiéis migram da lei à fé para que nesta encontrem a justiça que vêem estar tão longe daquela, por certo que renunciam à justiça da lei.

Portanto, amplifique agora quem o queira as retribuições que se diz estarem reservadas ao observador da lei, desde que tenha em conta, ao mesmo tempo, que de nossa depravação resulta que não sentimos nenhum fruto, até que da fé tenhamos adquirido outra justiça. Assim Davi, quando se lembra da retribuição que o Senhor preparou para seus servos, desce imediatamente ao reconhecimento dos pecados mercê dos quais é ela esvaziada. Também no Salmo ele celebra magnificamente os benefícios da lei, porém exclama logo em seguida: “Suas transgressões, quem as entende? Limpa-me, Senhor, de minhas *faltas* ocultas” [Sl 19.12]. Esta passagem está inteiramente de acordo com a precedente, onde, depois que dissera: “Todos os

caminhos do Senhor são bondade e verdade aos que o temem", acrescenta: "Por amor de teu nome, Senhor, sê propício à minha depravação, pois ela é mui grande" [Sl 25.10, 11]. Assim também devemos reconhecer que, na verdade, na lei nos foi exposta a benevolência de Deus, contanto que possamos merecê-la por nossas obras; mas que por mérito das mesmas jamais a conseguiremos.

3. A eficácia das promessas divinas não se prende ao mérito das obras, e, sim, à perfeição da graça

E então? Porventura *as promessas* foram dadas para que se desvanecessem sem fruto? Já testifiquei há pouco que este não é meu parecer. Com efeito, afirmo que sua eficácia não estende a nós enquanto tivermos em mira os méritos das obras, as quais, se consideradas em si mesmas, de certa forma, estão abolidas. E assim lemos nesta passagem: "Dei-vos bons preceitos, os quais, quem os cumprir, neles viverá" [Ez 20.11]. O Apóstolo ensina que nenhuma relevância existe se nos detemos nela; porque, nem ainda os mais santos servos de Deus podem fazer o que ela exige, já que todos estão mui longe de cumpri-la e se acham cercados de todos os lados por numerosas transgressões.[236]

Quando, porém, as promessas do evangelho são substituídas por elas, as quais proclamam a remissão gratuita dos pecados, não apenas fazem com que nós mesmos sejamos aceitáveis a Deus, mas também que nossas obras tenham seu favor. Não apenas que o Senhor as tenha como agradáveis, mas ainda que as cumule das bênçãos que, em função do pacto, eram devidas à observância de sua lei. Portanto, confesso que às obras dos fiéis se atribuem *as recompensas* que, em sua lei, o Senhor prometeu aos cultores da justiça e da santidade, contudo nesta retribuição deve ser sempre considerada a causa que granjeia favor para as obras. Verificamos que, de fato, esta é tríplice.

A primeira é que Deus, não olhando para as obras de seus servos, as quais sempre merecem mais reprovação do que louvor, os abraça em Cristo, e interpondo-se somente a fé, os reconcilia consigo à parte da participação das obras. A segunda, que as obras, não as estimando por sua *própria* dignidade, mercê de *sua* paterna benignidade e indulgência, lhes imprime certo valor e lhes presta certa atenção. A terceira, Deus acolhe a essas mesmas obras com perdão, sem imputar-lhes qualquer imperfeição, que de tal maneira as poluem que, de outra sorte, seriam computadas mais aos pecados do que às virtudes. E daqui se faz evidente quão profundamente enganados são os sofistas que pensaram haver-se evadido magistralmente a todos os

236. Primeira edição: "... nem por um fio de cabelo mais útil haverá de ser do que se não houvesse sido dada, pois que, na verdade, nem aos mais santos servos de Deus se aplica os quais longe estão todos do cumprimento da Lei [e] estão, de fato, circundados de muitas transgressões."

absurdos, quando dissessem que as obras não valem por sua bondade intrínseca para que mereçam a salvação, mas em razão do pacto que o Senhor, por sua liberalidade, tanto as estimou. Entrementes, não observavam da perspectiva da condição das promessas, o quanto se distanciaram as obras que queriam que fossem meritórias, a menos que as precedesse não só a justificação sustentada somente na fé, mas também a remissão dos pecados, mercê da qual mesmo as boas obras têm necessariamente de ser purificadas de manchas. Dessa forma, das três coisas da divina liberalidade, mercê das quais acontece que são aceitáveis as obras dos fiéis, assinalaram apenas uma; suprimiram as outras duas, e certamente as principais.

4. Deus nos aceita não em virtude de qualquer mérito nosso, mas em razão de sua misericórdia

Citam a declaração de Pedro que Lucas recita em Atos: "Na verdade, descubro que Deus não faz acepção de pessoas; pelo contrário, em toda nação aquele que pratica a justiça lhe é aceitável" [At 10.34, 35]. Destas palavras crêem poder deduzir um sólido argumento: que se o homem, por suas boas obras, alcança favor e graça diante de Deus, então o benefício que alcança a salvação não procede somente de Deus; pelo contrário, que por sua misericórdia de tal maneira Deus socorre o pecador, que se move a mostrar-se misericordioso pelas boas obras daquele.[237]

Com efeito, de modo nenhum poderás conciliar as Escrituras, a não ser que observes uma dupla aceitação do homem junto a Deus. Ora, como é o homem por natureza, Deus não acha nada nele por que se incline à misericórdia, exceto unicamente *sua* miséria. Se, pois, é evidente que o homem ao qual Deus inicialmente recebe em sua graça, está desnudo e privado de todo bem, e, pelo contrário, se acha carregado e dominado por quantos males existem, em virtude do quê, pergunto, merece que Deus o chame a si [Hb 3.11]? Portanto, descartemos toda idéia de méritos, onde tão manifestamente Deus recomenda *sua* graciosa clemência!

Ora, o que na mesma passagem é dito a Cornélio pela voz do anjo, que suas orações e esmolas haviam subido à presença de Deus [At 10.31], é por eles torcido de forma mui improcedente para significar que o homem é preparado para receber a graça de Deus mediante o cultivo das boas obras. Porque foi necessário que já antes Cornélio fosse iluminado pelo Espírito de sabedoria, já que já estava instruído na verdadeira sabedoria, isto é, do temor de Deus. E assim mesmo foi necessário que fosse santificado pelo mesmo Espírito, posto que amava a justiça, a qual o Apóstolo ensina ser fruto divino [Gl 5.5]. Conseqüentemente, todas essas *coisas*, que nele se

237. Primeira edição: "E daqui, [o] que mui longe de dúbio lhes parece, concluem que, se de retos esforços o homem a si granjeie o favor de Deus, não de Deus somente é o benefício que consegue a salvação; pelo contrário, que assim, por Sua misericórdia, acorre Deus ao pecador que pelas obras [suas] se [lhe] vergue [Ele] à misericórdia."

referem como sendo agradáveis a Deus, ele as recebera de sua graça; logo, dificilmente podia preparar-se por seus próprios meios para recebê-la.

Sem dúvida, nem sequer uma sílaba da Escritura poderá ser apresentada que não esteja de pleno acordo com esta doutrina: que para aceitar o homem Deus não tem em si outra causa, senão porque o vê totalmente perdido, caso seja entregue a si mesmo; mas, porque não quer que ele permaneça perdido, exerce sua misericórdia em livrá-lo. Vemos agora que essa aceitação não procede da justiça do homem; ao contrário, é mera prova da bondade divina para com pecadores miseráveis e absolutamente indignos de tão grande benefício.

5. A ACEITAÇÃO DO HOMEM PERANTE DEUS RESULTA, ALÉM DO MAIS, DAS BOAS OBRAS, AS QUAIS, NÃO OBSTANTE, SÃO PRODUZIDAS EM FUNÇÃO DA BONDADE DIVINA, RAZÃO PRIMORDIAL DESSA ACEITAÇÃO

De fato, depois que, mercê da graça da adoção, o Senhor separou para si o homem retirado do abismo da perdição, visto que o regenerou e reformou para a nova vida, como nova criatura [2Co 5.17], com os dons de seu Espírito, agora o abraça. Esta é aquela aceitação de que Pedro faz menção [At 10.34; 1Pe 1.17], pela qual, após sua vocação, os fiéis são aprovados por Deus também com respeito às obras, porque é impossível que o Senhor não ame e afague as boas *coisas* que, por seu Espírito, neles opera. Mas, deve-se ter isto sempre reiterado na memória, *a saber*, que esses são aceitos por Deus, em virtude das obras, não de outra maneira, senão porque, em deferência àqueles a quem abraça o favor, tudo quanto de boas obras conferiu, aumentando sua liberalidade, digna também de sua aceitação. Donde, pois, *têm* eles as boas obras, senão que o Senhor, da mesma forma que os escolheu *como* vasos para honra [Rm 9.21], assim os quer adornar com verdadeira pureza? Donde também elas são tidas por boas obras, como se nada lhes faltasse, senão porque o Pai benigno concede perdão às manchas e nódoas que as contaminam?

Em suma, outra razão não existe nesta passagem para que seus filhos sejam agradáveis e amáveis a Deus, nos quais visualiza traços e marcas de sua *própria* imagem, pois já ensinamos em outro lugar que a regeneração é a restauração da imagem divina em nós. Portanto, uma vez que, sempre que Deus contempla sua face, não só a ama com razão, como também a tem em honra, não sem causa se diz que a vida dos fiéis lhe é aprazível, afeiçoada à santidade e à justiça. Visto, porém, que, envolvidos pela carne mortal, os piedosos continuam ainda pecadores e suas boas obras são só imperfeitas e saturadas da corrupção da carne, nem àqueles, nem a estas pode *Deus* ser propício, a menos que os abrace em Cristo, mais do que em si mesmos.

Desta maneira devem ser recebidas as referências que testificam ser Deus cle-

mente e misericordioso para com amantes da justiça. Dizia Moisés aos israelitas: "O Senhor, teu Deus, que guarda o pacto e a misericórdia para com os que o amam e guardam Seus preceitos, até mil gerações" [Dt 7.9], afirmação que foi mais tarde usada pelo povo como uma fórmula comum. Assim Salomão, em *sua* oração solene: "Ó Senhor, Deus de Israel, que guardas o pacto e a misericórdia para com teus servos, que andam diante de ti de todo o seu coração" [1Rs 8.23]. As mesmas palavras são repetidas também por Neemias [Ne 1.5]. Porque, deveras, em todos os pactos de sua misericórdia Deus exige formalmente de seus servos, por seu turno, integridade e santidade de vida, para que sua bondade não seja alvo de motejo; nem, inflado de vã exultação por esse fato, alguém bendiga sua alma, contudo andando na depravação de seu coração [Dt 29.19], conseqüentemente, Deus quer, por essa via, manter em *seu* papel os admitidos à comunhão do pacto; contudo, desde o início, não somente o próprio pacto é em nada menos admitido *como* gracioso, como também assim permanece perpetuamente. Segundo esta consideração, embora proclame sua recompensa lhe foi conferida pela pureza de suas mãos [2Sm 22.21; Sl 18.20], contudo, Davi não omite essa fonte que mencionei, de que fora tirado do ventre porque Deus o amou. Ao falar desse modo, ele mantém que sua causa é justa e boa; mas, de tal modo, que em nada denigre a misericórdia de Deus, a qual precede a todos os dons e benefícios, dos quais é a fonte e origem.[238]

6. AS PROMESSAS DA GRAÇA SÃO DIFERENTES DAS PROMESSAS DA LEI; AS BOAS OBRAS FLUINDO COMO FATORES DE GLORIFICAÇÃO, NÃO MEIOS DE JUSTIFICAÇÃO

E aqui haverá de ser útil observar, de passagem, que estas formas de expressão são distintas das promessas da lei. Chamo "promessas da lei" não *aquelas* que estão esparsas por toda parte nos livros mosaicos, uma vez que neles ocorrem também muitas *promessas* evangélicas, mas *aquelas* que dizem respeito propriamente ao ministério da lei. Promessas desta modalidade, seja qual for o nome que apraza chamar, enunciam que foi preparada recompensa sob a condição: "Se fizeres o que te é prescrito." Quando, porém, se diz que "o Senhor guarda o pacto de misericórdia para com aqueles que o amam" [Dt 7.9; 1Rs 8.23; Ne 1.5], está demonstrando mais quais são seus servos que, de boa fé, sustentaram sua aliança, do que a expressar a razão por que o Senhor age bondosamente para com eles.

E a razão que o demonstra é que, como o Senhor tem por bem chamar-nos à esperança da vida eterna a fim de ser amado, temido e honrado, igualmente todas as promessas de sua misericórdia que se encontram na Escritura se dirigem evidente-

238. Primeira edição: "... onde assim recomenda a bondade de sua causa, que nada derrogue à gratuíta misericórdia que antecede a todas as mercês de que é a origem."

mente a este fim: que reverenciemos e honremos a quem tanto bem nos faz.[239] Portanto, sempre que ouvimos que ele faz bem aos que observam sua lei, lembremo-nos de que são filhos de Deus aqueles que são designados em função do dever que neles deve ser perpétuo, e por esta razão fomos adotados: para que o veneremos como *nosso* Pai. Conseqüentemente, para que nós mesmos não abdiquemos de nosso direito de adoção, faz-se necessário que lutemos sempre na direção para a qual tende nossa vocação.

Contudo, novamente sustentemos que o cumprimento da misericórdia do Senhor não depende das obras dos fiéis; ao contrário, que *ele* próprio por isso cumpre a promessa de salvação para com aqueles que lhe responde à vocação em retidão de vida, porque, afinal, ele reconhece as marcas genuínas de filhos naqueles que ao bem são dirigidos por seu Espírito. A isto se refere o que está no Salmo acerca dos cidadãos da Igreja: "Senhor, quem habitará em teu tabernáculo e quem descansará em teu santo monte?" [Sl 15.1]. "O inocente de mãos e limpo de coração" etc. [Sl 24.4]. De igual modo, em Isaías: "Quem habitará com o fogo devorador? *Aquele* que faz justiça, que fala o que é reto" etc. [Is 33.14, 15]. Ora, não se descreve aqui o fundamento em que os fiéis se mantêm diante do Senhor, mas a maneira pela qual o Pai clementíssimo os introduz a seu consórcio e nele *os* guarda e firma. Pois, visto que detesta o pecado e ama a justiça, *Deus* purifica por intermédio de seu Espírito aqueles que une a si, para que os faça conformes a si *próprio* e a seu reino.

Portanto, se a causa primeira for buscada donde aos santos se abra acesso ao reino de Deus, donde tenham como nele manter-se firmes sempre, pronta é a resposta: porque, em sua misericórdia, o Senhor não somente os adotou de uma vez por todas, mas também os guarda perpetuamente. Se, porém, a questão é quanto à maneira, então é preciso descer à regeneração e seus frutos, os quais se enumeram nesse Salmo.

7. O sentido real das passagens da Escritura que denominam de justiça às obras da lei e dizem que o homem é justificado por meio delas

Mas, de fato, muito mais difícil parecem aquelas passagens que não só dignificam as boas obras com a título ***de justiça***, mas ainda afirmam ser o homem por elas justificado. Numerosíssimas são *aquelas* da primeira modalidade, nas quais as observâncias dos mandamentos são chamadas de "justificações" ou "justiças". Do outro gênero, é exemplo o que se tem em Moisés: "E será para nós justiça, quando

239. Primeira edição: "Com efeito, esta [é] a razão d[essa] demonstração: como para este fim Deus nos digna da graça da vida eterna, que seja de nós amado, temido, honrado, assim quaisquer promessas de misericórdia que na Escritura se têm, com razão a este fim se dirigem, que reverenciemos e honremos o autor dos benefícios."

tivermos cuidado de cumprir todos estes mandamentos perante o Senhor nosso Deus, como nos tem ordenado" [Dt 6.25]. Se, porém, objetas que *essa* é uma promessa legal, a qual, anexa a uma condição impossível, nada prova, outras há acerca das quais não podes alegar o mesmo, a saber: "Em se pondo o sol, sem falta lhe restituirás o penhor; para que durma em sua roupa, e te abençoe; e isto te será para justiça diante do Senhor teu Deus" [Dt 24.13]. De igual teor é o que diz o Profeta: o zelo em vingar o ultraje de Israel foi imputado a Finéias por justiça [Sl 106.30, 31].

Portanto, os fariseus de nosso tempo pensam que aqui têm amplo motivo de exultação. Ora, quando dizemos que, estabelecida a justiça pela fé, cai *por terra* a justificação pelas obras, com o mesmo direito argumentam: Se a justiça *procede* das obras, portanto é falso dizer que é só pela fé que somos justificados. Não há que estranhar que eu admita que os preceitos da lei são chamados ***justiças***, pois de fato eles o são, embora se deva advertir aos leitores de que os gregos verteram com pouca habilidade a palavra hebraica *hukkim* [חֻקִּים – *hûqqîm*] por δικαιώματα [*dikaiōmătă – justificações*], em vez de ***editos***. Quanto a *esta* palavra, no entanto, renuncio de bom grado à pendência.

Com efeito, tampouco negamos à lei de Deus que contenha *ela* a justiça perfeita. Ora, visto que somos devedores de tudo o que preceituou, ainda quando nos tenhamos desincumbido de sua plena obediência, somos servos inúteis [Lc 17.10]. Todavia, visto que o Senhor a dignou da honra de justiça, não subtraímos o que ele deu. Confessamos, pois, de boa vontade, que a perfeita obediência da lei é justiça; a observância de cada mandamento é parte da justiça; desde que também nas demais partes se contenha toda a soma da justiça. Negamos, porém, que tal forma de justiça exista em alguma parte. E por isso excluímos a justiça da lei, não porque em si seja ela imperfeita e defectiva, mas porque, em razão da fraqueza de nossa carne, ela jamais existirá.

Não obstante, a Escritura chama ***justiças*** não simplesmente aos preceitos do Senhor, mas atribui também às obras dos santos esse título. Como quando menciona que Zacarias e sua esposa haviam andado nas justiças do Senhor [Lc 1.6], obviamente, enquanto assim fala, estima as obras mais da natureza da lei do que da própria condição delas mesmas. E, uma vez mais, aqui é preciso observar *o* que *eu* disse há pouco: que proveniente da incúria do tradutor grego, não se deve estatuir uma lei. Mas, porque Lucas nada quis mudar na versão recebida, tampouco eu contenderei. Pois, para justiça ordenou Deus aos homens essas *coisas* que na lei se contêm, mas essa justiça não a conseguimos senão observando toda a lei, porquanto *ela* é corrompida de toda e qualquer transgressão. Portanto, quando a lei nada prescreve senão a justiça, se a ela contemplamos, justiças são seus mandamentos, um a um; se olhamos para os homens por quem são guardados e os quais são transgressores em muitas *coisas*, longe estão *eles* de conseguir o louvor da justiça de uma obra, e de obra essa que sempre, em algum aspecto, em razão de *sua* imperfeição, é viciosa.

8. A TESE PAULINA DA JUSTIFICAÇÃO SOMENTE PELA FÉ EXCLUI O VALOR DAS OBRAS EM SEU PAPEL DE JUSTIFICAR, TIDAS POR JUSTAS AOS OLHOS DE DEUS EM VISTA DA OBRA PERFEITA DE CRISTO POR NÓS

Portanto, chego ao segundo gênero *de passagens*, no qual jaz a principal dificuldade. Paulo nada mais sólido tem para provar a justiça da fé do que o que escreve a respeito de Abraão: sua fé lhe foi imputada para justiça [Rm 4.3; Gl 3.6]. Quando, pois, se diz que o feito exibido por Finéias lhe fora imputado para justiça [Sl 106.31], o que Paulo contende acerca da fé, nos é lícito arrazoar no que respeita às obras. Conseqüentemente, nossos adversários, como se já pudessem dar-se por consumado, estabelecem que, na verdade, sem a fé não somos justificados, porém nem somos justificados por só ela, pois as obras é que completam nossa justiça.

Aqui eu insto com os piedosos que, se sabem que a verdadeira regra da justiça unicamente da Escritura se deve buscar, que ponderem comigo religiosa e seriamente como, sem cavilações, é possível conciliar corretamente consigo a própria Escritura. Como se Paulo soubesse que a justificação pela fé é um refúgio para aqueles que são destituídos de justiça própria, *ele* infere *ousadamente que todos quantos são justificados pela fé estão excluídos da justiça* proveniente das obras. Uma vez que, porém, é evidente que essa *justificação* é comum a todos os fiéis, com igual confiança daqui Paulo estabelece que ninguém é justificado pelas obras, senão que, antes, é justificado *sem* nenhuma corroboração das obras.

Entretanto, uma coisa é discutir o que por si mesmas valham as obras; outra, em que lugar elas devem ser tidas após ser estabelecida a justiça pela fé. Se há de fixar valor às obras em função de sua dignidade, dizemos que *elas* são indignas de ser apresentadas ante a vista de Deus. Por isso o homem não tem obra alguma pela qual gloriar-se perante Deus. Daí, despojado de todo e qualquer auxílio de obras, *ele* é justificado unicamente pela fé. Esta, na verdade, é nossa definição de justiça: que, recebido à comunhão de Cristo, o pecador é pela graça reconciliado com Deus, enquanto que, purificado por seu sangue, obtém a remissão dos pecados e vestido de *sua* justiça, como se fosse a sua própria, seguro se mantém diante do tribunal celeste. Preposta a remissão dos pecados, as boas obras que ora se seguem têm outra estimativa além de seu *próprio* mérito, visto que tudo quanto nelas há de imperfeito é coberto pela perfeição de Cristo; tudo quanto de nódoas ou imundícies há é purificado pela pureza dele, para que não venha à perquirição do juízo divino. Portanto, obliterada a culpa de todas as transgressões pelas quais os homens são impedidos de apresentar algo que seja aprazível a Deus, sepultado o vício da imperfeição que também costuma aviltar as boas obras, são consideradas justas as boas obras que são feitas pelos fiéis; ou, o que equivale ao mesmo, *lhes* são imputadas para justiça.

9. DA JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ RESULTA QUE SE TORNAM ACEITÁVEIS AS OBRAS QUE SÃO INTRINSECAMENTE IMPERFEITAS, E POR ISSO SÃO DESTITUÍDAS DE QUALQUER MÉRITO

Ora, se alguém me lança isso em rosto para impugnar a justiça da fé, antes de tudo lhe perguntarei se acaso um homem é considerado justo por uma ou outra obra santa *enquanto* é transgressor da lei nas restantes obras da vida. Certamente que *isso* é mais que absurdo. Então indagarei se porventura *seja considerado justo* também em razão de muitas obras boas se, entretanto, em alguma parte é tido por culpado de prevaricação. Por certo que isso *ele* não ousará sustentar, quando protesta a sanção da Lei e proclama malditos todos os que não tiverem cumprido integralmente a todos os mandamentos da lei [Dt 27.26]. Além disso, irei mais longe: se porventura haja alguma obra que não mereça ser argüida de nenhuma impureza ou imperfeição. E como haveria *tal obra* diante daqueles olhos aos quais nem as estrelas são suficientemente puras [Jó 25.5], nem os anjos suficientemente justos? [Jó 4.18]. E assim *ele* se verá compelido a admitir que nenhuma boa obra existe que não tenha sido poluída, não só de transgressões a si impostas, como também de sua própria corrupção, de sorte que não tenha a honra de justiça. Ora, se é patente que da justificação pela fé resulta que obras de outra sorte impuras, imundas, feitas pela metade, são indignas da vista de Deus, quanto mais de *seu* amor, se reputem *como* justiças, por que da jactância desta *segunda modalidade de justiça* tentam destruir aquela, se a mesma não existisse, dela se jactariam em vão? Porventura querem fazer *disso* uma ninhada de víboras? Ora, nessa direção descambam os dizeres dos ímpios. Não podem negar que a justificação pela fé é a princípio o fundamento, a causa, a prova, a substância da justiça das obras, entretanto concluem que o homem não é justificado pela fé, porquanto as boas obras são também reputadas para justiça.

Deixemos, pois, de lado esses despropósitos e confessemos o que é fato: se toda a justiça das obras depende da justiça da fé, afirmo que a justiça das obras, não só em nada fica rebaixada nem minorada pela justiça da fé, mas, antes, é confirmada por ela, para que desta maneira sua virtude resplandeça mais nítida e evidentemente.[240] Nem pensemos tampouco que, depois da justificação gratuita, de tal maneira são estimadas as obras que a justificação do homem se verifique por elas, ou que entre em parceria com a fé para consegui-lo.[241] Ora, a menos que a justificação pela fé permaneça perpetuamente íntegra, sua imundície haveria de se manifestar. Con-

240. Primeira edição: "se depende da justificação pela fé qualquer que é, afinal, considerada justiça de obras, por esta não somente nada é [aquela] diminuída, mas, antes, pelo contrário, é confirmada, pelo que, ainda, mais forte lhe esplende o poder."

241. Primeira edição: "Nem, ademais, assim pensemos serem recomendadas as obras após a justificação gratuita, que, depois disso, até sucedam [elas] próprias na função de justificar o homem ou mister dessa natureza compartilhem com a fé."

tudo, não é absurdo que o homem é de tal forma justificado pela fé que não só próprio seja justo, mas também suas obras são justas sem que o mereçam.

10. MERCÊ DO PERDÃO AUFERIDO NA JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ, EM FUNÇÃO DE NOSSA PARTICIPAÇÃO DE CRISTO, AS OBRAS SE REVESTEM NÃO SÓ DE CERTA JUSTIÇA, MAS INCLUSIVE SÃO TIDAS POR PERFEITAS E COMPLETAS

Por esta razão, concederemos não somente uma justiça parcial nas obras, que nossos próprios adversários querem, mas também que *ela* é igualmente aprovada por Deus como se fosse perfeita e absoluta. Mas, se nos lembrarmos em que fundamento *ela* se calque, toda dificuldade terá sido resolvida. Pois uma obra começa então, finalmente, a ser aceitável *a Deus* quando é encetada em conjunção com *seu* perdão. Mas, donde *esse* perdão, senão porque Deus nos contempla *a nós* e a todas nossas *coisas* em Cristo? Portanto, como nós mesmos, quando somos enxertados em Cristo, assim parecemos justos diante de Deus, porque nossas iniqüidades são cobertas de sua inocência, assim nossas obras são e têm sido consideradas justas, porque tudo quanto de imperfeição de outra sorte nelas há, foi sepultado na pureza de Cristo, já não nos é imputada.

E assim podemos com razão dizer que somos, pessoalmente, justificados pela fé, mas também nossas obras. Ora, se esta justiça das obras, seja qual for sua natureza, depende da fé e da justificação graciosa e é por ela efetuada, deve ser incluída debaixo dela e ser-lhe subordinada, por assim dizer, como o efeito a sua causa, tão longe está de ser alçada para ou destruí-la ou empaná-la. Assim Paulo, para forçar *a conclusão* de que nossa bem-aventurança repousa na misericórdia de Deus, não nas obras, enfatiza com especial empenho isto de Davi: "Felizes *aqueles* cujas iniqüidades foram perdoadas e cujos pecados foram cobertos. Feliz *aquele* a quem o Senhor não imputou pecado" [Sl 32.1, 2; Rm 4.7, 8]. Se alguém apresenta em contrário inumeráveis passagens nas quais a bem-aventurança parece ser atribuída às obras, como estas: "Bem-aventurado o varão que teme ao Senhor" [Sl 112.1]; "que se compadece dos pobres" [Pv 14.21]; "que não anda no conselho dos ímpios" [Sl 1.1]; "que suporta a tentação" [Tg 1.12]; "bem-aventurados os que guardam o juízo" [Sl 106.3]; "os destituídos de mancha" [Sl 119.1]; "os pobres em espírito, os mansos e os misericordiosos" etc. [Mt 5.3, 5, 7], nada mais fazem senão confirmar como verdadeiro o que Paulo diz. Pois, uma vez que todas essas *coisas* que são proclamadas *nessas passagens* jamais existem no homem de forma que, por isso, o mesmo seja aprovado por Deus, conclui-se que o homem é sempre miserável, a não ser que seja libertado da miséria em função do perdão dos pecados.

Portanto, visto que todos os gêneros de bem-aventurança que são louvados nas Escrituras se tornassem sem préstimo, de sorte que o homem não visse nenhum

fruto até que, pela remissão dos pecados, alcançasse a bem-aventurança que a seguir lhes dê lugar, segue-se que esta *bem-aventurança* é não apenas suprema e primordial, mas ainda única, a menos que, talvez, queiras que ela seja destituída dessas *bênçãos* que somente nela se fundamentam. Muito menos deve inquietar-nos e causar-nos escrúpulo que os fiéis sejam, com freqüência, chamados ***justos*** na Escritura.[242] Certamente, confesso que eles são justos em virtude de *sua* santidade de vida. Quando, porém, inclinam-se mais ao zelo da justiça do que a própria justiça pratiquem, é justo que esta justiça, qualquer que seja, ceda à justificação pela fé, da qual *ela* tem o que é.

11. PAULO E TIAGO NÃO SE CONTRADIZEM NO TOCANTE À RELAÇÃO DE FÉ E OBRAS

Nossos adversários, porém, não satisfeitos com isto, dizem que ainda nos resta enfrentar Tiago, o qual nos contradiz em termos irrefutáveis.[243] Pois ele ensina que não só "foi Abraão justificado pelas obras" [Tg 2.21], como também "nós todos somos justificados pelas obras, não pela fé somente" [Tg 2.24]. E então? Porventura arrastarão Paulo a um conflito com Tiago? Se a Tiago têm por ministro de Cristo, é preciso interpretar suas palavras de forma que não estejam em conflito com o que Cristo disse pelos lábios de Paulo.[244] O Espírito declara pela boca de Paulo que pela fé, não pelas obras, Abraão alcançou a justiça [Rm 4.3; Gl 3.6]; *por isso*, nós também ensinamos que todos são justificados pela fé, sem *o concurso* das obras da lei. O mesmo Espírito ensina através de Tiago que não só *a justiça* de Abraão, mas também a nossa, se embasam nas obras, não somente na fé. Que certamente o Espírito não se põe em conflito consigo mesmo. Portanto, como conciliar os dois apóstolos?

A *nossos* adversários é plenamente suficiente que tenham erradicado a justiça da fé que queremos se mantenha firmada com raízes as mais profundas; quanto a restaurar a tranqüilidade das consciências, isso não lhes constitui grande preocupação. Por isso todos podem ver como se esforçam por corroer a justificação pela fé; entrementes, eles não estabelecem nenhuma meta para justiça, à qual as consciências possam ater-se. Portanto, que festejem seu triunfo, como bem queiram, desde que se vangloriem de outra vitória e não por haver suprimido toda a certeza de justiça! E esta mísera vitória a obterão de fato quando, apagada a luz da verdade, o Senhor

242. Primeira edição: "Já muito menos de razão há por que nos deva conturbar a designação de justos que é o mais das vezes atribuída aos fiéis."

243. Primeira edição: "Mas, deveras, dizem mais de dificuldade ainda restar-nos com Tiago, como quem nos contradiga abertamente."

244. Primeira edição: "Se a Tiago têm por ministro de Cristo, assim se lhe deve tomar a asserção que não dissinta de Cristo a falar pela boca de Paulo."

lhes permitir que derramem as trevas de *suas* falsidades. Mas onde quer que a verdade de Deus subsista, não poderão conseguir nada![245]

E assim nego que a tese de Tiago, com a qual persistentemente nos confrontam, como se *fosse* o escudo de Aquiles, lhes propicie sequer o mínimo apoio. Para que isso se faça manifesto, é preciso atentar, primeiramente, para o propósito do Apóstolo; em seguida, é preciso observar a origem de seu delírio. Como naquele tempo havia muitos – mal que costuma ser perpétuo na Igreja – que punham abertamente à mostra sua infidelidade, negligenciando e deixando de lado todas as obras que são próprias dos fiéis, contudo, não cessavam de gloriar-se do falso nome de fé, Tiago aqui ridiculariza a estulta confiança de tais *indivíduos*. Portanto, ele não tem o propósito de, em qualquer aspecto, enfraquecer a força da verdadeira fé; ao contrário, seu propósito era mostrar quão insensatamente esses paroleiros se vangloriavam da mera aparência de fé; e, contentes com esta, se entregavam despreocupadamente a todo desbragamento de vícios.

Uma vez percebida esta condição, é fácil notar onde tropeçam nossos adversários. Ora, *eles* incidem em duplo paralogismo: um, na palavra fé; outro, no termo *justificar.* Que o Apóstolo chame *fé a* uma opinião fútil, que nada tem a ver com a verdadeira fé, ele o faz à guisa de concessão, em nada denegrindo sua causa, o que demonstra desde o início com estas palavras: “Que proveito há, meus irmãos, se alguém disser que tem fé, porém não tiver obras?” [Tg 2.14]. Ele não diz: “Se alguém tiver fé sem obras”; mas: *se alguém* se vangloria *de tê-la*.” Pouco depois, ainda mais claramente, onde ironicamente a faz pior que o conhecimento diabólico [Tg 2.19], e finalmente onde a denomina de “morta” [Tg 2.20].

Mas da *própria* definição que apresenta haverás de depreender suficientemente o que ele queria dizer. “Tu crês”, diz *ele*, “que Deus existe” [Tg 2.19]. Obviamente, se nessa fé nada se contêm senão que se creia existir um Deus, não surpreende que tal fé não justifique. E não é preciso pensar que isso tira algo à fé cristã, cuja natureza é bem distinta.[246] Pois, de que modo a verdadeira fé justifica, senão quando nos une a Cristo, de sorte que, feitos um com ele, usufruímos da participação de sua justiça? Logo, ela não justifica por concebermos certo conhecimento da essência divina, mas por descansarmos na certeza da *sua* misericórdia.

---

245. Primeira edição: “Mas, onde quer que firme se haverá a verdade de Deus de postar nada de proveito haverão [eles] de fruir!”

246. Primeira edição: “Nem, quando isto se lhe detrai, pensemos, com efeito, algo derrogar-se à fé cristã, da qual assaz diversa é a natureza.”

12. Tiago e Paulo usam o termo justificação em acepções diversas: aquele reportando-se ao aspecto do testemunho da fé (penhor de justificação); este, ao aspecto da imputação (meio de justificação)

Ainda não teremos atingido a meta, a menos que discutamos também o outro paralogismo: se de fato Tiago põe uma parte da justificação nas obras. Caso queiras que Tiago concorde não apenas com as demais Escriturãs, mas também consigo próprio, é necessário que tomes o termo ***justificar*** em outra acepção além *da acepção* de Paulo. Porquanto Paulo diz que somos justificados quando, obliterada a lembrança de nossa justiça *pessoal*, somos reputados *por* justos. Se Tiago tivesse olhado nessa direção, *ele* teria citado diversamente esta *afirmação* da parte de Moisés: "Abraão creu em Deus" etc. [Tg 2.23; Gn 15.6]; pois assim arrazoa: Abraão alcançou a justiça pelas obras, porque, ante a ordem de Deus, não hesitou em imolar o filho [Tg 2.21], e assim se cumpriu a Escritura que diz: "e Abraão creu em Deus e isso lhe foi imputado como justiça" [Tg 2.23]. Se é absurdo que o efeito seja anterior à sua causa, ou Moisés, nessa passagem, testifica falsamente que a fé foi imputada a Abraão para justiça, ou dessa obediência que exibiu em oferecendo a Isaque *ele* não mereceu a justiça. Antes que Ismael fosse concebido, que já era adolescente quando Isaque nasceu, Abraão fora justificado por sua fé. Como, pois, diremos que *ele* granjeara para si a justiça em virtude de uma obediência, quando esta veio depois? Daí, ou Tiago inverteu incorretamente a ordem, o que não é justo pensar, ou não quis dizer que ele foi justificado, como se merecesse ser considerado justo. E então? Por certo, é evidente que ele está falando de ***declaração*** de justiça, contudo, não de *sua* ***imputação***, como se quisesse dizer: *Aqueles* que são justos mercê de verdadeira fé, esses provam sua justiça através da obediência e das boas obras, não mediante um espectro desnudo e imaginário de fé.

Em suma, *Tiago* não está discutindo de que maneira são justificados, mas *está* exigindo dos fiéis uma justiça que produza obras. E como Paulo declara que somos justificados sem o concurso das obras, assim aqui *Tiago* não admite que sejam tidos *por* justos *os* que não produzem boas obras. A análise deste escopo nos desvencilhará de toda dificuldade, porque nossos adversários se enganam, sobretudo, ao crerem que Tiago determina o modo como os homens são justificados, quando outra coisa não busca senão demolir a fútil segurança daqueles que, para escusar a negligência das boas obras, se gloriam falsamente no título de ***fé***. Portanto, de todos modos que torçam as palavras de Tiago, nada expressarão senão duas proposições: que um inútil simulacro de fé não justifica, e que o fiel, não contente com tal mistificação, declara sua justiça com boas obras.

13. Demonstração de que Romanos 2.13 está bem longe de respaldar a justificação através das obras

Bem pouco lhes serve o que alegam de Paulo com este propósito: "Porque os que ouvem a lei não são justificados diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados" [Rm 2.13]. Não pretendo safar-me com a solução de Ambrósio, segundo o qual isso foi dito porque o cumprimento da lei é a fé em Cristo; pois entendo ser isso mero subterfúgio, ao qual não há razão por que recorrer quando o caminho está aberto. O Apóstolo neste lugar rebate a vã confiança dos judeus, os quais blasonavam do mero conhecimento da lei quando, ao mesmo tempo, eles se constituíam em seus mais acirrados desprezadores. Por isso, para que não se ufanassem tanto com o mero conhecimento da lei, o Apóstolo os adverte para que buscassem na prática da lei sua justiça, e não no mero conhecimento dela.

Certamente que não pomos isto em dúvida, *ou, seja*, que a justiça da lei consiste nas obras, contudo, não concordamos que a justiça consista na dignidade e nos méritos das obras. Mas, não foi ainda provado que somos justificados pelas obras, a menos que alguém, um só *que seja*, demonstre que haja cumprido a lei. Ora, que Paulo não queria dizer outra coisa, o próprio contexto testifica suficientemente bem a respeito.[247] Depois que ele condenara de injustiça a gentios e a judeus igualmente, então passa à distinção e diz que "aqueles que pecaram sem a lei, sem a lei perecerão", se referindo aos gentios; "os que, porém, pecaram na lei, pela lei serão julgados" [Rm 2.12], se reportando aos judeus. Com efeito, uma vez que, fechando os olhos a suas prevaricações, esses na mera lei se ensoberbeciam, ele adiciona que com isso se harmonizava muito bem: não que por isso a lei fora sancionada, a saber, para que *os homens* se tornassem justos unicamente por ouvir sua voz, mas para que, então, lhe obedecessem, como se estivesse dizendo: Buscas a justiça na lei? Não digas que a ouviste, porque isso em si mesmo seria de pouco peso, porém exibe obras pelas quais declaras que a lei não te foi imposta em vão. Visto que todos estavam vazios disto, seguia-se que estavam privados de gloriar-se na lei. Conseqüentemente, da intenção de Paulo há de deduzir um argumento contrário, como segue: a justiça da lei se situa na perfeição das obras; ninguém pode gabar-se de haver satisfeito a lei através de *suas obras*; portanto, nenhuma justiça provém da lei.

247. Primeira edição: "Outra [cousa], porém, não haver Paulo sentido,, para testemunho suficientemente amplo ser[-lhe]-á o contexto da asserção."

14. É IMPROCEDENTE O ARGUMENTO EM PROL DO VALOR JUDICIAL DAS OBRAS CALCADO EM PASSAGENS BÍBLICAS NAS QUAIS SE ALEGA A RETIDÃO PESSOAL E SE PRETENDE SER JULGADO POR ELAS

Combatem, também, à base dessas passagens, nas quais os fiéis oferecem ousadamente sua justiça para que seja examinada pelo juízo de Deus e desejam, em conformidade com ela, ser pessoalmente julgados. Dessa natureza são: "Julga-me, ó Senhor, segundo minha justiça e segundo minha inocência, que há em mim" [Sl 7.8]. Igualmente: "Ouve, ó Deus, minha justiça; provaste meu coração e me visitaste de noite, e iniqüidade não se achou em mim" [Sl 17.1, 3]. Também: "O Senhor me retribuirá em conformidade com minha justiça, e em conformidade com a pureza de minhas mãos me dará em paga, porque tenho guardado os caminhos do Senhor, nem me tenho afastado impiamente de meu Deus. E serei imaculado, e me guardarei de minha iniqüidade" [Sl 18.20, 21, 23]. Ainda: "Julga-me, Senhor, porque tenho andado em minha inocência; não me assentei com os homens falsos; não tomarei parte com os que empreendem *coisas* iníquas. Não dês minha alma à perdição com os ímpios, com os homens sanguinários minha vida, em cujas mãos há iniqüidades, cuja destra está repleta de suborno. Eu, porém, tenho andado na inocência" [Sl 26.1, 4, 9-11].

Já falei a respeito da confiança que os santos parecem assumir para si simplesmente *com base* nas obras. *Estas* passagens, porém, que para isso adicionamos *aqui* não nos causarão muito empecilho, caso sejam tomadas em conformidade com sua περίστασιν [*pĕrístasin*], isto é, *seu* contexto ou, como dizem vulgarmente, *sua* circunstância. Essa περίστασις [*pĕrístasis*] é, com efeito, dúplice, pois por si mesmos não pretendem que se proceda a uma devassa total, de sorte que, em vista do teor da vida inteira, ou sejam condenados, ou sejam absolvidos; ao contrário, trazem a juízo uma causa especial para ser debatida, não que arroguem para si justiça com respeito à perfeição divina, mas em comparação com os ímpios e celerados.

Primeiro, quando se trata de como o homem é justificado, não se indaga apenas como tenha boa causa em alguma coisa particular, mas uma como que perpétua harmonia de justiça pela vida inteira. Com efeito, os santos, enquanto imploram o juízo divino a comprovar-lhes a inocência, não se apresentam a si mesmos isentos de toda culpa e irrepreensíveis em todo aspecto, mas, enquanto em sua mera bondade fixam a confiança da salvação, contudo, confiados em que *ele* é o defensor dos pobres afligidos, destituídos do direito e da eqüidade, a ele recomendam, inteiramente, a causa em que, embora inocentes, são oprimidos.

Enquanto, porém, com os adversários comparecem diante do tribunal de Deus, não se gabam de uma inocência que, se perscrutada rigorosamente, tiver que corresponder à pureza de Deus, mas porque sabem que, ante a maldade, a improbidade, a astúcia, a impiedade dos adversários, são conhecidas e aprazíveis a Deus sua since-

ridade, justiça, candidez e pureza, não se arreceiam de invocá-lo como seu juiz entre si e eles. Assim, quando Davi dizia a Saul: "Dê o Senhor a cada um segundo sua justiça e sua verdade" [1Sm 26.23], não entendia que o Senhor pessoalmente examinasse a cada um e o recompensasse conforme *seus* méritos, mas dava testemunho ao Senhor de quão grande fosse sua inocência em comparação com *quão grande* era a iniqüidade de Saul.

E Paulo, deveras, quando se exalta com esta glorificação pessoal, que desfruta de bom testemunho da consciência de que se conduzira com candidez e integridade na Igreja de Deus [2Co 1.12], não quer suster-se diante de Deus apoiado em glorificação pessoal propriamente dita; ao contrário, compelido pelas calúnias dos ímpios, contra toda e qualquer maledicência dos homens afirma sua fidelidade e probidade, que saiba ser aceitável à divina complacência. Pois conhecemos o que ele diz em outro lugar, a saber, não tinha em si consciência de nenhuma coisa má, contudo, não se justifica nisso [1Co 4.4]. Ora, obviamente sabia que o juízo de Deus em muito transcende a miopia humana. Logo, por mais que, *sendo-lhes* Deus testemunha e juiz, os piedosos defendem sua inocência contra a hipocrisia dos ímpios, entretanto, onde se trata somente com Deus, clamam todos a uma voz: "Se observares a iniqüidade, Senhor, quem, Senhor, se manterá firme?" [Sl 130.3]. Igualmente: "Não entres em juízo com teus servos, porque a teus olhos não será tido por justo nenhum vivente" [Sl 143.2]; e, desconfiados de suas obras, com prazer cantam: "Tua bondade é melhor que a vida" [Sl 63.3].

15. Tampouco outras passagens bíblicas em que tanto se insiste na retidão de vida diante de Deus endossam o mérito justificativo

Há também outras passagens não discordantes às acima *referidas* em que alguém ainda pode fazer finca-pé. Diz Salomão que "aquele que anda em sua integridade é justo" [Pv 20.7]. De igual modo: "Na trilha da justiça está a vida, e nela, com efeito, não está a morte" [Pv 12.28]. Por essa razão, Ezequiel vaticina que "*aquele* que praticar juízo e justiça haverá, de fato, de viver" [Ez 18.9]. Nada destas *coisas* negamos nem obscurecemos. Apresente-se, porém, um só *que seja*, dentre os filhos de Adão, com integridade como tal. Se ninguém há, importa que ou escapem da vista de Deus, ou se acolham ao refúgio de *sua* misericórdia.

Tampouco negamos que a integridade que os fiéis possuem, ainda que parcial e imperfeita, lhes sirva de respaldo para alcançar a imortalidade.[248] Mas, donde provém isso senão do fato de que aqueles a quem o Senhor recebeu ao pacto da graça, ele não perscruta suas obras segundo *seus* méritos; antes, *as* abraça com paterna

248. Primeira edição: "Nem negamos, enquanto isso, que sua integridade seja aos fiéis, inda que parcial e imperfeita, um passo para a imortalidade."

benignidade? Com isso entendemos não simplesmente o que ensinam os escolastas: as obras têm seu valor da *graça aceitante,* pois são de parecer que as obras, de outra sorte, seriam insuficientes para a obtenção da salvação em conformidade com o pacto da lei, são elevadas ao mérito de equivalência, contudo em virtude da aceitação divina. Eu, porém, digo que essas *obras,* tisnadas tanto de outras transgressões, quanto de suas próprias manchas, outro valor não têm senão porque o Senhor a umas e outras confere perdão, o que significa prodigalizar ao homem justiça gratuita.

Aqui não se impingem intencionalmente aquelas preces do Apóstolo nas quais se deseja aos fiéis tão grande perfeição, para que sejam inculpáveis e irrepreensíveis no dia do Senhor [1Co 1.8; 1Ts 3.13; 5.23]. De fato, outrora, os seguidores de Celéstio insistiram muito nestas palavras no afã de reivindicar perfeição de justiça nesta vida. Mas, seguindo Agostinho, respondemos em termos breves o que julgamos ser bastante, *a saber*, a esta meta, na verdade, devem aspirar todos os piedosos: que um dia possam comparecer imaculados e inculpáveis perante a face de Deus. Mas, uma vez que a melhor e mais excelente expressão da presente vida outra coisa não é senão uma escalada progressiva, a essa meta haveremos de então, finalmente, chegar, quando, despojados desta carne de pecado, ao Senhor nos unirmos plenamente. Contudo, não litigarei com pertinácia com aquele que aos santos queira atribuir o título de perfeição, desde que também a defina nas palavras do próprio Agostinho: "Quando", diz *ele*, "chamamos perfeita a virtude dos santos, à própria perfeição pertence também o reconhecimento da imperfeição não só na verdade, mas também na humildade."

CAPÍTULO XVIII

DO GALARDÃO PROMETIDO DEDUZ-SE IMPROPRIAMENTE A JUSTIÇA DAS OBRAS

1. Sentido em que às obras se atribui galardão ou recompensa

Passemos agora a essas passagens que afirmam que Deus haverá de retribuir a cada um segundo suas obras [Mt 16.27], e de qual modalidade são: “Cada um receberá o que fez no corpo, seja bom, seja mau” [2Co 5.10]; “glória e honra ao que pratica o bem**;** tribulação e angústia a toda alma que pratica o mal [Rm 2.9,10]; e “os que tiverem feito *coisas* boas, à ressurreição da vida; os que tiverem feito o mal, à ressurreição do juízo” [Jo 5.29]; “vinde, benditos de meu Pai, porque tive fome, e me destes alimento; tive sede, e me destes de beber” [Mt 25.34, 35] etc. E a essas ajuntemos também aquelas que chamam o galardão das obras de vida eterna, gênero em que estão: “A retribuição das mãos do homem se lhe pagará” [Pv 12.24]; “aquele que teme o mandamento será recompensado” [Pv 13.13]; “regozijai-vos e exultai” [Mt 5.12]; “eis que abundante é vosso galardão nos céus” [Lc 6.23]; “cada um receberá recompensa segundo *seu* labor” [1Co 3.8].

Que a cada um se diz que Deus haverá de recompensar segundo *suas* obras [Rm 6.2], com pouca dificuldade se explica. Ora, *esse* fraseado mais do que ***causa*** indica ***ordem de seqüência***. Pois está além de dúvida que o Senhor consuma nossa salvação mediante esses passos de sua misericórdia, enquanto chama a si os eleitos, justifica aos chamados, glorifica aos justificados [Rm 8.30]. Portanto, ainda que de *sua* mera misericórdia acolha os seus à vida, no entanto, uma vez que à sua posse os conduz através do estádio das boas obras, a fim de que neles execute sua obra conforme a ordem que estabeleceu, não surpreende se lemos que são coroados segundo suas obras, pelas quais são, não dubiamente, preparados para receberem a coroa da imortalidade. Senão que, por esta razão, se diz convenientemente que “efetuam sua própria salvação” [Fp 2.12]; enquanto, ao devotar-se às boas obras, meditam na vida eterna, exatamente como em outro lugar se lhes ordena que “trabalhem pelo alimento que não perece” [Jo 6.27]; enquanto, ao crerem em Cristo, adquirem para si a vida. E, no entanto, imediatamente se adiciona “que o Filho do homem vos haverá de dar” [Jo 6.27]. Do quê se faz patente que o termo ***efetuar***, ou ***trabalhar***, ou ***operar***, de modo algum se opõe à graça; ao contrário, refere-se à consagração, e em conseqüência não se segue que ou os próprios fiéis sejam os autores de sua salvação, ou ela emane de suas obras.

E então? Tão logo, mercê do conhecimento do evangelho e da iluminação do Espírito Santo, são admitidos à comunhão de Cristo, a vida eterna é principiada neles. Ora, a boa obra que Deus neles principiou carece que também continue em perene atividade até o dia do Senhor Jesus [Fp 1.6]. Contudo, ela estará plenamente efetuada quando, refletindo o Pai celeste em justiça e santidade, provem ser seus filhos não indignos.

2. A VIDA ETERNA, OU O REINO DOS CÉUS, SÃO GALARDÃO OU RECOMPENSA NO SENTIDO DE HERANÇA, NÃO DE SALÁRIO

Do termo ***galardão*** não há por que concluamos que nossas obras sejam a causa de nossa salvação. De princípio, que isto seja solidamente estabelecido em nosso coração: o reino dos céus não é estipêndio de servos, mas herança de filhos [Gl 4.7], da qual só se assenhorearão *aqueles* que forem pelo Senhor adotados por filhos, não por qualquer outra causa, mas em razão desta adoção. "Pois o herdeiro não será o filho da escrava, mas, sim, o filho da livre" [Gl 4.30]. E, com efeito, nessas próprias passagens em que o Espírito Santo promete que a glória eterna haverá de ser um galardão às obras, chamá-la expressamente ***herança***, mostra que *ela* nos provém de outra parte. Assim, quando chama os eleitos à sua posse, Cristo enumera as obras que recompensa com a remuneração do céu, mas, ao mesmo tempo, acrescenta que se possuirá por direito de herança [Mt 25.34-37]. Assim, Paulo prescreve aos servos que executarem fielmente o que lhes é da obrigação e esperam recompensa da parte do Senhor, porém adiciona que é *uma recompensa* ***de herança*** [Cl 3.24]. Vemos, pois, como Cristo e seus apóstolos se precavêem muito bem para não atribuirmos às obras a bem-aventurança eterna, e, sim, à adoção divina.[249]

Entretanto, por que, ao mesmo tempo, fazem menção das obras? Com um só exemplo da Escritura se elucidará esta questão. Antes do nascimento de Isaque fora prometida descendência a Abraão, na qual haveriam de ser abençoadas todas as nações da terra, a propagação de uma descendência que se haveria de igualar às estrelas do céu, às areias do mar e outras *coisas* semelhantes. Muitos anos depois, como fora ordenado pelo oráculo, Abraão se cinge para imolar o filho [Gn 22.3]. Tendo-se desincumbido desta obediência, *ele* recebe a promessa: "Jurei por mim mesmo, diz o Senhor, porquanto fizeste isto, e não poupaste a *teu* próprio filho unigênito, te abençoarei, e multiplicarei tua descendência como as estrelas do céu e as areias do mar; tua descendência possuirá as portas de seus inimigos, e em tua descendência serão abençoadas todas as nações da terra, porque obedeceste à minha voz" [Gn 22.16-18]. Que estamos ouvindo? Porventura Abraão mereceu a bênção

249. Primeira edição: "Vemos como, dir-se-ia por termos prescritos, diligentemente precavenham a que a eterna bem-aventurança não creditemos às obras, mas à adopção de Deus."

por sua obediência, cuja promessa recebera antes que *lhe* fosse feita a injunção? De fato sustentamos aqui, sem rodeios, que o Senhor galardoa as obras dos fiéis com estas bênçãos que já lhes foram dadas antes que as obras fossem cogitadas, enquanto não vê nenhuma causa por que lhes fizesse beneficência, exceto sua misericórdia.

3. O galardão ou recompensa que na Escritura se promete às obras é expressão da graça, não mérito pessoal

Contudo, tampouco o Senhor nos engana ou zomba *de nós* quando diz que recompensa às obras o que gratuitamente havia dado antes das obras. Porque, como queria que fôssemos exercitados pelas boas obras a meditar, por assim dizer, a exibição ou fruição dessas *coisas* que prometeu, e através delas açodar-nos a que porfiemos à bem-aventurada esperança a nós proposta nos céus, devidamente se lhes consigna também o fruto das promessas, a cujo sazonamento as obras nos conduzem cabalmente. A um e outro *desses dois aspectos* elegantemente os expressou o Apóstolo, quando dizia que os colossenses se empenhavam nos deveres da caridade, por causa da esperança a si posta nos céus, "da qual havíeis antes ouvido pela palavra do evangelho genuíno" [Cl 1.5]. Ora, quando *o Apóstolo* diz que pelo evangelho haviam conhecido a esperança a si posta nos céus, ele está declarando que ela é sustentada somente em Cristo, mas não em alguma obra; ao que corrobora essa afirmação de Pedro, de que "os piedosos são guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação que foi preparada para manifestar-se a seu tempo" [1Pe 1.5]. Ao dizer que eles se esforçam por esta causa em trabalhar bem, demonstra que os fiéis devem correr durante toda sua vida para a alcançar.[250]

Mas para que não pensássemos que a recompensa que o Senhor nos promete é reduzida a matéria de mérito, *Jesus* propôs uma parábola em que se fez um chefe de família que envia ao cultivo de sua vinha a todos quantos encontra pelo caminho. Uns, na verdade, na primeira hora do dia; outros, na segunda; outros, na terceira; alguns até mesmo na undécima. Ao fim da tarde, paga a todos salário igual [Mt 20.1-10]. A exposição desta *parábola*, cuja interpretação abarcou-a sucinta e verdadeiramente o escritor antigo – afinal não importa quem tenha sido ele –, cujo livro, ***De Vocatióne Gentium*** [A Vocação dos Gentios], é veiculado sob o nome de Ambrósio. Farei dele mais uso que de minhas próprias palavras. "Pela regra desta comparação", diz *ele*, "o Senhor afirmou a variedade de sua multiforme vocação atinente a uma e única graça; onde, sem dúvida, os que, enviados à vinha na undécima hora, são igualados aos trabalhadores do dia inteiro, representam a sorte daqueles a quem, a fim de recomendar a excelência da graça, a divina munificência remunerou

250. Primeira edição: "Com dizer por causa disto mourejarem eles, significa que, para que [a] alcancem, têm os fiéis de correr por todo o espaço da vida"

no declínio do dia; vale dizer, na conclusão da vida, pagando não o estipêndio ao labor, mas, derramando as riquezas de sua bondade naqueles a quem elegeu sem as obras, para que também os que suaram em muito labor, não receberam mais do que os últimos, compreendam que receberam uma dádiva da graça, não uma paga de obras."[251]

Finalmente, isto é também digno de ser notado: nestas passagens, onde a vida eterna é chamada recompensa das obras, não se toma simplesmente como aquela comunhão que temos com Deus até *chegarmos* à bem-aventurada imortalidade, quando em Cristo nos abraça *sua* paterna benevolência; mas, ao contrário, como a posse, ou, como dizem, a "fruição" da bem-aventurança, assim como também o expressam as próprias palavras de Cristo: "No *mundo* futuro a vida eterna" [Mc 10.30]. E, em outro lugar: "Vinde, possuí o reino" etc. [Mt 25.34]. Por esta razão também Paulo chama ***adoção*** a revelação da adoção que se fará na ressurreição, e depois a interpreta *como* a ***redenção de nosso corpo*** [Rm 8.23]. Mas, de outra sorte, como a separação de Deus é a morte eterna, assim, quando o homem é recebido por Deus à graça para que usufrua de sua comunhão e se faça um com ele, é transferido da morte à vida, o que acontece só pelo beneficio da adoção. E se eles insistem, segundo seu costume, com pertinácia na expressão "salário das obras", sairemos a seu encontro com o que diz Pedro:[252] que a vida eterna é a recompensa da fé [1Pe 1.9].

4. A PROMESSA DIVINA DE GALARDÃO NÃO VISA A MÉRITO NAS OBRAS, MAS A AJUDAR-NOS EM NOSSA FRAQUEZA E A SUSTER-NOS ANTE AS AGRURAS DO VIVER

Portanto, não pensemos que o Espírito Santo, com promessa desta natureza, esteja enaltecendo a dignidade de nossas obras, como se *elas* merecessem tal recompensa. Pois a Escritura nada nos deixa em virtude do quê sejamos exaltados à vista de Deus; senão que, antes, tudo nisto se contém: que a arrogância nos contenha, humilhe, prostre e nos esmague inteiramente. Mas o Espírito Santo, com as promessas mencionadas, socorre nossa debilidade, que no momento sucumbiria e se veria por terra, se não fosse sustentada com esta esperança e não mitigasse suas dores e insatisfação com este consolo.[253]

Primeiro, que cada um pondere bem quão difícil é abrir mão e renunciar não só a todas as suas *coisas*, mas também a si próprio. E no entanto, com esta instrução

251. Pseudo-Ambrósio, *op. cit.*, livro I, v.

252. Primeira edição: "E se, conforme seu costume, pertinazmente urjam a recompensa das obras, próprio será arremeter[-lhes] essa [asserção] de Pedro..."

253. Primeira edição: "Mas, assim se nos socorre à fraqueza, que, de outra forma, sofreria imediato colapso e ruiria por terra, a menos que se sustivesse com esta esperança e com [esta] consolação seus enfados lenisse."

preliminar, Cristo inicia a seus discípulos, isto é, a todos os piedosos. Então, assim os educa através da vida toda sob a disciplina da cruz, para que não ponham o coração ou na cobiça, ou na confiança dos bens presentes. Em suma, assim trata *com eles* quase sempre que, para onde quer que volvam os olhos, quão longe se divisa este mundo, nada senão desespero percebem por toda parte a se lhes antepor, de sorte que Paulo diz que seremos mais miseráveis que todos os *demais* homens, caso esperemos somente neste mundo [1Co 15.19].

Para que nestas tão profundas angústias não sucumbam, o Senhor se faz presente com eles, o qual insta a que mais alto levantem a cabeça e mais distante distendam os olhos, para que nele encontrem a bem-aventurança que no mundo não vêem. A esta bem-aventurança chama ***prêmio***, ***recompensa***, ***retribuição***, não estimando o mérito das obras, mas significando ser uma compensação às suas tribulações, sofrimentos, aborrecimentos etc. Por essa razão, nada impede que à vida eterna, segundo o exemplo da Escritura [2Co 6.13; Hb 10.35; 11.26], chamemos ***recompensa,*** porque nela o Senhor afasta aos seus dos labores ao descanso, da aflição a um estado próspero e desejável, da tristeza à alegria, da pobreza à afluência, da ignominia à glória, enfim, todos os males que têm sofrido ele converta em bens maiores. Assim também nada haverá de inconveniente se considerarmos a santidade de vida como o caminho; na verdade, não que faculte o acesso à glória do reino celeste, mas mercê da qual os eleitos sejam conduzidos por seu Deus à sua manifestação, uma vez que esta é sua boa vontade: glorificar aos que santificou [Rm 8.30]. Só não imaginamos a correlação de mérito e recompensa em que despropositadamente se apegam os sofistas, porquanto não atentam para este fim que estamos a expor. Quão contrário é, porém, que olhem em outra direção, quando a um *único* alvo nos chama o Senhor! Nada é mais claro que ser prometida recompensa às boas obras no propósito de suster com alguma consolação a fraqueza de nossa carne; não, porém, no intuito de inflar os ânimos de vanglória. Portanto, quem daí infere mérito de obras, ou na balança pesa obra com recompensa, do reto desígnio de Deus desmesuradamente se desgarra.

5. SOMENTE EM DECORRÊNCIA DO PERDÃO DIVINO JUDICIALMENTE SE DECLARA O MÉRITO OU GALARDÃO DAS OBRAS

Conseqüentemente, quando a Escritura diz que “Deus, o justo Juiz, haverá de um dia outorgar aos seus a coroa de justiça” [2Tm 4.8], não só respondo com Agostinho: “A quem daria o justo Juiz a coroa, se o Pai misericordioso não houvesse conferido a graça? E como haveria justiça, a não ser que a graça que justifica ao ímpio a houvesse precedido? E como seriam pagas estas *coisas* devidas, a menos que fossem dadas antes aquelas não devidas?”[254] Mas, acrescento ainda outro *pon-*

254. *Da Graça e do Livre-arbítrio,* VI, 14.

to: Como imputaria *ele* justiça a nossas obras, a não ser que sua complacência encobrisse o que nelas há de injustiça? Como as haveria de considerar dignas de recompensa, senão que, por *sua* imensa benignidade, cancelasse o que é nelas digno de castigo? Ora, esse varão costuma chamar ***graça*** à vida eterna, porque, enquanto é *ela* dada em recompensa às obras, é conferida sobre dádivas graciosas de Deus.

Mas, a Escritura nos humilha ainda mais, e no entanto, ao mesmo tempo, também nos exalça. Ora, além de vedar que se glorie nas obras, visto que são dádivas graciosas de Deus, concomitantemente ensina que *elas* estão sempre conspurcadas de certas poluições; de sorte que, se forem examinadas de conformidade com o padrão de seu juízo, não podem satisfazer a Deus. Mas, para que não nos desfaleça o bom ânimo, a mesma Escritura declara também que elas são agradáveis a Deus, porque ele as apóia.[255] Mas ainda que um pouco diferentemente de nós fala Agostinho, contudo, em substância se verificará que suas palavras não se desafinam das de Bonifácio, o qual, depois de comparar entre si dois homens, supondo que um fosse de vida mui santa e perfeita, e que o outro, também de vida boa e honesta, porém não tão perfeito como o outro, por fim conclui que o que parece não ser tão perfeito como o outro, pela retidão de sua fé em Deus pela qual vive e segundo a qual se acusa de todos seus pecados, louva a Deus em todas suas obras boas, atribuindo-se a si mesmo a ignomínia e a Deus, a honra, e recebendo dele a remissão dos pecados e o anseio de fazer bem suas obras, quando chega a hora de deixar esta vida será recebido em companhia de Cristo. Por quê, senão mercê da fé, a qual, embora a ninguém salva sem as obras (pois ela é uma fé não réproba, que opera por amor), entretanto, através dela os pecados são também perdoados, pois que o justo vive da fé, mas sem ela as obras que parecem boas a pecados se convertem?" Aqui, sem dúvida, *ele* está a confessar, não obscuramente, o que tanto temos discutido: que a justiça das boas obras depende e procede do fato de que Deus as aprova por fazer uso de sua misericórdia e de perdoar as falhas que há nelas.[256]

6. As passagens bíblicas que falam de riqueza ou tesouros nos céus não comprovam o mérito às obras

Há outras passagens quase semelhantes às que acabamos de expor, a saber: "Granjeai amigos com as riquezas da injustiça; para que, quando estas vos faltarem, vos recebam eles nos tabernáculos eternos" [Lc 16.9]; "Manda aos ricos deste mundo que não sejam altivos, nem ponham a esperança na incerteza das riquezas, mas em Deus, que abundantemente nos dá todas as coisas para delas usufruirmos; que

255. Primeira edição: "Mas, para que nos não desfaleça o bom ânimo, [postula] pelo puro perdão aprazerem [as obras]."

256. Primeira edição: "... a justiça das boas obras daí depender, que são a Deus aprovadas mercê do perdão.

façam bem, enriqueçam em boas obras, repartam de boa mente, e sejam comunicáveis; que entesourem para si mesmos um bom fundamento para o futuro, para que possam alcançar a vida eterna" [1Tm 6.17-19]. Ora, as boas obras estão sendo comparadas com as riquezas que haveremos de usufruir na bem-aventurança da vida eterna.

Replico que jamais haveremos de ter acesso à verdadeira compreensão, a não ser que nossos olhos se volvam para o propósito a que o Espírito dirige suas palavras. Se é verdadeiro o que Cristo diz: que nosso coração está posto exatamente onde está nosso tesouro [Mt 6.21]; como os filhos deste mundo costumam viver absorvidos em granjear aquelas *coisas* que fazem as delícias da presente vida, assim, depois que tiverem aprendido que esta vida logo se desvanecerá como um sonho, os fiéis são exortados a cuidar que as *coisas* que são verdadeiramente usufruídas se transfiram para aquele lugar onde haverão de ter vida plena. Devemos, pois, imitar o que fazem *aqueles* que decidem emigrar para algum lugar onde escolheram fixar residência permanente. Adiante enviam eles seus bens, não com pesar de se privarem deles por certo tempo, porque se julgam mais felizes quando as *coisas* boas estão onde haverão de estar por um longo tempo. Se cremos que o céu é nossa pátria, é mais conveniente que transfiramos para lá nossas posses do que retê-las aqui, onde, por súbita migração, escapem de nosso poder.

Como, porém, as transferiremos? Certamente compartilhando-nos com as necessidades dos pobres, aos quais tudo quanto se provê o Senhor computa *como* dado a ele mesmo [Mt 25.40]. Donde esta grandiosa promessa: "Aquele que ao pobre dá com liberalidade, a juros está dando ao Senhor" [Pv 19.17]. Igualmente: "Aquele que semeia generosamente, com abundância ceifará" [2Co 9.6]. Ora, na mão do Senhor se depõem *as cousas* que se devotam aos irmãos por dever de caridade. Visto que ele é um depositário de boa fé, haverá de um dia restituir com juro transbordante. Portanto, de tão grande *importância* são para com Deus nossos deveres, que sejam como que riquezas nossas escondidas em sua mão! E quem sente receio de assim falar, quando tantas vezes e tão abertamente a Escritura atesta isto mesmo? Por outro lado, se alguém quiser da mera benignidade de Deus saltar à dignidade das obras, por estes testemunhos não será ajudado a consolidar *esse* erro. Pois daí não podes concluir nada corretamente, senão a mera disposição da indulgência divina para conosco, uma vez que, a fim de animar-nos a fazer o bem, ainda que em si mesmas sejam indignas sequer de seu olhar, todavia, nenhuma das observâncias que lhes exibimos *ele* deixa perdida.

7. Nem se revestem de mérito judicial, diante de Deus, as próprias tribulações e sofrimentos pelos quais ele nos faz dignos de seu reino

Entretanto, as palavras do Apóstolo nos insistem ainda mais, que, enquanto aos tessalonicenses consolam em *suas* tribulações, ensinam que lhes foram enviadas "para que sejais tidos por dignos do reino de Deus, pelo qual estais sofrendo" [2Ts 1.5]. Diz ainda: "Se de fato é justo diante de Deus recompensar com aflição aos que vos afligem, porém a vós, descanso conosco quando do céu se haverá de revelar o Senhor Jesus" [2Ts 1.6, 7]. E o autor da Epístola aos Hebreus: "Deus", diz *ele*, "não é injusto para que se esqueça de vossa obra e do amor que em seu nome haveis mostrado, visto que haveis ministrado aos santos" [Hb 6.10].

À primeira passagem respondo: Nenhuma dignidade de mérito aí se entende, mas porque Deus, o Pai, quer que nós, a quem escolheu *por* filhos, sejamos conformados a Cristo, o Primogênito [Rm 8.29], como se fez necessário que ele primeiro sofresse, e então por fim entrasse na glória a si destinada [Lc 24.26], assim também nós, através de muitas tribulações, nos importa entrar no reino dos céus [At 14.22]. Portanto, enquanto sofremos tribulações pelo nome de Cristo, como que certas marcas nos são impressas com as quais Deus costuma assinalar as ovelhas de sua grei. Daí, somos tidos por dignos do reino de Deus por esta razão: que "levamos no corpo os estigmas de nosso Senhor e Mestre" [Gl 6.17], que são os sinais dos filhos de Deus. Aqui pertencem também estas declarações: levamos em derredor a mortificação de Jesus Cristo em nosso corpo, para que em nós sua vida nos seja manifesta [2Co 4.10]; somos conformados a seus sofrimentos, para que cheguemos plenamente à semelhança da ressurreição dos mortos [Fp 3.10, 11]. A razão que é anexa *por Paulo* visa, não a provar qualquer dignidade *nas obras*, mas a firmar a esperança do reino de Deus; como se estivesse a dizer: "Como convém ao justo juízo de Deus extrair de vossos inimigos vingança dessas tribulações que vos têm infligido, assim igualmente convém que ele vos confira alívio e descanso das tribulações.

A outra passagem [Hb 6.10], na qual se ensina que convém à justiça de Deus não relegar ao olvido os atos de obediência dos seus, de tal maneira que quase dá a entender que seria injusto que os olvidasse, deve entender-se neste sentido: para que espicaçasse nossa indolência, Deus nos outorgou a confiança de que não haverá de ser vão o labor que tenhamos empreendido para a glória de seu nome. Lembremo-nos sempre de que esta promessa, como todas as demais, não nos produziria nenhum fruto, a não ser que o gracioso pacto de misericórdia a precedesse, do qual dependeria toda certeza de nossa salvação. Mas, apoiados nisto, devemos confiar seguramente que também a nossos atos de obediência, por mais indignos, não haverá de faltar o prêmio da parte da liberalidade de Deus.

Para que nesta expectação o Apóstolo nos fizesse firmes, assevera que Deus não

é injusto de sorte que não haja de manter-se fiel à solene promessa feita uma vez por todas. Portanto, esta justiça se refere mais à verdade da promessa divina do que à eqüidade de pagar o *que é* devido. Nesse sentido, é notável o dito de Agostinho, o qual, uma vez que o santo varão não hesitou em repetir, freqüentemente, como digno de lembrança, assim não julgo indigno de que constantemente o evoquemos à lembrança. "Fiel", diz *ele*, "é o Senhor que se nos fez devedor, não por receber algo de nós, ao contrário, por prometer-nos tudo."

8. Tampouco é procedente a tese de que a justificação seja resultante do amor, o qual tanto se exalta nas Escrituras

Estas afirmações de Paulo são também adicionadas: "Se eu tiver toda fé, ao ponto de remover montanhas, mas não tiver amor, nada sou" [1Co 13.2]; igualmente: "Agora permanecem a esperança, a fé, a caridade, mas o maior destes é a caridade" [1Co 13.13]; ainda: "Acima de todas as coisas tende a caridade, que é o vínculo da perfeição" [Cl 3.14]. Das primeiras duas *passagens* contendem nossos fariseus, de que somos justificados pelo amor antes que pela fé, certamente, como dizem eles, pela virtude mais forte. Mas esta sutileza se refuta com nenhuma dificuldade. Pois já expusemos em outro lugar que *as coisas* que se dizem na primeira passagem nada têm a ver com a verdadeira fé. A outra também a explicamos em função da verdadeira fé, como diz *Paulo* que o amor é maior *que a fé*: não que seja mais meritório, mas porque é mais frutífero, visto que se estende mais amplamente, porque serve a mais *propósitos*, visto que está sempre a florescer, enquanto que o uso da fé é mantido por apenas um tempo. Se contemplamos a excelência, com razão o amor de Deus deve manter o primeiro lugar. Paulo aqui não está tratando dessa excelência. Sem dúvida que ele está insistindo somente com isto: que cada um, por sua vez, nos edifiquemos em amor mútuo no Senhor.

Imaginemos, porém, que o amor supera à fé em todos os aspectos. Entretanto, quem de são juízo, quem de fato de cérebro plenamente saudável conclua disso que *ela* justifica mais? O poder de justificar que à fé se arroga não se situa na dignidade de obra. Na mera misericórdia de Deus e mérito de Cristo se assenta nossa justificação, a qual, visto que a fé a apreende, *por isso* se diz que ela justifica. Ora, se aos adversários interrogues em que sentido atribuem *eles* a justificação à caridade, haverão de responder: Porque *seu* exercício é aprazível a Deus, por seu mérito, da aceitação da bondade divina se nos imputa justiça. Daqui vês quão belamente procede seu argumento. Sustentamos que a fé justifica não porque nos mereça a justiça por sua dignidade pessoal, mas porque é o instrumento através do qual obtemos a justiça gratuita de Cristo. Esses, deixada de parte a misericórdia de Deus e sem levar Cristo em conta, em quem está a suma da justiça, contendem que somos justificados pelo benefício da caridade, porque ela supera à fé em excelência. Exata-

mente como se alguém dissesse que um rei é mais apto para confeccionar um sapato que um sapateiro, visto ser infinitamente mais eminente. Este mero argumento é para ampla evidência de que todas as escolas da Sorbonne de fato não degustam *sequer* com as pontas dos lábios, o que seja a justificação pela fé.

Mas, se a esta altura alguém, amigo de querelas, interpela por que em tão breve intervalo tomamos em acepções diversas o termo fé em Paulo, desta interpretação me assiste razão não fraca. Ora, uma vez que esses dons que Paulo enumera de certo modo se compreendam sob a fé e a esperança, porque contemplam ao conhecimento de Deus, a todos eles os abraça κατ᾽ ἀνακεφαλαίωσιν [*kat'anakĕphalaíōsin – à guisa de sumarização*] sob o nome de ***fé*** e ***esperança***, como se estivesse a dizer: "A profecia, as línguas, a graça de interpretá-las e o conhecimento têm este escopo: que nos conduzam ao conhecimento de Deus; mas, nesta vida, conhecemos a Deus somente através da esperança e da fé. Quando, pois, refiro à fé e à esperança, compreendo, ao mesmo tempo, todos estes *dons*. Permanecem, pois, estas três: a esperança, a fé e a caridade, isto é, por maior que seja a variedade de dons, todos aqui se compreendem. Entre estes, a caridade desfruta de primazia" etc. [1Co 13.13].

Da terceira passagem [Cl 3.14] inferem: Se a caridade é o vínculo da perfeição, portanto também vale para a justiça, que outra coisa não é senão a perfeição. Antes de mais nada, para que omitamos que perfeição Paulo aqui se refere quando os membros de uma igreja devidamente constituída se acham bem unidos entre si e confessamos que pela caridade nos tornamos perfeitos diante de Deus, no entanto, o que de novo *eles* trazem à baila? Pois sempre replicarei em contrário que jamais alcançamos essa perfeição, a menos que cumpramos *todas* as obrigações da caridade; e disso infiro porque, uma vez que todos estejam mui afastados do cumprimento da caridade, toda a esperança de perfeição lhes é cortada.

9. Tampouco Mateus 19.17 corrobora a tese de que a justificação resulta da obediência aos preceitos da lei, portanto do mérito das boas obras

Não desejo considerar um a um os testemunhos que os sorbonistas caprichosos tomam inconsideradamente, e à revelia, da Escritura, segundo se lhes apresentam, com o fim de nos combater. Ora, alguns *desses testemunhos* são tão ridículos que nem eu mesmo posso mencioná-los, a menos que queira ser tido, com razão, *por* inepto. Portanto, concluirei *esta matéria* quando tiver explicado uma afirmação de Cristo na qual sobremodo se comprazem. Pois, *Cristo* responde ao advogado que indagava o que seria necessário para a salvação: "Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos" [Mt 19.17]. Que mais queremos, dizem *eles*, quando pelo próprio autor da graça nos é ordenado adquirir o reino de Deus mediante a observância dos

mandamentos? Como se de fato não fosse evidente que Cristo tenha acomodado suas respostas àqueles com quem via ter de tratar! Aqui *ele* é interrogado por um doutor da lei quanto à maneira de obter-se a bem-aventurança; e não o faz de qualquer maneira, mas fazendo com que os homens cheguem a ela. E não só a pessoa do interlocutor, mas também a própria indagação induzia o Senhor a que assim respondesse. Esse *doutor da lei*, imbuído da persuasão da justiça legal, estava obcecado na confiança das obras; além disso, ele não indagava outra *coisa* senão quais eram as obras de justiça com que a salvação é adquirida. Logo, com razão, ele é reencaminhado à lei, na qual está o espelho absoluto da justiça. Nós, também, proclamamos com clara voz que, se a vida é buscada nas obras, então que se guardem os mandamentos.

É necessário que os cristãos conheçam esta doutrina, porque, como buscariam refúgio em Cristo, a menos que reconheçam que do caminho da vida caíram no precipício da morte? Como, porém, compreenderiam quão longe se encontram extraviados do caminho da vida, a não ser que antes compreendam de que natureza é ele? Portanto, então finalmente, se tornam cônscios de que em Cristo se acha seu refúgio de recobrar-se a salvação, quando discernem quão grande é a diferença de sua vida com a justiça divina, que se contém na observância da lei.

Eis aqui a síntese: se a salvação for buscada nas obras, então eles têm que guardar os mandamentos, por meio dos quais somos instruídos à justiça perfeita. Mas não devemos deter-nos aqui, salvo se quisermos fracassar em meio à corrida, pois nenhum de nós está apto a guardar os mandamentos. Portanto, uma vez que estamos excluídos da justiça da lei, faz-se necessário que nos transportemos a outro refúgio, isto é, à fé em Cristo. Por essa razão, como aqui o Senhor evoca a lei a um doutor da lei a quem sabia estar inflado de vã confiança nas obras, da qual possa aprender ser um pecador, sujeito ao tremendo juízo da morte eterna, assim, em outro lugar, omitida a menção da lei, consola com a promessa da graça a outros que já foram quebrantados com seu conhecimento desta natureza: “Vinde a mim todos os que estais cansados, e estais sobrecarregados, e eu vos aliviarei, e achareis descanso para vossas almas” [Mt 11.28, 29].

10. Do princípio dos opostos não se infere mérito judicial às obras

Afinal, depois que se cansaram de perverter a Escritura, recorrem às sutilezas e sofismas. Arrazoam cavilosamente assim: a fé é em algum lugar chamada *obra* [Jo 6.29]; e daí concluem erroneamente que a fé opomos às obras. Como se realmente a fé, até onde é obediência à vontade divina, nos granjeia justiça por seu mérito pessoal, e não antes porque, abraçando a misericórdia de Deus, *ela* sela em nosso coração a justiça de Cristo que nos é oferecida na pregação do evangelho. Que os leitores me perdoem se não me demoro a pulverizar tais tolices, pois por sua própria debilidade elas mesmas se despedaçam suficientemente, sem impacto alheio.

Entretanto, é preciso discutir de passagem uma objeção que tem certa aparência de razão, para que não cause dificuldade a alguns, particularmente aos inexperientes. Uma vez que o senso comum dita que a mesma regra se aplica aos contrários, e os pecados, um a um, nos são imputados *como* infrações da justiça, dizem ser apropriado que também às boas obras, uma a uma, se atribua o louvor de justiça. Não me satisfazem os que replicam que a condenação dos homens procede propriamente da mera incredulidade**,** não dos pecados particulares. Certamente que sou do mesmo parecer que eles, de que a incredulidade é a fonte e raiz de todos os males. Pois *ela* é o primeiro afastamento de Deus, à qual seguem depois as transgressões particulares contra a lei. Mas, porque ao estimar-se sua justiça ou sua injustiça, parecem estatuir o mesmo peso das obras boas *das obras* más; nisto sou obrigado a discordar deles.

Ora, a justiça das obras é a perfeita obediência da lei. Conseqüentemente, não podes ser justo por meio das obras, exceto se percorreres a linha reta ao longo de todo o decurso da vida. E tão logo te apartes dela, na injustiça caíste. Disto é evidente que a justiça não resulta de uma ou poucas obras, mas da inflexível e contínua observância da vontade divina. Muitíssimo diverso, porém, é o critério de julgar a injustiça. Pois *aquele* que fornicou, ou furtou, o mesmo é réu de morte por um só delito, porquanto cometeu ofensa contra a majestade de Deus. Por isso, esses nossos sofismadores tropeçam, os quais não dão atenção a essa afirmação de Tiago: "*Aquele* que pecar em um ponto, se faz culpado de todos, porque *aquele* que proibiu matar, proibiu também furtar" etc. [Tg 2.10, 11]. E assim não deve parecer absurdo quando dizemos que a morte é o justo salário de cada pecado, porquanto *os pecados*, um a um, são dignos da justa indignação e vingança de Deus. Contudo, serás um argumentador insípido se, em contrário, deduzires que por uma só obra boa o homem pode reconciliar-se com Deus, o qual, por *seus* muitos pecados, merece sua ira.

CAPÍTULO XIX

DA LIBERDADE CRISTÃ

1. Importância da doutrina da liberdade cristã e sua relação com a justificação

Impõe-se tratar agora da liberdade cristã, uma exposição da qual de modo nenhum deve ser omitida por aquele a quem o propósito seja abranger em uma síntese a suma da doutrina evangélica. Ora, é coisa muitíssimo necessária, e à parte de cujo conhecimento as consciências sem dúvida não ousam encetar quase nada, em muitas *coisas* hesitam e se retraem, estão sempre a mudar e a temer, mas, especialmente, *esta doutrina da liberdade cristã* é um apêndice da justificação e vale não pouco para se compreender seu teor e alcance. Com efeito, *os* que temem seriamente a Deus daqui perceberão o incomparável fruto desta doutrina, da qual os ímpios e os seguidores de Luciano espirituosamente motejam com suas insinuações, porque, na embriaguez espiritual de que foram tomados, lhes é lícita toda e qualquer impudência.

Em vista disso, virá agora a consideração em momento oportuno. Além disso, embora de leve, *ela já* foi por nós abordada algumas vezes, e foi útil relegar-lhe mais plena consideração a este lugar, visto que tão logo se introduz alguma menção da liberdade cristã, aí já fervem as paixões, ou surgem tumultos insanos, a menos que a tempo se faça frente a esses espíritos lascivos, os quais, de outra sorte, corrompem impiamente cada uma das *coisas* mais excelentes. De fato, alguns, a pretexto desta liberdade, põem abaixo toda obediência de Deus e se lançam a desenfreada licenciosidade; outros se exasperam *contra ela*, julgando que toda moderação, ordem e discernimento das coisas são removidos.

Que fazer em tal situação, cercados de tais dificuldades? Porventura, descartando a liberdade cristã, cortamos de antemão a oportunidade a perigos desta natureza? Com efeito, como foi dito, salvo se essas *coisas* forem mantidas sustidas, não se conhece com exatidão nem a Cristo, nem a verdade do evangelho, nem a paz interior da alma. E Deve-se fazer esforço antes para não suprimir-se parte tão necessária da doutrina, e contudo, às vezes, ficam refutadas todas as objeções absurdas que costumam suscitar no tocante a esta matéria.[257]

---

257. Primeira edição: “Esforço deve-se antes fazer para que se não suprima tão necessária parte da doutrina e, todavia, ao mesmo tempo se corra ao encontra dessas absurdas objeções que daí costumam nascer.”

2. A primeira função da doutrina da liberdade cristã é libertar-nos da servidão da lei

A liberdade cristã, como de fato a entendo, está contida em três partes. A primeira, que as consciências dos fiéis, enquanto buscam diante de Deus confiança de sua justificação, se erguem acima da lei e esquecem toda justiça provinda dela. Ora, como já foi demonstrado em outro lugar, uma vez que a lei a ninguém faz justo, ou somos excluídos de toda esperança de justificação, ou temos de ser libertados dela, de tal sorte que não haja nenhuma consideração pelas obras *humanas*. Ora, *aquele* que pensa que, para obter a justiça, deve trazer ao menos um mínimo de obras, não pode prefixar-lhes a medida ou limite; ao contrário, o mesmo se constitui devedor de toda a lei. Portanto, excluída a menção da lei e posta de lado toda cogitação de obras, quando se trata de justificação é indispensável abraçar a mera misericórdia de Deus e, desviando de nós mesmos nosso olhar, contemplemos unicamente a Cristo. Pois aí não se indaga como podemos ser justos, mas, ao contrário, como, embora injustos e indignos, podemos ser tidos por justos, coisa essas que, caso se queira que as consciências alcancem alguma certeza, não devem dar margem alguma à lei.

Tampouco daqui alguém pode inferir corretamente que a lei seja supérflua aos fiéis, aos quais não deixa por isso de ensinar, exortar e estimular ao bem, ainda que em referência ao tribunal de Deus não haja lugar em suas consciências. Ora, como muitíssimo diversas são estas duas *coisas*, assim devem ser por nós apropriadas e cuidadosamente distinguidas. Toda a vida dos cristãos deve ser uma como que meditada prática da piedade, porquanto foram chamados à santificação [Ef 1.4; 1Ts 4.3, 7]. Nisto está situada a função da lei: que advertindo *os cristãos* de seu dever, ao zelo da santidade e da inocência os excite. Mas onde as consciências estão preocupadas em ter a Deus como propício, o que haverão de responder e com que confiança hajam de firmar-se, se a seu juízo forem chamados, aqui não há de levar-se em conta o que a lei requer, mas que devem ter diante de seus olhos como sua única justiça a Jesus Cristo, a qual excede a toda a perfeição da lei.[258]

3. A isenção da servidão à lei é o tema básico da liberdade cristã na Epístola aos Gálatas

Neste gonzo se revolve quase todo o argumento da Epístola aos Gálatas. Ora, são insípidos os intérpretes que ensinam que nela Paulo está defendendo apenas a liberação das cerimônias; é muito fácil provar os arrazoados de Paulo por estas passagens: “Cristo se fez maldição por nós, para que nos redimisse da maldição da lei” [Gl 3.13]; igualmente: “Permanecei firmes na liberdade com que Cristo vos libertou e não vos enredilheis de novo no jugo de servidão. Eu, Paulo, vos digo que, se vos

258. Primeira edição: “... mas por justiça propor se deva a Cristo só, Que supera a toda perfeição da Lei.”

circuncidais, Cristo de nada vos aproveitará. E *aquele* que se circuncida se faz devedor de toda a lei. Cristo se vos torna supérfluo, a tantos quantos se justificam pela lei; da graça decaítes" [Gl 5.1-4]. Certamente que algo mais sublime se contém nestas passagens que a *mera* liberação das cerimônias.

De fato, confesso que Paulo aí trata de cerimônias, visto que está a digladiar com falsos apóstolos que estavam empenhados em reintroduzir na Igreja Cristã as velhas sombras da lei abolidas pela vinda de Cristo. Contudo, para decidir esta questão é preciso discutir os pontos mais aprofundados nos quais toda a controvérsia foi estabelecida. Primeiro, visto que a clareza do evangelho era obscurecida por aquelas sombras judaicas, *Paulo* mostra que em Cristo temos sólida exibição de todas essas *coisas* que eram obscurecidas nas cerimônias mosaicas. Em seguida, visto que esses impostores imbuíam o poviléu da perniciosíssima opinião de que esta obediência, obviamente, valeria para merecer a graça de Deus, aqui insiste muito em que não pensem os fiéis que justiça possam conseguir diante de Deus por alguma obra da lei, muito menos por esses elementos de tão pouca importância. E, ao mesmo tempo, ensina que, mediante a cruz de Cristo, estão livres da condenação da lei, a qual, de outra sorte, penderia sobre todos os homens, de modo que, com plena segurança, só em Cristo descansam, ponto que é aqui bastante pertinente. Enfim, afirma às consciências dos fiéis sua liberdade, para que não sejam assenhoreadas por qualquer obrigação em coisas não necessárias.

4. A SEGUNDA FUNÇÃO DA DOUTRINA DA LIBERDADE CRISTÃ É ISENTAR-NOS DA OBEDIÊNCIA COMPULSÓRIA À LEI PARA A LIVRE OBEDIÊNCIA À VONTADE DE DEUS

A segunda *função da liberdade cristã*, que depende da primeira, é que as consciências guardem a lei não como se coagidas pela necessidade da lei, mas, ao contrário, livres do jugo da própria lei, obedeçam espontaneamente à vontade de Deus. Pois, visto que vivem em perpétuos terrores por quanto tempo estão sob o domínio da lei, jamais estarão dotadas de alegre prontidão à obediência a Deus, a menos que antes sejam brindadas com liberdade desta natureza. Mercê de um exemplo, não só mais sucinta, mas ainda mais claramente, compreenderemos a que fim se inclinam estas *coisas*: é da lei o preceito que "amemos a nosso Deus de todo o coração, de toda a alma, de todas as forças" [Dt 6.5].

Para que isto aconteça, a alma tem antes que esvaziar-se de todo e qualquer outro sentimento e pensamento; tem de expurgar-se de todos os desejos do coração; neste único *ponto* as forças *têm* de ser associadas e concentradas. *Aqueles* que mais do que outros têm avançado bastante no caminho do Senhor, *ainda* estão muitíssimo longe desta meta. Pois ainda que amem a Deus do fundo da alma e com sincero

afeto de coração, contudo, ainda têm muita parte do coração e da alma ocupada pelas cobiças da carne, pelas quais são retraídos e impedidos de avançarem em marcha acelerada rumo a Deus. Na verdade, porfiam com muito esforço, mas a carne em parte lhes debilita as forças, em parte as aplica a si mesmos. Ora, o que se deve fazer aqui, quando sentem que nada cumprem menos do que a lei? Querem, aspiram, tentam; nada, porém, com essa perfeição que é imprescindível. Se contemplam a lei, percebem que maldita é toda obra que intentam ou premeditam. E ninguém pode enganar-se pensando que sua obra não é inteiramente má, a despeito de ser imperfeita, e que, por isso, o que de bom há nela é, não obstante, aceitável a Deus. Ora, a lei, exigindo amor perfeito, a menos que o rigor *lhe seja* mitigado, condena toda imperfeição. Portanto, pondere refletidamente sua obra, que em parte queria que fosse vista *como* boa, a despeito de ser imperfeita, verificará que é transgressão da lei.

5. A compulsão da lei gera obediência servil, a liberdade cristã produz obediência filial: aquela, opressiva; esta, prazerosa

Eis como todas as obras nossas jazem sob a maldição da lei, se fossem examinadas em conformidade com a exigência da lei! Enfim, como, pois, as almas infelizes haveriam de alegremente cingir-se para uma obra pela qual esperassem somente maldição como retribuição? Por outro lado, se livres desta severa disposição da lei, ou, melhor, de todo o rigor da lei, ouvem o chamado divino com paterna afabilidade, jubilosas e com grande jovialidade responderão seu chamado e o seguirão indo adiante delas.

Em suma: *aqueles* que estão presos ao jugo da lei são semelhantes a servos a quem, para cada dia, são indicadas pelos senhores tarefas definidas. Pois eles não pensam que foi efetuado, nem ousam vir à presença dos senhores, a não ser que tenham efetuado a medida exata das tarefas *prescritas*. Os filhos, no entanto, que são tratados pelos pais mais generosamente e em moldes mais condizentes com as pessoas livres, não vacilam em oferecer-lhes obras incompletas e feitas pela metade, até mesmo tendo algo de imperfeição, confiados em que sua obediência e disposição de ânimo lhes serão aceitáveis, ainda que tenham feito menos daquilo que os pais queriam. É imprescindível que sejamos tais *filhos*, que confiemos com certeza que nossos atos de obediência, por insignificantes que sejam, e por mais grosseiros e imperfeitos, haverão de ser aprovados pelo Pai indulgentíssimo, como, aliás, nos confirma através do Profeta: “Poupá-los-ei como um pai costuma poupar ao filho que o serve” [Ml 3.17]; onde claramente se vê que perdoar é tomado por suportar benignamente e passar por alto as faltas, visto que faz menção de ***serviço***. Nem pouco necessária nos é esta confiança, sem a qual tudo tentaremos em vão, já que Deus não se considera servido por nenhuma obra nossa, a não ser *aquela* que realmente seja feita por nós para seu serviço. Não obstante, como isso pode ocorrer

entre esses sobressaltos, quando se duvida que Deus seja ofendido ou seja reverenciado por nossa obra?

6. ISENTADOS DO JUGO DA LEI, VIVENDO SOB A AÇÃO DA GRAÇA, OS REQUÍCIOS DO PECADO, QUE AINDA PERSISTEM, NÃO SÃO IMPUTADOS AOS FIÉIS

E essa é a causa por que o autor da Epístola aos Hebreus aplica à fé tudo quanto de boas obras se lê haver existido nos santos patriarcas, e as estima tão-somente em função da fé [Hb 11.1-40].

Acerca desta liberdade, luminosa é a passagem na Epistola aos Romanos onde Paulo arrazoa que o pecado não deve dominar sobre nós, porque não estamos debaixo da lei, mas sob a graça [Rm 6.12-14]. Pois, como houvesse exortado os fiéis a que "não reine o pecado em vosso corpo mortal" [Rm 6.12], "não apresenteis vossos membros como instrumentos da iniqüidade; mas apresentai-vos a Deus, como vivos dentre os mortos, e vossos membros como instrumentos da justiça" [Rm 6.13], e de fato viessem a objetar, em contrário, dizendo que ainda levavam consigo a carne saturada de concupiscências e que o pecado ainda habitava neles, Paulo acrescenta esta consolação provinda da isenção da lei, como se dissesse: "Embora ainda não sintam claramente que o pecado já esteja extinto, e que a justiça ainda não habita neles, entretanto, não há razão para que nutram temor e sejam quebrantados no ânimo, como se ofendessem sempre a Deus por causa dos resquícios de pecado, quando por meio da graça já foram alforriados da lei, de tal modo que suas obras já não são examinadas pela regra desta. Mas *aqueles* que inferem que se deve pecar, visto que já não estamos debaixo da lei, entendem que esta liberdade não lhes diz respeito, *liberdade* cujo fim é animar-nos para o bem.

7. A TERCEIRA FUNÇÃO DA DOUTRINA DA LIBERDADE CRISTÃ É CONCEDER À CONSCIÊNCIA O LIVRE USO DAS COISAS HAVIDAS POR INDIFERENTES, AS CHAMADAS DIÁFORAS

A terceira *função da doutrina da liberdade cristã é* que não tenhamos por obrigação diante de Deus nenhuma das coisas externas que de si são ἀδιάφοροι [*adiáphŏroi – indiferentes*]; de modo que seja permitido usá-las ou deixar de usá-las, indiferentemente. Além disso, o conhecimento desta liberdade nos é sumamente necessário, o qual, se estiver ausente, nossa consciência não desfrutará de nenhum descanso, e não haverá fim para as superstições. Muitos hoje nos têm por néscios visto que defendemos ser lícito comer carne, e porque afirmamos que é livre observar certos dias e o uso de vestes e outras coisas afins; mas isto encerra maior importância do que vulgarmente se crê.[259]

259. Primeira edição: "A muitos, hoje, parecemos desarrazoados em que movemos discussão a respeito

Com efeito, quando as consciências uma vez se enredilham em laço, entram em um longo e inextricável labirinto donde já não é fácil mostrar-se a saída. Se alguém começa a duvidar se porventura lhe é lícito usar linho nos lençóis, camisas, lenços, guardanapos, depois não estará seguro se pode usar cânhamo; e por fim começará inclusive a duvidar se é lícito usar estopa; pois consigo revolverá se porventura pode jantar sem guardanapos, ou se pode prescindir de lenços. Se a alguém parecer ilícito alimento um pouco mais refinado, por fim nem pão ordinário e iguarias comuns comerá tranqüilo diante de Deus, enquanto vem à mente que pode sustentar o corpo com víveres ainda mais baratos. Se nutre escrúpulo de beber vinho mais suave, a seguir nem vinho estragado beberá com boa paz de consciência; por fim, nem ousará tocar em água mais doce e mais limpa que outras. Finalmente, chegará a tal ponto que, como se diz, julgará *ser* ilícito caminhar por sobre uma palha atravessada *no caminho*.

Ora, aqui não se trata de um ligeiro conflito de consciência, mas que a dúvida está em se Deus quer ou não que usemos de uma coisa, pois sua vontade deve preceder-nos a todos os desígnios e ações.[260] Daqui uns, em desespero, necessariamente se arrojam a confusa voragem; outros, desprezando a Deus e alijando seu temor, na desgraça fazem para si caminho, do qual não sabem como se desvencilhar. Pois todos quantos se enredilharam em tais dúvidas, para onde quer que se volvam, não verão outra coisa senão escrúpulos da consciência.

8. A PONDERAÇÃO PAULINA QUANTO AO USO DOS MANJARES SEM OFENSA À CONSCIÊNCIA, EM FUNÇÃO DO PROPÓSITO A QUE SERVEM

"Sei", diz Paulo, "que nenhuma coisa de si mesma comum" – tomando ***comum*** no sentido de ***profano***, "a não ser para aquele que a tem por comum; para esse é comum" [Rm 14.14]. Palavras com as quais ele sujeita à nossa liberdade todas as coisas externas, contanto que a nossas mentes a razão dessa liberdade esteja solidamente assentada em Deus. De fato, se qualquer opinião supersticiosa nos incita o escrúpulo, *coisas* que de sua própria natureza eram puras, para nós passam a ser contaminadas. Portanto, acrescenta: "Bem-aventurado aquele que a si mesmo não condena naquilo que aprova. Aquele, porém, que discrimina, se já comeu, é condenado, porque não come de conformidade com a fé. Com efeito, o que não é de conformidade com a fé é pecado" [Rm 14.22, 23].

Os que se deixam atingir por perplexidades deste molde, todavia ousam fazer

---

do livre comer de carnes, a respeito do livre uso de dias de descanso e de paramentos, e, como a eles certamente [lhes] parece, frívolas nugas semelhantes. Mas, nessas [cousas] há mais de importância do que vulgarmente se crê."

260. Primeira edição: "Ora, não leve embate aqui começa; pelo contrário, isto controvertidamente se debate: se, porventura, Deus, Cuja vontade deve preceder-nos a todos os desígnios e ações."

qualquer coisa contra sua consciência, porventura não estão se afastando de Deus?[261] Mas *aqueles* que se deixam afetar profundamente de algum temor de Deus, quando até *eles* próprios se vêem obrigados a cometer muita *coisa* que se contrapõe à sua consciência, são consternados de pavor e deitados por terra. Todos quantos agem assim não recebem os dons de Deus com ação de graças, único modo, segundo Paulo, de todas as coisas serem santificadas para nosso uso e serviço [1Tm 4.4, 5]. Contudo, tenho em mente a ação de graças procedente de uma alma que reconhece a benevolência e a bondade de Deus em suas dádivas. Ora, de fato muitos deles as entendem como sendo bênçãos de Deus das quais usam e louvam a Deus em suas obras. No entanto, uma vez que não tenham a persuasão de que lhes foram dadas, como dariam graças a Deus como sendo delas o doador?

Vemos, pois, em suma, qual é o propósito desta liberdade, a saber: que usemos as dádivas de Deus para o propósito a que nos foram dadas por ele, com nenhum escrúpulo de consciência, com nenhuma perturbação de espírito, mercê de cuja confiança nossas almas não só tenham paz com ele, mas também reconheçam sua liberalidade para conosco. Pois aqui estão compreendidas todas as cerimônias de espontânea observação, para que as consciências não sejam constringidas a observá-las pelo impulso da necessidade; ao contrário, lembrem que, pela benevolência de Deus, seu uso lhes foi concedido para edificação dos demais.

9. A liberdade cristã não propicia os excessos da ostentação e do luxo, como pretendem os espíritos imoderados

Deve-se, porém, observar diligentemente que a liberdade cristã é, em todos os seus aspectos, uma realidade espiritual, cuja toda força foi posta em pacificar as consciências atemorizadas diante de Deus, quer estejam inquietas e solícitas quanto à remissão dos pecados, quer estejam ansiosas se porventura obras imperfeitas e poluídas pelos defeitos de nossa carne agradem a Deus, quer sejam atormentadas quanto ao uso das coisas indiferentes. Daí interpretarem-na, pervertidamente, sejam os que com ela acobertam suas vis paixões, para que das boas dádivas de Deus abusem para sua volúpia, sejam os que pensam que nenhuma *liberdade* há a menos que seja usada diante dos homens, e por isso, em usando-a, nenhuma consideração têm pelos irmãos fracos.

Do primeiro modo peca-se em maior medida neste século. Quase não há a quem, em razão de *suas* posses, seja possível ser suntuoso, a quem não deleite luxuoso esplendor no aparato das ceias, no ornato do corpo, na edificação de moradas, que

261. Primeira edição: "Entre perplexidades deste molde, [aqueles] que, todavia, tudo ousando confiantemente, mais animosos se mostram [em agir em contraposição a tais espasmos de consciência,] de Deus, porventura, outro tanto se não afastam?"

não deseje sobressair em eminência por entre os outros em todo gênero de magnificências, que não se lisonjeie esplendidamente em sua opulência *pessoal*. E tudo isso é defendido sob pretexto de liberdade cristã. Dizem que são coisas indiferentes. Concordo, contanto que alguém as use indiferentemente. Em contraposição, quando são cobiçadas com extrema avidez, quando se gabam orgulhosamente, quando se esbanjam faustosamente *coisas* que, de outra sorte, eram em si mesmas lícitas, sem dúvida são contaminadas por esses vícios.

Entre as coisas indiferentes, esta afirmação de Paulo faz excelente distinção: "Todas as coisas são puras para os puros; para os corruptos e infiéis, porém, nada é puro, visto que sua mente e sua consciência estão corrompidas" [Tt 1.15]. Ora, por que os ricos são amaldiçoados, porque têm sua consolação, estão fartos, agora riem [Lc 6.24, 25], dormem em leitos de marfim [Am 6.4], ajuntam campo a campo [Is 5.8], cujos festins têm cítara, lira, tamboril e vinho [Is 5.12]? Certamente que marfim, ouro e riquezas são criações boas de Deus, de fato permitidas, destinadas pela providência de Deus ao uso dos homens. Tampouco, jamais se proibiu rir, ou fartar-se, ou adicionar novas propriedades às antigas e provindas de herança, ou deleitar-se em um concerto musical, ou beber vinho. Certamente que isso é verdadeiro. Mas onde está à mão abundância de coisas para chafurdar-se em deleites, e nestes espojar-se, a mente e o coração inebriar de prazeres do momento e estar sempre anelante por *prazeres* novos, estas *coisas* se acham muitíssimo distanciadas do legítimo uso dos dons de Deus.

Portanto, ponham fim à cupidez imoderada; ponham fim à prodigalidade descomedida; ponham fim à vaidade e à arrogância, para que, com uma consciência pura, usem com pureza os dons de Deus. Quando o coração se afeiçoar a esta sobriedade, então *eles* terão a regra do uso legítimo. Por outro lado, se esta moderação estiver ausente, todos os deleites vulgares e comuns serão desmedidos. Ora, isto se diz com verdade: debaixo de uma vestimenta grosseira e rude costuma esconder-se um bom bebedor; debaixo da roupa pobre costuma esconder-se um ânimo de púrpura; e, ao contrário, debaixo da púrpura e da seda às vezes se esconde um coração humilde.[262] E assim, viva cada um em sua condição, ou pobremente, ou modestamente, ou abastadamente, de tal modo que todos se lembrem de que são por Deus alimentados para que vivam, não para que se esbaldem no luxo. E pensem que nisto consiste a lei da liberdade cristã: se aprenderam com Paulo que, nas circunstâncias em que se encontram, devem estar contentes, se sabem tanto ser humildes quanto viver em esplendor, se foram ensinados por toda parte e em todas *as coisas* a ter fartura, a ter fome, a ter abundância, a sofrer penúria [Fp 4.11, 12].

---

262. Primeira edição: "... em uma vestimenta grosseira e rude freqüentemente habita um ânimo purpúreo, não raro, debaixo de linho finíssimo e púrpura se esconde singela humildade.

10. A liberdade cristã deve ser exercida sem alarde, nem acintosamente, evitando-se escandalizar a consciência fraca

Também nisso muitos erram porque, como se deveras sua liberdade não estivesse sã e salva, a não ser que tivesse gente *por* testemunha, dela usam indiscriminada e insipientemente. Por esse uso inoportuno, muitas vezes ofendem aos irmãos fracos. Pode-se ver atualmente muitos homens a quem parece que não desfrutam bem de sua liberdade se não usam dela para comer carne na sexta-feira.[263]

Não censuro o fato de comerem, mas é preciso afastar de sua mente esta falsa opinião, pois deviam refletir que nada novo alcançam para sua liberdade à vista dos homens, mas diante de Deus, e que *ela* foi estabelecida tanto na abstenção quanto no uso. É mais que suficiente que entendam que nada importa diante de Deus caso se alimentem de carnes ou de ovos, caso se vistam de roupas rubras ou negras. A consciência já está livre, à qual se devia o beneficio dessa liberdade. Portanto, ainda que depois disso se abstenham de carne por toda a vida e perpetuamente se trajam só de uma cor, não são menos livres. Porque são livres, por isso se abstêm com liberdade de consciência. Mui perniciosamente erram, porém, porque para eles a fraqueza dos irmãos é de nenhuma importância, a qual deve ser de tal maneira ajudada, que nada façamos temerariamente de que possam escandalizar-se.[264]

No entanto, por vezes, alguém dirá que também nos é do interesse exibir nossa liberdade diante dos homens. Também o admito. Contudo, é preciso manter a medida com suma cautela, para que não negligenciemos o cuidado dos fracos, a quem o Senhor nos recomendou com tanta insistência.

11. A questão dos escândalos, suas modalidades (causados ou recebidos, reais ou farisaicos) e atitudes a assumir em relação a eles

Conseqüentemente, aqui direi algo a respeito dos escândalos, como deverão eles distinguir-se, quais devem ser evitados, quais, igualmente, devem ser negligenciados, do quê, em seguida, é possível afirmar que lugar nossa liberdade ocupa entre os homens. Agrada, porém, essa distinção comum que refere o escândalo um *como* ***dado***, o outro *como* ***assumido***, visto que não só tem claro testemunho da Escritura, nem exprime ineptamente *o* que significa. Se por inoportunidade ou leviandade, ou intemperança, ou temeridade, não na *devida* ordem, nem em seu lugar, faças algo, mercê do qual os ignorantes e os fracos ficam escandalizados, se dirá

263. Primeira edição: "Hajas hoje de ver certos a quem sua liberdade não parece existir, a menos que à sua posse hajam chegado mediante o comer carne na sexta-feira."

264. Primeira edição: "Mui perniciosamente erram, porém, porque de nenhum peso têm a fraqueza dos irmãos, [fraqueza] que assim convém de nós suster-se que algo não admitamos inconsideradamente, com tropeço deles."

que o escândalo foi ***dado*** por ti, porquanto por tua culpa terá acontecido que se suscitasse ofensa desta natureza. E em geral se diz que tal escândalo foi ***dado*** em alguma coisa quando a culpa do qual procedeu do autor da própria coisa. Chama-se escândalo ***assumido***, quando a coisa indevidamente cometida de outra sorte não é má nem foi feita indiscretamente, se toma com má vontade e certa malícia como ocasião de escândalo. Ora, aqui não havia escândalo dado, mas esses intérpretes perversos sem causa o assumem.

Nesse primeiro gênero de escândalo são ofendidos somente os fracos; neste segundo, porém, as mentalidades intempestivas e as disposições farisaicas. Por isso, a um chamaremos o escândalo dos fracos; ao outro, *o escândalo* dos fariseus; e assim temperaremos o uso de nossa liberdade que deve ceder à ignorância dos irmãos fracos, de maneira alguma ao rigor dos fariseus. Quanto devemos preocupar-nos com os irmãos que são mais débeis, Paulo o demonstra sobejamente em muitas passagens. "Acolhei", diz *ele*, "os fracos na fé" [Rm 14.1]; igualmente: "Assim que não julguemos mais uns aos outros; antes, seja vosso propósito não pôr tropeço ou escândalo ao irmão" [Rm 14.13], e muitas *outras passagens* no mesmo sentido, que é mais satisfatório lê-las no texto do que inscrevê-las aqui. A síntese é que "Mas nós, que somos fortes, devemos suportar as fraquezas dos fracos, e não agradar-nos a nós mesmos. Portanto, cada um de nós agrade ao próximo no que é bom para edificação" [Rm 15.1, 2]. Em outro lugar: "Mas vede que vossa liberdade não seja, de algum modo, tropeço para aqueles que são fracos" [1Co 8.9]; igualmente: "Comei de todas as coisas que se vendem no mercado, nada perguntando por causa da consciência; digo, porém, não tua consciência, mas a do outro" [1Co 10.29]; finalmente: "Portai-vos de modo que não deis escândalos nem aos judeus, nem aos gregos, nem à igreja de Deus" [1Co 10.32]. Ainda em outro lugar: "Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade. Não useis então da liberdade para dar ocasião à carne, mas servi-vos uns aos outros pelo amor" [Gl 5.13].

E de fato é assim. Nossa liberdade não nos foi dada contra nosso próximo fraco, de quem a caridade nos constitui servos em todas *as coisas*; ela nos foi dada, sim, para que, tendo paz com Deus em nossas almas, em paz também vivamos entre os homens. Mas com respeito a fazermos escândalo aos fariseus, aprendemos das palavras do Senhor, com as quais ele ordena que não se deve levá-los em consideração, porque são cegos, guias de cegos [Mt 15.14]. Os discípulos chamaram-lhe a atenção de que estes se haviam ofendido com seu discurso [Mt 15.12]. Então lhes responde que *eles* deveriam ser ignorados, tampouco se deveria dar atenção a seu escândalo.

12. O USO DEVIDO DA LIBERDADE CRISTÃ VISANDO SEMPRE À EDIFICAÇÃO DO PRÓXIMO EM AMOR

No entanto, a questão ainda pende incerta, a não ser que entendamos a quem

devemos ter *por* fracos e a quem *por* fariseus; sem remover tal distinção, não vejo como se possa usar nossa liberdade quando se trata de escândalos, já que o uso nunca será sem muito risco. Mas, para mim, Paulo parece ter definido com muita clareza, assim em sua doutrina e em seu exemplo, até onde nossa liberdade deva ser moderada, ou deva ser redimida mesmo com o risco de escandalizar. Quando tomou a Timóteo por companheiro, o circuncidou [At 16.3]; contudo, não pôde ser induzido a circuncidar Tito [Gl 2.3]. Seu procedimento foi diverso. Nenhuma mudança de propósito nem da maneira de pensar. Porque, na circuncisão de Timóteo, embora fosse "livre de todos, de todos ser fez servo; e para com os judeus procedeu como judeu, para que pudesse ganhar os judeus; para com os que estavam sob a lei como se estivesse debaixo da lei, para que pudesse ganhar os que estavam debaixo da lei; fez tudo em prol de todos, para que pudesse salvar a muitos", como escreve em outro lugar [1Co 9.19, 20, 22]. Aqui está a justa moderação da liberdade: quando indiferentemente podemos abster-nos com algum proveito.

Qual foi a intenção *de Paulo* quando se absteve resolutamente de circuncidar Tito, ele mesmo o atesta, escrevendo nestes termos: "Mas, nem Tito, que estava comigo, como fosse grego, foi compelido a circuncidar-se, por causa de falsos irmãos introduzidos furtivamente, que se infiltraram para espiar nossa liberdade que temos em Cristo Jesus, para que nos obrigassem à servidão, aos quais nem por um momento de fato cedemos em sujeição, a fim de que a verdade do evangelho permanecesse entre vós" [Gl 2.3-5]. Temos assim necessidade de defender a liberdade, se, mercê de iníquas exigências de falsos apóstolos, ela periclita nas consciências fracas.

Por toda parte se faz necessário aplicar-nos ao amor e atentar-nos para a edificação do próximo. "Todas as coisas", diz *Paulo* em outro lugar, "me são licitas, mas nem todas convém; todas *as coisas* me são lícitas, mas nem todas edificam. Ninguém busque o que é seu, mas o que é de outrem" [1Co 10.23, 24]. Nada há mais incontroversível do que esta regra: é indispensável que usemos de nossa liberdade, se isso conduz à edificação de nosso próximo; se no entanto isso assim não convém ao próximo, então é preciso abster-se da mesma.

Há os que simulam prudência paulina na contenção da *própria* liberdade, contudo, outra coisa não fazem senão aplicá-la aos deveres da caridade. Ora, para que adquiram sua *própria* tranqüilidade, desejam que seja sepultada toda e qualquer menção de liberdade, quando não menos às vezes é do interesse do próximo usar a liberdade para seu bem e edificação, do que em seu próprio benefício ser *ela* contida no ensejo. Mas é necessário que o homem piedoso tenha em mente que, já que lhe foi concedido livre domínio nas coisas externas, esteja pronto para todos os deveres da caridade.

13. O EXERCÍCIO DA LIBERDADE CRISTÃ VISA AO AMOR AO PRÓXIMO; TODAVIA, ESSE AMOR NÃO DEVE SER EXERCIDO EM VIOLAÇÃO DA PUREZA DA FÉ

Não obstante, tudo que tenho ensinado quanto a se evitarem os tropeços, meu intuito é que se refira a coisas intermédias e indiferentes, pois as que são obrigatórias não podem ser omitidas por mais que o escândalo seja perigoso. Ora, da mesma forma que a liberdade deva estar sujeita à caridade, assim também a própria caridade, por sua vez, deve subordinar-se à pureza da fé. Por certo que também aqui importa levar em consideração a caridade, mas inclusive os altares, isto é, que não ofendamos a Deus em atenção ao próximo. Não se pode aprovar o desenfreamento daqueles que nada fazem, senão criar tumulto, e que preferem romper tudo à força a solucionar de forma suasória. Nem tampouco merecem ouvidos *aqueles* que, depois que com mil formas de impiedade se apresentam *como* líderes, fingem que lhes é necessário agir assim para não escandalizar a seus irmãos. Como se já não estivessem dando exemplo à consciência de seu próximo, especialmente quando no mesmo lodaçal estão sempre chafurdados, sem nenhuma esperança de saída. E quando se trata de instruir o próximo, seja por meio da doutrina, seja por meio do exemplo de vida, dizem que se deve alimentar de leite ao mesmo a quem imbuem de opiniões péssimas e funestas. Paulo relembra que alimentara os coríntios, dando-lhes leite a beber [1Co 3.2]. Mas então, se entre eles existisse a missa papal, porventura *ele* teria celebrado *esse* sacrifício a fim de dar-lhes a beber leite? De modo algum, pois leite não é veneno. Portanto, mentem que estão a alimentar *aqueles* a quem matam cruelmente sob a aparência de afagos. E ainda que concedamos que dissimulação desse gênero se deva aprovar para o momento, até quando darão a beber do mesmo leite a seus filhos? Porque, se nunca crescem o suficiente para suportar algum alimento leve, se vê claramente que jamais foram sustentados com leite.[265]

Há duas razões que me impedem de no momento contender com tais pessoas com mais objetividade:[266] *primeiro* porque seus absurdos não merecem que sejam refutados, quando entre todos os sadios *de entendimento* sejam com razão desprezados; segundo, visto que em escritos especiais tenho apresentado isto sobejamente, não desejo repetir o *que já foi* feito. Que os leitores simplesmente tenham como certo que com qualquer classe de escândalos que Satanás e o mundo procurem afastar-nos do que Deus nos manda, ou retardar-nos para que não sigamos o que ele prescreve, contudo, é imprescindível prosseguir incansavelmente. Então, seja qual for o perigo, não nos é lícito apartar-nos dos mandamentos de Deus; nem, sob qualquer pretexto, é lícito tentar alguma coisa, a não ser *o* que *ele* permite.

---

265. Primeira edição: "Ora, se [não] crescem nunca de sorte que ao menos alguma iguaria leve possam suportar, certo é que nem hão sido nunca sustentados com leite."

266. Primeira edição: "Por que com eles mais acerbamente agora não contenda, duas razões [o] entravam."

14. A LIBERDADE CRISTÃ IMPLICA EM QUE A CONSCIÊNCIA CRENTE NÃO SE SUJEITE AOS PRECEITOS E IMPOSIÇÕES HUMANAS

Agora, porém, uma vez que as consciências fiéis, dotadas desta prerrogativa de liberdade, como já a descrevemos previamente, isto conseguiram pela mercê de Cristo: que não se enredilhem em qualquer laço de observâncias nessas coisas nas quais Deus quis que fossem livres, concluímos que ao poder de todos os homens *elas* foram subtraídas. Pois é degradante desviar de Cristo o reconhecimento de sua tão grande liberalidade, ou subtrair às próprias consciências seu beneficio. Nem devemos considerar coisa de pouca importância o que bem sabemos ter custado tanto a Cristo, pois que a avaliou não pelo ouro ou pela prata, mas pelo próprio sangue [1Pe 1.18,19], de sorte que Paulo não hesita em dizer que sua morte lhe seria sem efeito, se trazemos nossas almas em sujeição aos homens [1Co 7.23; Gl 2.21; 5.1]. Porque, ele não frisa outra *coisa* em alguns capítulos da Epístola aos Gálatas senão que Cristo nos é obscurecido, ou antes nos é extinto, a menos que em sua liberdade nossa consciência se mantenha firme, *liberdade* essa da qual, de fato, decaíram, se pelo arbítrio de homens podem ser enredados nos laços de leis e constituições.

Entretanto, como é matéria muitíssimo digna de se conhecer, assim reclama a necessidade de explicação mais longa e mais nítida. Pois, tão logo ocorreu uma palavra acerca da anulação de constituições humanas, tumultos ingentes são excitados, em parte pelos sediciosos, em parte pelos caluniadores, como se, a um tempo, seja removida e subvertida toda a obediência dos homens.

15. A LIBERDADE CRISTÃ EM RELAÇÃO AOS DOIS REINOS: O ESPIRITUAL E O TEMPORAL, AOS QUAIS O HOMEM É JURISDICIONADO

Portanto, para que nessa pedra não tropece alguém, consideremos primeiro que há no homem um regime duplo: um, o ***espiritual***, pelo qual a consciência é instruída à piedade e ao culto de Deus; o outro, o ***político***, pelo qual o homem é educado nos deveres de humanidade e civilidade que se têm de observar entre os homens. *Estes dois regimes* costumam ser chamados, geralmente, ***jurisdição espiritual*** e ***jurisdição temporal***, designações não impróprias, com as quais se quer significar que aquela primeira modalidade de regime concerne à vida da alma; esta *segunda,* porém, diz respeito àquelas *coisas* que são da presente vida, na verdade não apenas ao alimentar-se, ou ao vestir-se, mas também ao prescrever leis mercê das quais o homem haja de viver a vida entre os homens santa, honrada e moderadamente. Ora, aquela tem morada na mente interior; esta, porém, regula apenas os costumes externos. Permita-se-nos chamar um ***o reino espiritual***, o outro, ***o reino político***.

Mas, estes dois *reinos,* como *os* dividimos, devem ser sempre examinados se-

paradamente, um a um; e enquanto se considera um, importa desviar-se e abstrair-se a mente da cogitação do outro. Pois há no homem como que dois mundos, aos quais podem presidir não só reis distintos, mas também leis diversas. Com esta distinção acontecerá que não introduzamos indevidamente à ordem política o que o evangelho ensina a respeito da liberdade espiritual, como se, no que tange ao regime externo, os cristãos estivessem menos sujeitos às leis humanas, porque sua consciência foi libertada diante de Deus, como se, por isso, estivessem eximidos de toda servidão da carne pelo *fato de* que estão livres no tocante ao espírito.

Então, visto que mesmo nessas constituições que parecem concernir ao reino espiritual pode haver alguma impropriedade, também entre estas mesmas se impõe discernir quais se devam ter *por* legítimas, por serem consistentes com a Palavra de Deus, as quais, por outro lado, não devem ter lugar entre os piedosos. Quanto ao regime civil, se falará em outra parte. Também quanto às leis eclesiásticas deixo de falar no momento, porquanto convirá consideração mais completa no livro IV, onde se tratará do poder da Igreja. Dessa discussão, porém, que seja esta a conclusão: não haveria dificuldade alguma a respeito desta matéria, como já disse, não fora porque muitos se sentem embaraçados por não distinguirem bem entre ordem civil e consciência; entre jurisdição externa ou política e jurisdição espiritual, que tem seu foro na consciência.

Além disso, a dificuldade avulta porque Paulo preceitua que se deve obedecer ao magistrado não apenas por temor do castigo, como também em razão da consciência [Rm 13.1, 5]. Do quê se segue que também as consciências são obrigadas às leis civis. Pois se assim fosse, cairia *por terra* tudo quanto pouco antes dissemos, e agora estamos para dizer, acerca do regime espiritual. Para que se desate este nó, impõe-se, primeiramente, determinar o que seja a ***consciência*** e, com efeito, sua definição deve ser buscada na etimologia da palavra. Ora, assim como, quando pela mente e pela inteligência, os homens apreendem informações das coisas, do que procede o ***conhecer***, donde também se tira a palavra ***conhecimento***, assim, quando *eles* têm o senso do juízo divino, como se fosse uma testemunha a si jungida, que não lhes permite ocultar seus pecados sem que sejam arrastados *como* réus diante do tribunal do juiz, esse senso é chamado ***consciência***. Ora, *a consciência* é um como que ***intermediário*** entre Deus e o homem, porque não permite que em si próprio o homem suprima o que conhece, mas o persegue até o ponto em que o leve à convicção de culpa. Isto é o que Paulo entende quando ensina que a consciência, igualmente, dá testemunho aos homens, quando os pensamentos os acusam ou os absolvem no juízo de Deus [Rm 2.15, 16]. O simples conhecimento poderia residir no homem, como que incubado. Portanto, este senso que impele o homem ao juízo de Deus é como que um guarda postado junto ao homem, que observa e espreita todos seus segredos, para que nada permaneça sepultado em trevas. Do que também

provém este velho provérbio: A consciência é mil testemunhas. Pela mesma razão, também Pedro estatuiu como tranqüilidade de espírito "a perquirição de uma boa consciência para com Deus" [1Pe 3.21], quando, persuadidos da graça de Cristo, nos apresentamos diante de Deus destemidamente. E o autor da Epístola aos Hebreus, ao estatuir que "já não temos consciência de pecado" [Hb 10.2], *declara* que somos tidos por livres ou absolvidos, para que o pecado não mais nos acuse.

16. O SENTIDO REAL DE LIBERDADE DA CONSCIÊNCIA DIANTE DE DEUS E PARA COM OS HOMENS

Portanto, assim como as obras dizem respeito aos homens, também a consciência se reporta a Deus, de sorte que a boa consciência outra coisa não é senão a integridade interior do coração. Neste sentido, Paulo escreve que o cumprimento da lei é o amor nascido de uma consciência pura e de uma fé não fingida [1Tm 1.5]. Em seguida, ainda no mesmo capítulo, ele mostra o quanto *a consciência* difere do *mero* conhecimento, dizendo que alguns naufragaram da fé, visto que haviam abandonado a boa consciência [1Tm 1.19]. Pois, com estas palavras *ele* indica que *a consciência* é a viva disposição de servir a Deus e o sincero esforço de viver pia e santamente.

De fato, às vezes *a consciência* se estende também até os homens, como quando o mesmo Paulo testifica em Lucas que se havia esforçado por andar com boa consciência em relação a Deus e aos homens [At 24.16]. Mas, por isso foi dito isto: porque os frutos de uma boa consciência emanam e chegam até os homens. Mas, falando apropriadamente, *a consciência* contempla somente a Deus, como eu já disse. Daqui sucede dizer que uma lei liga a consciência, quando simplesmente obriga o homem, sem levar em conta os *demais* homens, como se somente tivesse a ver com Deus. Por exemplo, Deus não só preceitua conservar casto e puro o coração de toda sensualidade, como também proíbe toda e qualquer obscenidade de palavras e licenciosidade exterior. Minha consciência está sujeita à observância desta lei, mesmo quando nenhum homem vivesse no mundo. Daí, *aquele* que se conduz desregradamente peca não só porque dá mau exemplo aos irmãos, mas também tem a consciência jungida pela culpa diante de Deus.

Outro é o principio nas coisas por si mesmas indiferentes. Ora, se elas produzem algum tropeço, devemos abster-nos, porém de livre consciência. Assim Paulo fala a respeito da carne consagrada aos ídolos. "Se alguém", diz *ele*, "tiver escrúpulo, não coma, por motivo de consciência, consciência, digo, não a tua, mas a do outro" [1Co 10.28, 29]. Pecaria o homem fiel que, avisado previamente, não obstante comesse carne dessa espécie. Mas, por mais que a abstenção lhe seja imperativa pelo respeito do irmão, como é prescrita por Deus, entretanto não deixa de reter a liberdade da consciência. Vemos como esta lei, obrigando o ato exterior, deixa livre a consciência.

CAPÍTULO XX

DA ORAÇÃO, QUE É O PRINCIPAL EXERCÍCIO DA FÉ E MEDIANTE A QUAL RECEBEMOS DIARIAMENTE OS BENEFÍCIOS DE DEUS

1. A ORAÇÃO, COROLÁRIO ABSOLUTO E SEQÜELA NECESSÁRIA DA FÉ

Destas *coisas* que foram discutidas até este ponto percebemos não obscuramente quão carente e vazio de todas *as coisas* boas é o homem e como lhe faltam todos os recursos de salvação. Portanto, se *ele* busca meios pelos quais socorra a sua carência, lhe é necessário que saia fora de si *mesmo* e os obtenha em outra parte para si. Também já demonstramos que o Senhor voluntária e liberalmente se nos revela em Cristo, no qual nos oferece a felicidade em vez da miséria e toda classe de riquezas em vez de pobreza; em quem nos abre os tesouros celestes, para que toda nossa fé contemple o Filho amado, toda nossa expectação dependa dele, toda nossa esperança se apegue a ele e repouse nele. Esta é, deveras, uma filosofia secreta e estranha e que não se pode desvendar pelo uso de silogismos. Mas de fato a aprendem integralmente *aqueles* a quem Deus abriu os olhos para que em sua luz vejam a luz [Sl 36.9].

Aliás, depois que fomos ensinados pela fé a reconhecer que tudo quanto nos é necessário e nos falta, isso está em Deus e em nosso Senhor Jesus Cristo, em quem de fato quis o Pai que residisse toda a plenitude de sua liberalidade [Jo 1.16; Cl 1.19], para que daí, como de uma fonte inesgotável, todos bebamos, resta que nele busquemos e dele, em súplicas, peçamos o que aprendemos nele residir. De outra sorte, conhecer a Deus *como* Senhor e administrador de todas as *coisas* boas. Que nos convida que lhas peçamos, contudo não ir a ele nem pedir propriamente com base em nosso proveito pessoal, como se uma pessoa não fizesse caso e desejasse que fosse enterrado e escondido sob a terra um tesouro que lhe foi revelado.[267]

Conseqüentemente, para mostrar que da invocação divina a verdadeira fé não pode estar ociosa, o Apóstolo estabeleceu esta ordem: assim como a fé é nascida do evangelho, assim através de nosso coração se afeiçoa por ela a invocar o nome de Deus [Rm 10.14-17]. E isto mesmo é *o* que havia dito um pouco antes: o Espírito de adoção, que sela o testemunho do evangelho em nossos corações, alça nossos espíritos a que ousem expor seus desejos a Deus, suscitar gemidos inexprimíveis, clamar com confiança: "Abba, Pai" [Rm 8.15, 16, 26]. Portanto, convém agora tratar

267. Primeira edição: "Que nos convide a dEle pedi[-las], todavia, nem a Ele ir, nem pedir, tanto de proveito não seria, como isso haveria de ser exatamente como se alguém a um tesouro revelado [o] negligencie, enterrado e oculto no solo!"

mais extensivamente este último *ponto,* porquanto foi referido antes apenas de passagem e abordado como que superficialmente.

2. A FUNÇÃO E OS FRUTOS DA ORAÇÃO

Portanto, isto obtemos pelo benefício da oração: que penetremos até essas riquezas que nos foram reservadas junto ao Pai celeste. Pois *a oração* é uma determinada comunicação dos homens com Deus, mercê da qual, havendo adentrado o santuário do céu, na própria presença com ele, *eles* instam acerca de suas promessas, para que, onde a necessidade assim o requer, experimentem não haver sido vão o que creram, acenando *ele* apenas com a Palavra. Vemos, pois, que Deus não nos propõe coisa alguma a esperar dele, sem que por sua vez nos mande que as peçamos por meio da oração; tão verdadeiro é que temos dito, que com a oração encontramos e desenterramos os tesouros que se mostram e descobrem nossa fé por meio do evangelho.[268]

Mas, quão necessária, e de quantos modos, seja útil o exercício da oração não há como explicar suficientemente pelo uso de palavras. Realmente, não sem causa é que o Pai celeste atesta que a única cidadela da salvação está na invocação de seu nome, através da qual de fato evocamos a presença não só de sua providência, mediante a qual está vigilante em cuidar de nossos interesses, mas também de *seu* poder, mediante o qual nos sustenta, fracos e quase a desfalecer, e de *sua* bondade, mediante a qual nos receba à graça, a nós miseramente sobrecarregados de pecados, pela qual, enfim, conseguimos que ele todo se exiba presente em nós. Daqui nos nasce extraordinária paz e tranqüilidade de consciência, porque havendo exposto ao Senhor a necessidade que nos angustiava, descansamos plenamente nele, sabendo que conhece muito bem todas as misérias Aquele de quem estamos seguros que nos ama e que pode suprir absolutamente todas as nossas necessidades.

3. A IMPROCEDÊNCIA DA OBJEÇÃO DE QUE A ORAÇÃO É SUPÉRFLUA DIANTE DA ONISCIÊNCIA DE DEUS, IMPORTUNA DIANTE DE SUA PROVIDÊNCIA E INÚTIL DIANTE DE SUA LIBERALIDADE, DEMONSTRADA EM SEIS ARRAZOADOS

Mas alguém dirá: Porventura *Deus* não sabe, mesmo sem que o lembre, não apenas em que aspecto estamos sendo acossados, como também o que nos é conveniente, de sorte que possa parecer de certo modo supérfluo que *ele* seja incomodado por nossas orações, como se estivesse de olhos cerrados, ou mesmo a dormir, até que seja despertado por nossa voz? *Aqueles* que, porém, assim raciocinam, não atentam para que fim o Senhor instruiu os seus a orar, pois não ordenou isso propri-

268. Primeira edição: “Vemos, destarte, que nada se nos propõe dever-se esperar da parte do Senhor que também pelas preces não sejamos ordenados a pedir, tão verdadeira é que através da oração se excavam os tesouros que, indicados no Evangelho do Senhor, nossa fé visualizado [os] haja.”

amente por sua própria causa, mas, antes, pela nossa. Na verdade, por ser justo, *Deus* quer que lhe seja conferido seu direito, enquanto se lhe dá crédito de tudo quanto os homens anelam e sentem contribuir-lhes para o proveito, e fazem isto compelidos por *suas* preces.

Mas todo o proveito deste sacrifício com o qual é honrado também reverte sobre nós. Daí os santos patriarcas, quanto mais confiadamente exaltavam os benefícios de Deus em relação a eles mesmos, e em relação a outros, tanto mais ardentemente eram incitados a orar. Em confirmação disso nos é suficiente o exemplo de Elias, o qual, seguro do propósito de Deus, depois que prometeu chuva ao rei Acabe, não de forma temerária, porém com *a cabeça* entre os joelhos, ora ansiosamente, e manda o servo observar sete vezes [1Rs 18.42, 43], não porque sua fé no vaticínio se arrefeça, mas porque sabe que seu dever era depor seus desejos diante de Deus, para que sua fé não fosse sonolenta ou entorpecida.

Portanto, ainda que ele vigia por nós e monta guarda sobre nós, míopes e obtusos para com nossas misérias, e vezes até nos socorre sem ser solicitado, entretanto nos é do máximo interesse que seja por nós constantemente implorado, *primeiro*, para que nosso coração se inflame de sério e ardente desejo de sempre buscá-lo, amá-lo, servi-lo, enquanto nos acostumamos a nos refugiarmos nele em toda necessidade, como em uma âncora sagrada; *em segundo lugar*, para que nenhuma paixão e nenhum desejo sequer nos suba ao coração, com vergonha de tê-lo por testemunha, enquanto aprendemos a diante de seus olhos colocar todos nossos desejos, e até mesmo a derramar todo nosso coração; *em terceiro lugar*, para que nos preparemos a receber seus benefícios com verdadeira gratidão de alma e até mesmo com ação de graças, os quais somos por nossa deprecação advertidos de que nos provêm de sua mão [Sl 145.15, 16]; *em quarto lugar*, *para que*, havendo conseguido o que buscávamos, persuadidos de que ele respondeu nossos rogos, daqui sejamos levados a mais ardentemente meditar em sua benignidade; *em quinto lugar*, ao mesmo tempo, com mais profundo deleite abracemos *as benesses*, as quais reconhecemos que foram obtidas mercê de *nossas* orações; *em sexto lugar*, para que, segundo a medida de nossa fraqueza, sua providência nos confirme, em nossas almas, o próprio uso e experiência, enquanto entendemos que ele não apenas promete que jamais nos haverá de faltar, e de seu próprio arbítrio escancara o acesso para invocá-lo no próprio e preciso momento da necessidade, mas também tem a mão sempre estendida para ajudar os seus; nem os alenta com palavras, mas os assiste com auxílio sempre presente.

À vista destas coisas, o Pai clementíssimo, ainda que jamais durma nem esteja apático, no entanto muitas vezes dá a impressão de quem esteja a dormitar e se mostre apático, para que, assim, *a nós*, de outra sorte ociosos e indolentes, nos exercite a buscá-lo, a rogar-lhe, a suplicar-lhe, para nosso grande bem. Portanto,

procedem com muita insensatez aqueles que, para que da oração revoguem os ânimos dos homens, vociferam dizendo que vã é a providência de Deus com nossas intercessões importunada, a velar no cuidado de todas as coisas, quando não em vão em contrário o Senhor atesta que "ele está próximo a todos que lhe invocam o nome em verdade" [Sl 145.18]. Nada é menos *improcedente* o que alguns parolam: que é supérfluo o pedido dessas *coisas* que o Senhor tenha preparado a prodigalizar espontaneamente, quando essas mesmas *coisas* que nos fluem de sua espontânea liberalidade *ele* queira que sejam reconhecidas *como* concedidas às nossas orações. Isso o atesta essa memorável declaração do Salmo, à qual correspondem muitos semelhantes: "Os olhos do Senhor *estão voltados* sobre os justos e seus ouvidos, para com suas orações" [Sl 34.15; 1Pe 3.12], *declaração* que de tal modo recomenda a providência de Deus, de seu próprio arbítrio afeita ao cuidado da salvação dos piedosos, que, no entanto, não omite o exercício da fé, mercê do qual a indolência apaga os ânimos dos homens. Velam, pois, os olhos de Deus para que venha em auxílio à necessidade dos cegos, mas, por sua vez, ele quer ouvir nossos gemidos, para que melhor prove seu amor para conosco. E assim verdadeira é uma e outra *dessas duas coisas*: que o guarda de Israel "não dorme, nem dormita" [Sl 121.4], e não obstante que se faz displicente, como se esquecido de nós, quando nos vê apáticos e mudos.

4. Primeira regra da oração: reverente disposição de alma e coração para com Deus

Seja esta, pois, a primeira lei de correta e apropriadamente a regular a oração: que estejamos preparados com tal disposição de mente e coração, como convém àqueles que entram em conversação com Deus. Com efeito, isso conseguiremos quanto à mente, se desembaraçada de cuidados e cogitações carnais, pelos quais *ela* possa ser afastada ou detraída da reta e pura contemplação de Deus, não apenas se devote toda à oração, mas também, até onde puder agir assim, seja elevada e projetada acima de si própria. De fato, tampouco exijo que a mente seja de tal sorte desvencilhada que não seja espicaçada e mordida por nenhuma inquietude, quando, ao contrário, com muita ansiedade convenha que em nós se acenda o fervor de orar, assim como vemos os santos servos de Deus testificarem de ingentes tormentos, não apenas inquietudes, quando dizem que elevaram sua lastimosa voz ao Senhor, do abismo profundo [Sl 130.1] e de entre as fauces da morte. Reitero, porém, que têm de ser afastados todos os cuidados alheios e estranhos pelos quais a mente vacilante é levada em volta, para cá e para lá e, afastada do céu, é arremetida para a terra. Mas entendo que *lhe* importa elevar-se acima de si própria, para que não traga à presença de Deus algo dessas *coisas* que nossa cega e tacanha razão costuma imaginar, nem se atenha constrita dentro da medida de sua vaidade; senão que há de elevar-se digna de Deus tal como ele a quer.

5. A oração é um colóquio com Deus no qual nos absorvemos com toda concentração e sobriedade, reverência e comedimento, empenho e seriedade

Sobremodo dignas de ser observadas *são* uma e outra *destas duas coisas*. Primeiro, que todo aquele que se predispõe a orar, a isso aplique seus sentidos e esforços, sem se deixar, como costuma acontecer, distrair por pensamentos divagantes, porquanto nada é mais contrário à reverência de Deus que essa leviandade, testemunha de uma liberdade demasiado frívola e desligada de todo temor. Nesta matéria, tanto mais temos de aplicar todas as nossas forças, quanto mais difícil percebemos por experiência,[269] pois ninguém se concentra tanto em oração que não sinta que se insinuem sorrateiramente muitos pensamentos divergentes que, ou interrompem o curso da oração, ou o retardam por algum rodeio ou digressão. Aqui vem a lume, porém, quão indigno seja, quando Deus nos admite a uma conversa íntima com ele, abusar de sua tão grande bondade e gentileza, misturando *coisas* sagradas com profanas; enquanto a mente não nos mantém ligados a ele com a devida reverência; mas, exatamente como se estivéssemos tratando com um homem qualquer, interrompemos a conversação quando oramos, distraindo-nos com tudo o que se nos ocorre.

Saibamos, pois, que ninguém se cinge correta e adequadamente para orar senão *aqueles* aos quais a majestade de Deus oportunamente dispõe, de sorte que, desvencilhados de cuidados e preocupações terrenas, a ela se acheguem. E isto significa a cerimônia de elevação de mãos: que os homens se lembrem de que estão muitíssimo distantes de Deus, a menos que elevem para o alto seus pensamentos. Assim também se diz no Salmo: "A ti elevo minha alma" [Sl 25.1]. E a Escritura usa freqüentemente esta forma de falar: ***alçar*** a ***oração*** [Is 37.4], para que não se chafurdem em suas escórias *os* que desejam ser ouvidos por Deus [Jr 48.11; Sf 1.12]. Em suma, quanto mais generosamente Deus age conosco, convidando-nos afavelmente a que descarreguemos em seu seio nossos cuidados, *tanto* menos escusáveis somos nós, se acima de todas as demais coisas já não pesa em nós tão preclaro e incomparável beneficio seu *não* nos impelir a si, de sorte que, a orar seriamente, apliquemos nossos esforços e sentidos, *o* que não pode acontecer, a não ser que, valentemente a lutar com os estorvos, ponha a mente acima de todos eles.

Formulamos outra *proposição*: nada peçamos senão aquilo que nos permite Deus. Pois, ainda que nos mande que derramemos nossos corações *diante dele* [Sl 62.8], entretanto, não está com isso afrouxando as rédeas, displicentemente, às disposições estultas e depravadas; e, enquanto promete que haverá de fazer segundo a vontade dos piedosos, *sua* indulgência não procede até *o ponto* de que se lhes submeta ao arbítrio. Com efeito, em um e outro *desses dois aspectos*, a cada passo gravemente se peca, uma vez que não só temerariamente, sem pejo, sem reverência,

269. Primeira edição: "... tanto mais afincadamente se há de laborar quanto mais difícil [o] experimentamos..."

muitos ousam importunar a Deus acerca de seus desvarios, e diante de seu trono impudentemente apresentar tudo quanto em sonho lhes pareça aprazível, como também os domina ou estultícia ou insensatez tão profunda que ousam impor a Deus os mais ignóbeis desejos, dos quais os homens deveriam se envergonhar profundamente de estar cônscios. Esta audácia certos homens profanos escarneceram, e até a abominaram. Entretanto, o vício mesmo tem sempre reinado, e daqui aconteceu que os ambiciosos adotassem para si, por patrono, a Júpiter; os avarentos, a Mercúrio; os ávidos de saber, a Apolo e Minerva; os belicosos, a Marte; os libidinosos, a Vênus. Assim também hoje, como há pouco frisei, em *suas* preces os homens indulgem, em liberdade maior, a seus desejos ilícitos do que se pares com pares estivessem jocosamente a conversar. Deus, porém, não permite que sua complacência seja assim tida em mofa; ao contrário, vindicando a si seu direito, sujeita a seu domínio nossos desejos e *os* contém com um freio. Por isso, impõe-se suster este *postulado* de João: "Esta é nossa confiança, que se pedirmos algo segundo sua vontade, *ele* nos ouve" [1Jo 5.14].

Por outro lado, visto que tão grande perfeição se acha muito acima de nossas capacidades, torna-se necessário buscar remédio que socorra *a essa deficiência*. Da mesma forma que importa direcionar para Deus a acuidade da mente, também se faz necessário que o afeto do coração siga o mesmo *rumo*. Ambos, porém, ficam muito abaixo; mais verdadeiramente, esgotam-se de fadiga e perdem as forças, ou são levados à direção contrária. Por isso, para que Deus socorra a esta fraqueza, em nossas orações ele nos dá o Espírito *por* preceptor, para que dite o que é reto e nos modere os sentimentos. Ora, "porque não sabemos orar como convém, por isso ele nos auxilia e intercede por nós com gemidos inexprimíveis" [Rm 8.26]; não que ele realmente ore ou gema, mas porque suscita em nós confiança, desejos, suspiros, cuja obtenção de modo nenhum seriam suficientes as forças de *nossa* natureza. Não é sem motivo que Paulo chama ***gemidos inexprimíveis*** que os fiéis emitem sob a direção do Espírito, visto que não ignoram os que são verdadeiramente exercitados em orações, que a tal ponto se vêem perplexos por cegas ansiedades que mal conseguem proferir o que é apropriado. Na verdade, quando tentam *sequer* balbuciar, hesitam embaraçados. Do quê se segue que orar corretamente é um dom singular.

Essas *coisas* não são ditas porque nós mesmos, favorecendo a indolência própria, releguemos ao Espírito de Deus a responsabilidade orar e nos entorpeçamos nesse descaso ao qual somos mais do que suficientemente inclinados, quando se ouvem as vozes ímpias de certos *indivíduos* de que se deve aguardar indolentemente até que ele sobrepuje nossa mente ocupada em outra parte; mas, antes, que, entediados de nossa inércia e obtusidade, busquemos do Espírito tal ajuda. Tampouco, Paulo, quando ordena *orar no Espírito* [1Co 14.15], por isso deixa de exortar à vigilância, significando que de tal modo vigora o impulso do Espírito em plasmar as orações, que de modo algum nos impede nem retarda o esforço, porquanto nesta parte Deus quer pôr à prova quão eficazmente a fé nos acione o coração.

6. Segunda regra da oração correta: sincero senso de insuficiência pessoal; cônscia apresentação de nossa real necessidade e segura confiança de sermos atendidos

Também outra lei é que, ao rogarmos, sintamos sempre verdadeiramente nossa *própria* penúria, e pensando seriamente *quão* necessitados estamos nós de todas *as coisas* que pedimos, com a própria oração associemos desejo sério e ardente de obtê-las. Ora, muitos recitam *suas* orações superficialmente, de uma fórmula *estereotipada*, como se estivessem a cumprir com uma obrigação para com Deus. E, ainda que admitam ser este o remédio necessário a seus males, uma vez que seja fatal carecer da ajuda de Deus que estão a implorar, no entanto é evidente que eles se desincumbem deste dever por *mero* costume, porquanto, entrementes, seu coração está frio, nem pesam o que estejam a pedir. Com efeito, um senso geral e confuso de sua necessidade aí os leva, porém não os incita, como que em fato real, a que busquem alívio de sua indigência. No entanto, o que há de mais odioso, ou até de mais execrando do que reputarmos a Deus esta ficção: quando alguém suplica o perdão dos pecados, ao mesmo tempo ou pensando não ser pecador, ou, pelo menos, não pensando ser pecador, evidentemente, *ficção essa* pela qual o próprio Deus é tido claramente em zombaria? Contudo, como disse há pouco, o gênero humano está saturado de depravação desta natureza, de sorte que, no simples afã de desempenhar *essa tarefa*, de Deus freqüentemente solicitam muitíssimas *coisas* que julgam como certo que, à parte de sua munificência *direta*, ou lhes advém de outra parte, ou já estejam de posse dela.

De outros o delito parece mais leve, mas nem mesmo esse é tolerável: quando murmuram preces sem meditação os que se viram imbuídos apenas deste principio, que devem propiciar a Deus com votos. Mas os piedosos hão de especialmente guardar-se para que nunca compareçam à presença de Deus a suplicar o que quer que seja, a não ser o que não só ardentemente anelam com sério afeto de coração, como também, ao mesmo tempo, dele almejam obter. Mais ainda, ainda que naquelas *coisas* que pedimos apenas para a glória de Deus não parecemos, à primeira vista, consultar nossa necessidade, no entanto convém que sejam elas rogadas com não menor fervor e veemência de desejo, como quando instamos a que seu nome seja santificado [Mt 6.9; Lc 11.2], se deve ter ardentemente, por assim dizer, fome e sede dessa santificação.

7. A constância na oração, que é indispensável a todo tempo e em todas as circunstâncias, ainda que em grau diferente, é sempre respaldada em sinceridade e arrependimento contrito

Se alguém objete que não somos instados a orar sempre com igual necessidade,

isso admito, sem dúvida. E esta distinção nos é ensinada por Tiago com muito proveito: “Há entre vós alguém contristado? Ore. Aquele que está alegre, cante” [Tg 5.13]. Portanto, o próprio senso comum dita que, uma vez que somos demasiado indolentes, conforme a ocasião o exige, somos mais agudamente pungidos por Deus a orar ansiosamente. E Davi chama a este “o tempo oportuno” [Sl 32.6], porque, como ensina em muitos outros lugares, quanto mais duramente nos premem as inquietações, os incômodos, os temores e outras espécies de provações, como se Deus nos estivesse chamando a si, mais livre se lhe patenteia o acesso. Ao mesmo tempo, não menos verdadeira é esse apelo de Paulo, de que se deve orar a todo tempo [Ef 6.18; 1Ts 5.17], porquanto, por mais que do ditame de nosso entendimento as coisas fluam prosperamente, e de toda parte nos circunde motivo de alegria, entretanto, não há instante algum de tempo em que nossa indigência não nos não exorte a orar. Tem alguém vinho e trigo em abundância. Uma vez que não pode usufruir de um bocado de pão, a não ser pela constante graça de Deus, adegas ou celeiros não impedirão que suplique *seu* pão de cada dia. Ora, se refletirmos quantos perigos ameacem a cada momento, o próprio medo ensinará que não há tempo algum em que não tenhamos extrema necessidade de orar.

Isto, contudo, é possível reconhecer melhor nas *questões* espirituais. Pois quando tantos pecados de que estamos cônscios nos permitirão quedar-nos seguros, que não hajamos de pedir perdão, suplicemente, não apenas da culpa, mas também da pena? Quando as tentações nos concedem tréguas, como não nos apressaríamos ao socorro? Além disso, o zelo do reino de Deus e de *sua* glória assim nos deve arrebatar a si, não intermitentemente, mas, antes, constantemente, que sempre nos permaneça a mesma oportunidade *de oração*. Portanto, não em vão tantas vezes se nos preceitua a constância de orar. Não estou ainda falando da perseverança *na oração*, da qual se fará menção mais adiante; a Escritura, porém, exortando a orar constantemente [1Ts 5.17], condena nossa indolência, porque não sentimos quão necessária nos é esta diligência e assiduidade.

Por esta regra é barrada da oração, aliás, é para longe afastada a hipocrisia e a argúcia de mentir a Deus. Deus promete que “estará perto de todos os que o invocarem em verdade” [Sl 145.18], e declara que o haverão de achar os que o buscarem de todo o coração [Jr 29.13]. Por isso, os que se deleitam em sua sordidez de modo algum a isso aspiram. Portanto, a oração legítima requer arrependimento. Donde esse lugar comum nas Escrituras: que Deus não ouve a celerados [Jo 9.31], e as preces deles *lhe* são execráveis, assim como também os sacrifícios [Pv 15.8; 21.27; 28.9; Is 1.15], porquanto é justo que os que fecharem o coração também fecham os ouvidos de Deus, nem os que, por sua própria dureza, lhe provocam o rigor sentem que Deus é flexível. Em Isaías, *Deus* ameaça nestes termos: “Ainda que multipliqueis vossas súplicas, não darei ouvidos, pois que vossas mãos estão cheias de san-

gue" [Is 1.15]. Igualmente, em Jeremias: "Clamei, e se recusaram a ouvir; clamarão eles, por sua vez, e não darei ouvidos" [Jr 11.7, 8, 11], pois que considera como sumo ultraje que os réprobos desdenham de seu pacto, que profanem seu sacro nome por toda a vida. Do quê em Isaías se queixa que, embora os judeus se aproximem dele com os lábios, seu coração está mui distanciado dele" [Is 29.13].

Por certo que ele não restringe isto somente às preces; antes, assevera que abomina a dissimulação em todas e quaisquer partes de seu culto. A isto se aplica essa *declaração* de Tiago: "Vós pedis, e não recebeis, porque pedis mal, para que o gasteis em vossos deleites" [Tg 4.13]. É verdadeiro de fato de que, como de novo o veremos pouco adiante, as preces que derramam não se arrimam com a dignidade dos piedosos. Contudo, a ponderação de João não é supérflua: "Se pedirmos algo, dele o receberemos, porque guardamos seus preceitos" [1Jo 3.22]; enquanto uma consciência má nos fecha a porta. Do quê se segue que nem oram retamente, nem são ouvidos, senão os sinceros adoradores de Deus. Portanto, quem quer que se disponha a orar, que se arrependa de seus pecados e se revista da pessoa e afeto de um pobre que vai de porta em porta; o que ninguém poderá fazer sem quebrantamento.

8. Terceira regra da oração correta: total renúncia da autoconfiança, humilde reconhecimento do demérito pessoal e sincero desejo de perdão

A estas duas regras há que acrescentar-se uma terceira: que quem se apresenta diante de Deus com o intuito de orar, renuncie todo pensamento de glória pessoal, se desnude de toda noção de dignidade pessoal, enfim, abra mão de toda confiança em si *próprio*, em sua humildade dê glória absolutamente a Deus; para que, se algo, por mínimo que seja, reivindiquemos para nós, com nossa vanglória fracassamos diante de sua face. Encontramos freqüentes exemplos desta submissão nos servos de Deus, a qual lança por terra toda arrogância, dos quais, quanto mais santo é cada um deles, tanto mais profundamente se humilha quando comparece à presença do Senhor.

Assim Daniel, a quem o próprio Senhor recomendou com tão grande encômio: "porque", diz *ele*, "não lançamos nossas súplicas perante tua face fiados em nossas justiças, mas em tuas muitas misericórdias. Ó Senhor, ouve; ó Senhor, perdoa; ó Senhor, atende-nos e age sem tardar; por amor de ti mesmo, ó Deus meu; porque tua cidade e teu povo são chamados por teu nome" [Dn 9.18, 19]. Nem tampouco se deve dizer que, segundo o costume popular, ele se põe entre os demais contando-se como um deles; mas, antes, em sua própria pessoa se declara pecador e se refugia na misericórdia de Deus, como ele mesmo fracamente testifica dizendo: "Quando confessei meus pecados e *os* de meu povo" [Dn 9.20]. Davi também prescreve esta humildade com seu exemplo pessoal: "Não entres em juízo com teu servo, porque a tua vista nenhum vivente será justificado" [Sl 143.2].

Em tal forma ora Isaías: “Eis que tu te iraste, porque temos pecado; fundado em teus caminhos está o mundo, por isso seremos preservados. E todos ficamos saturados de imundície, e todas as nossas justiças são como um pano sujo, e todos nós murchamos como uma folha, e nossas iniqüidades nos espalham como o vento. E não há quem invoque teu nome, quem se anime a chegar-se a ti. Pois que escondeste de nós tua face e nos fizeste derreter na mão de nossa iniqüidade. Agora, pois, Senhor, tu és nosso Pai; nós somos o barro, tu és nosso modelador, e nós somos a obra de tua mão. Não te ires, Senhor, nem te lembres da iniqüidade para sempre. Agora, pois, volve teus olhos; todos nós somos teu povo” [Is 64.5-9]. Ele aqui, como eles, não se apóia em nenhuma outra confiança além desta: que, julgando-se do número dos servos de Deus, não desesperam de que haverão de estar sob seu cuidado.

Jeremias não age de outra forma: “Posto que nossas iniqüidades testificam contra nós, age, Senhor, por amor de teu nome” [Jr 14.7]. Portanto, o que está escrito por autor incerto que se atribui ao profeta Baruque, mui verazmente e ao mesmo tempo mui santamente foi escrito, afinal por quem quer que seja: “A alma triste e desolada sobre a magnitude de *seu* mal, curvada e debilitada, a alma faminta e os olhos deficientes, dão-te glória, Senhor. Derramamos nossas orações em tua presença e diante de tua face, não segundo as justiças dos pais, pedimos misericórdia, ó Senhor nosso Deus, mas, porque tu és misericordioso; tem misericórdia de nós, porque temos pecado diante de ti” [Baruque 2.18, 19; 3.2].

9. Humildade e confissão sincera das faltas e pecados, bem como súplica fervorosa por perdão, são a própria essência da oração eficaz

Em suma, o começo, e mesmo a preparação, do *modo* correto *de* orar é o pedido de perdão *associado* à humilde e sincera confissão de culpa. Pois, não se pode esperar que alguém obtenha alguma coisa de Deus, por mais santo que seja, até que tenha sido graciosamente reconciliado com ele, nem pode suceder que Deus seja propício a outros, senão *àqueles* a quem perdoa. Do quê não surpreende se com esta chave os fiéis abrem para si a porta à oracão, o que aprendemos de muitos lugares nos Salmos. Porque Davi, pedindo outra coisa distinta, diz: “Que não te lembres dos pecados de minha juventude e de minhas transgressões; por amor de tua bondade, lembra-te de mim segundo tua misericórdia, ó Senhor” [Sl 25.7]. Igualmente: “Olha para minha aflição e para meu sofrimento e perdoa todos meus pecados” [Sl 25.18]. Do quê também vemos não ser bastante, se a cada dia formos chamados a prestar contas pelos pecados recentes, senão que nos venham à memória *aqueles pecados* aos quais podia parecer já há muito induzida ao esquecimento. Ora, também o mesmo profeta, havendo em outro lugar [Sl 51] confessado uma ofensa grave, nesta ocasião volta ao ventre materno, no qual já havia contraído a mácula, não que atenue a culpa

da corrupção da *própria* natureza, mas para que, acumulando os pecados de toda a vida, quanto mais severo é em condenar-se, *tanto* mais clemente ache a Deus.

Mas, ainda que nem sempre os santos peçam perdão dos pecados em termos expressos, contudo, se diligentemente ponderamos as preces que a Escritura lhes atribui, prontamente se dará conta que estou dizendo: à vida da mera misericórdia de Deus *eles* cobraram ânimo para orar, e por isso sempre começaram aplacando-o; porque, se cada um interroga a própria consciência, tão longe passa a atrever-se a depor francamente diante de Deus seus cuidados, que, a menos que esteja confiado em *sua* misericórdia e perdão, sentirá horror de dar um passo adiante.

Com efeito, há ainda outra confissão especial quando pedem que sua pena seja amenizada; que, ao mesmo tempo, oram para que seus pecados sejam perdoados, pois que seria absurdo querer que o efeito seja cancelado, se a causa permanece. Ora, impõe-se guardar-nos de que imitemos doentes insensatos, os quais, preocupados quanto a cuidar-se apenas dos sintomas, negligenciam a própria raiz do mal, quando, ao contrário, se deve dar atenção antes a que Deus nos seja propício, comprovando seu favor por meio de sinais externos, porquanto ele não só quer manter esta ordem, como também pouco nos aproveitaria tê-lo benévolo, salvo se a consciência, sentindo-o aplacado, o tivéssemos “inteiramente amável” [Ct 5.16]. Somos também ensinados por isto, mediante a resposta de Cristo, pois, como decidisse curar o paralítico, *lhe* diz: “Teus pecados estão perdoados” [Mt 9.2], evidentemente, elevando o ânimo àquilo que primordialmente se deve almejar: *primeiro*, que Deus nos acolha à graça; em seguida, ao trazer-nos ajuda, *ele* exiba o fruto da reconciliação.

Mas, além dessa confissão especial de presente culpabilidade, mediante a qual os fiéis suplicam no interesse de impetrar perdão de cada culpa e pena, jamais se deve omitir essa introdução geral *de que se reconheçam pecadores*, que concilia favor às preces, porquanto, a não ser que sejam fundadas na misericórdia graciosa, jamais serão ouvidas por Deus. Ao quê se pode aplicar esta afirmação de João: “Se confessarmos nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar e nos purificar de toda iniqüidade” [1Jo 1.9]. Do quê sob a lei se fez necessário que as preces sejam consagradas com a expiação de sangue para que fossem aceitáveis, e assim o povo fosse advertido de que era indigno de tão grande prerrogativa de honra, até que, purificado de suas ofensas, da mera misericórdia de Deus derivasse a confiança de orar.

10. Afirmações de aparente retidão inerente ou mérito pessoal expressas por santos de Deus, simplesmente retratam a confiança de que o agradam por sua graça

É verdade que algumas vezes parece que os santos alegam sua própria justiça como auxílio a fim de alcançar mais facilmente de Deus o que pedem; como quando

Davi diz:[270] "Guarda minha alma, porque sou bom" [Sl 86.2]; igualmente, Ezequias: "Rogo-te que te lembres, ó Senhor, de que tenho andado diante de ti em verdade, e tenho feito o bem a teus olhos" [2Rs 20.3; Is 38.3]; com tais fórmulas de expressão, nada mais significam senão que da própria regeneração se comprova que são servos e filhos de Deus, aos quais *ele* próprio promete haver de ser propício. Ele ensina através de seu Profeta, como já notamos, que "seus olhos estão sobre os justos; seus ouvidos estão *voltados* para suas preces" [Sl 34.15]. Novamente, através do Apóstolo: "que tudo quanto pedirmos receberemos, se guardarmos seus mandamentos" [1Jo 3.22]. Com estas afirmações ele não está anexando à oração o valor do mérito das obras; ao contrário, ele quer assim firmar a confiança daqueles que estão devidamente cônscios de integridade e inocência não fingidas, que devem estar presentes em todos os fiéis.

Ora, de fato, da própria verdade de Deus foi tomado o que em João diz o cego cuja visão fora restaurada, que "os pecadores não são ouvidos por Deus" [Jo 9.31], se entendermos por *pecadores* apenas segundo os termos próprios da Escritura: todos *aqueles* que dormitam e descansam em seus pecados sem anseio de justiça, uma vez que nenhum coração jamais prorromperá em sincera invocação de Deus que, ao mesmo tempo, não aspire à piedade. Portanto, as súplicas dos santos respondem a tais promessas, nas quais fazem menção de sua pureza ou inocência, para que sintam manifestar-se-lhes o que deve ser esperado de todos os servos de Deus. Além disso, são então achados fazendo uso ordinariamente deste gênero de prece, quando diante do Senhor se comparam com seus inimigos, de cuja iniqüidade desejavam ser protegidos por sua mão. Com efeito, nesta comparação não é de admirar se trouxeram a lume sua *própria* justiça e candura de coração, a fim de mover a Deus a que à vista da eqüidade e justiça de sua causa, os socorresse.[271]

Não arrebatemos, pois, do coração piedoso o que é bom: que usufrua, diante do Senhor, da consciência de sua pureza, a fim de firmar-se nas promessas com as quais o Senhor consola e sustém a seus verdadeiros cultores; ao contrário, queremos que, descartada a cogitação do mérito pessoal, a confiança de obter o que se suplica nas preces se apóie na mera clemência de Deus.

11. Quarta regra da oração correta: fé sólida e esperança confiante de que o Senhor, misericordioso, não deixará de atender com magnanimidade e benevolência

Por fim, a quarta *regra* é que, assim prostrados e subjugados em verdadeira humildade, não obstante sejamos animados a orar, com segura esperança de alcan-

270. Primeira edição: "Que, porém, a fim de suplicar o favor de Deus, parecem os santos por vezes citar o mérito da justiça própria, como quando Davi diz."

271. Primeira edição: "... para que da eqüidade da causa mesma ao Senhor mais movessem a prestar-lhes ajuda."

çar resposta. Parecem coisas bem contrárias à primeira vista unir com o sentimento da justa cólera de Deus, a confiança em seu favor; e no entanto, ambas as coisas estão muito de acordo entre si, se oprimidos por nossos vícios, somos levantados pela mera bondade de Deus.[272] Ora, como ensinamos previamente, que arrependimento e fé, *elementos* dos quais, entretanto, um nos aterra, o outro *nos* arrebata de alegria, são parceiros ligados entre si de um vínculo inseparável, assim nas preces importa que se fundam em reciprocidade. E Davi esprime este acordo, em poucas palavras: "Eu", diz *ele*, "entrarei em tua casa na multidão de tua bondade; com temor adorarei no templo de tua santidade" [Sl 5.7]. Sob a bondade de Deus *ele* compreende a fé, não excluindo, enquanto isso, o temor, visto que não só sua majestade nos compele à reverência, como também, esquecidos de toda soberba e segurança própria, sob o medo nos contém *o senso de nossa* própria indignidade. Na verdade, não entendo confiança como sendo a que afague a mente com suave e perfeita quietude, liberada de todo senso de ansiedade, pois aquietar-se assim tão placidamente pertence àqueles que, usufruindo de todas as coisas conforme o desejo, não deixam tanger por nenhuma preocupação, não são abrasados por nenhum desejo, nenhum temor os atormenta.

Aos santos, porém, o melhor estímulo para a invocação de Deus é que, enquanto são acossados por sua necessidade, são acometidos por sua inquietação e pouco falta a que desfalecidos se quedem em si mesmos, até que, oportunamente, a fé os socorra; pois que entre angústias tais, de tal modo se manifesta a bondade de Deus, que de fato gemem, cansados pelo peso dos males presentes, até se esforçam e se sentem opressos pelo temor de *males* maiores; contudo, nela confiados, não só superam a dificuldade de tê-las de suportar, e são confortados, mas ainda nutrem esperança de escape e livramento. Portanto, convém que a oração do homem piedoso emerja de uma outra *dessas duas* disposições; além disso, a uma e outra contenha e represente. Isto é, que gema com os males presentes e que ansiosamente se arreceie de que seja acometido por novos *vindouros*; contudo, ao mesmo tempo, em Deus se refugie, de modo nenhum duvidando de que ele esteja pronto a estender *sua* mão ajudadora. Pois, é espantoso como Deus se irrita com nossa falta de confiança, se dele rogamos beneficência pela qual não nutrimos esperança. Conseqüentemente, nada mais próprio à natureza das orações que prescrever-se e estatuir-se-lhes esta lei: que não se precipitem às cegas, mas que sigam a fé a precedê-las *como um guia*.

Cristo chama a todos nós a este princípio, com esta exclamação: "Por isso vos digo que todas as coisas que pedirdes, orando, crede receber, e as tereis" [Mc 11.24]. O mesmo confirma também em outro lugar: "Tudo quanto tiverdes pedido em oração, crendo" etc. [Mt 21.22]. Com isso concorda Tiago: "Se alguém tem falta de

272. Primeira edição: "Cousas, na verdade, contrárias em aparência, conjungir a segura confiança de favor com o senso da justa vingança de Deus, as quais, no entanto, ente si se harmonizam muito bem, se aos oprimidos de [seus] próprios males [os] levante a só bondade de Deus."

sabedoria, peça-a àquele que a todos dá liberalmente, nem recrimina; peça, porém, com fé, nada duvidando" [Tg 1.5, 6]. Onde, a fé opondo à dúvida, com muita propriedade expressa o poder desta. Não é menos notável o que também acrescenta: que nenhum proveito teriam os que invocam a Deus perplexos e medrosos, nem em seus ânimos consideram que serão ou não ouvidos [Tg 1.7], os quais até compara às ondas que são variadamente revolvidas pelo vento e levadas em torvelinhos [Tg 1.6]. Do quê designa *ele* em outro lugar [Tg 5.15], ser a *oração da fé* uma legítima *oração*. Então, quando tantas vezes Deus declara que a cada um haverá de dar segundo sua fé [Mt 8.13; 9.29; Mc 11.24], evidencia que nada podemos conseguir à parte da fé.

Em suma, é a fé que alcança tudo quanto se concede no ato de orar. Isto significa essa famosa sentença de Paulo, para a qual pouco atentam os homens sem discernimento: "Como alguém invocará *àquele* em quem não crêem? Quem, porém, crerá, a não ser que ouça?" [Rm 10.14]. "A fé, porém, procede do ouvir; o ouvir procede da Palavra de Deus" [Rm 10.17]. Porque, deduzindo, passo por passo, o princípio da oração da fé, demonstra com toda clareza que não é possível que alguém invoque sinceramente a Deus, a não ser aquele a quem, pela pregação do evangelho, se faz conhecer sua clemência e bondade; aliás, tenha sido exposta de forma bem íntima.[273]

12. Impõe-se reiterar a certeza da fé em que Deus nos responderá às preces, em contraposição à renitência daqueles que o negam

Desta necessidade bem pouco cogitam nossos adversários. Daí quando instamos com os fiéis a que, com segura confiança de espírito, estejam convictos de que Deus lhes é propício e benévolo, pensam que estamos afirmando a mais absurda de todas as coisas. Com efeito, se tivessem alguma experiência da verdadeira oração, realmente compreenderiam que não se pode invocar corretamente a Deus sem esse sólido senso da benevolência divina. Quando, porém, ninguém pode perceber bem o poder da fé, a não ser *aquele* que a sente por experiência em seu *próprio* coração, que proveito terias disputando com homens dessa estirpe, que mostram francamente que nada jamais tiveram, senão imaginação fútil? Ora, quão importante e necessária é esta certeza da qual tratamos, se pode compreender principalmente pela invocação de Deus. O que não entender isto demonstra que tem uma consciência sobremodo obscura. Portanto, deixando de parte esse gênero de cegos, apeguemo-nos firmes a essa declaração de Paulo: que Deus não pode ser invocado por nenhum outro, senão por *aqueles* que conhecem sua misericórdia no evangelho [Rm 10.14] e já foram persuadidos, com toda convicção, de que ela lhes foi concedida.

Ora, que espécie de oração será esta: "Ó Senhor, na verdade estou em dúvida se

273. Primeira edição: "Ora, da fé, passo a passo, deduzindo o começo do orar, contende abertamente que Deus não pode ser sinceramente invocado por outros que não [aqueles] a quem, pela pregação do Evangelho, se Lhe haja feito conhecida a clemência e bondade, na verdade, haja sido exposta de forma bem íntima."

porventura me queiras ouvir; contudo, porque estou dominado por essa ansiedade, me refugio junto de ti, para que, caso eu seja digno, *me* socorras"? Todos os santos angustiados dos quais lemos as orações nas Escrituras não são assim. Nem assim nos instruiu o Espírito Santo através do Apóstolo que nos manda que "nos aproximemos do trono celestial com confiança, para alcançarmos graça" [Hb 4.16]; e quando, em outro lugar, ensina que "temos ousadia e acesso em confiança, pela fé em Cristo" [Ef 3.12]. Portanto, se queremos orar com proveito, é indispensável que agarremos com ambas as mãos esta certeza de que obtemos o que pedimos, a qual não só *nos* manda o Senhor de sua voz, mas também, por seu exemplo, todos os santos nos ensinam. Pois, afinal, a oração aceitável a Deus é aquela que, por assim dizer, nasce dessa fé pressuposta e esta tem por base a tranqüila convicção da esperança. Podia *ele* contentar-se com a simples menção da fé. Entretanto, não só lançou mão da confiança, mas também a proveu da liberdade ou ousadia, a fim de que, com esta marca, nos distinguisse dos incrédulos, os quais de fato oram conosco a Deus, indiscriminadamente, mas de forma fortuita.

Razão por que toda a Igreja ora no Salmo: "Seja sobre nós a tua misericórdia, assim como esperamos em ti" [Sl 33.22]. A mesma condição, também em outro lugar, é introduzida pelo Profeta: "Quando eu a ti clamar, então meus inimigos voltarão para trás: isto sei, porque Deus é por mim" [Sl 56.9]. Igualmente: "Pela manhã ouvirás minha voz, ó Senhor; pela manhã apresentarei a ti minha oração, e vigiarei" [Sl 5.3]. Destas palavras concluímos que as orações são inutilmente lançadas ao ar, a menos que a esperança as acompanhe; e assim, como se estivéssemos em um posto de vigia, aguardamos a Deus *com espírito* sereno. Está de acordo com isto a seqüência da exortação paulina, pois antes de insistir com os fiéis a que orem a todo tempo no Espírito, com vigilância e constância, lhes ordena, antes de tudo, a que tomem o escudo da fé, o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a Palavra de Deus [Ef 6.16-18].

Aqui, pois, os leitores rememorem o que *eu* disse previamente, a saber: a fé de modo algum é maculada, quando está associada com o reconhecimento da miséria, da pobreza, de nossa sordidez. Ora, por mais que os fiéis se sintam oprimidos por pesada massa de delitos, ou *nela* labutarem, não só vazios de todas as coisas que podem granjear favor junto a Deus, mas até sobrecarregados de muitas culpas que, com razão, o tornam temível, contudo, não cessam de apresentar-se *diante dele*; tampouco este sentimento os aterra a que recorram a ele, quando outro não lhe é o acesso. Pois a oração não foi ordenada para que nos exaltemos arrogantemente diante de Deus, ou estimemos demasiadamente algo que seja nosso; ao contrário, para que, havendo confessado nossa culpa, deploremos junto a Deus nossas misérias, como os filhos apresentam, com toda espontaneidade, suas lamúrias diante dos pais; senão que, antes, o acervo imenso de nossas maldades deve estar repleto de acicates ou aguilhadas que nos incitem a orar, como tambem, com seu exemplo, o Profeta

nos ensina: "Sara minha alma, pois que tenho pecado contra ti" [Sl 41.4]. Certamente reconheço que haveria nestes aguilhões pontadas mortíferas, caso Deus não *nos* socorresse. Mas, mercê de sua incomparável indulgência, o Pai boníssimo proveu oportuno remédio, pelo qual, acalmando toda perturbação, aliviando os cuidados, dissipando os temores, a si afavelmente nos atrai; mais ainda, removendo todos os pedregulhos, quanto mais as barreiras, caminho fácil *nos* aplana.

13. A certeza que assiste à oração repousa no expresso preceito divino, a que complementa a promessa divina, que é segura e imarcescível

Em primeiro lugar, deveras nos ordenando-nos que oremos, com *esse* mesmo preceito nos acusa de ímpia contumácia, caso não lhe obedeçamos. Não se podia dar mandamento mais preciso do que o que se encontra no Salmo: "Invoca-me no dia da tribulação" [Sl 50.15]. Mas, visto que entre os deveres da piedade, nenhum as Escrituras recomendam com maior freqüência, não há razão para demorar-me aqui por mais tempo. "Pedi", diz o Mestre, "e recebereis; batei, e se vos abrirá" [Mt 7.7]. Todavia, a este preceito se anexa também uma promessa, como se faz necessário, pois ainda que todos confessem que se deve obedecer ao preceito, contudo, a maior parte fugiria de Deus quando chamada, a não ser que prometesse estar pronto a ouvir-lhes os rogos, e inclusive a vir-lhes ao encontro. Portanto, postos estes dois *elementos*, certo é que todos quantos procuram esquivar-se para que não venham a Deus diretamente são não meramente rebeldes e indóceis, mas também incriminados de incredulidade, porquanto não confiam nas promessas. Isto requer tanto mais acurada observação, porque os hipócritas, a pretexto de humildade e modéstia, mui soberbamente desprezam o preceito de Deus quanto nulificam a fé em seu benigno convite; mais ainda, o defraudam da parte principal de seu culto. Ora, onde repudiou os sacrifícios, nos quais então parecia residir toda a santidade, declara que isto é supremo e para si precioso acima das demais *coisas*: ser *ele* invocado no dia da necessidade [Sl 50.7-15]. Portanto, onde exige o que é seu, e nos anima à alegria de obedecer, desaparece toda e qualquer condição a dúvida com que nos escusemos.

Portanto, todo e qualquer testemunho que por toda parte ocorre nas Escrituras, nos quais nos é prescrita a invocação de Deus, são tantas outras bandeiras fincadas diante de nossos olhos a nos inspirar confiança. Seria temeridade prorromper na presença de Deus, a não ser que *ele* próprio se antecipasse em chamar-nos. Daí, em sua Palavra o caminho nos escancarara: "Direi: é meu povo; e ela me dirá: O Senhor é o meu Deus" [Zc 13.9]. Vemos como ele previne a seus fiéis e como quer que o sigam; e por isso não há por que temer que esta melodia lhe seja pouco suave, a qual ele mesmo dita. Que nos venha à mente, sobretudo, essa insigne caracterização de Deus, firmados na qual, sem qualquer dificuldade, superaremos todos os obstácu-

los: "Tu, ó Deus, que ouves a oração; a ti virá toda carne" [Sl 65.2]. Que pode haver mais agradável ou fagueiro do que Deus se revista deste título para assegurar-nos que nada é mais próprio e conforme à sua natureza do que despachar as petições daqueles que lhe suplicam?[274]

Daqui o Profeta infere que a porta está aberta não a uns poucos, mas a todos os mortais, porque também se dirige a todos com esta palavra: "Invoca-me no dia da aflição; livrar-te-ei, e tu me glorificarás" [Sl 50.15]. Segundo esta regra, Davi evoca a promessa que lhe *fora* dada, para que obtenha o que pede: "Pois tu, Senhor dos Exércitos, Deus de Israel, revelaste aos ouvidos de teu servo, dizendo: Edificar-te-ei uma casa. Portanto, teu servo se animou para fazer-te esta oração" [2Sm 7.27]. Do quê concluímos que ele seria possuído de temor, a não ser até onde a promessa o animasse. Assim, em outro lugar, *ele* se mune deste ensinamento geral: "*O Senhor* fará a vontade dos que o temem" [Sl 145.19].

Com efeito, é preciso que se atente bem nos Salmos que se corta o fio da oração por uma digressão acerca do poder de Deus, de sua bondade ou da certeza das promessas. Poderia parecer que, inserindo inoportunamente essas referências, Davi torna truncadas suas orações; mas, do uso e da experiência, os fiéis têm *por* estabelecido que o ardor se arrefece, a não ser que acendam novas chamas; portanto, não é supérfluo que, enquanto oramos, meditemos acerca da natureza de Deus e de sua Palavra. E assim, conforme o exemplo de Davi, não haja hesitação em infundir *aquelas coisas* que refaçam de novo vigor os ânimos desalentados.

14. Seguros de que Deus, em virtude de suas promessas, não deixará de ouvir nossas orações, devemos orar com reverência e temor, contudo, com total confiança

E causa admiração que a doçura de tantas promessas já não nos comove, senão friamente, ou absolutamente nada,[275] de sorte que boa parte *dos homens* prefere, vagando por vias tortuosas, abandonando a fonte das águas vivas, cavar para si cisternas secas [Jr 2.13] a abraçar a liberalidade de Deus a si oferecida dadivosamente. "Cidadela inexpugnável", diz Salomão, "é o nome do Senhor; a ela o justo se acolherá, e estará a salvo" [Pv 18.10]. Joel, porém, depois que profetizou acerca da horrível ruína que estava iminente, adiciona esta memorável sentença: "Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo" [Jl 2.32; Rm 10.13]; bem sabemos que isso visa propriamente ao curso do evangelho [At 2.21]. Dificilmente um em cem é movido a dar um passo adiante ao encontro de Deus. *Ele* mesmo proclama através

274. Primeira edição: "Pois, quê mais agradável ou fagueiro que revestir-se Deus deste título, que mais seguros nos renda de que nada mais próprio Lhe é à natureza que anuir aos rogos dos súplices?"

275. Primeira edição: "E é de admirar que de tão grande doçura de promessas sejamos nós afetados ou friamente, ou quase de modo nenhum ..."

de Isaías: “Invocar-me-eis, e eu vos ouvirei; sim, antes que clameis, eu vos responderei” [Is 65.24]. Em outro lugar, digna também desta mesma honra a toda a Igreja em comum, uma vez que *ela* se estende a todos os membros de Cristo: “Ele me invocará, e eu lhe responderei; estarei com ele na angústia; dela o retirarei, e o glorificarei” [Sl 91.15].

Entretanto, como já disse, meu propósito não é enumerar todas as passagens, mas escolher as mais relevantes, das quais apreciemos quão amavelmente Deus nos convida a si e de quão apertados grilhões nos tem cingido a ingratidão, quando, entre acicates tão agudos, ainda delonga nossa indolência. Portanto, que estas palavras nos ressoem sempre aos ouvidos: “O Senhor está perto de todos os que o invocam, dos que o invocam em verdade” [Sl 145.18]. De igual modo, *as passagens* que temos citado de Isaías e Joel, nas quais Deus afirma que está atento a ouvir-nos as orações, e por isso se deleita como com um sacrifício de aroma agradável, quando sobre ele lançamos nossos cuidados [Sl 55.22; 1Pe 5.7]. Recebemos este fruto singular das promessas de Deus quando formulamos *nossas* orações não de forma dúbia e vacilante, mas, antes, firmados na Palavra daquele cuja majestade de outra sorte nos aterraria, ousamos invocá-lo *como nosso* Pai, porquanto se digna sugerir-nos este nome dulcíssimo. Resta que, atraídos por tais advertências, nos deixemos persuadir de que temos motivos de sobra para sermos ouvidos, uma vez que nossas orações não se firmam em nenhum mérito; pelo contrário, toda a dignidade e esperança de obter resposta estão fundadas nas promessas de Deus e delas dependem, de sorte que nem mesmo é necessário outro sustentáculo, nem é preciso que andemos olhando ao redor e de um lado para outro.[276]

E assim se faz necessário que fixemos na mente isto: ainda que não sobressaiamos em santidade igual à que é louvada nos santos patriarcas, profetas e apóstolos, no entanto, uma vez ser comum a eles e a nós o preceito de orar e comum ser a fé, se na Palavra de Deus nos firmamos, *então* somos associados a eles neste direito. Porque, como já dissemos, ao declarar que haverá de ser favorável e propicio a todos, Deus dá uma certa esperança, mesmo aos mais miseráveis do mundo, de que obterão o que tiverem pedido; por isso se devem notar as fórmulas gerais pelas quais ninguém é excluído, como dizem popularmente, desde o primeiro até o último, contanto que se faça presente a sinceridade de coração, insatisfação conosco *mesmos*, humildade e fé, para que nossa hipocrisia não profane o nome de Deus com invocação enganosa. O Pai boníssimo não rejeitará *aqueles* a quem não só exorta a virem a ele, mas também os atrai de todas as formas possíveis. Daqui essa

276. Primeira edição: “Resta que, dotados de tais induzimentos, daí saibamos haver-nos bastante de matéria para que [Deus nos] ouça, uma vez que nossas preces em nenhum mérito se firmam; pelo contrário, toda a dignidade e esperança de obter resposta lhes está fundada nas promessas de Deus e delas depende, de sorte que nem haja de mister outro sustentáculo, nem olhe em derredor, para cima [ou para baixo], para cá ou para lá.

forma que Davi tinha de orar, que há pouco mencionei: "Pois tu, Senhor dos Exércitos, Deus de Israel, revelaste aos ouvidos de teu servo, dizendo: Edificar-te-ei uma casa. Portanto, teu servo se animou para fazer-te esta oração. Agora, pois, Senhor Deus, tu és o mesmo Deus, e tuas palavras são verdade, e tens falado a teu servo este bem. Sê, pois, agora servido de abençoar a casa de teu servo, para permanecer para sempre diante de ti, pois tu, ó Senhor Deus, o disseste; e com tua bênção será para sempre bendita a casa de teu servo" [2Sm 7.27-29]. Assim também em outro lugar: "Assiste a teu servo segundo tua palavra" [Sl 119.76]. E todos os israelitas, igualmente, sempre que se fortificam da lembrança do pacto, declaram suficientemente que não se deve orar a medo, quando Deus assim prescreve, e nisto imitaram os exemplos dos patriarcas, especialmente de Jacó que, depois de confessar estar muito abaixo de tantas misericórdias recebidas da mão de Deus [Gn 32.10], no entanto, diz estar animado a pedir *coisas* maiores, porque Deus prometera haver de fazer [Gn 32.12].

Contudo, quaisquer pretextos a que os incrédulos recorram, quando não recorrem a Deus sempre a necessidade os impele, não o buscando, nem lhe implorando a ajuda, não de outro modo o defraudam da legítima honra como se fabricassem para si novos deuses e ídolos, uma vez que, desta maneira, negam ser Deus o autor de todas suas boas coisas. Por outro lado, não há coisa mais eficaz para livrar os fiéis de todo escrúpulo do que animar-se do senso de que ao orar obedecem o preceito de Deus, o qual afirma que não há coisa que mais o satisfaça do que a obediência; portanto, não existir nada que nos detenha.[277] Daqui mais claramente refulge uma vez mais o que eu disse antes: com temor, reverência e solicitude os espírito intrépido de oração se enquadrar muito bem, nem tampouco é absurdo que Deus levante os que se acham prostrados.

Dessa maneira, concordam admiravelmente as diversas formas de expressão que na aparência se mostram contraditórias. Jeremias e Daniel dizem que *apresentam* suas súplicas diante de Deus [Jr 42.9; Dn 9.18]. Em outro lugar, Jeremias: "Aceita agora nossa súplica diante de ti, e roga ao Senhor teu Deus, por nós e por todo este remanescente" [Jr 42.2]. Por outro lado, dizem com freqüência, que os fiéis elevam *suas* orações. Assim fala Ezequias, rogando ao Profeta que interceda em seu lugar [2Rs 19.4]. E Davi deseja que sua oração se eleve como incenso [Sl 141.2]. Isto é, embora, persuadidos do amor paterno de Deus, alegremente lhe confiem sua guarda, não hesitam em implorar a assistência que graciosamente promete, contudo, não os embala genuína segurança, como se já dominados por um semblante animoso, senão que de tal maneira vão subindo de degrau em degrau das promessas, que sempre permanecem abatidos em sua prostração.

---

277. Primeira edição: "Por outro lado, nada [é] mais eficaz para livra os piedosos de todo óbice, que serem armados deste pensamento: não haver por que qualquer obstáculo impeça, enquanto obedecem ao mandamento de Deus, Que pronuncia nada ser-Lhe mais grato que a obediência."

15. Orações respondidas ainda quando não conformadas ao preceito divino, e rogos de servos de Deus em disparidade com sua ordenança

Daqui nascem numerosas questões, porquanto a Escritura faz menção de Deus haver conferido cumprimento a certas orações que, no entanto, irromperam de ânimo mui longe de sereno ou comedido. De fato, com justa causa, inflamado do fervor da ira e da vingança, Jotão devotou os habitantes de Siquém à destruição, o qual sobreveio mais tarde [Jz 9.20]. Dando provimento a *essa* execração, é como se Deus aprovasse impulsos mal ordenados. Esse mesmo fervor arrebatou também a Sansão, quando dizia: "Fortalece-me, ó Deus, para que tome vingança dos incircuncisos" [Jz 16.28]. Ora, ainda que fosse misturado com algum zelo justo, entretanto, aí imperou o desejo excessivo, e portanto vicioso de vingança. Deus atendeu. Do quê parece poder-se concluir que ainda quando as orações não sejam conformadas ao prescrito na Palavra, no entanto alcançam *seu* efeito.

Minha resposta é que, com exemplos particulares, a lei perpétua não é abolida; além do mais, impulsos por vezes especiais foram infundidos a uns poucos homens, nos quais aconteceu que a razão lhes fosse contrária da *razão* do povo comum. Deve-se notar, pois, esta resposta de Cristo, quando os discípulos desejariam inconsideradamente imitar o exemplo de Elias, dizendo que eles não sabiam de que espírito haviam sido dotados [Lc 9.55]. Mas é preciso ir além: nem sempre agradam a Deus as orações a que responde. No entanto, no que diz respeito ao exemplo, à luz de provas claras se faz manifesto o que a Escritura ensina, isto é, que ele socorre aos miseráveis e ouve os gemidos daqueles que, injustamente aflitos, lhe imploram ajuda; por isso executa seus juízos, enquanto a ele sobem as queixas dos pobres, ainda que indignas de que alcancem sejam o que for. Ora, quantas vezes aplicando punições acerca da crueldade, das rapinagens, da violência, do desregramento e de outros crimes dos ímpios, contendo-lhes a audácia e o furor, subvertendo-lhes também o poder tirânico, testificou levar ajuda aos indignamente oprimidos, os quais, no entanto, ao orarem, davam golpes incertos?

E um Salmo ensina claramente que não são destituídas de efeito as orações que, no entanto, não penetram o céu pela fé. Pois *ele* combina orações que, do senso da *própria* natureza, a necessidade arranca aos incrédulos, não menos que aos piedosos, aos quais, no entanto, os fatos demonstram que Deus se faz propício [Sl 107.6, 13, 19, 28]. Deus, porventura, com tal condescendência atesta que elas lhe são agradáveis? De fato, sua misericórdia ilustra muito bem a circunstância de que, inclusive, as orações dos incrédulos não são recusadas; e além de estimular aos seus a que orem, vendo que mesmo os gemidos dos ímpios às vezes não deixam de alcançar o efeito desejado.

Deste modo dissemos que Deus se deixou comover pelo arrependimento simulado de Acabe [2Rs 21.29], para que, mediante esta evidência, provasse quão pronto

está a ouvir seus eleitos, quando para aplacá-lo eles exibem conversão verdadeira. E por isso no Salmo ele contende com os judeus, porque, havendo experimentado ser ele acessível a seus rogos [Sl 106.8-12], hajam revertido pouco depois à obstinação de sua mente [Sl 106.13-43]. Isto também se patenteia cristalinamente da história dos Juízes: de fato *os israelitas* choraram muitas vezes, embora suas lágrimas fossem enganosas, no entanto foram libertados das mãos dos inimigos. Portanto, assim como Deus projeta indiscriminadamente seu sol sobre bons e maus [Mt 5.45], assim tampouco despreza o pranto daqueles cuja causa é justa e *cujas* misérias *são* dignas de auxílio. Não obstante, ele não os ouve para salvá-los, não mais do que demonstra salvar aos que desprezam sua bondade quando os provê de alimento.[278]

Muito mais difícil parece ser a questão em relação a Abraão e a Samuel, dos quais um *orou* em favor dos habitantes de Sodoma, sem ter instituída nenhuma palavra de Deus [Gn 18.23-33]; o outro inclusive orou em favor de Saul contra clara proibição [1Sm 15.11; 16.1]. A mesma é a razão de Jeremias, que pediu fosses sustada a ruína da cidade [Jr 32.16-25], porque, embora sofresse repulsa, contudo parece improcedente dizer que eram destituídos de fé. Com efeito, espero que esta solução satisfaça aos leitores moderados: os que se escudaram em princípios gerais, através dos quais Deus ordena que se contemple também com misericórdia os indignos, não eram inteiramente destituídos de fé, embora, na própria natureza *do caso*, a opinião os haja enganado.

Em alguma parte, Agostinho *escreve* sabiamente: “Como”, diz *ele*, “os santos oram em fé quando pedem a Deus contra *a fé* que *ele* decretou? Sem dúvida, porque oram segundo sua vontade, não aquela *vontade* secreta e imutável, mas *aquela* que lhes inspira, para que os ouça de outro modo, como sabiamente distingue.”[279] Certamente é uma sentença admirável, porque por seu incompreensível desígnio de tal forma tempera concretização das coisas, que não sejam contrárias às preces dos santos, que são, a um tempo, entrelaçadas de fé e de erro. Entretanto, isso não deve valer mais para imitação, a ponto de servir de justificativa aos próprios santos, os quais não nego que excedem o limite. Por isso, onde não haja uma promessa definida, deve-se rogar a Deus em termos condicionais. Com isto se coaduna essa afirmação de Davi: “Desperta-te para com o juízo que ordenaste” [Sl 7.6], porquanto prova que tinha uma promessa especial para pedir o benefício temporal.

16. Nossas orações sofrem de imperfeições múltiplas e variadas, porém Deus, complacente e perdoador, no-las ouve a despeito disso

Vale a pena notar também isto: o que discorri acerca das quatro leis da oração

278. Primeira edição: “Enquanto isso, não os está mais a ouvir para a salvação, que aos desprezadores de Sua bondade [quando] alimentos [lhes] provê.”

279. A Cidade de Deus, 1, XXII, capítulo II, 25.

correta não há que entender com extremo rigor como se Deus repudiasse as orações nas quais não acha nem fé nem arrependimento perfeitos, juntamente com o ardor do zelo e com as súplicas corretamente formuladas. Dissemos que, embora, a oração seja um colóquio íntimo dos piedosos com Deus, no entanto deve-se manter reverência e moderação, para que não soltemos as rédeas a toda e qualquer súplica e para que não almejemos senão aquilo que Deus permite; então, para que a majestade de Deus não seja depreciada por nós, nossa mente deve elevar-se a uma pura e casta veneração por ele. Isto ninguém jamais demonstrou com a integridade que é requerida; porque, sem falar das pessoas comuns, quantas queixas vemos em Davi que nos deixam ver um certo exagero! Não que *ele* queira, deliberadamente, contender com Deus, ou bradar contra seus juízos, mas porque, exaurido de fraqueza, outra consolação melhor não acha senão lançar em seu seio seus pesares! Inclusive Deus suporta nosso balbuciar e perdoa nossa ignorância e estupidez, quando algo se nos escapa involuntariamente; visto que nenhuma liberdade de orar teríamos sem esta indulgência. Mas embora Davi tivesse a intenção de sujeitar-se totalmente ao arbítrio de Deus, nem orasse com menos paciência que esforço de alcançar *resposta*, no entanto, emoções turbulentas às vezes emergem e até mesmo refervem, que falta bem pouco para atingir a primeira regra que estabelecemos. Especialmente é possível perceber no final do Salmo 39 com quão grande veemência de dor o santo varão fora arrebatado, ao ponto de não poder conter e guardar a medida. "Poupa-me", diz *ele*, "até que tome alento, antes que eu me vá, e não exista mais" [Sl 39.13]. Dir-se-ia que, desesperado, o homem não espera outra coisa senão que, deixando a mão de Deus de operar, apodrece em seus males. Não que se lance a esse desespero de deliberada intenção ou, como os réprobos costumam dizer, deseja que Deus se afaste; ao contrário, apenas se queixa de que a ira de Deus lhe é intolerável.

Nessas provações, com freqüência, também se vocalizam rogos não suficientemente bem ajustados à regra da Palavra de Deus e nas quais os santos não ponderam suficientemente o que seja correto e conveniente. Certamente que toda e qualquer oração que foi manchada por tais defeitos merece ser repudiada. Entretanto, desde que os santos se lamentem disso, e a si mesmos se castiguem e imediatamente se conscientizem, Deus os perdoa. Assim também pecam na segunda regra *enunciada*, porquanto não só lhes é necessário lutar freqüentemente com sua *própria* frieza, mas também sua *própria* indigência e miséria não os impelem bastante incisivamente a orar com seriedade. Além disso, ocorre constantemente que sua mente se distrai e quase se desvanece. Portanto, também nesta parte o perdão é imprescindível, para que *nossas* frágeis, ou disformes, ou truncadas e vagas orações não sofram repulsa. Isto Deus infundiu às mentes dos homens pela *própria* natureza: que as oração não são legítimas, a não ser que as mentes se elevem ao alto. Daqui a cerimônia da elevação das mãos, como dissemos antes, que foi conhecida em todos os séculos e povos, assim como vigora até agora. Quão poucos, porém,

enquanto alçam as mãos, não estão cônscios de sua lassidão, visto que seu coração está posto na terra?

No que respeita a rogar-se perdão dos pecados, já que nenhum dos fiéis negligencia este tópico, no entanto, os que são verdadeiramente exercitados nas orações, sentem que mal exibem a décima parte deste sacrifício de que fala Davi: "O sacrifício aceitável a Deus é o espírito quebrantado; o coração contrito e humilhado, ó Deus, não o desprezarás" [Sl 51.17]. Por isso é preciso sempre rogar um duplo perdão, porque os homens estão não só cônscios de seus muitos delitos, contudo, de cujo senso não são tocados de tal modo que se sintam insatisfeitos consigo mesmos quanto convém, mas ainda até onde lhes foi dado beneficiar-se do arrependimento e do temor de Deus, prostrados de justa tristeza por causa de suas ofensas, para que a punição do juízo lhes seja alijada.

Acima de tudo, a fraqueza ou imperfeição da fé vicia as orações dos fiéis, a menos que a indulgência de Deus os socorra. Nada é de admirar, porém, que este defeito seja perdoado por Deus, o qual às vezes exercita aos seus com provas ásperas, como se quisesse intencionalmente extinguir-lhes a fé. Muito dura é esta prova, quando os fiéis se vêem compelidos a clamar: "Até quando te irarás contra a oração de teu servo?" [Sl 80.4], como se as próprias orações exasperassem a Deus. Assim, quando Jeremias diz: "Deus repeliu a minha oração" [Lm 3.8], não há dúvida de que *ele* se sentiu abalado por violenta perturbação. Incontáveis exemplos desta espécie ocorrem nas Escrituras, *à luz* dos quais se faz patente que a fé dos santos foi freqüentemente misturada e agitada de dúvidas, de sorte que, crendo e esperando, contudo, traíssem algo de sua incredulidade. No entanto, visto que não chegam àquela perfeição pela qual tanto aspiram, têm de esforçar-se muito mais em corrigir suas faltas, para que cheguem mais perto, dia a dia, da norma perfeita de orar, e enquanto isso sintam em quão grande profundeza de males foram mergulhados, pois mesmo buscando os remédios, outra coisa não fazem senão deparar-se com novas doenças, uma vez que nenhuma oração há da qual, com razão, Deus se enfastie, a não ser que feche os olhos às manchas de que foram todas elas salpicadas.

Estou rememorando estas *coisas* não para que os fiéis se empenhem por ter a segurança de que não deixam passar por alto a mínima falta; o que digo é que se punam com mais severidade, porfiem por superar esses obstáculos e, embora Satanás tente obstruir todos os caminhos, para que os impeça de orar, eles os rompam totalmente, embora seguramente persuadidos de que, por mais que não se desvencilhem de todos os entraves, no entanto, seus esforços agradam a Deus e seus rogos sejam aprovados, desde que contendam e pugnem por esse alvo que não atingem imediatamente.

17. Unicamente pela mediação, e unicamente pelo nome de Cristo, nossa oração é aceitável diante de Deus

Visto, pois, que nenhum dos homens é digno de apresentar-se a Deus e chegar-se à sua presença, o próprio Pai celeste, para que nos eximisse, a um tempo, de vergonha e de temor, o que abateria totalmente nosso ânimo, nos deu seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor, para que nos seja Advogado [1Jo 2.1] e Mediador [1Tm 2.5; Hb 8.6; 9.15] junto a ele, de cuja diretriz nos acheguemos a ele com segurança. Confiados em intercessor tão insigne, nada que em seu nome tenhamos pedido nos haverá de ser negado, visto que nada lhe pode ser negado pelo Pai. E a isto se impõe absolutamente embutir tudo quanto previamente ensinamos acerca da fé, visto que, assim como a promessa nos recomenda a Cristo *por* Mediador, assim também, a não ser que nele esteja apoiada a esperança de alcançar *resposta*, *a promessa* está despojada do proveito da oração.

Ora, tão logo a terrível majestade de Deus *nos* vem à mente, é impossível impedir que fiquemos apavorados e para longe não nos afaste o reconhecimento de *nossa* própria indignidade, até que Cristo nos socorra como Mediador, para que converta o formidável trono de glória em trono da graça, assim como ensina também o Apóstolo: "Cheguemos, pois, com confiança ao trono da graça, para que possamos alcançar misericórdia e achar graça, a fim de sermos ajudados em tempo oportuno" [Hb 4.16]. E como foi promulgada a ordenança quanto a invocar a Deus, como a promessa *foi* dada de que serão ouvidos *aqueles* que o hajam invocado, assim se nos ordena expressamente invocá-lo no nome de Cristo, e temos a inabalável promessa de que haveremos de alcançar o que tivermos pedido em seu nome. "Até agora", diz *ele*, "nada pedistes em meu nome; pedi, e recebereis, para que vosso gozo se cumpra" [Jo 16.24]; "Naquele dia pedireis em meu nome" [Jo 16.26]; "e tudo quanto pedirdes, isso farei, para que o Pai seja glorificado no Filho" [Jo 14.13].

Daqui se conclui, sem a menor sombra de dúvida, que todos aqueles que invocam a Deus em outro nome e não no de Jesus Cristo, quebram o mandamento de Deus, não fazem caso de sua vontade e não têm promessa alguma de alcançar o que pedem. Porque, como diz Paulo, "todas as promessas de Deus são em Cristo sim e amém" [2Co 1.20]; isto é, são confirmadas e cumpridas *em Cristo*.

18. O Cristo ressurreto, assunto ao céu e glorificado é nosso único Intercessor junto ao Pai

Convém também observar com diligência a circunstância de tempo quando Cristo ordena a *seus* discípulos que se refugiassem em sua intercessão depois que subisse ao céu. "Naquela hora", diz *ele*, "pedireis em meu nome" [Jo 16.26]. Certo é que, de fato, desde o início a ninguém se ouviu orar senão pela graça do Mediador. Por esta

razão, na lei Deus estabelecera não só que o sacerdote, ao ingressar-se no santuário, levasse nos ombros os nomes das tribos de Israel e igual número de pedras preciosas no peito, mas também o povo se postasse à distância no átrio e daí unissem suas súplicas ao sacerdote. Mais ainda: os mesmos sacrifícios serviam também para ratificar e confirmar as orações. Portanto, aquela cerimônia e figura da lei ensinaram que todos nós estamos alienados da face de Deus, e por isso se faz necessário um mediador que compareça em nosso nome, e nos carregue nos ombros, e nos sustenha ligados a *seu* peito, de sorte que sejamos ouvidos em sua pessoa; além disso, que pela aspersão de sangue as orações são purificadas, as quais, lemos, jamais são, de outra maneira, isentas de imundícies. E lemos que os santos, quando desejavam obter algo, fundamentavam sua esperança nos sacrifícios, porque sabiam que *eles* eram os penhores de todas as súplicas. "Lembre-se", diz Davi, "de todas as tuas ofertas, e aceite teus holocaustos" [Sl 20.3]. Daqui se conclui que desde o inicio Deus foi aplacado pela intercessão de Cristo, para que acolhesse as súplicas dos piedosos.

Por que, pois, Cristo assinala um momento novo no qual os discípulos começarão a orar em seu nome, senão porque esta graça, visto ser hoje mais luminosa, e muito mais digna de ser enaltecida? E neste mesmo sentido dissera, pouco antes: "Até agora não pediste algo em meu nome; pedi ..." [Jo 16.24]. Não significa que nada compreendessem do oficio do Mediador, quando destes rudimentos todos os judeus eram imbuídos, mas porque ainda não haviam compreendido claramente que, por sua ascensão ao céu, Cristo haveria de ser mais infalível patrono da Igreja do que *fora* antes. Portanto, para que, com algum fruto não vulgar, console a dor de sua ausência, a si vindica o ofício de advogado e ensina que até então eles estiveram privados do principal benefício do qual lhes será dado usufruir quando, arrimados em seu patrocínio, haverão de invocar a Deus mais livremente, como diz o Apóstolo: "Pelo novo e vivo caminho que ele nos consagrou, pelo véu, isto é, por sua carne" [Hb 10.20]. Por isso, menos escusável é nossa depravação, salvo se, como dizem, abraçarmos com ambos os braços tão inestimável benefício que nos foi destinado diretamente a nós.

19. Cristo é o único Mediador, por cuja intercessão nossa intercessão, por nós e por outros, será ouvida pelo Pai

Com efeito, visto ser ele o único caminho e o único acesso pelo qual nos é concedido ir a Deus [Jo 14.6], os que se desviam desse caminho, e abandonam esse acesso, a esses nem mesmo resta algum caminho nem acesso a Deus; em seu trono nada resta, exceto ira, juízo e terror. Enfim, uma vez que a este o Pai nos selou como Cabeça e Chefe [1Co 11.3; Ef 1.22; 4.15; 5.23: Cl 1.18], *aqueles* que, de algum modo, dele declinam, ou se afastam, tentam o máximo que podem apagar e denegrir a marca impressa por Deus. E assim Cristo, estabelecido como o único Mediador, mercê de cuja intercessão o Pai se nos torna propício e acessível.

Todavia, ao mesmo tempo, aos santos são também deixadas suas *próprias* intercessões, mercê das quais entre si mutuamente se recomendam a Deus, uns buscando a salvação dos outros, *intercessões* das quais o Apóstolo faz menção [Ef 6.18, 19; 1Tm 2.1]; ais quais, porém, dependem daquela única *intercessão*, muito menos que dela se subtraia um mínimo sequer. Ora, visto que *elas* emanam do sentimento de estima, pelo qual reciprocamente nos abraçamos como membros de um *só* corpo, assim também apontam para a unidade da Cabeça.

Portanto, visto que são feitas em nome de Cristo, que outra *coisa* testificam senão que ninguém pode ser ajudado, absolutamente, por qualquer oração a não ser pela intercessão de Cristo? E visto que, por sua intercessão, Cristo não impede que pleiteemos, reciprocamente, a causa uns dos outros mediante as orações na Igreja, assim permaneça estabelecido que todas as intercessões de toda a Igreja devem ser dirigidas a essa *intercessão* única *de Cristo*. Aliás, por esta razão, devemos especialmente precaver-nos de ingratidão, porque, perdoando-nos a indignidade, Deus não só permite que cada um ore por si *próprio*, individualmente, mas também admite que *sejamos* intercessores uns em favor dos outros. Que soberba não seria que, fazendo-nos ele tão extraordinário favor, ao constituir patronos de sua Igreja, quando muito bem merecemos ser rejeitados ao orarmos por nós mesmos, no entanto abusando de tal mercê obscurecendo a honra de Cristo?

20. Embora intercessores em favor de outros, aos fiéis não assiste a função mediatorial, visto ser Cristo o único e perpétuo Mediador

Com efeito, o que os sofistas tartamudeiam é pura frivolidade, *a saber*, que Cristo é o Mediador da ***redenção***; os fiéis, porém são *os mediadores* da ***intercessão***. Como se realmente Cristo, havendo exercido *mera* mediação temporal, transferisse a seus servos a *mediação* eterna, e que jamais haverá de desvanecer! Os que subtraem tão pouco de sua honra, de fato o tratam de forma benigna! Entretanto, a Escritura age de modo totalmente diferente, com cuja simplicidade, não levada em conta por esses impostores, o homem piedoso deve viver contente. Ora, pois, quando João diz: “Se alguém pecar, temos um advogado junto ao Pai, Cristo Jesus” [1Jo 2.1], porventura ele entende que Cristo era outrora o patrono, e não lhe atribui, antes, uma intercessão perpétua? O que Paulo quis dizer, quando afirma que *Cristo*, assentado à destra do Pai, também intercede por nós? [Rm 8.34]. Quando, porém, em outro lugar [1Tm 2.5] *Paulo* o proclama “o único Mediador entre Deus e os homens”, porventura não tem em consideração as orações, das quais fizera menção pouco antes [1Tm 2.1,2]? Ora, após haver dito que se deve interceder em favor de todos os homens, em confirmação dessa tese *Paulo* acrescenta logo em seguida que “há um só Deus e um só Mediador” [1Tm 2.5].

Aliás, tampouco Agostinho o interpreta de outra maneira, quando assim fala:

"Os homens cristãos mutuamente se recomendam *a Deus* em suas orações. Mas *Aquele* em favor de quem ninguém intercede, pelo contrário, ele mesmo é quem intercede por todos, este é o único e verdadeiro Mediador."[280] E: "o Apóstolo Paulo, embora eminente membro sob o Cabeça, no entanto, porque era membro do corpo de Cristo e sabia que, não figurativamente, o supremo e mais verdadeiro Sacerdote da Igreja penetrara até os *recessos* mais recônditos do véu dos Santos dos Santos, mas, ao contrário, através de verdade expressa e sólida, entrara até os mais íntimos *recessos* do céu da santidade não imaginária, mas eterna, também *ele* próprio se recomenda às orações dos fiéis [Rm 8.30; Ef 6.19; Cl 4.3]. Tampouco se faz mediador entre o povo e Deus; pelo contrário, roga que todos os membros do corpo de Cristo orem mutuamente uns pelos outros, 'porquanto são os membros mutuamente solícitos, e, se um membro sofre, os demais com *ele* sofrem' [1Co 12.25, 26]. E assim, as orações mútuas de todos os membros ainda a labutarem na terra sobem, reciprocamente, ao Cabeça que os precedeu ao céu, em quem está a propiciação por nossos pecados [1Jo 2.2]. Ora, se Paulo fosse mediador, também os demais apóstolos o seriam, em qualquer caso; e assim muitos seriam os mediadores, nem subsistiria a afirmação do próprio Paulo, quando disse: 'Porque há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem' [1Tm 2.5], 'em quem também nós somos um' [Rm 12.5], 'se conservarmos a unidade da fé no vínculo da paz' [Ef 4.3]." *Agostinho diz,*[281] igualmente, em outro lugar: "Mas, se de fato buscares um sacerdote, ele está nos céus, onde intercede por ti aquele que na terra morreu por ti."[282]

Aliás, tampouco o sonhamos prostrado de joelhos diante do Pai, a rogar por nós como um suplicante; mas com o Apóstolo entendemos que ele de tal sorte comparece diante da face de Deus, que o poder de sua morte merece a perpétua intercessão em nosso favor [Rm 8.34]; contudo, de tal sorte que, havendo adentrado o santuário do céu, até a consumação dos séculos, só *ele* leva a Deus as súplicas do povo que se conserva ao longe, no átrio.

21. A INTERCESSÃO ATRIBUÍDA AOS CHAMADOS SANTOS, NO ROMANISMO, NÃO SE FUNDAMENTA NO ENSINO DA ESCRITURA, E CONTRADIZ A SINGULAR MEDIAÇÃO DE CRISTO, ALIÁS MARGINALIZADA, SE NÃO ANULADA

No que tange aos santos que, mortos na carne, vivem em Cristo, se lhes atribuímos alguma oração, não sonhemos com isso que eles mesmos tenham outro caminho de rogar a Deus senão Cristo, que é o único caminho [Jo 4.16]; tampouco que suas preces sejam aceitáveis a Deus em outro nome. E assim, uma vez que a Escritura volve nossa mente unicamente para Cristo, e já que o Pai celestial quer nele

280. *Contra Parmeniano*, livro II, capítulo VIII, 16.
281. *Contra Parmeniano*, livro II, capítulo VIII, 16.
282. *Conversações sobre os Salmos,* Salmo XCVI, 6.

convergir todas *as coisas* [Ef 1.10; Cl 1.20], foi da máxima obtusidade, para não dizer da *máxima* insânia querer assim engendrar-nos acesso por meio deles para que fôssemos afastados para longe daquele à parte de quem nem a eles *próprios* se *lhes* patenteia qualquer entrada. Não obstante, quem haja de negar que isto foi feito por alguns séculos e que hoje é feito onde quer que floresça o papismo?

Para obter a benevolência de Deus, põem diante dele os méritos santos e, na maioria das vezes, pondo Cristo de parte, suplicam a Deus através dos nomes deles. Porventura, repito, não significa isto transferir para eles o ofício daquela singular intercessão que supra reivindicamos para Cristo? Ademais, quem, quer anjo, quer demônio, jamais atribuiu a qualquer dos homens *sequer* uma sílaba acerca de intercessão dessa natureza, que imaginam para eles? Ora, na Escritura *não* consta nada *disso*. Portanto, com que razão foi ela inventada? Incontestavelmente, enquanto o engenho humano busca para si, afoitamente, subsídios dos quais não é munido através da Palavra de Deus, põe à mostra cristalinamente sua carência de fé. Porque, se a consciência desses tais for invocada, os quais se comprazem na intercessão dos santos, descobriremos que isso não procede de outra parte senão porque laboram em ansiedade, como se aqui Cristo fosse deficiente, ou fosse excessivamente severo.

Acima de tudo, com essa perplexidade *eles* ultrajam a Cristo e o despojam do título de único Mediador, o qual, assim como lhe foi dado pelo Pai como singular prerrogativa, assim também não deve ser transferido a outrem. E de fato com isso mesmo lhe obscurecem a glória do nascimento *e lhe* esvaziam a cruz; enfim, tudo quanto ele fez ou sofreu, o esbulham e o defraudam de seu louvor quando, de fato, tudo tende que só *ele* seja tido na conta de Mediador. Ao mesmo tempo, rejeitam a benignidade de Deus, o qual lhes é exibido por Pai; pois, não lhes é Pai, a não ser que reconheçam Cristo como seu Irmão. Negam isto abertamente, salvo se refletirem em seu íntimo que ele nutre por eles fraterno afeto, do quê nada pode ser mais suave ou mais terno. Por isso, a Escritura no-lo oferece com exclusividade, nos remete a ele e nos sustém nele. Ambrósio afirma que “ele é nossa boca, através da qual falamos com o Pai; nossos olhos, através dos quais vemos o Pai; nossa destra, através da qual nos oferecemos ao Pai. A não ser que ele interceda, nem nós, nem todos os santos, temos alguma *coisa* com Deus.”[283] Se objetam, dizendo que as preces públicas que nos templos proferem são concluídas com este apêndice, ***por Cristo, nosso Senhor***, é *isso* frívolo subterfúgio, visto que não menos se profana a intercessão de Cristo quando é misturada às preces e méritos dos mortos, que se for omitida inteiramente, a referência seria meramente aos mortos. Além disso, em todas as suas litanias, hinos e jaculatórias, onde não deixam nada de honra a conferir aos santos mortos, não se faz nenhuma menção a Cristo.

283. *Isaque, ou da Alma*, capítulo VIII, 75.

22. A intercessão romanista dos santos engendra supersticiosa veneração dessas criaturas, às quais se prescrevem atribuições e honrarias próprias de Cristo e da Deidade

Mas, a obtusidade *humana* avançou tanto que aqui temos expressa disposição à superstição, *superstição* que, onde uma vez o freio se rompe, costuma não impor nenhum limite de seu transbordamento. Ora, depois que se começou a recorrer à intercessão dos santos, pouco a pouco, a cada um foi atribuída sua função *própria*, de sorte que, em razão da diversidade de encargo, passou-se a invocar ora este, ora aquele intercessor. Então *os homens* adotaram para si, individualmente, *seus* nomes particulares, cuja confiança, a que se entregaram, se equipara aos deuses tutelares. Não só foram constituídos deuses segundo o número das cidades, do que o Profeta censurava a Israel outrora [Jr 2.28, 11.13], mas até segundo a multidão de pessoas.

Ora, se é verdade que os santos têm a verdade de Deus como norma e regra de todos os seus desejos, e que nela têm postos seus olhos, qualquer que pronuncia outra oração além daquela que deseja que venha o reino de Deus, os avalia de uma maneira mui inconveniente, carnal e inclusive afrontosa.[284] Do que muitíssimo longe está o que lhes imaginam: cada um, em seu afeto particular, é mais disposto para com seus cultores. Enfim, muitíssimos não se abstivera de horrendo sacrilégio, invocando-os não mais como patrocinadores, mas realmente como dispensadores de sua salvação. Eis a que ponto chegam os homens desventurados, quando se desgarram de sua legítima posição, isto é, da Palavra de Deus!

Deixo fora de consideração os mais crassos portentos de impiedade, nos quais, embora sejam detestáveis a Deus aos anjos e aos homens, entretanto deles nem mesmo se envergonham nem se sentem pesarosos. Prostrados diante da estátua ou pintura de Bárbara, ou Catarina, e afins, sussurram: *Pai Nosso*. Tão longe está que os pastores cuidem de curar ou de coibir tal desatino, que, atraídos pelo aroma do lucro, com seu aplauso o aprovam totalmente. Mas, ainda que afastem de si a odiosidade de crime tão hediondo, entretanto com que pretexto hajam de defender os rogos que dirigem a Elói ou a Medardo, para que do céu contemplem e ajudem a seus servos, ou à Virgem Santa que ordene ao Filho que faça o que pedem? Outrora, no Concílio de Cartago, foi proibido que se fizesse súplica direta aos santos diante do altar, e é provável que, embora os santos varões não pudessem conter totalmente o ímpeto do depravado costume, onde se aplicou comedimento ao menos para que as orações públicas não fossem viciadas com esta fórmula: São Pedro, ora por nós. Quanto mais longe, porém, veio parar a diabólica insolência desses que não hesitam em transferir aos mortos o que era próprio de Deus, e de Cristo?

---

284. Primeira edição: “Com efeito, quando à só vontade de Deus refiram [os santos] todos os seus desejos, a esta contemplem, nela descansem, estólida e carnalmente, e até contumeliosamente, deles pensa [aquele] que outra oração lhes atribui que [aquela] pela qual peçam venha o Reino de Deus...”

23. OS CHAMADOS SANTOS DO ROMANISMO, CUJAS FUNÇÕES AFINS NÃO SE EQUIPARAM ÀS DOS ANJOS, NÃO PODEM EXERCER A FUNÇÃO DE INTERCESSÃO

Mas, o que se esforçam por estabelecer – que intercessão dessa natureza parece estar apoiada na autoridade da Escritura –, nisto laboram em vão. Dizem que lêem com freqüência orações de anjos. Não só isso, mas também dizem que as orações dos fiéis são levadas por suas mãos à presença de Deus. Mas, se ficam satisfeito em comparar os santos, os quais se desobrigaram da presente vida, com os anjos, é preciso provar-se que *estes* são espíritos ministrantes, aos quais foi delegado o ministério de cuidar de nossa salvação [Hb 1.14]; aos quais se confiou o encargo de guardar-nos em todos os nossos caminhos [Sl 91.11]; para que andem a nosso redor [Sl 34.7]; para que nos avisem e nos consolem; para que, por nós, se postem de atalaia. Todas estas *coisas* são conferidas a estes, porém de modo nenhum àqueles.

Mas quão sem propósito é que os anjos se parecem com os santos falecidos, o que suficientemente se evidencia *à luz* de tantas funções diversas mercê das quais a Escritura distingue uns dos outros. Ninguém ousará desempenhar as funções de causídico perante um juiz terreno, a não ser que seja admitido *a advogar*; daí, de onde procede tão grande petulância a vermes que impinjam a Deus patronos aos quais *na Escritura* não se lê que fosse outorgado tal ofício? Deus quis incumbir os anjos do cuidado de nossa salvação, donde não só freqüentam as reuniões sacras, mas inclusive a igreja é seu teatro em que contemplam, extasiados, a variada e multiforme sabedoria de Deus [Ef 3.10]. Os que transferem a outros o que lhes é peculiar, por certo que confundem e pervertem a ordem estabelecida por Deus, a qual devia ser inviolável.

Persistem, com a mesma prontidão, em citar outros testemunhos. Disse Deus a Jeremias: "Se Moisés e Samuel se postassem diante de mim, ainda assim minha alma não se inclinaria para este povo" [Jr 15.1]. Teria Jeremias, perguntam, falado acerca de mortos, se não estivesse certo de que intercedem pelos vivos? Não obstante, eu concluo, em contrário, como por este texto se vê claramente que nem Moisés nem Samuel intercederam então pelo povo de Israel, é sinal de que os mortos não oram pelos vivos.[285] Pois, quem dos santos se imputaria o empenho pela salvação do povo, deixando Moisés de fazê-lo enquanto vivia, o qual a todos os demais superou neste aspecto, por ampla distância?

Portanto, se porventura se põem a correr atrás dessas sutilezas frívolas – os mortos intercedem pelos vivos, porquanto o Senhor disse: "caso eles intercedessem" –, eu muito mais garbosamente argumentarei deste modo: Na extrema necessidade do povo, não era Moisés que estava a interceder, acerca de quem se diz:

285. Primeira edição: "Eu, porém, assim concluo, em contrário: quando seja daí evidente que nem Moisés, nem Samuel, hão intercedido pelo povo de Israel, então [não] houve absolutamente nenhuma intercessão de mortos."

"caso intercedesse." E assim se faz patente que a bondade e paterna solicitude de Moisés não intercedem por ninguém, uma vez que todos se encontram bem distantes da humanidade. Aliás, eles conseguem isto com suas cavilações: eles se ferem com essas armas com as quais se julgavam excelentemente equipados. Com efeito, é por demais ridículo torcer assim uma afirmação simples, porquanto o Senhor está apenas declarando que não haverá de poupar as abominações do povo, ainda que sucedesse que Moisés e Samuel viessem a ser seus patronos, a cujas orações se mostrasse de tal modo indulgente.

Este sentido se revela com muita clareza *à luz* de uma passagem semelhante de Ezequiel: "Ainda que estivessem no meio dela estes três homens, Noé, Daniel e Jó, eles por sua justiça livrariam apenas suas almas" [Ez 14.14]; onde não há dúvida de que desejasse indicar: "se acontecesse de dois deles voltarem a viver", pois o terceiro ainda vivia nesse tempo, isto é, Daniel, o qual, sem a menor sombra de dúvida, estava na primeira flor da adolescência e é incomparável exemplo de piedade. Deixemos, pois, de parte aqueles que a Escritura mostra claramente haverem terminado sua carreira. Por isso, Paulo, quando fala a respeito de Davi, não ensina que ele ajuda a posteridade com orações, mas apenas que serviu à sua época [At 13.36].

24. Improcedência da tese de que os santos que deixaram esta vida continuam a agir em nosso favor, já que não subsiste nenhuma comunhão entre nós e eles

Novamente objetam: Portanto, despojaremos de todo e qualquer desejo piedoso àqueles que em todo o curso da vida nada aspiraram senão piedade e misericórdia? E como *eu* não quero perscrutar mais curiosamente o que eles fazem ou a que se dedicam, portanto não é de modo algum provável que sejam levados de um lado a outro pelos desejos vários e particulares; o contrário disso, com firme e inamovível vontade aspiram ao reino de Deus, a qual consiste não menos da perdição dos ímpios, do que da salvação dos fiéis. Se isto é verdadeiro, não há dúvida de que também sua caridade está contida na comunhão do corpo de Cristo, e que ela não se estende mais do que permite a natureza dessa *própria* comunhão.

Ora, pois, mesmo que *eu* admita que *os santos* orem desse modo por nós, entretanto, nem por isso renunciam a seu sossego, de sorte que se deixem distrair pelos cuidados terrenos, e muito menos deverão por isso ser invocados por nós, diretamente. Tampouco se segue que se deva fazer assim só porque os homens que vivem na terra podem mutuamente recomendar-se uns pelas orações dos outros [1Tm 2.1,2; Tg 5.15, 16], pois este empreendimento serve para fomentar neles a caridade enquanto repartem e mantêem reciprocamente, entre si, suas necessidades. E de fato fazem isso isto em conformidade com o preceito do Senhor, não sendo destituídos de *sua* promessa, dois *elementos* que têm sempre os primeiros *postos* na oração.

Todas as razões desta espécie deixam de aplicar-se em relação aos mortos, os quais, quando o Senhor os subtrai de nosso convívio, não nos deixa nenhuma comunicação com eles [Ec 9.5, 6] e, quanto é licito seguir às conjeturas, tampouco a eles conosco.

Ora, se alguém alegar que, uma vez que foram unidos conosco em uma *só* fé, que nos amaram com o mesmo amor, perguntarei: quem nos revelou que tenham orelhas tão longas, que se estendam até nossas palavras, e olhos tão perspicazes, que vejam nossas necessidades?[286] Aliás, tartamudeiam, em suas trevas, qualquer coisa sobre o fulgor da face divina a iluminá-los, no qual, como em um espelho, do alto os santos contemplam as coisas humanas.[287] Afirmar tal coisa, porém, principalmente com a confiança com que ousam eles *fazê-lo*, que é senão, mercê dos sonhos embriagados de nosso cérebro, querer penetrar e irromper nos secretos juízos de Deus à parte de Sua Palavra, e calcar aos pés a Escritura, a qual com freqüência declara que a compreensão de nossa carne é inimiga da sabedoria de Deus [Rm 8.6, 7], condena, inteiramente, a vacuidade de nosso entendimento [Ef 4.17], e que, posta por terra toda nossa razão, quer que seja por nós visualizada somente a vontade de Deus?

25. Improcedência do argumento de que a invocação dos patriarcas, no Antigo Testamento, é exemplo real da invocação dos santos

Não obstante, torcem mui perversamente outros testemunhos da Escritura que adotam para defender esta sua falsidade. Ora, pois, dizem *eles*, Jacó roga que seu nome e o de seus pais, Abraão e Isaque, sejam invocados sobre sua posteridade [Gn 48.16]. Vejamos, primeiramente, de que natureza é esta forma de invocação entre os israelitas. Com efeito, não imploram a seus pais que lhes tragam ajuda; ao contrário, instam com Deus a que se lembrem de seus servos, Abraão, Isaque e Jacó. Portanto, seu exemplo em nada respalda àqueles que costumam dirigir a palavra aos próprios santos.

Na verdade, visto que esses broncos, no embotamento em que se encontram, *não* apreendem nem o que significa invocar o nome de Jacó, nem por que ele deva ser invocado; não é de admirar se também na própria forma titubeiam de maneira tão pueril. Esta frase ocorre nas Escrituras não uma só vez. Ora, Isaías [4.1] diz o nome dos homens é invocado pelas mulheres, enquanto os têm na condição de maridos, sob cuja proteção e guarda vivam. Portanto, a invocação do nome de Abraão sobre os israelitas se situa nisto: enquanto atribuem a ele a origem de sua raça e o honram por ilustre memória como seu genitor e pai. Aliás, tampouco Jacó faz isto

286. Primeira edição: “Ora, se alguém alegue que, uma vez que foram conosco unidos em uma [só] fé, não pode acontecer que não retenham para conosco a mesma caridade, quem, no entanto, revelou que têm eles orelhas longas até esse [ponto] que às vozes nossas se estendam; olhos, também, tão perspicazes que sobre nossas necessidades velem?”

287. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, 72, artigo 1.

porque esteja solícito quanto a propagar a celebridade de seu nome, mas porque sabia que toda a bem-aventurança dos pósteros consistia na herança do pacto que Deus estabelecera consigo e, porque vê que lhes será o sumo de todos os bens, roga que sejam contados em sua estirpe; pois isto outra *coisa* não é senão lhes transmitir a sucessão do pacto. Eles, por sua vez, enquanto em suas orações induzem lembrança desta natureza, não se acolhem às intercessões dos mortos; pelo contrário, lançam diante do Senhor a memória de seu pacto, no qual o Pai clementíssimo promete haver de lhes ser propício e benévolo em consideração a Abraão, Isaque e Jacó.

Por outro lado, quão pouco os santos se reclinam nos méritos dos Pais, comprova-o a voz pública da Igreja no Profeta: "Tu és nosso Pai, e Abraão nos desconheceu, e Israel nos ignorou. Tu, ó Senhor, és nosso Pai e nosso Redentor" [Is 63.16]. E enquanto de fato assim falam, ao mesmo tempo adicionam: "Volve-te, Senhor, por amor de teus servos" [Is 63.17]; contudo, não cogitam nenhuma intercessão, mas volvem o ânimo para o benefício do pacto. Ora, pois, quando temos o Senhor Jesus, em cuja mão o eterno pacto de misericórdia nos foi não apenas concluído, mas também confirmado, o nome de quem anteponhamos, de preferência, em nossas orações? E, uma vez que estes bons mestres querem, com estas palavras, que os patriarcas sejam constituídos intercessores, desejaria saber deles por que, em tão grande multidão, Abraão, o pai da Igreja, não granjeia de fato entre eles *sequer* o mínimo lugar? E sabe-se sobejamente bem de que refugo tomam para si *seus* advogados. Respondam-me se é consistente que Abraão, a quem Deus antepôs a todos os outros, e a quem elevou ao sumo grau de honra, seja negligenciado e suprimido. Sem dúvida, como fosse evidente que tal uso fora desconhecido à Igreja antiga, aprouve, no afã de esconder a novidade, silenciar quanto aos patriarcas primitivos, como se a diferença de nomes escusasse o costume recente e bastardo.

Mas, o que alguns objetam de suplicar-se a Deus a que, "por amor de Davi" [Sl 132.10], tenha misericórdia do povo, de tal modo isso não lhes respalda ao erro, que o mesmo Salmo é plenamente eficaz para refutá-lo. Ora, se considerarmos o lugar que ocupou a pessoa de Davi, veremos que neste lugar ele é separado da companhia de todos os santos, para que Deus confirmasse e ratificasse o pacto que com ele estabelecera. Assim, não só se tem mais consideração pelo pacto do que pelo homem, como também a intercessão singular de Cristo é figurativamente expressa. Ora, o que foi peculiar a Davi, até onde *ele* era tipo de Cristo, certo é que não pode competir com outros.

26. O FATO DE DEUS OUVIR AS ORAÇÕES DE SEUS SANTOS NESTA VIDA NÃO PROVA O PODER DE SUA INTERCESSÃO APÓS A MORTE, ANTES NOS DESAFIA A ORAR COMO FIZERAM

Mas o que a alguns realmente impressiona é que freqüentemente lemos que as

orações dos santos são ouvidas. Por quê? Obviamente, porque oraram. “Em ti esperaram”, diz o Profeta, “e foram salvos; clamaram, e não foram confundidos” [Sl 22.4, 5]. Oremos, pois, também nós, segundo seu exemplo, para que, à semelhança deles, sejamos ouvidos. Estes, porém, contrariamente arrazoam, em contraposição a tudo que é próprio, dizendo que ninguém será ouvido, senão os que já foram ouvidos. Tiago *o expressa* muito melhor! “Elias”, diz *ele*, “era um homem semelhante a nós, e orou fervorosamente para que não chovesse, e por três anos e seis meses não choveu sobre a terra. Orou novamente, e o céu deu chuva, e a terra deu seu fruto” [Tg 5.17, 18]. Por quê? Porventura infere *Tiago* que houvesse em Elias alguma prerrogativa singular à qual nos devamos acolher? Longe disso! Ao contrário, ele ensina o perpétuo poder da oração pia e pura, com o fim de nos exortar a que oremos de modo semelhante. Porque entenderíamos mal a prontidão e benignidade de Deus em ouvi-las, se com tais experiências dos santos não nos firmarmos com maior confiança em suas promessas, nas quais garante que seu ouvido estará atento para ouvir não a um ou a outro, ou mesmo a uns poucos, mas a todos que invocarem seu nome.

E por isso tanto menos admite escusa de sua ignorância, porque parecem desprezar, por assim dizer, deliberadamente a tantas advertências da Escritura. Porventura foi Davi freqüentemente livrado pelo poder de Deus para apropriar-se dele, de modo que fôssemos livrados por seu sufrágio? Ele mesmo se expressa de modo muito distinto: “Os justos esperam por mim, até que me recompenses” [Sl 142.7]. Igualmente: “Os justos verão, e se regozijarão, e esperarão no Senhor” [Sl 52.6; 64.10]; “Este pobre clamou a Deus, e *ele* lhe respondeu” [Sl 34.6]. Muitas são as orações desta natureza nos Salmos, nas quais ele apela a Deus para que, por esta razão, conceda o que está a implorar, para que os justos não sejam envergonhados; antes, por seu exemplo, sejam animados a orar bem. Agora, estejamos satisfeitos com um só exemplo: “Por isso, todo santo orará a ti em tempo oportuno” [Sl 32.6]; passagem que cito com muito mais prazer, porque estes indoutos advogados não se acanham em haver vendido sua língua mercenária a serviço do papado, evocando-a para provar a intercessão dos mortos. Como se realmente outra *coisa* quisesse Davi senão mostrar o fruto que provirá da clemência e da benignidade de Deus, quando concede o que lhe é pedido.

E é preciso sustentar, de modo geral, que a experiência da graça de Deus, tanto por nós, quanto por outros, não é uma ajuda diminuta em confirmar-se a fidelidade de suas promessas. Não recito as muitas passagens onde Davi põe diante de si os benefícios de Deus como fator de confiança, porque prontamente ocorrerão aos leitores dos Salmos. Jacó ensinara isso mesmo, com seu exemplo: “Menor sou eu que todas as beneficências, e que toda a fidelidade que fizeste a teu servo; porque com meu cajado passei este Jordão, e agora me tornei em dois rebanhos” [Gn 32.10]. É verdade que ele se refere à promessa, todavia não a só *à promessa*, senão que, ao mesmo tempo, acresce o efeito, para que no futuro possa mais animosamente confiar que Deus haverá de

ser o mesmo para consigo. Porquanto Deus não é semelhante aos mortais, que se entediam de sua liberalidade ou cuja capacidade se exaure; pelo contrário, deve ser estimado por sua própria natureza, como judiciosamente o faz Davi: "Tu me redimiste", diz *ele*, "Senhor Deus da verdade" [Sl 31.5]. Depois que a Deus tributa o louvor de sua salvação, acrescenta ser *ele* veraz, porquanto, a não ser que fosse perpetuamente semelhante a si *mesmo*, o argumento que se tomaria de seus benefícios não seria suficientemente sólido para confiar nele e o invocar.[288] Quando, porém, sabemos que sempre que nos assiste ele dá exemplo e prova de sua bondade e fidelidade, não há por que temer que nossa esperança *nos* arraste à vergonha ou nos engane.

27. CONSIDERAÇÕES FINAIS EM REFUTAÇÃO À DOUTRINA DA INTERCESSÃO DOS CHAMADOS SANTOS DO ROMANISMO

Seja a conclusão de tudo isso o fato de que, quando a Escritura nos recomenda que o invoquemos *como* o ponto capital no culto de Deus – pois estima mais este dever que todos os demais sacrifícios –, de nós exige este mister da piedade, é um manifesto sacrilégio dirigir a outros a oração. Donde, também no Salmo, se diz: "se estendemos nossas mãos para um deus estranho, porventura Deus não esquadrinhará isso?" [Sl 44.20, 21]. Além disso, quando Deus quer ser invocado só pela fé, ele ordena expressamente que as orações se conformem à regra de sua Palavra; finalmente, quando a fé fundamentada na Palavra é a mão da oração correta, assim que se desvia da Palavra, a oração necessariamente se corrompe. Com efeito, já demonstramos que em toda a Escritura esta honra é reservada exclusivamente a Deus.

No que diz respeito à função da intercessão, também já notamos ser ela ofício peculiar a Cristo, e que nenhuma outra oração é agradável a Deus senão *aquela* que este Mediador santifica. E ainda que os fiéis mutuamente ofereçam orações diante de Deus em favor dos irmãos, já mostramos que isso nada derroga à intercessão única de Cristo, já que todos recomendam a Deus tanto a si *mesmos*, quanto aos outros, nela igualmente se apóiam. Além disso já ensinamos que isto é nesciamente atribuído aos mortos, aos quais jamais lemos ser ordenado que orem por nós. A Escritura nos exorta com freqüência as obrigações mútuas deste exercício; no entanto, dos mortos nem sequer uma sílaba. Tiago, com efeito, enfeixando estas duas *injunções*, que entre nós confessemos nossos pecados e oremos uns pelos outros [Tg 5.16], tacitamente exclui os mortos.

Conseqüentemente, é suficiente esta única razão para se condenar este erro: que o início da oração correta provém da fé; que a fé, porém, procede de ouvir a Palavra de Deus [Rm 10.14, 17], onde nenhuma menção se faz da fictícia intercessão *dos*

288. Primeira edição: "... de Seus benefícios não se [lhe] poderia assumir razão bastante firme de confiança e invocação."

santos, visto que a superstição engendrou para si, temerariamente, patronos que não foram divinamente providenciados. Porque, embora na Escritura haja muitas formas de oração, não se encontrará nela um só exemplo que confirme a intercessão dos santos falecidos, sem a qual no papado não se tem por verdadeira e eficaz nenhuma intercessão.[289] Ademais, é evidente que esta superstição nasceu da falta de fé, porque ou não se contentaram com Cristo *como* intercessor, ou o despojaram inteiramente deste mérito. E este último *ponto* facilmente se prova *à luz* de sua impudência, porquanto não pugnam, com outro argumento mais forte, ser-nos necessário o patrocínio dos santos senão em objetar que somos indignos de acesso íntimo a Deus.

De fato confessamos ser isto mui verdadeiro, mas daí concluímos que eles não fazem caso algum de Cristo, pois têm sua intercessão como algo de nenhum valor, se não a acompanham com a de São Jorge, a de São Hipólito e a de outros espantalhos semelhantes.

28. Natureza e conteúdo da oração pessoal, e que deve estar polarizada na súplica e na ação de graças

Mas, ainda que a oração se restrinja propriamente a pedidos e súplicas, entretanto é tão grande a afinidade entre petição e ação de graças, que comodamente se podem compreender *ambas* sob um só nome. E de fato, as espécies *de oração* que Paulo enumera [1Tm 2.1] recaem sob o primeiro membro desta divisão. Rogando e suplicando, derramamos nossos desejos diante de Deus, pedindo tanto *as coisas* que contribuem para propagar-lhe a glória e ilustrar-lhe o nome, quanto os benefícios que conduzem ao nosso proveito. Dando graças, com justo louvor celebramos-lhe as benevolências para conosco, creditando-lhe à liberalidade tudo quanto de bom nos advém. E assim Davi combinou, a um tempo, estas duas partes: “Invoca-me no dia da necessidade; livrar-te-ei e tu me glorificarás” [Sl 50.15].

Não sem causa, a Escritura prescreve que ambas nos estejam em uso continuamente, pois em outro lugar dissemos que nossa pobreza é por demais grande, mas o próprio fato proclama que de toda parte somos instados e premidos por tantas e tão grandes tribulações, que todos têm sobejos motivos para gemerem e suspirarem constantemente diante de Deus, e de lhe suplicarem sua ajuda e favor. Ora, ainda que estejam livres de coisas adversas, a culpa de seus delitos, *bem como* os inúmeros assaltos das tentações, então deve aguilhoar ainda aos mais santos a buscarem remédio. Mas, no sacrifício de louvor e de ação de graças não pode haver nenhuma interrupção sem delito, quando Deus não cessa de cumular benefícios, uns sobre os outros, para nos coagir à gratidão, embora lerdos e preguiçosos. Enfim, tão grande e

---

289. Primeira edição: “Ora, enquanto de muitas formas de orar esteja referta a Escritura, nenhum exemplo se acha desta advocacia, sem a qual nenhuma oração no Papismo se crê existir.”

tão profusa prodigalidade de suas benevolências quase nos sufoca, para onde quer que olhes se discernem tantos e tão ingentes milagres seus, de sorte que nunca nos falte argumento e motivo de louvor e ação de graças.

E para que essas *coisas* se expliquem um tanto mais claramente, uma vez que, o que previamente já se provou com exaustão, em Deus se situam toda a nossa esperança e recursos, de modo que, nem a nós nem a todas as nossas coisas podemos ter prosperamente senão por sua bênção, importa que nos recomendemos constantemente, *a nós mesmos* e a tudo que é nosso. Então, tudo quanto decidimos, falamos, fazemos, decidamos, falemos, façamos debaixo de sua mão e vontade; enfim, sob a esperança de seu auxílio. Pois malditos são por Deus declarados todos os que concebem e executam planos na confiança de si *mesmos* ou de outro qualquer, os que encetam ou tentam começar algo, à parte de sua vontade e sem invocá-lo [Is 30.1; 31.1; Tg 4.13-16]. E como já se afirmou diversas vezes que ele é investido de justa honra quando é reconhecido como o autor de tudo que é bom, daí se segue que assim se devem receber de sua mão todas essas *coisas* que devem ser acompanhadas de constante ação de graças, e que nenhuma razão justa há por que façamos uso de suas benevolências não com outra finalidade senão porque provêm de sua liberalidade, senão também para confessá-lo e render-lhe louvor e graças incessantemente. Pois Paulo, quando testifica que "*elas* são santificadas pela Palavra e pela oração" [1Tm 4.5], acena, ao mesmo tempo, que sem a Palavra e a oração – entendendo realmente a fé, metonimicamente, por *Palavra* –, todas elas mui longe estão de ser santas e puras.

Portanto, ao perceber a liberalidade do Senhor, Davi proclama efusivamente que um cântico novo lhe foi posto na boca [Sl 40.3], de fato indicando com isto que o silêncio é pernicioso, caso deixemos passar sem o *justo* louvor algum beneficio seu, quando tantas vezes se nos exibe motivo de bendizê-lo sempre que o mesmo se nos depara. Assim também Isaías, proclamando a graça singular de Deus, exorta os fiéis a entoarem um cântico novo e não vulgar [Is 42.10]. Neste sentido, em outro lugar, Davi se expressa assim: "Senhor, abrirás meus lábios e minha boca anunciará teu louvor" [Sl 51.15]. De igual modo, Ezequias e Jonas testificam que este lhes foi o fim da libertação: que celebrem no templo, com cânticos, a bondade de Deus [Is 38.20; Jn 2.9]. Davi prescreve esta mesma norma, generalizadamente, a todos os piedosos. "Que darei ao Senhor", diz *ele*, "por tudo o que me conferiu? Tomarei o cálice da salvação e invocarei o nome do Senhor" [Sl 116.12, 13]. E a Igreja segue essa *norma*, noutro Salmo: "Salva-nos, Senhor nosso Deus, e congrega-nos dentre os gentios, para que louvemos teu nome santo, e nos gloriemos em teu louvor" [Sl 106.47]. Igualmente: "Ele atentou à oração do desamparado, e não desprezará sua oração. Isto se escreverá para a geração futura; e o povo que se criar louvará ao Senhor" [Sl 102.17, 18].

Com efeito, sempre que os fiéis imploram a Deus que faça *algo* por amor de ***seu***

Nome, com isso confessando que são indignos de obter alguma *coisa* em seu próprio nome, assim se obrigam a render graças e prometem que este lhes haverá de ser o reto uso da beneficência de Deus: que sejam seus arautos. Assim Oséias, falando da redenção vindoura da Igreja: "Remove", diz *ele*, "toda a iniqüidade, e aceita o que é bom; e ofereceremos como novilhos os sacrifícios de nossos lábios" [Os 14.2]. Certamente, os benefícios e mercês que Deus nos fez não só requerem que os honremos com os lábios, mas que naturalmente nos constrangem a amá-lo:[290] "Amo ao Senhor", diz Davi, "porque o ele ouviu minha voz e minha súplica" [Sl 116.1]. Igualmente, em outro lugar, recitando os socorros que havia sentido: "Eu te amarei, ó Deus, fortaleza minha" [Sl 18.1]. Porque é um fato que os louvores que não procedem desta fonte de amor jamais agradarão a Deus.[291]

Além disso, é preciso levar em conta esse *parecer* de Paulo de que as súplicas que não associam à ação de graças são todas elas perversas e viciosas. Pois, assim fala: "vossas petições", diz *ele*, "sejam em tudo conhecidas diante de Deus pela oração e súplicas, com ação de graças" [Fp 4.6]. Ora, uma vez que muitos são impelidos por uma espécie de desabafo, descontentamento, impaciência, excessiva dor e medo a murmurar quando oram, *o Apóstolo* ordena que os sentimentos dos fiéis sejam de tal modo moderados, que *mesmo* antes que hajam recebido o que almejam, não obstante bendigam jubilosamente a Deus. Porque, se esta correlação deve vigorar em coisas quase contrárias, com este vínculo mais santo Deus nos compele a cantar seus louvares sempre que nos satisfaça aos anelos.

Mas, assim como já ensinamos que nossas orações, que de outra maneira seriam poluídas, são consagradas pela intercessão de Cristo, também o Apóstolo, ordenando que através de Cristo ofereçamos sacrifício de louvor [Hb 13.15], adverte que não temos boca suficientemente pura para celebrar o nome de Deus, a menos que o sacerdócio de Cristo intervenha. Do quê concluímos que prodigiosamente enfeitiçados têm sido os homens no papismo, no qual a maior parte fica surpresa de Cristo ser chamado ***Advogado***. Esta é a razão por que Paulo preceitua não apenas orar, mas também render graças sem intermissão [1Ts 5.17, 18; 1Tm 2.1, 8]; com isso querendo dizer que, com toda diligência possível, a todo tempo e em todo lugar, em tudo quanto fazemos e tratamos, todos os nossos desejos estejam levantados a Deus para esperar dele todo o bem e para dar-lhe as graças por tudo quando dele recebemos; já que ele nos dá continuamente motivo para orar a ele e louvá-lo.[292]

---

290. Primeira edição: "Nem só o pregão da língua a si vindicam os benefícios de Deus, mas amor a si naturalmente granjeiam."

291. Primeira edição: "Nem, de fato, haverão de jamais a Deus agradar os louvores que não defluirão deste encantamento de amor."

292. Primeira edição: "... querendo, dessarte, que, com quão grande constância pode acontecer, a todo tempo, em todo lugar, em todas as cousas e afazeres, sejam elevados a Deus os desejos de todos, [desejos] que tanto dEle tudo esperem, quanto de tudo o louvor Lhe refiram, assim como nos oferece perpétuos argumentos para louvar e orar."

29. NATUREZA E NECESSIDADE DA ORAÇÃO PARTICULAR E DA ORAÇÃO PÚBLICA E DETURPAÇÕES QUE PRECISAM SER ELIMINADAS

Ainda que se haja de entender esta oração ininterrupta principalmente como sendo de cada pessoa em particular, não obstante de certa forma se refere às orações públicas da Igreja.[293] Com efeito, tampouco *estas* podem ser constantes, nem devem também suceder de outro modo senão segundo a disposição que se convencionou de comum consenso entre todos. Estou de pleno acordo. Ora, daqui não só são ajustadas e estabelecidas horas certas, as quais são indiferentes diante de Deus, porém necessárias aos usos dos homens, para que se atenda à convivência de todos, mas também tudo seja feito na Igreja segundo a formulação de Paulo, "com decência e ordem" [1Co 14.40]. Entretanto, isso não impede que cada Igreja deva, por um lado, estimular-se, reiteradamente, ao uso mais freqüente de orações; por outro, alertada por alguma necessidade maior, se inflame de zelo mais ardente. Contudo, quanto à perseverança *na oração*, que tem muita afinidade com a constância, se poderá discorrer mais no final *deste capitulo*.

Com efeito, estas *coisas* nada *têm a ver* com a βαττολογίαν [*battŏlŏgían – repeticiosidade vã*] de que Cristo quis nossa interdição [Mt 6.7], pois não proíbe insistir em orações por longo tempo, nem freqüentemente, nem com muito fervor; mas para que não confiemos poder arrancar algo de Deus, aturdindo seus ouvidos com fútil loquacidade, como se ele pudesse ser persuadido à maneira humana. Ora, sabemos que os hipócritas, embora não tomem consciência de que estão tratando com Deus, nas orações desfilam suas pompas não diferentemente que num cortejo triunfal. Aquele fariseu que dava graças a Deus porque não se parecia com os demais [Lc 18.11], na verdade se aplaudia, não disfarçadamente, aos olhos dos homens, como se, por meio da oração, quisesse granjear fama de santidade. Daqui essa βαττολογία [*battŏlŏgía*] que hoje, por uma razão semelhante, grassa no papismo, enquanto uns gastam o tempo em vão, repetindo as mesmas precezinhas, outros diante do poviléu se ostentam, mercê de longa avalanche de palavras. Uma vez que esta parolice desdenha puerilmente de Deus, não é de admirar que seja proibida à Igreja, a que não ressoe algo aí senão o *que é* sério e provindo do íntimo do coração.

A esta deturpação é também vizinha outra semelhante, a qual Cristo condena ao mesmo tempo, a saber: que, por amor à ostentação, os hipócritas saem em busca de muitas testemunhas, e para orar ocupam antes a praça pública para que suas preces não sejam destituídas do louvor do mundo. Mas como a meta da oração é, em conformidade com o que já expusemos, que nosso espírito se eleve a Deus para bendizê-lo e rogar-lhe socorro, é licito entender disso que suas primeiras partes foram postas na mente e no coração, ou, antes, que a oração em si é, propriamente, uma

293. Primeira edição: "Mas, esta constância de orar, se bem que diz respeito especialmente [às orações] próprias e particulares de cada um, contudo, concerne também algo às orações públicas da Igreja."

disposição do íntimo do coração, que se derrama e se expõe diante de Deus, o perscrutador dos corações [Rm 8.27].

Daí, como já foi dito, o Mestre celestial, quando quis ditar a melhor regra de orar, ordenou que entremos no quarto e, fechada a porta, oremos a nosso Pai em secreto, para que nosso Pai, que vê em secreto, nos ouça [Mt 6.6]. Com efeito, quando os hipócritas *nos* expulsam do templo, os quais, mercê de ambiciosa ostentação de preces, aliciam o favor dos homens, ao mesmo tempo acrescenta o que seja melhor, isto é: entrar no quarto e aí orar com porta fechada. Com estas palavras, como eu as interpreto, nos ensinou a buscarmos um lugar retirado que nos ajude a que, com toda reflexão, desçamos ao nosso coração e *nele* penetremos fundo, prometendo *o Mestre* que Deus, de quem nossos corpos devem ser templo, estará perto das disposições de nosso íntimo [2Co 8.16].

De fato, ele não quis negar que também convém orar em outros lugares, mas põe em evidência que a oração é algo secreto, não só que esteja acima de tudo situada no íntimo, como também que sua tranqüilidade requer que se ponha longe de todas as turbas de preocupações. Portanto, também o próprio Senhor, quando quisesse devotar-se mais intensamente às orações, não era sem razão que se retirava para um lugar solitário, longe do tumulto dos homens. Mas ele fazia isso para que, com seu exemplo, nos lembrasse que não se devem negligenciar estes auxílios, mercê dos quais nosso ânimo, por si mesmo demasiado escorregadio, mais se aplica ao sério esforço da oração. Ao mesmo tempo, entretanto, visto que não se abstinha de orar em meio a uma turba de homens, se a qualquer tempo assim se lhe deparava ocasião, assim também, em todos os lugares nos quais se fazia necessário, que ergamos mãos puras *em oração* [2Tm 2.8]. E, ainda muito mais, assim se deve considerar: qualquer um que se recusa a orar na sacra assembléia dos piedosos, não sabe coisa alguma como orar individualmente, nem em lugar isolado, nem em casa. Por outro lado, *aquele* que negligencia orar só e em particular, por mais assiduamente que freqüente as reuniões públicas, aí engendra apenas preces cheias de vento, porquanto mais respeito presta à opinião dos homens do que ao secreto juízo de Deus.

Enquanto isso, para que as orações comuns das Igreja não sofressem nenhum desprezo, Deus outrora as adornou de esplêndidos títulos, especialmente onde chamou ao templo ***casa de oração*** [Is 56.7; Mt 21.13; Mc 11.17; Lc 19.46]. Ora, mercê desta expressão, *Deus* também ensinou que a parte principal de seu culto é o ofício da oração, e para que nele os fiéis se exercitassem com um só sentimento, o templo lhes fora alçado como uma bandeira. Ainda se adiciona uma solene promessa: “A ti, ó Deus, espera o louvor em Sião, e a ti se pagará o voto” [Sl 65.1]; palavras com as quais o Profeta sugere que as orações da Igreja nunca são ineficazes, porquanto Deus provê sempre a seu povo sobejo motivo de cantar com triunfo. Mas, se bem que as sombras da lei cessaram, contudo, porque Deus quis com esta cerimônia

fomentar também entre nós a unidade da fé, não há dúvida de que a nós pertença a mesma promessa, a qual Cristo não só sancionou com sua boca, mas Paulo também ensina ser de vigência perpétua.

30. As orações públicas demandam templos e santuários, não porque sejam por isso exclusivos e particularmente sagrados, já que nosso corpo é o templo real do Espírito, e Deus não ouve apenas as orações neles feitas

Ora, como Deus, por meio de sua Palavra, ordena aos fiéis orações em comum, assim também importa que haja templos públicos destinados a seus exercícios, onde os recusam acatar a ordem, associar-se *em oração* com o povo de Deus, não há razão por que abusem do pretexto de que se acolhem ao quarto *a orar*, para que *assim* obedeçam ao mandamento do Senhor. Pois Aquele que promete que ele haverá de fazer tudo quanto pedirem dois ou três, congregados em seu nome [Mt 18.19, 20], comprova que de modo algum deixa de fazer caso de orações formuladas em público, desde que a ostentação e a busca aferrada de mesquinha glória humana sejam alijadas, e desde que se faça presente a sincera e verdadeira afeição que habita no íntimo do coração.

Se este é o uso legitimo dos templos, como certamente é, então por outro lado deve acautelar-se que não pensemos, como passou a acontecer durante alguns séculos, ou que eles são a própria habitação de Deus, de onde nos incline bem mais os ouvidos, ou imaginemos que, por alguma secreta santidade, torne mais sagrada a oração diante de Deus. Ora, uma vez que nós mesmos somos os verdadeiros templos de Deus, se queremos invocar a Deus em seu santo templo, então se faz necessário que oremos dentro de nós *mesmos*. Não obstante, que deixemos para os judeus ou gentios essa opinião carnal, nós que temos o preceito de invocar o Senhor "em espírito e verdade" [Jo 4.23], sem distinção de lugar. De fato, por mandado de Deus outrora fora dedicado o templo para *nele* se oferecessem orações e sacrifícios; mas, nesse tempo a verdade jazia velada, representada sob tais sombras, a qual nos é agora expressa ao vivo, o que *não* admite que nos apeguemos a algum templo material. E, com efeito, tampouco o templo foi confiado aos judeus com a condição de que, dentro de suas paredes, se encerrasse a presença de Deus; ao contrário, para que fossem exercitados a contemplar a figura do templo genuíno. Portanto, os que, de algum modo, pensavam que Deus habita em templos feitos por mãos humanas foram seriamente repreendidos por Isaías e Estêvão [Is 66.1; At 7.48, 49].

31. AS ORAÇÕES EXPRESSAS VERBALMENTE OU CANTADAS E AS CONDIÇÕES DE SUA ACEITABILIDADE

Além disso, daqui é mais do que claro que nem a voz, nem o canto, se intervenham na oração, têm qualquer relevância ou são do mínimo proveito diante de Deus, a não ser que procedam do profundo afeto do coração; do contrário provocam sua ira contra nós, caso saiam apenas da ponta dos lábios e da garganta, ao mesmo tempo que isso equivale a abusar de seu sacrossanto nome e dirigir-lhe zombaria à majestade; assim como evocamos das palavras de Isaías que, ainda que se estendam mais amplamente, são pertinentes também para condenar este defeito. "Este povo", diz *Isaías*, "se aproxima de mim com sua boca e me honra com seus lábios, porém seu coração está longe de mim, e me teme movido por preceito e doutrina de homens. Portanto, eis que farei entre este povo um grande e estupendo milagre, porque de seus sábios perecerá a sabedoria e dos anciãos se desvanecerá a prudência" [Is 29.13, 14; Mt 15.8, 9].

Contudo, tampouco condenamos aqui a voz ou o canto, senão que, antes, muito os recomendamos, contanto que acompanhem o afeto da alma. Ora, assim exercitam a mente na cogitação de Deus e a retêm atenta, a qual, como é escorregadia e versátil, facilmente se afrouxa e se distrai em *direções* variadas, a menos que seja sustentada por variados auxílios. Além disso, como em cada parte de nosso corpo, uma a uma, de certo modo deve luzir a glória de Deus, convém que especialmente a língua, que foi criada peculiarmente para declarar e proclamar o louvor de Deus, seja firmada e devotada a este ministério, quer cantando, quer falando. Entretanto, o mais importante uso da língua é nas orações públicas, que são pronunciadas na assembléia dos fiéis, mercê das quais ocorre que, com uma voz comum e como que com a mesma boca, glorifiquemos a Deus, todos juntos, a quem adoramos em um só espírito e com a mesma fé. E isto abertamente, para que todos mutuamente recebam, cada um de seu irmão, a confissão de fé, e sejam convidados e incitados a buscar seu templo.

32. PROPRIEDADE E REQUISITOS DO CANTO NA IGREJA

No entanto é também preciso abordar de passagem o costume de cantar na igreja, não só como evidência muito antiga, mas também esteve em uso nos dias dos apóstolos, o que destas palavras de Paulo é lícito concluir: "Cantarei com o espírito, mas também cantarei com o entendimento" [1Co 14.15]. Igualmente, aos Colossenses: "Ensinando e admoestando-vos mutuamente com hinos, salmos e cânticos espirituais, cantando ao Senhor com gratidão em vossos corações" [Cl 3.16]. Ora, na primeira *dessas* passagens ele preceitua que se deve cantar com a voz e com o coração; na segunda, recomenda cânticos espirituais com os quais os piedosos se edificam mutuamente.

Contudo, que esse costume não era universal o comprova Agostinho, o qual menciona que a igreja de Milão começou a cantar sob Ambrósio, quando Justina, mãe de Valentiniano, rugia furiosamente contra a fé ortodoxa, e geralmente o povo era mais assíduo em vigília. Mais tarde as demais igrejas ocidentais[294] anuíram ao costume. Mas, ele disse um pouco antes que este costume proviera das *igrejas* orientais. No livro II das ***Refutações***[295] também indica que em seu tempo *essa prática* foi recebida na África. "Com efeito", diz *ele*, "um certo Hilário, um ex-tribuno, onde quer que podesse, lacerava com repreensão maldizente o costume que então começara a existir em Cartago, *a saber*, que hinos eram proferidos do livro dos Salmos diante do altar, ou antes da oblação, ou quando se distribuía ao povo o que fora oferecido. A esse respondi, por insistência dos irmãos."

Certamente que, se por um lado o cântico se acomoda à gravidade que convém à vista de Deus e dos anjos, se por outro concilia dignidade e graça aos atos sacros, é de muito valor para incitar os ânimos ao verdadeiro zelo e ardor no ato de orar. Contudo, impõe-se diligentemente guardar que os ouvidos não estejam mais atentos à melodia que a mente ao sentido espiritual das palavras. Com este perigo, em alguma parte o mesmo Agostinho se confessa mui perturbado pelo fato de que às vezes desejava que se estabelecesse o costume observado por Atanásio, o qual mandava o leitor expressar-se com tão reduzida inflexão da voz que mais se avizinhava daquele que declama do que daquele que canta. Quando, porém, se lembrava de quão grande beneficio os cânticos lhe haviam conferido, inclinava-se para o outro lado.[296] Portanto, aplicada esta moderação, não há dúvida nenhuma de que seja uma prática muito santa e muito sadia; da mesma forma que, por outro lado, todos e quaisquer cantos que foram compostos apenas para o encanto e o deleite dos ouvidos, nem são compatíveis com a majestade da Igreja, nem se pode entoá-los sem desagradar sobremaneira a Deus.

33. AS ORAÇÕES PÚBLICAS DEVEM SER INTELIGÍVEIS; PORTANTO, NA LÍNGUA FALADA PELO POVO

Daqui, fica também inteiramente claro que as orações públicas devem ser formuladas não em grego entre os latinos, nem em latim entre os franceses ou ingleses, como até aqui se tem feito a cada passo, mas na linguagem popular, para que as mesmas sejam generalizadamente entendidas por toda a assembléia, uma vez que, na verdade, é indispensável que isso seja feito para edificação de toda a Igreja, à qual, absolutamente, nenhum fruto advém além de um som não compreensível. Esses, de fato, entre os quais nenhuma consideração há nem de caridade, nem de hu-

294. *Confissões*, livro IX, capítulo VII, 15.
295. Capítulo IX.
296. *Confissões*, livro X, capítulo XXXIII, 50.

manidade, deviam ser movidos um mínimo sequer, ao menos pela autoridade de Paulo, cujas palavras estão mui longe de ser ambíguas. "De outra maneira", diz *ele*, "se bendisseres com o espírito, como dirá o que ocupa o lugar de indouto o amém, sobre tua ação de graças? Porque realmente tu dás bem as graças, mas o outro não é edificado" [1Co 14.16, 17].

Quem, pois, ficará surpreso ante a desenfreada licenciosidade que predomina entre os papistas, os quais, contra a manifesta proibição do Apóstolo não temem cantar em língua estranha o que nem sequer eles mesmos muitas vezes entendem?[297] Mas, o que devemos realmente fazer, Paulo o prescreve: "Que farei, pois?", diz *ele*, "orarei com o Espírito, orarei também com o entendimento; salmodiarei com o Espírito, salmodiarei também com o entendimento" [1Co 14.15]. Com o termo ***Espírito*** ele tem em mente o singular dom de línguas, dotados do qual alguns abusavam, quando o separam da mente, isto é, do entendimento. Concluamos, pois, que é impossível, em se tratando da oração pública ou privada, que a língua sem o coração não desagrade a Deus sobremaneira;[298] além disso, a mente deve ser incitada com veemência com o que pensa e ir muito mais longe supere do que tudo o que a língua pode exprimir verbalmente; finalmente, que de fato a língua não é necessária à oração particular, a não ser até onde o entendimento é insuficiente para elevar-se por si próprio, ou com a veemência da incitação force a língua a falar. Ora, embora as melhores orações às vezes necessitem da palavra, contudo, amiúde, quando o afeto do coração está muito aceso, a língua se solta e igualmente os demais membros; e isto sem pretensão alguma, mas espontaneamente. Obviamente, daí esse sussurrar indefinido de Ana [1Sm 1.13], cujo certo símile os santos experimentam em si constantemente, quando prorrompem em palavras abruptas e entrecortadas.

Entretanto, observam-se costumeiramente expressões do corpo no orar, a saber, genuflexão e descobrir a cabeça, são exercícios mercê dos quais tentamos alçar-nos a maior veneração de Deus.

34. A ORAÇÃO DO SENHOR, OU PAI NOSSO, É EXPRESSÃO DA MISERICÓRDIA DIVINA EM PROVER-NOS FORMA MODELAR DE ORAÇÃO

Agora se faz necessário aprender noção de orar não só mais segura, mas também a própria forma, isto é, aquela que o Pai celestial nos ensinou através de seu dileto Filho [Mt 6.9-13; Lc 11.2-4], onde se pode perceber sua imensa bondade e

297. Primeira edição: "Quem, portanto, haja de suficientemente maravilhar-se do infrene desbragamento dos papistas, que, assim abertamente protestando o Apóstolo, não temem reboar verbosíssimas preces em uma língua estranha, nas quais nem [eles] próprios compreendem, por vezes, uma [só] sílaba [sequer] , nem querem entendam outros?"

298. Primeira edição: "Assim, contudo, se deve absolutamente sentir: nem na oração pública, nem na particular, pode de nenhuma razão acontecer que a língua sem o entendimento a Deus sumamente não desagre."

benevolência. Ora, além de advertir-nos e insistir conosco que o devemos buscar em todas as nossas necessidades, assim como os filhos costumam refugiar-se na proteção dos pais sempre que são afligidos de qualquer ansiedade, vendo que de fato não podíamos sequer entender quão profunda é nossa necessidade e miséria, nem tampouco o haveríamos de suplicar que fosse de nosso proveito, também atendeu a esta nossa ignorância e o que faltava à nossa capacidade, e de si mesmo supriu tudo o que nos faltava. Pois nos prescreveu uma fórmula, pela qual, como em uma tabela, *nos* propôs tudo quanto dele é licito buscar, tudo quanto conduz a nosso bem-estar, tudo quanto é necessário suplicar.

Desta sua benignidade percebemos grande fruto de consolação, porque compreendemos que não lhe suplicamos nada que seja ilícito, nada que seja estranho ou inoportuno, enfim, nada que não lhe seja aceitável, porquanto estamos rogando quase que de sua própria boca. Como visse a imperícia dos homens na apresentação de seus rogos a Deus, os quais, se concedidos, muitas vezes lhes seria prejudicial, Platão declara que a melhor forma de orar é esta, apropriada de um poeta antigo: "Ó Rei Júpiter, confere-nos as coisas melhores, quer as desejemos, quer não; as *coisas* más, porém, ordena que fiquem longe *de nós*, ainda quando as peçamos.[299] E *esse* homem, na verdade pagão, nisto é sábio, porque sentencia quão perigoso é buscar do Senhor o que nossa cabeça haja ditado; ao mesmo tempo, põe à mostra nossa infelicidade, visto que, na realidade, nem podemos abrir a boca diante de Deus, sem grave perigo, a não ser que o Espírito nos instrua sobre a norma certa de orar [Rm 8.26]. Em quão maior apreço merece ser julgado entre nós este privilégio, quando o Unigênito Filho de Deus nos sugere à boca palavras que desvencilhem nossa mente de toda vacilação!

35. DIVISÃO E SENTIDO GERAL DA ORAÇÃO DO SENHOR

Esta fórmula ou regra de orar é constituída de ***seis petições***. Ora, a razão que me leva a não dividi-la em ***sete artigos***, como fazem alguns, é que o evangelho, ao dizer, "não nos deixe cair em tentação, mas livra-nos do mal", liga dois membros para fazer uma só petição; ao contrário, "socorre-nos em nossa debilidade e não nos deixes cair". Conosco estão também de acordo antigos escritores da igreja;[300] de sorte que, agora, o que em Mateus foi adicionado em sétimo lugar deve ser exegeticamente atribuído à sexta petição.

Mas, ainda que toda a oração seja de tal natureza que por toda parte deva-se ter em primeiro plano o motivo da glória de Deus, contudo as primeiras três peticões se destinaram particularmente à glória de Deus, a qual, nelas, temos unicamente que

299. Alcibíades, I, 142 E, 143 A.
300. Agostinho, *Inquirição*, capítulo XXX, 13.

levar em conta, sem ter absolutamente em nenhuma consideração nosso proveito. As três *petições* restantes tratam do cuidado de nós *mesmos* e foram assinaladas propriamente àquelas *coisas* que se devem suplicar em virtude de nossa necessidade. Por exemplo, quando rogamos que o nome de Deus seja santificado, visto que Deus quer pôr à prova se porventura se é amado e cultuado por nós desinteressadamente, ou pela esperança de recompensa, então nossa vantagem não deve estar em cogitação; pelo contrário, sua glória deve estar posta diante *de nós*, para que, de olhos fixos, só contemplemos a ela. Tampouco devemos deixar-nos afetar de outro modo nas orações restantes desta natureza.

Certamente disto se deduz um grande proveito para nós; porque, enquanto *seu nome* é dessa forma santificado como pedimos, assim também, por sua vez, *se opera* nossa santificação. Nossos olhos, porém, como já foi dito, devem estar fechados para proveito dessa ordem, e de certo modo se fazerem cegos, para que não atentem absolutamente para o mesmo. De sorte que, se fosse cortada toda esperança de nosso bem particular, contudo, esta santificação, e outras *coisas* que dizem respeito à glória de Deus, não deixam de ser por nós almejadas e suplicadas nas orações. Como se observa nos exempos de Moisés e de Paulo [Ex 32.32; Rm 9.3], aos quais não foi penoso desviar de sua própria pessoa a mente e os olhos, e com zelo veemente e inflamado, pedir sua própria perdição, para que, até mesmo com dano próprio, pudessem promover a glória e o reino de Deus. Por outro lado, quando pedimos que nos seja dado nosso pão de cada dia, ainda que desejemos o que é de nosso interesse, contudo, aqui também, devemos buscar especialmente a glória de Deus, para que de fato nada peçamos, a não ser o que redunde para sua glória.

Agora avancemos para com a própria exposição da Oração *do Senhor*.

Pai nosso, que estás no céu

36. O profundo significado da invocação de Deus como "nosso Pai"

Primeiro, no próprio limiar ocorre o que já dissemos previamente: toda oração deve ser oferecida por nós a Deus não de outra forma senão no nome de Cristo, visto que em nenhum outro nome ela pode ser-lhe recomendada. Ora, desde que a Deus chamamos Pai, *fazendo-o* sem dúvida antepomos o nome de Cristo, pois com que confiança *de outra sorte* alguém chamaria a Deus de Pai? Quem temeriamente prorromperia a isto, usurpando a honra do Filho de Deus, salvo se em Cristo fôssemos adotados por filhos da graça, Cristo que, sendo o verdadeiro Filho, nos foi dado, ele mesmo, por Irmão, para que o que ele mesmo tem por natureza se faça nosso por beneficio da adoção, se com fé segura abraçamos tão grande benevolência? Como diz João: "a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, aos que crêem em seu nome" [Jo 1.12].

Por isso, Deus não só se denomina nosso Pai, mas também quer por nós ser assim chamado, com essa doçura tão imensa de um nome que elimina de nós toda incerteza, uma vez que nenhum afeto maior de amor se pode achar em outra parte que não seja no Pai. Portanto, Deus não pôde comprovar com nenhuma prova mais segura seu imenso amor para conosco além do fato de que somos chamados filhos de Deus [1Jo 3.1]. Seu amor, porém, é infinitamente maior e mais excelente para conosco do que todo o amor de nossos pais, quanto *ele* mesmo supera em bondade e misericórdia a todos os homens; de modo que, se todos quantos, pois, há na terra, despojados de todo sentimento de paternal piedade, desamparassem aos filhos, ele jamais falharia para conosco [Sl 27.10; Is 63.16], porque não pode negar a si mesmo [2Tm 2.13]. Ora, nós temos sua promessa: "Se vós, pois, sendo maus, sabeis dar boas dádivas a vossos filhos, quanto mais vosso Pai, que está nos céus, dará boas coisas aos que lhe pedirem?" [Mt 7.11]. Igualmente, no Profeta: "Porventura pode a mãe esquecer-se dos filhos? E se ela os esquecer, contudo eu não me esquecerei de ti" [Is 49.15]. Como não se pode confiar um filho à guarda de um homem estranho e desconhecido, sem que ao mesmo tempo se haja de queixar-se ou da crueza ou da improbidade do pai, assim, uma vez sendo nós seus filhos, não podemos buscar ajuda de outra parte senão dele mesmo, senão desonrando e infamando-o como pobre e miserável, ou como austero e cruel.[301]

37. Ao dizermos "Pai nosso", Deus nos assegura seu amor paterno e sua acolhida graciosa, a despeito de nosso pecado e vileza

Tampouco aleguemos que nossos pecados nos acusam e nos fazem apresentar-nos diante de seu acatamento, os quais, ainda que *ele* seja o Pai clemente e terno, contudo o irritamos com nossas ofensas diariamente. Ora, se entre os homens o filho não poderia ter nenhum patrono melhor para pleitear sua causa junto ao pai, nenhum advogado melhor que pudesse reconciliá-lo com ele e recobrar-lhe o favor perdido, do que *ele* mesmo, suplicante e deprimido, reconhecendo a *própria* culpa, implore a misericórdia do pai; pois então porventura podem as entranhas paternas dissimular que se comovem diante de tais orações, justamente como esse "Pai de misericórdias e Deus de toda consolação" haverá de fazer? [2Co 1.3]. Quando a isto especialmente nos convida e insta, ouvidos às lágrimas e gemidos de *seus* filhos que a ele suplicam, porventura não atenderá, antes que a quaisquer súplicas de outros, a cujo auxílio por isso acorrem apavorados, não sem algum sinal de desespero, visto que não confiam na compaixão e clemência de seu Pai?

Esta exuberância da compaixão paterna nos é pintada e representada na parábo-

301. Primeira edição: "... de outra parte não podemos buscar ajuda que d[Ele] Próprio, a menos que exprobrada Lhe [haja de ser] a indigência e a pobreza de recursos, ou a crueldade e excessivo rigor."

la [Lc 15.11-32] em que ao filho que se alheara dele, que os haveres lhe havia esbanjado dissolutamente, que contra ele gravemente transgredirá de todos os modos, o pai o recebe de braços abertos, nem mesmo esperando que com palavras rogue perdão; pelo contrário, *ele* próprio se antecipa, reconhecendo-o ao longe de regresso, corre-lhe deliberadamente ao encontro e o consola recebendo-o em seu favor. Pois, propondo este exemplo de tão grande compaixão a constatar-se no homem, ele quis ensinar-nos que devemos esperar dele liberalidade muito maior, não apenas *como* um Pai, mas *como* sobremaneira o melhor e mais clemente de todos os pais, desde que, embora filhos ingratos, rebeldes e réprobos, entretanto nos lançando à sua misericórdia.

E se somos cristãos, para que mais segura fizesse a certeza de que ele nos é um Pai desse gênero, quis ser chamado não apenas ***Pai***, mas expressamente ***Pai nosso***, como se tratássemos com ele desta maneira: "Ó Pai, que de tão grande piedade és dotado para com teus filhos, de tão grande prontidão para perdoar, nós, teus filhos, te invocamos e suplicamos, seguros e francamente persuadidos de que de não nutres outro sentimento para conosco, senão paterno, por mais que *sejamos* indignos de um Pai como tal. Visto, porém, que as estreitezas de nosso coração não abarcam tão grande imensidade de favor, Cristo nos é não meramente o penhor e a garantia de *nossa* adoção, mas também *por* testemunha dessa mesma adoção que o Espírito nos dá, por meio de quem é próprio clamar, com voz desimpedida e sonora: ***Abba, Pai*** [Rm 8.15; Gl 4.16]. Daí, sempre que nos embaraçar alguma hesitação, lembremo-nos de pedir dele que, corrigida nossa falta de ânimo, esse mesmo Espírito de firmeza de alma nos seja posto adiante *como* guia para orarmos ousadamente.

38. Ao dizer-se "Pai nosso", significa que ele é o Pai de todos, razão pela qual devemos orar afetuosamente, porém, de modo especial, pelos da família da fé

O que aqui, porém, não se nos ensina é que cada em particular o chame ***seu Pai***, mas, antes, que todos o chamemos em comum ***nosso Pai***, sendo com isso advertidos de quão grande afeto de fraterno amor convém que exista entre nós, *nós* que com o mesmo direito de misericórdia e graciosa liberalidade desse Pai, somos igualmente filhos. Ora, se o Pai é um *só e único*, comum a todos [Mt 23.9], do qual provém absolutamente tudo quanto de bom nos pode suceder, não deve haver nada separado entre nós, que não estejamos preparados, comunicando uns aos outros com grande alegria de espírito quanto exige a necessidade. Ora, se estamos preparados como se deve, a assistir-nos e ajudar-nos, mutuamente, não há nada em que mais possamos beneficiar aos irmãos do que recomendando-os ao cuidado e providência do Pai boníssimo, o qual, *sendo* propício e favorável, nada *mais*, absolutamente, se pode desejar. Obviamente, isto mesmo também devemos a nosso Pai. Porque, assim como

tantos quantos amam verdadeiramente e de coração a algum pai de família, com amor e benevolência abraçam ao mesmo tempo a toda sua casa; na mesma medida nós, se com o zelo e afeto amamos a este Pai celestial e desejamos servi-lo, é necessário que mostremos afeto e amor a seu povo, sua família, enfim, sua herança, a qual ele tem tão grandemente honrado, e à qual denominou a plenitude de seu Filho Unigênito [Ef 1.23].

Portanto, que o homem cristão conforme suas orações a esta regra: que elas sejam comuns e que ele abrace a todos os que são seus irmãos em Cristo. Não somente *aqueles* que vê como tais e reconhece no presente, mas a todos os homens que agem sobre a terra, acerca dos quais está além do conhecimento de que Deus assim o determinou, exceto que desejar-lhes e esperar-lhes o melhor não é menos piedoso que humano; se bem que, acima dos demais, importa que sejamos propensos de certo afeto singular para com os da família da fé, aos quais o Apóstolo no-los recomendou, de modo especial [Gl 6.10]. Em síntese, assim devem ser todas as orações: que tenham sempre os olhos postos naquela comunhão que nosso Senhor estabeleceu em seu reino e sua casa.

39. A oração, ainda que sem fronteiras vise a todos, nada impede, como auxílio a indigentes, que se faça em favor de alguns, mais especificamente, até em nosso próprio favor

Contudo, tampouco isso impede que seja lícito orar, especialmente, não só em nosso favor, mas também em favor de outros; contudo, desde que a mente não se descuide da visão desta comunhão, muito menos dela se desvie; ao contrário, tudo deve convergir para este ponto. Ora, ainda que *as orações* sejam concebidas em moldes individuais, porquanto para este escopo se dirigem, *elas* não deixam de revestir-se de teor universal. Tudo isto se pode entender facilmente com uma ilustração. É geral o mandado de Deus quanto a aliviar-se a penúria de todos os pobres, e de fato que se obedeçam a isto os que, para esse fim, socorrem a indigência daqueles que sabem ou vêem sofrer, ainda que omitam a muitos que são premidos de não menos dura necessidade, ou porque não *possam* conhecê-los a todos, ou porque não *possam* atender a todos. Nesta medida, aqueles que formulam orações particulares desta natureza não resistem à vontade de Deus, tendo em mira, e ponderando esta comum comunidade da Igreja, com as quais, com palavras particulares, porém com um afeto comum e público, recomendam a Deus a si mesmos ou aos outros, cuja necessidade ele quis que conheçam mais de perto.

Entretanto, de fato nem tudo é semelhante na oração e na distribuição de recursos, pois a benignidade de dar assistência só pode ser exercida em favor daqueles cuja penúria nos foi posta à vista; mas pela oração é possível ajudar até aos mais estranhos e mais desconhecidos, por mais longa seja a distância pela qual estejam

afastados de nós. Mas isto se dá através desta fórmula geral de oração em que estão contidos todos os filhos de Deus, entre os quais estão também esses. A isto se pode atribuir o fato de Paulo exortar aos fiéis de seu tempo a que, em toda parte, elevem mãos puras sem contenda [1Tm 2.8]; porquanto, advertindo que a dissenção fecha a porta às orações, ele ordena que seus rogos sejam unânimes, em toda paz e amizade.[302]

40. O consolador sentido da cláusula "que estás nos céus", não indicando localização ou limitação em Deus, mas realçando-lhe a majestade e soberania

Acrescenta-se que ele está nos céus. Daqui não se deve raciocinar precipitadamente que ele está limitado à circunferência do céu, como se *estivesse* recluso e circunscrito em um recinto reservado. Pois que também Salomão confessa que os céus dos céus não o podem conter [1Rs 8.27]. E *ele* mesmo, por intermédio do Profeta, diz que o céu é seu trono, mas a terra é o estrado de seus pés [Is 66.1; At 7.49]; obviamente, querendo dizer com isso que não se confina a alguma região determinada; ao contrário, ele está difundido em tudo. Contudo, visto que, dada a sua obtusidade, nossa mente não podia, de outra sorte, conceber sua inenarrável glória, ela nos foi designada pelo *termo* ***céu***, do que nada mais augusto ou mais pleno de majestade nos pode vir à contemplação. Enquanto, pois, onde quer que nossos sentidos apreendem qualquer coisa, aí costumam fixá-la, Deus é posto além de todo e qualquer lugar; de sorte que, quando queremos buscá-lo, somos elevados acima de todo sentido do corpo e da alma. Então, com esta forma de expressão, *ele* é elevado acima de toda possibilidade de corrupção ou mudança. Finalmente, denota-se que ele abraça e sustêm todo o mundo e com seu poder o rege. Portanto, isto é exatamente como se ele fosse definido como se fosse de magnitude ou sublimidade infinita, de essência incompreensível, de poder imenso, de imortalidade eterna. Quando, porém, ouvimos isto, nosso pensamento deve elevar-nos mais alto, uma vez que está a tratar-se de Deus; tampouco o imaginemos como fosse terreno ou carnal, nem o meçamos por nossas acanhadas medidas, nem conformemos sua vontade a nossos afetos. Ao mesmo tempo, a confiança nele deve cobrar-nos ânimo, de cuja providência e poder entendemos serem governados céu e terra.

A conclusão, pois, é que sob o termo ***Pai*** se nos propõe aquele Deus que em Cristo nos apareceu em sua *própria* imagem, para que seja invocado por uma fé inabalável; tampouco o termo familiar ***Pai*** é só para engendrar confiança, mas também vale para que as mentes sejam sustentadas, a fim de que não sejam arrastadas a deuses duvidosos ou fictícios; ao contrário, que do Filho Unigênito se elevem ao único Pai dos anjos e da Igreja. Em segundo lugar, visto que seu trono está estabele-

302. Primeira edição: "... quer unânimes suas rogativas apresentem em comum."

cido nos céus, se nos adverte que, já que ele governa o mundo, de forma alguma nos aproximaremos dele em vão, já que espontaneamente se apresenta e oferece a nós.[303]

O Apóstolo afirma que, "é necessário que aquele que se aproxima Deus creia que ele existe, e que é o galardoador dos que o buscam" [Hb 11.6]. Cristo, neste lugar, atribui ambas essas coisas a seu Pai, para que nossa fé se assente nele; então, que estejamos firmemente persuadidos de que nossa salvação não é negligenciada por ele, já que se digna até mesmo de estender-nos sua providência. Com rudimentos como esses, Paulo nos prepara para que oremos corretamente, pois antes que prescreva que nossas petições se façam conhecidas diante de Deus, ele prefacia a imposição nestes termos: "Seja vossa eqüidade notória a todos os homens; perto está o Senhor" [Fp 4.5, 6]. Do quê se faz claro que suas petições revolvem em sua mente, hesitante e confusamente, os que não têm isto firmemente estabelecido: "Os olhos de Deus estão sobre os justos" [Sl 34.15; 1Pe 3.12].

41. Primeira petição: "Santificado seja teu nome"

A primeira petição é que o nome de Deus seja santificado [Mt 6.9], necessidade que deveria trazer-nos grande vergonha. Pois, que há de mais indigno do que nossa ingratidão, em parte, tolde a glória de Deus, em parte *nossa* malignidade, quanto possa em si ofuscá-la *nossa* petulância e furioso despudoramento? Ainda que com sua sacrílega devassidão todos os ímpios tentem destruí-la, não obstante resplandece a santidade do nome de Deus. Não é sem causa que o Profeta exclama: "Segundo é teu nome, ó Deus, assim teu louvor, até os confins da terra" [Sl 48.10]. Ora, onde quer que Deus se haja conhecido, não pode ocorrer que não se manifestem suas virtudes, poder, bondade, sabedoria, justiça, misericórdia, verdade, que não incitem nossa admiração e não nos arrebatem à celebração de seu louvor. Portanto, uma vez que de forma tão ultrajante sua santidade é subtraída da terra, não conseguimos mantê-la como convém, se nos manda que pelo menos tenhamos o cuidado de rogar a Deus que a mantenha.

A síntese *desta petição* consiste em que ansiemos por que seja dada a Deus sua honra, da qual é digno, de sorte que os homens nunca falem ou pensem dele senão com reverência; ao que se opõe a profanação que no mundo foi sempre sobremaneira comum, como grassa ainda hoje. E daqui a necessidade *desta* petição, a qual seria supérflua se entre nós não vigorasse *ao menos* modesta piedade. Porque, se o nome de Deus se revestir de santidade, exaltado e glorificado como convém, quando é separado de todos os demais *nomes* e respira perfeita glória, aqui se nos ordena não apenas pedir que Deus defenda esse sacro nome de todo desprezo e ignomínia, como também que todo o gênero humano se sujeite à sua reverência.

303. Primeira edição: "... de [Seu] do mundo somos lembrados de que não em vão vimos a Esse Que, de presente cuidado, [nos] vem deliberadamente ao encontro."

Ora, visto que Deus se nos manifeste, em parte, em *seu* ensino, em parte por *meio de suas* obras, *ele* não é santificado por nós de outro modo senão se em ambos esses aspectos lhe atribuamos o que é seu, e assim abracemos tudo quanto dele procede. Tampouco seu louvor em nossos lábios obtêm menos sua severidade que *sua* clemência, quando na diversidade multifária das obras ele esculpiu marcas de sua glória, aptas a forçar todas as línguas, com razão, a que expressem a confissão de louvor. Assim acontecerá que a Escritura terá entre nós justa autoridade, não que qualquer evento impeça que se bendiga o que Deus merece em todo o curso do governo do mundo. Em contrapartida, *esta* petição também se propõe a que pereça e seja aniquilada toda impiedade que macula este santo nome, tudo quanto tolde esta santificação, ou o diminue, quer injúrias ou zombarias, para longe se vão, e, enquanto Deus reprime todos os sacrilégios, daqui mais e mais lhe resplenda a majestade.

42. Segunda petição: "Venha teu reino"

A segunda petição consiste em que o reino de Deus venha [Mt 6.10]; que, embora ela não contenha nada de novo, entretanto, não sem razão se distingue da primeira, porquanto, se considerarmos nosso torpor na maior de todas as coisas, faz-se necessário inculcar em mais palavras o que por si só deveria ser sobejamente conhecido. Portanto, depois que sermos incitados a rogar a Deus que ponha em sujeição, e por fim aniquile completamente a tudo quanto causa mancha em seu sacro nome, então acrescenta-se outra petição, semelhante e quase a mesma: que seu reino venha. Mas, ainda que a definição deste reino já foi dada por nós previamente, agora a repito de modo sucinto: Deus reina onde os homens, tanto pela negação de si *mesmos*, quanto pelo desprezo do mundo e da vida terrena, se submetem a sua justiça a fim de aspirarem à vida celestial.

Daí, este reino consiste de duas partes: uma, que Deus, mediante o poder de seu Espírito, corrija todos os desejos depravados da carne, os quais pelejam contra ele em batalhões; então, que conforme todos nossos sentimentos à obediência de sua soberania. E assim nesta oração não são outros que mantêm a ordem legítima, senão *aqueles* que começam de si próprios, isto é, que se purguem de todas as mazelas que perturbam a tranqüila condição do reino de Deus e infectam sua pureza. Ora, visto que a Palavra de Deus é como que *seu* cetro régio, aqui se nos ordena a que oremos para que as mentes e corações de todos se lhe sujeitem à voluntária obediência, o que acontece quando, pela secreta inspiração do Espírito, haja manifestado a eficácia de sua Palavra, para que tenha a preeminência no grau de honra que merece. Em seguida a isso, convém descer aos ímpios, os quais, obstinadamente e com desesperado furor, lhe resistem à autoridade.

Portanto, Deus erige seu reino abatendo ao mundo todo, contudo, de modos diversos, porquanto de uns doma o desenfreamento; de outros quebranta o indomá-

vel orgulho. Deve-se almejar que aconteça cada dia que de todos os rincões do mundo Deus junte a si ajunte *suas* igrejas, as propague e as faça aumentar em número, as sature de suas dádivas, estabeleça nelas ordem legítima; em contraposição, que prostre a todos os inimigos da sã doutrina e religião; lhes dissipe os conselhos; lance abaixo seus planos. Do quê transparece que não é debalde que se nos preceitua o esforço de progresso diário, porquanto nunca as coisas humanas procedem tão bem que, dissipadas e purgadas a sordidez dos vícios, a integridade floresça e viceje plenamente. Sua plenitude, porém, delonga-se até à vinda final de Cristo, quando, segundo o ensino de Paulo, "Deus será tudo em todas as coisas" [1Co 15.28].

E assim, esta *segunda* petição deve retrair-nos das corrupções do mundo, as quais nos separam de Deus, de sorte que dentro de nós não medre seu reino; ao mesmo tempo, deve inflamar-se o zelo pela mortificação da carne; finalmente, nos ensina a suportar a cruz, quando deste modo Deus quer que seu reino seja propagado. E não se deve ter por injusto que o homem exterior se corrompa, conquanto que o interior se renove [2Co 4.16]. Pois esta é a condição do reino de Deus: que enquanto nos submetemos à sua justiça, nos tornemos participantes de sua glória! Isto se realiza quando sua luz e sua verdade sempre resplandeçam de novos incrementos, mercê das quais as trevas e enganos de Satanás e seu reino desvanecem, se extinguem e perecem; aos seus protege, com o auxílio de seu Espírito, os dirige à retidão e os firma à perseverança; frustra, porém, as ímpias conspirações dos inimigos, dissipa seus ardis e embustes, se opõe à sua malignidade, reprime a obstinação, até que, por fim, dê cabo do Anticristo com o Espírito de sua boca e destrua toda impiedade com a esplendor de sua vinda [2Ts 2.8].

43. Terceira petição: "Seja feita tua vontade, assim na terra como no céu"

A terceira petição é que "a vontade de Deus seja feita na terra como é feita no céu" [Mt 6.10]. Isto, ainda que dependa de seu reino, nem dele se pode dissociar, contudo, não é em vão que se adiciona separadamente, em razão de nossa obtusidade, que não se apreende fácil e prontamente o que seja Deus reinar no mundo. Portanto, não será absurdo tomar isto explicativamente: então Deus haverá de ser Rei no mundo, quando todos se sujeitarem a sua vontade. Com efeito, aqui não se trata de sua vontade secreta, pela qual a tudo regula e destina a seu fim. Pois ainda que Satanás e os homens sejam tumultuosamente impelidos contra ele, em seu incompreensível conselho, no entanto, sabe não só aparar-lhes os ataques, como também de tal modo os dispões que, por meio deles, faça o que precisamente decretou.

Mas aqui se denota a outra vontade de Deus, isto é, *aquela* a que corresponde a obediência voluntária, e por isso o céu é expressamente comparado à terra, porque os anjos, como se diz no Salmo, obedecem espontaneamente a Deus e se dispõem a

cumprir-lhe as ordens [Sl 103.20]. Portanto, se nos ordena que anelemos que, assim como no céu nada se faz sem ser pelo arbítrio de Deus, e placidamente os anjos estão munidos de toda retidão, assim também, aniquilada toda contumácia e impiedade, a terra esteja sujeita ao governo desta ordem. Certamente, ao pedir isto renunciamos aos apetites e desejos de nossa carne;[304] porquanto, a não ser que alguém resigne e submeta seus sentimentos a sua vontade, quanto em si está, se opõe, uma vez que de nós nada procede senão o *que é* vicioso.

E de novo, com esta prece, somos induzidos à negação de nós *mesmos*, para que Deus nos reja conforme seu arbítrio. Não só isto, mas também que, *nossa mente e coração* reduzidos a nada, Deus crie em nós mente nova e coração novo, para que não sintamos em nós qualquer frêmito de desejo senão a pura anuência à sua vontade. Em suma, que *nós* mesmos não queiramos algo propriamente nosso; ao contrário disso, que seu Espírito nos governe o coração para que, nos ensinando *ele* interiormente, aprendamos a amar *as coisas* que lhe são deleitáveis; contudo, odiando *as* que *lhe* desagradam. Do quê também procede isto: que todos e quantos sentimentos se opõem à sua vontade, a esses torne-os vãos e sem efeito.

Eis, *pois*, os primeiros três tópicos da Oração *do Senhor*, em pronunciando os quais só a glória de Deus convêm ter diante dos olhos, pondo de parte a consideração por nós *mesmos*, nem contemplado qualquer proveito nosso, o qual, embora nos provenha daí amplamente, contudo, aqui não deve ser buscado por nós. Mas, todas estas *coisas*, embora não as cogitando, nem as desejando, nem as pedindo, não obstante hajam de ocorrer a seu tempo, no entanto devem ser por nós desejadas e suplicadas. E fazer isto não é de forma alguma pouco, como por esse meio nos atestemos e professemos ser servos e filhos de Deus, quanto em nós está, nos esforçando e verdadeira e profundamente nos devotando à sua honra, o que se deve ao Senhor e Pai. Daí, *aqueles* que não oram com esse sentimento e empenho de promover a glória de Deus, que o nome de Deus seja santificado, que seu reino venha, que sua vontade seja feita, esses nem mesmo devem ser tidos entre os filhos e servos de Deus; e como todas essas *coisas* lhes acontecerão a contragosto seu, assim redundarão em confusão e ruína.

44. QUARTA PETIÇÃO: "NOSSO PÃO DE CADA DIA DÁ-NOS HOJE"

Segue-se a segunda parte da Oração *do Senhor*, na qual descemos aos nossos interesses, certamente não ao ponto que prejudique a glória de Deus, a qual, Paulo o atesta [1Co 10.31], deve também ser contemplada no alimento e bebida, busquemos apenas o que nos é da conveniência. Mas, já frisamos que existe esta diferença: que vindicando para si, particularmente, as três petições *referidas*, Deus nos arrebata

304. Primeira edição: "E isto, na verdade, rogando, renunciamos aos desejos de nossa carne ..."

totalmente para si, para, desse modo, provarmos a piedade. Então ele admite que atentemos também para nosso proveito, todavia, com esta lei: que procuremos algo para nós, senão para este fim: que todos e quaisquer benefícios que nos confere façam resplandecer sua glória, pois que nada é *mais* apropriado do que vivermos e morrermos para ele [Rm 14.7, 8].

Aqui, porém, através da primeira petição desta segunda parte – "o pão nosso de cada dia dá-nos hoje" – pedimos de Deus todas *as coisas* em geral de que o uso do corpo necessita sob os elementos deste mundo [Gl 4.3], não somente com o que sejamos alimentados e sejamos vestidos, mas também tudo quanto ele mesmo antevê que nos conduza a que comamos nosso pão em paz. Em suma, por esta *petição* nos entregamos a seu cuidado e *nos* confiamos a *sua* providência, para que nos dê alimento, sustente e preserve. Pois o Pai boníssimo não desdenha tomar sob sua proteção e guarda nem mesmo nosso corpo, para que a fé nos exercite nessas coisas diminutas, enquanto dele esperamos tudo, inclusive uma *simples* migalha de pão e uma gota de água. Ora, uma vez que nossa iniqüidade é tal, que sempre temos muito mais em conta, e tomamos maior cuidado do corpo do que de nossa alma, muitos que se atrevem a confiar sua alma a Deus não deixam, contudo, de estar preocupados com a roupa; e se não têm sempre à mão grande abundância de vinho, trigo e azeite, estão tremendo, crendo que lhes haverá de faltar.[305] De tanto mais *estima* nos é a sombra desta vida passageira do que aquela eterna imortalidade! *Aqueles* que, porém, confiados em Deus, alijaram de vez aquela ansiedade quanto ao cuidado da carne, ao mesmo tempo esperam dele sem detença *coisas* que são maiores, até mesmo a salvação e a vida eterna. Logo, esperar de Deus aquelas coisas que, de outro modo, nos mantêm tão profundamente ansiosos, não é um leve exercício de fé, nem parco proveito é quando nos despimos desta falta de confiança que se apega obstinadamente aos ossos de quase todos os homens.

Com efeito, parece-me convir bem pouco à expressão de Cristo o que alguns filosofam acerca de ***pão supersubstancial***. De fato, a não ser que nesta vida caduca também atribuíssemos a Deus as funções de nutridor, a súplica seria imperfeita. A razão que apresentam é demasiado profana; dizem que não convém aos filhos de Deus, que devem ser espirituais, não só volvam a atenção aos cuidados terrenos, mas que inclusive envolvem a Deus neles. Como se realmente sua bênção e favor paterno não resplendessem também no alimento, ou tivesse escrito em vão que "a piedade é para tudo proveitosa, tendo a promessa da vida presente e da que há de vir!" [1Tm 4.8]. Mas, embora a remissão dos pecados de muito seja mais *importan-*

305. Primeira edição: "Ora, uma vez que haja sido de não sei que iniqüidade nossa predisposto que de maior solicitude da carne que da alma sejamos afetados e atormentados, muitos que ousam em Deus confiar no que tange à carne, ainda cedem à dúvida quanto a quê comam, quê vistam, e, a não ser que diante das mãos tenham abundância de vinho, trigo e óleo, tremem apreensivos."

te que os alimentos do corpo – o que no entanto era inferior Cristo pôs em primeiro lugar –, para que nos conduzisse gradualmente às duas petições restantes, que são próprias da vida celestial, no que suportou nossa lerdeza.

Ordena-se-nos, porém, pedir ***o pão nosso***, para que estejamos contentes com a porção que o Pai celestial se digna fornecer-nos, nem ganho procuremos alcançar mediante meios ilícitos. Enquanto isso, deve-se sustentar que ***nosso*** se faz por título de doação, porquanto nem *nossa* diligência, nem *nosso* labor, nem nossas mãos – como diz Moisés [Lv 26.20; Dt 8.17, 18] – por si sós nos adquirem alguma *coisa*, a menos que a bênção de Deus esteja presente. Aliás, de fato nem um mínimo *sequer* nos aproveitaria abundância de pão, a não ser que o alimento se nos convertesse divinamente. E, conseqüentemente, esta liberalidade divina é necessária não menos para os ricos do que para os pobres, porque, de celeiros e depósitos cheios, desfaleceriam sedentos e famintos, a menos que fruíssem de seu pão por mercê de sua graça.

A partícula ***hoje***, ou ***quotidianamente***, como está no outro evangelista [Lc 11.3], de igual modo o epíteto ***quotidiano***, lançam um freio ao desejo imoderado pelas coisas transitórias com que costumamos arder além da medida e às quais acrescem outros males, porque, se se depara abundância mais ampla, afetadamente a dissipamos em prazer, deleites, ostentação e outras modalidades de fausto. E, assim somos instados a rogar apenas quanto é bastante para nossa necessidade, e como que para o dia, com esta confiança: uma vez que hoje o Pai celestial nos haja alimentado, não haverá de faltar no *dia de* amanhã. Portanto, por maior que seja a abundância de coisas que nos aflua, até mesmo quando os depósitos estejam abarrotado e cheios os celeiros, contudo, convém que sempre peçamos o pão de cada dia, porque certamente se deve ter em mira que todo bem nada é, senão até onde, derramada seja sua bênção, o Senhor a fecunda de incremento contínuo. Ademais, *o bem* que está em nossa mão, de fato nem mesmo esse é nosso, senão até onde, a cada hora, uma a uma, *o Senhor* nos prodigaliza uma porçãozinha e nos permite seu uso.

Visto que mui dificilmente a soberba dos homens se deixa persuadir disto, o Senhor testifica haver propiciado prova singular a todos os séculos, quando alimentou seu povo no deserto com o maná, para que nos desse a saber que não só de pão vive o homem, mas, antes, da palavra que sai de sua boca [Dt 8.3; Mt 4.4], com o que se indica que a vida e as forças são sustentadas unicamente por seu poder, ainda que no-lo ministra sob instrumentos corpóreos, assim como também nos costuma ensinar com a prova contrária, quando, sempre que lhe agrade, quebranta a força e, como *ele* próprio chama, o ***báculo*** do pão, para que realmente os que comem definhem de fome e os que bebem fiquem ressequidos de sede [Lv 26.26; Ez 4.16, 17; 14.13]. *Aqueles*, porém, que não contentes com o pão de cada dia, antes com avidez desenfreada desejam ardentemente *coisas* infindas, ou *aqueles* que, fartos de sua

abundância e seguros no vulto de suas riquezas, não obstante a Deus suplicam com esta oração, outra coisa não fazem senão zombar dele. Ora, os primeiros pedem o que não queriam que fosse obtido, aliás, o que abominam ao máximo, isto é, apenas o pão de cada dia; e, quanto podem, disfarçam em relação a Deus o sentimento de sua avareza, quando a verdadeira oração deve derramar diante dele toda a própria mente e tudo quanto jaz nela escondido. Os segundos, porém, suplicam o que de modo algum esperam dele, isto é, o que julgam já ter junto a si.

Ao chamá-lo *pão nosso*, certamente mais sobressai, como já dissemos, a benignidade de Deus, a qual faz nosso o que por nenhum direito nos é devido. Contudo, não se deve repudiar o que também abordei: que se deve designar "nosso" o que obtemos por justo e inofensivo labor; não, porém, o que se busca com imposturas ou rapinagens, visto que é sempre alheio tudo quanto para nós adquirimos com algum dano alheio.

Quando pedimos, ***nos seja dado***, significa que *esse pão* é uma simples e graciosa dádiva de Deus, donde quer que nos advenha, ainda quando pareça ter-se absolutamente alcançado por nossa arte e indústria e provido por nossas mãos, quando meramente por sua bênção nossos labores alcançam sucesso.

45. Quinta petição: "e perdoa nossas dívidas, assim como perdoamos nossos devedores"

Segue-se: "Perdoa nossas dívidas" [Mt 6.12]. Nesta petição e na próxima Cristo enfeixou concisamente tudo quanto concerne à vida celeste, da mesma forma que, apenas nestes dois membros, se firma o pacto espiritual que Deus estabeleceu para a salvação de sua Igreja: "Escreverei minhas leis em seus corações e lhes serei propício para com a iniqüidade" [Jr 31.33; 33.8]. Aqui, Cristo começa da remissão dos pecados; então, logo em seguida, juntará a segunda graça: que Deus nos proteja pelo poder de seu Espírito e *nos* sustente com *seu* auxílio, para que nos postemos invencíveis contra todas as tentações.

Cristo designa de ***dívidas*** aos pecados, porque lhes devemos a pena; tampouco poderíamos de qualquer modo satisfazê-la, a menos que fôssemos desobrigados por esta remissão, que é um perdão de sua misericórdia gratuita, quando *ele* mesmo generosamente apaga essas dívidas, não recebendo de nós nenhum pagamento; ao contrário, satisfazendo-se em Cristo por sua própria misericórdia, o qual a si mesmo se entregou, uma vez, em compensação [Rm 3.24]. Portanto, todos quantos, com seus merecimentos ou com os de outros, confiam estar satisfazendo a Deus e crêem que tais satisfações podem comprar a remissão dos pecados, de modo algum podem chegar a conseguir a remissão gratuita e orar a Deus desta forma, não fazem outra coisa senão firmar sua própria acusação e ratificar com seu próprio testemunho sua

condenação. Se confessam devedores, a não ser que por um perdão gratuito sua dívida seja perdoada; este perdão, porém, eles não o aceitam; antes, o recusam ao apresentar diante de Deus seus méritos e satisfações; porque dessa forma não imploram sua misericórdia, senão que apelam para seu juízo.

Aqueles, porém, que sonham para si perfeição que elimine a necessidade de suplicar perdão, contam com discípulos a quem o comichão dos ouvidos impele aos enganos, desde que fique patente que foram afastados de Cristo todos e quantos tais discípulos adquirem para si, uma vez que, ensinando a todos a confessarem *sua* culpa, a nenhum ele admite senão a pecadores; não que fomente os pecados com afagos, mas porque sabia que os fiéis nunca se despem inteiramente dos vícios de sua carne, de modo que não permaneçam sempre sujeitos ao juízo de Deus. Deve-se, com efeito, almejar, e também lutar afincadamente, para que, havendo-nos desincumbido de todos os afazeres de nosso ofício, deveras nos felicitemos diante de Deus de estarmos puros de toda mancha. Mas, visto que a Deus apraz restaurar em nós, pouco a pouco, sua imagem, de sorte que sempre resida algo de contaminação em nossa carne, foi necessário que o remédio não fosse de modo nenhum negligenciado. Porque, se em função da autoridade a si dada pelo Pai, Cristo nos manda recorrer, por todo o curso da vida, à deprecação de culpa, a quem serão toleráveis os novos mestres, que tentam deslumbrar os olhos dos simplórios com o espectro de inocência perfeita, de sorte que confiem poder tornar-se isentos de toda culpa? João atesta que isso outra coisa não é senão fazer a Deus mentiroso [1Jo 1.10].

Pelo mesmo procedimento, esses malditos embusteiros dividem em duas partes o pacto divino, no qual se contém nossa salvação; porque dos dois pontos suprimem um, com o qual o desfazem totalmente, agindo não só de modo sacrílego, mas também são ímpios e cruéis, porquanto cobrem de desespero as míseras almas, na verdade pérfidos para consigo mesmos e para com os semelhantes a si, visto que se induzem a um estado de inércia diametralmente oposto à misericórdia de Deus. O que, porém, objetam, que ao anelarmos pela vinda do reino de Deus, ao mesmo tempo buscamos a abolição do pecado, é totalmente pueril, visto que na primeira parte da Oração *do Senhor* se nos propõe a suprema perfeição, mas aqui *nossa* fraqueza. Daí, estas duas *coisas* se harmonizam convenientemente entre si, *a saber*, que aspirando à meta não negligenciemos os remédios que nossa necessidade exige.

Finalmente pedimos que perdão nos seja facultado "como nós mesmos perdoamos a nossos devedores" [Mt 6.12]; isto é, como perdoamos a todos aqueles que nos fizeram algum agravo ou injúria, quer por palavra ou por ato.[306] Não que seja prerrogativa nossa remitir a culpa de delito e ofensa, a qual pertence a Deus só [Is 43.25].

---

306. Primeira edição: "isto é, como para com todos somos indulgentes e relevamos a falta, por quem quer que seja que fomos prejudicados em qualquer cousa, ou tratados injustamente em ato, ou injuriosamente atacados em palavra."

Com efeito, esta é nossa remissão: alijar deliberadamente do coração a ira, o ódio, o desejo de vingança, e em deliberado esquecimento esmagar a lembrança das injustiças *recebidas*. Por esta razão, não se pode pedir de Deus a remissão dos pecados, a menos que nós mesmos perdoemos também as ofensas a todos quantos são ou foram injustos conosco. Se ao contrário retemos no coração algum ódio, meditamos e ocasionalmente cogitamos alguma represália contra alguém; mais ainda, se realmente não nos diligenciarmos por voltar ao favor de *nossos* inimigos, e os cativarmos com toda espécie de obséquios, e granjearmos sua estima, com esta prece suplicamos a Deus que não nos propicie a remissão dos pecados, pois estamos pedindo que *ele* nos faça como fazemos aos outros [Mt 7.12]. Isto é, realmente pedimos que não nos faça, a não ser que nós mesmos o façamos. *Aqueles*, pois, que são desta natureza, o que conseguem com sua petição, a não ser juízo mais grave?

Por fim, impõe-se observar que esta condição – que *Deus* nos perdoe, assim como perdoamos a nossos devedores – não é adicionada porque com nosso perdão que a outros concedemos mereçamos o perdão, como se ele fosse a causa expressa. Na verdade, com esta palavra em parte o Senhor quis consolar-nos ante a fraqueza da fé, pois acrescentou isto como um sinal pelo qual sejamos persuadidos de que tão certamente nos foi por ele feita a remissão dos pecados, quão certamente estamos cônscios de que ela será por nós feita a outros, quando nosso coração está vazio de todo ódio, rancor e vingança. E além disso quis com esta nota dar a entender que ele apaga do número de seus filhos aqueles que são fáceis de vingar-se e difíceis em perdoar, se obstinam em suas inimizades; e que, guardando seu mau coração contra o próximo, pedem a Deus que sejam perdoados, enquanto eles mesmos mantêm sua ira contra os demais; para que não se atrevam a invocá-lo como Pai, conforme Cristo mesmo o declarou através de Lucas [11.4].

46. Sexta petição: "e não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal"

A sexta petição [Mt 6.13], como dissemos, corresponde à promessa de que a lei de Deus seria gravada em nosso coração [Pv 3.3]; mas, visto que não obedecemos a Deus sem contínua luta, duros e árduos embates, aqui pedimos que sejamos equipados com armas e defendidos por proteção de tal natureza que estejamos aptos à vitória, pelo que somos avisados de que se faz necessário não apenas que a graça do Espírito nos abrande o coração interiormente, o dobre e o dirija à obediência de Deus, como também *seu* auxílio, mercê da qual nos torne invencíveis contra todas as ciladas e investidas violentas de Satanás.

Ora as formas de tentações são de fato muitas e variadas. Ora, tentações são não só as concepções depravadas da mente a nos provocar à transgressão da lei, as quais ou nos sugere nossa *própria* concupiscência, ou as excita o Diabo, mas também

aquelas coisas que de sua própria natureza não são más, entretanto, se fazem tentações por arte do Diabo, quando aos olhos de tal vulto se nos apresentam que, por sua interposição, somos afastados de Deus, ou dele nos arredamos. E de fato estas tentações são tanto de *coisas* prósperas quanto de *coisas* adversas. Das prósperas, *coisas tais* como as riquezas, e poder, as honras que o mais das vezes de seu fulgor e da aparência de bem que exibem embaçam a agudeza de visão dos homens e de seus regalos os engodam, assim que se vêem cativos de tais deslumbramentos, de sorte que, embriagados de tal encanto, a seu Deus esqueçam. Das adversas, *coisas tais* como a pobreza, os opróbrios, o desprezo, as aflições e outras *coisas* desse gênero, agravados pela aspereza e dificuldade dos quais percam o ânimo, alijem a confiança e a esperança, afim, de Deus inteiramente se alienem.

Nesta sexta petição, rogamos de Deus, nosso Pai, não permita que cedamos a uma e outra de ambas essas espécies de tentações que, ou acesas em nós mediante nossa *própria* concupiscência, ou a nós propostas pela sutileza de Satanás, lutam contra nós; ao contrário, que antes nos sustente com sua mão e nos encoraje, para que, fortalecidos por seu poder, possamos postar-nos firmes contra todas as investidas do maligno inimigo, quaisquer cogitações que *porventura* nos introduza na mente. Então, *suplicamos* que tudo quanto se nos propõe que tenda para uma e outra dessas partes convertamos ao bem, isto é, não sejamos enfatuados com *as coisas* prósperas, nem sejamos abatidos com as adversas. Contudo, tampouco solicitamos aqui que de forma alguma sintamos quaisquer tentações, pelas quais nos é sumamente indispensável ser antes incitados, aguilhoados, espicaçados para que não nos prostremos excessivamente acomodados e apáticos. Ora, não foi sem razão que Davi desejava ser tentado [Sl 26.2], nem sem causa que o Senhor tenta diariamente a seus eleitos [Gn 22.1; Dt 8.2; 13.3], castigando-os por meio da ignomínia, da pobreza, da tribulação e outras espécies de cruz. Deus, porém tenta de um modo; Satanás, de outro modo. Este, para que perca, danifique, confunda, precipite; Deus, porém, para que, aos seus testando, quer prova de sua sinceridade; e, exercitando-a, solidifique sua força, mortifique sua carne, depure-a, cauterize-a, a qual, a menos que seja desse modo refreada, prorromperia em excessos e se ufanaria além da medida. Além disso, Satanás ataca os desarmados e despreparados, para que, desprevenidos, os esmague; Deus, juntamente com a tentação, provê saída favorável, de sorte que os seus possam sofrer pacientemente tudo quanto lhes impõe [1Co 10.13; 2Pe 2.9].

Bem pouco importa se entendemos pelo termo ***maligno*** o Diabo ou o pecado. O fato é que Satanás é o próprio inimigo que arma ciladas contra nossa vida, porém nos armou do pecado para nossa própria ruína. Portanto, eis nossa súplica: que não sejamos vencidos e levados de roldão por quaisquer tentações; ao contrário, nos postemos fortes, pelo poder do Senhor, contra todas as forças adversas pelas quais somos atacados, que é o contrário de ***sucumbir às tentações***, de sorte que, recebidos

a sua guarda e cuidados, e seguros em sua proteção, prevaleçamos invictos sobre o pecado, a morte, as portas do inferno [Mt 16.18] e todo o reino do Diabo, que significa ***ser livrado do maligno***. Neste ponto, deve-se também notar, diligentemente, que não compete a nossas *próprias* forças travar combate com o Diabo, tão grande guerreiro que é, nem suportar-lhe a força e o ímpeto. De outra sorte em vão, ou em zombaria, se rogaria de Deus o que teríamos em nós mesmos.

Obviamente, *aqueles* que a tal combate se preparam na confiança de si mesmos não compreendem suficientemente com quão aguerrido e bem equipado adversário têm que enfrentar. Então, rogamos que sejamos livrados de seu poder, como da boca de algum leão tresloucado e furioso [1Pe 5.8], disposto a dilacerar com seus dentes e garras, tragar com suas fauces, a não ser que o Senhor nos arrebate do meio da morte; sabendo, contudo, ao mesmo tempo, que se o Senhor estiver presente, e lutar por nós, ainda que nos mantenhamos calados, "em seu poder faremos proezas" [Sl 60.12; 118.16]. Que outros confiem, como haverão de querer, na própria capacidade e forças do livre-arbítrio, os quais realmente parecem que o possuem; a nós seja bastante que, no mero *e singular* poder de Deus nos mantenhamos firmes e nos mostremos fortes.

Esta súplica, porém, compreende mais do que aparente à primeira vista, pois se o Espírito de Deus é nosso poder para entrarmos em luta com Satanás, não poderemos alcançar vitória antes que, cheios dele, sejamos despojados de toda fraqueza de nossa carne. Portanto, enquanto pedimos que sejamos livrados de Satanás e do pecado, suplicamos ser, continuamente, enriquecidos de novos eflúvios da graça de Deus, até que, deles plenamente saturados, triunfemos sobre todo mal.

A alguns parece ser impróprio e acintoso suplicar-se a Deus que não nos induza à tentação, quando é contrário a sua natureza tentar-nos, como o atesta Tiago [1.13]. Mas a questão já foi em parte resolvida, porque de todas as tentações pelas quais somos vencidos nossa concupiscência é propriamente a causa [Tg 1.14], e por isso sustêm a culpa. Tampouco, Tiago quer dizer outra coisas senão que em vão e injustamente se transferem as transgressões para Deus, as quais somos compelidos a imputar a nós *mesmos*, porque temos consciência de sermos culpados por elas. Entretanto, isso não impede que Deus, quando assim *lhe* parecer *bem*, nos abandone a Satanás, *nos* lance a um sentimento réprobo e a sórdidas paixões, e assim nos induza às tentações, por um juízo deveras justo, embora não raro oculto, porquanto a causa é freqüentemente escondida aos homens, a qual, no entanto, é nele certa. Do quê se conclui não ser *esta* uma expressão imprópria, se formos persuadidos de que não sem razão ele mesmo tantas vezes ameaça que estas haverão de ser provas seguras de sua vingança, quando os réprobos são afligidos de cegueira e dureza de coração.

47. Conclusão ou porção doxológica da oração do Senhor e seu significado

Estas três petições, nas quais encomendamos a Deus especificamente a nós *mesmos* e a todas as nossas *coisas*, mostram claramente o que dissemos antes: as orações dos cristãos devem ser associativas e ter em mira a edificação comum da Igreja e o avanço da comunhão dos fiéis. Ora, cada um não roga que algo seja dado particularmente a si; aliás, todos comumente pedimos o pão nosso, a remissão dos pecados, que não sejamos induzidos à tentação, que sejamos livrados da Maligno.

Em seguida adiciona-se a causa por que tão grande é não só nossa ousadia de pedir, mas também a confiança de obter, *causa* que, embora não ocorra nos exemplares latinos,[307] no entanto aqui parece tão mais apropriado inserir do que omitir, isto é, que "dele é o reino, e o poder, e a glória para sempre". Este é um remanso firme e tranqüilo à nossa fé, pois se nossas orações fossem recomendadas a Deus com base em nossa *própria* dignidade, quem diante dele ousaria sequer balbuciar? Ora, por mais miseráveis que sejamos, por mais que de todos fôssemos os mais indignos, embora vazios de toda honra, entretanto nunca nos faltará causa de orar, nunca cessará a confiança, quando não se pode subtrair de nosso Pai quer seu reino, seu poder ou sua glória.

No final *da Oração do Senhor* adiciona-se o ***Amém***, *termo* com que se exprime o ardor do desejo de obter as *coisas* que foram pedidas a Deus, e se nos firma a esperança de que todas *as coisas* dessa natureza já foram alcançadas, e com certeza haverão de nos ser concedidas, uma vez que foram prometidas por Deus, o qual não pode enganar. E isso se coaduna com aquela fórmula que mencionamos previamente: "Faz isto, ó Senhor, por amor de teu nome, não em consideração a nós ou a nossa justiça [Dn 9.18, 19]; pela qual os santos não só exprimem o propósito de suas súplicas, mas também confessam ser indignos de alcançá-las, a não ser que Deus busque a causa em si mesmo, e unicamente na natureza de Deus lhes proceda a confiança de obter *o que pedem*.

48. O Pai Nosso é um padrão completo, perfeito e absoluto da oração legítima

Tudo quanto devemos, e até absolutamente podemos pedir de Deus, temos descrito nesta fórmula e, por assim dizer, regra de orar, ensinada pelo melhor dos mestres, Cristo, a quem o Pai nos constituiu *por* professor e unicamente a quem quis que

307. "De fato esta doxologia não se encontra na Vulgata, e muito menos em Tertuliano e Cipriano. Ela se encontra nos Pais gregos a partir de João Crisóstomo, porém está ausente na maioria dos antigos manuscritos gregos dos Evangelhos (*Sináitico*, *Vaticano*, *Codex Bezae*)" – Extraído da versão espanhola de Cipriano Valera de 1597.

seja ouvido [Mt 17.5]. Ora, *Cristo* não só foi sempre sua eterna Sabedoria [Is 11.2], mas também, feito homem, foi dado aos homens *como* o Anjo do grande conselho [Is 9.6; 28.29; Jr 32.19]. E em todos os respeitos esta oração é tão absoluta, que qualquer elemento estranho e alheio que lhe for acrescentado, que não possa ser-lhe atribuído, seja ímpio e indigno de ser aprovado por Deus. Ora, *ele* prescreveu nesta suma o que *seja* digno dele, o que *lhe* seja aceitável, o que nos seja necessário, finalmente, o que *ele* mesmo quiser outorgar.

Por esta razão, os que ousam avançar mais longe e rogar a Deus algo além dessas *coisas*, em primeiro lugar, na verdade, querem acrescentar de sua própria à sabedoria de Deus, o que não pode ocorrer sem insana blasfêmia; em segundo lugar, não se mantêm sob a vontade de Deus, pelo contrário, desprezada esta, em *sua incontida* cupidez vagueiam mais distante; em terceiro lugar, jamais alcançarão algo, uma vez que orem sem fé. Entretanto, não há de duvidar que todas as orações deste cunho sejam feitas à parte da fé, visto que aqui está ausente a Palavra de Deus na qual, salvo se a fé estiver sempre apoiada, de modo algum poderá manter-se. Mas os que, desprezada a regra do Mestre, cedem a seus desejos, não só carecem da Palavra de Deus, mas inclusive, quanto podem, se lhe opõem com todo o esforço. Por isso foi que Tertuliano a chamou, não menos elegante que verdadeiramente, ***a oração legítima***, tacitamente indicando que todas as demais são contrárias e ilícitas.

49. O elemento padronizante e incontestável de nossas orações não é a forma do Pai Nosso, mas seu conteúdo

Não queremos que estas *coisas* sejam assim recebidas, como se estivéssemos de tal modo limitados a esta fórmula de orar, que não seja permitido mudar sequer uma palavra ou sílaba. Ora, nas Escrituras, aqui e ali, se lêem muitas orações que são muito diversas desta nas palavras, contudo, são compostas no mesmo Espírito e cujo uso nos é muito útil. Pelo mesmo Espírito, muitas *orações* são constantemente sugeridas aos fiéis que não concordam tanto com a similaridade de seus termos. Ao ensinarmos assim, estamos apenas advogando que alguém não busque absolutamente outra *coisa* ou espere senão o que foi sumarizadamente compreendido nesta oração; e, ainda que com palavras muito diversas, contudo, no sentido não haja variação. Desse modo, todas as orações, não somente as que se constam nas Escrituras, mas também as que procedem dos corações piedosos, devem conformar-se a esta, e que jamais se pode uma que se lhe iguale, muita menos que a supere em perfeição. Nada foi aqui omitido que se deva aqui cogitar aos louvores de Deus, nada que deva vir à mente do homem, em função de seus proveitos, e de fato ela é tão precisamente formulada, que a todos foi, com razão, abstraída a esperança de tentar algo melhor. Em suma, lembremo-nos de que este é o ensino da divina Sabedoria, a qual ensinou o que quis, porém, quis o que viu ser necessário.

50. Motivos e momentos determinados para a oração regular

Mas, ainda que já dissemos previamente que, elevado o coração a Deus, é preciso suspirar sempre e orar sem intermissão, visto que, no entanto, tamanha é nossa fraqueza que *tenha necessidade de* ser sustentada por muitos esforços; que tamanha é nossa inércia, que tenha necessidade de ser excitada de aguilhões; que convém que a cada um de nós sejam fixadas horas especiais para esse empreendimento, *horas* que não transcorram sem oração e que tenham nisto inteiramente ocupadas todas as disposições da alma, a saber: quando de manhã nos levantamos, antes que nos atiremos ao labor diário, quando nos assentamos à refeição, quando pela bênção de Deus fomos nutridos, quando nos recolhemos ao repouso. Contanto que esta observância de horas não seja supersticiosa, nas quais, como se quitando *nossa* obrigação a Deus, tudo fosse como se nos desobrigássemos em relação às demais horas; mas, ao contrário, constitui a disciplina de nossa fraqueza, pela qual deve ser assim exercitada e continuamente estimulada.

Deve-se revestir de especial solicitude sempre que nos virmos premidos por alguma angústia particular, ou vermos outros serem premidos, então recorrendo a ele imediatamente, não ligeiros de pés, mas de ânimo. Então, quanto possível, não deixemos passar indiferente, seja nossa prosperidade, seja a de outros, sem que atestemos e reconheçamos aí sua mão, com louvor e ação de graças. Por fim, deve-se observar em toda oração que não queremos obrigar Deus a certas circunstâncias, nem prescrever-lhe em que tempo, em que lugar, por qual forma haverá ele de fazer alguma *coisa*, assim como nesta oração somos ensinados a não fixar-lhe nenhuma lei, ou impor-lhe nenhuma condição; pelo contrário, devemos deixar a seu arbítrio que faça o que haverá de fazer em qual forma, em qual tempo, em qual lugar lhe parecer *bem*. Em vista disso, antes de formularmos a nosso favor qualquer oração, proferimos de antemão que seja feita sua vontade [Mt 6.10], onde já sujeitamos à sua vontade a nossa, para que, exatamente como se fosse contida por um freio, não presuma compelir a Deus à sua ordem; ao contrário disso, que o constitua árbitro e moderador de todos seus votos.

51. Perseverança, paciência e submissão que se fazem indispensáveis no exercício da oração

Se de ânimo disposto para com esta obediência, nos deixamos ser regidos pelas leis da divina providência, aprenderemos facilmente a perseverar em oração e, suspensos os desejos, a pacientemente esperar no Senhor, certos de que, embora de modo algum se ponha ele à mostra, todavia nos está sempre presente, e a seu tempo haverá de declarar que seus ouvidos nunca foram surdos às nossas orações, as quais, aos olhos dos homens, pareciam ignoradas. Mui presente consolação, porém, nos

haverá esta de ser, para que não desfaleçamos e em desespero *não* caiamos, se a qualquer tempo Deus não nos responder às primeiras orações, como costumam os que, enquanto se deixam impulsionar apenas por seu ardor, invocam a Deus de tal modo que, a não ser que ele atenda aos primeiros arroubos e traga ajuda imediata, prontamente o imaginam ofendido e irado com eles e, descartada toda esperança de alcançar o que suplicam, desistem de invocá-lo. Senão que, antes, nossa esperança distendendo com bem temperada eqüidade de ânimo, avancemos para com essa perseverança que tão grandemente se nos recomenda nas Escrituras. Ora, nos Salmos é possível, freqüentemente, ver que Davi e os demais fiéis, quando, quase cansados de orar, parecem haver golpeado o ar, uma vez que *suas* palavras são derramadas diante de um Deus surdo, contudo, não desistem de orar, porquanto não dão à Palavra de Deus a autoridade que lhe é atribuída, a não ser que a fé esteja acima de todas as contingências.

Além disso, isto também nos servirá de excelente remédio para guardar-nos de tentar a Deus e de fatigá-lo com nossa impiedade, provocando-o contra nós, como é o costume de muitos, os quais somente sob determinada condição pactuam com Deus; e como se ele fosse escravo de seus desejos, o mantêm limitado às leis de sua estipulação, às quais, a menos que prontamente obedeça, indignam-se, reclamam, protestam, murmuram, revoltam-se. Portanto, Deus lhes concede muitas vezes em seu furor o que em sua misericórdia e favor nega a outros.[308] Prova disso são os filhos de Israel, aos quais melhor fora não tivessem sido ouvidos pelo Senhor que juntamente com as carnes tragarem-lhe a indignação [Nm 11.18-33].

52. Nem sempre Deus parece ouvir-nos as orações; mas, ainda assim, requer-se constância e perseverança no exercício da oração

Pois se afinal nem mesmo depois de longa espera nosso senso perceba que benefício se obteve pela oração, nem que sinta daí qualquer fruto, entretanto, nossa fé nos assegurará daquilo que não poderá ser percebido pela sensibilidade, *a saber*, que obtivemos o que era conveniente, quando, tantas vezes e com tanta certeza o Senhor promete que nossas preocupações haverão de ser por ele atendidas, desde que sejam depositadas em seu seio. E assim ele fará com que na pobreza *possuamos* abundância, na aflição tenhamos consolação. Ora, ainda que todas *as coisas* falhem, contudo, Deus nunca nos haverá de desamparar, o qual não pode frustrar a expectação e a paciência dos seus. Somente ele nos servirá mais que todos, pois ele contém em si mesmo tudo quanto existe, e que finalmente nos haverá de revelar tudo isso no Dia do Juízo, quando abertamente manifestará seu reino.

308. Primeira edição: “Portanto, não raro, a tais, em Seu favor, irado concede [o] que a outros, em [Sua] misericórdia, propício denega.”

Acrescento ainda que, mesmo quando Deus nos atenda aos rogos, contudo, nem sempre *ele* responde conforme a expressa fórmula do pedido; ao contrário, mantendo-nos como que suspensos, no entanto de modo não previsto mostra que nossas orações não foram vãs. Isto significam *estas* palavras de João: "E se sabemos que ele nos ouve em tudo o que pedimos, sabemos que alcançamos as petições que lhe fizemos" [1Jo 5.15]. Isto parece mera superfluidade de palavras, mas de fato é uma declaração muitíssimo útil, porque Deus, ainda quando não atenda ao desejo, no entanto é favorável e propício a nossas orações, de sorte que nunca nos frustra a esperança arrimada em sua Palavra. Com esta paciência, porém, os fiéis têm necessidade de ser sustentados até este ponto, porque não haveriam de estar firmes por longo tempo a não ser que nela se reclinassem. Pois o Senhor não prova os seus com experiências leves, nem os exercita frouxamente; pelo contrário, freqüentemente *os* impele até a extremos; e *assim* impelidos, os deixa chafurdar-se nesse lodaçal por longo tempo, antes que lhes proporcione algum gosto de seu dulçor. E, como diz Ana: "O Senhor é o que tira a vida e a dá; faz descer à sepultura e conduz de volta" [1Sm 2.6].

O que lhes ficaria ao ver-se afligidos desta maneira, senão perder o ânimo, desfalecer e cair no desespero, a não ser que, quando se encontram assim afligidos, desconsolados e semimortos, os console e os ponha de pé a consolação de que Deus tem seus olhos postos neles, e que, por fim, triunfarão de todos os males que presentemente padecem e sofrem?[309] Não obstante, seja como for que se postem na certeza desta esperança, enquanto isso não deixam de orar, porquanto, a não ser que a constância de perseverar assista à oração, nada conseguimos com a oração.

309. Primeira edição: "Quê aqui poderiam, senão perder o ânimo, e ao desespero precipitar-se, a não ser que, aflitos, desolados e já semimortos, [os] realentasse este pensamento: serem objeto de consideração da parte de Deus e fim haver[-lhes] de advir aos males presentes?"

CAPÍTULO XXI

DA ETERNA ELEIÇÃO, PELA QUAL DEUS A UNS PREDESTINOU PARA A SALVAÇÃO, A OUTROS PARA A PERDIÇÃO

1. Procedência, razoabilidade e importância da doutrina da eleição e predestinação, que a especulação explora e confunde

Mas, já que o pacto de vida não é pregado entre todos os homens igualmente, e entre aqueles a quem é pregado não acha a mesma receptividade, quer qualitativa, quer continuativamente, nessa diversidade se manifesta a admirável profundeza do juízo divino. Pois não há dúvida de que esta variedade serve também ao arbítrio da eterna eleição de Deus. Porque, se é notório que pelo arbítrio de Deus suceder que a salvação é oferecida gratuitamente a uns, enquanto que outros são impedidos de seu acesso, aqui prontamente emergem grandes e árduas questões, as quais não podem ser explicadas de outra forma, se as mentes pias têm *por* definido o que se impõe manter a respeito de eleição e predestinação.

Questão assaz intrincada, como parece a muitos, porquanto pensam não ser de modo algum coerente que da multidão comum dos homens uns sejam predestinados à salvação, outros à perdição. Claramente se verá, pela argumentação que empregaremos nesta matéria, que são eles que, por falta de discernimento, se enredam.[310] Acresce ainda que na própria escuridão que aterra se põe à mostra não só o *lado* útil desta doutrina, como também *seu* fruto dulcíssimo. Jamais haveremos de ser claramente persuadidos, como convém, de que nossa salvação flui da fonte da graciosa misericórdia de Deus, até que sua eterna eleição se nos faça conhecida, a qual, mercê deste contraste, ilumina a graça de Deus, *a saber*, que ele não adota à esperança da salvação a todos indiscriminadamente; ao contrário, ele dá a uns o que nega a outros.

É notório quanto a ignorância deste princípio diminui da glória de Deus, e quanto prejudica a verdadeira humildade. Com efeito, o que é tão necessário que se conheça Paulo nega que se possa conhecer, a não ser que Deus, descartando inteiramente a consideração pelas obras, elege *aqueles* que para si decretou. "Assim, pois, também agora neste tempo ficou um remanescente, segundo a eleição da graça. Mas se é por graça, já não é pelas obras; de outra maneira, a graça já não é graça. Se,

310. Primeira edição: "Quão desarrazoadamente, porém, se enredilham eles, da consideração [da matéria] em seguida transparecerá."

porém é pelas obras, já não é mais graça; de outra maneira a obra já não é obra" [Rm 11.5, 6]. Se para fazer patente que a salvação não nos provém de outra parte, senão da mera liberalidade de Deus, temos que retroceder-nos à origem da eleição, *aqueles* que querem extinguir isto, quanto lhes é possível, malignamente obscurecem o que se devia celebrar com magnificência e de bocas cheias e extirpam a própria raiz da humildade. Paulo atesta claramente, quando a salvação de um remanescente do povo é atribuída à eleição da graça, que afinal se conhece então que Deus preserva por *seu* mero beneplácito aqueles a quem quer, e que não lhes paga nenhum salário, porquanto nenhum lhes pode dever.

Aqueles que fecham as portas para que alguém não ouse dar-se ao gosto desta doutrina, fazem aos homens não menor agravo que a Deus, porquanto nenhuma coisa fora desta será suficiente para que nos humilhemos como devemos, nem tampouco sentiremos deveras quão obrigados estamos para com Deus.[311] Com efeito, em nenhum outro lugar *há* sustentáculo à firme confiança, como o diz também Cristo, porque, para assegurar-nos e livrar-nos de todo temor em meio a tantos perigos, insídias e conflitos mortais, e para fazer-nos sair vitoriosos promete que nenhum perecerá de quantos o Pai lhe confiou [Jo 10.28, 29]. Disto concluímos que todos aqueles que não se reconhecem parte do povo de Deus são miseráveis, pois sempre estão num contínuo tremor; e por isso todos aqueles que fecham seus olhos e não querem ver nem ouvir estes três frutos que apontamos e se propõem a derrubar este fundamento, pensam de forma totalmente equivocada e fazem grande dano a si e a todos os fiéis. E ainda mais, afirmo que daqui nasce a Igreja, a qual, de outra sorte, como corretamente ensina Bernardo,[312] não poderia ser achada, nem ser conhecida entre as criaturas, visto que, de modo algum admirável, jaz escondida no recesso da bem-aventurada predestinação e entre a massa miserável dos homens.

Antes, porém, de entrar na matéria propriamente dita, tenho que abordar previamente, em dois lugares distintos, duplo gênero de homens. A discussão acerca da predestinação, quando *já* por si mesma é *matéria* um tanto enredilhada, a curiosidade dos homens a torna assaz confusa e inclusive perigosa, visto que o entendimento humano não se pode refrear nem deter-se, por mais limites e termos que se lhes assinale, para não extraviar-se por caminhos proibidos e elevar-se com empenho, se fosse possível, de não deixar segredo de Deus sem revolver e esquadrinhar. Quando vemos a muitos, a cada passo, arrojar-se a esta audácia e improbidade, e entre esses alguns doutro modo não maus, importa que sejam, em tempo oportuno, advertidos sobre qual lhes é nesta parte a medida de seu dever.

---

311. Primeira edição: "[Aqueles] que as portas fecham para que não ouse alguém dar-se ao gosto desta doutrina, não menor agravo fazem aos homens que a Deus, porquanto nem para humilhar-nos como é de mister suficiente será qualquer outra [cousa], nem deveras sentiremos quão obrigados a Deus hajamos sido."

312. *Sermão sobre Cântico dos Cânticos*, ser. LXXVIII, 4.

Portanto, primeiro que se lembrem de que, enquanto investigam a predestinação, tentam penetrar nos íntimos recessos da divina sabedoria, na qual, se alguém segura e confiantemente irrompe, tampouco conseguirá saciar-se com que sua curiosidade, e estará a adentrar um labirinto do qual não achará nenhuma saída. Pois não é justo que impunemente procure o homem devassar as coisas que o Senhor quis que fossem escondidas em si próprio e esquadrinhe desde a própria eternidade a sublimidade da sabedoria que ele quis que seja adorada e não que seja apreendida, para que também por meio dela ele viesse a ser admirado. Os *desígnios* secretos de sua vontade que determinou devessem ser-nos desvendados, esses no-los revelou em sua Palavra. Mas determinou que é bom comunicar-nos tudo aquilo que via ser-nos necessário e proveitoso.

2. Somente da Escritura se deve perscrutar a predestinação, o que alijará a especulação temerária e mesmo danosa

"Chegamos", diz Agostinho,[313] "ao caminho da fé; mantenhamo-lo com firme constância. Que ele nos conduza à câmara do Rei, na qual estão escondidos todos os tesouros do conhecimento e da sabedoria. Ora, a seus grandes e mui seletos discípulos não olhava com despeito o próprio Cristo Senhor, quando disse: 'Muitas *coisas* tenho para vos dizer, porém não as podeis suportar agora' [Jo 16.12]. Necessário se faz andar, necessário se faz avançar, necessário se faz crescer, para que nossos corações sejam capazes dessas coisas que não podemos presentemente apreender. Porque, se o último dia nos achar progredindo, aí aprenderemos o que aqui não pudemos *aprender*."

Se reina em nós o pensamento de que a Palavra do Senhor é o único caminho que nos conduz a investigar tudo quanto é justo dele sustentar-se, é a única luz que à frente nos resplandece para bem perceber tudo quanto a respeito dele convém considerar-se, de toda temeridade facilmente nos conterá e coibirá. Porque sabemos que no momento em que transpusermos os limites assinalados pela Escritura, seremos perdidos fora do caminho e entre trevas espessas, no qual teremos necessariamente que vagar, muitas vezes, sem rumo, resvalar e a tropeçar.

Portanto, que antes de tudo isto esteja diante dos olhos: que procurar outro conhecimento da predestinção além daquele que se expõe na Palavra de Deus, é como se um homem quisesse andar fora do caminho por rochas e penhascos, ou quisesse ver em densa escuridão. Aliás, tampouco nos cause vergonha ignorar algo nessa matéria na qual há certa douta ignorância. Antes, de bom grado nos abstenhamos da perquirição desse conhecimento cuja afetação é tão estulta quão perigosa, e até mesmo fatal. Porque, se a intemperança da mente nos acossa, é oportuno que sem-

313. *Evangelho de João,* LIII, 7.

pre se lhe oponha este *provérbio* com que seja repelida: “Comer mel demais não é bom; assim, a busca da própria glória não é glória” [Pv 25.27]. Ora, há *razão* para recuarmos atemorizados dessa ousadia, a qual nos pode precipitar à ruína.

3. Em contraposição à atitude especulativa dos curiosos e à tacitude dos timoratos, cabe abordar-se a doutrina da predestinação, porém, com moderação e vigilância

Há outros que, enquanto querem remediar a este mal, pouco falta a que não prescrevam que seja sepultada toda e qualquer menção da predestinação. De fato, ensinam que se deve fugir a toda e qualquer questão relativa a ela, não de outra forma senão como de algo perigoso, dos quais ainda que, com razão, se deva louvar a moderação, porquanto julgam com tão grande sobriedade que se devem reverenciar os mistérios, no entanto visto que descem a um nível demasiadamente baixo, pouco avançam em relação ao entendimento humano, que não se deixa facilmente ser embargado. Portanto, para que também neste aspecto mantenhamos o legítimo limite, é preciso retornar à Palavra do Senhor, na qual temos segura regra à compreensão. Pois a Escritura é a escola do Espírito Santo, na qual não se deixa de pôr coisa alguma necessária e útil de se conhecer, nem tampouco se ensina nada mais além do que se precisa saber.

Portanto, tudo quanto na Escritura se dá a conhecer acerca da predestinação, é preciso cuidar para que disso não privemos os fiéis, a fim de que não pareçamos ou maldosamente defraudá-los da benevolência de seu Deus, ou acusar e escarnecer o Espírito por haver divulgado essas *coisas* que seria proveitoso fossem suprimidas e mantidas em segredo. Insisto que devemos permitir ao homem cristão abrir a mente e os ouvidos a todas as palavras de Deus que lhe são dirigidas, desde que se faça com esta moderação: que assim que o Senhor haja fechado sua santa boca, também fecha ele atrás de si o caminho à especulação. Aqui está o melhor limite da sobriedade: que ao aprendermos sigamos a Deus, deixando que ele fale primeiro; e se o Senhor deixa de falar, tampouco nós queiramos saber mais, nem avançar mais um passo.[314]

Tampouco é de tão grande *relevância* o fato de que temem perigo de que com isso desviemos a mente dos oráculos de Deus. Célebre é o dito de Salomão: “Glória de Deus está nas coisas encobertas” [Pv 25.2]. Como, porém, não só a piedade, mas também o senso comum, ditem que isto não se entende de toda e qualquer coisa indiscriminadamente, cabe-nos buscar uma distinção, para que não tenhamos prazer na ignorância bruta sob o pretexto de modéstia e sobriedade. Com efeito, esta

314. Primeira edição: “... se não só, indo[-nos Ele] à frente, sempre sigamos a Deus no aprender, mas também, [Ele] Próprio pondo fim ao ensinar, desistamos de querer saber.”

distinção é expressa em mui breves palavras por Moisés: "As coisas encobertas", diz *ele*, "pertencem ao Senhor nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei" [Dt 29.29]. Vemos, pois, como ele exorta a seu povo a que se aplique ao estudo da lei, porque a Deus aprouve promulgá-la, mas ao mesmo povo, por esta mera razão, ele contém nestes limites: que não é lícito aos mortais ingerir-se nas *coisas* secretas de Deus.

4. IMPROCEDÊNCIA DA TESE DE QUE A DOUTRINA DA PREDESTINAÇÃO É ABSURDA, CHOCANTE E ATÉ MESMO PERNICIOSA

Confesso que na questão da predestinação homens profanos agarram inopinadamente ao que carpam, ou cavilem, ou invectivem, ou escarneçam. Mas se a insolência desses nos atemoriza, terão de calar-se mesmo os dogmas capitais da fé, dos quais quase nenhum deixam incólume de blasfêmia, ou *eles* próprios, ou seus similares. A mente refratária não se assanhará menos insolentemente quando ouvir que na essência de Deus subsistem três pessoas, do que se ouvir que Deus previu o que haveria de acontecer em relação ao homem quando o criasse. Tampouco conterão as gargalhadas quando vierem a saber que pouco mais de cinco mil anos transcorreu desde a criação do mundo, pois indagarão por que o poder de Deus permaneceu ocioso e adormecido por tempo tão longo. Enfim, não será possível afirmar nada do que não se riam e façam troça.[315] Para reprimirmos a estes sacrilégios, porventura é preciso calar a respeito da divindade do Filho e do Espírito, porventura deixar em silencia a criação do mundo?

Contudo, de fato mais poderosa é a verdade de Deus, tanto neste aspecto como nos demais, para que recue ante a maledicência dos ímpios, como também vigorosamente contende Agostinho no pequeno tratado ***De Bono Perseverantiae*** [***Do Bem*** (ou: ***Do Bom***) ***da Perseverança***].[316] Ora, vemos que os falsos apóstolos, ao infamarem e incriminarem a veraz doutrina de Paulo, não puderam fazer com que ele se envergonhasse dela.

Quanto ao que replicam alguns, de que a doutrina é mui perigosa, inclusive para os próprios fiéis, e porque é contrária às exortações, visto que as lança por terra, e porque revolve e faz desfalecer o coração dos homens, tudo isso que alegam é fútil. Por estas causas, Agostinho[317] não dissimula *estar* acostumado a ser censurado por pregar a predestinação com extrema franqueza, mas, porque lhe era fácil, refuta *a acusação* sobejamente. Nós, porém, visto que neste ponto são introduzidos muitos

---

315. Primeira edição: "Nada, afinal, haver-se-á de trazer a consideração contra que não invistam com seus escárnios."

316. Capítulos XV a XX.

317. Ibid., capítulo XVI, 34 e seguintes; XX, 52 etc.; *Carta CCXXVI*, 8 – *De Hilário a Agostinho*.

e variados absurdos, preferimos conservar cada um para ser dirimido em seu *devido* lugar. Desejo alcançar junto a eles apenas isto, em geral: não perscrutemos *as coisas* que o Senhor deixou recônditas em secreto; não negligenciemos as que pôs a descoberto, para que não sejamos condenados ou de excessiva curiosidade, de uma parte, ou de ingratidão, de outra. Ora, também isso disse Agostinho[318] judiciosamente, *a saber*, que podemos seguir a Escritura com segurança, a qual anda como *uma criança* condicionada ao passo materno, para que a fraqueza não nos desampare. No entanto, os que são tão cautos ou timoratos que desejam ver a predestinação sepultada, para que não conturbe as almas fracas, com que pretexto, afinal, indago *eu*, cobrirão sua arrogância, quando, indiretamente, acusam a Deus falsamente de estulta irreflexão, como se não pudesse prever o perigo, a qual eles, com sua prudência, acreditam que vão evitar? Portanto, tantos quantos rotulam a doutrina da predestinação como sendo odiosa injuriam a Deus abertamente, como se inadvertidamente se lhe houvesse escapado de manifestar algo que não pode deixar de ser danoso à Igreja.

5. Predestinação e presciência são elementos correlatos, não esta a causa daquela; a predestinação evidenciada na eleição de Israel, escolhido pelo mero beneplácito de Deus

Ninguém que queira ser tido por homem de bem e temente a Deus se atreverá a negar simplesmente a predestinação, pela qual Deus adota a uns para a esperança da vida, a outros destina à morte eterna, porém, a envolvem em muitas cavilações, sobretudo os que fazem da presciência sua causa. E nós, com efeito, admitimos que a ambas estão em Deus, porém o que agora afirmamos é que é totalmente infundado fazer uma depender da outra. Quando atribuímos presciência a Deus, queremos dizer que ele tem sempre e perpetuamente permanente sob as vistas, de sorte que, ao seu conhecimento, nada é futuro ou pretérito; ao contrário, todas *as coisas* estão presentes, e de fato tão presentes que não as imagina como meras idéias – da maneira como imaginamos aquelas *coisas* das quais nossa mente retém a lembrança –, mas as visualiza e discerne como se estivessem verdadeiramente diante dele. E esta presciência se estende a todo o âmbito do mundo e a todas as criaturas.

Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve por bem determinar o que acerca de cada homem quis que acontecesse. Pois ele não quis criar a todos em igual condição; ao contrário, preordenou a uns a vida eterna; a outros, a condenação eterna. Portanto, como cada um foi criado para um ou outro *desses dois* destinos, assim dizemos que um foi predestinado ou para a vida, ou para a morte. Deus, porém atesta esta *predestinação* não só em cada pessoa, mas também

318. *Sobre o Gênesis em sentido literal,* livro V, capítulo III, 6.

deu exemplo dela em toda a descendência de Abraão, da qual fizesse manifesto que está em seu arbítrio de que natureza seja a condição futura de cada nação.

"Como o Altíssimo dividisse os povos e separasse os filhos de Adão, sua porção foi o povo de Israel, o cordel de sua herança" [Dt 32.8, 9]. A separação está ante os olhos de todos: na pessoa de Abraão, como que em um tronco seco, rejeitados os outros, somente um povo é peculiarmente eleito. A causa *dessa escolha*, porém, não se põe à mostra, senão que Moisés, para que aos descendentes cortasse a asa de gloriar-se, ensina que estes se sobressaem somente pelo gracioso amor de Deus. Ora, ele determina que esta é a causa de *sua* libertação: que "Deus amou a *seus* pais e escolheu sua semente após eles" [Dt 4.37]. Mais expressamente em outro capítulo: "O Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos. Mas porque o Senhor vos amava ..." [Dt 7.7, 8]. Muitas vezes mais, nele se repete esta afirmação: "Eis que os céus e o céu dos céus são do Senhor teu Deus, a terra e tudo o que nela há. Tão-somente o Senhor se agradou de teus pais para os amar; e a vós, descendência dele, escolheu ..." [Dt 10.14, 15].

Igualmente, em outro lugar preceitua-lhes a santificação, porque foram escolhidos para ser "*seu* povo especial" [Dt 7.6]. E, em outro lugar, por sua vez, declara que seu amor é a causa de *sua* proteção [Dt 23.5]. Isto proclamam também os fiéis, a uma voz: "Escolherá para nós nossa herança, a glória de Jacó, a quem amou" [Sl 47.4]. Pois os dotes dos quais foram por Deus adornados atribuem-lhe todos ao gracioso amor, não só porque sabiam que não foram alcançados por algum mérito pessoal, mas também que nem o próprio santo patriarca teve virtude suficiente para adquirir para si e para sua posteridade tão singular prerrogativa e dignidade. E, para que mais vigorosamente esmagasse toda soberba, lança-lhes em rosto que nada dessa natureza haviam merecido, visto ser este um povo contumaz e de dura cerviz [Ex 32.9; Dt 9.6]. Também os profetas lançam com freqüência esta eleição diante dos judeus, de forma odienta e à guisa de reprimenda, visto que haviam se afastado dela vergonhosamente.

O que quer que seja, adiantem-se agora *os* que querem restringir a eleição divina ou à dignidade dos homens ou aos méritos das obras. Quando vêem um povo ser preferido a todos os outros e ouvem que Deus não se deixou induzir por nenhum respeito que o levasse a ser mais propenso a uns poucos e maus e indignos, aliás, até mesmo ímpios e indóceis, porventura litigarão com ele porque quis exibir tal demonstração de misericórdia? Com efeito, muito menos impedirão sua obra com suas vozes estridentes; nem atirando ao céu as pedras dos insultos haverão de ferir ou danificar a justiça; antes elas haverão de cair em suas cabeças.

Os israelitas são também lembrados deste princípio de um pacto de graça, quando se trata de dar graças a Deus, ou de confirmar-se numa esperança em relação ao

tempo futuro. “Ele nos fez, e não nós mesmos”, diz o Profeta, somos seu povo e ovelhas de seu pastoreio” [Sl 100.3]. A negação que emprega não é supérflua: “e não nós mesmos”, o que se adiciona com vistas a excluir-nos, para que saibam que Deus é não só o autor de todas *as coisas* boas que os fazem mais excelentes, mas que também ele mesmo é a causa, porque não existia neles nada que os fizesse dignos de tão grande honra.

Com estas palavras também ordena que estejam contentes com o simples beneplácito de Deus: “Vós, semente de Abraão, seu servo; vós, filhos de Jacó, seus escolhidos” [Sl 105.6]. E depois de enumerar os benefícios contínuos de Deus como frutos da eleição, afinal conclui que ele agiu com tanta generosidade porque “se lembrou de seu pacto” [Sl 105.42]. O cântico de toda a Igreja faz ecoar esta doutrina: “Pois não conquistaram a terra por sua espada, nem seu braço os salvou, mas tua destra e teu braço, e a luz de tua face, porquanto te agradaste deles” [Sl 44.3]. Deve-se, porém, notar que onde se faz menção da terra, ela é o símbolo visível da separação secreta em que se contém a adoção. Davi, em outro lugar, exorta ao povo à mesma gratidão: “Bem-aventurada a nação cujo Deus é Jeová, o povo ao qual escolheu para si por herança” [Sl 33.12]. Samuel os anima à boa esperança: “Deus não vos abandonará, por amor de seu grande nome, já que lhe aprouve criar-vos para serdes seu povo” [1Sm 12.22]. Como também Davi se arma para a batalha, quando sua fé é atacada: “Bem-aventurado *aquele* a quem escolheste, e fazes chegar a ti, para que habite em teus átrios” [Sl 65.4].

Mas, a eleição oculta em Deus foi confirmada tanto pelo primeiro livramento, quanto pelo segundo e por outros benefícios intermédios, Isaías transfere o termo ***eleger*** ao fato de que “Deus se compadecerá de Jacó e ainda elegerá de Israel” [Is 14.1]; porquanto, delineando o tempo vindouro, o Profeta diz que o sinal da eleição estável e sólida é o ajuntamento do povo remanescente, ao qual parecera haver abdicado, *ajuntamento* que nesse tempo parecera haver sido frustrado. Além disso, quando se diz em outro lugar: “*Eu* te escolhi e não te rejeitei” [Is 41.9], *o Senhor* enfatiza o curso contínuo da insigne liberalidade de *sua* paterna benevolência. Mais expressamente, diz o Anjo em Zacarias [2.12]: “Deus ainda escolherá a Jerusalém”, como se, castigando-a mais duramente, a houvesse rejeitado, ou como se o exílio houvesse sido a interrupção da eleição, a qual, todavia, permanece inviolável, ainda que suas evidências nem sempre se exibam tão nitidamente.

6. Em Israel se registra um segundo grau de eleição: Deus, soberanamente, escolhendo a uns e rejeitando a outros

É preciso adicionar um segundo grau mais restrito *de eleição*, ou na qual a graça mais especial de Deus se faz mais evidente quando, do mesmo tronco de Abraão, Deus repudiou a uns; reteve outros entre *seus* filhos, sustentando na Igreja. Inici-

almente, Ismael alcançara dignidade para em relação a seu irmão Isaque, porquanto nele o pacto espiritual não fora menos selado com a marca da circuncisão. Ele é cortado; então *é eliminado* Esaú; finalmente, incontável multidão, e quase todo o Israel. A semente procede de Isaque; a mesma vocação persistiu em Jacó. Deus deu exemplo similar, rejeitando a Saul, o que também magnificamente se proclama no Salmo: "*Ele* rejeitou a tribo de José, e não escolheu a tribo de Efraim; pelo contrário, escolheu a tribo de Judá" [Sl 78.67, 68]. A história sacra repete isso algumas vezes, para que o admirável segredo da graça de Deus se patenteie melhor nesta mudança. Reconheço que Ismael, Esaú e outros foram alijados da adoção por sua própria falha e culpa, porquanto se opuseram à condição de que cumprissem fielmente o pacto de Deus, o qual violaram perfidamente. No entanto, este foi um benefício singular de Deus, ou, seja, que se dignara preferi-los aos demais povos, como se diz no Salmo: "Ele não agiu assim com nenhuma outra nação, nem lhes manifestou seus juízos" [Sl 147.20].

Além disso, não é sem razão que eu disse que aqui se devem notar dois graus, porquanto já na eleição de todo o povo de Israel Deus mostrara em sua mera liberalidade não estar sujeito a nenhuma lei; senão que é livre e age como bem lhe agrade; de modo que por nenhum conceito se pode exigir que reparta sua graça igualmente entre todos, com isso demonstrando que ela é realmente gratuita. Por isso Malaquias acentua a ingratidão de Israel, não só que os escolheu dentre todo o gênero humano, mas ainda os separou de uma casa sagrada para que fossem *sua* propriedade, não obstante de forma pérfida e ímpia desprezaram a Deus, Pai tão benévolo. "Porventura, não era Esaú irmão de Jacó?", *diz o Senhor*. "Contudo, amei a Jacó, porém odiei a Esaú" [Ml 1.2, 3; Rm 9.13]. Pois Deus toma por pressuposto que havendo sido ambos os irmãos gerados de um pai santo e que fossem os sucessores do pacto, por fim ramos de uma raiz sagrada, contudo, os filhos de Jacó estavam tanto mais obrigados porque foram elevados a tão alta dignidade. Quando, porém, Esaú, o primogênito, foi rejeitado, o pai destes, que por natureza era inferior, foi feito o herdeiro, prova que foram duas vezes ingratos e se queixa de que não se deixaram reter por esse duplo vínculo.

7. A ELEIÇÃO EFETIVA EM RELAÇÃO AOS INDIVÍDUOS OU PESSOAS; SÍNTESE DA MATÉRIA EM PAUTA

Se bem que já está suficientemente claro que Deus, por *seu* desígnio secreto escolhe livremente *àqueles* a quem quer, rejeitando a outros, contudo, sua eleição gratuita ainda não foi exposta, senão pela metade, até que se haja vindo às pessoas individualmente, às quais Deus não só oferece a salvação, mas de tal forma a confere, que a certeza de conseguir seu feito não fica suspensa nem duvidosa. Estes são contados naquela semente singular de que Paulo faz menção [Rm 9.8; Gl 3.16]. Ora,

ainda que a adoção fosse depositada na mão de Abraão, no entanto, visto que muitos dentre sua prole foram podados como membros apodrecidos, para que a eleição fosse eficaz e verdadeiramente estável, é necessário que ascendesse ao Cabeça, em quem o Pai celestial ligou entre si a seus eleitos e a si os vinculou por nexo insolúvel.

Desta maneira, de fato na adoção da descendência de Abraão refulgiu o favor liberal de Deus, que a outros negou; todavia, nos membros de Cristo o poder da graça se afigura muito mais excelente, porque, enxertados em seu Cabeça, nunca apostatam da salvação. Portanto, da passagem de Malaquias que citei há pouco, Paulo arrazoa pertinentemente, *dizendo* que, onde o pacto da vida eterna se interpõe, Deus chama a si determinado povo, tem contudo uma especial maneira de eleger uma parte do mesmo, de sorte que nem todos são eleitos pela mesma graça. O que se diz: "Amei a Jacó" [Ml 1.2], refere-se a toda a descendência do patriarca, a qual o Profeta aí contrasta com os descendentes de Esaú. No entanto, isto não impede que na pessoa de um só homem nos seja posto exemplo de eleição que não pode afluir sem que atinja sua meta. Paulo que estes são chamados "as *relíquias*" não sem motivo [Is 10.22; Rm 9.27; 11.5], porque a experiência mostra que da grande massa a maioria se esvai e se vai, de sorte que com muita freqüência só permanece uma porção diminuta.

Se alguém pergunta qual é a causa de que a ***eleição geral*** do povo nem sempre é firme e eficiente, a resposta é fácil, visto que o Espírito de regeneração não dota imediatamente com o poder do qual perseverem no pacto até o fim *aqueles* com quem Deus estabelece esse pacto. Mas, antes, a conclamação externa, sem a eficiência interior da graça, que seria bastante poderosa para retê-los firmes, é um como que *elemento* intermédio entre a rejeição do gênero humano e a eleição do diminuto número dos piedosos. O povo de Israel foi chamado herança de Deus [Dt 32.9; 1Rs 8.51; Sl 28.9; 33.12], de cujo meio, entretanto, muitos foram estranhos. Mas, visto que, não sem razão, Deus prometera haver de ser seu Pai e Redentor, atenta para este *seu* gracioso favor antes que para a pérfida defecção de muitos, através dos quais, todavia, sua verdade não foi abolida, porquanto, onde conservou para si algum resíduo, se fez evidente que sua vocação é "sem arrependimento" [Rm 11.29], pois o fato de que Deus haja formado sua Igreja dos descendentes de Abraão em vez das nações pagãs, prova que teve em conta seu pacto, o qual, violado pela maioria, o limitou a poucos, a fim de que não fosse de todo anulado e sem valor.[319]

Finalmente, essa adoção geral da semente de Abraão foi uma como que imagem visível do benefício maior de que Deus se dignou a alguns dentre muitos. Esta é a razão por que Paulo tão cuidadosamente distingue os filhos de Abraão segundo a

319. Primeira edição: "Ora, que dos filhos de Abraão antes que das gentes profanas para Si coligiu Deus [Sua] Igreja continuamente, razão teve [a] de Seu pacto, que, violado pela própria massa, restringiu a poucos, para que se não extinguisse inteiramente."

carne de *seus filhos* espirituais, que foram chamados conforme o exemplo de Isaque [Rm 9.7, 8; Gl 4.28]. Não que ser simplesmente filho de Abraão fosse coisa inútil e infrutífera, o que não se pode dizer sem agravo do pacto, mas porque o conselho imutável de Deus, pelo qual predestinou para si aqueles a quem quis, afinal foi de si eficaz para a salvação só a estes últimos. Recomendo, porém, aos leitores que não se imponham um juízo preconcebido em relação a qualquer das duas partes, até que, apresentados os textos da Escritura, se faça evidente o que se deve sentir *na matéria*.

Portanto, estamos afirmando o que a Escritura mostra claramente: que designou de uma vez para sempre, em seu eterno e imutável desígnio, àqueles que ele quer que se salvem, e também àqueles que quer que se percam.[320] Este desígnio, no que respeita aos eleitos, afirmamos haver-se fundado em sua graciosa misericórdia, sem qualquer consideração da dignidade humana; *aqueles*, porém, aos quais destina à condenação, a estes de fato por seu justo e irrepreensível juízo, ainda que incompreensível, lhes embarga o acesso à vida. Da mesma forma ensinamos que a ***vocação*** dos eleitos é um testemunho de sua eleição;[321] em seguida, a ***justificação*** é outro sinal de seu modo de manifestar-se, até que se chega à ***glória***, na qual está posta sua consumação. Mas, da mesma forma que pela vocação e pela justificação o Senhor assinala seus eleitos, assim também ao excluir os réprobos, seja do conhecimento de seu nome, seja da santificação de seu Espírito, mostra com esses sinais qual será seu fim e que juízo lhes está preparado. Passarei aqui em silêncio muitas fantasias que, no intento de subverter a predestinação, os homens estultos imaginaram. Pois não necessitam de refutação as *coisas* que, tão logo sejam proferidas, *elas* próprias sobejamente acusam sua falsidade. Deter-me-ei apenas nessas *coisas* acerca das quais se debate entre os doutos, ou que possam trazer dificuldade aos simples, ou que, temerariamente, a impiedade se interpõe a estigmatizar a justiça de Deus.

---

320. Primeira edição: "Portanto, estamos a dizer [o] que a Escritura mostra claramente: de eterno e imutável desígnio determinou Deus, de uma vez por todas, [aqueles] a quem, muito tempo antes quereria receber para sempre à salvação, por outro lado, [aqueles] a quem [quereria] devotar à perdição."

321. Primeira edição: "Agora, nos eleitos estatuímos, de fato, a *vocação* [como] o testemunho da eleição."

CAPÍTULO XXII

CONFIRMAÇÃO DESTA DOUTRINA *DA ELEIÇÃO E PREDESTINAÇÃO AUFERIDA* DOS TESTEMUNHOS DA ESCRITURA

1. Improcedência da tese daqueles que subordinam a eleição à presciência de méritos

Todas estas *coisas* que expusemos não são destituídas de controvérsia junto a muitos, especialmente a eleição gratuita dos fiés, a qual, no entanto, não pode ser abalada. Pois geralmente pensam que Deus, conforme prevê que serão os méritos de cada um, assim faz distinção entre os homens. Logo, *aqueles* a quem preconhece que não serão indignos de sua graça, a esses adota em lugar de filhos; *aqueles* dos quais discerne que se inclinarão para e preferirão sua maldade e impiedade, a esses os devota à condenação da morte. E assim, interpondo o véu da presciência, não só obscurecem a eleição, mas inclusive imaginam sua origem como sendo de outra procedência. Esta opinião generalizadamente recebida não provém da plebe, pois em todos os séculos *ela* tem tido patronos renomados, o que confesso francamente que, para que alguém não conclua que ao citar seus nomes já tenha conseguido grande vantagem contra a verdade; porque a verdade de Deus é tão certa no que tange a esta matéria, que não pode derribada; e tão clara, que não pode ser obscurecida por qualquer autoridade humana.

Outros, porém, nem tão versados na Escritura, nem tão dignos de qualquer estima, laceram a sã doutrina com improbidade demasiado grande para que sua petulância seja tolerável. Acusam a Deus de que, conforme sua vontade, elege a uns e deixa a outros.[322] Mas, se o próprio fato é *coisa* notória, que proveito esperam obter em demandar contra Deus? Não estamos ensinando nada que não tenha sido comprovado pela experiência, *a saber*, que Deus foi sempre livre em legar sua graça a quem *ele o* quer. Não indagarei qual foi a causa que levou a posteridade de Abraão a ser preferida, senão do privilégio cuja causa não se acha fora de Deus. Respondam qual é a causa de serem homens e não bois ou asnos. Quando na mão de Deus estava fazê-los cães, os formou à sua *própria* imagem. Porventura admitirão eles que animais brutos discutem com Deus acerca de sua sorte, como se a diferença fosse injusta? Certamente que em nada é mais justo do que possuírem eles um privilégio

322. Primeira edição: “Porque, de Seu arbítrio, a uns escolhendo, Deus pretere a outros, ação lhe movem.”

que não obtivera de nenhum mérito pessoal, ou, seja, o fato de Deus distribuir seus benefícios variadamente, segundo a medida de seu juízo!

Se descendem das pessoas, nas quais a desigualdade lhes parece odiosa, pelo menos deveriam tremer ante a consideração do exemplo de Cristo, e não tão petulantemente acerca de tão profundo mistério. Ele aqui é um homem mortal concebido da semente de Davi. De que virtudes dirão haver *ele* merecido de antemão que, no próprio ventre se fizesse o Cabeça do anjos, o Filho Unigênito de Deus, a imagem e glória do Pai, a luz, a justiça, a salvação do mundo? A isto sabiamente atenta Agostinho: que no próprio Cabeça da Igreja está o mais límpido espelho da eleição gratuita, para que não nos espantemos quando virmos o que se opera em *seus* membros, nem que foi feito Filho de Deus por viver justamente, mas, antes, foi graciosamente coroado de tão grande honra, para que, depois, fizesse a outros participantes de suas mercês. Se aqui alguém indagar por que outros não *são* o que ele é, ou por que todos nós estamos separados dele por tão longa distância? Porque todos nós *somos* corruptos e ele é a própria pureza, tal pessoa estará a manifestar, a um só tempo, não só seu erro, como também sua impudência. Pois se persistem em querer arrebatar de Deus o livre direito de ***eleger*** e de ***reprovar***, então que subtraiam também, ao mesmo tempo, o que foi dado a Cristo.

Vale a pena ter em conta agora o que a Escritura proclama a respeito de cada um. Quando *ela* ensina que fomos eleitos em Cristo antes da criação do mundo [Ef 1.4], Paulo elimina toda consideração de nossa dignidade real e pessoal, pois é exatamente como se estivesse dizendo que, porquanto em toda a semente de Adão o Pai celestial nada achava digno de sua eleição, ele volveu os olhos para seu Cristo, para que, como que de seu corpo elegesse como seus membros *àqueles* a quem haveria de tomar como parte de vida. Portanto, valha entre os fiéis esta consideração: nós fomos adotados em Cristo para a herança celestial, já que em nós mesmos não éramos capazes de tão grande excelência. Isto também *ele* expressa ainda em outro lugar, quando exorta os colossenses à ação de graças, visto que se tornaram divinamente idôneos para que pudessem compartilhar da herança dos santos [Cl 1.12]. Se a eleição precede a esta graça de Deus a fim de que nos tornemos idôneos para a obtenção da glória da vida futura, o que o próprio Deus achará em nós com que se sinta movido a nos eleger? Ele exprimirá ainda mais expressamente o que quer *dizer* em outra afirmação. “como também nos elegeu” diz *Paulo*, “antes da fundação do mundo, segundo o beneplácito de sua vontade, para que fôssemos santos e imaculados e irrepreensíveis diante dele” [Ef 1.4, 5; Cl 1.22], onde contrapõe aos nossos méritos, quaisquer que sejam, o beneplácito de Deus.

2. A eleição graciosa, absoluta, à parte de qualquer mérito humano, à luz de Efésios 1.4, 5

Para que a prova nos seja mais completa, vale a pena destacar, uma a uma, as partes desta passagem [Ef 1.4, 5] que, correlacionadas em um todo, não deixam qualquer dúvida. Chamando-os ***eleitos***, não resta nenhuma dúvida de que ele está se dirigindo a fiéis, assim como declara também logo a seguir, pelo que corrompem esse termo por meio de ficção extremamente detestável os que o confinam à época em que o evangelho foi anunciado. Ao dizer que *os fiéis* foram eleitos antes da criação do mundo [Ef 1.4], *Paulo* remove toda e qualquer consideração de dignidade pessoal. Ora, que razão havia para distinção entre aqueles que ainda não existiam e que, depois, em Adão haveriam de ser iguais? Ora, se são eleitos em Cristo, segue-se que não só cada um foi eleito fora de si mesmo, mas também que uns foram separados de outros, pois vemos que nem todos são membros de Cristo.

Ao que se acrescenta que foram eleitos para que fossem ***santos*** [Ef 1.4], refutando abertamente o erro que deduz a eleição da presciência, uma vez que Paulo protesta que tudo quanto de virtude aparece nos homens é efeito da eleição. Ora, caso se busque causa superior, Paulo responde que Deus havia assim predestinado, e de fato “segundo o beneplácito de sua vontade” [Ef 1.5], palavras com as quais lança por terra a todos os meios que os homens inventaram para sua eleição, pois Paulo não só ensina que todos e quaisquer benefícios que Deus confere para a vida espiritual emanam desta única fonte, da qual Deus elegeu *àqueles* aos quais quis, mas também, antes que nascessem, lhes teve reservada, individualmente, a graça de que lhes queria comunicar.

3. A eleição é para que sejamos santos, não porque somos santos; portanto, para as boas obras, não pelas boas obras; para os méritos, não pelos méritos

Aliás, onde quer que este decreto divina reine, obra alguma é computada. *Essa* antítese, é verdade, *Paulo* não a desenvolve aqui, ela, porém, deve ser subentendida como é explicada em outro lugar por ele mesmo. “[Deus] nos chamou”, diz *o Apóstolo*, “com santa vocação, não segundo nossas obras, mas segundo seu propósito e a graça que nos foi dada por Cristo antes dos tempos eternos” [2Tm 1.9]. E já o demonstramos nisto que segue: “para que fôssemos também irrepreensíveis” [Ef 1.4], pelo quê toda dificuldade é removida. Podes dizer: “Visto que Deus anteviu que haveríamos de ser santos, por isso nos elegeu” – e assim inverterás a ordem de Paulo. Portanto, com isso podes concluir com certeza: Se ele nos elegeu ***para que*** fôssemos santos, então não elegeu ***porque*** previa que assim o haveríamos de ser.

Ora, estas duas propposituras se conflitam entre si: que os fiéis tenham sua santi-

dade pela eleição, e que pela santidade de suas obras tenham sido eleitos. Tampouco é válido este subterfúgio a que recorrem com freqüência: que o Senhor dá a graça da eleição não como pagamento por méritos prévios, contudo, a concede por *méritos* futuros. Pois quando se diz que os fiéis foram eleitos para que fossem santos, ao mesmo tempo se indica que a santidade que neles haveria tem sua origem na eleição. Mas, como concordar que o que é o efeito da eleição veio a ser a causa da mesma?

Além disso, o Apóstolo confirma ainda mais claramente o que havia dito, acrescentando que Deus nos escolheu "segundo o propósito de sua vontade, que propusera em si mesmo" [Ef 1.5-9], porque "propor Deus em si mesmo" equivale exatamente a que se estivesse dizendo que não considerava nada fora dele que tivesse de levar em conta em *seu ato de* decretar. Portanto, imediatamente acrescenta que toda a suma de nossa eleição é que sejamos "para o louvor da graça divina" [Ef 1.6]. Por certo que a graça de Deus, em nossa eleição, não merece ser proclamada sozinha, a não ser que esta seja gratuita. Com efeito, esta não será gratuita, se ao eleger os seus o próprio Deus leva em conta de que natureza as obras futuras de cada um hajam de ser. Conseqüentemente, verifica-se valer, generalizadamente, entre todos os fiéis o que Cristo dizia a seus discípulos: "Não fostes vós que me escolhestes; pelo contrário, eu escolhi a vós" [Jo 15.16], onde não apenas exclui os méritos passados, mas também deixa claro que não possuíam em si mesmos nada por que fossem eleitos, não fora que em sua misericórdia os havia antecipado. Como também se deve entender essa *indagação* de Paulo: "Ou quem lhe deu primeiro a ele, para que lhe seja recompensado?" [Rm 11.35]. Pois com isso *Paulo* quer mostrar que a bondade de Deus de tal modo antecipa aos homens, que entre eles não acha coisa alguma, no passado e no futuro, mercê do quê concilie com eles seu favor.

4. A eleição gratuita à luz de Romanos 9

Ora, *na Epístola* aos Romanos, onde não apenas reitera mais profundamente, mas também expõe mais extensamente este argumento, *Paulo* nega que sejam israelitas todos os que foram gerados de Israel [Rm 9.6], porquanto, ainda que todos fossem abençoados por direito hereditário, a sucessão, entretanto, não passava a todos igualmente. A origem desta disputa provinha da soberba e falaz glorificação pessoal do povo judaico, uma vez que, como arrogassem para si o nome da Igreja, queriam que a promessa do evangelho dependesse de seu arbítrio, assim como hoje, de bom grado, com este falso pretexto, os papistas se poriam no lugar de Deus. Paulo, embora conceda que, em razão do pacto, a progênie de Abraão seja santa, no entanto, afirma que a maioria nela é estranha, não meramente porque degenerem, de sorte que de legítimos se façam adulterinos, mas também porque a eleição divina especial se eleva ao supremo píncaro e ali reina, a qual só a adoção pode ratificar. Se

alguns fossem confirmados por sua piedade na esperança da salvação, e outros fossem excluídos unicamente por sua defecção, certamente que Paulo falaria mui estulta e absurdamente, transportando os leitores à eleição secreta. Ora, se é a vontade de Deus – cuja causa nem se mostra, nem se deve buscar fora dele próprio – que distingue uns dos outros, de sorte que verdadeiros israelitas não são todos os filhos de Israel, é em vão querer imaginar a condição de cada um tendo seu princípio no que tem em si mesmo.

Paulo avança mais a matéria adicionando o exemplo de Jacó e Esaú, porque, embora fossem ambos filhos de Abraão, encerrados de igual maneira no ventre da mãe, ao transferir-se a honra da primogenitura a Jacó, a mudança se assemelhou a um portento, mercê da qual, no entanto, Paulo afirma que foi atestada a eleição de um e a reprovação de outro. Quando se indaga a origem e causa *dessa diferente destinação*, os doutrinadores da presciência querem que seja posta nas virtudes e vícios dos homens. Pois, sem dúvida, esta é a síntese *de seu argumento*: Deus mostrou na pessoa de Jacó que ele elege aos dignos de sua graça; na pessoa de Esaú, que ele repudia *aos* que prevê serem indignos dela. E assim ousadamente eles *argumentam*. Paulo, porém, o que diz? "Porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal para (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, permanecesse firme, não por causa das obras, mas daquele que chama), lhe foi dito: O maior servirá o menor. Como está escrito: Amei a Jacó, e odiei a Esaú"' [Rm 9.11-13; Gn 25.23]. Se a presciência significasse algo para estabelecer a diferença entre os *dois* irmãos, certamente que teria sido inoportuna a menção de tempo.

Suponhamos que Jacó foi escolhido por haver merecido esta dignidade pelas virtudes futuras. Com que propósito Paulo diria que Jacó ainda não havia nascido? Ora, teria acrescentado de forma inconsiderada que *ele* nada fizera de bom, porque é fácil replicar que para Deus nada está oculto e portanto a piedade de Jacó estaria presente diante dele. Se as obras merecem a graça, com razão sua recompensa em relação a elas já então estaria estabelecida antes mesmo de Jacó nascer, precisamente como se ele já atingira a condição de adulto. Mas o Apóstolo prossegue na solução dessa dificuldade e ensina que a adoção de Jacó não procedeu das obras, mas da vocação divina. Em referência às obras, *ele* não interpõe tempo futuro ou passado; além disso, *ele* as opõe definitivamente à vocação divina; querendo que, uma vez estabelecida uma, a outra ficaria expressamente excluída, como se estivesse dizendo que é preciso considerar o que agrada a Deus, não o que os próprios homens apresentem de si mesmos. Finalmente, mercê das palavras ***eleição*** e ***propósito***, ele quis excluir, nesta matéria, todas as causas que os homens imaginam à margem do conselho secreto de Deus.[323]

323. Primeira edição: "... certo que desta causa removidas estão todas e quaisquer causas que os homens costumam imaginar fora do secreto conselho de Deus."

5. A eleição gratuita e absoluta de Deus comprovada pelo exemplo de Jacó e Esaú

Com que poderão obscurecer estas palavras os que na eleição atribuem algo às obras, precedentes e futuras?[324] Ora, isto é evadir inteiramente a tese do Apóstolo, de que a diferença entre estes dois irmãos não depende de nenhuma consideração das obras, mas da mera vocação divina, posto que ele estabeleceu esta diferença ainda antes que nascessem. E certamente Paulo não teria ignorado esta sutileza que ousam os sofistas, se tivesse ainda fundamento; mas como sabia perfeitamente que Deus não pode prever no homem nada bom, senão o que houvera de antemão determinado outorgar-lhe por benefício de sua eleição, ele não recorre a essa ordem antagônica, de preferir as boas à causa e origem das mesmas.

Vemos, pois, pelas palavras do Apóstolo, que a salvação dos fiéis se funda tão-somente sobre o arbítrio da eleição divina, e que esse favor não se granjeia em virtude das obras *humanas*; ao contrário, *ela* provém da vocação graciosa. Temos também proposta uma espécie de ὑποτύπωσιν [*hypŏtypōsin – representação paradigmática*] deste fato. Irmãos são Esaú e Jacó, gerados dos mesmos pais, encerrados ainda no mesmo ventre, ainda não trazidos à luz. Neles tudo *é* igual, no entanto diverso *é* o juízo de Deus a seu respeito. A um escolhe, ao outro rejeita. Não existia outra razão para que um fosse preferido ao outro, senão unicamente o direito de primogenitura. Todavia, postergada também essa, defere-se ao mais novo o que se nega ao mais velho. Com efeito, também em outros Deus parece ter sempre, de deliberado intento, desprezado a primogenitura, para que cortasse à carne todo motivo de vanglória. Repudiado Ismael, volta a atenção para Isaque [Gn 18.12]; relegado Manassés a segundo plano, honra mais a Efraim [Gn 48.20].

6. A eleição de Jacó não visa apenas a bênçãos temporais, é expressão unicamente da misericórdia de Deus, que também elege do povo uma porção

E se alguém *me* importunar alegando que destes benefícios inferiores e diminutos não há como concluir-se acerca da suma da vida futura, já que *aquele* que foi elevado à honra da primogenitura, por isso se deva reputar adotado à herança do céu (ora, são muitos *os* que de fato não poupam a Paulo, como se, ao citar estes testemunhos, de modo estranho torceu a Escritura), respondo, como já fiz antes, que o Apóstolo não errou por irreflexão, e tampouco abusou deliberadamente dos testemunhos da Escritura. Via *ele*, porém, *o* que esses não conseguem visualizar, *a saber*, que

324. Primeira edição: "Quê, pois, haverão de para obscurecer estas [cousas] pretextar [os] que às obras, ou pretéritas, ou futuras, algum lugar assinalam na eleição?"

Deus quis declarar a Jacó com um símbolo terreno a eleição espiritual, a qual, de outra maneira, jazia oculta junto a seu tribunal inacessível. Ora, a não ser que atribuamos sua primogenitura a ele concedida ao século futuro, fútil haverá de ter sido a ridícula aparência de bênção, da qual nada haverá de ter-lhe advindo senão infindas provações, incômodos, triste exílio e muitas tristezas e as agruras das preocupações. Portanto, como visse Paulo, além de dúvida, que, mediante a bênção externa Deus atestava *aquela* espiritual e que de modo nenhum caduca, bênção que a seu servo havia preparado em seu reino, não hesitou em buscar daquela argumento para comprovar a esta. Isso também deve ter-se na lembrança: que o penhor de um domicílio celestial foi confrontado com a terra de Canaã, de sorte que não se deva, de modo algum, duvidar que Jacó foi com os anjos enxertado no corpo de Cristo, para que fosse participante da mesma vida. Logo, Jacó é eleito e Esaú é repudiado; e são diferenciados pela predestinação divina aqueles entre os quais não existia diferença alguma quanto aos méritos.[325]

Se porventura indagas a causa, o Apóstolo apresenta esta: "Porque foi dito a Moisés: Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia, e terei compaixão de quem quiser ter compaixão" [Ex 33.19; Rm 9.15]. E que quer isto dizer, pergunto? Aliás, o Senhor afirma de forma mui clara que ele não tem razão alguma de usar de benevolência para com os homens com base neles; ao contrário, ele o faz unicamente com base em sua misericórdia [Rm 9.16], e por isso a salvação dos seus é obra sua. Quando Deus estatui tua salvação baseado unicamente nele mesmo, por que haverás de olhar para ti mesmo? Quando *o Senhor* te prescreve sua mera misericórdia, por que haverás de recorrer a teus *próprios* méritos? Quando Deus concentra tua cogitação em sua compaixão, por que haverás de deter-te em contemplação de tuas obras à parte dele?

Portanto, é necessário volver àquele reduzido número o qual Paulo em outro lugar escreve ter sido por Deus ***conhecido de antemão*** [Rm 11.2], tal conhecimento não é como esses imaginam, que ele prevê todas as coisas permanecendo ocioso e sem preocupar-se com nada, mas no sentido em que esta expressão é muitas tomada na Escritura. Ora, na verdade, quando em Lucas Pedro diz que Cristo fora entregue à morte pelo determinado conselho e presciência de Deus [At 2.23], não está insinuando um Deus *meramente* espectador, ao contrário, o Autor de nossa salvação. Assim também o mesmo Pedro, dizendo que os fiéis, a quem escreve, foram eleitos segundo a presciência de Deus, exprime precisamente essa predestinação secreta pela qual Deus selou para si *como* filhos *aqueles* aos quais *assim* quis. E *a palavra* ***propósito***, a qual associa à guisa de sinônimo, uma vez que, exprimindo por toda parte, em linguagem comum, como ***determinação fixa***, não ensina que Deus sai de si mesmo em busca incerta de nossa salvação. Neste sentido ele diz, no mesmo

325. Primeira edição: "Logo, repudiado Esaú, de quem de nenhuns méritos diferia, eleito é Jacó [dele] é distinguido pela predestinação de Deus."

capítulo, que Cristo foi o Cordeiro conhecido antes da criação do mundo [1Pe 1.19, 20]. Pois o que há de mais absurdo ou mais fútil que haver Deus se posicionado no alto a contemplar *para ver* de onde salvação haveria de vir ao gênero humano? Portanto, para Paulo, o povo conhecido de antemão equivale a diminuta porção dele misturada à grande massa, a qual arvora falsamente o nome de Deus. Também em outro lugar, para reprimir a jactância daqueles que, apenas cobertos de máscara, diante do mundo arrogam para si as primeiras *posições* entre os piedosos, Paulo diz que Deus conhece *os* que são seus [2Tm 2.19].

Enfim, com esse termo, Paulo nos aponta dois povos: um, *composto* de toda a descendência de Abraão; o outro, à parte deste e que, recôndito sob os olhos de Deus, jaz oculto à vista dos homens. Não há dúvida de que *ele* tomou isto de Moisés, o qual afirma que Deus é misericordioso para com *aqueles* a quem *assim* quis proceder [Ex 33.19], porquanto a referência foi acerca do povo eleito, cuja condição era igual na aparência. Exatamente como se estivesse dizendo que não obstante ser a adoção comum e geral, contudo, ele reservara para si uma graça à parte, como um tesouro singular, para aqueles a quem tivesse por bem comunicá-la. E querendo mostrar como Senhor absoluto e que livremente poderia dispensar isto, terminantemente nega que haja de ser misericordioso para com um mais que para com outro, senão porque assim lhe foi do agrado, porquanto, quando a misericórdia ocorre ao que a busca, ainda que não sofra repulsa, contudo, ou antecipa *ele mesmo*, ou em parte adquire para si o favor, o louvor do qual Deus reivindica para si.

7. A eleição nas palavras de Cristo contidas no Evangelho de João

Ouçamos agora o que pronuncia o Supremo Juiz e Mestre a respeito de toda a matéria. Percebendo tão profunda dureza em seus ouvintes, de tal sorte que diante da multidão derramava as palavras quase que sem nenhum resultado, para que remediasse esse escândalo que os débeis poderiam enfrentar, exclama: “Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim. Pois esta é a vontade do Pai: que nenhum de todos os que me deu se perca” [Jo 6.37, 39]. Observa bem que o princípio para que sejamos admitidos sob a proteção e amparo de nosso Senhor Jesus Cristo provém da benevolência do Pai.

É possível que aqui alguém dê meia volta e replique que o Pai reconhece no número dos seus somente aqueles que de bom grado se entregam a ele pela fé. Mas Cristo só insiste no fato de que, suportando que o mundo inteiro vagueasse transtornado e se desse nele infindas mudanças, não obstante o conselho de Deus permanecerá mais inabalável que o próprio céu, de forma que sua eleição subsista sólida e íntegra.[326] Somos informados que os eleitos já eram do Pai antes mesmo que os

326. Primeira edição: “Mas, nisto somente insiste Cristo: inda que defecções de turbas ingentes abalem a

desse ao Filho Unigênito. Pergunta-se: porventura isso se dá por natureza? Não, ao contrário, os que eram estranhos os traz a si para que sejam seus. As palavras de Cristo é demasiadamente claras para que, buscando rodeios, possam ser cobertas alguma névoa. "Ninguém", diz *ele*, "pode vir a mim se o Pai que me enviou não o trouxer ... Portanto, todo aquele que do Pai ouviu e aprendeu vem a mim" [Jo 6.44, 45]. Se todos, indiscriminadamente, dobrassem o joelho diante de Cristo, a eleição seria geral; mas, ao contrário, no pequeno número dos que crêem se manifesta esta imensa distinção. Assim também, depois que Cristo declarou que os discípulos que lhe foram dados eram propriedade especial de Deus, o Pai [Jo 17.6], acrescenta pouco depois: "Não rogo pelo mundo, mas por estes que me deste, porque são teus" [Jo 17.9]. Donde ocorre que todo o mundo não pertence a seu Criador, a não ser aqueles poucos que a graça arrebata da maldição, da ira de Deus e da morte eterna, os quais, de outra sorte, haveriam de perecer; o mundo, porém, ele o abandona em sua ruína à qual o destinou.

Ao mesmo tempo, embora se interponha *como* Mediador, contudo, Cristo reivindica para si, em comum com o Pai, o direito de eleger. "Não estou", diz *ele*, "falando de todos; conheço a quem escolhi" [Jo 13.18]. Se alguém indagar de onde os elegeu, ele responde em outro lugar: "Do mundo" [Jo 15.19], o qual exclui de suas orações quando recomenda ao Pai seus discípulos [Jo 17.9]. Realmente é preciso manter isto: quando *Cristo* afirma que conhece a quem escolheu, denota-se uma certa classe no gênero humano, a qual não se distingue pela qualidade de suas virtudes, mas pelo decreto celeste. Do quê se segue que nenhum se distingue por *seus* próprios recursos ou diligência, uma vez que Cristo se faz Autor da eleição.

Entretanto, o fato de *Cristo*, em outro lugar, incluir Judas entre os eleitos, quando era um diabo [Jo 6.70], isto se refere apenas ao ofício apostólico, o qual, ainda que seja um nítido espelho do favor de Deus, como em sua pessoa tantas vezes Paulo reconhece, contudo não contém em si a esperança da salvacão eterna. Portanto, como exercesse *ele* perfidamente o apostolado, Judas veio a ser pior que um diabo; *aqueles*, contudo, a quem Cristo uma vez enxertou em seu corpo, *não* deixará perecer a nenhum deles [Jo 10.28], porque, ao preservar-lhes a salvação, cumprirá o que foi prometido, isto é, manifestará o poder de Deus que "é maior do que tudo [Jo 10.29]. Ora, *o* que diz em outro lugar: "Pai, nenhum dos que me deste pereceu, exceto o filho da perdição" [Jo 17.12], ainda que seja uma maneira difícil de falar, contudo não contém nenhuma ambigüidade.

A síntese é: Deus, por uma adoção graciosa, cria *aqueles* a quem quer ter *por* filhos. A causa intrínseca disto, porém, está nele próprio, porque não leva em conta nada mais além de seu secreto e singular beneplácito.

---

todo o mundo, firme, no entanto, e mais estável que os próprios céus haverá de ser o desígnio de Deus de que a eleição jamais oscile."

8. Agostinho rejeita que a presciência divina seja a condição da eleição

Mas alguns dirão que Ambrósio, Orígenes, Jerônimo defenderam a tese de que Deus dispensa sua graça entre os homens conforme haja previsto que cada um viria a fazer dela bom uso.[327] Afirmam que também Agostinho, por algum tempo, foi deste parecer.[328] Como, porém, houvesse avançado mais no conhecimento da Escritura, não só se retratou *dele* como evidentemente falso, mas inclusive o refutou firmemente.[329] Com efeito, após a retratação, pressionando os pelagianos por persistirem nesse erro, diz *ele*: "Quem não admire haver o Apóstolo escapado desta noção tão aguda? Ora, pois, como prescrevera uma cousa estupenda acerca daqueles *dois, Esaú e Jacó,* ainda não nascidos, e depois lança a si mesmo a pergunta: E então? Porventura há iniqüidade em Deus? [Rm 9.14], *esse* era o lugar para responder que Deus previra os méritos de um e do outro. Contudo, não diz tal coisa; ao contrário, busca refúgio nos juízos e na misericórdia de Deus."[330] E, em outro lugar, como excluísse todos os méritos antes da eleição: "Aqui, de fato", diz *ele*, "vazio se faz o fútil arrazoado daqueles que defendem a presciência de Deus contra sua graça e nos dizem que foram eleitos antes da formação do mundo porque Deus anteviu que haveríamos de ser bons, não que ele mesmo nos fizesse bons. Não é isso que ele diz: 'Não fostes vós que me escolhestes; antes, eu vos escolhi' [Jo 15.16]. Ora, se nos houvesse escolhido porque sabia que seríamos bons, também teria ao mesmo tempo previsto que o haveríamos de escolher."[331]

Valha o testemunho de Agostinho entre aqueles que, de bom grado, aquiescem à autoridade dos pais. Visto que Agostinho não consente em ser dissociado dos demais, contudo mostra, mediante claros testemunhos, ser falsa a calúnia dos pelagianos de que ele mantinha aquela opinião. Ora, *ele* cita de Ambrósio:[332] "Cristo chama àqueles em favor de quem ele quer igualmente ter compaixão." E: "Caso ele o quisesse, dos não-devotos teria convertido em devotos, porém Deus chama a quem *assim* digna e faz religioso a quem *assim* queira *fazer*." Se alguém quisesse encher um volume com os ditos notáveis de Agostinho no tocante a esta matéria, me seria fácil mostrar ao leitor que só de suas palavras que não tenho necessidade de usar outras palavras além das dele; porém, não pretendo molestá-los com prolixidade.

---

327. Pseudo-Ambrósio, Ambrosiaster, *Comentário a Romanos* 8.29; pseudo-Jerônimo, João Diácono, *Exposição de Romanos* 7.8.

328. Exposição da proposição 60 extraída da carta aos Romanos.

329. *Retratações*, livro I, capítulo XXIII, 205 etc.

330. *Carta CXCIV, CVII*, 35.

331. *Tratado sobre João*, tratado LXXXVI, 2.

332. Trata-se aqui do segundo livro *Da Predestinação dos Santos*, cujo título mais corrente Do Dom da Perseverança, capítulo XIX, 49. Cf. Ambrósio, *Exposição do Evangelho de Lucas*, 1.10.

Mas imaginemos que eles não falassem isto. Então atentemos para a própria matéria. O Apóstolo suscitou uma bem difícil, a saber, porventura Deus agiria com justiça se sua graça contemplasse certas pessoas? *Questão esta* da qual Paulo poderia desvencilhar-se com uma palavra, caso houvesse proposto levar em consideração as obras *humanas*. Portanto, por que ele não age assim, senão que, antes, dá seguimento a uma tese que se envolve na mesma dificuldade? Por quê, senão porque ele não deve agir assim? Pois o Espírito Santo, por cuja boca falava, não laborava no hábito do esquecimento. Logo, sem quaisquer rodeios, responde: Portanto, Deus mostra favor a seus eleitos, porque *assim o* queira; por isso tem compaixão *deles*, porque *assim o* queira. Ora, o oráculo: "Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia, e me compadecerei de quem eu me compadecer" [Ex 33.19], vale exatamente como se estivesse dizendo: Deus não é movido à misericórdia por outra razão, senão porque ele quer ser misericordioso. Portanto, esta *afirmação* de Agostinho[333] permanece verdadeira: "A graça de Deus não acha ninguém a quem deva eleger, mas faz com que os homens sejam aptos a ser eleitos."[334]

9. Não é procedente a cavilação de Tomás de Aquino de que a predestinação diz respeito à graça mercê da qual extraímos méritos que são objeto da presciência divina

Não faço caso da sutileza de Tomás de Aquino, o qual diz que, ainda que a presciência dos méritos não possa ser chamada a causa da predestinação no que se refere a Deus, que predestina, contudo, pode ser assim chamada no que diz respeito a nós, como quando afirma que Deus predestinou a seus eleitos para que, com seus méritos, alcancem a glória; porque determinou dar-lhes sua graça para que, com ela, mereçam a glória.[335] Quando, pois, o Senhor não quer que contemplemos nada na eleição, senão *sua* mera bondade, se alguém aqui deseje visualizar algo mais, será por mera afetação. Porque, caso queira porfiar em sutileza, não falta com que repulsemos o próprio minúsculo sofisma de Tomás. Ele pretende provar que a glória é, de certa maneira, predestinada para os eleitos por seus méritos, porque Deus os predestina à glória pela qual mereçam a glória.

333. *Carta CLXXXVI*, capítulo V, 15.

334. Primeira edição: "Portanto, verdadeira permanece essa [asserção] de Agostinho: 'A graça de Deus não descobre, pelo contrário, faz os que devam ser eleitos'."

335. *Sobre as Sentenças*, livro I, dist. 41, 1, art. 3.

Primeira edição: "E não nos detemos, com efeito, sobre essa sutileza de Tomás [de Aquino] de que a presciência de méritos não é a causa da predestinação, na verdade, da parte do ato do predestinante, mas, de nossa parte se pode assim, de certo modo chamar, isto é, segundo particular estimativa da predestinação, como quando se diz Deus ao homem glória dos méritos predestinar, por isso que decretou prodigalizar-lhe graça mercê da qual mereça a glória."

Replico, porém, em contrário, que a predestinação para a graça é subserviente à eleição para a vida, e lhe é como que serva; que a graça é predestinada àqueles aos quais a posse da glória foi prescrita já por longo tempo, visto que o Senhor se deleita em conduzir seus filhos da eleição à justificação. Portanto, daí se seguirá que a predestinação para a glória é a causa da predestinação para a graça, e não ao contrário. Deixemos, porém, de um lado essas disputas supérfluas para os que têm sabedoria suficiente na Palavra de Deus. Porque muito bem disse um doutor antigo que os que atribuem a causa da eleição aos méritos, querem mais do que lhes convém.[336]

10. A universalidade do convite divino à salvação não impugna o particularismo da eleição

Há quem objete *dizendo* que Deus seria contrário a si mesmo se a todos, universalmente, convide a si, porém admita a poucos. Sendo assim, a universalidade das promessas, segundo eles, anula a distinção da graça especial; e nesse mesmo diapasão falam certos homens moderados, não tanto no afã de sufocar a verdade, quanto a que sejam afastadas questões espinhosas e *assim* freiem a curiosidade de muitos. Louvável empenho, porém um desígnio que de modo algum se pode aprovar, porquanto seu subterfúgio jamais pode ser escusável. Quanto, porém, desses, aos que insultam mais impudentemente, na verdade sua cavilação é demasiado pútrida ou o erro demasiado vergonhoso.

Já expliquei em outro lugar como a Escritura concilia estas duas *coisas*, a saber, mediante a pregação exterior, são todos chamados ao arrependimento e à fé, entretanto, nem a todos é dado o espírito de arrependimento e fé, e logo adiante se haverá de repetir algo mais. Agora nego-lhes o que defendem, visto ser falso de dois modos: *primeiro*, que *Aquele* que ameaça que, enquanto faz chover sobre uma cidade, haverá sequidão sobre outra [Am 4.7], que em outro lugar denuncia uma fome de ensino [Am 8.11], não se obriga por uma lei fixa para que chame a todos igualmente; e, segundo, Aquele que, vedando a Paulo de pregar a Palavra na Ásia, e ao mesmo desviando-o da Bitínia, o impele à Macedônia [At 16.6-10], demonstra ser direito seu distribuir este tesouro *àqueles* a quem *bem lhe* pareceu. Entretanto, mediante Isaías mostra mais expressamente como ele destina as promessas de salvação especificamente aos eleitos, pois apenas a respeito deles, mas não de todo o gênero humano indiferentemente, proclama que serão seus discípulos [Is 8.16]. Do quê se faz claro que os que querem que a doutrina de vida se proponha a todos, para que todos aproveitem dela eficazmente, se enganam sobremaneira, visto que ela só se propõe aos filhos da Igreja.

---

336. Primeira edição: "Mas, adeus a estes embates, que são supérfluos entre aqueles que bastante de sabedoria para si julgarão haver na Palavra de Deus. Com verdade, pois, foi isso dito pelo escrito eclesiástico outrora. [Aqueles] que aos méritos atribuem a eleição de Deus, esses sabem mais do que convém [saber]."

Por ora, que isto seja suficiente: ainda que a voz do evangelho se dirija a todos em geral, no entanto, o dom da fé é algo raro. Isaías assinala a causa: que o braço de Deus não se manifesta a todos [Is 53.1]. Se *ele* dissesse que o evangelho é maligna e perversamente desprezado porque muitos se recusam pertinazmente a ouvi-lo, talvez este pretexto tivesse força acerca de uma vocação universal. Com efeito, a intenção do Profeta não é atenuar a culpa dos homens, quando ensina que a fonte de sua cegueira é o fato de Deus não se dignar manifestar-lhes seu braço; somente adverte que, como a fé é um dom singular, em vão são os ouvidos verberados pelo ensino exterior.

Eu, porém, gostaria de saber destes doutores se porventura Deus nos faz seus filhos só pela pregação, ou também pela fé? Na verdade, quando se diz no primeiro *capítulo* de João, "Todos quantos crêem no Unigênito Filho de Deus, eles mesmos são também feitos filhos de Deus" [Jo 1.12], aí não se opõe um aglomerado confuso, mas se confere aos fiéis uma categoria especial, "que foram nascidos não do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem" [Jo 1.13]. Mas se replicam que há consenso mútuo da fé com a Palavra, respondo que é verdade quando há fé. Entretanto, não há coisa nova nem nunca vista que a semente caia entre espinhos [Mt 13.7], ou em lugares pedregosos [Mt 13.5], não apenas porque a maior parte se mostra deveras contumaz para com Deus, mas também porque não foram dotados de olhos e ouvidos *para isso*. *Insistirão*: Portanto, o que dizer quando Deus chama para si *àqueles* a quem sabe que não haverão de vir? Agostinho responde por mim: "Queres disputar comigo? Maravilha-te comigo e exclama: 'Oh, profundidade!' Tenhamos ambos o mesmo sentir em temor, para que não pereçamos no erro."[337]

Acresce que, se a eleição, segundo Paulo *o* atesta, é a mãe da fé, faço voltar seu argumento sobre sua cabeça: já que a fé não é geral, então a eleição é especial. Ora, pois, quando Paulo diz que "estamos cheios de toda bênção espiritual, visto que Deus nos elegera antes da criação do mundo" [Ef 1.3, 4], da seriação de causas e efeitos facilmente se conclui: visto que estas riquezas não são comuns a todos, então Deus elegeu apenas *aqueles* a quem *assim o* quis. Esta é a razão por que em outro lugar *o Apóstolo* recomenda a fé dos eleitos [Tt 1.1], para que alguém não pense que adquire para si a fé por seu próprio esforço; ao contrário, em Deus resida esta glória: os que antes elegera são por ele graciosamente iluminados.

Bernardo, pois, diz corretamente: "Ouvem-nos os amigos, cada um individualmente, aos quais também fala: 'Não temais, pequeno rebanho' [Lc 12.32], 'porque *vos* foi dado conhecer o mistério do reino dos céus' [Mt 13.11]. Quem são estes? Seguramente, *aqueles* 'a quem de antemão conheceu e predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho' [Rm 8.29]. Fez-lhes conhecido *seu* grande e secreto

337. *Sermão XXVI*, capítulo XII, 13.

desígnio: 'o Senhor conhece os que são seus' [2Tm 2.19]; mas o que era conhecido de Deus se manifestou aos homens, nem obviamente confere a outros a participação de tão grande mistério, senão aos mesmos a quem de antemão conheceu e predestinou para que fossem seus". Pouco depois, conclui: "A misericórdia de Deus é de eternidade a eternidade sobre os que o temem" [Sl 103.17]; desde a eternidade em vista da predestinação; até a eternidade em vista da beatificação; uma não conhecendo principio, a outra *não conhecendo* fim".[338]

Mas, *afinal*, por que se faz necessário citar Bernardo *por* testemunha, quando ouvimos da boca do Mestre que "nenhum outro vê *o Pai*, senão os que procedem de Deus" [Jo 6.46], fazendo saber por meio destas palavras que todos aqueles que não são gerados de Deus ficam aturdidos ante o esplendor de sua face? E de fato apropriadamente associa a fé à eleição, visto que *esta* sustenta o segundo lugar, ordem que as palavras de Cristo exprimem claramente em outro lugar: "Esta é a vontade do Pai, que *eu* não perca o que *ele me* deu; pois esta é sua vontade, que todos quantos crêem no Filho não pereçam" [Jo 6.39, 40]. Se quisesse salvar a todos, *como* guardião lhes poria à frente o Filho e inseriria a todos em seu carpo, mercê do sacro vínculo da fé. Agora se faz patente que a fé é o penhor singular de *seu* amor paterno, reservado aos filhos que adotou. Por isso Cristo diz em outro lugar: "As ovelhas seguem ao pastor, porque lhe reconhecem a voz; não seguem, porém, a um estranho, porquanto não conhecem a voz de estranhos" [Jo 10.3-5]. Mas, donde provem este discernimento, senão do fato de que seus ouvidos foram divinamente abertos? Ora, ninguém faz *de si mesmo* uma ovelha; ao contrário, se concretiza pela graça celestial. Do quê também ensina o Senhor que sua salvação é perpetuamente certa e segura, visto que ela está custodiada pelo insuperável poder de Deus [Jo 10.29]. Portanto, *ele* conclui que os incrédulos não fazem parte de suas ovelhas [Jo 10.26]; aliás, visto que não são do número daqueles que, através de Isaías [8.16; 54.13], Deus prometeu que seriam seus discípulos. Com efeito, como nos testemunhos que citei se exprime perseverança, ao mesmo tempo *eles* atestam a constância inflexível da eleição.

11. A rejeição dos réprobos procede também da vontade divina, não da presciência de suas obras más

Tratemos agora dos réprobos, de quem o Apóstolo fala também na passagem já indicada, associando, ao mesmo tempo, os eleitos [Rm 9.13]. Ora, como Jacó, sem ainda nada merecer por suas boas obras, é recebido à graça; assim também Esaú, ainda de nenhum inclinado ao delito, é tido em ódio. Se volvermos nossos olhos para as obras, fazemos grave injúria ao Apóstolo, como se ele não percebesse como

338. *Carta CVII*, 4 e 5.

algo óbvio aquilo que para nós é claro. Com efeito, que ele não percebeu é fácil de ser provado, uma vez que ele insiste expressamente, dizendo que não havia ainda nada de bom ou de mau a ser mostrado de que um é eleito e o outro rejeitado; de sorte que *assim* prova que o fundamento da predestinação divina não está nas obras.

Além disso, quando *o Apóstolo* levantou a objeção se porventura Deus é iníquo, não faz uso desta *objeção* que lhe teria sido a mais firme e a mais evidente defesa da justiça, a saber, que Deus recompensou a Esaú segundo sua maldade; ao contrário, contentou-se com solução diversa: que os réprobos são suscitados para este fim, ou, seja, para que através deles a glória de Deus resplandeça.

Finalmente, *ele* adiciona a cláusula: "Deus se compadece de quem quer *compadecer-se* e endurece a quem quer *endurecer*" [Rm 9.18]. Vês como o Apóstolo entrega ao mero arbítrio de Deus a um e ao outro? Portanto, se não podemos assinalar outra razão por que Deus usa de misericórdia para com os seus, a não ser porque assim lhe apraz, tampouco disporemos de outra razão por que rejeita e exclui aos demais, senão pelo uso deste mesmo beneplácito. Quando, pois, se diz ou que Deus endurece, ou cumula de misericórdia a quem quis, com isso são os homens admoestados a não buscar nenhuma outra causa que esteja fora de sua vontade.

CAPÍTULO XXIII

REFUTAÇÃO DAS CALÚNIAS COM AS QUAIS ESTA DOUTRINA TEM SIDO SEMPRE INIQUAMENTE IMPUGNADA

1. IMPROCEDÊNCIA DA TESE DE QUE A REALIDADE DA ELEIÇÃO NÃO IMPLICA A REALIDADE DA REPROVAÇÃO

Mas, enquanto o entendimento humano ouve estas coisas, sua petulância não pode ser contida, de forma variada e acima da medida, sem agitar-se como que pelo clangor de uma trombeta *a dar ordem de ataque*. E de fato muitos, como se quisessem impedir que Deus seja acusado de tão odiosa discriminação, então admitem a eleição, mas de maneira que negam que alguém seja reprovado. Mas nisto se enganam mui inepta e infantilmente, quando a própria eleição não pode ser mantida, a não ser que seja confrontada com a reprovação. Diz-se que ele separa *àqueles* a quem adota para a salvação; seria, pois, um notável desvario afirmar que os outros alcançam casualmente, ou adquirem por sua própria indústria o que a eleição dá a poucos. Portanto, *aqueles* a quem Deus pretere *os* reprova; não por outra causa, mas porque os quer excluir da herança para a qual predestina a seus filhos.

Tampouco se pode tolerar a obstinação dos que não permitem que se lhes ponha um freio com a Palavra de Deus, tratando-se de um juízo incompreensível dele, o qual até mesmo os próprios anjos adoram.[339] Com efeito, já ouvimos que o endurecimento está não menos na mão e no arbítrio de Deus quanto depende de sua misericórdia. Aliás, como o exemplo que me referi previamente, tampouco Paulo se esforça ansiosamente por isentar a Deus de falsidade e mentira; apenas adverte que não é lícito à coisa modelada contender com seu modelador [Rm 9.20]. Ora, *aqueles* que não admitem que alguém seja reprovado por Deus, como se desvencilharão dessa sentença de Cristo: "Toda árvore que meu Pai não plantou será arrancada?" [Mt 15.13]. Ouvem expressamente que o Pai celestial não teve por bem plantar em seu campo, como árvores sacrossantas, estão evidentemente destinados à perdição. Se negam ser este um sinal de reprovação, não há nada tão claro que lhes possa ser provado.

Mas se não cessam de vociferar, dizendo que nossa fé se dê por satisfeita ouvindo o aviso que Paulo nos dá: que não há motivo para se discutir com Deus se, de um lado, "querendo manifestar *sua* ira e fazer conhecido seu poder, suporta em muita

339. Primeira edição: "Nem, na verdade, tolerável é a insolência dos homens, se pela Palavra de Deus se não deixa frear, quando se trata de Seu incompreensível desígnio, que os próprios anjos adoram."

tolerância e brandura os vasos de ira apresentados para a perdição", por outro lado, porém, "Para que também desse a conhecer as riquezas de sua glória nos vasos de misericórdia, que para a glória já preparou de antemão" [Rm 9.22, 23]. Observem os leitores que Paulo, para tirar toda ocasião a sussurros e injúrias, outorga a soberania suprema à ira e poder de Deus, porque é iníquo sujeitar-se ao nosso alvitre esses juízos profundos que absorvem todos os nossos sentidos.

É frívolo o que *nossos* adversários respondem: que Deus não rejeita totalmente *àqueles* a quem tolera com brandura; ao contrário, permanece de ânimo suspenso para com eles para ver se arrependam. Como se de fato Paulo atribuísse a Deus paciência mercê da qual aguarde a conversão daqueles que diz já preparados para a perdição. Agostinho, pois, diz retamente, explicando esta passagem: quando a paciência é associada ao seu poder, Deus não permite, mas governa por seu poder.[340]

Replicam dizendo que Paulo, quando diz que os vasos de ira estão preparados para a destruição, acrescenta em seguida que Deus já preparou os vasos de misericórdia para a salvação, como se por meio destas palavras tencionasse dizer que Deus é o autor da salvação dos fiéis, e que se deve atribuir-lhe a glória desse fato; mas que aqueles que se perdem se deve a eles mesmos por meio de seu livre-arbítrio, sem que Deus os reprove.[341] Mas, ainda que eu lhes conceda que, com diversa forma de falar, Paulo abranda a aspereza da primeira cláusula, mui longe está de admissível, pois, transferir a preparação para a perdição a outro *fator* fora do conselho secreto de Deus, o que é asseverado um pouco antes no contexto: "Deus instigou a faraó" [Rm 9.17], em seguida: "A quem *assim o* quer, endurece" [Rm 9.18]. Do quê se segue que o conselho secreto de Deus é a causa do endurecimento. Eu sustento precisamente o que Agostinho ensina: onde Deus converte lobos em ovelhas, por graça mais poderosa os reforma para que sua dureza seja domada; e que não converte os obstinados porque não lhes outorga uma graça mais poderosa, da qual ele não carece, caso queira exercitá-la.[342]

2. Primeira objeção refutada: seria injusto e tirânico se Deus votasse à condenação criaturas que ainda não o haviam ofendido

Estas *considerações* seriam, por certo, sobejamente suficientes aos pios e modestos e que se lembram de que *são simplesmente* seres humanos. No entanto, uma

---

340. *Contra Juliano*, livro V, capítulo III, 13.

341. Primeira edição: "Aduzem, também, que não sem causa se dizem aprestados para perdição os vasos da ira, mas os vasos de misericórdia havê[-los] Deus preparado, porquanto deste modo [Paulo] a Deus prescreve e vindica o louvor da salvação, [enquanto] a culpa da perdição lança sobre aqueles que, de próprio arbítrio, a si [a] engendram."

342. A referência indicada nas antigas edições é errônea: *De Praedestinatione Sanctorum*, livro I, capítulo II. Em Agostinho a expressão "lobos transformados em ovelhas", se encontra em particular em seu *Sermão XXVI*, capítulo IV, 5. *Tratado sobre João*, tratado XLV, 10.

vez que estes cães virulentos não vomitam contra Deus uma *única* espécie de blasfêmia, as responderemos uma a uma, conforme a matéria o requeira. De muitas maneiras os homens adultos litigam com Deus, como se, por suas acusações, o mantivessem incriminado. Portanto, primeiro perguntam com que direito o Senhor se ira contra suas criaturas, das quais não foi provocado previamente por nenhuma ofensa; porque, condenar e destruir àqueles a quem ele bem quer se enquadra mais ao capricho de um tirano do que à sentença legítima de um juiz. E assim lhes parece que os homens têm justo motivo para queixar-se de Deus, se por sua mera vontade, e sem que eles o mereçam, os predestina à morte eterna.

Se algumas vezes cogitações desta natureza vêm à mente dos homens piedosos, para quebrar-lhes os impulsos suficientemente armados lhes bastará apenas isto: se refletirem sobre quão grande improbidade é meramente indagar as causas da vontade divina, quando *ela* mesma é a causa de tudo quanto existe, e com razão deve ser assim. Ora, se houvesse algo que fosse a causa da vontade de Deus, seria preciso que fosse anterior e que estivesse atada a tal causa, o que não é procedente imaginar-se. Pois a vontade de Deus é a tal ponto a suprema regra de justiça, que tudo quanto queira, uma vez que o queira, tem de ser justo. Quando, pois, se pergunta por que o Senhor agiu assim, há de responder-se: Porque o quis. Porque, se prossigas além, indagando por que ele o quis, buscas algo maior e mais elevado que a vontade de Deus, o que não se pode achar. Portanto, contenha-se a temeridade humana e não busque o que não existe, para que não *venha*, quem sabe, *a acontecer que* aquilo que existe não ache. Afirmo que, com este freio, bem se conterá quem quer que queira com reverência filosofar acerca dos mistérios de seu Deus.

Contra a audácia dos ímpios, que não temem maldizer abertamente a Deus, o próprio Senhor se defenderá suficientemente com sua justiça, sem nosso concurso, quando, alijando de suas consciências toda tergiversação, as forçará e as pronunciará culpadas e incriminadas. Entretanto, tampouco ingerimos em Deus a ficção de um poder absoluto, porque, assim como é profana, também com razão nos deve ser detestável. Não imaginamos um Deus sem lei, *ele* que lei é para si próprio, porque, como diz Platão, os homens que laboram em paixões necessitam de leis; mas a vontade de Deus é não só pura de toda imperfeição, mas também é a suprema regra da perfeição, inclusive é a lei de todas as leis. Negamos, porém, que ele esteja sujeito a prestar conta; negamos também que sejamos juízes idôneos, nós que, de próprio senso, pronunciemos sentença acerca desta causa. Portanto, se tentarmos ir além do que é permitido, que nos infunda medo aquela sentença do Salmo [51.4] de que Deus haverá de ser vencedor sempre que for julgado pelo homem mortal.

3. Deus não é injusto, nem arbitrário, em votar à condenação a quem, por sua corrupção, outra coisa não merece

Em mantendo silêncio, Deus pode assim conter seus inimigos. Mas, para que não permitamos que seu sacro nome seja tido em escárnio impunemente, sua Palavra também nos provê armas contra eles. Portanto, se alguém nos acometer com palavras desta natureza: Por que Deus no início predestinou alguns à morte, os quais, como ainda não existissem, não podiam ainda ser merecedores de juízo de morte, à guisa de resposta lhes indaguemos, por nossa vez, se pensam que Deus deve algo ao homem, caso o queira estimar por sua *própria* natureza? Como estamos todos infeccionados pelo pecado, não podemos deixar ser odiosos a Deus, e isso não por crueldade tirânica, mas por razão de justiça mui eqüitativa. Porque, se todos são passíveis de juízo de morte, por condição natural, os que o Senhor predestina à morte, pergunto de que iniqüidade sua para consigo, se hajam de queixar-se?

Venham todos os filhos de Adão; contendam e alterquem com seu Criador por que antes mesmo de serem gerados foram predestinados à perpétua miséria por sua eterna providência. Que poderão vociferar contra esta vindicação quando, em contrário, Deus os haverá de convocar ao exame de si próprios? Se de massa corrupta foram todos tomados, não é de admirar se estão sujeitos à condenação. Logo, não acusem falsamente a Deus de iniqüidade, se de seu eterno juízo foram destinados à morte, à qual são por sua própria natureza conduzidos por vontade *própria*, queiram ou não queiram, *eles* mesmos sentem. Do quê se faz evidente quão perversa é a afetação de vociferar *contra Deus*, porque suprimem, deliberadamente, a causa da condenação que em si são compelidos a reconhecer, para que o pretexto de Deus os livre. Com efeito, ainda que eu confesse cem vezes confesse ser Deus o autor de sua condenação – o que é mui verdadeiro –, entretanto, não se purificarão do pecado que está esculpido em suas consciências, e que a cada passo se apresenta ante seus olhos.

4. Improcedência da tese de que os réprobos são inculpáveis, já que são predestinados por Deus para o pecado

Objetam ainda se foram predestinados por disposição de Deus a esta corrupção, que ora afirmamos ser causa de sua condenação. Porque, se é assim, quando perecem em sua corrupção, outra *coisa* não estão pagando senão as penas de sua miséria, na qual, por sua predestinação, Adão caiu e arrastou com ele toda sua progênie. Deus, pois, não será injusto, que tão cruelmente escarnece de suas criaturas? Sem dúvida confesso que foi pela vontade de Deus que todos os filhos de Adão nesta miserável condição em que ora se acham enredilhados. E isto é o que *eu* dizia inicialmente: por fim, tem-se sempre de volver ao mero arbítrio da vontade divina, cuja causa está escondida nele mesmo. Mas, não se segue diretamente que Deus esteja

sujeito a esta injúria. Pois em Paulo encontramos isto: "Quem és tu, ó homem, que discuta com Deus? Porventura o objeto moldado dirá àquele que o moldou: Por que me moldaste assim? Por acaso não tem o oleiro poder para fazer de uma só massa um vaso para honra, e outro para desonra?" [Rm 9.20, 21].

Negarão que dessa maneira se defende verdadeiramente a justiça de Deus; ao contrário, aqui se capta subterfúgio como costumam ter os que estão destituídos de desculpa justa. Pois, que outra *coisa* aqui se parece dizer, *senão* que Deus possui um poder que não pode ser impedido de fazer absolutamente nada, conforme lhe parecer do agrado? Mas afirmo que isto é muito diferente, pois que razão mais poderosa se pode apresentar que enquanto somos impelidos a ponderar quem seja Deus? Ora, como admitiria alguma iniqüidade *Aquele* que é o Juiz do universo? Se pertence propriamente à natureza de Deus fazer juízo, portanto *ele* ama por natureza a justiça e aborrece a injustiça. Portanto, o Apóstolo não volveu os olhos com evasivas, como se estivesse embaraçado; simplesmente mostrou que a justiça de Deus é demasiado profunda e sublime para poder ser determinada com medidas humanas e ser compreendida por algo tão tacanho como é o entendimento humano.[343] De fato, o Apóstolo confessa que os juízos divinos são tão secretos [Rm 11.33], por cuja *profundeza* seriam tragadas todas as mentes humanas, se aí tentassem penetrar.

Mas, também ensina quão indigno é a essa lei reduzir as obras de Deus a tal condição que no momento em que não entendamos a razão e causa das mesmas nos atrevamos a condená-las. Conhecido é o dito de Salomão, o qual, no entanto, poucos entendem corretamente: "O Poderoso, que formou todas as coisas, paga ao tolo e recompensa ao transgressor" [Pv 26.10]. Pois ele está exclamando acerca da grandeza de Deus, em cujo arbítrio está exercendo a punição de estultos e transgressores, ainda que não os digne de seu Espírito. E portentosa é a sandice dos homens, enquanto desejam sujeitar assim à acanhada medida de sua razão *aquilo* que é imensurável. Os anjos que se mantiveram firmes em sua integridade, Paulo os denomina de ***eleitos*** [1Tm 5.21]; se sua constância foi fundada no beneplácito de Deus, a apostasia dos outros é uma confissão de que foram desamparados por ele, cuja causa outra coisa não pode ser senão a reprovação, a qual está oculta no conselho secreto de Deus.

5. Inescrutável é a causa que assiste à vontade divina na predestinação, contudo, absolutamente justa e indiscutível

Que se apresente agora algum maniqueu ou celestino,[344] caluniador da divina providência. Com Paulo afirmo que não devemos buscar razão para ela porque, em sua magnitude, nos supera em muito a inteligência. Por que maravilhar-se? Ou, que

343. Primeira edição: "pelo contrário, mostrou profunda demais ser a razão da divina justiça para que ou se haja de medir por humana medida, ou compreender se possa pela tenuidade do humano entendimento."

344. Discípulo de Celéstio, o pelagiano.

absurdo existe? Porventura queira que o poder de Deus seja tão limitado que não possa engendrar algo mais da que sua mente apreenda? Com Agostinho[345] afirmo que foram criados pelo Senhor *aqueles* a quem sabia, sem dúvida, de antemão que haveriam de ir para perdição, e que fez isto porque assim o quis. Mas, por que *Deus* assim o quis não é de nossa *alçada* indagar a razão, a qual não podemos compreender. Tampouco devemos discutir se a vontade de Deus é ou não justa; visto que, sempre dela se faz menção, sob seu nome se enuncia a suprema e infalível regra de justiça. Logo, por que lançar dúvida se haverá iniqüidade onde claramente se vê que a justiça se faz presente? Aliás, tampouco nos envergonhemos, a exemplo de Paulo, de assim fechar a boca dos ímprobos; e sempre que ousarem ladrar, que se repita: "Ora, quem sois vós, míseros homens, que formulais acusação contra Deus [Rm 9.20], e acusá-lo não por outra razão, senão porque não se presta a rebaixar a grandeza de suas obras, não as acomodando a vossa ignorância?" Como se essas obras fossem iníquas, só porque são ocultas à carne! A imensidade dos juízos de Deus vos é notaria por experiências claras. Sabeis que *eles* são chamados "abismo profundo" [Sl 36.6]. Considerai, pois, a estreiteza de vosso entendimento, se porventura *ele* apreenda o que Deus em si decretou. Portanto, que proveito há, em mergulhardes, em louca indagação, em um abismo que a própria razão dita vos haver de ser fatal? Por que vos não coíbe ao menos algum temor, visto que tanto a história de Jó, quanto os livros proféticos, falam da incompreensível sabedoria e do terrível poder de Deus?

Se tua mente se sente perturbada, não *te* acanhes em abraçar o conselho de Agostinho: "Tu, um homem, esperas de mim uma resposta, e eu sou, também, apenas um homem. Portanto, ouçamos ambos Aquele que diz: 'Ó homem, quem és?' [Rm 9.20]. Melhor é a ignorância fiel que o saber temerário. Busca méritos; não acharás, a não ser punição: 'Oh, profundeza!' [Rm 11.33]. Pedro nega a Cristo; ladrão crê: 'Oh, profundeza!' Buscas a razão? Eu me arrecearei da profundeza. Tu arrazoa, eu me maravilharei; tu disputa, eu crerei; vejo a profundeza, ao fundo não chego. Paulo se aquietou, porque achou admiração. Ele chama *inescrutáveis* os juízos de Deus, e tu vieste perscrutá-los? Ele diz que seus caminhos são *insondáveis*, e tu os esquadrinhas?"[346] Nada conseguiremos em avançar adiante, pois nem isto satisfaz sua petulância, nem de outra defesa precisa o Senhor que *daquela* usada por seu Espírito, que falava pela boca de Paulo, e *nós* próprios desaprendemos de falar bem cessamos de falar com Deus.

6. SEGUNDA OBJEÇÃO REFUTADA: É GROSSEIRA INJUSTIÇA POR PARTE DE DEUS PUNIR A QUEM É CONDENÁVEL POR CAUSA DE SUA PREDESTINAÇÃO, VISTO QUE NÃO É RESPONSÁVEL POR SEUS PECADOS

Da impiedade emerge também outra objeção, a qual, no entanto, visa direta-

345. *Carta CLXXXVI*, capítulo VII, 23. *A Paulino*.
346. *Sermão XXVII*, capítulo III, 3, 4; VI, 6.

mente não tanto à incriminação de Deus, quanto à vindicação do pecador, ainda que, quem é condenado por Deus *como* pecador, somente com ignomínia do Juiz pode, afinal, ser justificado. Portanto, assim vociferam as línguas profanas: Por que Deus imputaria aos homens como sendo falha essas *coisas* cuja necessidade *ele* impôs em razão de sua predestinação? Ora, que haveriam de fazer? Porventura lutariam contra seus decretos? Mas fariam isso em vão, uma vez que não possam fazê-lo absolutamente. Logo, são punidos por essas *coisas* não por direito cuja causa primordial está na predestinação divina.

Abster-me-ei aqui da defesa a que recorre a maioria dos escritores eclesiásticos, ou, seja, que a presciência de Deus não impede que o homem se repute pecador, uma vez que Deus esteja a antever *coisas* más daquele, não suas. Pois a cavilação não pararia aqui; mas avançariam argumentando que, não obstante, se Deus o quisesse, poderia impedir os pecados que previra.[347] Como não o fez, senão que criou o homem para que viva desta maneira no mundo, e a divina providência o colocou nesta condição, que necessariamente há de fazer quanto faz, não deve imputar-lhe esse crime, o qual não pode evitar e ao qual é compelido pela vontade de Deus. Portanto, vejamos como se deve resolver corretamente *esta* dificuldade.

Antes de mais nada, entre todos deve estar firmemente estabelecido o que diz Salomão: "O Senhor fez todas as coisas para atender a seus próprios desígnios, até o ímpio para o dia do mal" [Pv 16.4]. Uma vez que esteja na mão de Deus a disposição de todas as coisas, quando reside em seu poder o arbítrio da salvação e da morte, em seu conselho e arbítrio assim ordena que entre os homens nasçam *aqueles* devotados à morte certa desde a madre, para que, por meio de sua condenação, lhe glorifiquem o nome. Caso alguém alegue que da providência de Deus não se lhes impõe nenhuma necessidade, antes, porque sua depravação futura foi prevista, foram por ele criados nesta condição, este tal diria algo, porém não tudo. De fato os antigos costumam às vezes fazer uso desta solução, porém de forma duvidosa. Os escolastas, porém, descansam nela como se nada pudesse opor-se contra.

De minha parte concedo de bom grado que a mera presciência não impõe às criaturas nenhuma necessidade, ainda que nem todas concordem, pois há os que também querem que *ela* seja a própria causa das coisas. Com efeito, a mim parece haver *Lourenço* Valla enxergado mais aguda e mais sabiamente, homem este de outra sorte não grandemente versado nas *coisas* sagradas, o qual mostrou ser supérflua tal contenda, uma vez que tanto a vida, como também a morte, são atos mais da ***vontade*** divina do que da ***presciência*** divina. Se Deus apenas antevisse os eventos dos homens, contudo de seu Arbítrio *também* não os dispusesse e ordenasse, então, não sem causa, se agitaria a questão de se por acaso sua presciência tenha influência

347. Primeira edição: "pelo contrário, antes urgiria que Deus, entretanto, houvesse podido acorrer aos males que haja previsto."

sobre sua necessidade. Quando, porém, não por outra razão haja de antemão visto as *coisas* que hão de acorrer, senão porque assim decretou que acontecessem, em vão se move litígio acerca da presciência, uma vez ser evidente que todas as *coisas* sucedem antes por *sua* ordenação e arbítrio.

7. A queda de Adão foi preordenada por Deus, e daí a perdição dos réprobos e de sua linhagem

Negam que subsista em termos explícitos que por Deus foi decretado que Adão perecesse por sua apostasia. Como se realmente esse mesmo Deus, que a Escritura proclama "fazer tudo quanto quer" [Sl 115.3], haja criado a mais nobre de suas criaturas com um fim ambíguo! Dizem que foi *apanágio* do livre-arbítrio que ele próprio dispusesse seu destino; Deus, porém, não destinou nada, senão que o tratasse conforme *seu* mérito. Se tão insípida invenção for aceita, onde estará aquela onipotência de Deus pela qual, segundo *seu* conselho secreto, o qual de nenhuma outra coisa depende, a tudo governa e regula?

Com efeito, queiram ou não, a predestinação se exibe em todos filhos *de Adão*. Pois por obra da natureza não pode acontecer que, pela culpa de um único ancestral, todos fossem subtraídos da salvação. Que os proíbe de confessar em relação a um homem o que, relutantes, admitem em relação a todo o gênero humano? Ora, por que perderiam o trabalho tergiversando? A Escritura proclama que na pessoa de um só homem todos os mortais foram entregues à morte eterna [Rm 5.12-18]. Isto, como não se pode imputar à natureza, mui longe de obscuro é que proceda do admirável conselho de Deus. É assaz absurdo que esses bons patronos da justiça de Deus fiquem perplexos diante de uma varinha, contudo saltem por sobre altas vigas!

De novo, pergunto: Donde vem que tanta gente, juntamente com seus filhos infantes, a queda de Adão lançasse, sem remédio, à morte eterna, a não ser porque a Deus assim pareceu *bem*? Aqui importa que *suas* línguas emudeçam, de outro modo tão loquazes. Certamente confesso ser esse um decreto espantoso. Entretanto, ninguém poderá negar que Deus já sabia qual fim o homem haveria de ter, antes que o criasse, e que ele sabia de antemão porque assim ordenara por seu decreto. Se alguém aqui investe contra a presciência de Deus, tropeça temerária e irrefletidamente. Ora, pergunto, por que se haja de ter o Juiz celestial culpado pelo *fato de* não ignorar o que haveria de acontecer? Por isso mesmo, se existe razão para queixa, ou justa ou ilusória, compete à predestinação. Nem deve parecer absurdo o que digo: Deus não só viu de antemão a queda do primeiro homem e nela a ruína de *sua* posteridade, mas também as administrou por seu arbítrio. Pois, como pertence à Sua sabedoria ser presciente de todas *as coisas* que haverão de acontecer, assim cabe ao seu poder com sua mão a tudo reger e regular. E também desta questão, como de outras, Agostinho dispõe magistralmente: "Confessamos ser mui saudável o que

mui acertadamente cremos: que o Deus e Senhor de todas as coisas, que tudo criou muito bom [Gn 1.31], e viu de antemão que das *coisas* boas *coisas* más haveriam de surgir, e contudo conheceu por sua onipotente bondade ser mais pertinente fazer benefícios dos males do que não permitir que as *coisas* más viessem à existência, assim ordenou a vida de anjos e homens para que nela manifestasse antes o que pudesse o livre-arbítrio, e então o que pudesse o benefício de sua graça e o juízo de *sua* justiça."[348]

8. A distinção evocada entre a vontade e a permissividade de Deus é irrelevante

Aqui recorre-se à distinção de ***vontade*** e ***permissão***, segundo a qual querem manter que os ímpios perecem pela mera permissão divina, não porque Deus assim o queira. Mas, por que diremos que o permite, senão porque assim o quer? Pois não é provável que o homem tenha buscado sua perdição pela mera permissão de Deus, e não por sua ordenação. Como se realmente Deus não haja estabelecido em qual condição quisesse estar a principal de suas criaturas. Portanto, não hesitarei, com Agostinho,[349] em simplesmente confessar que "a vontade de Deus é a necessidade das coisas", e que haverá necessariamente de ocorrer aquilo que ele quis, da mesma forma que aquelas *coisas* que previu verdadeiramente haverão de vir à existência.

Agora, porém, se em defesa própria e dos ímpios, ou pelagianos, ou maniqueus, ou anabatistas, ou epicureus, pois com estas quatro seitas nos temos de haver nesta questão, invoquem a necessidade pela qual são constrangidos pela predestinação divina, nada alegam pertinente à causa. Pois, se a predestinação outra *coisa* não é senão a administração da justiça divina, embora oculta, porém irrepreensível, uma vez que é certo que não eram indignos de sua predestinação para tal fim, também é igualmente certo que a ruína em que caem pela predestinação divina é justa. Além disso, sua perdição de tal maneira pende da predestinação divina, que ao mesmo tempo há de haver neles a causa e a matéria dela. O primeiro homem, pois, caiu porque o Senhor assim julgara ser conveniente. Por que ele assim o julgou nos é oculto. Entretanto, é certo que ele não o julgou de outro modo, senão porque via daí ser, com razão, iluminada a glória de seu nome.

Onde ouves menção da glória de Deus, aí deves pensar em *sua* justiça. Ora, o que merece louvor tem de ser justo. Portanto, o homem cai porque assim o ordenou a providência de Deus; no entanto, cai por falha sua. Pouco antes o Senhor declarara que todas *as coisas* que fizera eram muito boas [Gn 1.31]. Portanto, donde procede essa depravação do homem pela qual se apartou de seu Deus? Para que não se

---

348. *Da Correção da Graça*, capítulo X, 27.
349. *Sobre o Gênesis em Sentido Literal*, livro IV, capítulo XV, 26.

pensasse proceder *ela* da criação, Deus aprovara com seu elogio o que proviera de si próprio. Logo, por *sua* própria malignidade o homem corrompeu a natureza pura que havia recebido do Senhor, e em sua ruína arrastou consigo à ruína toda a posteridade. Daí devermos contemplar a causa evidente de *nossa* condenação na natureza corrupta do gênero humano, que nos é mais próxima, antes que a busquemos, oculta e totalmente incompreensível, na predestinação de Deus. Nem *nos* envergonhemos em até este ponto submeter o entendimento à imensa sabedoria de Deus, que sucumba em seus muitos arcanos. Pois dessas *coisas* que nem é dado, nem é lícito saber, douta é a ignorância, uma espécie de loucura, a avidez de conhecimento.

9. Reiterada a improcedência da segunda objeção em pauta, o homem é inescusável na condenação a que é predestinado

Talvez alguém dirá que eu ainda não apresentei o que fizesse cessar esta sacrílega escusa. Eu, porém, confesso que de fato não se pode efetuar que a impiedade não frema sempre a e murmure em contrário. Contudo, quanto a mim tudo indica que já disse quanto bastasse para remover não só a razão de falar contra, mas até mesmo o mero pretexto. Os réprobos querem ser tidos como escusáveis no pecar, porque não podem evadir à necessidade de pecar, principalmente quando necessidade desta natureza lhes é imposta pela ordenança de Deus. Nós, na verdade, negamos retamente que daí haja escusa, visto que à ordenação de Deus, pela qual se queixam de ser destinados à ruína, a eqüidade lhe é manifesta, a nós de fato desconhecida, mas sendo a mesma infalível. Do quê concluímos que nada de mal eles sustém que não proceda do justíssimo juízo de Deus que lhes é infligido.

Além disso, ensinamos que agem contrariamente os que, em busca da origem de sua condenação, volvem os olhos para os recônditos acessos do conselho divino, *mas* que fecham os olhos à corrupção de *sua* natureza, da qual ela realmente jorra. Entretanto, para que não imputem esta *corrupção* a Deus, contrapõe-se o testemunho que ele apresenta em sua criação. Ora, ainda que o homem seja criado pela eterna providência de Deus, para essa miséria a que está sujeito, no entanto a causa lhe derivou de si próprio, não de Deus, visto que ele se perdeu por nenhuma outra razão, senão porque a viciosa e impura perversidade é a perversão da pura criação de Deus.

10. Terceira objeção refutada: A eleição implicaria favoritismo da parte de Deus, parcialidade e acepção de pessoas, o que é contrário à Escritura

Ora, seus adversários infamam também a predestinação divina como sendo um terceiro absurdo, porque, uma vez que não atribuímos a outro *fator*, senão ao arbí-

trio da vontade divina, que sejam eximidos da ruína universal *aqueles* aos quais Deus assume por herdeiros de seu reino, disto concluem, pois, que nele há acepção de pessoas, o que a Escritura, por toda parte, nega. Logo, ou a Escritura é em si mesma contraditória, ou na eleição divina há consideração de méritos.

Primeiro, a Escritura nega que Deus faça acepção de pessoas em outro sentido, não naquele em que julgam eles, pois que pelo vocábulo ***pessoa*** ela não quer dizer o homem, mas *aquelas* coisas que no homem, evidentes aos olhos, costumam ou conciliar favor, graça, dignidade, ou excitar ódio, desprezo, desonras, como riqueza, posses, poder, nobreza, magistrado, pátria, elegância de forma e outros desse gênero. Igualmente, pobreza, indigência, ignobilidade, descrédito, desprezo, e coisas afins. Assim, Pedro e Paulo ensinam que o Senhor não faz acepção de pessoas [At 10.34; Rm 2.11; Gl 2.6], visto que não faz distinção entre judeu e grego [Gl 3.28], de sorte que a um rejeite, a outro abrace em razão meramente da raça. Assim, Tiago [2.5] usa das mesmas palavras quando quer declarar que Deus em seu juízo não leva em nenhuma conta as riquezas. Mas, Paulo, em outro lugar [Ef 6.9; Cl 3.25], assim fala a respeito de Deus: que em seu julgamento ele não leva em nenhuma consideração a liberdade ou a servidão. Conseqüentemente, não haverá desacordo algum se dissermos que, segundo o arbítrio de seu beneplácito, Deus elege por filhos, sem nenhum mérito, *aqueles* a quem bem lhe apraz, rejeitando e reprovando os demais.

Contudo, para que fiquem mais plenamente satisfeitos, podemos explicar assim: Perguntam como se explica que de dois *indivíduos* a quem nenhum mérito diferencia, Deus, em Sua eleição, exclua a um e se aproprie do outro. Eu, por minha vez, indago: Porventura crêem que há algo naquele que é eleito por Deus que faça a disposição divina inclinar-se em seu favor? Se confessarem, o que necessariamente se dará, nada *haver*, seguir-se-á que Deus não atenta para o homem; antes, por sua bondade busca a razão por que a agracie. Portanto, o fato de Deus eleger a uma pessoa e rejeitar a outra, isso não provém de consideração humana, mas de sua mera misericórdia, a qual deve ser livre para manifestar-se e expressar-se onde e quantas vezes *lhe* apraz. Ora, vemos também em outro lugar que "não foram chamados muitos nobres, ou sábios, ou opulentos", para que Deus humilhasse a soberba da carne; daí, mui longe está que seu favor se vincule a pessoas! [1Co 1.26].

11. Aos eleitos Deus os predestina em função de sua misericórdia; aos réprobos, em função de sua justiça

Portanto, alguns acusam a Deus, falsa e mui perversamente, de justiça parcial, porque em sua predestinação não conserva para com todos o mesmo teor. Se, dizem eles, Deus vê a todos como culpados, então que puna a todos de igual modo; se são inocentes, então que afaste de todos o rigor de *seu* juízo. Com efeito, agem com ele exatamente como se sua misericórdia fosse interditada, ou, enquanto a quer usar, é

totalmente compelido a renunciar ao juízo. Que é que estão insistentemente a exigir? Se todos são culpados, que todos juntamente paguem a mesma pena. Admitimos a culpa geral, mas afirmamos que a alguns a misericórdia divina os socorre. Então socorra, insistem, a todos. Ressalvamos, porém, que é justo que o Juiz se mostre justo punindo.

Enquanto não admitem tal coisa, que mais pretendem senão ou despojar a Deus da capacidade de exercer misericórdia, ou ao menos permiti-la com esta condição: que ele abdique inteiramente ao juízo? Portanto, estas afirmações de Agostinho[350] se enquadram mui esplendidamente: "Uma vez que, no primeiro homem, toda a massa do gênero *humano* caiu na condenação, os vasos que desta massa são feitos para honra são vasos não de justiça pessoal, mas da misericórdia de Deus. Que outros, porém, sejam feitos para desonra, isso deve ser lançado à conta não da iniqüidade, mas do juízo etc." "Porque Deus dá em paga a pena devida àqueles a quem rejeita, àqueles a quem chama prodigaliza graça imerecida, está liberado de toda acusação, à semelhança do credor em cujo poder está perdoar a um *sua dívida*, e exigi-la de outro."[351] Portanto, o Senhor pode também dar graça *àqueles* a quem bem quiser, porque é misericordioso; não dar a todos, porque é Juiz justo. Dando a alguns o que não merecem, manifesta sua graça gratuita; não dando a todos, declara o que todos merecem."[352] Quando, pois, Paulo escreve que "Deus encerrou tudo debaixo do pecado, para que de tudo tenha misericórdia" [Rm 11.32], deve-se ao mesmo tempo acrescentar que a ninguém é devedor, "porquanto ninguém lhe deu primeiro, para que exija de volta o pagamento" [Rm 11.35].

12. QUARTA OBJEÇÃO REFUTADA: A DOUTRINA DA PREDESTINAÇÃO DESESTIMULA O ZELO E EMPENHO POR UM VIVER ÍNTEGRO E VIRTUOSO

Para lançar por terra a predestinação, servem-se também disto: que, prevalecendo ela, sucumbem toda solicitude e zelo de agir corretamente. Ora, dizem *eles*, quem ouvir que Deus fixou ou sua vida ou sua morte por um decreto eterno e imutável, que prontamente não *lhe* venha à mente que nada interessa como se conduza, uma vez que nada pode impedir a predestinação divina nem promover sua atuação? Assim sendo, todos se arremeterão, e de maneira desbragada se precipitarão para onde quer que os arraste a concupiscência. E obviamente não estão mentindo totalmente, pois que há muitos suínos que conspurcam a doutrina da predestinação com essas impuras blasfêmias, e, até com este pretexto, evadem a todas e quaisquer advertências e censuras: "Deus sabe muito bem o que uma vez determinou fazer conosco; se

350. *Carta CLXXXVI*, capítulo VI, 18. *A Paulino*.
351. Pseudo-Agostinho, *Da Predestinação e da Graça*, capítulo III.
352. Agostinho, *Do Dom da Perseverança*, capítulo XII, 28.

determinou salvar-nos, quando chegar a hora nos salvará; e se decidiu condenar-nos, é inútil nos atormentarmos em vão para salvar-nos."[353]

A Escritura, porém, enquanto preceitua com quanto reverência, mas também piedade, devemos meditar em tão grande mistério, tanto aos piedosos instrui em sentido muito diverso, quanto desses cabalmente refuta o celerado destempero. Ora, a predestinação não é celebrada para que sejamos alçados a audácia e tentemos perscrutar por nefária temeridade os inacessíveis segredos de Deus; antes, pelo contrário, para que, humilhados e prostrados, aprendamos a tremer ante seu juízo e a mirar-lhe a misericórdia. Portanto, todos os fiéis avançarão rumo a este alvo.[354]

Mas esse repelente grunhido de suínos é por Paulo corretamente contido. Dizem prosseguir seguros em *seus* desregramentos porque, se forem do número dos eleitos, os desregramentos nada haveriam de impedir a que, finalmente, sejam conduzidos à vida. Com efeito, Paulo adverte que fomos eleitos para este fim: para que levemos uma vida santa e irrepreensível [Ef 1.4]. Se o alvo da eleição é santidade de vida, *ela* deve despertar-nos e estimular ainda mais a alegremente praticá-la do que valer para pretexto de indolência. Pois, quão grandemente dissentem entre si estas *duas coisas*: cessar de agir bem, porque a eleição basta para a salvação; e o homem é eleito para que se exercite ao zelo do que é bom! Fora, pois, com sacrilégios desta ordem, que indevidamente invertem toda a ordem da eleição!

Suas blasfêmias se estendem ainda mais longe quando dizem que haverá de perder seu tempo aquele que for rejeitado por Deus, se por inocência e probidade de vida diligencie por ser aprovado por ele, nisto são de fato argüidos da mais impudente falsidade. Donde, pois, pode nascer tal diligência senão da eleição? Ora, todos quantos são do número dos réprobos, uma vez que são vasos plasmados para desonra, por isso não cessam de provocar a ira de Deus contra si *mesmos* mediante perpétuas abominações e de evidentes sinais confirmar que já contra si foi proferido o juízo de Deus, tão longe está de que com ele contendam em vão!

13. Improcedência da objeção que sustenta serem as exortações a um viver piedoso inúteis e desnecessárias, nem se deve ensinar a predestinação para não empedernir os incrédulos

Maldosa e impudentemente, contudo, outros caluniam esta doutrina, como se ela anulasse o efeito de todas as exortações a um viver piedoso. Acerca desta matéria grande malevolência sofreu outrora Agostinho, *malevolência* que dissipou com *seu* livro ***De Correptione et Gratia: Ad Valentinum*** [Da Correção e da Graça: A

353. Primeira edição: "Deus sabe quê haja, uma vez, determinado fazer a nosso respeito: se decretou salvação, a seu tempo a ela nos conduzirá; se destinou morte, debalde em contrário haveremos de lutar."

354. Primeira edição: "A este escopo colimarão os fiéis."

Valentino], cuja leitura agradará prontamente a todos os piedosos e dóceis. Entretanto, aqui abordarei apenas umas poucas *coisas*, as quais, segundo espero, haverão de satisfazer aos probos e não-contenciosos.

Quão declarado e eloqüente pregoeiro da eleição graciosa foi Paulo, já se viu previamente. Porventura ele foi, por isso, frio em advertir e exortar? Comparem estes bons zelotes a veemência dele com a sua: achar-se-á neles antes gelo em vez de incrível fervor daquele. E na verdade, este princípio remove todas as dificuldades: não fomos chamados à imundície [1Ts 4.7], mas, ao contrário, "para que cada um possua seu vaso em honra" etc. [1Ts 4.4]; então, que "somos feitura de Deus, criados para as boas obras que foram preparadas de antemão para que nelas andemos" [Ef 2.10]. Em suma, *aqueles* que são medianamente versados em Paulo compreenderão, sem demonstração de longa, quão aptamente concilie *ele coisas* que estes imaginam pugnarem entre si. *Assim*, Cristo preceitua que se creia nele. Todavia, sua determinação nem é falsa, nem contrária ao preceito, quando diz: "Ninguém pode vir a mim, senão *aquele* a quem foi dado por meu Pai" [Jo 6.65].

Portanto, que *esta doutrina* tenha seu curso de pregação, *pregação esta* que conduza os homens à fé e, com proveito contínuo, os mantenha na perseverança. Nem tampouco seja impedido o conhecimento da predestinação, para que *aqueles* que obedecem não se ensoberbeçam como se proviesse deles mesmos, mas se gloriem no Senhor. Não sem causa diz Cristo: "Quem tem ouvidos para ouvir, ouça" [Mt 13.9]. Portanto, quando exortamos e pregamos, os que são dotados de ouvidos de bom grado obedecem; os que, porém, carecem *de ouvidos*, neles se cumpre o que foi escrito: "Para que, ouvindo, não ouçam" [Is 6.9]. "Mas, por que", diz Agostinho, "aqueles os possuem e estes não? 'Quem conheceu a mente do Senhor?' [Rm 11.34]. Porventura por isso se deve negar o que é evidente, só porque não se pode compreender o que é oculto?"[355]

Tudo isso tomei fielmente de Agostinho. Mas, visto ser bem provável que suas palavras sejam de mais autoridade que as minhas, então que venham a lume *os próprios termos* que nele se lêem: "Se alguns", diz ele, "depois de ouvir isto se entregam à negligência e abandonando todo o esforço se vão após seus apetites e desejos, devemos por esta causa concluir que é falso o que se disse da presciência de Deus? Se Deus conheceu de antemão que eles haveriam de ser bons, porventura não serão bons, por maior que seja a degradação em que agora se revolvam? E se conheceu de antemão que seriam maus, porventura não serão maus, por maior que seja a bondade em que agora se vejam? Portanto, porventura ou devam ser negadas ou caladas em razão de causas desta natureza *as coisas* que dizem ser verdadeiras acerca da presciência de Deus, então, especialmente quando se cala, se cai em outros erros?"[356]

355. *Do Dom da Perseverança*, capítulo XIV, 37.
356. *Ibid.*, capítulo XV, 38.

"Uma", diz *ele*, "é a razão de calar o verdadeiro, outra a necessidade de dizer o verdadeiro. Seria muito longo procurar saber todas as coisas para calar o verdadeiro, das quais, no entanto, uma é esta: que não se tornam piores os que não entendem, quando queremos fazer mais doutos aqueles que entendem, os quais, dizendo nós algo desse gênero, de fato não se fazem mais doutos, mas tampouco piores se tornam. Supondo, pois, que dizer a verdade produza o efeito de que ao dizermo-la, o que não a entende se faça pior, e que se a calarmos, o que a pode entender corra algum risco, o que deveríamos fazer em tal caso? É que não deveríamos dizer a verdade para que os que a podem entender a entendam, e não calar, de maneira que ambos fiquem ignorantes, e que mesmo o mais entendido se faça pior, quando a devia ouvir e entender, outros muitos a aprenderiam por meio dele? E não queremos dizer o que era lícito dizer, como o atesta a Escritura. Ora, certamente tememos que, falando nós, se ofenda *aquele* que não pode receber *a verdade*; porém não tememos que, silenciando nós, *aquele* que pode receber a verdade seja apanhado pela falsidade."[357]

Mais, afinal, condensando resumidamente esta opinião, ele a confirma ainda mais claramente: "Por essa razão, se os apóstolos e os doutores da Igreja que as seguiram fizeram uma e outra destas *duas coisas* – tratar piedosamente da eterna eleição dos fiéis e mantê-los sob a disciplina de uma vida pia –, por que é que, cercados da invencível potência da verdade, esses nossos *doutores* pensam falar corretamente que não se deve pregar *essa doutrina* ao povo, ainda que seja verdadeiro o que se diz da predestinação? De fato, impõe-se pregá-la irrestritamente, para que *aquele* que tem ouvidos para ouvir, ouça [Mt 11.15; Mc 4.9; Lc 8.8]. Quem, no entanto, os tem, se os não recebeu daquele que promete havê-los de dar? Por certo que *aquele* que não recebe rejeite, enquanto que, *aquele* que recebe, recebe-a, tome dela e a beba, beba e viva. Pois, assim como a piedade deve ser pregada, para que Deus seja corrretamente cultuado, assim também a predestinação, para que, quem tem ouvidos para ouvir, se glorie na graça de Deus e em Deus, não em si próprio."[358]

14. O modelo em Agostinho de como proclamar-se bem a predestinação

E, contudo, como teve *esse* santo varão empenho singular de edificação, de tal forma ele modera a maneira de ensinar a verdade, que sabiamente se guarda até onde possível de causar escândalo. Ora, *ele* lembra que *as coisas* que com verdade se dizem podem, ao mesmo tempo, ser ditas de maneira conveniente. Se alguém assim se dirija ao vulgo: "Se não credes, *isso* acontece porque já fostes divinamente

357. *Ibid*., capítulo XVI, 40.
358. *Do Dom da Perseverança*, capítulo XX, 51.

destinados à perdição", esse não só fomenta a negligência, mas também encoraja a prática do mal. Se alguém também estende para o tempo futuro a afirmação de que os que ouvem não crêem, porquanto foram condenados, será imprecação mais do que ensino. Agostinho quer[359] que essa classe de pessoas, e com toda razão, não tem nada a ver com a Igreja, visto que carecem do dom de ensinar e atemorizam as pessoas simples ignorantes.[360]

Em outro lugar,[361] *ele* contende, certamente com razão, que se deve manter "que o homem então aproveita a correção quando *Aquele* que faz aproveitar, mesmo sem correção, se compadece e ajuda *aqueles* a quem *assim* o quis. Mas, por que ajuda assim a este, e de outro modo àquele? Longe de nós dizermos que o juízo é do barro, não do oleiro!" Igualmente, em seguida: "Quando os homens, mediante a correção, voltam ao caminho da justiça, quem no coração lhes opera a salvação, senão Aquele que dá o crescimento, sem importar quem planta ou rega [1Co 3.6-8], a quem, quando o quer salvar, nenhum livre-arbítrio humano resiste? Portanto, não se pode duvidar que a vontade humana não possa resistir à vontade de Deus, "que fez tudo quanto quis no céu e na terra" [Sl 135.6] e que fez também *as coisas* que haverão de existir [Is 45.11], de tal maneira que ele não faça o que quer, quando da própria vontade dos homens ele faz o que quer."[362] Ainda: "Quando quer conduzir a si os homens, porventura os ata com liames corporais? Age interiormente, sustêm-lhes interiormente o coração, move-lhes interiormente o coração, e com sua vontade que neles operou, os atrai."[363] Mas, de modo nenhum se deve omitir o que adiciona logo a seguir: "Porque não sabemos quem pertença ao número dos predestinados, ou não pertença, assim nos convêm tratar a todos, querendo que venham a ser salvos. Assim procuraremos fazer com que todos sejam participantes de nossa paz.[364] Mas, nossa paz repousará *somente* sobre os filhos da paz [Mt 10.13; Lc 10.6]. Portanto, quanto a nós concerne, deverá ser aplicada a todos, à semelhança de um remédio, correção salutar e severa, para que eles mesmos não pereçam, ou não levem outros a perder-se. A Deus, porém, caberá fazê-la eficaz àqueles a quem conheceu de antemão e predestinou."[365]

359. *Ibid*., capítulo XXII, 61.
360. Primeira edição: "Tais, portanto, Agostinho, não sem razão, ordena da Igreja se vão, como se ou insulsos ensinadores, ou sinistros e ominosos profetas."
361. *Da Correção e da Graça*, capítulo V, 8.
362. *Ibid*., capítulo XIV, 43.
363. *Ibid*., capítulo XIV, 45.
364. *Da Correção e da Graça*, Capítulo XV, 45.
365. *Ibid*., capítulo XVI, 49.

CAPÍTULO XXIV

A ELEIÇÃO É CONFIRMADA PELA VOCAÇÃO DIVINA, MAS OS RÉPROBOS ENGENDRAM PARA SI A JUSTA PERDIÇÃO À QUAL FORAM DESTINADOS

1. A VOCAÇÃO EFICAZ RESULTA DA ELEIÇÃO E PROCEDE DA MERA GRAÇA DIVINA

Mas, para que a matéria se aclare melhor, tem-se de tratar tanto da vocação dos eleitos, quanto da cegueira e do endurecimento dos ímpios. Quanto à primeira parte, realmente já falei algo, refutando o erro daqueles a quem a universalidade das promessas parece nivelar todo o gênero humano. Com efeito, não sem diferenciação, afinal por sua vocação Deus manifesta a eleição, que, de outra sorte, mantém oculta em si mesmo, *vocação* que, por isso, é lícito chamar propriamente de ***sua atestação***. Ora, "*aqueles* a quem de antemão conheceu, a esses também predestinou para que se tornassem conformes à imagem de seu Filho; aos que de antemão predestinou, a esses também chamou; aos que chamou, a esses também justificou; aos que justificou, a esses também glorificou" [Rm 8.29, 30].

Embora ao eleger aos seus, já os houvesse o Senhor adotado na posição de filhos, entretanto vemos que não vêm à posse de tão grande bem, a não ser quando são chamados; por outro lado, quando chamados, desfrutam já de certa comunicação de sua eleição. Por essa razão, Paulo chama o Espírito que recebem não somente de "Espírito de adoção" [Rm 8.15], mas também de "selo e penhor da herança futura" [Ef 1.13, 14; também 2Co 1.22; 5.5], porquanto, de fato, por seu testemunho, no coração lhes estabelece e sela a certeza da adoção futura. Ora, visto que a pregação do evangelho jorra da fonte da eleição, no entanto, visto que *ela* é comum também aos réprobos, em si não seria prova sólida. Deus, porém, ensina eficazmente os seus eleitos, para que os conduza à fé, como já citamos de antemão das palavras de Cristo: "Quem procede de Deus, este", não outro, "vê o Pai" [Jo 6.46]. Igualmente: "Manifestado teu nome aos homens que me deste" [Jo 17.6]. Como diz em outro lugar: "Ninguém pode vir a mim, a não ser que seja trazido por meu Pai" [Jo 6.44], passagem que Agostinho expõe sabiamente, cujas palavras são: "Se, como diz a verdade, todo *aquele* que aprendeu vem [Jo 6.45], todo aquele que não vem, certamente nem aprendeu. Não se segue, pois, que quem pode vir também venha, a não ser que o haja querido e o haja feito; contudo, todo aquele que aprendeu do Pai não só pode vir, mas também vem, onde já está presente o proveito da possibilidade, a disposição da vontade e o efeito da ação."[366]

---

366. *Da Graça de Jesus Cristo e do Pecado Original,* XIV, 15; XXXI.

Mais claramente ainda, em outro lugar: "Que significa 'Todo aquele que ouviu e aprendeu do Pai vem a mim' [Jo 6.45], senão que não há ninguém que ouça e aprenda do Pai e que não venha a mim? Ora, se todo *aquele* que do Pai ouviu e aprendeu vem, sem dúvida todo *aquele* que não vem não ouviu do Pai, nem aprendeu, porque, se houvesse ouvido e aprendido, viria. Mui remota é esta escola dos sentidos da carne, na qual o Pai é ouvido e ensina que se venha ao Filho."[367] Pouco depois: "Esta graça, que é secretamente conferida aos corações humanos, não é recebida por nenhum coração duro, é conferida para que seja primeiramente extirpada a dureza do coração. Quando, pois, o Pai é ouvido interiormente, ele remove o coração de pedra e dá um coração de carne [Ez 11.19; 36.26]. Assim, realmente os faz filhos da promessa e vasos da misericórdia, que para glória preparou. Por que, pois, não ensina a todos para que venham a Cristo, senão porque a todos aos quais ensina, os ensina em misericórdia; mas, aos que não ensina, não os ensina em juízo, 'visto que ele se compadece de quem quer, e a quem quer endurece'"?[368] [Rm 9.18]. Logo, aos que Deus elegeu, os designa a si por filhos e se nomeia seu Pai. Ademais, chamando-os, os admite à sua família e os agrega a si mesmo, para que juntamente sejam um.

Quando, porém, a vocação se associa à eleição, com isso a Escritura indica suficientemente que nela nada se deve buscar, exceto a graciosa misericórdia de Deus. Pois, se indagarmos a quem *ele* chama, e por qual razão, responde: *aos* que elegera. Mas quando se chega à eleição, então só a misericórdia esplende por toda parte. E de fato aqui esta observação de Paulo tem realmente lugar: "Não é de quem quer, nem de quem corre, mas de Deus usar de compaixão" [Rm 9.16]. E não se deve entender isto – como comumente se entende – estabelecendo uma divisão entre a graça de Deus e a vontade do homem. Porque explicam que o desejo e o esforço do homem por si sós para nada servem se a graça de Deus não os abençoar e fazer prosperar; mas, ainda que sejam assistidos por sua bênção, acrescentam que também têm seu papel em operar a salvação.

Prefiro refutar-lhes a cavilação com palavras de Agostinho antes que com as minhas: "Se o Apóstolo não quis dizer outra coisa, senão que não é simplesmente do que quer ou do que corre, mas de o Senhor misericordioso o assistir, será lícito replicar, em contrário, que não é só da misericórdia, a menos que a vontade e a ação do homem a assistam. Se isto é nitidamente ímpio, não duvidemos de que o Apóstolo atribui tudo à misericórdia do Senhor, sem deixar nada para nossa vontade ou nossos esforços." Estas são as palavras desse santo varão.

Tampouco tenho em alguma conta o pobre sofisma que impingem, de que Paulo não teria dito isso, a não ser que houvesse em nós algum esforço e alguma vontade. Porque ele não levou em conta o que há no homem, senão que, vendo que alguns

367. *Da Predestinação dos Santos*, VIII, 13.
368. *Ibid.*, VIII, 13 e 14.

atribuíam uma parte de sua salvação ao seu esforço, simplesmente condena no primeiro membro o erro dos mesmos; e em seguida aplica e imputa totalmente a salvação à misericórdia de Deus. E que outra *coisa* fazem os profetas senão proclamar perenemente a vocação graciosa de Deus?

2. A própria administração da vocação eficaz, a resultar da pregação da palavra e da iluminação do Espírito Santo, evidencia ser ela obra da mera graça divina

Além disso, também a própria natureza e administração da vocação demonstram isto claramente, as quais não subsistem só pela pregação da Palavra, mas também da iluminação do Espírito. A quem Deus ofereça sua Palavra, o temos no Profeta: "Fui buscado dos que não perguntavam por mim, fui achado daqueles que não me buscavam; a uma nação que não se chamava do meu nome eu disse: Eis-me aqui, eis-me aqui" [Is 65.1]. E para que os judeus não pensassem que esta clemência pertencia só aos gentios, também lhes traz à lembrança de onde o pai Abraão fora tomado, quando se dignou chamá-lo para si, aliás do meio da idolatria, na qual havia submergido com todos os seus [Js 24.2, 3].

Quando Deus se mostra com a luz de sua Palavra aos que não o mereciam, nisso exibe evidência mui luminosa de sua graciosa bondade. Aqui, pois, já se manifesta a imensa bondade de Deus, mas não a todos para salvação, porque aos réprobos espera juízo mais grave, porquanto rejeitam o testemunho do amor de Deus. E também Deus, a fim de realçar sua glória, subtrai deles a eficiência de seu Espírito. Portanto, esta vocação interior é o penhor da salvação, o qual não pode enganar. O que é pertinente essa afirmação de João: "Daí sabemos que somos seus filhos: que nos deu de seu Espírito" [1Jo 3.24; também 4.13]. E para que a carne não se glorie de que ao menos lhe respondeu ao chamado e se ofereceu espontaneamente, afirma que não havia nenhum ouvido para ouvir, nem olhos para ver, senão *aqueles* que *ele* próprio fez. Ele os fez, porém, não segundo a gratidão de cada um, mas em função de sua eleição.

Insigne exemplo tens desta matéria em Lucas, onde judeus e gentios em comum ouvem a pregação de Paulo e Barnabé. Embora então todos fossem instruídos com a mesma palavra, narra-se que só creram "*aqueles* que haviam sido ordenados para a vida eterna" [At 13.48]. Como, pois, nos atreveremos a negar que a vocação é gratuita, quando nela resplandece por toda parte unicamente a eleição?[369]

3. A eleição não depende do assentimento humano, nem mesmo da fé

Mas é preciso que nesta matéria nos guardemos bem de cair em dois erros. Visto

369. Primeira edição: "Com que cara negaremos ser graciosa a vocação, na qual, até a última parte, a só eleição reina?"

que alguns fazem o homem colaborador com Deus, assim fazem a eleição ser retificada por seu assentimento; conseqüentemente, segundo eles, a vontade do homem é superior ao conselho de Deus. Como se de fato a Escritura ensinasse que apenas se nos concede a possibilidade de crermos, e não que a própria fé é um dom de Deus! Outros, embora não recebam a graça do Espírito Santo, entretanto, induzidos não sei de que razão, fazem a eleição dependente dessa última, como se *a eleição* fosse dúbia, e mesmo ineficaz, até que seja confirmada pela fé! Por certo não há dúvida de que o crer se confirma quanto a nós. Vimos antes que também se manifesta o conselho secreto de Deus que jazia oculto, contanto que com esta linguagem outra coisa não se entenda senão ser comprovado o que era desconhecido, e como que selado com um selo.

Mas é falsa sua opinião de que a eleição só começa a ser eficaz quando abraçamos o evangelho, e que daqui assume toda sua força e vigor.[370] É verdade que, pelo que a nós se refere, segundo se diz, recebemos do evangelho a certeza da mesma; porque, se tentássemos penetrar no eterno decreto e ordenação de Deus, seríamos tragados por esse abismo profundo. Quando, porém, Deus no-la manifesta, importa subirmos mais alto, para que o efeito não suplante a causa. Pois quando a Escritura nos ensina que fomos iluminados conforme Deus nos elegeu, que mais absurdo e indigno que nossos olhos sejam ofuscados pelo fulgor desta luz, a tal ponto que se recusem a atentar para eleição? Entrementes, tampouco nego que, para que sejamos seguros de nossa salvação, o início deve provir da Palavra e nela deve estar contida nossa confiança para que invoquemos a Deus *por* Pai. Ora, certos *indivíduos*, para que se tornem mais seguros do conselho de Deus, que nos está próximo, na boca e no coração [Dt 30.14], contrariamente anseiam poder pairar acima das nuvens. Portanto, essa temeridade deve ser coibida pela sobriedade da fé, para que Deus nos seja testemunha eficiente de sua graça oculta, que nos revela em *sua* Palavra; contanto que este canal, pelo qual corre a água em grande profusão para que bebamos dela, não impeça que a verdadeira fonte tenha a honra que lhe é devida.

4. NA PALAVRA E NA EXPERIÊNCIA RESIDE A GARANTIA E CERTEZA DA ELEIÇÃO

Portanto, como procedem incorretamente os que fazem a realidade da eleição pendente da fé *ministrada* no evangelho, mercê da qual sentimos pertencer-nos aquela, assim manteremos a melhor ordem se, buscando a certeza de nossa eleição, nos apeguemos a esses sinais subseqüentes que lhe são evidências seguras. De nenhuma tentação, quer mais grave ou mais perigosa, abala Satanás aos fiéis do que, quando, inquietando-os com dúvida de sua eleição, ao mesmo tempo os incita, por desejo depravado, a buscá-la fora do caminho. ***Buscar fora do caminho***, digo, quando um mísero homem tenta irromper pelos recônditos recessos da divina sabedoria e, para

370. Primeira edição: "Mas, falsamente se diz que é eficaz, e daí assume seu vigor, então, finalmente, a eleição, depois que havemos abraçado o Evangelho."

que saiba o que foi a seu respeito estabelecido no tribunal de Deus, *tenta* penetrar até a suma eternidade. Pois então está a precipitar-se ao fundo de imensa voragem para ser por ela tragado; em seguida, enredilha-se em inumeráveis e inextricáveis laços; então, enterra-se no abismo de cega caligem. Pois é justo que o desvario do engenho humano seja castigado com uma ruína horrível e total destruição, quando tenta por seu *próprio* poder elevar-se até à altura da sabedoria divina. E tanto mais mortal é esta tentação, porque a nenhuma outra quase todos nós somos mais propensos.

Com efeito, raríssimo é *aquele* cuja mente não seja, de quando em quando, ferida por esta cogitação: Donde vem tua salvação, senão da eleição divina? E quem te revelou que és eleito?[371] Se em alguém uma vez prevaleceu esta cogitação, ou perpetuamente fere ao mísero de terríveis tormentos, ou totalmente o deixa atônito. Realmente não poderia desejar melhor argumento do que esta experiência, para provar e demonstrar quão perversamente esta classe de pessoas. Porque o entendimento humano não pode ver-se afetado com um erro mais pestilento que perder a tranqüilidade, a paz e o repouso que deveria ter em Deus, quando a consciência se vê alterada e turbada desta maneira. Portanto, se tememos naufrágio, impõe-se diligentemente acautelar-nos deste escolho contra o qual nunca se é impelido sem destruição. E, na verdade, ainda que se tenha a discussão da predestinação semelhante a um mar perigoso, no entanto, ao percorrê-lo, a navegação se patenteia segura e tranqüila, aliás, até mesmo agradável, a menos que alguém se disponha, deliberadamente, a incorrer em perigo. Ora, assim como em mortal abismo se engolfam os que, a fim de que mais seguros se façam de sua eleição, perquirem o eterno conselho de Deus à parte da Palavra, assim também os que a investigam corretamente e em ordem, como se contém na Palavra, daí recebem excelente fruto de consolação. Seja-nos, pois, esta a norma de inquirir: que tomemos início da vocação de Deus e nela findemos.

Todavia, isto não impede que os fiéis sintam provirem dessa recôndita adoção os benefícios que recebem diariamente da mão de Deus, como falam em Isaías: "Fizeste maravilhas; teus conselhos antigos são verdade e firmeza" [Is 25.1], quando através dela, como se por uma senha, Deus nos quer confirmar quanto é feito saber-se de seu conselho. Mas para que a alguém este testemunho não pareça fraco, consideremos quanto *ele* nos propicia não só de clareza, mas também de certeza. Acerca desta matéria muito a propósito *se expressa* Bernardo. Ora, depois que falou a respeito dos réprobos, diz *ele*: "Firme está o propósito de Deus, firme está sua sentença de paz sobre os que o temem, não só lhes desconsiderando os *atos* maus como também recompensando os bons, de sorte que, de modo admirável, para o bem lhes cooperam não apenas as *coisas* boas, mas ainda as más. 'Quem acusará os eleitos de Deus?' [Rm 8.33]. A mim é suficiente, para toda justiça, ter propício

371. Primeira edição: "De onde [tens] a salvação, senão da eleição de Deus; todavia, que revelação [tens] de [tua] eleição?"

apenas *esse* contra quem tenho pecado. Tudo o que ele não decretou imputar a mim, é como se não haja existido."[372] E, pouco depois: "Ó lugar de verdadeiro descanso e que *eu* referiria não impropriamente pelo designativo de ***aposento***, no qual Deus é contemplado não como que conturbado em ira, nem como se prostrado em preocupação, mas, pelo contrário, nele sua vontade prova ser boa, benevolente e perfeita! Esta visão não aterra, pelo contrário, tranqüiliza; não excita curiosidade inquieta, pelo contrário, a abranda; nem fatiga os sentidos, pelo contrário, os aquieta. Aqui verdadeiramente se descansa. O Deus tranqüilo a tudo tranqüiliza e contemplar repouso é repousar."[373]

5. Em Cristo, e tão-somente nele, a eleição se baseia, se efetua e se assegura

Antes de tudo, se buscamos a paterna clemência de Deus e *seu* ânimo propício, nossos olhos têm que se volver para Cristo, em quem tão-só repousa o Espírito do Pai [Mt 3.17; Mc 1.11; Lc 3.22]. Se *buscamos* a salvação, a vida e a imortalidade do reino celeste, então há de se buscar também refúgio não em outro, quando somente ele é a fonte da vida, a âncora da salvação, o herdeiro do reino dos céus. Ora, a que visa a eleição senão a que, adotados pelo Pai celestial na posição de filhos, por seu favor obtenhamos salvação e imortalidade? Por mais que a revolvas e esquadrinhes, no entanto compreenderás que seu fim último não se estende para além disso. Conseqüentemente, *aqueles* a quem Deus tomou para si *por* filhos, não se diz que foram eleitos em si próprios, mas em seu Cristo [Ef 1.4], porquanto somente nele podia amá-los, nem *os podia* honrar com a herança de seu reino, a não ser que antes os fizesse co-participantes dele. Porque, se nele fomos eleitos, acharemos a certeza de nossa eleição não em nós mesmos, e de fato nem em Deus, o Pai, se o imaginamos isoladamente à parte do Filho. Cristo é, pois, o espelho no qual é indispensável que, sem engano, contemplemos nossa eleição. Porque, sendo ele Aquele a cujo corpo o Pai determinou incorporar a quem desde a eternidade quis que fossem seus, de forma que tenha como filhos a todos quantos reconhece como membros do mesmo, temos um testemunho solidamente firme e evidente de que estamos escritos no livro da vida [Ap 21.27], se mantemos comunhão com Cristo.[374]

Com efeito, ele nos dotou de sua segura comunhão, quando, mediante a pregação do evangelho, testificou nos haver sido dado pelo Pai, para que fosse nosso juntamente com todas as suas boas *coisas* [Rm 8.32]. Diz-se que somos revestidos dele [Rm 13.14], que nele crescemos [Ef 4.15] para que vivamos, porque ele vive.

---

372. *Sermões Sobre o Cântico dos Cânticos,* XXIII, 15.

373. *Ibid.*, XXIII, 16.

374. Primeira edição: "Pois, quando seja Esse [Aquele] em Cujo corpo destinou o Pai inserir [os] que, desde a eternidade quis sejam Seus, para que por filhos tenha todos quantos reconhece entre os Seus membros, testemunho bastante perspícuo e firme [o] temos de que fomos inscritos no livro da vida ..."

Tantas vezes se repete este ensino: o Pai não poupou ao Filho Unigênito [Rm 8.32], "para que quem nele crê não pereça [Jo 3.16]". *Aquele*, porém, "que nele crê", diz-se que "passou da morte para a vida" [Jo 5.24]. Neste sentido, *ele* se chama ***o pão da vida*** [Jo 5.35], o qual quem o comer jamais morrerá [Jo 6.51, 58]. Afirmo ainda que ele é quem testificou que a todos os que o receberem pela fé, o Pai os terá por filhos. Se desejamos algo mais do que sermos contados entre os filhos e herdeiros de Deus, faz-se necessário que subamos acima de Cristo. Se esta nos é a meta suprema, quão grandemente desvairamos buscando fora dele o que não só já conseguimos nele, mas também só se pode achar nele?

Além disso, uma vez que *Cristo* seja a eterna sabedoria do Pai, *sua* imutável verdade, *seu* firme conselho, não há por que temer que o que nos disse em sua Palavra dissinta sequer um mínimo daquela vontade do Pai que buscamos, senão que, antes, no-lo revela fielmente qual foi desde o princípio e como sempré haverá de ser. A aplicação prática desta doutrina deve vigorar também em *nossas* preces. Ora, ainda que a fé baseada em nossa eleição nos anima a invocar a Deus, entretanto, quando formulamos *nossas* orações, absurdo seria impô-la a Deus, ou impor um acordo com esta condição: "Senhor, se fui eleito, *então* que me ouças", quando *ele* quer que estejamos contentes com suas promessas, tampouco que busquemos em outro lugar se porventura ele nos haja de ser clemente. Esta prudência nos desvencilhará de muitos laços, se sabemos acomodar o uso certo o que foi escrito retamente, porém não arrastemos inconsideradamente para aqui e para ali o que deveria ser restringido.

6. Temos na comunhão com Cristo o penhor de nossa eleição, que nos faz ovelhas de sua Igreja e nos mantém perseverantes na fé

Para que a confiança nos seja estabilizada, acrescenta-se outra confirmação da eleição, a saber, que ela se associa à nossa vocação. Ora, *aqueles* a quem, iluminados pelo conhecimento de seu nome, Cristo acolhe no seio de sua Igreja, a esses se diz que ele os recebe a seu cuidado e tutela. Mas, a todos quantos recebe, lemos que à sua guarda são confiados e entregues pelo Pai, para que sejam custodiados à vida eterna. Que *mais* podemos desejar? Em alta voz, Cristo proclama que todos quantos o Pai queira que sejam salvos, a esses os trouxe à sua proteção [Jo 6.37-39; 17.6, 12]. Portanto, caso se queira saber se porventura Deus se preocupa com nossa salvação, indaguemos se porventura ele nos confiou a Cristo, a quem constituiu Salvador único de todos os seus. Ora, se nutrirmos dúvida se porventura fomos recebidos por Cristo à sua proteção e custódia, ele corre ao encontro de nossa dúvida, quando espontaneamente se nos oferece *por* pastor e declara que faremos parte do número de suas ovelhas, se ouvirmos sua voz [Jo 10.3, 16]. Portanto, abracemos a Cristo que benignamente nos é posto diante dos olhos e vem vindo ao nosso encontro. Ele, porém, nos contará em sua grei e nos conservará encerrados no meio de seus apriscos.

Entretanto, nos sobrevém ansiedade acerca de *nosso* estado futuro. Ora, como Paulo ensina que os que antes foram eleitos são chamados [Rm 8.30], assim Cristo mostra que “muitos têm sido chamados, porém poucos os escolhidos” [Mt 22.14]. Além disso, até mesmo Paulo, em outro lugar, também dissuade de excessiva confiança: “*Aquele* que está em pé”, diz *ele*, “veja que não caia” [1Co 10.12]. Igualmente: “Foste enxertado no povo de Deus; não te ensorberbeças; pelo contrário, teme, pois Deus pode cortar-te de novo, para que enxerte a outros” [Rm 11.20-23]. Finalmente, somos suficientemente ensinados pela própria experiência que a vocação e a fé são de pouca valia, a menos que se adicione a perseverança, a qual não se destina a todos. Ora, Cristo nos livrou desta solicitude, porque sem dúvida estas promessas apontam para o futuro: “Todo que o Pai me dá esse virá a mim; e o que vem a mim de maneira nenhuma o lançarei fora” [Jo 6.37]; de igual modo: “E a vontade do Pai que me enviou é esta: Que nenhum de todos aqueles que me deu se perca, mas que o ressuscite no último dia” [Jo 6.39]; ainda: “Minhas ovelhas ouvem minha voz, e eu as conheço e elas me seguem; e dou-lhes a vida eterna, e nunca perecerão, e ninguém as arrebatará de minha mão. Meu Pai, que mas deu, é maior do que todos; e ninguém pode arrebatá-las da mão de meu Pai” [Jo 10.27-29]. E quando diz que “toda árvore que meu Pai não plantou será arrancada” [Mt 15.13], acena em contrário que todos os que têm suas raízes fincadas em Deus jamais poderão ser desarraigados da salvação. Com isto está de acordo este *parecer* de João: “Se fossem de nós, ficariam conosco” [1Jo 2.19].

Daqui também a magnífica exultação de Paulo em relação à vida e à morte, às *coisas* presentes e às futuras [Rm 8.38, 39], que importa que a glória esteja fundada no dom da perseverança. Nem padece dúvida que ele dirija esta palavra a todos os eleitos. Em outro lugar, *diz* o mesmo Paulo: “Aquele que começou em vós a boa obra a completará até o dia de Cristo” [Fp 1.6]. Assim também Davi, como sua fé periclitasse, neste sustentáculo se reclinou: “Não desampararás a obra de tuas mãos” [Sl 138.8]. E o mesmo Jesus Cristo, quando ora pelos eleitos, não há dúvida de que em sua oração pede o mesmo que pediu por Pedro; a saber, que sua fé não desfaleça [Lc 22.32]. Deste fato concluímos que estão fora do perigo de irremediável apostasia, posto que ao Filho de Deus não lhe foi negada sua petição para que os fiéis perseverassem constantemente. O que Cristo quis que daqui aprendêssemos, senão que confiemos de que fomos salvos para sempre, porque fomos feitos seus de uma vez por todas?

7. O verdadeiro eleito, cuja comunhão com Cristo não é mera aparência, jamais decairá de sua eleição, perseverando, com real humildade e piedoso temor, até o fim

Mas, acontece diariamente que *aqueles* que pareciam ser de Cristo, de novo dele decaiam e se arrojem à perdição. Com efeito, nessa mesma passagem onde

afirma que ninguém pereceu dentre aqueles que lhe foram dados pelo Pai, contudo, excetua o filho da perdição [Jo 17.12]. Certamente que isto é verdadeiro, mas igualmente verdadeiro é também que os tais nunca foram unidos a Cristo com aquela confiança de coração mercê da qual afirmo que a certeza da eleição se nos faz firme. “Saíram de nós”, diz João, “mas não eram de nós, pois se fossem de nós, ficariam conosco” [1Jo 2.19]. Tampouco nego que tenham com os eleitos sinais afins de vocação, mas de modo algum lhes concedo que tenham esse arrimo infalível da eleição o qual prescrevo que os fiéis busquem na palavra do evangelho. Portanto, que semelhantes exemplos não nos alterem nem nos impeçam de descansar confiados na promessa do Senhor, quando diz que o Pai lhe deu a todos aqueles que com verdadeira fé o recebem, dos quais nem um sequer perecerá por ser ele seu guardião e pastor [Jo 3.16; 6.39]. Quanto a Judas, dele falaremos logo em seguida.

Paulo não dissuade aos cristãos da mera segurança, mas da supina e desmedida segurança da carne, a qual arrasta consigo a altivez, a arrogância, o desprezo dos outros, sufoca a humildade e reverência de Deus e induz o esquecimento da graça recebida. Ora, *Paulo* está se dirigindo aos gentios, a quem ensina que por isso não há que aviltar, orgulhosa e desumanamente, os judeus, os quais, deserdados, aqueles assumiram seu lugar. Também requer temor, não *aquele* mercê do qual vacilem consternados, mas *aquele* que, induzindo-nos a contemplar humildemente a graça de Deus, nada diminua de sua confiança, como foi dito em outro lugar. Aduz que não está falando a indivíduos, um a um, mas, em termos gerais, às próprias facções. Pois, como a Igreja estivesse dividida em duas partes e a emulação gerasse a discórdia, Paulo adverte aos gentios de que, uma vez que foram postos no lugar do povo especial e santo, isso lhes deveria ser causa de temor e modéstia. Com efeito, entre esses, muitos eram presumidos, cuja vã jactância foi útil reprimir. Vimos também em outro lugar que nossa esperança se estende para o tempo vindouro, até mesmo para além da morte, e que não há nada mais contrário à sua natureza e condição do que estar inquietos e apreensivos sem saber o que doravante será de nós.[375]

8. Há duas espécies distintas de vocação: geral ou particular ou especial

Aquela afirmação de Cristo quanto a que muitos são chamados, porém poucos escolhidos [Mt 22.14], é deste modo muito mal entendida. Nada será ambíguo, se sustentarmos o que deve ser claro à luz das *considerações* supra, de haver dupla espécie de vocação. Ora, há a vocação ***universal***, pela qual, mediante a pregação externa da Palavra, Deus convida a si a todos igualmente, ainda *aqueles* aos quais a

375. Primeira edição: “Vimos, ademais, em outro lugar, que nossa esperança se estende para com o tempo pervindouro, até mesmo ale da morte, nem o que quer que seja mais contrário lhe é à natureza que nutrir dúvida quê de nós haja de ser.”

propõe como aroma de morte [2Co 2.16] e matéria da mais grave condenação. A outra é a vocação ***especial***, da qual digna ordinária e somente aos fiéis, enquanto pela iluminação interior de seu Espírito faz com que a Palavra pregada se lhes assente no coração. Contudo, às vezes também faz participantes *dela* aqueles a quem ilumina apenas por um tempo; depois os abandona ao mérito de sua ingratidão e os fere de cegueira mais profunda.

Vendo, pois, o Senhor que seu evangelho havia de ser anunciado ampla e extensivamente, e que era tido em desprezo por muitos, e poucos não o teriam na estima que ele merece, nos descreve a Deus sob a pessoa de um rei que, provendo um banquete solene, envia seus mensageiros por toda a redondeza a fim de convidar grande multidão, contudo obtendo a aceitação de pouquíssimos, porquanto cada um, de sua parte, alega impedimentos, de sorte que, finalmente, recusando esses, seja obrigado a buscar nas encruzilhadas qualquer um que encontre [Mt 22.2-9]. Ninguém deixa de ver até aqui que se deve entender a parábola à luz da vocação externa. Em seguida acrescenta que Deus age à semelhança do bom anfitrião que circula em torno das mesas para receber afavelmente a seus convidados. *Aquele*, no entanto, a quem porventura ache não ataviado de veste nupcial, de modo nenhum haverá de tolerar que com sua aparência esquálida avilte a alegria festiva do banquete [Mt 22.11-13]. Confesso que se deve entender esta referência daqueles que entram para a Igreja pela profissão de fé, mas de maneira alguma se revestem da santificação de Cristo. Tais aviltamentos, e dir-se-iam καρκινώματᾶ [*karkinōmatā* – *carcinomas*], de sua Igreja, Deus não susterá perpetuamente, mas, segundo merece sua torpeza, *os* lançará fora.

Portanto, poucos foram eleitos dentre o grande número dos chamados, contudo não *chamados* com esta vocação da qual dizemos que os fiéis devem estimar a eleição. Pois aquela é comum também aos ímpios; esta traz consigo o Espírito de regeneração [Tt 3.5], que é o penhor e selo da herança futura [Ef 1.13, 14], pelo qual nossos corações são selados para o dia do Senhor [2Co 1.22]. Em suma, quando os hipócritas, não diferentemente dos verdadeiras adoradores de Deus, se vangloriem da piedade, Cristo sentencia que serão, finalmente, lançados fora do lugar que indevidamente ora ocupam [Mt 22.13], como se diz no Salmo: “Senhor, quem habitará em teu tabernáculo? – O inocente de mãos e de coração puro” [Sl 15.1,2; 24.4]. Igualmente, em outro lugar: “Esta é a geração dos que buscam a Deus, dos que buscam a face do Deus de Jacó” [Sl 24.6]. E por isso, o Espírito exorta os fiéis à tolerância, de sorte que não suportem com má vontade que os ismaelitas se misturem com eles na Igreja, porquanto, tirada a máscara, afinal serão lançados fora com ignomínia.

9. TAMPOUCO O CASO DE JUDAS MILITA CONTRA A CERTEZA DA ELEIÇÃO, O QUAL FOI ELEITO PARA O APOSTOLADO, PORÉM NÃO PARA A SALVAÇÃO

Esta é a mesma causa de que Cristo faz a exceção há pouco referida, onde diz que "ninguém pereceu, exceto o filho da perdição" [Jo 17.12]. E de fato é uma expressão imprópria, todavia, muito longe de obscura, pois ele não era contado entre as ovelhas de Cristo porque o era realmente, mas porque ocupava seu lugar. Que de fato o Senhor declara em outro lugar que ele foi escolhido para si, com os apóstolos, isto se refere somente ao ministério. "Não vos escolhi", diz *ele*, "em número de doze? Contudo, um dentre vós é um diabo" [Jo 6.70]. Isto é, o havia escolhido para o cargo de Apóstolo. Quando, porém, fala da eleição para a salvação, o mantém longe do número dos eleitos: "Não falo a respeito de todos; eu sei a quem escolhi" [Jo 13.18]. Se alguém confunde o termo ***eleição*** em ambas essas modalidades de passagens, se enleará miseravelmente; se as distingue, nada é mais livre de embaraço.

Por isso, Gregório se expressa péssima e perniciosamente, quando ensina que temos consciência apenas de nossa vocação, mas que somos incertos de *nossa* eleição, donde a todos exorta ao temor e tremor, usando ainda deste argumento porque, ainda que saibamos o que somos hoje, entretanto, o que haveremos de ser, nos é desconhecido.[376] Mas com sua maneira de proceder dá a entender bem claramente quanto se enganou nesta matéria. Porque fazia a eleição depender dos méritos das obras, tinha motivo mais que suficiente para abater os ânimos; firmá-los não podia, porque não os transferia de si próprio para a confiança da bondade divina. Daqui os fiéis podem ter algum sabor daquilo que já discutimos no início: a predestinação, se for entendida corretamente, não produz a convulsão da fé, mas, antes, *sua* melhor confirmação. Entretanto, tampouco nego que às vezes o Espírito acomoda a linguagem à medida de nosso senso, como quando diz: "No *conselho* secreto de meu povo não estarão e na lista de meus servos não serão escritos" [Ez 13.9]. Como se Deus começasse a inscrever no livro da vida *aqueles* a quem conta no número dos seus, quando, no entanto, sabemos que o próprio Cristo o atesta [Lc 10.20], *dizendo* que os nomes dos filhos de Deus foram escritos no livro da vida desde o início [Fp 4.3]. Com estas palavras, porém, simplesmente se assinala a exclusão daqueles que pareceram principais entre os eleitos, como lemos no Salmo: "Sejam apagados do livro da vida e com os justos não sejam inscritos" [Sl 69.28].

10. OS ELEITOS, ANTES DE SUA VOCAÇÃO, VIVEM COMO OS NÃO-ELEITOS, CONTUDO, SÃO POR DEUS GUARDADOS DA PERDIÇÃO TOTAL, VISTO QUE NELES NÃO SUBSISTE UMA COMO QUE SEMENTE DA ELEIÇÃO

De fato, os eleitos *não* são agregados ao redil de Cristo mediante a vocação,

376. *Homilia Sobre os Evangelhos*, livro II, hom. xxxviii, 14.

nem imediatamente desde a madre, nem todos ao mesmo tempo, mas como pareceu bem a Deus administrar-lhes sua graça. Antes, porém, que sejam congregados àquele Sumo Pastor, vagueiam dispersos no deserto comum *a todos*, não diferindo deles em nada, senão que são pela singular misericórdia de Deus protegidos para que não se lancem ao precipício último da morte. Portanto, se volveres para eles o olhar, verás a progênie de Adão, que exala a corrupção comum da massa. O fato de às vezes serem levados a extrema e desesperada impiedade, isto não ocorre mercê de alguma bondade neles ingênita, mas porque os olhos de Deus vela pela salvação deles e sua mão lhes foi estendida.

Ora, *aqueles* que sonham que desde o próprio nascimento lhes foi inserida no coração não sei que semente da eleição, em virtude da qual são sempre inclinados à piedade e ao temor de Deus, não contam com o apoio da autoridade da Escritura e a própria experiência os convence disso. De fato, trazem à baila uns poucos exemplos, dos quais tentam comprovar que os eleitos, também antes de *sua* iluminação, não foram estranhos à religião: Paulo, em seu farisaísmo, viveu de forma irrepreensível [Fp 3.5, 6]; Cornélio foi aceito por Deus, mercê de *suas* esmolas e orações [At 10.2]; e assim por diante.

Quanto a Paulo, admitimos a alegação; em Cornélio dizemos que estão enganados, pois é evidente que já então ele fora iluminado e regenerado, de sorte que nada lhe faltasse, exceto a clara revelação do evangelho. Mas, de fato, o que, afinal, esperam granjear com estes bem raros exemplos? Que porventura todos os eleitos sempre foram dotados do espírito de piedade? Não mais do que se alguém, uma vez demonstrada a integridade de Aristides, de Sócrates, de Xenócrates, de Cipião, de Cúrio, de Camilo, dentre outros, daí conclua que todos os que são deixados na cegueira da idolatria têm sido zelosos de santidade e de probidade. Mas, além do fato de que seu argumento nada valha, a Escritura os contradiz abertamente em muitas passagens. Porque o estado e condição em que os efésios, segundo Paulo, viveram antes de ser regenerados, não mostra um só grão desta semente: "E vos vivificou", diz *ele*, "estando vós mortos em delitos e pecados, nos quais andastes, conforme os costumes deste mundo, segundo o príncipe do ar, que agora opera nos filhos contumazes, entre os quais também nós todos vivíamos outrora nas concupiscências de nossa carne, fazendo o que era agradável à carne e à mente. E éramos por natureza filhos da ira, assim como também os demais" [Ef 2.1-3]. Igualmente: "Lembrai-vos de que outrora vivíeis sem esperança e estáveis sem Deus no mundo" [Ef 2.12]. Ainda: "Outrora éreis trevas, mas agora *sois* luz no Senhor; andai como filhos da luz" [Ef 5.8].

Mas é possível que alguém diga que essas *coisas* têm a ver com a ignorância do Deus verdadeiro, quando não negam que os eleitos foram serem retidos, antes de serem chamados, ainda que isto seria impudente cavilação, quando Paulo conclui dessa passagem que já não mais se haja ou de mentir [Ef 4.25] ou de furtar [Ef 4.28].

No entanto, o que responderão às outras passagens, como aquela *na Epístola* aos Coríntios, onde, depois de declarar que “nem fornicários, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avarentos, serão herdeiros do reino de Deus” [1Co 6.9, 10], acrescenta imediatamente que nas mesmas abominações viveram enredados antes de conhecerem a Cristo; mas que agora, estão não só lavados por seu sangue, mas também liberados pelo Espírito [1Co 6.11]. Igualmente aquela *na Epístola* aos Romanos: “Da mesma forma que oferecestes vossos membros *como* servos da imundície e da iniqüidade para a iniqüidade, dedicai-os agora ao serviço da justiça. Pois que fruto tivestes dessas *coisas* das quais agora, com razão, vos envergonhais?” [Rm 6.19-21] etc.

11. Evidências da Escritura que negam o pressuposto de uma semente da eleição

Semente de eleição de que natureza, pergunto eu, então medrava naqueles que, ao longo de toda sua vida, contaminados de variadas maneiras, como se em desesperada impiedade, chafurdando-se em dissolução de todas a mais nefanda o execrável? Se *Paulo* quisesse falar conforme esses tais, deveria mostrar-lhes quanto deviam à benevolência de Deus, mercê da qual foram preservados para que não caíssem em tão grandes torpezas. Assim, também Pedro deveria ter exortado os seus à gratidão por causa da perpétua semente da eleição. Ao contrário, ele adverte que fora suficiente o tempo passado para consumar as concupiscências dos gentios [1Pe 4.3].

O que dizer se passarmos aos exemplos? Gérmen de justiça de que natureza *havia* em Raabe, a meretriz [Js 2.1], antes que viesse à fé? Que semente em Manassés, quando embebeu Jerusalém imergindo-a, por assim dizer, no sangue dos Profetas? [2Rs 21.16]. E no ladrão, o qual, finalmente, se moveu ao arrependimento, por entre os últimos alentos? [Lc 23.42]. Portanto, longe de nós esses argumentos que, à parte da Escritura, para si próprios temerariamente cogitam homens demasiadamente curiosos! Permaneça, porém, para nós o que tem a Escritura: “Todos igualmente se extraviaram, à semelhança de ovelhas perdidas; cada um se desgarrava para seu caminho” [Is 53.6], isto é, *para* a perdição. *Aqueles* a quem o Senhor outrora determinou tirar deste sorvedouro de perdição, os guarda para sua ocasião; os preserva somente para que não se precipitem em imperdoável blasfêmia.

12. Deus priva da graça salvífica os réprobos e os deixa entregues à cegueira moral e espiritual

Da mesma forma que o Senhor, com a virtude e eficiência de sua vocação, guia os eleitos à salvação, à qual os destinara por seu eterno conselho, assim tambem *ele* tem seus juízos contra os réprobos, com os quais executa seu desígnio em relação a

eles. Portanto, *aqueles* a quem criou para vileza de vida e ruína de morte, a fim de que venham a ser instrumentos de sua ira e exemplos de *sua* severidade, para que atinjam a seu fim, ora os priva da faculdade de ouvir sua palavra, ora mais os cega e os endurece por meio de sua pregação.

Ainda que sejam inumeráveis os exemplos do primeiro membro *dessa díade*, no entanto, escolhamos um só, o qual é mais evidente e notável que os demais. Aproximadamente quatro mil anos passaram antes da vinda de Cristo, durante os quais Deus ocultou aos povos toda a luz da doutrina salvífica. Se alguém responde que Deus não os fez possuidores de tão grande benefício, porque os julgou indignos, em nada mais dignos serão seus antecessores. Desta matéria, rica testemunha, e além da experiência, é Malaquias que, condenando-lhes a encredulidade misturada a crassas blasfêmias, no entanto anuncia que o Redentor haverá de vir [Ml 4.1, 2]. Portanto, por que *ele* é dado antes a estes que àqueles? Em vão se atormenta *aquele* que aqui procure causa mais alta que o conselho secreto e inescrutável de Deus. Nem é de temer-se que algum discípulo de Porfírio corroa impunemente a justiça de Deus, nada lhe redargüindo nós em favor. Quando, pois, asseveramos que ninguém perece sem que o mereça, e que é graciosa benevolência de Deus que alguns se livrem da condenação e se salvem, isto é suficiente para manter a glória de Deus, e não é mister, segundo se diz, tergiversar-se para defendê-la das calúnias dos ímpios. Portanto, o soberano Juiz dispõe sua predestinação quando, privando da comunicação de sua luz a quem reprovou, os deixa em trevas.

Do outro membro, a experiência comum de cada dia e numerosos exemplos da Escritura nos demonstram que é verdade.[377] Perante cem *pessoas* praticamente se prega o mesmo sermão: vinte o recebem com a pronta obediência da fé; os outros, ou o consideram de nenhuma importância, ou o escarnecem, ou apupam, ou abominam. Se alguém replica que esta diversidade procede da malícia e perversidade dos homens, isso não será suficiente; porque a mesma malícia imperaria também no coração dos demais, se o Senhor por sua graça e bondade não os corrigisse. Portanto, estaremos sempre enlaçados, a menos que *nos* socorra essa indagação de Paulo: "Quem te diferencia?" [1Co 4.7] – querendo dizer que, se um excede ao outro, não se deve à sua virtude e poder, mas tão-somente à graça de Deus.

13. INSTRUMENTOS DA IRA JUSTA DE DEUS, OS RÉPROBOS SE FAZEM AINDA MAIS ENDURECIDOS COM A PREGAÇÃO DA PALAVRA

Portanto, por que Deus outorga a uns a misericórdia, enquanto deseja preterir a outros? Quanto àqueles, Lucas fornece a razão: "Porque foram ordenados para a vida" [At 13.48]. Quanto a estes, portanto, o que haveremos de sentir, senão porque

377. Primeira edição: "Do outro membro, tanto se põem à mostra provas diárias, quanto mais nas Escrituras se contêm."

"são vasos de ira para desonra?" [Rm 9.21, 22]. Por isso, não nos acanhamos falar com Agostinho: "Deus poderia", diz ele, "converter para o bem a vontade dos maus, porque *ele* é onipotente. Obviamente que poderia. Então, por que não o faz? Porque não quis. Porque não quis, está nele."[378] Ora, não devemos saber mais do que convém, e isto é muito mais satisfatório que tergiversar com Crisóstomo, que Deus atrai a si "aquele que quer e estende a mão",[379] de sorte que a distinção não pareça situada no juízo de Deus, mas tão-só no arbítrio dos homens.

De fato, tão longe está de ser posto na mera vontade do homem, que podemos acrescentar que mesmo os piedosos, e os que temem a Deus, necessitam desta inspiração especial do Espírito.[380] Lídia, a vendedora de púrpura, temia a Deus, e no entanto se fez necessário que seu coração fosse aberto para que desse atenção ao ensino de Paulo e nele colhesse proveito [At 16.14]. Isto não foi dito em referência a uma só mulher, mas para que saibamos que o avanço de cada um, na piedade, é a obra secreta do Espírito.

Certamente não se pode pôr em dúvida que o Senhor envia sua Palavra a muitos cuja cegueira quer que aumente. Pois, a que propósito envia tantas ordens a Faraó? Porventura porque esperava que ele se abrandasse com embaixadas mais freqüentemente repetidas? Muito pelo contrário, antes que começasse, não apenas sabia, mas até predissera o resultado. "Vai", dizia *ele* a Moisés, "e declara-lhes minha vontade; eu, porém, lhe endurecerei o coração para que não obedeça" [Ex 4.19, 21]. Assim, quando suscita a Ezequiel, o avisa de antemão que o está enviando a um povo rebelde e contumaz [Ez 2.3], para que não se sinta perplexo caso descubra que está cantando a surdos [Ez 12.2]. Assim, prediz a Jeremias que seu ensino haveria de ser como fogo, para que ao povo destrua e dissipe à semelhança da palha [Jr 1.10; 5.14]. Mas, impressiona ainda mais a profecia de Isaías, pois *ele* é assim enviado pelo Senhor: "Vai e diz aos filhos de Israel: Ouvi, com efeito, e não entendais; vede, de fato, e não saibais. Obstina o coração deste povo, e faz-lhe pesados os ouvidos, e embaça-lhe os olhos, para que, por acaso, não veja com seus olhos, e entenda com o coração, de sorte que, convertido, seja sarado" [Is 6.9.10]. Eis que lhes dirige a voz, mas para que se façam mais surdos; uma luz *lhes* acende, mas para que se tornem mais cegos; ministra-lhes ensino, mas para que por ele se façam ainda mais estultos; aplica remédio, todavia, para que não sejam curados. E, acrescentando esta profecia, João sentencia que os judeus não puderam crer no ensino de Cristo porque esta maldição divina os impediria [Jo 12.39, 40]. Tampouco se pode pôr em dúvida que a quem Deus não quer iluminar, lhes propõe sua doutrina cheia de enigmas, a fim de

---

378. *Do Gênesis em Sentido Literal*, livro XI, X, 13.

379. *Homilias Sobre a Conversão de Paulo*, III, 6.

380. Primeira edição: "Tanto, na verdade, se não situa na própria disposição do homem achegar-se [a Deus], que até mesmo aos piedosos e aos que a Deus temem de mister seja ainda singular impulso do Espírito."

que não lhes aproveite, e caiam em maior embotamento e extravio. Pois Cristo dá testemunho de que por isso só aos Apóstolos explicava as parábolas nas quais havia falado diante da multidão: porque "a estes fora dado conhecer os mistérios do reino de Deus, mas não igualmente à plebe" [Mt 13.11]. O que o Senhor pretende, dirás, ensinando aqueles de quem cuida não seja entendido? Considera donde provém a falha e deixarás de indagar. Ora, qualquer que seja a obscuridade que haja na Palavra, no entanto sempre há bastante de luz para convencer a consciência dos ímpios.

14. A condenação dos ímpios, que promove a glória de Deus, resulta não menos da dureza de coração e da impiedade dos réprobos que da divina determinação

Resta agora vermos por que o Senhor faz isto, uma vez provado que ele o faz. Se a resposta for que assim acontece porque os homens, por sua impiedade, iniqüidade e ingratidão, o mereçam, de fato isso é realmente assim; mas visto que a razão dessa diversidade ainda não se faz patente, pela qual o Senhor inclina a uns a que lhe obedeçam e faz que os demais persistam em sua obstinação e dureza, para solucionar devidamente esta questão devemos recorrer àquilo que Paulo assinalou de Moisés [Ex 9.16], isto é, que "desde início o Senhor os suscitou para que desse a conhecer seu nome em toda a terra" [Rm 9.17]. Portanto, o fato de que os réprobos não obedecem à Palavra de Deus a si revelada, há que imputar-se com toda razão à malícia e perversidade que reina em seu coração; desde que, ao mesmo tempo, se acrescente por que foram entregues a esta depravação, ou, seja, que pelo justo, porém inescrutável, juízo de Deus, foram suscitados para ilustrar sua glória através de sua própria condenação.

De maneira semelhante, quando se narra sobre os filhos de Eli, que não deram ouvidos às salutares advertências que seu pai lhes ministrava, porque "o Senhor os queria matar" [1Sm 2.25], não se nega que a obstinação provinha da própria iniqüidade deles; entretanto, ao mesmo tempo se nota por que foram abandonados à obstinação, quando o Senhor podia abrandar-lhes o coração: porque de fato seu decreto imutável os havia destinado, uma vez por todas, à ruína. Ao mesmo visa essa *nota* de João: "E ainda que fizera tantos sinais diante deles, não criam nele; para que se cumprisse a palavra do profeta Isaías, que diz: Senhor, quem creu em nossa pregação?" [Is 53.1; Jo 12.37, 38]. Ora, inda que não escuse a culpa dos contumazes, contudo, se contenta com esta razão: que a graça de Deus é insípida aos homens até que o Espírito Santo lhe confira sabor. E Cristo, citando o vaticínio de Isaías, "Serão todos ensinados por Deus" [Is 54.13; Jo 6.45], não tenciona dar outro *sentido*, senão que os judeus eram réprobos e alienados da Igreja porque são indóceis; nem oferece outra causa, senão que a promessa de Deus não lhes pertença, o que confirma essa afirmação de Paulo: "Cristo é escândalo para os judeus e loucura para os gentios,

mas para os chamados é o poder e a sabedoria de Deus" [1Co 1.23, 24]. Ora, pois, quando disse o que acontece ordinariamente sempre que o evangelho é pregado, isto é, que a uns exaspera, por outros é desdenhado, diz que somente entre os chamados ele é tido em apreço. Aliás, pouco antes [1Co 1.21] os havia denominado de ***crentes***, mas, à graça de Deus, que precede à fé, não quis negar seu *devido* lugar; senão que, antes, adicionou, à guisa de correção, este segundo *ponto*, para que à vocação de Deus rendessem o louvor de sua fé *os* que haviam abraçado o evangelho, assim como também ensina pouco depois [1Co 1.24] que eles foram ***eleitos*** por Deus.

Quando os ímpios ouvem essas *coisas*, bradam por socorro, visto que, com poder despótico, Deus abusa de suas míseras criaturas, para a recreação de sua crueldade. Nós, porém, que sabemos que todos os homens estão, por tantos motivos, de tal modo sujeitos ao tribunal de Deus, que, interrogados por mil perguntas, na verdade nem sequer em uma podem satisfazer, confessemos que os réprobos nada sofrem que não esteja em harmonia com o mui justo juízo de Deus. E não temos que nos envergonhar de confessar nossa ignorância, quando a sabedoria de Deus se eleva de forma mui sublime.[381]

15. A doutrina da reprovação não contradiz, como alegam os opositores, a Ezequiel 33.11

Mas, visto ser costumeiro fazer objeções a umas poucas passagens da Escritura, nas quais Deus parece negar que, por sua ordenação, aconteça que os iníquos pereçam, a não ser até onde, contra seu querer, *eles* pessoalmente engendram deliberadamente para si a morte, explicando-as sumariamente, demonstraremos que em nada contradizem a tese supra. A passagem de Ezequiel é trazida a lume, a qual reza que "Deus não quer a morte do pecador, mas, antes, que se converta e viva" [Ez 33.11]. Se agrada a Deus estender isto a todo o gênero humano, por que não induz ao arrependimento os muitos cujo espírito é mais flexivel à obediência que *o espírito* daqueles que, ante seus convites diários, mais e mais se endurecem? Junto aos habitantes de Nínive e de Sodoma, segundo o testemunho de Cristo, a pregação do evangelho e os milagres teriam produzido mais fruto que na Judéia. Se Deus quer que todos venham a ser salvos, como acontece, pois, que aos míseros, que mais preparados estariam para receber a graça, *ele* não abra a porta do arrependimento? Vejamos daqui quão violentamente é torcida esta passagem, *a saber*, se a vontade de Deus, que o Profeta lembra, é confrontada com seu eterno conselho, pelo qual distinguiu dos réprobos os eleitos.

Ora, se alguém indaga qual é a intenção genuína do Profeta, diremos que *ele* quer propiciar a esperança de perdão somente aos que se arrependem. E esta é a

381. Primeira edição: "Porque [disso] a razão não alcançamos meridianamente, não recusemos algo não saber onde à sua sublimidade se alça a sabedoria de Deus."

síntese: não há que duvidar-se de que Deus esteja pronto a perdoar tão logo o pecador seja convertido. De fato ele não quer sua morte, enquanto quer seu arrependimento. A experiência, porém, assim ensina que *Deus* quer que *aqueles* que a si convida se arrependam, mas que não toca o coração de todos. Entretanto, não se deve dizer que por isso ele age enganosamente, porquanto, visto que só pela voz externa torna inescusáveis os que a ouvem, contudo, não obedecem, é verdadeiramente considerada testemunho da graça de Deus, mediante o qual ele reconcilia os homens consigo. Tenhamos, pois, em consideração a injunção do Profeta de que a morte do pecador não agrada a Deus, para que os piedosos confiem que, tão logo sejam tocados de arrependimento, seu perdão está imediatamente junto a Deus; os ímpios, porém, se deixam dobrar pelo crime, porque não respondem à tão grande clemência e benignidade de Deus. Logo, a misericórdia de Deus vai sempre junto com o arrependimento, mas a quem é dado o arrependimento, claramente ensinam tanto todos os profetas, quanto os apóstolos, e o próprio Ezequiel.

16. Tampouco é procedente que 1 Timóteo 2.4, 2 Pedro 3.9 e outras passagens contradizem a doutrina da reprovação

Acrescenta-se, em segundo lugar, a passagem de Paulo, onde *o Apóstolo* ensina que Deus quer que todos se salvem [1Tm 2.4], da qual, visto que a razão da passagem supracitada é diferente, no entanto, algo é comum. Respondo, em primeiro lugar, que à luz do contexto se faz evidente como ele o quer, pois Paulo acopla estes dois pontos: que *Deus* quer que sejam salvos, e que cheguem ao conhecimento da verdade. Se, como dizem, foi determinado pelo eterno conselho de Deus que todos sejam feitos participantes da doutrina da vida, o que significam as palavras de Moisés: “que nação há tão grande, que tenha deuses tão chegados, como o Senhor nosso Deus, todas as vezes que o invocamos?” [Dt 4.7]. Qual é a causa de Deus privar a muitos povos da luz do evangelho da qual outros usufruíam? Qual é a causa de o puro conhecimento da doutrina da piedade nunca haver chegado a alguns, quando outros mal tenham degustado certos rudimentos obscuros?

Daqui se pode concluir claramente qual é a intenção de Paulo. Ele havia preceituado a Timóteo que se formulassem na Igreja orações solenes em favor dos reis e príncipes [1Tm 2.1, 2]. Como, porém, parece algo absurdo que orações sejam derramadas a Deus em favor de um gênero de homens quase irremediavelmente perdidos (porquanto não só eram todos estranhos ao corpo de Cristo, mas até porfiavam, com todas *suas* forças, por esmagar-lhe o reino), acrescenta que isso é “aceitável a Deus, o qual quer que todos os homens sejam salvos” [1Tm 2.3, 4]. Com isso, realmente outra não é sua intenção, senão dizer que *Deus* não fechou o caminho da salvação a nenhuma ordem de homens, senão que, antes, de tal modo derramou sua misericórdia, que não quer que algum dentre eles seja dela carente.

Outras passagens não declaram o que o Senhor, em seu juízo secreto, determinou acerca de todos, mas proclamam que o perdão está à disposição de todos os pecadores que, simplesmente, se volvam a buscá-lo. Ora, se insistem com mais tenacidade, dizendo que *Deus* quer ter misericórdia de todos [Rm 11.32], eu argumentarei em contrário, com base no que está escrito em outro lugar: "Nosso Deus está no céu, onde faz tudo quanto queira" [Sl 115.3]. Assim, pois, se haverá de interpretar esta palavra, com a qual *esta* outra concorda: "Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia, e me compadecerei de quem eu quiser ter compaixão" [Ex 33.19]. Quem decide de quem deva ter misericórdia, não a comunica a todos. Mas, uma vez que se evidencia claramente que aí não se trata de indivíduos, um a um, mas de classes de homens, então a discussão não deve alongar-se mais. Todavia, é preciso notar, ao mesmo tempo, que Paulo não está expondo o que Deus sempre faz, por toda parte e em todos, mas que o deixemos livre para, por fim, fazer participantes da doutrina celestial aos reis e magistrados, ainda que, em razão de sua cegueira, se insurjam furiosos contra ela.

Parecem insistir ainda mais fortemente com a passagem de Pedro: "Deus *não* quer que alguém se perca, senão que todos venham ao arrependimento" [2Pe 3.9]. Com efeito, a solução da dificuldade ocorre já na segunda palavra, porque a vontade de que venham ao arrependimento não se pode entender ser outra senão *aquela* que a cada passo se ensina *na Escritura*. Não há dúvida de que a conversão está na mão de Deus: uma vez que a uns poucos promete que lhes dará um coração de carne, a outros deixando-lhes o coração de pedra [Ez 36.26], então que seja ele interrogado se porventura queira converter a todos. Aliás, é verdade que, a não ser que *Deus* esteja pronto a receber os que lhe imploram a misericórdia, ao mesmo tempo cairia por terra esta declaração: "Tornai-vos para mim, diz o Senhor dos Exércitos, e eu me tornarei para vós" [Zc 1.3], mas reitero que nenhum dos mortais recorre a Deus, senão *aquele* que é divinamente antecipado. E se o arrependimento estivesse no arbítrio do homem, Paulo não diria: "se porventura Deus lhes dará o arrependimento para conhecerem a verdade" [2Tm 2.25]. De fato, a não ser que o mesmo Deus, que com *sua* voz a todos exorta ao arrependimento, *a si* conduzisse os eleitos, Jeremias não diria: "Converte-me, e me converterei ... Na verdade, depois que me converti, tive arrependimento" [Jr 31.18, 19].

17. CONSIDERAÇÕES EM REFUTAÇÃO DE OUTRAS OBJEÇÕES SUSCITADAS CONTRA A DOUTRINA DA REPROVAÇÃO E CONCLUSÃO FINAL DA MATÉRIA

Ora, pois, dirás, se é assim, mui pouca certeza oferecem as promessas do evangelho, as quais, em testificando da vontade de Deus, asseveram que ele quer aquilo que contrapõe a seu inviolável decreto. De modo algum, respondo, porque, por mais que as promessas de salvação sejam universais, entretanto, em nada discrepam da

predestinação dos réprobos, desde que dirijamos a mente para sua eficácia. Sabemos que, afinal, as promessas nos são eficazes quando as recebemos em fé; quando, ao contrário, a fé é aniquilada, a promessa foi, ao mesmo tempo, abolida. Se essa é sua natureza, então vejamos se porventura estas *duas teses* discrepam entre si: diz-se que Deus ordenou desde a eternidade a quem quer abraçar em amor, exerce *sua* ira contra quem quer, e que proclama a salvação a todos indiscriminadamente. Deveras digo que *elas* se harmonizam perfeitamente, pois, assim prometendo, outra coisa não pretende senão que sua misericórdia seja oferecida somente a todos os que a buscam e imploram, o que outros não fazem, a não ser *aqueles* a quem ilumina. Entretanto, *Deus* ilumina *aqueles* a quem predestinou para a salvação. A estes, afirmo, patenteia-se a veracidade certa e inconcussa das promessas, de modo que não se pode dizer que houve alguma discrepância entre a eterna eleição de Deus e o testemunho que oferece aos fiéis de sua graça.

Mas, por que menciona ***todos***? Na verdade, para que mais seguramente aquiesçam as consciências dos pios, enquanto compreendem que não há nenhuma diferença dos pecadores, desde que a fé esteja presente; os ímpios, porém, *para que* não aleguem faltar-lhes um refúgio em que se abriguem da servidão do pecado, visto que, por sua ingratidão, rejeitam o asilo a si oferecido. Portanto, uma vez que a uns e outros *desses dois grupos* seja oferecida pelo evangelho a misericórdia de Deus, é a fé, isto é, a iluminação de Deus, que estabelece distinção entre os pios e ímpios, de sorte que aqueles sintam a eficácia do evangelho, porém estes não conseguem daí nenhum fruto. A própria iluminação também tem como elemento regulador a eterna eleição de Deus.

A lamentação de Cristo, que citam: “Jerusalém, Jerusalém, quantas vezes quis eu ajuntar teus pintainhos, e não quiseste” [Mt 23.37], não lhes propicia nenhum abono. Declaro que Cristo está falando não apenas em relação a *sua* pessoa humana, mas ainda a censurá-los porque em todos os séculos repudiaram sua graça.

Mas, cabe-nos definir essa vontade de Deus da qual se trata aqui, pois não é obscuro quão zelosamente Deus envidou esforços para reter aquele povo e com quão grande obstinação, entregues a seus perversos desejos, desde os primeiros até os últimos, desdenharam *esse* congraçamento, mas daí não se segue que o conselho de Deus veio a ser anulado pela maldade dos homens. Objetam que nada é menos consentâneo à natureza de Deus do que nele haver uma dupla vontade, o que admito, desde que sejam intérpretes qualificados. Mas, por que não levam em conta as tantas passagens onde, revestindo-se de sentimentos humanos, Deus desce aquém de sua majestade? Diz *ele* que chamou um povo rebelde com braços estendidos [Is 65.2], que de manhã e de tarde tudo fez para conduzi-lo a si. Se porventura preferem aplicar a Deus todas estas *coisas* e não atentar para o teor figurativo *da passagem*, muitas contendas supérfluas emergirão, as quais podem ser solucionadas dizendo

que a Deus, à guisa de semelhança, se atribui o que é próprio dos homens. Embora seja mais que suficiente a solução que adicionamos em outro lugar: embora, até onde vai nossa percepção, a vontade de Deus seja múltipla, contudo, em si ele não quer isto e aquilo; ao contrário, em razão de sua multiforme sabedoria, como Paulo a denomina [Ef 3.10], nossos sentidos se tornam atônitos, até que nos seja dado conhecer que ele, de uma forma admirável, quer o que agora parece ser contrário à sua vontade.

Lançam mão também de outras cavilações, *a saber*, como Deus é o Pai de todos, é injusto que deserde a alguém, a não ser *aquele* que, por sua *própria* culpa, tenha antes merecido esta pena, como se de fato a liberalidade de Deus não se manifeste até para com porcos e cães! Pois se nos limitamos ao gênero humano, então me respondam por que Deus se vinculou a um só povo, para que fosse seu Pai, e por que também colheu daí um número tão diminuto, como se fosse *dele* a flor? Mas, sua paixão por vilipêndio impede esses motejadores de considerar que Deus de tal modo "faz vir seu sol sobre os bons e maus" [Mt 5.45], que a herança foi reservada aos poucos a quem, um dia, se haverá de dizer: "Vinde, benditos de meu Pai, possuí o reino" etc. [Mt 25.34].

Além disso, objetam que Deus não odeia absolutamente essas *coisas* que fez, o que, ainda que *eu* lhes conceda de bom grado, contudo, permanece o que estou ensinando: que os réprobos são abomináveis a Deus, e na verdade com mui boa razão, visto que, destituídos de seu Espírito, nada podem apresentar senão motivo de maldição. Acrescentam que não há distinção de judeu e gentio, e por isso a graça de Deus se propõe a todos indiscriminadamente, isto é, desde que admitam, como Paulo declara, que "Deus chama, segundo seu beneplácito, tanto entre os judeus, quanto entre os gentios" [Rm 9.24], de sorte que ele não é obrigado a ninguém. Deste modo também se dilui o que objetam de outra passagem: que "Deus encerrou tudo debaixo do pecado, para que tenha compaixão de todos" [Rm 11.32], isto é, porque quer que a salvação de todos os bem-aventurados seja atribuída à sua misericórdia, uma vez que este beneficio não é comum a todos.

Com efeito, quando se apresentam muitas *considerações* de uma e outra parte, esta é nossa conclusão: tremer com Paulo ante a incomensurável profundidade, mesmo que línguas petulantes vociferem, não nos envergonhando desta sua exclamação: "Mas, ó homem, quem és tu que replicas a Deus?" [Rm 9.20]. Pois de fato Agostinho afirma que agem perversamente *aqueles* que medem a *justiça* divina com a medida da justiça humana.[382]

382. Pseudo-Agostinho, *Da Predestinação e da Graça*, II.

CAPÍTULO XXV

DA RESSURREIÇÃO FINAL

1. Os eleitos são assistidos pela esperança da ressurreição e da bem-aventurança eterna, contudo, cercada de não poucos obstáculos

Ainda que Cristo, "o Sol da Justiça" [Ml 4.2], depois de vencer a morte, a luzir através do evangelho, como Paulo o testifica, a vida nos iluminou [2Tm 1.10], donde também, crendo, se diz que "que passamos da morte para a vida" [Jo 5.24], "já não somos peregrinos e forasteiros, mas, antes, concidadãos dos santos e membros da família de Deus" [Ef 2.19], que "nos fez assentar" com o próprio Unigênito "nos lugares celestais" [Ef 2.6], de sorte que nada falte à plena felicidade, contudo, para que não nos seja molesto ser ainda exercitados sob a dura militância, como se nenhum fruto se fizesse manifesto da vitória alcançada por Cristo, faz-se necessário sustentar o que em outro lugar se ensina em relação à natureza da esperança. Pois uma vez que esperamos *coisas* que não se vêem [Rm 8.25], e, como se diz em outro lugar, "a fé é a demonstração de coisas invisíveis [Hb 11.1], enquanto estivermos encerrados no cárcere da carne, somos "peregrinos *longe* do Senhor" [2Co 5.6]. Por essa razão, o próprio Paulo diz em outro lugar que "já morremos e nossa vida está escondida com Cristo em Deus, e quando *ele* próprio, que é nossa vida, se manifestar, então também nos manifestaremos com ele em glória" [Cl 3.3, 4]. Esta, pois, é nossa condição: "que vivamos sóbria, justa e piedosamente neste mundo, aguardando a bendita esperança e a vinda da glória do grande Deus e nosso Salvador, Jesus Cristo" [Tt 2.12, 13].

É indispensável que tenhamos aqui uma paciência singular, para que não *suceda que*, extenuados, ou revertamos o curso, ou desertemos nosso posto. Portanto, tudo quanto até aqui foi exposto acerca de nossa salvação requer mentes alçadas para o céu, para que "a Cristo, não o havendo visto, amais; no qual, não o vendo agora, mas crendo, vos alegrais com gozo inefável e glorioso; alcançando o fim de vossa fé, a salvação de vossas almas", como Pedro sentencia [1Pe 1.8, 9]. Razão por que Paulo diz que "a fé e o amor dos piedosos atentam para a esperança que está posta nos céus" [Cl 1.4, 5]. Assim sendo, quando do céu ficamos a esperar com os olhos fixos em Cristo, sem que algo os detenha na terra, de modo que não conduzam à bem-aventurança prometida, de fato cumpre-se esta declaração: nosso coração está onde está nosso tesouro" [Mt 6.21].

Daqui a fé ser tão rara no mundo: que à nossa obtusidade nada é mais difícil que

transcender a obstáculos incontáveis enquanto avançamos para o alvo da suprema vocação [Fp 3.14]. À ingente caudal de misérias de que somos quase que levados de roldão, acrescem os motejos dos homens profanos, com que nossa simplicidade é atacada, enquanto, renunciando deliberadamente às seduções dos bens presentes, parecemos buscar uma bem-aventurança que nos jaz oculta, como se fosse uma sombra fugidia. Finalmente, de baixo para cima e de cima para baixo, de frente e por detrás, violentas tentações nos assediam, as quais nossos ânimos longe estariam de poder suportar, salvo se, desvencilhados das coisas terrenas, fossem ligados à vida celeste, a qual, na aparência, está mui distante. Portanto, deveras tirou proveito no evangelho aquele que, afinal, acostumou-se à meditação contínua da bendita ressurreição.

2. O SUMO BEM, NOSSO E DE TODA A CRIAÇÃO, RESIDE NA UNIÃO COM DEUS, PELO QUE A REDENÇÃO FINAL, A CULMINAR NA RESSURREIÇÃO, É A GRANDE ASPIRAÇÃO DE NOSSO VIVER

Os filósofos disputaram outrora, ansiosamente, sobre o supremo fim das boas *coisas*, e até entre si contenderam, contudo, ninguém, exceto Platão, reconheceu que o sumo bem do homem é sua união com Deus. De que natureza, porém, fosse esta *união*, nem sequer tênue gosto pôde *ele* sentir. Nem é de admirar, uma vez que nada aprendera do sagrado víncula dessa *união*. A nós, até mesmo nesta peregrinação terrena, *nos* é conhecida a felicidade única e perfeita, mas a desejá-la mais e mais ela nos acende diariamente o coração, até que nos sacie pleno usufruto. Por isso, *eu* disse que dos benefícios de Cristo *nenhum* fruto não perceberam, senão *aqueles* que alçam a ânimo à ressurreição. Assim, Paulo fixa diante dos fiéis este alvo [Fp 3.8], em relação ao qual diz que se esforçava e tudo esquecia, até que o atinja [Fp 3.13]. Daí, também a nós se *nos* impõe lutar mais dinamicamente em busca do mesmo *alvo*, para que não soframos as tristes penas de nossa indolência, se o mundo aqui nos avassale. Sendo assim, em outro lugar distingue os fiéis com esta marca: que "sua morada está nos céus", de onde também "esperam seu Salvador" [Fp 3.20].

E para que nesta corrida seu ânimo não desfaleça, o mesmo Paulo evoca por companheiros a todas as criaturas [Rm 8.19]. Pois uma vez que se contemplam por toda parte ruínas disformes, *ele* declara que tudo quanto há no céu e na terra luta por *sua* renovação. Ora, como por sua queda Adão desfez a perfeita ordem da *própria* natureza, a servidão das criaturas é molesta e grave, à qual vivem sujeitas em razão do pecado do homem. Não que *elas* sejam dotadas de algum senso, mas porque anseiam naturalmente pelo estado perfeito do qual decaíram. Portanto, Paulo lhes atribui "gemido e dor de parto" [Rm 8.22], para que, "nós que fomos agraciados com as primícias do Espírito" [Rm 8.23], nos envergonhemos de nos definharmos em nossa corrupção, e nem ao menos imitarmos os elementos inermes, que sofrem a pena do pecado alheio. Mas, para que mais agudamente nos punja, ele chama à

vinda final de Cristo ***nossa redenção*** [Rm 8.23]. De fato é verdade que todas as partes de nossa redenção já foram completadas, mas, porque Cristo foi, uma vez por todas, oferecido pelos pecados [Hb 10.12], haverá de ser visto de novo, sem pecado, para a salvação" [Hb 9.28]. *Logo*, esta última redenção deve suster-nos até o fim, em meio a qualquer provação que nos angustia, até sua consumação.

3. Importância única de nossa ressurreição, o ressurgimento do corpo glorioso, do qual a ressurreição de Cristo é o penhor, protótipo e garantia, sustentada por muitas e infalíveis provas

A própria importância da matéria aguçará nosso fervor. Pois Paulo não disputa sem razão, dizendo que, "se não houver ressurreição dos mortos, o evangelho ficará totalmente sem efeito" [1Co 15.13, 14], porquanto nossa condição seria mais miserável que a de outros mortais [1Co 15.19], visto que, expostos aos ódios e vitupérios de muitos, nos acharmos em perigo a toda e cada hora [1Co 15.30], mais até, "somos como ovelhas destinadas ao matadouro" [Sl 44.22; Rm 8.36], e por isso cairia por terra sua autoridade, não apenas em uma parte, mas em seu todo, a que abarca não só a adoção, mas também a efetuação de nossa salvação. E assim estejamos mui atentos em coisa que tanto nos importa, para que o prolongado do tempo não nos canse nem nos faça desmaiar.[383] Com este propósito também retardei para este lugar o que se haveria de tratar sucintamente a respeito desta *matéria*, para que os leitores aprendam, quando houver recebido a Cristo, Autor da perfeita salvação, possam subir mais alto e saibam que ele está vestido de celeste imortalidade e glória, para que todo o corpo se faça conforme à Cabeça, como, ademais, em sua pessoa, a cada passo, o Espírito Santo propõe exemplo da ressurreição.

É coisa bem difícil de crer que os corpos consumidos pela podridão hajam de ressuscitar no fim dos tempos. Portanto, quando muitos dentre os filósofos professavam que as almas são imortais, a ressurreição da carne foi aprovada por poucos; daí, embora não houvesse nenhuma escusa, contudo, somos daí avisados que é coisa demasiado árdua para que arraste a si os pensamentos dos homens. Para que a fé supere a tão grande obstáculo, a Escritura vem em nosso socorro de duas maneiras: uma está na semelhança de Cristo; a outra, porém, na onipotência de Deus. Daí, sempre que se trata da ressurreição, a imagem de Cristo vem a lume, o qual, na natureza que de nós assumira, de tal modo consumou o curso da vida mortal que agora, adquirida a imortalidade, veio a ser o penhor de nossa ressurreição futura. Ora, nas misérias de que estamos sitiados, "em nossa carne levamos em derredor sua mortificação, para que sua vida se manifeste em nós" [2Co 4.10]. E não é permissível separá-lo de nós, e de fato nem é possível, sem que *ele* seja dividido.

383. Primeira edição: "E, assim, para com cousa a mais séria de todas estejamos atentos, para que nenhuma diuturnidade engendre lassitude."

Donde esse arrazoado de Paulo: “Se os mortos não ressuscitam, tampouco Cristo ressuscitou” [1Co 15.13]; porque de fato ele tem como irrefutável este principio: que Cristo não se sujeitou à morte, ou conquistou a vitória sobre a morte, ressuscitando-o, por sua própria causa; pelo contrário, que começou-se na Cabeça o que é necessário que se cumpra em todos os membros, segundo o grau e a ordem de cada um. Porque não era possível que em tudo fossem iguais a ele. No Salmo está escrito: “Não permitirás que teu santo veja a corrupção” [Sl 16.10; At 2.27]. Ainda que nos caiba uma porção desta confiança, segundo a medida que se nos outorga, entretanto, o pleno efeito apareceu somente em Cristo, que, imune de toda putrefação, recebeu *de volta* um corpo perfeito. Ora, a fim de que não nos seja ambígua a comunhão da bem-aventurada ressurreição com Cristo, de sorte que estejamos contentes com este penhor, Paulo confirma eloqüentemente que, por isso, *Cristo* está assentado nos céus [Ef 1.20], e *como* juiz virá no dia final, para que a seu corpo glorioso conforme nosso corpo vil e abjeto [Fp 2.20, 21]. Em outro lugar [Cl 3.4] *Paulo* também ensina que Deus não ressuscitou da morte ao Filho para que mostrasse um exemplo único de seu poder, mas *para que* exiba para conosco, os fiéis, a mesma operação do Espírito, a quem, por isso, chama ***vida***, quando em nós habita, porque foi dado para este fim: que vivifique em nós o que é mortal [Rm 8.11].

Estou a restringir, com parcimônia, *coisas* que não só poderiam ser tratadas mais extensamente, mas até merecem ser mais esplendidamente adornadas. E no entanto confio que em *minhas* poucas palavras os leitores piedosos encontrem bastante material que seja suficiente para que sua fé seja edificada. Portanto, Cristo ressuscitou para que nos tivesse *como* companheiros da vida futura. Ele ressuscitou pelo *poder do* Pai, enquanto era o Cabeça da Igreja, da qual de modo nenhum permite que seja separado. Ressuscitou pelo poder do Espírito que, com ele, exerce o ofício comum de vivificar. Enfim, ressuscitou para que fosse “a ressurreição e a vida” [Jo 11.25]. Como, porém, dissemos que neste espelho a imagem viva da ressurreição nos é clara, assim *ela* nos é sólido fundamento para suster-nos o ânimo, contanto que não nos entediemos ou nos aborreçamos de uma demora mais longa, uma vez que não é *apanágio* nosso de medir de próprio arbítrio os momentos dos tempos, mas, ao contrário, esperar pacientemente até que, de acordo com sua oportunidade, Deus instaure seu reino. A isto visa esta exortação de Paulo: “Cristo, as primícias; então, os que são de Cristo, cada um em sua ordem [1Co 15.23].

Mas, para que não se movesse alguma dúvida acerca da ressurreição de Cristo, na qual está fundamentada a *ressurreição* de todos nós, vemos de quantos e quão variados modos *ele* no-la comprovou. Rir-se-ão homens escarnecedores como se a história referida pelos evangelistas fosse brincadeira de criança. Pois, de que valor será o anúncio que proferem mulherinhas apavoradas, e então o confirmam discípulos quase desfalecidos *de medo*? Por que Cristo não exibe antes, no meio do templo e na praça pública, os insignes troféus de sua vitória? Por que não se posta temível

em aparência diante de Pilatos? Por que não se prova redivivo também aos sacerdotes e a toda Jerusalém? Em suma, dirão estes homens profanos e sem o temor de Deus, que de fato são testemunhas idôneas *aqueles* a quem *assim* escolhe. Replico: embora as origens fossem mui débeis, tudo isso foi disposto pela admirável providência de Deus; de tal sorte que *aqueles* que pouco antes se encontravam sufocados de medo, o sepulcro os arrebataria, em parte o amor de Cristo e o zelo da piedade, em parte sua incredulidade, não apenas para que fossem testemunhas oculares do fato, mas também para que ouvissem o mesmo dos anjos que com os olhos contemplavam. Como nos seria suspeita a fidedignidade daqueles que julgaram ser uma fábula o que ouviram das mulheres [Lc 24.11], até que foram conduzidos à realidade tangível? O povo todo, porém, e o próprio governador, depois que foram mais do que suficientemente convencidos, não é de admirar que fossem privados tanto da visão de Cristo, tanto quanto de outros sinais. O sepulcro é selado; vigias *lhe* montam guarda [Mt 27.66]; ao terceiro dia não se acha *nele* o corpo [Mt 28.6; Mc 16.8; Lc 24.3]; corrompidos por dinheiro, os soldados espalham o boato de que ele fora levado pelos discípulos [Mt 28.12, 13, 15]. Como se realmente houvesse a possibilidade de reunir-se grande contingente, ou tivessem armas à disposição, ou, inclusive, fossem adestrados para intentar algo desse vulto? Ora, se os soldados não tinham bastante ânimo para repeli-los, por que não os perseguiram, para que, ajudados pelo concurso do povo, prendessem a alguns? Portanto, o fato é que, com seu *próprio* sinete, Pilatos selou a ressurreição de Cristo, e *aqueles* que foram postados junto ao sepulcro *como* guardas, calando-se ou mentindo, se fizeram arautos da própria ressurreição. Entrementes, retumbou a voz dos anjos: "Ressurgiu; não está aqui [Mt 28.6; Mc 16.6; Lc 24.6]. O celeste esplendor *de que se revestiam* mostrou claramente que não eram homens, mas anjos. Depois disto o próprio Cristo, se alguma dúvida ainda persistia, ele a dissipou. Viram-no os discípulos não só uma vez, e inclusive lhe apalparam os pés e as mãos [Lc 24.40; Jo 20.27], e sua incredulidade foi pouco proveitosa para confirmar-nos a fé. No meio deles, ele discorreu acerca dos mistérios do reino de Deus [At 1.3]; por fim, à vista deles, subiu ao céu [At 1.9]. Esta visão foi exibida não só aos onze apóstolos, mas "*ele* apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma só vez"[1Co 15.6]. Agora, enviado o Espirito Santo, *com isso* deu segura prova não só de *sua* vida, mas também de *sua* suprema soberania, como havia predito: "Convém-vos que eu vá; do contrário, o Espírito Santo não virá" [Jo 16.7]. Ademais, Paulo também foi prostrado no caminho, não pelo poder de um morto, mas, sim, sentiu que Aquele a quem atacava era possuído de poder supremo [At 9.4, 5]. Ele apareceu a Estêvão para outro fim: para que vencesse o temor da morte com a certeza da vida [At 7. 55, 56]. Não querer dar fé a tantos e tão autênticos testemunhos não é *marca* de desconfiança, mas de obstinação depravada e, sobretudo, insana.

4. A RESSURREIÇÃO DE NOSSO CORPO É OBRA DA ONIPOTÊNCIA DE DEUS, COMO O AFIRMA A ESCRITURA, A QUAL NOS INCITA À ESPERANÇA E AO DELEITE ETERNOS

O que dissemos, que para estarmos seguros da ressurreição temos que aplicar os sentidos para o imenso poder de Deus, isso, sucintamente, o ensina Paulo. "Para ser conforme", diz *ele*, "seu corpo glorioso, segundo seu eficaz poder de sujeitar também a si todas as coisas" [Fp 3.21]. Portanto, não há nada menos consentâneo do que visualizar aqui *algo* que se possa processar por força da própria natureza, quando se nos impõe milagre inestimável, que por sua magnitude os sentidos nos absorve. Paulo, no entanto, propondo uma prova da *própria* natureza, *assim* refuta a estultícia daqueles que negam a ressurreição. "Ó estulto", diz *ele*, "o que semeias não medra, a menos que primeiro morra" etc. [1Co 15.36]. Ele diz que na semeadura se visualiza uma imagem da ressurreição, porquanto a messe nasce da putrefação.

E nem seria tão difícil de crer, se prestássemos atenção como deveríamos a tantos milagres como se oferecem a nossos olhos em todas as partes do mundo.[384] Lembremo-nos, por outro lado, que ninguém é realmente persuadido da ressurreição futura, a não ser *aquele* que, arrebatado pela admiração, dá sua glória ao poder de Deus. Transportado por esta confiança, Isaías exclama: "Teus mortos viverão; meu cadáver ressurgirá; despertai e louvai, ó moradores do pó" [Is 26.19]. Nas circunstâncias desesperadoras, eleva-se a Deus, o Autor da vida, com quem estão as saídas da morte, como se diz no Salmo [68.20]. Também Jó, mais parecendo a um cadáver que a um ser humano, confiado no poder de Deus, não duvida de que naquele dia se haverá de elevar na plenitude de seu ser: "Sei que meu Redentor vive, e que por fim se levantará sobre a terra [isto é, para aí exibir seu poder]. E depois de consumida minha pele, contudo ainda em minha carne verei a Deus. Vê-lo-ei, por mim mesmo, e meus olho, não outros, o contemplarão" [Jó 19.25-27]. Ora, visto que certos *indivíduos* torcem, mais sutilmente, estas passagens, como se não devessem ser expostas em referência à ressurreição, no entanto, confirmam o que desejam inverter, porquanto em seus males, os santos buscam conforto, não de outra fonte, mas da similitude da ressurreição, o que se vê melhor à luz da passagem de Ezequiel.

Ora, como os judeus rejeitassem a promessa de *seu* regresso, e objetassem que em nada mais provável era que um caminho lhes fosse aberto do que os mortos saírem do sepulcro, ao Profeta se oferece a visão de um campo repleto de ossos secos: Deus ordena que eles recebam carne e nervos [Ez 37.1-10]. Posto que, sob essa figura, *Deus* eleva o povo à esperança do regresso, contudo, ele toma da ressurreição a base da espera, assim como *ela* nos é o modelo primordial de todos os

384. Primeira edição: "Nem, de fato, cousa tão difícil seria de se crer, se aos milagres, que por todas as plagas do mundo aos olhos se nos apresentam, atentos estivéssemos como é de mister."

livramentos que os fiéis experimentam neste mundo. Assim Cristo, depois de ensinar que a voz do evangelho é vivificante, visto que os judeus não o recebiam, em seguida adiciona: “Não vos admireis disto, porque vem a hora em que todos os que se acham nos túmulos ouvirão a voz do Filho de Deus e *deles* sairão” [Jo 5.28].

Portanto, a exemplo de Paulo, em meio às lutas, cantemos já o triunfo alegremente, porque *Aquele* que nos prometeu a vida futura é poderoso para guardar nosso depósito [2Tm 1.12], e assim nos gloriemos de que nos foi reservada a coroa da justiça que o justo Juiz nos haverá de conferir [2Tm 4.8]. Assim sucederá que, quantas misérias e aflições padeçamos nos servirão como porta da vida futura. Porque está bem conforme à natureza de Deus retribuir com aflição aos ímpios que nos afligem; a nós, porém, que somos injustamente afligidos, descanso na manifestação de Cristo com os anjos de seu poder, em chama de fogo [2Ts 1.6, 7]. Mas, cabe-nos frisar o que pouco depois acrescenta, *a saber*, que virá “para que seja glorificado em seus santos e seja cercado de admiração em todos os que crerem”, porque *da parte deles* houve fé no evangelho [2Ts 1.10].

5. Embora a ressurreição seja negada por muitos, os próprios ritos fúnebres dos pagãos a atestam; tampouco é procedente a concepção dos quiliastas ou dos que rejeitam as penas eternas

Mas, embora neste empenho conviesse que as mentes humanas se ocupassem assiduamente, entretanto, como se quisesse de deliberado intento suprimir toda lembrança da ressurreição, à morte denominaram o fim de todas as coisas e a extinção do homem. Ora, por certo que Salomão está falando da opinião comum e recebida, quando diz que “melhor é um cão vivo do que um leão morto” [Ec 9.4]. E, em outro lugar: “Quem sabe se o fôlego do homem vai para cima, e que o fôlego dos animais vai para baixo da terra?” [Ec 3.21]. Em todos os séculos, porém, tem grassado este embotamento bestial, e até na própria Igreja irrompeu-se, por isso os saduceus de *outrora* ousaram professar abertamente que não há nenhuma ressurreição [M 22.23; Mc 12.18; Lc 20.27; At 38.8]; mais ainda, que as almas são mortais.

No entanto, para que ninguém abonasse esta crassa ignorância, à luz do próprio destino da natureza, os incrédulos sempre tiveram diante dos olhos uma representação da ressurreição. Pois, a que fim servia o sagrado e inviolável costume de sepultar *os mortos*, senão que fosse o penhor de uma vida? Tampouco procede objetar-se que isso nasceu do erro, porquanto não só entre os santos patriarcas sempre vigorou o ritual de sepultamento, mas também Deus quis que o mesmo costume subsistisse entre os gentios, para que a representação da ressurreição *assim* projetada os despertasse de seu torpor. Mas, ainda que tal ritual carecesse de proveito, contudo, nos é útil se atentarmos sabiamente para seu fim, porque não pequena refutacão de sua incredulidade que todos eles, a um tempo, hajam professado o que ninguém cria.

Com efeito, Satanás não apenas embotou os sentidos dos homens para que, juntamente com os corpos, sepultassem a lembrança da ressurreição, mas que também se empenhou em corromper esta parte da doutrina com invenções várias, para que, afinal, se extinguisse. Deixo de considerar o fato de que já no tempo de Paulo Satanás começou a pervertê-la; mas, pouco depois, seguiram-se os quiliastas, que limitaram o reinado de Cristo a mil anos. E, em verdade, a ficção desses é por demais pueril para que tenha necessidade de refutação ou seja ela digna. Tampouco Apocalipse lhes empresta suporte, do qual certamente tiraram pretexto para seu erro, quando no número milenário [Ap 20.4] não se trata da eterna bem-aventurança da Igreja, mas apenas de agitações várias que aguardavam a Igreja a militar na terra. Além disso, toda a Escritura proclama que jamais haverá fim para a bem-aventurança dos eleitos, nem para suplício dos réprobos [Mt 25.41, 46].

Com efeito, de todas as coisas que não só nos fogem à visão, mas até superam em muito o alcance de *nossa* mente, ou se há de buscar fé nos oráculos infalíveis de Deus, ou ela tem de ser rejeitada inteiramente. *Aqueles* que prescrevem aos filhos de Deus mil anos para usufruírem a herança da vida futura, não se apercebem de quão afronta lançam tanto a Cristo quanto a seu reino. Porque, se não há de revestir-se de imortalidade, segue-se daí que nem o próprio Cristo, em cuja glória haverão de ser transformados, foi recebido na glória imortal [1Co 15. 13-16]; se sua bem-aventurança há de ter fim, então o reino de Cristo, a cuja solidez se arrima essa bem-aventurança, é temporária. Por fim, ou são extremamente ignorantes de todas as coisas divinas, ou diligenciam em tortuosa malignidade por afastar toda a graça de Deus e o poder de Cristo, dos quais a consumação de outro modo não se estabelece, a não ser que, obliterado o pecado, e tragada a morte, em plenitude se implante a vida eterna.

Seu temor de atribuir a Deus uma excessiva crueldade afirmando que os réprobos já foram predestinados a tormentos eternos, é um desvario tal, que os próprios cegos o vêem.[385] Grave injúria cometeria Deus privando e desterrando de seu reino aos que se fizeram indignos dele por sua ingratidão! Mas, *replicarão*, seus pecados são temporais. Admito-o, mas a majestade de Deus, e também *sua* justiça, que em pecado violaram, é eterna. Logo, é muito justo que a lembrança de sua iniqüidade não pereça. Mas, *insistirão*, desta forma a pena excederá a medida do delito. Esta, porém, é uma blasfêmia que não se pode tolerar, enquanto se estima tão mesquinhamente a majestade de Deus, não a estimando mais que a condenação de sua alma! Mas, deixemos fora de consideração esses paroleiros, para que não pareçamos, em contrário ao que dissemos previamente, julgar dignos de refutação seus desvarios.

385. Primeira edição: "Até os [próprios] cegos perspícuo é quão disparatadamente, na verdade, estão parvoíces a dizer [os] que temem atribuir a Deus excessiva crueldade, se a penas eternas são adjudicados os réprobos."

6. A ressurreição se refere ao corpo, não à alma, a qual não morre, nem se refere a um corpo novo; a condição da alma no estado intermediário

Outros dois desvarios, além destes, foram introduzidos por homens indevidamente curiosos. Uns pensaram que as almas haverão de ressuscitar com os corpos, como se todo o homem perecesse ao morrer; *outros*, embora admitam que os espíritos são imortais, *sustentam* que *eles* haverão de ser revestidos de novos corpos, com isso negando a ressurreição da carne. Uma vez que, em se tratando da criação do homem, fiz certa menção em relação ao primeiro *desses dois desvarios*, será suficiente a mim advertir de novo aos leitores de quão bestial é o erro de fazer do espírito formado à imagem de Deus um sopro efêmero, que apenas anime ao corpo nesta vida passageira, e reduzir a nada o templo do Espírito Santo; enfim, despojar deste dote essa parte de nós em que especialmente refulge a divindade e insignes são as marcas da imortalidade, que seja mais excelente a condição do corpo do que a da alma.

De modo bem diferente, a Escritura compara o corpo a uma habitação da qual diz migrarmos quando morremos, porquanto nos avalia em função desse elemento, o qual nos distingue dos animais brutos. Assim Pedro, próximo à morte, diz haver chegado o tempo em que entrega seu tabernáculo [2Pe 1.14]. Paulo, ademais, falando acerca dos fiéis, depois de dizer que "temos nos céus um edifício, quando nos for demolida a morada terrestre" [2Co 5.1], acrescenta que "peregrinamos longe do Senhor enquanto permanecermos no corpo" [2Co 5.6]; mas, "desejamos antes deixar este corpo, para habitar com o Senhor" [2Co 5.8]. A não ser que as almas fossem sobreviventes aos corpos, o que estaria presente com Deus depois de haver separado do corpo? O Apóstolo, porém, remove *toda* dúvida quando ensina que fomos reunidos "aos espíritos dos justos" [Hb 12.23], palavras estas que nos fazem entender que somos associados aos santos patriarcas, os quais, ainda que mortos, cultivam conosco a mesma piedade, de modo que não podemos ser membros de Cristo, a não ser que nos unamos com eles. Também, a menos que, despojadas dos corpos, retivessem as almas sua essência e fossem capazes da bem-aventurada glória, Cristo não teria dito ao ladrão: "Hoje estarás comigo no Paraíso" [Lc 23.43]. Estribados em testemunhos tão claros, não duvidemos que, segundo o exemplo de Cristo [Lc 23.46], em morrendo, recomendamos nossas almas a Deus; ou, segundo o exemplo de Estêvão, as confia à guarda de Cristo [At 7.59] que, não sem motivo, é chamado o fiel Pastor e Bispo delas [1Pe 2.25].

Entretanto, inquirir de seu estado intermediário, com demasia curiosidade, não é lícito, nem convém. Muitos se atormentam em demasia, disputando que lugar ocupam ***as almas nesse estado*** e se porventura já desfrutam ou não da glória celestial. Com efeito, é estulto e temerário indagar de causas desconhecidas mais pro-

fundamente do que Deus nos permita saber. A Escritura não avança além de dizer que Cristo está presente com elas e as recebe no Paraíso, para que desfrutem de consolação, e que as almas dos réprobos, porém, sofrem tormentos segundo seu merecimento. Que doutor ou mestre, agora, nos revelará o que Deus ocultou? Quanto ao lugar, a questão não é menos imprópria e fútil, quando sabemos que a alma não tem essa dimensão que tem o corpo. Que o bem-aventurado congresso dos santos espíritos é chamado ***o seio de Abraão*** [Lc 16.22], abundante penhor nos é de sermos, nesta peregrinação, acolhidos pelo pai comum dos fiéis, para que partilhe conosco o fruto de sua fé.

Enquanto isso, uma vez que a Escritura por toda parte *nos* ordena que dependamos da expectativa da vinda de Cristo e que prorroga a coroa de glória até esse *momento*, estejamos contentes com estes limites divinamente prescritos: uma vez desincumbidas de *sua* militância, as almas dos piedosos passa para o bem-aventurado descanso, onde, com feliz alegria, aguardam desfrutar da glória prometida, e assim todas *as coisas* sejam tidas em suspenso todas até que Cristo apareça *como* Redentor. Os réprobos, porém, não há dúvida de que têm a mesma sorte que é prescrita a Judas e aos diabos, *a saber*, são mantidos atados por cadeias, até que sejam arrastados ao suplício a que foram destinados [Jd 6].

7. À luz de numerosas passagens da Escritura se evidencia que o corpo da ressurreição é o mesmo de que somos dotados, não um novo corpo

Igualmente monstruoso é o erro daqueles que imaginam que as almas não receberão os corpos de que ora são revestidas; mas, antes, serão providas de outros e novos *corpos*. Aliás, extremamente fútil foi a razão dos maniqueus, ou, seja, que mui longe está de ser congruente que a carne, que é imunda, ressurja. É como se as almas não fossem manchadas de nenhuma imundícia, as quais, no entanto, não excluíam da esperança da vida celestial! Portanto, eram exatamente como se dissessem que não pode ser divinamente purificado o que foi infectado pela sordidez do pecado. Neste sentido, deixo de considerar agora aquele desvario de que a carne é imunda por natureza, porquanto foi criada pelo Diabo. Estou apenas mostrando que, seja o que for que ora há em nós indigno do céu, não impede a ressurreição. Com efeito, em primeiro plano, quando Paulo ordena que os fiéis se purifiquem de toda impureza da carne e do espírito [2Co 7.1], daí segue o juízo que pronuncia em outro lugar: que "cada um receba, através do corpo, ou o bem, ou o mal" [2Co 5.10]. Com o que está de acordo o que escreve aos coríntios: "a vida de Jesus Cristo se manifesta em nossa carne mortal" [2Co 4.11]. Por essa razão, em outro lugar, ora não menos para que Deus conserve os corpos íntegros até o dia de Cristo, juntamente com as almas e espíritos [1Ts 5.23]. Nem é de admirar, pois seria um total absurdo que os corpos

que Deus consagrou como seu templo se corrompam sem a esperança da ressurreição [1Co 3.16; 6.19]. E, ainda mais, por que são também membros de Cristo [1Co 6.15]; porque Deus preceitua que todas suas partes sejam santificadas para ele; e que seu nome seja exaltado com sua língua, e que os homens ergam ao céu suas mãos limpas e puras [1Tm 2.8], e que sejam instrumentos para oferecer-lhe sacrifícios [Rm 12.1]? Portanto, que insânia é essa, reduzir o homem mortal a pó, sem qualquer esperança de restauração, a parte do homem que o Juiz celestial digna de tão eminente honra? Paulo, de modo semelhante, quando nos exorta a levar o Senhor tanto no corpo quanto na alma, uma vez que ambos são de Deus, certamente não permite que seja condenado à eterna corrupção o que Deus consagrou para si como santo [1Co 6.19, 20].

Realmente, não há na Escritura artigo de fé mais claro e nítido do que este: que ressuscitaremos com a mesma carne que possuímos.[386] Paulo afirma que, "convém que o que é corruptível se revista de incorruptibilidade; e que o que é mortal se revista de imortalidade" [1Co 15.53]. Se Deus formasse novos corpos, onde estaria esta mudança de qualidade? Se ele dissesse que convém que sejamos renovados, é provável que a expressão ambígua propiciasse ocasião à cavilação; ora, quando, com o dedo a apontar para os corpos com que fomos circundados, lhes promete incorrupção, claramente nega que Deus haverá de formar outro *corpo* novo. "Pelo contrário", diz Tertuliano, "*ele* não podia falar mais expressamente, senão que tivesse nas mãos sua *própria* pele."[387] Por mais que discorram, não poderão livrar-se de ser condenados pelo que noutro lugar afirma, quando Paulo, para provar que Cristo será o juiz do mundo, cita em outro lugar o testemunho de Isaías: "Por mim mesmo tenho jurado ... diante de mim se dobrará todo joelho" [Is 45.23; Rm 14.11], quando denuncia abertamente que aqueles mesmos a quem fala serão chamados a prestar contas da vida, o que não procederia, se diante do tribunal se apresentassem corpos novos.

Ademais, nas palavras de Daniel não há nada de ambíguo: "E muitos dos que dormem no pó ressuscitarão, uns para a vida eterna e outros para vergonha e desprezo eterno" [Dn 12.2], quando *Deus* não evoca dos quatro elementos matéria nova para plasmar homens, mas, antes, dos sepulcros *evoca* os mortos. A própria razão o confirma. Ora, se a morte, que tem origem na queda do homem, é acidental, a restauração que Cristo propiciou diz respeito a esse mesmo corpo que começou a ser mortal. Obviamente, quando a ressurreição é afirmada por Paulo, os atenienses galhofam [At 17.32], é lícito daí concluir de que natureza foi sua pregação, e só essa galhofa vale não pouco para confirmar-nos a fé. É também digna de ser observada a sentença de Cristo: "Não temais aos que matam o corpo, mas não podem matar a

386. Primeira edição: "Nem, com efeito, acerca de qualquer cousa, definição mais clara da Escritura se apresenta que em referência à ressurreição da carne que portamos."

387. *Da Ressurreição da Carne*, LI.

alma; ao contrário, temei aquele que pode lançar na Gehena de fogo tanto a alma quanto o corpo” [Mt 10.28]. Pois nem mesmo haveria motivo para temer, a menos que o corpo que ora possuímos fosse sujeito ao suplício. Aliás, tampouco é obscura outra sentença do mesmo Cristo: “A hora vem na qual todos os que estão nos túmulos ouvirão a voz do Filho de Deus e sairão. Os que fizeram o bem, para a ressurreição da vida; os que praticaram o mal, porém, para a ressurreição do juízo” [Jo 5.28, 29]. Porventura diremos que as almas descansam nos sepulcros, de sorte que daí ouçam a Cristo, e não antes que, ante sua ordem, os corpos retornarão ao vigor do qual haviam decaído?

Ademais, se haveremos de ser dotados de corpos novos, onde a conformidade da Cabeça com seus membros? Porventura Cristo ressuscitou plasmando um corpo novo para si? Pelo contrário, como havia predito: “Destruí este templo e em três dias o reerguerei” [Jo 2.19]. O corpo mortal que antes possuía, o recebeu de novo, pois de mui pouco nos serviria, se em seu lugar fosse posto outro novo, e aquele que foi oferecido em sacrifício expiatório por nós teria sido destruído. Deve-se manter também esta associação que o Apóstolo proclama: nós ressurgirmos, porque Cristo ressurgiu, porquanto nada menos provável é que nossa carne seja privada da ressurreição de Cristo, na qual levamos em derredor a mortificação do próprio Cristo [1Co 15.20-22; 2Co 4.10, 11], o que, na verdade, se fez manifesto por destacado exemplo: quando Cristo ressurgiu, muitos corpos de santos saíram dos sepulcros [Mt 27.52]. Ora, tampouco se pode negar que isto foi um prelúdio, ou, melhor, o penhor da ressurreição final que esperamos, a qual outrora já subsistia em Enoque e Elias, a quem Tertuliano chama de ***candidatos da ressurreição***; porque, subtraídos à corrupção no corpo e na alma, foram recebidos à guarda de Deus.

8. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS EM FAVOR DA RESSURREIÇÃO DO CORPO; CORROBORAÇÃO AOS RITOS FÚNEBRES PATRIARCAIS; O MODO DA RESSURREIÇÃO

Acanho-me de consumir tantas palavras em coisa tão clara, mas os leitores haverão de tragar comigo, placidamente, este enfado, para que às mentes pervertidas e ousadas se depare nenhuma brecha para enganar os simplórios. Os espíritos avoados com os quais estou agora a disputar trazem a lume a invenção de seu cérebro: que na ressurreição haverá a criação de novos corpos. Impulsionados por qual razão assim sentem, senão porque lhes parece incrível que um cadáver consumido de tão longa putrefação possa retornar ao estado anterior? Portanto, a incredulidade é a mãe desta sua opinião. Em contrário, o Espírito de Deus a cada passo na Escritura nos exorta a esperar a ressurreição de nossa carne.

Por esta razão, Paulo atesta que o batismo [Cl 2.12] é o selo de nossa ressurreição futura; nem menos a Santa Ceia nos convida à sua confiança, enquanto recebemos pela boca os sinais da graça espiritual. E certamente seria remissa toda a exorta-

ção de Paulo a que exibamos nossos membros *como* armas em obediência à justiça [Rm 6.13,19], a não ser que se adicionasse o que depois ajunta: "Aquele que dos mortos levantou a Cristo vivificará também vossos corpos mortais" [Rm 8.11]. Pois, que adiantaria aplicar pés, mãos, olhos e línguas ao serviço de Deus, a não ser que fossem seus participantes no fruto e galardão? Paulo confirma isto abertamente com suas palavras: "O corpo não é para a fornicação, mas para o Senhor; e o Senhor, para o corpo. *Aquele,* porém, que ressuscitou a Cristo, nos ressuscitará também mediante sua vida" [1Co 6.13, 14]. Mais claras são *as palavras* que seguem, a saber, que os corpos são "templos do Espírito Santo" e "membros de Cristo" [1Co 6.15, 19]. Entrementes, vemos que associa a ressurreição à castidade e à santidade, como pouco depois estende também aos corpos o preço da redenção [1Co 6.20]. Ora, não seria congruente à razão que o corpo de Paulo, no qual portava as marcas de Cristo e no qual glorificou a Cristo magnificamente [Gl 6.17], fosse privado do prêmio da coroa. Donde também essa exultação: "Aguardamos dos céus o Redentor, que haverá de transformar nosso corpo abjeto conforme ao corpo de sua glória" [Fp 3.20, 21]. E se isto é verdadeiro – que "através de muitas aflições nos importa entrar no reino de Deus" [At 14.22] –, nenhuma razão assiste vedar deste ingresso os corpos que Deus não só exercita sob o estandarte da cruz, mas também adorna do louvor da vitória.

Portanto, nenhuma dúvida desta matéria se manifestou entre os santos: que esperassem ser companheiros de Cristo, que à sua pessoa transfere todas as aflições de que somos provados, para ensinar que elas são vivificantes. Com efeito, Deus exercitou nesta fé até mesmo os santos patriarcas sob a lei, mercê do cerimonial externo. Pois, que propósito tinha o rito de sepultar, como se viu antes, senão para que soubessem que uma nova vida foi preparada aos corpos enterrados? A isto visavam também as especiarias e outros símbolos da imortalidade, com os quais, não de outra forma senão com os sacrifícios, a obscuridade do ensino fora assistida sob a lei. Tampouco a superstição engendrou esse costume, já que vemos o Espírito insistir não menos diligentemente em narrar sepultamentos como nos demais mistérios fundamentais da fé. E Cristo recomenda este dever como sendo não vulgar [Mt 26.10], certamente não por outra razão, senão por causa da visão do sepulcro, que a tudo corrompe e destrói, os olhos eleva à contemplação da renovação que nos trará a ressurreição.

Ademais, a tão cuidadosa observância desse cerimonial, que é louvada nos patriarcas, comprova sobejamente que lhes serviu de preciosa ajuda à fé *na ressurreição*. Ora, tampouco teria Abraão se preocupado tão solicitamente com a sepultura da esposa [Gn 23.1-20], senão porque ante os olhos lhe houvesse posto sua religião e um proveito superior ao mundo, isto é, que das insígnias da ressurreição adornasse o corpo morto da esposa, confirmando a fé *na ressurreição*, sua e da família. De fato, comprovação mais clara deste fato sobressai no exemplo de Jacó [Gn 47.30], que para testemunhar a seus descendentes que inclusive ao morrer não perdera a

esperança de ir à terra da promessa, ordena que seus restos mortais sejam transportados para lá. Pergunto, se fosse revestido de um novo corpo, porventura não teria dado uma ordem ridícula a respeito de pó que se reduziria a nada? Portanto, se entre nós vigora alguma autoridade da Escritura, não se pode desejar comprovação mais clara ou mais certa de nenhuma outra doutrina. Isto mesmo significam, *até mesmo* a crianças, os termos ***ressurreição*** e ***ressuscitar***, pois nunca diríamos que ressuscita o que é criado de novo, e nem seria verdadeira esta afirmação de Cristo: "Que nenhum de todos os que o Pai me deu perecerá; ao contrário, eu o ressuscitarei no dia final" [Jo 6.39]. Ao mesmo *sentido* se distende a palavra ***dormir***, a qual só pode aplicar-se aos corpos. Donde também o nome imposto aos ***cemitérios***.

Resta agora tratar brevemente do modo da ressurreição. Assim falo porque, chamando-o um ***mistério***, Paulo nos exorta à sobriedade, para que freemos o excesso de mais livre e mais sutilmente especular. Em primeiro lugar, cumpre-nos sustentar o que já dissemos: que, no que tange à ***substância***, haveremos de ressuscitar na mesma carne que possuímos, mas a ***qualidade*** haverá de ser outra; assim como, quando a mesma carne de Cristo que foi oferecida como sacrifício ressurgiu, no entanto exceleu em outros dotes, como se fosse completamente outra, o que Paulo mostra com exemplos familiares [1Co 15.39]. Ora, assim como a substância da carne humana e da animal é a mesma [1Co 15.39], porém não a qualidade; e como a matéria de todas as estrelas é a mesma, porém diversa a luminosidade [1Co 15.41], assim, embora haveremos de ter a substância do corpo, *ele* ensina que haverá de sofrer mudança [1Co 15.51, 52], de modo que a condição lhe seja muito mais eminente. Portanto, para que sejamos ressuscitados, o corpo corruptível não perecerá, nem se desvanecerá, mas, deposta a corrupção, se revestirá da incorrupção [1Co 15.53, 54]. E como Deus tem a sua disposição todos os elementos, nenhuma dificuldade poderá impedir que ordene à terra, às águas e ao fogo que devolvam o que parecia haver consumido. Assim também testifica Isaías, ainda que em linguagem figurativa: "Eis que o Senhor sairá de seu lugar para que visite a iniqüidade da terra, e a terra porá a descoberto seu sangue, nem mais ocultará seus mortos" [Is 26.21].

Mas, é preciso notar uma distinção entre aqueles que estiveram mortos já há algum tempo, e os que aquele dia achará ainda vivos. "Pois nem todos dormiremos", testifica Paulo, "mas seremos todos transformados" [1Co 15.51], isto é, não será necessário interpor-se um intervalo de tempo entre a morte e o início da segunda vida, porque "num momento, e no piscar de um olho, soará o clangor de trombeta para que os mortos se despertem incorruptíveis, e os vivos subitamente se transformem à mesma glória [1Co 15.52, 53]. Assim, em outro lugar, *ele* consola os fiéis aos quais deve sobrevir a morte, porquanto os que então estarão vivos não precederão aos mortos, senão que, antes, ressurgirão primeiros os que dormiram em Cristo [1Ts 4.15, 16]. Se alguém objetar a afirmação do Apóstolo, "está ordenado aos homens que morram uma só vez, vindo depois disso o juízo" [Hb 9.27], a solução é fácil:

quando o estado da natureza é transformado, teremos uma espécie de morte, e se pode apropriadamente denominá-la assim. Portanto, estas coisas se harmonizam entre si: que na morte todos haverão de ser renovados, quando se despirão do corpo mortal, contudo, a separação de corpo e alma não se fará necessária, pois esta mudança será súbita.

9. OS ÍMPIOS OU RÉPROBOS, NÃO MENOS QUE OS JUSTOS OU ELEITOS, RESSUSCITARÃO CORPORALMENTE

Aqui, porém, surge uma questão mais difícil. Com que direito a ressurreição seja comum aos ímpios e malditos de Deus, que é benefício singular de Cristo? Sabemos que todos foram condenados à morte em Adão [Rm 5. 12; 1Co 15.22], e que Cristo veio *como* "a ressurreição e a vida" [Jo 11.25]. Porventura seria para que vivifique a todo o gênero humano, indiscriminadamente? Entretanto, que há menos congruente que conseguirem eles, em sua obstinada cegueira, o que só pela fé recobram os pios adoradores de Deus? No entanto, isto permanece fixo: que uma é a *ressurreição* para o juízo; e que outra, a ressurreição para a vida [Jo 5.29], e que Cristo há de vir para que cabritos e cordeiros sejam separados [Mt 25.32].

Respondo que não nos deve parecer tão estranho, pois temos a cada dia exemplos disso. Sabemos que em Adão fomos privados da herança de todo o mundo; nem, por igual razão, menos excluídos *merecermos* ser dos alimentos comuns do que comer da árvore da vida. Donde sucede, pois, que Deus não só "faz nascer seu sol sobre bons e maus" [Mt 5.45], mas também, quanto respeita às coisas indispensáveis da presente vida, em farta abundância produz assiduamente sua inestimável liberalidade? Daqui certamente reconhecemos que *as coisas* que são próprias de Cristo e se desdobram de seu membros também para os ímpios, não que *lhes* seja posse legítima, mas para que mais inescusáveis se tornem. Certamente, Deus se mostra muitas vezes tão liberal para com os ímpios, que as bênçãos que dele recebem os fiéis ficam obscurecidas; mas tudo isso se lhes converte em fel; tudo se reverterá para sua maior condenação.[388]

Se alguém objetar que a ressurreição não pode adequadamente ser conferida em termos de benefícios caducos e terrenos, aqui também replico que, quando primeiro foram alienados de Deus, a Fonte da Vida, mereceram a perdição do Diabo, na qual houvesse de perecer totalmente, contudo, mercê do admirável conselho de Deus, foi engendrado um estado intermédio para que, fora da vida, vivessem na morte. Por isso não deve parecer-nos absurdo se a ressurreição dos ímpios é acidental, a qual os

388. Primeira edição: "Assim, os ímpios a Deus benévolo freqüentemente [O] experimentam de não vulgares provas, quais, porém, por vezes obscureçam a todas as bênçãos dos piedosos, contudo, a maior condenação lhes redundem."

arrasta a contragosto perante o tribunal de Cristo, a quem agora recusam ouvir *como* Mestre e Preceptor. Ora, leve pena seria se fossem consumidos pela morte se, a fim de sofrerem o castigo de sua contumácia, não se assentassem diante do Juiz, cuja represália contra si provocaram sem fim e medida. Mas, visto que se impõe manter o que dissemos e o que contém aquela célebre confissão de Paulo diante de Félix, que ele esperava a ressurreição futura de injustos e ímpios [At 24.15], a Escritura, contudo, mais freqüentemente propõe a ressurreição, juntamente com a glória celeste, só dos filhos de Deus, porque Cristo não veio propriamente para a ruína do mundo, mas para *sua* salvação. Por isso, também no credo se faz menção só da vida bem-aventurada.

10. A SUPERLATIVA BEM-AVENTURANÇA QUE SE RESERVA AOS ELEITOS NA GLÓRIA CELESTIAL

Mas então, uma vez, finalmente, cumprida a profecia quanto à morte ser tragada pela vitória [Is 25.8; Os 13.14; 1Co 15.54, 55], tenhamos sempre em mente a felicidade eterna que é propósito de nossa ressurreição, de cuja excelência, quanto as línguas humanas pudessem proclamar, seria apenas uma parte insignificante do que se merece. Ora, por mais que seja verdadeiramente o que ouvimos, de que o reino de Deus haverá de ser cheio de esplendor, de alegria, de felicidade, de glória, no entanto, aquelas *coisas* que se enumeram, permanecem mui remotas de nosso senso e como que envoltas em obscuridade, até que tiver chegado aquele dia em que *ele* mesmo haverá de exibir-nos sua glória para ser contemplada face a face [1Co 13.12]. "Sabemos que somos filhos de Deus", diz João, "mas, *isso* ainda não se fez manifesto. Quando, porém, formos semelhantes a ele, então o veremos tal qual *ele* é" [1Jo 3.2]. Por isso é que os profetas, não podendo exprimir em suas próprias palavras aquela bem-aventurança espiritual, como que simplesmente a delinearam sob *a forma das* coisas corpóreas.

Todavia, visto que, por outro lado, é necessário que nosso coração se inflame no amor e desejo dela, é preciso que nos detenhamos neste pensamento: se Deus contém em si a plenitude de tudo que é bom, uma como que fonte inexaurível, nada devem buscar além dele os que porfiam pelo sumo bem e por todos os elementos da felicidade, como somos ensinados em muitos lugares *da Escritura*. Diz o Senhor a Abraão: "Eu sou tua mui grande recompensa" [Gn 15.1], sentença que ecoa em Davi: "Minha porção é o Senhor: caiu-me a sorte excelentemente" [Sl 16.5, 6]. De igual modo, em outro lugar: "Quedar-me-ei satisfeito *com a visão de* teu rosto" [Sl 17.15]. De fato Pedro declara que os fiéis foram chamados para isto: para que sejam feitos participantes da *própria* natureza divina [2Pe 1.4].

Como assim? "Porque será *Cristo* glorificado em todos seus santos e será admirado naqueles que creram" [2Ts 1.10]. Se o Senhor partilhará com os eleitos *sua*

glória, *seu* poder, sua justiça, mais ainda, se dará a eles a si mesmo para ser por eles usufruído, e o que é mais excelente, com eles coexistirá, de certo modo, em um, lembremo-nos de que sob este benefício está contido todo gênero de felicidade. E, quando tivermos avançado bastante nesta meditação, no entanto reconheceremos que, se a concepção de nossa mente for comparada com a sublimidade deste mistério, ainda nos ficaremos nas raízes mais inferiores. Portanto, devemos, neste aspecto, curvar-nos com mais sobriedade, para que, esquecidos de nossa própria limitação, pelo que com mais audácia subamos ao alto, o fulgor da glória celestial não nos trague. Sentimos também quão desmesurado é nosso desejo de saber mais do que é lícito, do quê jorram incessantemente questões não apenas frívolas, mas até mesmo nocivas. Chamo frívolas *aquelas* das quais não se pode tirar nenhum proveito. Mas, este segundo *tipo é* pior, porque os que se entregam a elas se enredilham em especulações perniciosas, razão por que as chamo ***nocivas***.

Sem dúvida alguma devemos ter por certo o que a Escritura ensina, isto é, que assim como Deus distribui diversamente aos santos neste mundo seus dons, irradiando-os de forma desigual, assim não haverá igual medida de glória nos céus, onde Deus coroará seus dons. Ora, não compete indiferentemente a todos o que Paulo diz: "Vós sois minha glória e coroa no dia de Cristo" [1Ts 2.19]. E essa *declaração* de Cristo aos apóstolos: "também vos assentareis sobre doze tronos, para julgar as doze tribos de Israel" [Mt 19.28]. Paulo, porém, que da mesma forma sabia que Deus enche os santos na terra de dons espirituais, assim também os adorna de glória no céu, não nutre dúvida de que, em razão de *seus* labores, está reservada para si uma coroa especial [2Tm 4.8]. Cristo, porém, para aos apóstolos recomendar a dignidado dos ofícios de que foram investidos, os lembra de que seu galardão está escondido no céu. Assim também Daniel: "Os que têm entendimento, porém, fulgirão como o esplendor do firmamento, e os que a muitos conduzem à justiça *brilharão* como as estrelas, sempre e eternamente" [Dn 12.3]. E se alguém considerar atentamente as Escrituras, *elas* não só prometem aos fiéis a vida eterna, mas ainda um galardão especial a cada um. Donde também esta imprecação de Paulo: "Que Deus o recompense naquele dia" [2Tm 1.18], o que confirma a promessa de Cristo: "Recebereis o cêntuplo na vida eterna" [Mc 10.30]. Em suma, como o Senhor Jesus começa a glória de seu Corpo neste mundo com a diversidade dos dons que distribui aos seus, e a amplia através de seus graus, assim também a consumará no céu.

11. Requer-se sobriedade e moderação para as frívolas especulações acerca da condição futura

Como, porém, todos os piedosos receberão isto com um só sentimento, porque foi atestado sobejamente pela Palavra de Deus, assim, por outro lado, rejeitando as questões espinhosas que saberão ser-lhes para obstáculo, não ultrapassarão as me-

tas a si propostas. Quanto a mim respeita, não só pessoalmente me contenho de investigação supérflua de coisas inúteis, mas ainda sou de parecer que me devo acautelar para que não fomente a leviandade de outros, respondendo *a questões como essas*. Homens famintos de vão conhecimento indagam quão grande distância existe entre profetas e apóstolos; por outro lado, quão grande *a distância* entre apóstolos e mártires; de quantos graus diferirão as virgens das *mulheres* casadas, enfim, nenhum canto do céu deixam sem revolver em seu perscrutar.

Então, sobe-lhes à mente a que propósito serve a restauração do cosmos, quando os filhos de Deus não carecerão de coisa alguma de abundância tão grande e incomparável; ao contrário, serão semelhantes aos anjos [Mt 22.30], cuja média é o símbolo da bem-aventurança eterna. Eu, porém, respondo: em *sua* própria visão, tão grande haverá de ser o encanto, em seu mero conhecimento, sem o uso, tão grande a doçura, que esta felicidade supera incomensuravelmente a todas as comodidades das quais somos agora assistidos. Imaginemos que fomos postos numa região do mundo opulentíssima e onde nenhum prazer nos falta. A quem suas *próprias* enfermidades não impedem e vedam, de tempo em tempo, do uso dos benefícios de Deus? A quem freqüentemente sua própria imoderação não interrompe o curso *das coisas*? Do quê se segue que o usufruto *das boas coisas de Deus*, limpa e pura de todo vício, inda que nenhum uso haja da vida corruptível, é o máximo da felicidade.

Outros mais se transportam para mais longe e indagam se porventura não estejam distanciadas da restauração, e dela discrepem, as escórias e outras corruptelas nos metais. Ainda que em certa extensão isso lhes conceda, com Paulo espero a reparação dos vícios que tiveram início com o pecado, *reparação* em relação à qual gemem e estão com dores de parto todas as criaturas [Rm 8.22]. Mais longe avançam, outra vez: que melhor condição aguarda o gênero humano, quando, então, a bênção da progênie tenha atingido *seu* fim? A solução dessa dificuldade é também fácil. Que a Escritura a recomenda tão grandiosamente, diz respeito aos incrementos com que à sua meta Deus faz avançar continuamente a ordem natural; na própria perfeição, porém, é notório haver outra relação. Mas, visto que os engodos apanham de pronto os incautos, e então mais profundamente os atrai o labirinto, finalmente, onde suas *próprias* opiniões a cada um sorriem, não há nenhuma medida para as disputas, que este nos seja o caminho mais curto: nos contentemos com o espelho e o enigma, até que contemplemos face a face [1Co 13.12]. Ora, de ingente multidão poucos cuidam ***como*** aos céus se haverá de ir, todos, porém, almejam saber antes do tempo *o que* se passe ali. Quase todos *se mostram* relutantes e tardos para enfrentar os embates, contudo já pintam para si triunfos imaginários.

12. A DESDITOSA CONDIÇÃO FUTURA DOS RÉPROBOS EM TORMENTOS, SEPARADOS DE DEUS

Com efeito, visto que nenhuma descrição pode expressar adequadamente a gravidade da vingança divina contra os réprobos, seus tormentos e torturas nos são apresentados figuradamente, mediante coisas corpóreas, isto é, por meio de trevas, choro e ranger de dentes, fogo inextinguível, verme a corroer sem fim o coração [Mt 3.12; 8.12; 22.13; Mc 9.43; Is 66.24]. Ora, mercê de tais modos de falar, é certo que o Espírito Santo quis conturbar de horror todos nossos sentidos, como quando se diz "está preparada desde a eternidade uma pira profunda de fogo nutrida com muita lenha, cuja chama por baixo a sustenta o sopro do Senhor como uma torrente de enxofre" [Is 30.33].

Como nos importa ser assistidos por essas *figuras* para, em certa medida, concebermos a mísera sorte dos ímpios, assim se nos impõe fixar nisso especialmente o pensamento: quão calamitoso é viver alienado de toda associação com Deus; não só isso, mas sentir de tal forma adversa a majestade de Deus, que não se pode escapar ser por ela acossado. Ora, em primeiro lugar, sua indignação é como que um fogo violentíssimo, a cujo toque tudo é devorado e consumido; em segundo lugar, todas as criaturas de tal modo lhe servem para executar seu juízo, que *aqueles* a quem o Senhor assim fará manifesta sua ira haverão de sentir o céu, a terra, o mar, os animais e tudo quanto há como que inflamados de terrível indignação contra si e armados para sua destruição. Portanto, o Apóstolo não pronunciou algo vulgar quando diz que os infiéis "haverão de sofrer eternas penas de morte, afastados da face do Senhor e da glória de seu poder" [2Ts 1.9]. E quantas vezes, mediante representações materiais, os profetas incutem temor, embora não apresentem nada hiperbólico, consoante nossa lerdeza *de entendimento*, entretanto ingerem prenúncios do juízo futuro no sol, na lua e todo o edifício do mundo [Mt 24.29].

Conseqüentemente, nenhum descanso acham as infelizes consciências, a que não sejam acometidas e destroçadas de terrível torvelinho, a que não sintam que estão sendo desmanteladas por um Deus irado e, trespassadas, são lancinadas de mortíferos aguilhões, a que não tremam espavoridos ante o raio de Deus e *não* sejam esmagados pelo peso de sua mão, de sorte que é mais leve descer a abismos e voragens, quaisquer que sejam, que permanecer nesses terrores por um momento. De que natureza e quão grande é isto: ser por ele apertado de bloqueio eterno e que não haverá de cessar em nenhuma parte! Quanto a esta matéria, o Salmo 90 contém memorável afirmação: embora Deus, com um só olhar, consuma a todos os mortais, e a nada os reduza, a seus adoradores, entretanto, quanto mais timoratos são neste mundo, os impulsiona, de sorte que, sobrecarregados pela cruz, os incita a prosseguir avante, até que *ele* pessoalmente seja "tudo em todas as coisas" [1Co 15.28].